SANDRA APARECIDA RISCAL

O CONCEITO DE SOBERANIA EM JEAN BODIN: UM ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO DAS IDÉIAS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, GOVERNO E ESTADO NO SÉCULO XVI

Universidade Estadual de Campinas

Junho de 2001

SANDRA APARECIDA RISCAL

O CONCEITO DE SOBERANIA EM JEAN BODIN: UM ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO DAS IDÉIAS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, GOVERNO E ESTADO NO SÉCULO XVI

Tese apresentada como exigência parcial para a obtenção do Título de DOUTOR EM EDUCAÇÃO, à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Prof. Dra. Raquel Pereira Chainho Gandini.

Universidade Estadual de Campinas

Junho de 2001

CATALOGAÇÃO NA FONTE ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP
Bibliotecário Rosemary Passos - CRB-8ª/5751

Riscal, Sandra.
C347c O conceito de soberania em Jean Bodin : um estudo do desenvolvimento das idéias da administração pública, governo e Estado no século XVI / Sandra Riscal. -- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador : Raquel Pereira Chainho Gandini.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Bodin, Jean, 1530-1596. 2. Soberania. 3. Estado. 4. Formas de governo. 5. Administração pública. I. Gandini, Raquel Pereira Chainho. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

À minha mãe, Wilma Pedroso Riscal,
À memória de Blás Riscal Garcia, meu pai.

Para Cláudio, com todo amor.

AGRADECIMENTOS

Produzido ao longo de vários anos, este trabalho deve muito à compreensão e apoio de pessoas e amigos que prestando gentilmente sua colaboração, ajudaram a solucionar dificuldades técnicas, auxiliaram na revisão e, especialmente, encorajaram a prosseguir na difícil tarefa desta investigação.

A primeira palavra de gratidão é dedicada à professora Raquel Gandini. Intelectual ética e refinada, a confiança, respeito e encorajamento que proporcionou como orientadora foram inestimáveis. Sou especialmente grata, pela importância que teve em minha carreira, ao seu excepcional exemplo de retidão profissional e competência acadêmica.

Desejo também expressar meus agradecimentos aos funcionários da Biblioteca Nacional de Paris, que, microfilmando e copiando os originais não disponíveis, das obras de Jean Bodin, os enviaram para o Brasil, permitindo minha consulta.

Agradeço, ainda, ao professor Rolf Nelson Kuntz do Departamento de Filosofia, da FFLCH da USP e ao professor Alberto Ribeiro Gonçalves Barros que, em 1995, gentilmente partilharam sua pesquisa bibliográfica sobre Jean Bodin.

Sinto-me especialmente grata ao meu irmão, José Reinaldo pelo suporte técnico em informática e pelos comentários estimulantes .

Finalmente, sou particularmente agradecida ao Cláudio, pelo carinho, inteligência, empenho e companheirismo que demonstrou ao longo deste trabalho.

Resumo

O objetivo principal deste trabalho foi procurar constatar em que medida a distinção e articulação dos conceitos de governo e soberania, pensados por Bodin, encontram-se na origem das idéias de Estado e administração pública modernos. Levando em consideração os estudos realizados na área de teologia política medieval, aliados às pesquisas sobre a origem do direito público e administrativo, procedemos a uma análise histórica do conceito de soberania e administração pública, tendo em vista o confronto doutrinário entre as forças políticas medievais e os conflitos religiosos da França do século XVI. Foi também abordado o processo de despatrimonialização e despersonalização da soberania à partir da distinção entre a figura privada do rei, como pessoa física, e seu caráter de representante público, como expressão do Estado. Procuramos observar, ainda, em que medida a noção de sacralização do Estado permite a compreensão do conceito de soberania, tal como foi concebido por Bodin.

Abstract

The main objective of this work is to evidence how the distinction and the articulation of government and state concepts, thought by Bodin, meet the origin of modern sovereignty and public admininistration. From the studies carried through the theology area of medieval politics, allied to the research on the origin of public and administrative laws, we proceed to a historical analysis of the sovereignty concept and public administration, from the doctrinal confrontation carried through medieval politic forces and the religious conflicts of 16th century in France. This work also focuses the process that resulted in the distinction of the private figure of the king, as physic person, from his character of public representative, as expression of the State. We also observe how the sovereignty concept, such as conceived by Bodin, can be understood from the notion of the State as a sacred thing.

Nota Bibliográfica:

Em razão da freqüente citação das obras de Bodin ao longo deste trabalho, bem como dos extensos títulos que seus livros apresentam, para facilitar a redação e leitura, foram utilizadas abreviaturas dos títulos originais, as quais estão indicadas abaixo:
As abreviações utilizadas estão acompanhadas do nome original da obra, da edição francesa e latina, quando esta existir, assim como da indicação da edição utilizada.

S.L.R. (Livro, Capítulo, Página) **:** - *Les Six Livres de la République* - Fayard, Paris, 1986 - reimpressão , com manutenção da ortografia original, da Edição de Lyon,1593 por Gabriel Cartier .

REPUBLICA: - *De Republica libri sex* – edição latina, Scientia Aalen: 1961, fac simile da edição de Du Puys de Paris de 1593; contém ligeiras variações em relação à edição original francesa de 1576.

RECVEIL JORNALIER –*Recueil jornalier de tout ce qui s'est négotié en la compagnie du Tier Estat de France, en lássemblée générale des trois Etats.*- Ed. M. Gobert, Paris, 1614 - documento localizado na Biblioteca Nacional, em Paris, sob o código 28022, microfilme 23861.

THÉATRE - *Universae naturae theatrum - Le théatre de la nature universelle - tradução do latim por François de Fougerolles em 1595* - Ed. J. Pillenotte, Lyon, 1597. Documento localizado na Biblioteca Nacional, em Paris, sob o número 87/185, microfilme R- 12717.

METHODUS - *Methodus ad facilem historiarum cognitionem - La Méthode de l'histoire* - edição bilingüe - latin/francês - tradução crítica de Pierre Mesnard, in Oeuvres

Philosophiques de Jean Bodin, Press Universitaires de France , Paris 1951.

DISCOURS - *Oratio de Istituenda in Republica Juventute ad Senatum Populunque Tolosatem - Le discours au Sénat au Peuple de Toulouse sur l'Education a donner aux jeunes gens dans la République* - edição bilingüe - latin/francês - tradução crítica de Pierre Mesnard, in Oeuvres Philosophiques de Jean Bodin, Press Universitaires de France , Paris 1951.

IURIS DISTRIBUTIO - *Iuris Universi Distributio - Exposé du Droit Universel* - Edição bilingüe - latin/ francês , Presses Universitaire de France - Paris, 1985

DEMONOMANIE - *De La Demonomanie des Sorciers* -Fac símile do original de 1587 , Gutenberg Reprint, Roche-sur-Yon , 1979

COLLOQUE - *Heptaplommeron, sive colloquium de adbitis sublimium rerum arcanis - Colloque entre sept scavans, qui sont de differens sentimens des secrets caches des choses relevées* - tradução de 1923 do manuscrito francês . Librairie Droz, Geneve, 1984.

APOLOGIE - *Apologie de René Herpin pour la République de Jean Bodin.* Fac símile - acompanha a Edição da República de 1593. Scientia Aalen, 1961.

REPONSE - *La Response aux Paradoxes du Sieur de Malesroit sur le rehaussement & diminution des monnoyes, & le moyen d'y remedier.* Fac símile - acompanha a edição de 1593. Scientia Aalen, 1961.

SUMÁRIO

RESUMO XI

NOTA BIBLIOGRÁFICA XIII

INTRODUÇÃO

I Prólogo 001
II O Desconhecimento das obras de Jean Bodin no Brasil. 004
III A importância da obra de Jean Bodin no pensamento político 005
IV Objetivo 010

CAPÍTULO I

UM HOMEM , UMA ÉPOCA 013

1.1. A Época de Bodin 020

1.1.1. Os Tempos de Formação 025
1.1.2. Bodin em Paris 049
1.1.2.1. Bodin e as Guerras Religiosas 049
1.1.2.2. O intelectual e a crise da monarquia 061

1.2. A Obra de Bodin e seu tempo 083

1.3. As Obras de Bodin 086

CAPÍTULO II

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 089

2.1. Bodin: defensor da tolerância e da monarquia limitada 098

2.1.1. Baudrillart 098
2.1.2. Chauviré 099
2.1.3. Pierre Mesnard 104
2.1.4. Simone Goyard-Fabre 113
2.1.5. Beatrice Reynolds 125

2.2. O absolutismo em Bodin 127

2.2.1. Etienne-Maurice Fournol 127

2.2.2. Friedrich Meinecke 135
2.2.3. Jean Moreau-Reibel 145
2.2.4. Julien H. Franklin 156
2.2.5. Zygmunt Izdebski 185
2.2.6. Preston King 192
2.2.7. London Fell 195

CAPÍTULO III

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONCEPÇÃO DE PODER ABSOLUTO EM JEAN BODIN 201

3.1. O conceito de poder absoluto em Bodin 202

3.1.1. O adjetivo "absoluto" 203
3.1.2. O adjetivo "perpétuo" 209
3.1.3. Poder absoluto não significa absolutismo 212
3.1.4. Poder absoluto não se contrapõe ao constitucionalismo 216
3.2. 3.2.1. O Poder soberano é indivisível: o problema dos governos Mistos 223
3.2.2. A crítica de Bodin ao governo misto 224
3.2.3. O constitucionalismo inglês 232

3.3. A teoria do direito divino dos reis 241

3.4. A Constituição Francesa 244

3.4.1. A tese constitucionalista e os freios na França do século XVI 245
3.4.2. A participação dos Conselhos, Estados, Cortes e Corpos do Reino nas decisões políticas francesas do século XVI 253
3.4.3. A supremacia do rei sobre os Estados Gerais e as Cortes Soberanas 259

3.5. As Instituições Administrativas do Reino e os freios do poder absoluto do rei 265
3.5.1. As Cortes Soberanas 266
3.5.2. As Assembléias do Reino 268

3.6. O fundamento do poder público francês: As Leis Fundamentais do Reino 272
3.6.1 As Leis Fundamentais do Reino 280

3.6.1.1. As Regras de Sucessão do Reino 284
3.6.1.2. Os domínios da coroa 287
3.6.2. As Regalias: os poderes do rei 289

CAPÍTULO IV

O ESPELHO DA JUSTIÇA 293

4.1. A justiça do rei 293
4.2. Justiça, lei e direito em Jean Bodin 302
4.3. Harmonia e justiça 316
4.3.1. O Tecelão do Universo 318
4.3.2. A imagem platônica do demiurgo 321
4.3.3. Soberania e a arte jurídica 329

4.4. Harmonia e Ordem 332

4.5. Justiça harmônica e soberania 339
4.5.1. Justiça aritmética, justiça geométrica e justiça harmônica 340
4.5.2. Harmonia, espaço e música 348

4.6. Unidade e Multiplicidade 350

CAPÍTULO V

GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 357

5.1 A formação da monarquia administrativa na França 363
5.1.1. Regnum Francorum: Le Roi Très Chrétien 363
5.1.2. A dinastia capetíngia 373
5.1.3. A administração pública no século XVI 385
5.2 Governo e Administração em Bodin 390
5.2.1. O governo 395
5.2.2. A administração pública 401

CAPÍTULO VI

O ESTADO NÃO MORRE JAMAIS: OS DOIS CORPOS DO REINO 409

6.1. A abordagem teológico-política do conceito de Estado 410

6.2. A Soberania e o nascimento do Estado como poder público 412

6.2.1. A despersonalização e sacralização da coisa pública 419

6.3 A esfera pública e o nascimento do Estado moderno 419

6.3.1. A distinção contemporânea entre direito público e privado 420
6.3.2. Funções públicas, dignidades privadas: o público e o privado na antiga Roma 423
6.3.3. A distinção entre as esferas pública e privada entre os francos 436
6.3.4. O direito público e o nascimento do Estado jurídico moderno 443

6.4. A gênese do conceito de soberania 445

6.5. O processo de sacralização do Estado 462
6.5.1. Le roi ne meurt jamais 469
6.5.2. A noção de dois corpos e o conceito de soberania 469
6.5.3. A teoria "du Sacre" 474

CONSIDERAÇÕES FINAIS 483

BIBLIOGRAFIA 489

Tenue rey, sesgo alfil, encarnizada
reina, torre directa y peón ladino
sobre lo negro y blanco del camino
buscan y libran su batalla armada.

No saben que la mano señalada
del jugador gobierna su destino,
no saben que un rigor adamantino
sujeta su albedrío y su jornada.

También el jugador es prisionero
(la sentencia es de Omar) de outro tablero
de negras noches y de blancos días.

Dios mueve al jugador, y este, la pieza.
Qué Dios detrás de Dios la trama empieza
De polvo y tiempo y sueño y agonías?

(Jorge Luis Borges, Ajedrez)

INTRODUÇÃO

I. Prólogo

> (...) *O Rei não detém mais do que o simples usufruto do Patrimônio do reino, que sua Majestade deve conservar e seus funcionários administrar para o bom andamento da República.E quanto aos fundos e propriedades do Domínio do reino, são bens que ao povo pertencem e conseqüentemente apenas ao povo cabe consentir em sua alienação perpétua e neste caso, somente se as províncias tiverem encaminhado uma procuração expressa para este fim e de nenhum outro modo. E não obstante, mesmo quando as províncias manifestem este desejo, tal coisa não deve ser feita senão pelo bem do povo, porque ao fazê-lo, estarão retirando tudo o que poderia existir para a sustentação do Estado, deixando-o sem nenhum poder.*
> **Jean Bodin, deputado do Terceiro Estado, eleito por Vermandois, na reunião dos Estados Gerais de Blois, sexta-feira, vinte e dois de fevereiro de 1577.** [1]

Quando da convocação dos Estados Gerais de Blois pelo rei, em novembro de 1576, a França vinha sendo dilacerada por uma luta intestina. O território francês transformara-se no campo aberto de uma batalha sanguinária que já durava quase vinte anos. As rivalidades entre as antigas famílias nobres transformavam as guerras religiosas em um verdadeiro combate feudal, que ameaçava as bases do ainda jovem Estado francês. O massacre de Saint-Barthélemy expusera, a partir das ruas de Paris, junto com as entranhas dos mais de dois mil protestantes executados, as próprias entranhas de uma nação que se deixava arrastar pelo fanatismo e pela intolerância em direção à autofagia. A França estava à beira das trevas e da dissolução.

Os protestantes tinham fundado uma organização nacional huguenote que contava com o apoio de uma boa parte da nobreza, camponeses do sul e do oeste e do rei de Navarra. De sua parte, a nobreza católica e o clero alinharam-se em uma "*União Sagrada*"

[1] *RECVEIL IORNALIER de tout ce qui s'est negotié en la compagnie du tiers Estat de France, en l'assemblée generalle des trois Estats assignez par le Roy en la ville de Blois au quinzieme Novembre, en lán mil cinq cens soixante & seize.* Paris, 1614. Editeur M. Gobert. Documento localizado na Biblioteca Nacional, em Paris, sob o código *28022. Microfilme número 23861.* Páginas 39 e 40

ou "*Liga*". Os Estados Gerais foram então convocados pelo rei, em novembro de 1576, na cidade de Blois, com a finalidade de manter a autoridade da coroa e a unidade da fé católica. Controlados pela Liga, os Estados Gerais excluíram os protestantes. Acima de tudo, deveria prevalecer a máxima: *un roi, une foi, une loi.* Sem recursos financeiros e submetido aos interesses do clero e das grandes famílias católicas, Henri III anuncia em seu discurso inaugural que no reino da França não seria tolerada nenhuma outra religião além da católica.

A religião reformada deveria ser suprimida e para tanto o reino deveria recorrer à guerra para a submissão dos rebelados. Mas os protestantes controlavam uma grande parte do território e a sua destruição exigiria uma soma de recursos que os cofres do reino não possuíam.

Nos Estados Gerais de Blois o deputado do Terceiro Estado, representante de Vermandois, Jean Bodin, em primeiro lugar opõe resistência à proposição segundo a qual *O rei deve reunir todos os seus súditos na única religião Católica Romana.* Segundo Bodin é *dever do rei manter seus súditos em boa paz e para este fim deveria o reino possuir um Conselho Geral, ou Nacional para regular os fatos da religião, evitando assim, as incomodidades de uma guerra.*[2] Para Bodin, estava claro que a guerra tornara-se um problema privado, que destruía o Estado e fragmentava o poder. Não cabia ao Estado tomar partido nas querelas religiosas, mas colocar-se acima de toda e qualquer disputa de caráter privado. Derrotado, consegue, entretanto, levar o terceiro Estado a aprovar uma resolução pela qual ficava estabelecido que a unificação religiosa deveria ser efetuada por meios *suaves, pacíficos sagrados e legítimos.* [3]

Para garantir a aprovação de suas resoluções, o rei faz uso de intriga, venda de cargos, favores, privilégios e pressões pessoais. Gradualmente as decisões são transferidas, de fato, para as negociações com o Conselho Privado do rei. Bodin, ele próprio um elevado

[2] *RECVEIL IORNALIER* , op. cit. pg 4

[3] *RECVEIL IORNALIER*, op cit. pg 50

funcionário do reino acusa: o*ntem, compraram cargos, hoje traficam consciências*[4]. Mas o rei desejava a guerra. Henri III decidira alienar uma elevada quantia dos Domínios da coroa para financiar a guerra contra os protestantes por meio da aprovação um edito - *L'edicte alienatio du Domaine.*

As aproximações particulares que os funcionários do rei fazem aos deputados surtem efeito. Chega-se à conclusão que um grupo de doze deputados, escolhidos pelos seus pares, deveria redigir os *Cayers,* documento oficial que conteria as decisões finais dos Estados Gerais. Nas mãos deste grupo de doze privilegiados encontrava-se o futuro da França.

Jean Bodin toma a palavra na reunião dos Estados Gerais e durante dois meses apresenta uma vigorosa e desesperada resistência aos desejos do rei:

> *O rei não é proprietário do Domínio da Coroa, detém apenas o seu usufruto, a posse pertence ao povo. Para autorizar a alienação de uma parte é necessária uma procuração do povo que os Estados não possuem. Como podem os magistrados, advogados e presidente do Conselho do rei ignorar as* ***Loix du Royaume****, as leis fundamentais do reino, que a partir da Lei Sálica determinam , em nome da saúde do povo e da conservação do Estado, que o Domínio do reino é sagrado e inalienável?* ***Salus populi suprema lex est****".Além disso, a monarquia possuía outros recursos e já que tratava-se de assunto tão caro à Igreja, porque não entregava ela parte de seus domínios?*[5]

Os funcionários do rei passam, agora, a encontrar resistência na aprovação de suas resoluções. O conteúdo dos *Cayers* passa a ser longa e minuciosamente debatido e o rei ouve de seus representantes que o deputado de Vermandois, Jean Bodin, maneja os Estados ao seu prazer e que por este motivo deveria ser advertido. Gradualmente o terceiro Estado e a nobreza reúnem-se contra o ato pretendido pelo rei. Em sua defesa dramática, Jean Bodin salvara o Patrimônio do reino, mas acima de tudo, fundara, para a posteridade, alguns dos princípios fundamentais do Estado administrativo moderno.

Em oposição à visão patrimonialista feudal, Bodin estabelecera a separação entre o patrimônio pessoal do governante e o patrimônio público, pertencente ao Estado. Inaugurara a concepção de administração do Estado como gerenciamento dos bens

[4] Ibidem, Ibidem.
[5] RECVEIUL JORNALIER,op. cit., pp. 39 e sgs.

materiais públicos, cuja finalidade deveria ser o bem e saúde de toda a população e não apenas do rei.

Jean Bodin não pôde mais aspirar a cargos elevados junto à corte. Jurista de longa história pública, não fora apenas um teórico, mas um homem de ação. Teria, entretanto, após este episódio, de resignar-se a passar quase todo o resto de sua vida como modesto advogado de província. A visão das atrocidades e intolerâncias da guerra religiosa e da incapacidade política dos governantes conduziram Bodin, no final de sua vida, a um exílio voluntário da vida pública.

II. O desconhecimento das obras de Jean Bodin no Brasil.

Uma inquietação encontra-se na origem deste trabalho: embora Jean Bodin seja, indubitavelmente, um dos mais importantes formuladores do conceito de Estado e administração pública modernos, pouca ou quase nenhuma referência é feita ao seu nome, ou às suas obras, nos estudos dedicados a esta matéria no Brasil. As raras citações de suas idéias são encontradas em alguns compêndios de história política, traduzidos de originais franceses ou italianos. Esporadicamente encontramos uma ou outra citação de suas obras em estudos dedicados a Maquiavel, Rousseau, Hobbes ou Montesquieu que, porém, parecem servir apenas para lembrar ao leitor que é Bodin a fonte que inspirou algumas das mais importantes idéias destes autores, sem que decorra, desta constatação, um maior aprofundamento do significado de sua influência. [6]

Nenhuma das obras de Bodin foi traduzida para a língua portuguesa. Mesmo o mais conhecido de seus livros, *Os Seis Livros da República*, permanece, quatrocentos anos após a sua primeira edição francesa, inédito no Brasil. Um dos motivos do desinteresse editorial em relação a esta obra de Bodin, pode ter sido, sem dúvida, a inconveniência da edição e

[6] Até onde pudemos constatar em nossa pesquisa, até hoje apenas dois trabalhos, na área da pós-graduação brasileira, foram dedicados ao estudo da obra de Jean Bodin: uma Dissertação de Mestrado, "*A teoria da soberania em Jean Bodin*", USP: 1995 e uma Tese de Doutorado: "*Direito e Poder em Jean Bodin: O conceito de soberania na formação do Estado moderno*", USP: 1999 foram dedicadas ao estudo do pensamento de Jean Bodin, ambas produções de Alberto Ribeiro Gonçalves Barros, junto à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

tradução de quase duas mil páginas, aproximadamente o total da última edição francesa de seus *Seis Livros da República.*

III. A importância da obra de Jean Bodin no pensamento político.

Bodin passou à história do pensamento político como o teórico da soberania, e sua famosa definição se tornou um dos principais fundamentos do pensamento político moderno:

> *"A soberania é o poder absoluto e perpétuo de uma República. Os latinos a chamavam* ***majestatem****, os gregos* ? ? ? ? ? ?? ? ? ? ?? ? ??*e* ? ? ? ?? ? ?? ? ? ?*e* ?? ? ? ?? ? ?? ? ? ? ??? ? ? ?*os italianos* ***signoria****, os hebreus* **תומר שבט***, isto é, o mais elevado poder de comando. É necessário apresentar uma definição de soberania porque nenhum jurisconsulto ou filósofo político a definiu até hoje." (S.L.R.I.VIII. p. 179)*

Graças ao conceito de soberania Bodin pode identificar, pela primeira vez, o poder público, ou Estado, como o sujeito da política moderna. Graças ao conceito de soberania, o Estado moderno pode se distinguir das formas anteriores de organização política, medievais ou antigas, porque pela primeira vez foi definido como a instituição pública por excelência , a fonte de onde emana todo o poder político e a única a possuir o monopólio do exercício deste poder.

Trata-se, portanto, de uma definição jurídico-política do Estado, que apresenta uma inovação na caracterização do poder, porque permite a diferenciação entre o soberano, fonte última do poder do Estado, e o governo, o seu exercício quotidiano e material. Fonte e exercício material são, desta forma, definidos como aspectos distintos de uma mesma manifestação política, o poder público. Bodin faz questão de patentear o pioneirismo da sua distinção entre Estado e governo e orgulhosamente a apresenta como um segredo da política, até então jamais percebido mesmo entre as mentes mais perspicazes. Por este motivo fez questão de demonstrar, não apenas que fora o primeiro a percebê-la, mas acima de tudo, que a ausência desta distinção teria levado, durante séculos, os estudiosos ao erro de afirmar a existência de Estados mistos.

Bodin sustentava que, na verdade, o poder soberano não pode ser dividido, uma vez que a fonte da soberania é única, exclusiva, absoluta e perpétua. O titular do poder soberano é definido como o único capaz de estabelecer as leis, sem estar submetido a nenhuma delas. Estabelecida a fonte da lei, o seu exercício pode ser delegado a um outro órgão, ou corpo administrativo, a critério do soberano. Logo, na concepção de Estado misto existiria um equívoco conceitual, correspondente a uma confusão entre as categorias de Estado, definido como o corpo político ao qual pertence a titularidade da soberania, e de governo, definido como o corpo político responsável pelo exercício, em termos materiais, da vontade soberana.

Jean Bodin tem sido um dos autores mais injustamente criticado, constante e incorretamente acusado de precursor e defensor do absolutismo monárquico. Ironicamente, a maior contribuição de Jean Bodin foi o seu pioneirismo na definição do Estado como a personificação institucional do poder público.

Além de jurista e estudioso de política, história e filosofia, Jean Bodin era também um notável observador das atividades quotidianas da administração, o que lhe permitiu a compreensão e tradução, para o plano teórico, do processo histórico e material que possibilitou a formação dos Estados Nacionais. O conceito de soberania poderia ser interpretado, desta forma, como a síntese político-jurídica do processo de concentração de poder que teria possibilitado ao rei o controle e administração dos negócios públicos e permitido o desenvolvimento do Estado moderno como unidade de poder.

De acordo com as exigências históricas e políticas da época, a concepção abstrata do poder político, refletida na fórmula da soberania, foi elaborada a partir da estrutura de poder que tinha o monarca como titular. Entretanto, é necessário não confundir este processo histórico, que através da afirmação da autoridade do rei levou à construção do Estado, com o tipo de poder exercido posteriormente pelos reis no período absolutista.

Jurista, filósofo, mas acima de tudo, um homem que via a atividade política como ação pública, Bodin concebeu, em seus "*Seis Livros da República*" a idéia de estabelecer os

mecanismos teóricos de um poder forte, capaz de colocar o Estado acima e além de toda e qualquer disputa intestina.

Ao estudar a soberania como essência do poder político, Bodin operou suas deduções rigorosamente a partir de exemplos históricos e jurídicos oferecidos pela história. Bodin pretendia retirar os fundamentos da política da evolução da história humana, tema ao qual dedica outro de seus livros, o *Méthodus*.

Segundo Bodin, a República, o Estado soberano, é o resultado histórico da luta humana pela sobrevivência. Única forma de associação capaz de superar a condição de animalidade e violência originais, o Estado representa um espaço especificamente humano no qual homens concretos estabelecem relações que, ao longo da história, permitirão garantir a sobrevivência individual, através da instauração de uma ordem que visa a sobrevivência de todos.

Em confronto direto com as concepções que fundamentavam o poder na antiga ordem cristã, Bodin estabeleceu as bases da ordem política no campo da ação humana. A própria origem do Estado foi explicada por Bodin através de elementos da natureza humana: o instinto de sobrevivência determinaria o uso da força e da violência e a submissão.

Toda a teoria política, segundo Bodin, deveria ser fruto de uma exaustiva análise da experiência humana, acumulada durante a história. A história, campo da experiência prática, deveria fornecer os dados sobre os quais poderia ser fundado o saber político.

A história, por si só, seria de natureza enciclopédica e acumulativa, não passando de uma coleção de experiências, relatos e comentários de acontecimentos. Mas, sobre esses dados da experiência humana, acumulados pela narrativa histórica em estado bruto, deveria, segundo Bodin, pousar o olhar do analista político. À política corresponderia o papel fundamental de organizar e tornar inteligível a atividade humana. O valor da história seria, para Bodin, portanto, instrumental e sobre os seus dados se fundaria o saber político. Por esse motivo Bodin mobilizou uma impressionante massa de informações, que em muitos momentos assumem uma aparência anárquica, mas que lhe permitiram encontrar, na experiência das mais variadas sociedades, os dados necessários para a sistematização do saber político. O extenso trabalho de análise, da prática dos homens concretos, possibilitou

a Bodin uma formalização conceitual do saber político, que foi apresentada em seus Seis Livros da República.

É indubitável a pretensão de Bodin de revelar a ciência política como um sistema autônomo, dotado de sua própria legalidade interna. Fundamentada na história, a política pode encontrar na experiência a validade das leis, costumes e instituições e reconhecer aqueles que estão, ou não, de acordo com a natureza ou com o ideal universal de justiça. É precisamente no estudo da história e na tentativa de sistematização destes dados em saber político que, na obra de Bodin, podemos encontrar a tensão fundamental da política: a antinomia entre ser e dever ser.

Para Bodin a política não poderia, todavia, partir simplesmente da legitimação do poder tal como ele se manifestasse historicamente. A superioridade da política, como ciência, residiria na sua capacidade de transcender o simples fato do poder, por meio da afirmação de um valor normativo superior: o direito. Isto não significa que Bodin escrevesse sobre um Estado utópico. Suas críticas a Platão e Tomas Morus esclareciam que não pretendia falar de um Estado ideal, irrealizável, mas de Repúblicas concretas, cujos problemas demandavam ações imediatas, as quais só poderiam ser conseqüentes se partissem de um minucioso estudo comparativo do direito e da história de todos os povos. Frente às exigências da realidade, a ciência política deveria encontrar um equilíbrio entre as necessidades e a livre vontade dos homens, entre o ser e o dever ser.

Para Bodin, a realidade política não deveria ser concebida separadamente das instituições políticas nas quais se cristalizava. O estudo da história do direito de cada povo revelava o espírito natural destes povos. A história comparece, na obra de Bodin, como instrumento fundamental da formulação do saber político, uma vez que é ela, a história, que permitiu a Bodin concluir, a partir dos dados puramente empíricos, a universalidade do ideal do direito.

Encontramos em Bodin uma reabilitação do fenômeno. O recurso à experiência sensível confere valor ao instante a vida quotidiana. Da distinção apresentada por Bodin entre Estado e governo, emerge a percepção de que o ofício mais difícil é o de administrar o dia a dia e a pequena continuidade. É no *domus* que vivem os homens e a paz doméstica

deve ser garantida pela sustentação do Estado. O caráter vivo de todo o corpo político manifesta-se na economia. O papel primordial do governo é garantir a continuidade do corpo natural.

A tensão entre o corpo natural e divino matéria e forma é o motor da história rumo ao Estado. Essa é, em Bodin, a ambígua natureza do corpo vivo do Estado: dinâmica de um jogo de paradoxos constantes; natureza e artifício; essência e aparência; idéia e experiência; unidade e multiplicidade; verdade e teatro. Bodin recusa a ilusão das aparências. Denuncia o artificio e disfarce à sua volta. Mas seu pensamento retorna sempre à ambigüidade original: a natureza é, ela própria, artifício do demiurgo divino; a aparência denuncia a essência, ao menos para aqueles que souberem ler seus símbolos no mundo; a dialética de Bodin transcende as simples dicotomias de idéia e experiência e o múltiplo sempre retornará à unidade inicial que nele se esconde. A aparência é artifício divino que esconde nos signos da natureza a unidade divina, que o homem só pode compreender no decurso da história, pois é no amadurecimento da experiência humana que a unidade dos mundos se revela. O homem não tem acesso a Deus e, portanto, lhe é vedado o acesso direito à divindade, à verdade, à identidade. Resta ao homem a máscara do mundo, que não substitui o acesso ao Ser, mas lhe impõe um modelo de ação que permite a transcendência.

Eis a ambigüidade de uma obra que por vezes procura se elevar ao sublime, apenas pelo simples e ingênuo gozo da felicidade da contemplação da harmonia do mundo, suprema obra divina. Outras vezes a pena do autor mergulha nas trevas da insanidade da natureza humana, obstáculo intransponível à transcendência. Alegria e otimismo; ceticismo e melancolia. A obra de Bodin oscila sempre entre estes extremos.

A ambigüidade é parte constitutiva da obra de Bodin, por isto não se pode transformar em um esquema geral um pensamento que constantemente se desloca. A obra, em si mesma é movimento, todo o seu desenvolvimento, constitui a unidade da forma com o conteúdo.

Todos os capítulos da República partem de uma definição que é desenvolvida por meio de distinções progressivas, partindo do mais simples, a síntese, até o mais complexo, por meio de hipostases no tempo e espaço. Síntese desdobrada, o Estado só se permite ser plenamente apreendido nos desdobramentos nos quais se manifesta. O Estado se desenha

no percurso da história, através de cada vez mais diferenciados registros. Bodin procura apreender no fenômeno, na pura existência tal como se manifesta em toda a sua particularidade e singularidade, na multiplicidade que causa vertigem e parece fazer escapar a divindade, os próprios princípios do saber e razão divinos.

IV. Objetivo

A originalidade das idéias apresentadas por Bodin e o papel que passam a desempenhar na história do pensamento político moderno estão ligados, diretamente, à sua elaboração dos conceitos de soberania, como poder público e governo.

O objetivo principal deste trabalho foi procurar constatar em que medida a distinção e articulação dos conceitos de governo e soberania, pensados por Bodin, encontram-se na origem das idéias de Estado e administração pública modernos.

A partir dos estudos realizados na área de teologia política medieval, aliados às pesquisas sobre a origem do direito público e administrativo, procedemos a uma análise histórica do conceito de soberania e administração pública, a partir do confronto doutrinário levado a cabo pelas forças políticas medievais e pelos conflitos religiosos da França do século XVI.

Foi também abordado o processo de despatrimonialização e despersonalização da soberania a partir da distinção entre a figura privada do rei, como pessoa física, e seu caráter de representante público, como expressão do Estado. Procuramos observar, ainda, em que medida o conceito de soberania, tal como é concebido por Bodin, pode ser compreendido a partir da noção de sacralização do Estado.

Este trabalho toma como ponto de partida estas questões. Não pretende, apresentar uma resposta completa e definitiva sobre um tema tão complexo. É muito menos ambicioso. Pretende apenas investigar, na medida do possível, a contribuição do conceito de soberania, elaborado por Jean Bodin, na constituição das noções de Estado e administração pública modernos.

Este trabalho divide-se em seis capítulos. O primeiro capítulo trata da história do homem Bodin e de sua relação com a história de seu tempo.

No segundo capítulo apresentamos uma revisão bibliográfica. Procurou-se apresentar os aspectos mais relevantes das obras produzidas sobre as idéias de Bodin. Procedeu-se a uma análise mais minuciosa dos autores cujas argumentações eram mais relevantes para o tema deste trabalho. Dedicou-se maior atenção à distinção entre os autores que defendiam a tese de que as idéias de Bodin teriam um cunho absolutista e os autores que negaram esta hipótese. Tal distinção é relevante na medida em que permite compreender as particularidades da noção de soberania tal como foi concebida por Jean Bodin.

No terceiro capítulo foram retomados os argumentos dos autores que consideraram que o conceito de soberania teria dado origem à concepção de absolutismo monárquico com a finalidade de demonstrar as inconsistências destas teorias a partir da análise dos princípios e fundamentos teóricos, bem como do desenvolvimento histórico dos conceitos utilizados por Bodin em sua obra.

O quarto capítulo foi dedicado ao estudo da noção de justiça na obra de Bodin e seu papel na distinção entre os conceitos de Estado e governo.

No capítulo quinto foi apresentada uma análise da concepção de governo em Jean Bodin, abordando a inovação que este conceito instaura ao ser definido como o elemento do Estado dedicado à administração pública, isto é de sua ordenação, disciplinamento, manutenção e crescimento material.

Finalmente, no sexto capítulo, procurou-se compreender em que medida o aspecto teológico, incorporado à noção de Estado como administração pública teria permitido a Bodin estabelecer a distinção entre Estado e governo. A partir da distinção estabelecida por Kantorowicz entre os dois corpos do rei, foi analisada em Bodin a noção de soberania como conceito articulador de uma doutrina dos dois corpos do reino: o Estado e o governo. Abordando a concepção apresentada por Bodin da dignidade como marca por excelência da

função pública, foi analisado o caráter da soberania como personalidade transcendente, universal, imortal, que representaria por seu caráter público, no âmbito do Estado a ordem e harmonia do cosmo.

1. Um homem e uma época

"Sentir la douceur de la paix, et jouir du fruit d'icele"
(Jean Bodin - La Response aux paradoxes du M. de Malestroit)[1]

Em 1596, ano de sua morte, Jean Bodin escreveu "*O Colóquio do Sete Sábios*". A serenidade do estilo, a plástica onírica da paisagem, a escolha do diálogo como forma de expressão e a atmosfera de livre inquirição, proporcionada por uma escrita que deseja apresentar-se sem impedimentos nem sujeições, revelam um pensamento inquieto e pertinaz em busca da significação de toda a existência.

É certo que não encontraremos nesse texto o tom de otimismo e a vivacidade das primeiras obras. Mas também não há o ceticismo e nem a melancolia tão comum aos autores daquele período. Mais sutil, esse livro foi escrito para aqueles a quem a história permitira compreender que a única ação social capaz de conduzir à paz era a tolerância, para homens cujos julgamentos não fossem fáceis e cujas opiniões não fossem movidas pela fé irrefletida. A disposição otimista de Bodin era fundada no princípio segundo o qual a história é uma realização do progresso ético da humanidade. Ao afirmar a necessidade da tolerância para a harmonia social, Bodin pretendia excluir o julgamento de valor do campo político. Caberia à razão humana, desejosa de colaborar para a regulação da harmonia universal, perscrutar todas as manifestações sociais no intuito de revelar as grandes leis que determinam o desenvolvimento histórico das instituições e povos. Lamentavelmente, seu livro sobre a tolerância não pôde ser publicado, circulando apenas na forma de manuscritos clandestinos. Bodin viu todos seus livros serem condenados. Durante os mais duros momentos da guerra religiosa todos lhe viraram as costas. Permaneceu exilado e solitário.

[1] Na REPONSE, Bodin faz depender da tranqüilidade civil subseqüente às lutas entre armagnacs e borguinhões a multiplicação populacional da França e o aumento de sua riqueza.

Ainda assim, até sua morte, Bodin não perdeu o entusiasmo pela humanidade, acreditando firmemente que sua existência e obras teriam um significado para as gerações futuras.

É muito difícil conhecer as idéias e obras de um homem sem conhecer um pouco do próprio homem. Mais difícil é conhecer o homem e sua obra desconhecendo seu tempo; toda a separação de um pensador de sua época é artificial e enganadora. Nenhuma obra ou idéia pode ser tomada como independente da existência social e cultural de seu criador, de seu desenvolvimento e experiência como ser humano entre outros seres humanos. Compreender o pensamento de um homem exige a leitura de suas obras com os olhos de seu tempo, percorrer sua trajetória e trazer à luz as tensões e os limites expressos nos conceitos e categorias de sua época. Acima de tudo, deve-se ter o cuidado de não apresentar à obra questões às quais o autor não poderia responder.

No século de Bodin, a vida era violenta por toda a parte. Os Estados Nacionais em construção cobravam seu preço em vidas e as querelas religiosas dilaceravam os espíritos. Dissimulações dominavam as condutas, opiniões fáceis e fés cegas dominavam as idéias. As fés adquiriram a força de espadas e os Estados, a força da fé. Em nome de uns e de outros, foram vertidos rios de sangue. A violência também penetrara o interior dos indivíduos, perpassando toda a sua existência social.

Os dados pessoais de Jean Bodin têm sido, ao longo dos séculos, motivos de controvérsias. Não se pode assegurar com total segurança a data de seu nascimento, a origem de sua família, os locais nos quais estudou ou mesmo por onde passou. Traçar um retrato de Jean Bodin tem se mostrado uma tarefa das mais difíceis para seus estudiosos. O Bodin que nos fala, através de seus livros, parece pouco inclinado a revelar fatos de sua própria vida quando estes não envolvem qualquer evento ou função pública. Não deixou nenhum relato autobiográfico e raramente encontramos em seus trabalhos referências à sua vida pessoal. Os escassos relatos e documentos e, mesmo as pesquisas mais recentes, não têm conseguido lançar luz sobre o obscuro passado de nosso autor. [2] Por outro lado, a

[2] PASQUIER, um dos mais respeitados biógrafos de Bodin; observa que, como a maioria dos autores do século XVI, salvo Montaigne, Bodin se mostra pouco inclinado a falar de sua vida e infância: "*s'il a parlé avec abondance de tous les événements de sa vie publique, il ne nous a presque rien dévoilé de sa vie privée et s'est tu sûr ses origines*". Ver Abbé PASQUIER, Emille "La Famille de Jean Bodin", in "*Revue d'histoire*

leitura das obras de Bodin deixa ao leitor sensação de que ele perseguiu, durante toda a vida, um objetivo: a glória de ser reconhecido como um dos grandes homens públicos da França.

Podemos dispor de uma pequena parte de sua correspondência [3] e em suas obras podemos encontrar referências a episódios de sua vida, aos cargos que ocupou e às funções que exerceu. Também os prefácios e dedicatórias podem oferecer-nos alguma pista para o estabelecimento de datação mais precisa para alguns episódios e circunstâncias de sua vida e obra. Acima de tudo permitem que conheçamos seu círculo de amizades ou, como observa Roger Chauviré, seus protetores e inimigos, contra quem não dispensava o debate e querelas.[4]

Boa parte dos documentos originais, que permitiu o trabalho dos primeiros biógrafos, encontram-se hoje desaparecidos. [5] Embora sejamos forçados a remeter freqüentemente

---

de l'èglise de France", octobre/decembre 1933. p. 30. Sobre a vida e obra de Bodin, ver também GALA, Pedro Bravo. "*Estudio Preliminar*", que antecede a edição espanhola de "*Los Seis Libros de la Republica*". Madrid: Editorial Tecnos, 1992.

[3]Temos notícia de uma pequena parte de sua correspondência: duas cartas a Pierre Ayraut, uma delas atualmente na Biblioteca municipal de Laon; Roger Chauviré descobriu duas outras cartas endereçadas a "*Monsieur de la Mauissiere , chevalier de lordre du Roy et conseiller destat de As Maiest",* os quais encontram-se hoje na Biblioteca National em Paris; ["*Collection des cinq cents"* de Colbert, Vol. 472.] Estas cartas encontram-se reproduzidas em apêndice no livro de CHAUVIRÉ. Importante é *a "Epistre de Iean Bodin touchant l'institution de ses enfans a son nepveu"* de 09 de novembro de 1586, também na biblioteca Nacional [Appendice aux mss. / f. latin 6564, 13972 et n. a. l. 515]. Esta mesma carta foi publicada por H. Baudrillart em seu livro "*Jean Bodin et son temps*" Paris, Guillaumin, 1853. Uma *"Lettre à Jan Bautru des Matras*" em latim, de 1561 ou 1563, foi conservada por Paul Colomiès em uma compilação *dos "François que ont entendu la langue hebraique*", na edição de sua "*Gallia Orientalis*", La Haye, 1665. p.p. 76 e sgs. Além destas cartas, encontram-se na Biblioteca Nacional de Paris diversas cópias e fragmentos de cartas: uma carta de Bodin a Nic. Touilliart , de 20 de janeiro de 1583; uma outra carta , de 20 de janeiro de 1590, endereçada a Mr. Brisson, na qual Bodin defenderia a posição da Liga . Esta carta encontra-se entre o acervo de Gaucher de Sainte-Marthe, [Nat./f. français 20153, p. 459.]; outras duas cópias de fragmentos desta carta podem ser encontradas nesta biblioteca: [Nat./supplementt fr. 4255, ancien f. fr.15222] e [Coll. Du Puy, vol. 744, p. 104.]. Uma versão mais completa do que as anteriores foi editada por G. Chaudière em 1590 {Nat. Lb.35 326]. Ver CHAUVIRÉ, Roger. "*Jean Bodin , auteur de la République*" . Genève: Salatkine Reprints, 1969. p.09 e segs.

[4] Ver CHAUVIRÉ, Roger. op. cit. p.10.

[5] Segundo CHAUVIRÉ, notas como as encontradas em obras do século XVII , como o "*Dictionaire Geógrafique de Maine-Loire*" ou "*Bibliothéque Mun. D'Angers*", fazem referência à documentação extensa , em boa parte espólio de títulos de notários, registros paroquiais e atas autênticas e coleções genealógicas privadas", já na época dados como perdidos. Ver CHAUVIRÉ, Roger. "*Jean Bodin , auteur de la République*". Genève: Salatkine Reprints, 1969. p. 10, nota 1.

nossas informações aos biógrafos de primeira hora, isto deve ser feito com prudência. Bodin parece ter sido um homem cujas opiniões sempre despertaram debates apaixonados e nenhum autor parece ter-se isentado de incorporar às suas análises sobre a vida de Bodin interpretações subjetivas explicativas das opiniões que se manifestavam em sua obra. [6]

Encontramos repetições de dados cujas fontes jamais são explicitadas, tal como a descendência judaica de sua mãe, supostamente expulsa da Espanha.

A dificuldade em estabelecer a veracidade a respeito da vida de um autor polêmico e ambíguo como Bodin, sobre quem eram sustentadas as opiniões mais diversas, devido a escassa documentação, pode levar o estudioso a cair no campo da mera especulação. Alguns autores, por exemplo, procuram fundamentar suas teses em uma suposta conversão ao calvinismo ou a um casamento em Genebra.[7]

Algumas das especulações a respeito da vida de Bodin caíram por terra após a publicação das pesquisas de Pontieux, que trouxeram à luz cartas, registros e uma série de materiais relativos à época em que Bodin teria freqüentado um mosteiro carmelita, ao período em que foi deputado dos Estados Gerais e à sua velhice.[8]

---

[6] Ver CHAUVIRÉ, Roger. "*Jean Bodin , auteur de la République*" . Genève: Salatkine Reprints, 1969. p. 10 e segs.

[7] Em 1946, NAEF afirmou que Bodin teria vivido por vários anos em Genebra. Lá, convertera-se ao protestantismo e casara. Em oposição a esta opinião, vários estudos são publicados em 1948, e principalmente os trabalhos de Levron, e Droz apresentam evidências que refutam uma suposta estada de Bodin em Genebra. A controvérsia que envolve a vida de Bodin assumiu uma tal proporção que, sobre poucos fatos de sua vida, pode ser garantida a veracidade. Ver NAEF, Henri. <<*La jeneusse de Jean Bodin ou les Conversions oubliées*>>, in "*Bibliothèque d'humanisme et Renaissance*", Tomo VIII, 1948, LEVRON, J. <<*Jean Bodin, Sieur de Saint-Amand ou Jean Bodin, originaire de Saint-Amand*>>, in "*Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance*"Tomo X, 1948. DROZ, E. <<*Le Carme Jean Bodin Herétique*>>in "*Bibliothèque d'humanisme et Renaissance*" Tomo X, 1948. DELUMEAU, Jean .<<*Nascimento e Afirmação da Reforma*>> São Paulo: Livraria Pioneira Ed. ,1989. p.329.

[8] PONTIEUX, A . "Quelques Documents inédits sur Jean Bodin", in " *Revue du Seizième siècle"*, tomo XV, 1928.

Embora os estudos sobre as obras e vida de Bodin tenham se multiplicado nos últimos cinqüenta anos,[9] as principais referências para o estudo deste autor continuam sendo as obras clássicas de Baudrillart, de 1852 e de Chauviré, de 1914.[10] Na década de cinqüenta, foram realizados importantes estudos sobre Bodin, notadamente o trabalho de Pierre Mesnard que, durante quinze anos, procurou, através de um estudo detalhado de sua vida e obras, estabelecer as primeiras edições críticas.[11] Todavia, inúmeros pontos continuaram obscuros em sua biografia.

De Thou[12] teria sido, dentre os primeiros biógrafos de Bodin, o que teria vivido o mais próximo de sua época. A maioria dos biógrafos iniciais, que se tornaram fontes para os estudiosos posteriores, apareceram nos séculos XVII e XVIII.[13]

A mais completa biografia de Jean Bodin, dentre os biógrafos iniciais, encontra-se no "*Dictionnaire historique et critique"*, de Pierre Bayle, cuja primeira impressão apareceu em

---

[9] Como assinala MESNARD, em seu <<*État présent des études bodiniennes* >>, os atuais estudiosos de Bodin tendem a dar maior crédito às fontes mais antigas e aos "*biographes de la première heure".* Os estudos mais modernos encontram-se repletos de contradições e especulações. É interessante observar, entretanto, que todos recorrem às mesmas fontes, o que parece permitir a conclusão de que os únicos, de fato, a apresentarem dados que remetem diretamente às fontes originais seriam Chauviré, Baudrillart, e, mais recentemente, os estudiosos da *Association généalogique de l'Anjou* na cidade natal de Bodin, Angers. Entretanto, a maioria dos outros estudiosos reproduzem a opinião destes autores ou citam as mesmas fontes, desconhecendo as últimas pesquisas e fontes . A principal fonte citada por todos é, ainda, o artigo dedicado a Jean Bodin, por Pierre BAYLE em seu <<*Dictionnaire historique e critique*>> de 1696. Todavia, dados recuperados a partir dos estudos dos arquivos da Biblioteca municipal de Angers e do testamento e cartas de Jean Bodin a seu sobrinho e amigos, bem como as já citadas pesquisas de Pontieux e Mesnard, têm trazido à tona aspectos antes ignorados da vida de Bodin.

[10] BAUDRILLART, Henri- << *Bodin et son temps*>>. Paris: 1852, citada por Pierre MESNARD in <<É*tat présent des études bodiniennes* >>, op.cit. e <<*L'Essor de la philosophie politique au XVI siècle*>>, Paris: J.Vrin, 1977. CHAUVIRÉ, R. <<*Jean Bodin, auteur de la République*>>op. cit.

[11] No final da década de 50, MESNARD deu início à edição crítica das obras de Jean Bodin, para o <<*Corpus General des Philosophes Français*>>. Com o título de <<*Oeuvres philosophiques de Jean Bodin*>> (Texte établi, traduit et publie par MESNARD, Pierre) Paris: P.U.F., 1951, três volumes chegaram a ser publicados, contendo <<*Le Discours au Senat et au Peuple de Toulouse sur l'Éducation a donner aux jeunes gens dans la République*>>; <<*Tableau du Droit Universel*>> e <<*La Méthode de l'Histoire*>>.

[12] Jacobus Augustus THUANUS. (Jacques Auguste DE THOU). "*Historia Rerum Anni 1596*"

[13] Ver : COLOMIÈS, Paul "*Gallia Orientalis'*. Hague 1665, p. 74; BAYLE, Pierre *"Dictionnaire historique et civiqu*e". T.I, Amsterdam: 1730. p. 591.; NICÉRON, Jean Pierre. "*Mémoires pour servir à l'histoire des hommes ilustres dans la république des lettres"*, t.XVII, Paris: 1732, p.245.

1696.[14] Seu maior mérito seria a referência a testemunhos vivos e uma maior proximidade da cultura, pensamento e condições de vida da época de Bodin, se bem que entre um e outro se tenha passado algo em torno de cem anos. Como a maioria dos estudos sobre a vida de Bodin, também as informações de Bayle são lacunares e imprecisas.

Mesmo os estudos levados a cabo pela *Association généalogique de l'Anjou* não conseguiram esclarecer alguns dos pontos obscuros da vida de Bodin. Um exemplo das dificuldades encontradas no estudo da documentação em Angers é a pesquisa feita por Célestin Port, em 1874, que relacionou, no mesmo período de nosso autor, nada menos de 17 pessoas célebres em Anjou que apresentavam o nome de Jean Bodin.[15]

Com certeza, sabemos que foi um homem de opiniões desconcertantes, se levarmos em conta as reações violentas que suscitou nos mais diversos círculos de sua época: foi condenado pelos católicos, odiado pelos huguenotes, repudiado pelo rei. É necessário lembrar, todavia, que Bodin viveu em um século desconcertante e turbulento, quando estavam em gestação algumas das forças materiais e espirituais que fundariam o pensamento político moderno. Naqueles anos, a idéia de cristandade passava por sua prova de fogo e as monarquias, a francesa em particular, quase foram levadas a um colapso pelas guerras de religião e pelas lutas intestinas pela consolidação do poder.

As dificuldades sobre os dados a respeito da vida de Jean Bodin têm início com o próprio estabelecimento da data de seu nascimento. Com certeza nasceu em Angers, capital de Anjou, durante o reinado de François I, provavelmente em 1530, ano em que Carlos V de Espanha foi coroado imperador. Isto pode ser inferido do testamento de Bodin, datado de 5 de junho de 1596, no qual afirma ter completado sessenta e seis anos.[16] Teria morrido neste mesmo ano, dois anos antes da promulgação do Édito de Nantes por Henri IV.

Muitas hipóteses foram levantadas sobre a infância de Bodin e seus familiares. Inúmeros autores especularam sobre os aspectos obscuros de sua vida, acabando por atribuir muitos dos pontos desconcertantes de sua obra ao que consideravam desvios

[14] Uma reimpressão do artigo de Bayle no "*Dictionnaire historique e critique*" foi publicada na revista "*Corpus*", no 4, Paris: 1987, p. 122 e sgs.
[15] Citado por GOYARD-FABRE, Simone. op.cit. p.19.

religiosos seus ou de seus familiares. Como forma de justificar o conhecimento da cabala e seu elogio a muitos dos princípios hebraicos, alguns autores especularam sobre uma possível origem judaica de Bodin, supondo que sua mãe, Catherine Dutertre, seria uma sefardita. [17] Tal suposição parece mais uma tentativa de explicar a diversidade característica de sua obra, não pelo espírito especulativo e livre de seu autor, mas por influências impostas por sua infância.

Sobre sua família, Levron,[18] pesquisando nos arquivos da cidade natal de Bodin, Angers, verificou que entre 1529 e 1530 , período de seu provável nascimento , mais de uma dúzia de Jeans Bodins teriam nascido em Angers. Levron identifica o autor dos "*Seis Livros da República*" com um dentre eles cujo pai, Guillaume, teria sido *maître tailler*, mestre artesão alfaiate e cuja esposa, nascida Dutertre, foi sem dúvida católica, irmã de um prior da Ordem Carmelita e de um proprietário rural enobrecido.

As escassas informações a respeito da condição social de sua família permitem deduzir apenas que seu pai, Guillaume Bodin, pertenceria à pequena burguesia comercial e deve ter gozado de uma posição econômica capaz de permitir ao filho uma vida confortável e uma formação educacional jurídica. Sua mãe, Catherine, segundo os registros paroquiais de casamento, seria proveniente de uma família de Angers.[19]

Os dados apresentados por Pasquier permitem a conclusão de que Bodin teria seguido aqueles que seriam os passos tradicionais de uma família ligada às letras. Seu avô, também Jean Bodin, teria sido *"licenciée en loix"* e advogado; seu tio, Roland Bodin, teria estudado direito a fim de seguir a carreira judiciária, antes de tornar-se negociante. Existem notícias de um outro Bodin, que teria pertencido ao clero secular e seria provavelmente também tio de nosso autor. Não seria de estranhar, assim, que Bodin tenha se dedicado aos estudos

---

[16] Ver PASQUIER. op. cit, e POUTIEUX. op. cit.
[17] *Sefarditas* era o nome pelo qual eram conhecidos os descendentes de hebreus, que habitavam a Península Ibérica até a sua expulsão de Portugal, em 1496, e da Espanha, em 1492.

[18] LEVRON, J. "*Jean Bodin et les famille*". Angers : 1950. p.p.14-24.
[19] Ver PASQUIER. op. cit. P. 460.

teológicos e de direito. A formação jurídica era a forma da pequena burguesia comercial ascender socialmente.

É necessário tomarmos cuidado para não aplicarmos categorias como "burguês" ou "membro da pequena burguesia" como definições estáticas da origem social de Bodin. Construções abstratas e sínteses deste tipo podem levar a uma generalização superficial que empobrece o seu conteúdo. Ao assumir a condição de forma pura, uma categoria pode deixar escapar toda a dinâmica específica dos conflitos que determinaram a construção do processo social real ao qual se refere.

1.1. A época de Bodin

No período em que Bodin nasce e vive, a tensão social é elevada. Fragmentam-se os antigos padrões de classe sociais enquanto novos padrões encontram-se ainda em vias de constituição. O conflito social era generalizado e entre os valores e ideais de classes encontravam-se amalgamados também conflitos determinados por relações econômicas e políticas. Coexistia uma diversidade de relações sociais que iam da escravidão, passando pela manutenção de estruturas ainda feudais, com a existência de servos da gleba, à burguesia fragmentada em diversos estratos e uma nobreza esfacelada em busca de poder e estabelecimento social na corte.

Durante o século XVI, a grande afluência de metais preciosos originários das Américas provocou uma elevação da quantidade de dinheiro em circulação e determinou mudanças nas relações sociais. A desvalorização da moeda provocou uma inflação sem precedentes, acompanhada de uma queda drástica do poder aquisitivo. O valor da *livre tournois*, a libra tornesa,[20] caiu vertiginosamente e os preços das mercadorias subiam assustadoramente. Em razão desta inflação incontrolável, ocorreu a elevação do valor dos arrendamentos e das terras. Agricultores, comerciantes, artesãos e todos aqueles que podiam repassar a elevação dos preços puderam enfrentar a crise. Já para aqueles cuja renda era fixa, trabalhadores e *seigneurs fonciers*, senhores de terras, a crise atingiu diretamente.

Senhores e nobres passaram a procurar funções na corte e no governo, garantindo uma posição estreitamente ligada ao rei. A burguesia letrada procurou segurança nos cargos públicos e empregos administrativos.

A queda da moeda desvalorizava a base econômica da nobreza francesa que vivia da renda de terras. O endividamento foi inevitável e, ao longo do século XVI, a antiga nobreza viu seus domínios rurais caírem nas mãos da rica burguesia. Como alternativa, foi obrigada a aproximar-se do rei e submeter-se à domesticação da corte.

Também a base econômica do rei mudara de categoria. À medida que suas antigas propriedades senhoriais perdiam o valor, cada vez mais dependia de sua função como rei para garantir sua posição de superioridade e poder. Se no período feudal o acréscimo através de guerras de novos territórios ao seu patrimônio era a principal fonte de riqueza e poder, há muito os impostos e pagamentos de tributos diversos passaram a constituir as principais fontes de renda do reino.

No século XVI, o tesouro e as finanças públicas já tinham como sua principal fonte os impostos e pagamentos de tributos. A nobreza, por seu turno, ainda dependia de suas terras. As crescentes guerras e a incessante falta de recursos para cobrir os gastos do reino, levaram o rei a estabelecer uma nova forma de comércio: a venda de cargos públicos. A venda dos empregos burocráticos permitiu à rica burguesia ascender em massa aos cargos ofíciais do reino. Rapidamente a venda de cargos passou a ser a principal fonte de receita do Estado. O valor dos cargos crescia tanto em termos monetário como em termos de poder. Seus possuidores passaram a ser gradualmente equiparados à nobreza. Famílias de burgueses ricos, proprietários de cargos, passaram a constituir verdadeiras nobiliarquias de funcionários. Ao lado da antiga nobreza de espada (*noblesse d' epée*), passou a existir uma nova nobreza de toga (*noblesse de robe*). Esta burguesia cada vez mais enriquecida, especialmente os magistrados e oficiais de justiça, compravam [21]terras dos senhores arruinados pela inflação, passando a utilizar seus respectivos títulos[22].

---

[20] *La livre tournois* - libra tornesa, moeda cunhada em Tour e que se tornara moeda real.
[21] Ver PERNOUD, Régine "*As Origens da Burguesia*". Lisboa: Publicações Europa-América, 1986. p.90.
[22] A operação era ainda mais interessante a medida em que a posse de terras e títulos de nobreza implicavam em isenção de impostos. Ibidem, p.90.

Com efeito, a crescente urbanização e a comercialização da sociedade trouxeram consigo uma diferenciação e individualização das diversas funções sociais cada vez maiores. Dentro da própria burguesia era possível distinguir mais de uma função e estratos sociais. Também a função do rei se especializara. O aumento do poder do rei dependia agora muito mais de sua capacidade de obter recursos e administrar bens públicos cada vez mais diferenciados. Um exército de funcionários encontrava-se sob as ordens régias e uma das funções do rei passara a ser dirigir estes funcionários e coordenar as diversas atividades administrativas e financeiras em todo o território francês.

Sob François I^{er} (1515-1547), uma tendência passou a dominar a estrutura social francesa. Começava a tornar-se cada vez maior a distância entre os cortesãos e aqueles que não pertenciam à corte. As funções tradicionais do senhor feudal, vassalos e cavaleiros vinham gradativamente perdendo a sua função social. Apenas uma parte da antiga nobreza encontrava-se integrada na corte nascente. Com a ruína financeira, a luta pela conquista de uma posição tornava-se o centro das atividades de sobrevivência das famílias nobres. Nome e tradição deixavam de ser o único critério de prestígio social junto ao rei. Como observa Norberto Elias, no século XVI ocorre "*uma nova estruturação da nobreza baseada em um princípio de distanciamento e constituição distinta da anterior*" [23].

Via-se o início de um jogo, constituído pelo apoio social do rei na corte, por meio da manipulação da ambição e vaidade da nobreza. Este jogo encontrava sua maior expressão de um lado, na luta por parte da nobreza, que não pertencia ao círculo da corte, para ocupar este espaço e de outro na burguesia togada, que assumia um aspecto estamental , separada da burguesia comercial e artesanal e que, à imitação da nobreza de corte, procurava cada vez mais assegurar-se de posições, privilégios e cargos junto ao rei.

As disputas entre as famílias, que determinaram as guerras civis religiosas, no período em que Bodin escreveu seus *Seis Livros da República*, foram o resultado da política social de corte levada a cabo por François I e poderiam parecer um retrocesso à condição feudal medieval , em que as famílias disputavam cada palmo do reino em direção

[23] Ver ELIAS, Norbert. "*La Sociedad Cortesana*" Tradução de HIRATA, Guillermo. México: Fondo de Cultura Economica, 1996. p. 218 e ss.

de uma progressiva fragmentação feudalizante. Todavia, as lutas entre as famílias não eram travadas no sentido de recuperar uma ordem feudal, mas de conquistar o ponto central da corte, a coroa e o poder que dela provinha: o controle do Estado. Mesmo a volta da convocação das assembléias, Parlamentos e Estados Gerais que, para muitos, deu a impressão da instauração de um sistema próximo do parlamentarismo, longe de enfraquecer o rei, propiciou um palco para o seu triunfo, pois revelou o grau em que tinha chegado a luta pela distribuição de oportunidades, cargos e privilégios no reino. Com François I, nascia um novo tipo de administração dos negócios do reino, que passava por uma reestruturação do próprio círculo de apoio real. Tal forma só alcançaria sua plenitude com Henri IV (1589 - 1610) e, a partir daí, fundamentou toda a arte política da corte e burocracia administrativa dos reis Bourbons.

Em 1515, ano da coroação de François I, o processo de distanciamento do rei da nobreza, essencial para a construção da figura do rei absoluto ainda estava em via de formação. Em virtude de sua origem social e cultural, o rei encontrava-se vinculado à nobreza e não era ainda, como mais tarde seria no período absolutista, concebido como separado e acima dos demais nobres. Socialmente, o rei pertencia à nobreza e sua condição era de "*primus inter pares*", *le roi chevalier* , o principal cavaleiro em uma sociedade de cavaleiros. Nesta sociedade, a reminiscência da honra cavalheiresca ainda se encontrava presente. A guerra era concebida como um jogo cavalheiresco, e François I participava constantemente de torneios e caçadas. Como valente cavaleiro, sua conduta, sua honra e sua vida, estavam vinculadas às convenções e cultura cavalheirescas. Neste sentido não era diferente de nenhum outro nobre, cuja conduta deveria obedecer às mesmas regras. O processo de expansão territorial exigia que François I, como rei, liderasse e encabeçasse seus cavaleiros nobres nas batalhas. Na ausência das guerras, a convenção exigia que nas festividades o nobre expusesse sua perícia e honra em torneios.

Tratava-se dos estertores da cultura cavalheiresca e mesmo em seu principal campo a cavalaria vinha perdendo a sua razão de ser. As novas invenções e as mudanças na área da estratégia militar transformavam radicalmente as guerras. Boa parte do poder que a nobreza possuía junto ao rei, no período feudal, era proveniente do importante papel que seus

homens e sua cavalaria desempenhavam nas batalhas. Também eram eles quem arcavam com a maior parte dos gastos militares, cavalos e armas. Nos novos tempos, não apenas o empobrecimento da nobreza mais também a elevação dos custos dos empreendimentos militares dificultam sua participação. O tesouro real permitira ao rei arregimentar tropas próprias, soldados pagos transformando o exército em um grande empreendimento administrativo e financeiro.

Na nova guerra começava a imperar a moderna estratégia militar baseada no cálculo, no uso de armas de fogo e da infantaria bem treinada. A antiga nobreza perdia, assim, sua função. Gradualmente a cavalaria, muito honrada, mas pesada e lenta, cedia espaço para a cavalaria ligeira e para a soldadesca, formada, em grande parte por camponeses ou mercenários.

Alguns grandes feudos, domínio de senhores poderosos, ainda resistiam no período de François I. A administração real era cada vez mais centralizada e cargos públicos como *baillis* [24]e oficiais de tribunais eram dominados por burgueses. Começava a tornar-se pública a luta entre o rei e as diversas famílias nobres, pela primazia e controle do poder. François I acabara por constituir, a partir de favores e privilégios, uma nova aristocracia cortesã, cuja hierarquia ia do mais simples burguês enobrecido até o *pair de France*[25] e o favorito do rei. Embora estes títulos nobiliárquicos estivessem vinculados às propriedades rurais e às suas rendas, a posição de cada um na hierarquia representava, acima de tudo, uma distinção concedida pelo rei.[26]À medida que os cargos passam a depender cada vez mais do favor do rei, mais a nobreza se introduz na casa real.[27] A partir daí passam a ter

[24] Os *baillis* eram funcionários que administravam a justiça em nome do rei nas cidades e províncias. Trataremos do papel e função dos *baillis,* mais adiante, *no capítulo IV.*

[25] *O pair de France,* que presidia a *Chambre* des Pairs, constituída pelos "*douze pairs de France*", era o nobre de posição mais elevada no reino. Pela importância política e social familiar, muitas vezes o *pair de France* rivalizava ou superava em honra e poder a posição do rei.

[26] O jogo da corte exigia a presença constante dos nobres, antigos e novos, junto ao rei, quer para impedir intrigas contra si ou promovê-las contra outros. Uma grande quantidade de pessoas passa a acompanhar o rei. Em uma época em que a administração do rei ainda era itinerante, o crescente número de membros da corte levou à necessidade de serem estabelecidos espaços apropriados para abrigar tanta gente. François I teve que construir e remodelar edifícios e espaços para este fim, já que não existia nenhum local adequado. O vale do Loire tornou-se repleto de castelos como o château de Chambord, construído entre 1519 e 1547.

[27] Com François I surge o costume do rei e príncipes serem servidos por nobres mesmo nas funções mais humildes como criado de quarto. Ver ELIAS. op. cit. p. 218.

cada vez maior importância cargos como *le grand-maître de l'hotel*, responsável pelo controle de todos os negócios da casa real, cuja posição hierárquica seria semelhante à do Marechal de França ou, mais tarde do Grande camareiro real.

1.1.1. Os Tempos de Formação

De acordo com a situação social provável de seus familiares, com o tipo de estudo para os qual foi encaminhado e, tendo em vista a cultura da época, parece possível afirmar que Bodin seguiu os passos tradicionais de um jovem proveniente da pequena burguesia comercial: estudos iniciais em um colégio religioso e posterior formação jurídica. O objetivo deveria ser a preparação para a futura conquista de uma posição na corte.

Uma longa disputa foi estabelecida em relação aos primeiros estudos de Bodin, se teria ou não estudado em um mosteiro ou, ainda se teria sido expulso antes de completar os votos.[28] As pesquisas de Poutieux, junto aos registros da ordem carmelita em Paris, permitiram demonstrar que a primeira educação de Bodin parece ter transcorrido normalmente, na condição de noviço junto aos irmãos carmelitas, por recomendação de um parente seu capelão em Vauchrétien. Como era comum à época do Renascimento, jovens que demonstravam talento e futuro promissor eram encorajados e recebiam ensinamentos especiais dos prelados, não significando obrigatoriamente uma opção pela vida religiosa. Neste período Bodin teria tido a oportunidade de conhecer não apenas o tradicional ensino de letras e teologia, mas aprofundado seus estudos de grego, latim e hebraico. Parece possível que tenha tido, nesta época, a proteção do bispo de Angers, Gabriel Bouvery,

[28] A respeito da juventude de Bodin, MESNARD identifica duas escolas, uma angevina e outra suiça. Segundo De Thous, Bodin teria sido em sua juventude carmelita e dispensado mais tarde de sua vida monástica. A partir deste ponto, a denominada 'escola suiça' identifica Bodin a um personagem que teria sido processado por heresia, encontrado abrigo em Genebra e se tornado protestante. A corrente dos angevinos não reconhece nenhuma prova capaz de provar essa versão suiça e prefere ver em Bodin um católico sempre fiel à sua fé. MESNARD, Pierre. "*Oeuvres philosophiques de Jean Bodin*". Paris, 1951. t. V, p.3. X.

famoso letrado renascentista, de grande influência em Paris e sobrinho de um chanceler de François I.[29]

Apesar de toda a proteção que recebia, a carreira eclesiástica não pareceu atrair o jovem Bodin. Antes de pronunciar seus votos deixou o convento para se dedicar aos estudos de filosofia e direito. Alguns autores interpretam o abandono da carreira eclesiástica como o sinal de uma crise religiosa pela qual estaria passando nosso autor, ou ainda um sinal do inconformismo ou ainda o indício de uma certa atitude calvinista.[30] Mas, como observa Simone Goyard-Fabre, a saída de um convento pode ser explicada, naquela época, por outros motivos, que não, necessariamente uma fuga ou crise religiosa *:*

> *"É preciso lembrar o que representava Paris para um adolescente ávido de saber : Sainte-Geneviève com seus cursos de magistrados e seus conciliábulos clandestinos, as querelas dos ramistas, , a ofensiva humanista e , memorial do grande Budé, o colégio das quatro línguas , onde os cursos abertos a todos, atraem nesta época os melhores espíritos da Europa".*[31]

Que tentação não deveria ser Paris para um jovem estudioso, inquieto e curioso como parecia ser Bodin. A Paris de François I vivia em um estado de ebulição, ponto de encontro de calvinistas, luteranos, intelectuais perseguidos pelo cristianismo, anabatistas, de homens de espírito inquieto como Ramus ou Miguel de Servet. Em 1530, por iniciativa de Budé e outros humanistas, François I criara um centro que ficaria conhecido por sua excelência e vocação cultural, o "*Colégio dos Leitores Reais*". Conhecido como Colégio Real, não

---

[29]Ver POUTIEUX. op. cit. p. 57. Sobre os problemas de Bodin com os carmelitas ver DROZ, E. "*Le Carme Jean Bodin, Herétique*"in "*Bibliothèque d'humanisme et Renaissance*". Tomo X, 1948. p. 78 e segs.

[30] Segundo DROZ, seria possível que nosso autor fosse um certo Bodin, cujo nome constava em um processo de julgamento por heresia pela Corte do Parlamento de Paris, em 1547, juntamente com outros dois irmãos da ordem. Em agosto de 1548, seis carmelitas, entre eles um Jehan Boudin, teriam sido julgados. Em outubro estes carmelitas teriam abraçado publicamente a fé protestante. Embora tenhamos informação de que alguns destes carmelitas tenham sido condenados e executados, nada se sabe deste Boudin. Nada, entretanto, permite concluir que se tratasse de fato de nosso autor. Nesta época Bodin contaria com apenas 17 ou 18 anos. Os documentos parecem provar apenas que existiu um Boudin condenado por heresia, e não um Bodin, e mesmo considerando, como faz Droz, a possibilidade de um erro de anotação no processo, e se tratasse de um Jean Bodin, este, como vimos, era um nome muito comum. Ver DROZ, E. *"Le carme Jean Bodin , herétique"* in *"Extrait de La Bibliotheque d' Humanisme et Renaissance"*. T.X , Paris:1948. 78-94 p.p.

31 GOYARD-FABRE, Simone. op.cit. 21 p.

conferia grau mas tornou-se rapidamente um lugar de debate livre e desinteressado.[32] Era para Paris, seus debates e sua corte , que todo o jovem ambicioso aspirava a ir.

Durante o período de sua formação, Bodin pôde acompanhar a constituição de um emaranhado de problemas políticos, econômicos, religiosos e sociais que determinaram decisivamente seu pensamento. Momento de ebulição política e intelectual , naqueles anos em que a idéia de unidade cristã entrava em colapso, encontravam-se já em andamento as forças que arrastariam toda a Europa para um longo período de crises políticas, conômicas e guerras intestinas pela consolidação do poder.

Observada à distância, em seus aspectos gerais, a intrincada trama na qual se tornara a vida dos nascentes territórios nacionais europeus pode ter a enganosa aparência de um tecido uniforme, harmonioso e simples. Mas basta um exame mais apurado e sobrepostos enlaçamentos se revelam e fazem suspeitar que, para além das explicações simples, se revelará a complexidade . A intrincada trama do tecido exige que, para que possamos compreender melhor a luta de toda uma vida, examinemos com certo cuidado esta rede de problemas. Conhecer um homem é procurar compreender a sua experiência de mundo, como, desde os primeiros anos da vida, os conflitos e experiências felizes fizeram os desejos se constituírem e como foram definidos, ao longo dos anos , através do convívio com as demais pessoas . É preciso compreender, enfim, o papel das pressões sociais sobre o indivíduo .

A dinâmica que possibilitou a sobrevivência e autonomia dos Estados Nacionais em formação tinha liberado forças que eclodiram em violentas lutas territoriais entre partidos internos e entre os Estados emergentes . A violência dos conflitos, que freqüentemente colocaram em risco a própria existência do Estado; revelou o caráter explosivo das forças políticas que gestaram a formação destes Estados. O território europeu tornara-se território de guerras infindáveis, que contrapunham os Estados territoriais em expansão que se confrontavam em uma luta de sobrevivência. Em nome da nova instituição nascente, o Estado nacional, homens se viram diante do caminho que esboçava o futuro da política

[32] Após a Revolução, o Colégio Real passou a chamar-se Colégio de França. Ver CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. "*História da Universidades*". S.P.: Ed. Unesp, 1996.

moderna. Tabuleiro de xadrez onde cidades e Estados jogavam sua sobrevivência e destino, a Europa do século XVI constituiu um palco sangrento que levou pensadores como Bodin e Maquiavel a meditarem sobre a natureza da ação política, da paz e da ordem e o destino dos Estados.

Diferenciada e muitas vezes descontínua, a constituição das monarquias européias em Estados nacionais não foi um processo linear e uniforme , como freqüentemente fazem parecer as descrições dos livros de história. As realidades locais distintas, a capacidade de sobrevivência maior ou menor das relações feudais e o aparecimento de soluções momentâneas a partir de condições particulares levam à constatação de que as imensas potências territoriais não devem sua formação a algum tipo de irresistível força histórica, mas a uma interação de inúmeras forças sociais em luta pela defesa e sobrevivência de modo que cada situação encontrou sua forma própria de solução. Soluções particulares tendiam a inspirar a reflexão de juristas e estudiosos sobre a aplicação de saídas políticas semelhantes, como uma forma geral de resolução de problemas políticos .

Na Itália os particularismos se interpunham entre as cidades e a ansiedade por viverem, cada uma sua própria vida, refreava qualquer possibilidade de unificação. A multiplicidade de formas políticas, econômicas e culturais faziam contrapor-se às cidades-estado. Autônomas e auto-suficientes, principais centros comerciais medievais, cada uma daquelas cidades havia encontrado sua própria fórmula de equilíbrio. As rivalidades, acentuadas a cada disputa territorial ou econômica , representavam um intransponível empecilho à superação dos particularismos e à unificação territorial. Além disso, o papado possuía toda a força e interesse capaz de impedir uma futura unidade encabeçada por qualquer das cidades pleiteantes, sem que ele próprio fosse capaz de produzi-la. Concorrentes comerciais subjugavam umas às outras, reduzindo muitas vezes as vencidas a uma servidão sem lei. O esplendor do pensamento italiano, bem como suas potencialidades econômicas, fazia das cidades italianas a Meca da cultura renascentista e o objeto mais cobiçado das conquistas levadas avante pelos grandes Estados Territoriais no século XVI.

A expansão turca tornara-se um fantasma de um império poderoso que rondava a Europa e vinha deixando suas marcas no oriente europeu e Mediterrâneo desde a queda de Constantinopla, em 1453.

A Espanha do século XVI não era mais uma simples união de dois reinos cristãos, Aragão e Castela, mas pretendia ser um conjunto de províncias submetidas ao controle e vontade dos soberanos reis católicos. As desigualdades econômicas, políticas e culturais entre os territórios acumulados pelos reis católicos e que fizeram da Espanha a primeira grande potência da Europa do século XVI, obrigaram os monarcas a um programa metódico de organização administrativa, com cerceamento das autonomias das cidades, redução de privilégios de senhores e de ordens militares, tentativas de controle da arrecadação dos impostos e da justiça e proibição das guerras privadas.

A Espanha dos reis católicos tornara-se o braço armado da Igreja Católica, a salvadora da verdadeira fé, e fonte do poder da Inquisição. A expansão internacional espanhola possibilitou à dinastia dos Habsburgos a conquista de um imenso controle territorial e do poder que deste provinha, sedimentado pela união das armas contra o avanço protestante. Um rigoroso e aperfeiçoado aparelho ideológico, sustentado por um poder militar inigualável, levado avante pelas mãos de ferro de Carlos V [33]e Felipe II compensaria as diversidades territoriais permitindo ao rei de Espanha ser visto como o enviado de Deus para a salvação de sua Igreja.

O triunfo de Carlos V como imperador eleito e consagrado pareceu assegurar o brilhante futuro do mais católico dos reinos europeus. Porém, a Espanha que nascera, era desenhada pela diversidade dos domínios do imperador: Borgonha, Flandres, Brabante e os domínios alemães de um lado, de outro Catalunha e Aragão, acrescente-se os setores

[33] Carlos V, nascido em 1500, neto de Fernando de Aragão e de Isabel de Castela, torna-se em 1516 rei de Aragão, Castela e da Navarra espanhola. Ao mesmo tempo, como neto do Imperador Maximiliano I, herda seus domínios borguinhões , Flandres e o Franco-Condado. Com a morte de Maximiliano I, disputa , vitoriosamente, com Francisco I de França , a eleição para o título de Imperador. Reprime violentamente as rebeliões internas na Espanha e as rebeliões de luteranos e protestantes alemães. Sob seu reinado Cortez leva a cabo a conquista do México , e Pizarro, a conquista do Peru. As dificuldades políticas e econômicas levam-no a , em 1556, abdicar do trono espanhol em favor de seu filho, Felipe II. No mesmo ano, abdica da coroa imperial em favor de seu irmão, Frederico da Áustria. Retirado em Yuste, Estremadura, leva , a partir desta

recém conquistados aos muçulmanos como Granada e Valência , a própria coroa de Castela , Nápoles , as Ilhas Baleares, Córsega, Sardenha e Sicília além da aspiração ao controle do Languedoc e Provence. Tantos domínios quanto diversidades. Nada poderia parecer tão frágil. E , malgrado as perdas, Carlos V, a partir de sua assombrosa coleção de coroas, dezessete no total, faria de territórios esparsos um Estado Espanhol .

A França, por sua vez, não era apenas um reino com aspiração de expansão territorial, mas uma potência com ambições de Império, que controlava cidades italianas como Nápoles e apoiava a defesa cristã contra os avanços turcos. Adotando uma política concebida com o intuito de construir sua supremacia sobre os escombros do Sacro-Império, remete sempre à mística da cruzada, que a considerava obra sua e pretendia disputar com a Espanha , palmo a palmo, a herança da defesa da cristandade.

A França do século XVI não parecia ter que se preocupar com problemas estruturais provenientes da fusão de reinos distintos, como ocorria com a Espanha. A dinastia dos Capetos se encarregara de estender seus domínios durante a Idade Média e estabelecera um sólido sistema de vassalagem que garantia ao rei a primazia frente à nobreza.[34] O estabelecimento de uma hierarquia jurídica propiciou à monarquia as bases de uma integração política nacional. Isto não significava, entretanto, que o controle político real do monarca fosse uniforme por todo o território francês. O controle efetivo da monarquia era mais frágil nos territórios incorporados mais recentemente e distantes da *Île de France*, a sede da dinastia dominante. Por outro lado, um denso volume demográfico dificultava a unificação administrativa .

A necessidade de crescimento dos Estados Nacionais levou seus governantes a assumirem uma política objetiva , distantes de preocupações morais ou idealistas e, nesse intuito, podiam até levar a alianças de Estados cristãos com o grande inimigo turco. A política internacional era constituída de uma rede de ligas, acordos e casamentos, que freqüentemente faziam uso de subornos e traições.

---

data, uma vida eremítica . Morre em 1558. Ver CHAUNU, Pierre. "*A Espanha de Carlos V".Vol.I* Madrid: Ed. Península , 1976.

[34] O papel crucial dos reis da dinastia capetíngia na formação do Estado Nacional francês será abordado no último capítulo .

O longo amadurecimento das estruturas sociais que possibilitaram a formação dos Estados Territoriais tendiam à constituição, ainda que muito difusa, de uma idéia de nacionalidade. A consolidação dos Estados Nacionais é fruto da transferência para o coletivo, do sucesso expansionista territorial. Na verdade, os Estados Territoriais parecem ter seus contornos devido muito mais à astúcia estratégica e espada do príncipe do que à consciência de nacionalidade.

O plano real da história política da primeira parte do século XVI pode ser visto como um processo de unificação territorial, de culturas muitas vezes díspares, levadas a cabo através da conquista ou de alianças firmadas através de casamentos. Estas eram bases muito frágeis. Os Estados forjados a partir de alianças de casamento ou pelo simples poder da espada demonstravam ter pouca durabilidade e, em muitos casos, fadados a não perdurarem muito além do reinado de seu instaurador. A morte de um cônjuge era sempre motivo de transtorno e redirecionamento das linhas de força que tinham como resultante a estabilidade dos diversos Estados. O apogeu territorial de um dos Estado poderia não durar mais que um instante, o de um casamento habilmente acordado.

O papado, por sua vez, continuava a ter uma grande força , às custas de uma política de concessões e de conciliação. Depois de Lutero e do fracasso da *Dieta de Augsburgo*, uma sensação de vertigem abalara o conceito de cristandade. A idéia de cristandade tinha sido durante mil anos a pedra angular de uma civilização que sempre pensara a si mesma como única e o novo tempo vê esfacelar este projeto universal em uma fragmentação de culturas, políticas e religiões possíveis. Difícil passo do homem ocidental europeu: da unidade católica à pluralidade dos mundos, da pluralidade feudal à unidade nacional.

Tudo parece indicar que por volta de 1547, Bodin teria regressado a Angers e, em 1548, quando tinha aproximadamente 18 anos, teria se dirigido a Toulouse para o estudo das ciências jurídicas. Ali viveu cerca de 12 anos, seguindo mais tarde a carreira de professor.

Segundo Naef , a esta época corresponderia uma suposta passagem de Bodin por Genebra, sua conversão ao calvinismo assim como seu primeiro casamento. Bodin teria se ausentado de Toulouse, por algum tempo durante o qual teria estabelecido residência em

Genebra, tornando-se habitante desta cidade e, consequentemente, feito profissão de fé calvinista. Como prova, evoca uma passagem da "*France Protestante*", na qual seria mencionado um suposto *Jean Bodin de Saint-Amand*, da diocese de Burges, convertido em habitante de Genebra em novembro de 1552. [35]

A questão aqui seria descobrir se o Jean Bodin, que teria residido em Genebra e adotado a fé calvinista, e o nosso Jean Bodin de fato eram a mesma pessoa. Segundo *Roger* Chauviré, o nome "*Jean Bodin*" seguido do título "*Saint-Amand*" constituiriam fatos suficientes para concluir a favor da identidade das duas personagens.[36] Na verdade, para os diversos estudiosos envolvidos nesta questão, embora pareçam firulas, tais pormenores poderiam auxiliar na compreensão do pensamento de Bodin.

De acordo com Naef, o nome de Jean Bodin pode ser encontrado em duas oportunidades distintas nos Arquivos do Estado de Genebra :

> *1- Em 1552 , registro de casamento de um certo Jean Bodin, nascido na vila de Saint-Amand, diocèse de Bourges, com Typhene Renault , viúva de Liénart Gallimard.*
> *2- Nos "Livres des Habitants", que serviu de base para a décima edição da "France Protestante", consultada por Chauviré: encontra-se ali registrado como habitante de Genebra o nome de Jehan Bodin de Saint-Amand, da diocese de Bourges.*[37]

De tudo isto, um único fato parece certo: havia um Jean Bodin, originário da vila de *Saint-Amand* que, em 1552, era habitante de Genebra e lá se casou. *Naef* e *Chauviré*, e outros depois deles, acreditam que se tratava do autor da "*República*".

---

[35] NAEF baseia-se, principalmente, em uma passagem da "*França Protestante*" citada por CHAUVIRÉ, Roger. Esta passagem , observa LEVRON, J. não pertence à obra original, mas incorporada pelos seus continuadores. Ver NAEF, H. "La jeunesse de Jean Bodin ou les Conversions oubliées", in "*Biliothèque d'humanisme et Renaissance*", TomoVIII, 1948 . Ver ainda, LEVRON, J. "*Jean Bodin, Sieur de Saint-Amand ou Jean Bodin, originaire de Saint-Amand"*, in *"Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance*" Tomo X, 1948.

[36] Segundo LEVRON*, "(...)le titre de Saint-Amand est donné constantemment à noter homme par le journal d'Antoine Richard*.", citado por LEVRON, J. op cit. p. 69.

[37] NAEF, H. op. cit. p.137.

Entretanto, o nome de Jean Bodin não aparece nas primeiras e segundas edições da "*La France Protestante*", os repertórios mais completos sobre o assunto,[38] sendo mencionado o nome de um Jean Bodin de *Saint-Amand* apenas nas edições dos continuadores da obra inicial. Além disso, Jean Bodin jamais atribuiu a si mesmo o nascimento em Saint-Amand. Ao contrário, em todas as suas obras, da primeira à última, declara ostensivamente sua origem de *Anger*, parecendo demonstrar um grande orgulho pelo fato de ser angevino. Da primeira , passando pela mais importante de suas obras, *Les Six Livres de la Republique*, até os trabalhos do ano de sua morte, todos são assinados *Jean Bodin Angevin* . Em 1933, *Emille Pasquier* estabeleceu definitivamente a origem angevina da família de Bodin.[39] O próprio J. *Levron*, em sua pesquisa para refutar a tese de *Naef* , encontrou arquivos com referências à família de Bodin junto aos tabeliões de Anger.[40]

Segundo *Naef,* Bodin teria adotado o título de "*sieur de Saint- Amand*" para enobrecer-se, embora como observa *Levron*, Bodin não usasse sempre seu nome seguido de *Saint-Amand.* Entretanto, a partir de um certo período, passou a usar o título de "*sieur de Saint-Amand*", como que significando a posse de uma propriedade.

Era comum, no século XVI e em todo o período do antigo regime, dirigir-se à pessoa pelo título proveniente de sua terra, domínio ou possessão. Logo, se Jean Bodin foi chamado durante parte da vida de "*sieur de Saint-Amand*", é porque deveria possuir um domínio com este nome.[41]

Como constatou *Levron*, a rigorosa etiqueta da corte na França do século XVI eliminava qualquer possibilidade de designação a partir do local de nascimento, principalmente se o lugar fosse de certa importância. Adotar como sobrenome o nome da cidade de nascimento, como queria *Naef*, não era usual. Do Marques de May ao Duque de

---

[38]Ver COLLINET, Paul, "Jean Bodin et la Saint-Barthèlemy ", in "*Nouvelle Revue Historique de Droit François et Étranger",* Tome XXXII, 755 p. "*La France Protestante*" constituía o mais completo repertório com o nome de todos os franceses que haviam se convertido ao protestantismo .

[39] Abbé PASQUIER, Emille. op. cit. p. 459 e sgs.
[40] Ver LEVRON, J. op. cit. p. 72.
[41] LEVRON, J. op cit. p.74.

Alençon, irmão do rei Henrique III , até o próprio monarca de França, todos, sem exceção, chamavam Bodin de *"sieur de Saint-Amand*" . Também os documentos oficiais e anotações dos Estados gerais eram remetidos a M. Bodin, *docteur es-lois, "sieur de Saint-Amand"*.

Naef supõe que Bodin talvez tivesse procurado se enobrecer.[42] Entretanto o rei, sobretudo conhecedor do protocolo e das tradições de chancelaria, em uma época de cerimonial rigoroso e regras estritas, jamais utilizaria um título se este não tivesse sido por ele atribuído. Tudo parece indicar que se tratava de um título obtido por Bodin junto à corte graças à posse de um domínio denominado *Saint-Amand*. Nesta época, Bodin encontrava-se perfeitamente instalado em um cargo e pertencendo com certeza à nobreza togada. Em 1577, nos *Estados Gerais de Blois*, aparece como representante do Terceiro Estado. Jean Bodin era deputado do Terceiro Estado pelo departamento de *Vermandois,* o que significava que devia residir ou possuir alguma propriedade ali. Os documentos posteriores à sua morte mostram que Bodin era detentor de algumas posses e que sua filha e seus enteados puderam gozar da herança de algumas boas propriedades. Logo, o título de *sieur de Sain-Amand* era, sem dúvida, o resultado da posse de uma propriedade em Saint-Amand, no departamento de *Vermandois*, que o qualificou para representante do Terceiro Estado por esta região.

Podemos, portanto, supor que Bodin tenha passado seus dias em Toulouse tão normalmente como qualquer estudante de sua época.

Desde o século XIII, aproximadamente, os comerciantes moradores das cidades, enviavam seu filhos para as Escolas de Direito com o intuito de defender seus interesses nos litígios e transações comerciais. A administração da justiça, como forma de garantir seu espaço social, foi desde o início uma das principais preocupações da burguesia. O direito consuetudinário feudal era insuficiente para atender às necessidades crescentes de regulamentação e racionalização de um mercado em expansão. Uma legião de juristas, conhecidos como legistas, animados pelo desejo de "*dar uma justificação teórica, abstrata,*

[42] NAEF , H. op. cit. p.138.

ao mundo dos negócios temporais"[43], recorrem ao antigo direito romano na busca de uma base laica que atendesse às novas necessidades.

Adeptos do direito romano, concebem uma organização social que recupera a antiga estrutura imperial romana, na qual o poder temporal tem primazia sobre o espiritual. Atribuem à França e ao seu rei o papel que o Império Romano e o imperador tinham desempenhado na antigüidade. Boa parte destes legistas passam a servir diretamente ao rei e defender os seus interesses diante dos avanços do pontífice romano.

Gradualmente a administração da justiça se torna a especialidade dos juristas burgueses no território francês. Há muito os diversos setores da burguesia reivindicavam a criação de tribunais próprios que a tornassem independente da jurisdição dos senhores e eclesiáticos. Inspiram a reis, como Phillipe IV, le Bel, a proibição aos clérigos do exercício da função de juizes,[44] apontando para uma cada vez maior profissionalização e especialização das funções administrativas e legais. À medida que o direito romano penetrava na ação administrativa, mais complexas e especializadas as questões legais se tornavam e mesmo os senhores acabam por ter que recorrer a legistas para dispor um conhecimento que não possuíam. Dentro em pouco tempo, nenhuma atividade administrativa, legal e comercial, podia ser levada a cabo sem o auxílio de um legista. Phillipe, o Belo, concede aos legistas o título de "cavaleiros em leis", [45] marcando o enobrecimento de um grupo social que se torna seu principal aliado na constituição do poder estatal.

Ao longo dos séculos, os funcionários da administração real, recrutados junto à burguesia, não param de aumentar. O processo de recrutamento destes funcionários variou no decorrer dos séculos. Desde o século XIV diversos altos postos podem ser arrendados. Em reação a este uso, em 1413 a Ordenança Cabochiana decide que os magistrados seriam nomeados por eleição ou cooptação e proibia que mais de três pessoas de uma mesma família pudessem ocupar postos em um mesmo órgão.[46]

---

[43] PERNOUD, Régine. op. cit. p.39.
[44] Ibidem, p.44.
[45] Ibidem, p.40.
[46] Ibidem, p.86.

Portanto, o estudo do direito era o melhor caminho para a ascensão à nobreza togada. E Toulouse era, na França o principal centro de formação no campo do direito romano. Esta cidade havia adquirido a fama de ter se tornado, nos anos de estudo de Bodin , um dos principais centros de propagação das idéias humanistas na França.

Fundada em 1229, pelo tratado de Paris, a Universidade de Toulouse fora concebida como uma espécie de segurança espiritual imposta pelo rei da França e pelo Papa contra a heresia albiginesa. As disciplinas de natureza eclesiástica tinham a preponderância absoluta e, desde o início, o objetivo de ser a difusora de uma teologia militante:

> "*O papado desenvolvia e implantava em terras heréticas toda uma concentração de ordens religiosas de ordens augostinianas, franciscanos, carmelitas e durante muito tempo estas ordens serão as responsáveis pelo preenchimento dos cargos da universidade*".[47]

O poder destas ordens é multiplicado à medida que suas congregações adquirem influência sobre a vida de Toulouse e região. Durante quatro séculos dominaram a Faculdade de Teologia encarregando-se de censurar as obras de todo o corpo de ensino. A universidade se confundia com a própria Igreja. O curso de direito canônico que ali se instala tem como finalidade adaptar para o direito eclesiástico os princípios do *Corpus Juris Civilis*, de Justiniano.

A restauração do estudo do direito romano, no século XII, tinha se estendido por quase toda a Europa, exceto na França. Ali o Rei e Papa temiam que o uso das antigas instituições romanas servissem como base de justificativa às pretensões do imperador germânico. Por este motivo, o ensino do direito romano foi interditado na Sorbone, através da Decretal *Super Specula* de 1219, sendo ali reintroduzido oficialmente, apenas no século XVIII.

Com a interdição do direito romano na Universidade de Paris e com a fixação de seus programas de direito canônico reinterpretado à luz do direito romano, Toulouse acabou por atrair uma imensa quantidade de estudantes que, de outro modo, teriam que procurar em

---

[47] MESNARD, Pierre << *Jean Bodin a Toulouse*>> in "*Bibliothèque de Humanisme et Renassance*", tome XII. Genève: Librairie E. Droz, 1950. p. 31. e sgs.

Bolonha o conhecimento indispensável de uma disciplina que passava a assumir o nome de direito civil.

No século XIV, Toulouse, a capital do Languedoc, era uma província totalmente dominada por elementos heréticos. Em meio às rebeliões estudantis, clima de agressividade propício ao desenvolvimento de idéias protestantes, a universidade de Toulouse constituía o mais importante centro de produção da ortodoxia católica francesa e, até meados do século XVI, seus professores , mesmo aqueles que poderiam ter qualquer simpatia protestante, se abstinham de demonstrar opiniões divergentes.[48]

Durante a primeira metade do século XVI, a Universidade de Toulouse fornecera alguns dos maiores nomes do pensamento jurídico francês e a sua grande reputação atraía os jovens estudiosos ansiosos por entrarem em contato com o espírito humanista. A renovação humanista do pensamento jurídico, proposta pelas obras dos novos pensadores, revelava as bases de uma revolução na concepção tradicional das instituições e tinham, por este motivo, o poder de impressionar profundamente jovens estudiosos. Em particular as obras de Postel[49] parecem ter provocado um grande entusiasmo em Bodin. Ao voltar de

[48] MESNARD, Pierre <<Jean Bodin a Toulouse>> op. cit. p.47.

[49] POSTEL, Guillaume, nascido em Barneton, em 25 de março de 1510 e morto em 1581. Foi lingüista e gramático e o maior orientalista do séc.XVI. Em 1537 foi para Constantinopla com Jean de Forêt, encarregado de concluir uma liga da França com o rei turco Soliman, contra Carlos V da Espanha. Teve então a oportunidade de visitar Creta, a Ásia Menor e parte da Síria. Estuda as línguas das regiões que visita e ao voltar à Paris empreende um projeto de publicação dos alfabetos que recolhera durante a viagem. A maioria dos caracteres que teriam de ser utilizados na obra eram desconhecidos na Europa e, não encontrando artesãos capazes de reproduzi-los com habilidade é obrigado a lavrar, ele próprio, as pranchas originais. Este trabalho constituiu o primeiro ensaio de gramática comparada. Segundo sua concepção , as afinidades das línguas poderiam esclarecer o parentesco entre as religiões, caminho necessário para alcançar uma religião que congregasse a humanidade toda. Junto com a descrição das línguas e culturas apresenta um tratado , "*De Originibus...*" , no qual Postel procura demonstrar que todas as línguas, mesmo o grego e o latim, derivariam do hebreu. Publica também um dos primeiros tratados de direito comparado, onde trata do direito antigo e moderno, das magistraturas atenienses, turcas e venezianas. Pouco depois publica uma gramática árabe. Em 1544 vai a Roma procurar os jesuítas, para juntos executarem o que chamou de "*la plus belle oeuvre du monde*" , a propagação da fé cristã através da luz da razão. Acreditava ter recebido de Deus a missão de reunir todos os homens na lei cristã pela palavra , sob a autoridade do Papa e do rei de França, a quem a monarquia universal pertencia de direito, por descendência em linha direta, de Noé. Seu projeto filosófico, "*La Concorde du Monde",* parte do princípio de que Deus colocou nos corações dos homens a necessidade de paz e concórdia entre os homens e, por este motivo, todas as instituições humanas caminhariam para este fim. Sua proposta é rejeitada pelos jesuítas e, em 1547, é julgado por heresia pela inquisição de Veneza. É inocentado da acusação mas pronunciado louco, sendo obrigado a permanecer na cidade . Em 1549 retorna ao oriente para estudos dos costumes orientais e turcos. Em 1559 retorna a Paris e publica << *Observations sur les mouers et les lois des turcs*>> no qual dedica a primeira parte ao delphin de França, o futuro rei François II e a

sua viagem ao oriente e ao mundo muçulmano, Postel publicara uma obra de direito comparado, juntamente com suas obras lingüísticas.

Nesta nova fase de sua vida, Bodin teria entrado em contato com o pensamento humanista e se interessado pelo estudo dos antigos clássicos.[50] Teria tido oportunidade de conhecer o trabalho de um dos mais famosos filósofos franceses deste período, Pierre de la Ramée,[51] responsável por um novo sistema lógico, com o qual pretendia revolucionar os métodos tradicionais de conhecimento, através de uma simplificação da lógica aristotélica. Data deste período o primeiro trabalho de Jean Bodin: uma tradução em versos latinos da *Cynegetica de Opiano*, dedicada a seu protetor Gabriel Bouveri, que seria editada posteriormente em 1555.

Durante os doze anos que passou em Toulouse, Bodin acumulou uma extraordinária bagagem que, tanto na época, como ainda hoje, impressiona o leitor pela profundidade e diversidade de seus conhecimentos que se estendem por todos os campos do saber teórico e prático.

Impressionado sem dúvida com a prodigiosa erudição de nosso autor, Pierre Mesnard[52] lista os diversos assuntos tratados por Bodin em suas obras. Jean Bodin possuía

---

terceira ao cardeal de Lorraine. Dedica o resto de sua vida ao seu projeto que pretende demonstrar que "*tous le peuple de la terre tiennent pour certain et pou sentence divinemment revellée qu'il faut qui le roi de Gaule soit le monarque de l'univers*". A exposição completa deste projeto encontra-se na sua célebre obra:<< *De orbis terrae concordia* >> e é completada pelas obras seguintes:<< *De la republique des Turcs, par Guillerme Postel Cosmopolite*>>, <<*Les Raisons de la Monarchie*>> e <<*La loy Salique, Livret de la première humaine vérité*>>. Sobre a vida e obra de Postel ver MESNARD, Pierre "*L'Essor de la Philosophie Politique au XVI siècle"* Paris: J.Vrin, 1977, second tirage. Ver também CHENON, Émile <<*Histoire Génerale du Droit François Public et Privé*>> Tomo I , Paris: Recueil Sirey, 1926. Sobre a importância de Postel no pensamento de Bodin, ver MOREAU-REIBEL, Jean << *Jean Bodin , et le droit public comparé, dans ses rapports avec la philosophie de l'histoire*>>, Paris: J. Vrin, 1933.

[50] GALA, Pedro Bravo. op.cit. 14. p.

[51] LA RAMÉE, Pierre de, conhecido como Petrus Ramus, nascido em Cuts em 1512. Matemático e filósofo humanista, atacou ferozmente Aristóteles em suas obras:<<*Dialecticae partitiones*>> e << *Aristotelicae animadversiones*>> *de* 1543. Seus trabalhos foram condenados pela Sorbone. Converteu-se ao protestantismo e morreu assassinado em 1572 no massacre da Noite de São Bartolomeu. Sobre a vida e obra de Ramus, ver: BREHIER, Émile. in *Historia da Filosofia, t.I, III,* << *A filosofia da Idade Média e Renascimento*>>.S.P.: Mestre Jou, 1985.

[52] MESNARD, Pierre. op.cit. 473 p. e sgs. Também CHAUVIRÉ faz um levantamento das áreas e do vasto conhecimento de Jean Bodin.

profundo conhecimento da língua hebraica, criticava as interpretações dos diversos livros da Bíblia, do Talmud e da Cabala; tinha completo domínio de todos os antigos autores gregos, principalmente Aristóteles, Platão, Xenofonte, Tucídides e Heródoto. Estudou a antiga história egípcia e asiática, e o Mundo Mediterrâneo, de Estrabão. Utiliza Plutarco em seus escritos jurídicos e cita, sempre, Cícero, Tácito, mas, sobretudo Tito-Lívio, quando trata das instituições romanas. Consulta constantemente Políbio e os Códigos de Justiniano. Tinha completo domínio da história de Bizâncio e do Baixo Império. Conhecia profundamente a história da Gália, os primórdios do reino franco e a história do reino francês. Seu conhecimento se estende por todos os reinos da Europa: de Moscou à Polônia, da Itália e Espanha aos países escandinavos.

Mas a erudição de Bodin não se restringe à Europa. Cita os costumes dos turcos, dos esquimós, dos muçulmanos na África, da Etiópia e dos países do oriente. Sobretudo, interessa-se pela história e costumes das Índias Ocidentais. Além do latim, grego e hebraico e provavelmente aramaico, Bodin dominava o italiano, o espanhol e o alemão. O tempo que viveu em terras inglesas permite-nos concluir que conhecia também o inglês. Conhecia bem matemática, astronomia e as ciências experimentais, ainda embrionárias, como a física, história natural, medicina, química e alquimia. Estudou os climas, geologia, correntes marítimas e marés.

Bodin comparou ainda as características animais e humanas e estudou as diferenças entre as espécies e culturas. Tinha conhecimentos profundos de história econômica que se estendia até a numismática e domínio amplo e detalhado de diplomacia e estratégia militar, além de uma predileção pela astrologia e ciências ocultas.

Como observa *Chauviré,* a erudição dos homens do século XVI demonstra uma capacidade de trabalho impressionante. Apreendiam uma dezena de línguas, que deveria necessariamente incluir o grego, o latim clássico, o hebraico, o aramaico, além das línguas vivas européias, como o italiano, espanhol, francês, inglês, alemão, bem como o árabe. Em geral escreviam em latim, mas algumas vezes escreviam também nestas línguas antigas ou em sua língua nativa.

Uma paixão incomum pelo conhecimento, uma tendência quase compulsiva pela pesquisa, espírito inquieto e curioso diante de um mundo repleto de coisas novas, que pareciam ampliar-se até o infinito. Bodin pertencia a uma geração de estudiosos que sonhava tomar posse de todo um novo espectro de conhecimento, com os quais os antigos jamais tinham sequer sonhado, e pretendia estabelecer as novas bases de um saber renovado, que se estenderia por todos os domínios da natureza.

Durante o período que se encontrou em Toulouse, Bodin respirou o ar desta nova intelectualidade que lhe teria incutido a curiosidade pelo conhecimento universal e o gosto pela erudição que lhe eram característicos. Com o tempo, o humanismo filosófico de Bodin assume a forma de humanismo jurídico, graças, sobretudo, ao aprofundamento dos estudos de direito romano.

Múltiplas eram as tendências jurídicas que disputavam a primazia na universidade de Toulouse. Pierre Mesnard apresenta essas tendências da seguinte forma:

> *"À extrema direita Blaise d'Ariol, que fora armado chevalier-ès-lois por François I; à direita Rossel, apoiado pelos dominicanos e burguesia clerical; ao centro direita Forcatel, humanista pacifista e legalista. Ao centro-esquerda Cujas, jurista brilhante, de temperamento tímido, mas de tendência renovadora, à esquerda ou, ainda, a extrema esquerda, Jean de Coras, revolucionário impetuoso no domínio da política e religião".*[53]

O contato com as obras que procuravam estabelecer uma classificação sistemática e histórica das instituições jurídicas como Alciat e sua reconstituição histórica da forma do *imperium* e magistraturas ou Connan, e seu projeto de restauração do conteúdo original do *Corpus Iuris*,[54] trouxeram para Bodin uma perspectiva histórica, comparativa e sintética que permitiria a formulação das bases de seu sistema futuro.

Ao terminar sua carreira universitária, Bodin teve de optar por uma das diferentes tendências que dividiam as opiniões e apresentavam oportunidades diferentes de futuro [55]. De um lado poderia captar a simpatia do povo de Toulouse e ali assegurar um cargo

---

[53] MESNARD, Pierre. << *Jean Bodin a Toulouse*>> op. cit. p.48.
[54] MOREAU-REIBEL, Jean. op. cit. p.24.

[55] CHAUVIRÉ, Roger. op.cit.30 p. e GOYARD-FABRE, Simone. op.cit. p.25.

público, o que implicaria na conciliação entre o conservadorismo católico da pequena burguesia local e uma jovem nobreza progressista de tendência huguenote.[56]

O conflito social encontrava-se no cerne da trajetória intelectual e da ação de Bodin. Em seu trabalho podemos encontrar os sinais da tensão político-religiosa que ocupava seu pensamento e que se exprimiam por meio das duas principais correntes de exegese do direito romano, que dividiam os juristas durante aquele período. De um lado Jacques Cujas e de outro Guilherme Budé . *Jacques Cujas*, nascido em Toulouse, onde estudara e proferia seus principais cursos, liderava a corrente que procurava no direito e instituições romanas as bases da sociedade. Sua teoria repousava sobre uma análise da evolução do direito que procurava restaurar a pureza do direito romano e fazer resplandecer o seu valor histórico para a compreensão da sociedade. Em 1554, Cujas, hoje considerado um dos mais brilhantes juristas franceses de todos os tempos, foi preterido ao concorrer a uma cadeira na Faculdade de Direito de Toulouse. Não podendo ser professor em Toulouse, Cujas levou seu nome para outras Universidades rivais. Segundo Mesnard, a glória alcançada posteriormente por ele levou a um sentimento de culpa dos toulosanos. "*O grande número de homenagens póstumas à memória de Cujas mostra o quanto os toulosanos são sensíveis em relação ao caso" [57]*.

---

[56] O partido huguenote (o termo huguenote deriva do alemão *eidgenossen:* conjurados) era formado pelos adeptos da igreja reformada calvinista francesa e tinha entre seus membros filhos de importantes famílias nobres, que viam na cisão religiosa também um pretexto para diluição do poder das tradicionais e influentes famílias católicas. A penetração do calvinismo em níveis elevados da nobreza teria levado Henrique II a concluir a paz com a Espanha (tratado de Cateau-Cambresis, 1559), com a finalidade de voltar todas as suas forças contra o protestantismo em ascensão. Sua morte, seguida da Regência de Catarina de Médicis, abre um longo período de guerras religiosas que culmina com o massacre de Saint-Bartelemy. A partir deste instante, os huguenotes passam a constituir um partido armado e apoiado por potências protestantes estrangeiras. Sobre as Guerras religiosas na Franca ver: LIVET, Georges << *Les Guerres de Religion*>> Paris: PUF, 1970; DELUMEAU, Jean <<*Nascimento e afirmação da Reforma*>>S.P.: Pioneira, 1989; ELLIOTT, J.H.<<*A Europa dividida*>>Lisboa: E. Presença,1985 e MIGUEL, Pierre <<*Les Guerres de Religion*>> Paris: Fayard, 1980.

[57] No momento em que pleiteia a cadeira da Faculdade de Direito, em 1554, Cujas era apenas mais um jovem promissor. Se o caso tivesse ocorrido em 1577, quando sua glória era incontestável, seu nome jamais seria recusado. Seu concorrente era Martin Rossel, professor de direito canônico apoiado pelo partido clerical e pelas autoridades institucionais de Paris. Um outro futuro grande jurista, Etienne Forcatel, também participou da disputa. Ao final, como era esperado, Rossel foi classificado em primeiro lugar, ficando Forcatel com a segunda colocação e Cujas com o último lugar. Ver MESNARD, Pierre << Jean Bodin a Toulouse>> op. cit. p.45.

A existência de uma certa animosidade entre Cujas e Bodin, à época, parece ter levado alguns autores a concluir que Bodin teria participado do conluio que culminou com a saída de Cujas de Toulouse.[58]

Além da corrente representada por Cujas, uma segunda corrente jurídica tinha como um de seus principais representantes Guillerme Budé, que procurava construir as novas bases de um direito universal a partir das instituições concretas e vividas em oposição a uma concepção idealizada do direito romano.[59] Esta nova corrente jurídica parece ter influenciado fortemente o pensamento de Bodin que teria, neste período, começado a esboçar um princípio universal do direito, através de um estudo comparado que confrontava os diversos direitos nacionais existentes.

A última obra de Bodin em Toulouse foi a *Oratio de Instituenda in Republica Juventude ad Senatum Populusque Tolosatem*, um discurso de cunho profundamente pedagógico e nacionalista, preparado para cativar o povo de Toulouse.[60] Bodin faz de seu discurso um elogio ao humanismo e à instrução como único meio de desenvolvimento do Estado. Segundo Mesnard, o discurso representou um adeus a Toulouse, à universidade, à juventude, aos sonhos desinteressados e à erudição pura. [61] Nele, ao se declarar estrangeiro a todas as disputas de religião que poderiam ocorrer no interior do país, apontava para a

---

[58] MESNARD afirma que nada há que ligue Bodin ao caso "Cujas" e seu nome não é citado em nenhum dos registros relativos ao caso. MOREAU-REIBEL acrescenta, ainda, que nada garante a presença de Bodin em Toulouse neste período. Ver MESNARD, Pierre. << *Jean Bodin à Toulouse*>> op. cit. p.46.

[59]BUDÉ, Guillaume, nascido em Paris, em 1467 e morto em 1540. Conhecido como o maior helenista de sua geração, dirigiu a biblioteca real francesa, que mais tarde se tornou a *Bibliothèque Nationale* da França. Por conselho seu, Francisco I criou o Colégio dos leitores reais, que mais tarde tornar-se-ia o Colégio de França. Grande divulgador do humanismo francês, procurava conciliar a sabedoria grega com a revelação cristã. Suas principais obras foram: <<*De transitu hellenismi in Cristianismum*>>, <<*Annotations sur le pandectes*>> *e*<<*Commentaires sur la langue* >>. Sobre sua vida e obra ver DELUMEAU, Jean.<< *La Civilisation de la Renaissance*>>. Paris: Arthaud, 1984.

[60] Segundo MESNARD, em Toulouse, uma reforma no ensino previa a criação de dois colégios modelo. O projeto havia recebido o "de acordo" do rei, que lhe destinou antigos prédios de internatos de estudantes semi-abandonados. Dificuldades financeiras levaram à sua interrupção provisória e para Bodin pareceu ser a oportunidade perfeita para um discurso capaz de conquistar a simpatia da população toulosana. De acordo com a opinião de Mesnard, Bodin esperava obter a direção do Colégio ou, segundo Chauviré, conseguir o seu estabelecimento na cidade como professor de direito. Ver MESNARD, Pierre.<<*Jean Bodin à Toulouse*>> op. cit. p. 52 e CHAUVIRÉ. op. cit. p. 35.

[61] Ver MESNARD, Pierre << *Jean Bodin à Toulouse*>>. op. cit. p.54.

necessidade de encontrar uma fórmula de conciliação que possibilitaria levar toda a juventude a um credo único. Acima de tudo, afirmava a necessidade de uma educação pública comum, apoiada em valores espirituais incontestáveis. Moreau-Reibel define o discurso como uma "*página eloqüente de inspiração ciceroniana: é o élan de jurista da renascença em direção ao humanismo integral*". [62] Representa a aplicação de um programa de restituição da linguagem, do estudo histórico do direito romano e, mais ainda, da compreensão dos princípios e métodos dos grandes jurisconsultos clássicos, com a finalidade de restabelecer os princípios de uma filosofia moral.

Enquanto ainda exercia a atividade docente em Toulouse, Jean Bodin parece ter se dedicado a aprofundar seus conhecimentos de direito romano e a refinar seu método de estudo. Por ocasião das aulas, teria redigido alguns tratados para anotações de seus alunos, os quais jamais procurou publicar. Seriam eles intitulados *De Império, Quid sit Magistrus* e ainda, segundo amigos seus, dois ensaios, *De Jurisdictione e De Legis Actionibus*. Todos estes textos foram destruídos, após sua morte, segundo seu desejo expresso.

A crise política na qual estavam mergulhados os nascentes Estados territoriais europeus se agravava e, certamente, deveria constituir material de interesse e preocupações para um homem profundamente interessado nas questões relativas ao direito e à política. Em 17 de novembro de 1558, um novo acontecimento tinha contribuído para redesenhar a instável ordem política européia, dependente de frágeis acordos. Morria Mary Tudor, rainha de Inglaterra e esposa de Felipe II de Espanha. A sustentação da política internacional do imperador Carlos V, que garantia a sua hegemonia sobre a Europa, dependia da aliança entre Espanha e Inglaterra, o que, por sua vez, constituía um obstáculo às pretensões de expansão francesas. A Espanha pretendia manter sua influência ao norte da Europa e impedir que a França se aproximasse de seus domínios holandeses.

O rei de França, Henri II (1547-1559), via na morte, sem deixar herdeiros, da rainha inglesa a oportunidade para neutralizar o poderio espanhol e controlar o trono inglês. Com este intuito proclamou sua nora, a jovem Mary Stwart rainha da Escócia, legítima herdeira

[62] MOREAU-REIBEL, Jean. op. cit. p.18.

do trono inglês. Tal pretensão colocava as monarquias européias novamente à beira de uma guerra. A influência francesa na Escócia preocupava tanto a ingleses como a espanhóis, uma vez que a sua regente, Marie de Loraine, mãe de Mary Stwart, era irmã do duque de Guise e do Cardeal de Loraine, senhores da mais importante família francesa depois dos Valois. Para ingleses e espanhóis era necessário a todo custo manter Henri II longe do trono britânico.

Ascendeu ao trono inglês Elisabeth Tudor que, pretendendo afastar as pretensões de Mary Stwart ao seu trono, fez da França sua grande inimiga reivindicando a devolução de Calais que se encontrava sob domínio francês.

A desconfiança da tendência protestante de Elizabeth inquietava tanto espanhóis, como romanos e franceses, que não queriam ver às suas costas um aliado de seus próprios dissidentes. A nova rainha inglesa, ciente de sua frágil posição, optou por manter uma ambígua política de aproximação com a Espanha, não afastando e nem aceitando a proposta de casamento com seu antigo cunhado, Felipe II de Espanha.

O avanço das dissidências protestantes, na França e nos domínios espanhóis dos Países-Baixos e Alemanha, e a iminente bancarrota provocada pelas constantes guerras obrigaram as monarquias a uma trégua para recuperarem as próprias forças. Um acordo comum parecia tornar-se necessário para, de um lado, permitir aos cofres dos Estados beligerantes um pouco de ar para recuperar as forças exauridas pelos gastos com canhões, exércitos e armadas e, de outro, extirpar a heresia e restabelecer a unidade cristã, no seio único da religião católica.

Os tratados de *Cateau-Cambrésis*, de 1559, celebrados entre as potências européias, não foram apenas tratados de paz, mas, acima de tudo, constituíram uma declaração de guerra aos protestantes. Representaram a tentativa de aliança entre Henri II[63], de França e Felipe II [64] , de Espanha, contra a perigosa expansão dos adeptos da Reforma em todo o continente europeu.

---

[63] Sobre Henrique II ver BORDONOVE, Georges " Henri II" in " *Les Rois qui ont fait la France*" , tome 5 - Les Valois , Paris: Aygmalion, 1987.

[64] Felipe II era filho de Carlos V e Isabel de Portugal. Foi rei de Espanha de 1527 a 1598. Seu reino estendeu-se da América às províncias espanholas na África, até Nápoles, ao sul da Itália, passando pelo Franco-

As disputas entre as três grandes monarquias européias acabaram demostrando seus efeitos desastrosos em suas políticas internas. A crise econômica sem precedentes com o aumento colossal dos preços, as guerras infindáveis que fragilizavam a posição das casas dominantes diante de seus inimigos internos, além de levar à insolvência as economias mais fortes, possibilitaram o perigoso crescimento das dissidências religiosas e políticas. As tentativas francesas de se estabelecer em território italiano tornavam-se dispendiosas, intermináveis e pouco duradouras. Inglaterra e Espanha encontravam-se diante de um impasse que não podia ser mantido indefinidamente.

Os custos cada vez maiores das guerras, levaram a coroa francesa, em 1557, a falhar com o cumprimento de suas obrigações para com os banqueiros. O mesmo ocorrera à coroa espanhola.[65] A bancarrota era uma conseqüência da crise econômica do século XVI, do

---

Condado, a antiga Borgonha e toda a região dos Países-Baixos. Em 1580, anexou Portugal e suas colônias aos seus domínios. Foi o soberano espanhol a controlar a maior parte das riquezas da América. Animado por uma fé católica inabalável tomou para si a tarefa de chefiar a reação católica à Reforma. Sob seu reinado a Inquisição recebeu autonomia e poder imensuráveis. A partir de Castela, a base de sustentação de seu reino, conduziu a Espanha para o seu mais brilhante período artístico, político e cultural, o chamado século de ouro espanhol. Homem de temperamento sóbrio e tímido, fora acostumado às tarefas de Estado desde a infância, quando assumiu, aos quatorze anos, a regência espanhola, em nome de seu pai. Com astúcia, habilidade e firmeza de princípios, enfrentou revoltas de mouros na Andaluzia e dos flamengos liderados por Guilherme de Orange em Flandres e acabou por ter que condenar seu próprio filho, D. Carlos, à morte, sob a acusação de traição. As atitudes do filho e a sua trágica morte marcaram para sempre o espírito, já por si taciturno, de Felipe II. Três meses após o filho, falecia sua esposa, a rainha Isabel de Valois, agravando ainda mais o estado de sofrimento do rei de Espanha. Seu maior feito militar e político foi impedir definitivamente a penetração, considerada por muitos inevitável, dos turcos em território europeu. Felipe II desferiu o maior golpe contra a expansão do Império Otomano quando, sob suas ordens, seu meio irmão, Dom Juan de Áustria, venceu em Lepanto a armada turca, acabando com o mito da invencibilidade otomana. A segurança da superioridade de sua armada, após a vitória contra os turcos bem como os crescentes conflitos com os navios e piratas da rainha inglesa, Elisabeth, levaram Felipe II à decisão de desferir um golpe direto às ambições marítimas inglesas. Em 1588 lançou ao mar a Invencível Armada. A derrota vergonhosa de sua armada abalou ainda mais o espírito do rei, já tomado pelo sentimento de tragédia. Doravante, se dedicaria exclusivamente à uma vida de castidade e à purgação de seu pecados. Mandou erigir a nova residência real, o palácio do Escorial, verdadeiro monumento-túmulo de austeridade e rigor, construído para abrigar a trágica solidão de um rei que se sepultara ainda em vida. Ver CHAUNU, Pierre *"La España de Carlos V", Barcelona:* Ediciones Península, 1976. *primeiro volume: Las Estruturas de una Crisis.* p. 9; MARGOLIN, Jean-C. "*Los Inícios de la Edad Moderna" Madrid:* ed. Akal, 1992.

[65] Diante de dificuldades econômicas cada vez maiores, os reis buscaram financiamento para os seus empreendimentos junto às casas bancarias. Estas casas tinham como centro financeiro Antuérpia, o principal centro comercial deste período. Dali saíram o financiamento dos principais empreendimentos marítimo-comerciais e militares do século XVI. Casas como as de Fugger, a Hochstetter, a Haug e a Hemholf enriqueceram com os juros das dívidas reais.A principal delas, a casa alemã de Fugger, sob a liderança, primeiro, de Jacob Fugger, e depois dele, de Anton Fugger, podia vangloriar-se pela coroação de Carlos V,

aumento exorbitante das taxas de juros aplicadas às crescentes dívidas contraídas pelas casas reais. À beira da insolvência, Felipe II de Espanha e Henri II de França tinham ainda problemas internos que deveriam ser resolvidos antes de novas aventuras de conquista. Heresias, dissidências políticas e religiosas e mesmo a Espanha, se bem que protegida pela poderosa Inquisição, sentia-se perigosamente exposta. Na França, a heresia já atingia perigosamente níveis sociais elevados.

Coligny [66], sobrinho de Montmorency,[67] o favorito do Rei e campeão das batalhas francesas, era acusado pelos espanhóis de ter mantido contatos com a Genebra calvinista. Tais dificuldades levaram o rei de França a abandonar, ao menos temporariamente, as conquistas externas e dedicar todas as suas energias à salvação espiritual de seu reino.

As tentativas de paz, porém, não tinham um caminho muito fácil, e os diversos interesses em conflito complicavam as possibilidades de um tratado que envolvesse as principais casas reais européias.[68]

---

como imperador. Foi Fugger quem optou por financiar 543 mil florins, dos 850 mil florins pagos por Carlos V de Espanha, pela coroa do Sacro-Império Romano-Germânico. Se tal empréstimo tivesse sido feito a François I, da França, seria este o portador do emblema imperial. Tal era, como podemos constatar, a influência desta família de banqueiros. Iniciaram seus negócios no século XV, com comércio de lãs e especiarias, mas foram como banqueiros que obtiveram sua fortuna. Emprestavam capital a outros mercadores, a reis e príncipes e recebiam, em troca, terras e bens da coroa. O balancete dos Fugger, 1546, mostra débitos elevados do imperador, da cidade de Antuérpia, dos reis de Inglaterra e Portugal e da rainha holandesa. Por isto o século XVI ficou conhecido, também, como a "*Era dos Fuggers*". Sobre os Fugger ver: MARGOLIN, Jean-C<< *Los Inícios de La Edade Moderna*>>. Madrid: Ed. Akal, 1992. p.373 e seguintes. Ver também . ELLIOTT,J.B. <<*A Europa Dividida*>>. Lisboa: Ed. Presença, 1985. p.53 e segs.; LE ROY LADURIE, Emmanuel <<*O Estado Monárquico*>>. S.P.: Companhia das Letras, 1994 ; ver também WOLF, Philippe<< *Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos*>>.*S.P:* Martins Fontes, 1988; CIPPOLLA, Carlo M.<< *Canhões e Caravelas na Primeira Fase da Expansão Européia*>> *(1400-1700).* Lisboa: Gradiva, 1989.

[66] Os *Chantillon-Colligny* representavam uma das mais importantes casas francesas. Gaspard de Colligny foi nomeado por Henri II almirante da armada francesa e governador da Picardie. Participou da vitória de Renty e defendeu Saint-Quentin contra os espanhóis. Em 1560 converteu-se ao protestantismo e tentou, junto à assembléia dos nobres, obter a supressão das perseguições. Ver BORDONOVE,Georges << Henri II>>, in <<Le Rois qui ont fait la France - tome 5, Les Valois>>. Paris: Pygmalion, 1987.

[67] Montmorency era o campeão do rei de França. Participou de todas as guerras dos reinados de François I e Henri II. Foi marechal de França, Condestável e Governador do Languedoc. Sua influência era considerável e era possuidor do total apoio e confiança do rei. Foi o principal conselheiro de Henri II e seu negociador durante os tratados de Cateau-Cambrésis. Era partidário de uma aproximação com Carlos V e o malogro de sua política levou ao seu próprio desastre pessoal. Ver BORDENOVE, G. op. cit.

[68] Ver ELLIOTT, J.H. *A Europa dividida 1559-1598,* Lisboa: Editorial Presença, 1985.

Os tratados de Cateau-Cambrésis foram o resultado de duras negociações e de um intrincado jogo de influências e astúcia política. Desde o início a posição francesa era a mais frágil. Dois dos membros da delegação francesa, um dos quais Montmorency, o favorito do rei de França, eram prisioneiros de guerra dos espanhóis e foram libertados para tomar parte das negociações. E Montmorency, embora houvesse pago uma elevada fiança, após a libertação passou a usar a sua influência junto a Henri II no sentido de garantir a paz com a Espanha.

O efeito dos dois tratados assinados em Cateau-Cambrésis foi desastroso para a França. Pelos termos do primeiro tratado a França conservaria Calais por oito anos, ao término dos quais este território, última possessão britânica no continente, deveria ser devolvido à Inglaterra, sob pena do pagamento de uma compensação. Em contrapartida a Inglaterra se comprometia a não intervir na Escócia de Mary Stwart, domínio dos Loraines.

O segundo tratado, o mais importante, entre França e Espanha, determinou o fim das ambições francesas na península italiana. Confirmando o resultado de um longo período de guerras, a França foi praticamente excluída da Itália em benefício da Espanha e seus aliados. Os franceses tiveram de abandonar as conquistas no Piemonte e a Sabóia voltava às mãos de Manuel Felisberto, seu antigo senhor e servidor fiel dos espanhóis. O tratado reconheceu também os domínios conquistados pelo duque florentino, Cósimo de Médicis, eliminando as pretensões francesas a estes territórios. A ilha de Córsega, sob ocupação francesa, foi devolvida à República de Gênova.

Com a assinatura dos tratados, a Europa ocidental pareceu entrar finalmente em um período de paz. Entretanto, um sentimento de derrota e humilhação passou a ser nutrido pelos franceses. Depois de anos de lutas, o abandono de seus aliados e de suas conquistas italianas fez parecer que todas as vidas e o tesouro francês tinham sido perdidos por nada. Toda a população sentia os efeitos da política que levara à inflação e empobrecimento e agora não era uma grande França que recebiam como compensação, mas o sentimento de impotência e humilhação.

Henri II jamais se contentara em deixar para Felipe II de Espanha o título de defensor da cristandade. O rei de França encontrava-se sincera e fervorosamente imbuído da idéia de

que sua missão como rei era salvar o catolicismo do colapso a que a Reforma o havia lançado. Como *Roi Très Chréstien* e herdeiro de São Luís, o mais pio dos reis, Henri II não estava disposto a abrir mão da posição conquistada pela França de primeira nação da cristandade, em favor de um sombrio Felipe II e de seus jesuítas.

Entretanto, os efeitos do tratado não foram os previstos e desejados por Henri II. As lutas entre as casas da nobreza corroíam internamente a França e determinavam as divisões das paixões e das religiões. Os católicos Guise-Loraine, ansiosos por substituir Montmorency no favoritismo real, reforçaram a impressão geral de que o favorito do rei era o verdadeiro responsável pelo desastre e humilhação franceses.

Em uma tentativa, talvez, de salvar as aparências e diminuir os efeitos das perdas francesas e como forma de ratificar a reconciliação entre as potências, Henri II entrega a mão de sua filha, Isabelle de Valois, de apenas treze anos de idade, em casamento a Felipe II e a de sua irmã, Marguerite de Valois ao duque de Sabóia. Estranha obra do destino, a arena dos festejados casamentos, que deveriam simbolizar a pacificação européia, acabou por se tornar o palco de um trágico acontecimento, para os Valois e para a França.

Em 28 de junho de 1559, tiveram início os torneios que celebrariam os casamentos reais e, no dia 30, o próprio rei de França, Henri II, resolveu entrar nas lidas. Durante o combate foi mortalmente ferido pela lança do conde Montgomery. Morria Henri II de França a 10 de julho de 1559, deixando uma viúva, a florentina Catarina de Médicis, vários filhos doentes e um país desamparado. Sua morte teve o efeito de um terrível golpe à estabilidade política francesa. A ausência de um herdeiro forte e carismático possibilitou o crescimento protestante, o avanço expansionista espanhol e a intervenção pontificial romana. A França acabou por se encontrar à beira do esfacelamento político, religioso e territorial. O filho mais velho de Henri II, o novo rei de França, François II, tinha apenas quinze anos. Sua mãe, Catarina de Médicis tornou-se a regente, cercando-se de assessores florentinos. Teria início ali um dos períodos mais sangrentos da história da monarquia francesa: o período das guerras Religiosas. A lança de Montgomery não dilacerara apenas o corpo do rei; mortalmente fora ferido o corpo do reino de França.

No momento em que as disputas político-religiosas passaram a dominar o cenário social francês, a controvérsia a respeito da natureza do direito e das instituições políticas começou a adquirir novas colorações. O mal-estar deixado pelos Tratados de Cateau-Cambrésis e a morte de Henri II arrefeceram os ânimos. A burguesia e a nobreza conservadora católica, preocupadas com o avanço protestante dentro da própria nobreza, e a nobreza huguenote, impaciente por mudanças, estavam mais do que nunca dispostas a enfrentar-se e deflagrar um confronto direto. Especialmente em Toulouse o clima político-religioso tornava-se cada vez mais explosivo.

1.1.2. Bodin em Paris: o jurisconsulto.

Diante do arrefecimento das lutas religiosas e do caminho que pareciam tomar os acontecimentos, Bodin, malgrado à posição que havia alcançado como professor na Faculdade de direito em Toulouse, pareceu julgar ser mais seguro, ou necessário, mudar-se para o local que era o centro dos acontecimentos políticos: Paris.

1.1.2.1. Bodin e as Guerras Religiosas

"Un roi, une foi, une loi", esta era a idéia francesa que tradicionalmente representava as condições de uma comunidade bem organizada. Até então, a unidade religiosa da sociedade era considerada uma das bases de sustentação de um Estado. O ideal de uma única cristandade ruíra definitivamente com a reforma e a ordem pública que se sustentara na unidade da fé parecia seguir o mesmo processo de desintegração. A dissensão religiosa voltava-se contra a incipiente unidade dos Estados Nacionais.[69]

A morte de Henri II colocara por terra o prestígio de Montmorency junto à corte francesa. A posição de favorito da coroa era agora ocupada por membros da poderosa casa dos Guise-Loraine, campeã do catolicismo. Uma vez que o duque de Guise e o cardeal de Loraine eram tios da rainha Mary Stwart da Escócia, esposa de François II e nova rainha

da França, a casa Guise-Lorraine tornou-se dominante nas cortes de França e Edimburgo. Começava a ser idealizada pelos Guise-Lorraine uma possível intervenção francesa para entregar o trono da Inglaterra à Mary Stwart em substituição à rainha protestante Elizabeth.

A ameaça católica, representada pela rainha Mary da Escócia e por seus protetores franceses, acabara por levar Elisabeth a adotar uma política mais protestante do que parecia desejar a princípio. A invasão inglesa da Escócia tornava-se inevitável e o frágil equilíbrio, garantido pelos Tratados de Cateau-Cambrésis, encontrava-se em perigo. Tão tênues eram os vínculos estabelecidos pelos tratados que, até mesmo o mais católico dos reis europeus, Felipe de Espanha, temia diante dos resultados de uma derrota de Elisabeth para os católicos da França. A vitória francesa deixaria a Escócia e a Inglaterra nas mãos da França, colocando em situação perigosa, para os espanhóis, o controle dos Países-Baixos e o Franco-Condado. Entretanto, como poderia o maior defensor da ortodoxia católica auxiliar uma rainha, declaradamente protestante e que, além disso, instigava os hereges escoceses a se rebelarem contra sua legítima rainha católica?

O tabuleiro político tornava cada vez mais difíceis as decisões dos governantes europeus. Na maioria das vezes, os interesses dos Estados não seguiam as mesmas direções dos interesses religiosos. A unidade religiosa européia parecia fraturada para sempre e doravante os Estados Nacionais seguiriam um caminho cada vez mais autônomo e distante da autoridade da fé. O período que se seguiu foi marcado por um amargo e intrincado conflito, capaz de quase levar a ruína até Estados que pareciam fortemente consolidados, como o francês. Cidadãos, governantes e soberanos viram-se confrontados com questões que cobravam sua lealdade, geravam dilemas de consciência e dilaceravam a ética. A quem um homem devia, acima de tudo obediência? A Deus ou a seu rei? Um homem seria antes de tudo, cidadão e súdito de seu rei ou membro da Cidade de Deus? Poderia ser moralmente direcionada a política externa de um Estado, quando o dever e fidelidade religiosos ameaçavam levar à ruína o próprio Estado? Existiria uma ética fora do campo da fé? Poderia a católica Espanha apoiar uma Inglaterra protestante para impedir a perigosa expansão da também católica França? E a França deveria apoiar os protestantes franceses

[69] ELLIOT, J.H. op. cit. p 69..

em sua luta contra o catolicismo espanhol, ao invés de combatê-los, colocando assim, em risco, sua própria estabilidade? Ou os Estados católicos Espanha e França deveriam unir suas forças, mesmo colocando em risco suas sobrevivências, contra os inimigos protestantes?

Em meados do século XVI, a deterioração das relações entre católicos e protestantes atingira seu auge. A intolerância religiosa e o ódio desmedido e exacerbado pelo fanatismo tingiam de sangue as mãos de governantes e religiosos. Vemos Roma em luta contra Genebra; jesuítas subjugando as almas perdidas do novo mundo; a inquisição contra hereges, mouros e judeus; huguenotes contra o Estado; católicos e genebrinos contra os homens de ciência. Por todo lado o que se poderia ver em nada se pareceria com o propalado maravilhoso século do renascimento humanista e científico; As imagem parecem ser a de um século de intolerância, misticismo e melancolia.

Calvino fizera de Genebra sua Roma protestante e coordenava um organizado projeto de propagação de sua doutrina com capacidade para enfrentar as autoridades seculares. Seus seguidores constituíam uma militância ativa em diversos territórios, empenhada em divulgar seus princípios que podia contar com conselhos, instruções e refúgio em Genebra. Entretanto, também Genebra não oferecia a tolerância que era negada aos seus nas cidades católicas. O julgamento de Miguel de Servet e sua condenação à morte pela inquisição genebrina, encabeçada pelo próprio Calvino, foi um exemplo eloqüente da intolerância calvinista.

A eficiente organização calvinista penetrara profundamente a sociedade francesa. Todos os dias era enviado à França um novo grupo de pastores formados em Genebra,[70] provenientes em sua maioria da aristocracia ou classe média. A conversão de pessoas influentes ampliava cada vez mais a capacidade de ação protestante. As Bíblias, Livros dos Salmos e cópias do *Institutos* de Calvino inundavam a França. O concílio de Trento, convocado em 1548 para responder ao avanço protestante, fora interrompido em razão das

[70]Além da instrução e conselhos religiosos que habitualmente fornecia, Calvino , em 1559, inaugura a Academia de Genebra, sob a reitoria de Teodoro Beza, eminente professor da Academia de Lausane. Em 1562, a Academia já contava com cento e sessenta e dois estudantes. No ano da morte de Calvino, o número subira a mais de trezentos.

guerras entre as grandes potências. Só com os Tratados de Cateau-Cambrésis, tornara-se novamente possível uma nova reunião do Concílio. Mas, a esta altura, as fissuras já eram profundas demais.

A derrota das estratégias para o controle da Inglaterra levada a cabo pelos Guise-Loraine frente à eficiente política de Elizabeth, levou os católicos franceses a desistirem , ao menos momentaneamente, de suas ambições de expansão continental. O crescimento da influência calvinista em território francês levou a coroa francesa a ocupar-se, prioritariamente, de seus problemas internos. A crise foi aguçada com a morte prematura do novo rei, François II. Empossado em 19 de julho de 1559, faleceu a 5 de dezembro de 1560, em razão de uma queda de cavalo. Seu sucessor, Charles IX, tinha apenas dez anos e sua mãe, Catarina de Médicis, tomou mais uma vez a regência do Estado francês em suas mãos. Como tentativa de conciliação, a regente nomeou chanceler de França Michel de l'Hospital[71], um humanista, próximo de Montaigne e La Boétie.

Essa conturbada situação política parece ter oferecido a Jean Bodin a oportunidade para conhecer e participar dos intrincados meandros do jogo político da corte. Em 1561 Bodin se inscreveu para o exercício da advocacia no Parlamento de Paris. A cidade de Paris tornara-se o centro nervoso da França, para onde convergiam todas as forças do reino, o centro da corte real e o lugar no qual, desde Henri II, os monarcas levavam cabo a domesticação da alta e pequena nobreza e dos setores burgueses em ascensão. Catarina de

---

[71] Michel de L'Hospital, nascido em 1507, era filho de um médico do condestável de Bourbon. Passou seu período de estudos na Itália, em Pádua. Era conhecido e respeitado pela sua vasta cultura, espírito humanista, integridade e conhecimento profundo dos assuntos de Estado e dos homens. Foi nomeado conselheiro no Parlamento de Paris em 1537, e mais tarde delegado do rei em Riom e Tours. Em 30 de junho de 1560 foi nomeado, por Catarina de Médicis, chanceler da França. Procurou implementar uma política de conciliação religiosa e no auge das lutas proferiu as famosas palavras da proclamação d'Orleãs*: "Ostons ces mots diaboliques, noms de part, factions, seditions, lutheriens, huguenots, papistes; ne changeons le nom de Chrestiens..."*. Embora as idéias contidas na Proclamação tenham impressionado profundamente o povo francês, o *Colóquio de Poissy*, convocado para conciliar os chefes católicos e protestantes, não alcançou o efeito desejado. O arrefecimento das lutas levou Catarina de Médicis a abandonar a política de conciliação e Michel de l'Hospital acabou por ser destituído do cargo de chanceler. Faleceu em 1573 , totalmente afastado da corte. Sobre Michel de l'Hospital ver <<*Histoire de France*>>, sob a direção de REINHARD-L, Marcel. Paris: Larrousse, 1954.

Médici também demonstrava extrema destreza neste tipo de adestramento da nobreza, auxiliada por seus conselheiros de Florença.

O ambiente da corte sofisticava-se cada vez mais e um jovem jurista, como Bodin, proveniente da pequena burguesia, se quisesse ter êxito na sociedade de corte, seria obrigado, por sua posição inferior, a adotar os padrões cortesãos de comportamento e de sentimento, gosto, vestuário e em toda a sua caracterização enquanto pessoa. Havia não apenas uma nobreza de corte, mas uma burguesia de corte, que absorvia os padrões dominantes. O burguês de corte tinha que ser educado em termos do gosto cortesão e ter seus comportamentos e sentimentos conformados ao padrão da corte. Deveria aprender a arte da diplomacia, dissimulação, bajulação, aspectos especiais da polidez do cortesão. [72]

Uma hierarquia de corte era estabelecida para os servidores de todas as origens sociais e acompanhava a distribuição geral de poder. Um jovem jurista, que desejasse ser socialmente reconhecido e ingressar na elevada classe togada, tinha de conseguir um posto na rede das instituições da corte ou em suas ramificações.

É necessário compreender as pressões sociais em ação. Quando partiu para Paris, Bodin trilhou o caminho inevitável para qualquer jurista que desejasse o respeito e a glória em sua época: um cargo junto à corte. O corpo de funcionários mais importante do reino era representado pelo Parlamento. Tinha se originado a partir da antiga "*Corte do Rei*", formado por magistrados e juristas que acompanhavam o rei e seu tribunal itinerante por todo o território do reino. Fixando-se em Paris no decorrer do século XIII, esta Corte, assumindo a forma de Parlamento, passou a ter a exclusiva competência do julgamento de recursos.

Desde o reino de François I a venda de cargos públicos parecia ser a regra geral no reino. Esta prática era antiga e, mesmo as ordenanças de reis proibindo a venda dos cargos não tinham conseguido acabar com o seu comércio.[73] Os constantes protestos das Cortes Gerais contra esta prática levaram às ordenanças de *Orleãs* em 1560 e *Moulins* em 1566, que estabeleceram a necessidade de eleição com prévio exame de capacidade, para o

[72] Sobre as relações sociais na corte francesa do século XVI, ver ELIAS, Norbert. "*La Sociedad Cortesana*" Tradução de Guillermo HIRATA. México: Fondo de Cultura Economica, 1996.

provimento de um cargo público. Entretanto, a constante necessidade de fundos para cobrir os encargos do Estado acabou por determinar o restabelecimento da venda dos cargos.[74]

A venda dos cargos encontrava-se ligada ao enobrecimento e prestígio junto à corte que acompanhavam seus detentores. O enobrecimento dos altos funcionários do reino, a grande *robe*, o nível mais elevado da nobreza togada, levou à formação de verdadeiras dinastias de magistrados e homens de Estado que, através de alianças, casamentos, progressivo prestígio e crescente fortuna ascenderam às mais elevadas posições da corte. Desde o século XIII, os juristas revestiam sua profissão com atributos de nobreza. Uma das principais características da nobreza, a hereditariedade, garantia a sucessão dos privilégios. Nas universidades a descendência de um doutor poderia facilitar o ingresso de um candidato. [75] No afã de constituir-se em uma nobreza, os legistas passaram a revestir-se de roupagem e insígnias que denotassem publicamente a distinção de sua função. Um orgulho de casta e uma convicção de sua superioridade intelectual caracterizavam a nobreza togada.

Esta nobreza togada retratava a si própria como o sustentáculo da organização administrativa do reino e, por isso, procurava revestir sua condição com uma simbologia de distinção e superioridade social. Entretanto, na história, são as paixões que se manifestam vestidas com a roupagem das instituições de sua época. Não foi a necessidade, o ideal de organização e paz social que criou a burocracia estatal como instituição, mas, ao que tudo indica, foi o ideal de ascensão da burguesa que criou a distinção da nobreza togada e, a partir dela, da burocracia moderna. A chave da evolução de uma instituição, como observa Paul Veyne, [76] não é tornar uma virtude necessidade, mas fazer da necessidade virtude, é portanto adaptar-se às circunstâncias e tomar as atitudes que seu papel exige. Depois, à medida que as gerações se sucedem, é mais fácil representar o papel e reproduzir os modelos que mostraram sua eficiência do que reinventar o mundo. Assim, o burguês, na

---

[73] Ibidem, ibidem.
[74] Segundo PERNOUD, a burguesia funcionária temia que a constante criação de cargos acabasse por diminuir o valor dos antigos. Ver PERNOUD, Régine. op. cit. p. 88.
[75] Ver LE GOFF, Jacques. "*Os intelectuais na Idade Média*". Lisboa: Editorial Estúdios Cor, 1973. Ver também VERGER, Jacques. "*As universidades na Idade Média*". S.P: Ed. Unesp, 1990.
[76] VEYNE, Paul "*Como se escreve a história*". Lisboa: Edições 70, 1994. p.230 e ss.

corte interioriza o estatuto e o papel da nobreza na forma de atitudes e condutas sempre repetidas e ritualizadas, até adquirirem o aspecto naturalizado.[77]

A forma como Bodin ascendeu aos cargos na corte permanece obscura. Não é possível, com certeza, afirmar se obteve suas posições através de exame ou compra. Entretanto, os ataques que desfere em seu livro contra a venalidade dos cargos, permitem a conclusão de que seu estabelecimento na corte decorreu de seu mérito como jurista.

Parecem datar deste período os primeiros contatos de Bodin com membros do partido dos "*politiques*" [78]. Fez parte de uma comissão nomeada com o fim de regularizar a situação jurídica dos domínios do reino na Normandia, provavelmente graças ao apoio de alguns membros do partido dos "*políticos*". Como membro da comissão, Bodin teria adotado uma atitude intransigente sobre as soluções jurídicas que foram apresentadas e as teria sustentado mesmo contra a vontade de seu mandatário real.[79]

No momento em que Bodin inicia seu processo de ascensão junto à corte, a estratégia política da regente Catarina de Médicis vinha arrefecendo a querela entre católicos e protestantes que adquiria as dimensões de uma guerra civil. As perseguições exasperaram ainda mais as paixões e, mesmo a política de tolerância religiosa, estabelecida pelo chanceler Michel de L'Hospital, tornou-se inútil.

Michel de L'Hospital temia os efeitos, para a monarquia francesa, de uma política de confronto religioso e procurava convencer Catarina de Médicis a colocar em prática uma

---

[77] Segundo VEYNE, temos a instituição quando a inversão encontra-se concluída e a aparência é a de que se trata de uma ação espontânea, que se exterioriza naturalmente. VEYNE, Paul "*Como se escreve a história*". Lisboa: Edições 70, 1994. p.230 e ss.

[78] "*Les politiques*" ou *tiers parti*, era o termo utilizado para designar um grupo de homens que, embora não constituissem um partido organizado, partilhavam das mesmas idéias a respeito do problema das lutas religiosas. Alguns eram realistas, outros partidários da tolerância religiosa e outros, monarquistas ou protestantes moderados, procuravam uma solução pacífica para o conflito. Defendiam a posição segundo a qual o verdadeiro problema residia na ausência de uma união nacional. Por isto, preconizavam a reforma do Estado, da administração pública, da distribuição de privilégios, dos costumes e do clero. Entre seus principais membros podiam ser encontrados bispos, diplomatas, presidentes de Parlamentos, embaixadores, nobres, professores universitários, juristas e intelectuais. Dois de seus principais membros foram o chanceler Michel de L'Hôpital e Du Ferrier, presidente do Parlamento de Paris. Ver LIVET, Georges. "*Les Guerres de Religion*". Paris: PUF, 1962. p. 65.

[79] IZDEBSKI, Zygmunt. "*Quelques observations sur les idées politiques de Jean Bodin*". Lódz: Societas Scientiarum Lodziensis. N°. 59, 1965. p.9.

política de conciliação capaz de diminuir as brutalidades e restabelecer a ordem. Em 1561, foi realizado em Poissy um colóquio nacional, com a finalidade de reconciliar a cristandade francesa, com a participação de altos membros do clero católico e de importantes pastores protestantes. Encontraram-se lado a lado o cardeal de Loraine, arcebispo de Reims e irmão do Duque de Guise, o principal representante do conservadorismo católico, e Théodore de Beze, amigo pessoal de Calvino.[80]

A observação das dificuldades apresentadas no Colóquio de Poissy revelaram a Bodin a profundidade das questões que abalavam a França. Embora partilhasse da mesma aversão manifestada por Michel de L'Hospital, Guilherme Postel e La Boétie, por todo o fanatismo e extremismo, Bodin percebia que a política da tolerância, tal como fora conduzida, prenunciava um desastre.

O fracasso do Colóquio teve como conseqüência o massacre de cerca de uma centena de protestantes em Vassy pelos católicos que acreditavam na vitória de sua posição política. Os calvinistas, por sua vez, enrijeceram seu dogmatismo e aumentaram a violência de suas perseguições contra os católicos. Bodin observava que as rixas se multiplicavam e o próprio reino francês corria o risco de desintegração.

A querela religiosa adquiriu, neste momento, na França, o caráter de Guerra Civil. As antigas rivalidades entre casas da nobreza encontraram no confronto religioso um campo favorável ao exercício da intriga e do enfrentamento aberto. Ao mesmo tempo, esta mesma nobreza, ainda ressentida com o enfraquecimento de seus privilégios, decorrente da cada vez maior concentração de poder nas mãos do rei, encontrava, nas lutas religiosas, a possibilidade de desestruturação do poder monárquico. As lutas transformaram-se rapidamente de um confronto voltado para o controle de espaços territoriais em uma tentativa de restauração dos antigos domínios familiares, colocando em risco a ainda tênue unidade do Estado francês.

O avanço do calvinismo dentro da nobreza refletia a disputa dentro do próprio corpo político francês. A virulência das animosidades na década de 60 foram o resultado de uma

[80] Sobre as guerras religiosas ver: LIVET, Georges. <<*Les Guerres de Religion*>> op.cit. ; ELLIOTT, J.H. <<*A Europa dividida*>>. op. cit. ; MIQUEL, Pierre. <<*Les Guerres de Religion*>>. op. cit. Ver também :

fusão entre a oposição aristocrática ao poder real e os hugenotes.[81] O movimento combinado destas duas forças revelou uma potência de ataque formidável. A conveniência, para os interesses da nobreza, da conversão ao calvinismo gerou a desconfiança acerca da sinceridade religiosa da maioria dos nobres.[82]

L'Hôpital procurou manter o equilíbrio em meio a um confronto de facções que se tornava cada vez mais franco e aberto e acirrou ainda mais os ânimos, já dispostos à radicalização. O resultado foi uma progressiva decomposição do poder real e uma infinita sucessão de complôs, intrigas, assassinatos e traições. Nem os Éditos de 1562 e de 1563, com o intuito de adotar uma política religiosa mais conciliatória foram capazes de promover a pacificação. Atacado simultaneamente por católicos e protestantes, Michael de L'Hôpital foi destituído e a política de conciliação foi abandonada.

O interesse de Bodin voltou-se, então, para as instituições responsáveis pela formulação da política governamental e segurança do reino. O Parlamento de Paris, conservador e atado às estruturas tradicionais, defendia com virulência suas prerrogativas diante dos parlamentos provinciais, reafirmando, deliberadamente a ortodoxia católica. A solução para a crise, apoiada pela maioria do Parlamento de Paris era a pura e simples repressão do protestantismo. Bodin, entretanto, se de um lado não via com bons olhos o radicalismo do Parlamento, por outro, considerava a posição huguenote um sério risco à estrutura do Estado francês.

Homem de natureza prática e preocupado com os caminhos da política e da economia francesa, Bodin não se contentava com a publicação de trabalhos especulativos. Enquanto consolidava sua posição nos círculos intelectuais, Bodin movia-se também com sucesso entre os membros e assuntos da corte e do Reino. Em 1566, tendo atingido algum prestígio público, foi editado o seu primeiro trabalho a alcançar o reconhecimento de seus contemporâneos: *O Methodus ad facilem historarum cognitionem* . Com este livro, Bodin inicia o projeto ao qual dedicaria o resto de sua vida: a criação de um sistema que

---

TOURAULT, Philippe << *Les Angevins, au temps des guerres de religion*>>. Paris: Perrin, 1987.
[81] Ver OLIVET, Georges. << *Que sais-je - Les Guerres de Religion*>>. Paris: Puf, 1970.
[82] Ver ELLIOTT, J.H. op. cit. p 70..

permitisse compreender e organizar a vida do homem em sociedade fundamentado cientificamente.

Em 1568 publicou uma crítica a Malestroit, conselheiro real para assuntos monetários. Texto polêmico, *"La Réponse au Paradoxe de Monsieur de Malestroit" é* considerado por alguns autores como o ponto de partida da economia política. Malestroit afirmava que a causa da depreciação da moeda encontrava-se no processo de elevação dos preços, que vinha corroendo a economia francesa desde 1540. Em oposição, Bodin afirmava que a alta dos preços não era a causa, mas o resultado da depreciação da moeda. O afluxo abundante de ouro e prata das Américas, os monopólios, a escassez de produtos e o luxo da corte provocavam a depreciação do valor da moeda que por sua vez determinava a elevação do valor dos produtos.

Ao longo dos anos, Bodin vinha consolidando sua posição nos círculos intelectuais, o que lhe permitiu uma sólida base para o estabelecimento de sua carreira política. Era costume do monarca francês escolher entre os melhores advogados de Paris os altos funcionários do reino. Com apenas quarenta anos de idade, Jean Bodin já tinha sido investido pelo rei de inúmeras responsabilidades e missões oficiais: em 1570, foi comissionado para a reforma do patrimônio florestal da Normandia, o que lhe permitiu conhecer os problemas referentes à inalienabilidade do patrimônio real.[83] Em 1571, foi nomeado *maître des requêtes* do *duque d'Alençon,* o irmão do rei. Este honroso cargo de conselheiro do filho de Henri II demonstrava o prestígio de Bodin junto à Corte. No ano seguinte, Bodin tomou parte da deputação oficial do reino, enviada para receber em Metz os plenipotenciários poloneses para a eleição de outro irmão do rei, Henri de Valois, o duque D'Anjou, como rei da Polônia.

A defesa inabalável da monarquia francesa que encontramos em seus textos em contraste com a ambigüidade de suas atitudes em relação à crise religiosa e sua franca tendência à tolerância, levam-nos a pensar em Bodin como um homem de personalidade complexa, profundamente abalado com a crise e preocupado tanto com o futuro da França como com o seu destino pessoal .

É difícil estabelecer se a fidelidade de Bodin à monarquia constituía um cálculo de interesse pessoal ou o reflexo de uma convicção mais profunda. Com segurança, podemos afirmar que as guerras religiosas abalaram profundamente o espírito de Bodin que a partir destes acontecimentos, passou a procurar bases doutrinárias capazes de sustentar a autoridade do Estado, como forma de defendê-lo dos efeitos das querelas privadas.

Em 1572, virulentas disputas explodiram entre huguenotes e católicos de um lado e, d outro, entre os defensores do poder real e os monarcômacos, defensores da limitação do poder real . Uma nova tentativa de pacificação foi levada a cabo em agosto deste ano com o casamento de Margherite de Valois, irmã do rei (mais tarde conhecida como rainha Margot), e Henri Bourbon, rei de Navarra e um dos principais líderes protestantes. O principal líder protestante, o almirante Coligny, seria reintegrado à Corte, assumindo o papel de conselheiro do rei.

Uma festividade esplêndida, que se prolongaria por uma semana, foi preparada para comemorar o casamento da princesa com o rei protestante de Navarra. Os correligionários de Henri de Navarra tinham vindo às centenas à Paris para a comemoração de seu casamento com a princesa católica.

Insatisfeitos com a política de pacificação, os Guise-Loraine tramaram um atentado à vida de Coligny que escapou, ainda que ferido. Também o jovem rei Charles e Catarina de Médicis, aparentemente convencidos da existência de um plano de sublevação dos huguenotes, prepararam um contra-ataque. Foi elaborada uma lista de chefes huguenotes que deveriam ser presos e executados, entre eles o almirante Coligny, ainda preso à cama pelos ferimentos causados pelo atentado dos Guise-Loraine. A ação seria rápida e eficiente, cuidadosamente calculada e limitada às lideranças. Entretanto, Catarina e o rei parecem ter ignorado o poder de fogo dos Guise e o ódio que a população parisiense vinha nutrindo aos huguenotes.

O que deveria ter sido uma ação rápida, limitada e controlada tornou-se um massacre. Coligny e cerca de três mil huguenotes foram degolados e um furor anti-protestante avançou por toda a noite, levando a uma carnificina que teria custado a vida de quarenta

[83] Ver GALA, Pedro Bravo . op. cit

mil pessoas. De Paris o conflito alastrou-se para toda a França.[84] O massacre de 24 de agosto de 1572, dia de São Bartolomeu, acabou por tornar o protestantismo uma causa popular, principalmente no sul da França e detonou uma revolta contra o rei que ordenara o massacre de cidadãos franceses. *Le Saint Barthélemy* , como ficou conhecido, passou a significar para sempre, intolerância e violência e parece ter produzido um profundo efeito em Bodin que, a partir daí passou a defender publicamente a tolerância religiosa e a não participação do rei em conflitos de natureza religiosa.[85]

A guerra religiosa reiniciou e as idéias anti-monarquistas dos inúmeros panfletos huguenotes, que circulavam desde 1560, tornaram-se extremamente populares. A literatura panfletária consistia de virulentos ataques à monarquia, justificativas de assassinato do rei e destronamento dos Valois. Entre estes textos, podiam ser encontradas publicações de respeitados juristas huguenotes como Francisco Hotman e Beza, biógrafo de Calvino.

Teodoro de Beza defendia uma doutrina de caráter jusnaturalista dos freios à monarquia. Em 1573, sob o impacto de S. Bartolomeu, escreveu um tratado sobre a obediência e resistência. Em 1574 surgiu anonimamente em Lyon uma versão francesa de seu tratado intitulada *Du Droit des Magistrats sur leurs Subjets*. Foi considerada como uma

---

[84] Sobre o Massacre de S. Barthelemy ver OLIVET, Georges . "*Que sais-je - Les Guerres de Religion"* op. cit.

[85] Segundo alguns autores, Bodin seria partidário da posição protestante e teria, inclusive, sido ferido seriamente durante a noite do massacre de São Bartolomeu, escapando da morte por um triz. Baudrillart foi o principal divulgador desta hipótese, reproduzida até hoje por inúmeros autores como Quentin Skinner entre outros. Entretanto, como bem observa Paul Collinet, Baudrillart não esclarece qual seria a fonte de sua informação e pesquisas mais recentes permitem demonstrar que não só Jean Bodin não era sequer simpatizante dos protestantes, como também, encontrava-se longe de Paris no dia do Massacre. Segundo documentos encontrados nos Archives du Palais de Mônaco, por Paul Collinet, "*tudo indica que, na noite fatal de 24 de agosto de 1572, Bodin encontrava-se longe de Paris. Segundo a indicação dos documentos, Bodin encontrava-se empregado no que hoje é o departamento de Ardennes, na qualidade de "Commissaire de Ludovico, duc de Nivernois, prince de Manthoue, comte de Rethelois."* Collinet baseia-se no registro sob o código *T*23 "Inventarios de contractz faictz par Mons. Bodin au Comté de Reteloys 1572 "*. O inventário contém um sumário de contratos ratificados ou não pelo Duque e duquesa de Nivernais, o nome do registro e cidade. Bodin aparece "e*n fonctions*", nos dias 25 a 28 de julho, dias 11,13,22,23 e 24 de agosto, 6,20 e 25 de setembro do ano de 1572. Um texto do acto de registro - T*23, n^{o} 3 (fólio-1) , registra a presença de Bodin em Méziènes, Ardennes, no dia 24 de agosto de 1572. Sobre a afirmação de Baudrillart, ver BAUDRILLART, Henri. << *Jean Bodin et son tableau des théories politique et de idées économique au seizième siècle*>>, Paris: Ed. Guillaumin, 1853. Sobre SKINNER, Quentin, ver seu livro << *As fundações do pensamento político moderno*>>, São Paulo: Companhia da Letras, 1996. p.555 Sobre as pesquisas de COLLINET, Paul. ver seu artigo << *Jean Bodin et la Saint-Barthèlemy*>>, in "*Nouvelle Revue Historique de Droit Français et Étranger*" , tomo XXXII. p.752 e sgs.

indicação do ponto de vista oficial calvinista a respeito dos limites do poder monárquico. Segundo Beza, o poder absoluto só a Deus pertencia, a realeza baseava-se num pacto com o povo e se o rei se tornasse tirano seria justificável sua deposição.

Um dos principais efeitos do massacre de São Bartolomeu foi, exatamente, levar os pensadores, juristas e filósofos políticos, a procurarem estabelecer com maior precisão as bases do poder real e os princípios de formação e sustentação do Estado. A explosão de violência provocada pelo conflito corria o risco de transformar a França no palco de vendetas privadas, levadas a cabo pelos nobres, fragmentando o Estado e esfacelando a autoridade do rei.

1.1.2.2. O intelectual e a crise da monarquia.

Jean Bodin foi um dos pensadores que melhor percebeu o risco que de fato corria o Estado francês. Mais do que as questões familiares, as disputas territoriais ou as desavenças religiosas, para ele fora a concepção de política e Estado de Catarina de Médici que levara a França ao caos e à beira da desagregação. Bodin via nos atos de Catarina a típica política florentina dos Médicis, dedicada à manutenção do poder nas mãos do príncipe e não à saúde do Estado. Cercada dos assessores que trouxera de Florença, segundo Bodin, Catarina fizera da política a arte da intriga, incentivara a venalidade dos cargos e a traição, formas típicas da política de sobrevivência das cidades-estado rivais italianas, colocando em risco o Estado como instituição.

Bodin julgou importante, acima de tudo, restaurar o conceito de Estado, não como artefato do príncipe, mas como instituição jurídica e estabelecer as bases do poder real não como instrumento da ganância individual do governante, mas como poder público. Atacou o uso das finanças públicas na guerra religiosa afirmando que o Estado, como instituição pública, não poderia tomar partido de qualquer facção. São Bartolomeu constituíra apenas um exemplo de como um processo de rivalidades privadas poderia conduzir à deterioração da ordem pública colocando em perigo a existência do Estado.

Catarina de Médicis não desejara nem previra os resultados do S. Bartolomeu. Internacionalmente a repercussão foi imediata. Foram preparadas versões alternativas da história para as diferentes cortes européias. Em Espanha, não prejudicava Catarina sugerir que o massacre fora cuidadosamente preparado. Também, em Roma uma história de premeditação foi assiduamente propagada pelo cardeal de Loraine, para encanto do papa Gregório XIII. Já os embaixadores da França nos Estados protestantes tiveram que apresentar um relato mais ameno e respeitável dos fatos. Sugeriram que o massacre foi uma reação necessária contra uma conspiração de Coligny contra o trono, que poderia deflagrar um conflito ainda maior. Foi apresentada ainda uma versão alternativa que descrevia os fatos como um incidente infeliz provocado pela conhecida inimizade e rivalidade entre Coligny e os Guise, sem qualquer ligação com o rei, Carlos IX.

A partir do massacre de S. Bartolomeu, as lutas político-religiosas levaram à formação de partidos políticos organizados. De um lado os huguenotes, de outro os católicos e entre eles, os "*politiques*" [86]. Embora concebessem de maneira diversa a natureza da instituição monárquica, os *politiques* se tornaram defensores do poder real e defendiam a sua superioridade como forma de governo.

Em 1574, morria o rei de França Charles IX e seu irmão Henri de Valois , o duque de Anjou, recebeu a coroa sob o título de Henri III. Inicialmente influenciado pelos princípios da Contra-Reforma, levou a cabo uma política anti-protestante. O agravamento da crise, entretanto, levou-o a adotar uma política de conciliação. Em um Edito de 6 maio de 1576, concedeu liberdade de culto e igualdade de privilégios aos protestantes, tais como a possibilidade de assumirem funções públicas.

Como reação, os radicais católicos alinharam-se em um partido em defesa da ortodoxia religiosa, denominado "*Santa e Sagrada União Católica*" ou "*Liga*". Constituía uma poderosa organização nacional, apoiada pelos Guise-Loraine e nobreza católica, tendo como principal base a poderosa cidade de Paris.

Os protestantes que já se vinham organizando militarmente, em uma "*União Calvinista*", tinham multiplicado suas "*assembléias políticas*" com a finalidade de obter um

estatuto legal civil que garantisse sua existência contra as perseguições. A estes huguenotes associaram-se setores católicos dissidentes conhecidos como *malcontents*.[87]

Uma das principais exigências da Liga católica era a convocação dos Estados Gerais, quando pretendia impor uma política de restrição aos protestantes em todo o território francês. Também os protestantes queriam a reunião dos Estados Gerais, pretendendo estabelecer definitivamente as bases institucionais de sua nova religião. A população, em geral, desejava que os Estados Gerais colocassem fim às guerras, e o rei Henrique III acreditava que os Estados Gerais poderiam garantir as condições de estabilidade necessárias para reinar.

Reuniram-se os Estados Gerais em Blois em Dezembro de 1576. A Liga conseguira controlar as eleições da assembléia na maioria dos departamentos, conseguindo compor a maioria absoluta dos deputados presentes e os huguenotes recusaram-se a participar. A Liga conseguiu desde o início controlar as atividades da assembléia e impor seu ponto de vista ao rei que, em seu discurso aos Estados Gerais, anunciou que no futuro apenas toleraria uma religião no seu reino, colocando-se à cabeça da Liga. Disposto a fazer a guerra aos huguenotes, o rei pretendia conseguir a aprovação do uso do tesouro real para este fim.

Neste ano de 1576, o mesmo da primeira edição dos Seis Livros da República, Bodin se instalara em Laôn, como advogado, desposando a filha do procurador do rei nesta cidade, Nicolas Touillard . Em seguida, Bodin tomou parte como representante do Terceiro Estado por *Vermandois* , na reunião dos Estados Gerais de Blois.

Principal líder do Terceiro Estado, Bodin apresentou uma irresistível oposição ao uso das finanças públicas para a promoção de uma guerra civil.[88]. A atitude de Bodin nos Estados Gerais de Blois teve importante influência no ulterior curso das guerras religiosas. Graças ao seu profundo conhecimento do direito consuetudinário e das Leis Fundamentais do Reino, levou a cabo, com sucesso, um combate à proposta do rei que desejava a

---

[86] ELLIOTT, J.H. op. cit. p.40.
[87] ELLIOTT, J.H. op. cit. p.p.39 e 40.

[88] Sobre a participação de Jean Bodin nos Estados Gerais de Blois, ver CHEVALLIER, Pierre. "*Henri III"*. Paris: Fayard, 1985.

aprovação de alienação de domínios do reino para financiar a guerra contra os huguenotes. Tenazmente se opôs a todas as petições apresentadas pelo rei e conduziu o Terceiro Estado a uma recusa ao rei dos meios econômicos necessários para levar adiante a guerra pretendida. Esta oposição lhe custou a perda dos privilégios e da simpatia que gozava junto à corte

Ao negar ao rei o uso das finanças do Estado em uma guerra privada contra os próprios cidadãos franceses, Bodin pretendia restaurar a dignidade do Estado e lançar as bases da ação política como ação eminentemente pública. Bodin demonstrou, acima de tudo, que não era apenas um filósofo de gabinete, autor, como tantos outros, de doutrinas fadadas à ocupação de estudiosos. Bodin era também um homem público e, como tal, demonstrara que o conhecimento político deve visar à ação.

Foi um importante ano para Bodin este, no qual publicou a sua principal obra, *Os Seis Livros da República*, fruto da busca de soluções para a crise política francesa, para o restabelecimento da paz , tranqüilidade e progresso do reino.

A observação das ações sectárias, os massacres cegos, as perseguições e assassinatos e a forma como os católicos extremistas vinham arrastando o rei para uma política de confronto, levaram Bodin a assumir uma posição cada vez mais distante de todos os grupos em conflito. *Os Seis Livros da República* foram o resultado de vinte anos de pesquisa e reflexão sobre a realidade política francesa e sua intenção era apresentar uma solução imediata para a guerra civil e anarquia política reinante.

O sucesso da obra foi imediato e, graças a ela, Bodin adquiriu fama e respeito fora das fronteiras da França. Embora pareça constituir uma obra de propósito circunstancial, a erudição, o tratamento inovador dos conceitos de Estado e governo e, principalmente, a concepção de um conceito de soberania aliado ao firme propósito de determinar o papel eminentemente público do Estado, fizeram dos *Seis Livros da República* uma obra cujo alcance ultrapassou os limites da França .[89] O fato de ter sido escrita originalmente em

[89] Quando da publicação de seu *Methodus*, Bodin apresentara um projeto para a compreensão da história, no qual futuramente, *Os Seis livros da República* representariam o aspecto da história humana. Portanto, em seus aspectos principais, Os *Seis Livros da República* precederam, como projeto, os fatos que culminam com o massacre de São Bartolomeu. Entretanto, os diversos aspectos que o conflito assume, em seu transcorrer,

francês, diferentemente das demais obras de Bodin, leva-nos a pensar que não era endereçada a um público intelectualizado, mas ao povo, ao público e ao Estado francês.

O principal alvo de seus ataques era François Hotman.[90] Hotman, em seu *Tractatus isagogicus de regimine regum Galliae et jure successionis,* mais conhecido como *Franco-Galia*, publicado no exílio, em 1573, desenvolveu uma oposição de espírito constitucional ao poder monárquico. Recorrendo à história da nação francesa, cuja origem encontrar-se-ia na antiga Galia romana, transformada após o reino franco medieval em Franco-Galia, Hotman examinou o caráter das leis Sálicas, das ordens medievais e da origem dos Estados Gerais, procurando demonstrar que a autoridade legítima da França não residia na figura do Rei, mas nos Estados Gerais e que o rei possuía o poder por uma delegação popular.

Hotman atacava a monarquia francesa afirmando que a soberania do Estado francês pertencia aos Estados Gerais e ao povo. Desta forma, procurava reduzir o poder político do rei, transferindo-o, em parte, para o setor popular, mas, principalmente, para a nobreza, que em inúmeras regiões da França, abraçava a bandeira huguenote. Procurava restaurar a história das instituições francesas, retrocedendo aos períodos anteriores à instituição da monarquia, à Galia romana, conquistada por César, e às instituições dos francos, que elegiam seu chefe. Da análise da estrutura militar das tribos francas, concluía que o rei dos francos e da Galia era, originalmente, eleito pelo povo a quem, portanto, de direito, pertenceria a soberania.

Assim, para Hotman, "*la souveraine et principale administration du Royaume des Francs Gaulois appartenait à la générale assemblée de toute la nation qu'on a appelèe depuis l'assemblé des trois estats*".[91] Segundo Hotman, a melhor forma de governo seria o governo misto, no qual colaborariam a coroa, a nobreza e o povo.

A tese de Hotman, mesmo não recebendo a licença oficial de publicação, alcançou uma tal penetração entre a população huguenote, que levou Jean Bodin a fazer dela um de seus principais alvos de ataque nos *Seis Livros da República*. Bodin atacou, principalmente,

---

parecem ter levado Bodin a rever e reformular aspectos de sua obra, além de usá-la como instrumento de ataque contra aspectos da doutrina política huguenote, os quais, acreditava, colocavam em risco a saúde do Estado francês.

[90] Sobre Hotman, ver MESNARD, Pierre . << L'Essor de la Philosophie Politique>>. op. cit. p. 330 e sgs.

o que considerava um recuo aristocrático, uma vez que restaurava a ordem fragmentária feudal superada pela centralização do poder real na formação do Estado francês. Bodin investe diretamente contra os pontos centrais da obra de Hotman, a qual considera não apenas equivocada, mas extremamente perigosa para a estabilidade do Estado. A propagação das idéias de Hotman e a violência com que os debates vinham sendo travados previam uma sangrenta e cruel guerra de secessão. Diante do perigo da guerra civil incontrolável, Bodin saiu em defesa da unidade do Estado, através da legitimação do poder real e do arcabouço legal da soberania.

Após a primeira publicação dos *Seis Livros da República* em 1576, seguiram-se duas reedições em 1577; duas em 1579; outras em 1580 e 1583. Em 1586, apareceu a primeira edição em latim, com reimpressões em 1591, 1593, 1594 e outras no século seguinte. O ritmo das edições parece invulgar para a época, sem contarmos as traduções italianas, alemãs e espanholas.

Os Seis Livros da República deram lugar a violentos ataques, tanto de huguenotes como de setores católicos. Bodin parecia ter um gosto particular pela controvérsia. Não apenas gostava de alimentar debates públicos, como tratava ironicamente seus atacantes. Sua mais importante defesa aos ataques deflagrados contra sua *República, l'Apologie de René Herpin pour la République*, foi escrita sob um pseudônimo (de René Herpin). Os motivos que o levaram a publicá-la sob um pseudônimo permanecem obscuros. Esta réplica passou a acompanhar as edições da *República* a partir de 1583.

Em 1577 a situação agravara-se. Sem os meios materiais de promover uma guerra contra os protestantes, Henri III procurou restringir suas protestantes através do Edito de Poitiers, em outubro daquele ano. Ao edito seguiu-se a dissolução formal de todas as ligas, protestantes e católicas. Carente de apoio de qualquer grupo político, sem um núcleo de confiança e sem conseguir poder tomar qualquer atitude de grande envergadura, o rei acabou por ver seu trono assolado pelas intrigas dos rivais interessados em conquistar o poder. De um lado, Henri de Guise, líder católico pertencente à casa de Loraine, cuja linhagem, afirmava, descendia de Carlos Magno. Insistia, portanto, que possuía mais

[91] Ver HOTMAN, François . *Franco-Galia* . Paris: Fayard, 1987.

direito ao trono que os Valois. De outro, o líder protestante Henri de Navarra, pertencente à casa dos Bourbons e descendente, portanto de Hugo Capeto, dinastia real anterior a dos Valois. O próprio irmão do rei, o duque de Alençon, conspirava e intrigava com vistas ao trono.

Durante os anos seguintes, Bodin participou novamente do séquito do Duque de Alençon, que se tornara neste período, Príncipe D'Anjou. Acompanhou o príncipe em sua estada na Inglaterra para a negociação das bodas do príncipe com a rainha Elisabeth, que acabou por não se concretizar. Acompanhou-o também em sua viagem aos Países Baixos. Com a morte do príncipe Bodin retorna a Laôn. Em 1578, herdou de seu sogro, falecido, o ofício de procurador do rei. Dedicou-se, a partir daí, com fervor, à educação de seus três filhos.[92] Neste mesmo ano publicou o livro *Iuris Universi Distributio*, um tratado de direito público comparado, cuja finalidade seria criar um sistema de Direito Universal, baseado na prática do direito comum a todas as nações.

Em 1580 Bodin publicou a *Démonomanie des Sorciers*, um livro considerado por muitos autores um corpo estranho entre suas obras, destinado ao uso pelos magistrados em processos de bruxaria. Com o livro Bodin pretendia refutar os argumentos do médico alemão Jean Wier, que negava a existência de demônios, atribuindo a bruxaria à maldade banal ou a uma doença melancólica.

Preocupado com a multiplicação e agravamento dos processos de bruxarias, Bodin aprofundou, por meio de estudos metafísicos, as questões morais, éticas e jurídicas relativas ao problema. Nessa obra, corajosa para a época, Bodin procurou estabelecer as causas da loucura daqueles que acreditavam estar possuídos pelo demônio e estabelecer as bases institucionais do que seria legalmente a infração, passível de punição, denominada *démoniomanie*.

A Démonomanie des sorciers foi acolhida com profundo interesse e recebeu vinte e três edições, entre francesas e latinas, até 1598. Tal sucesso não impediu, entretanto, a sua condenação pelo papa Clemente VIII e a sua inclusão no Índex das obras proibidas pela Igreja Católica, em 1594.

O retorno de Bodin a Laôn marcou a fase final de sua vida, dedicada exclusivamente aos estudos, livros, cargo e família. Bodin não ignorava os inúmeros inimigos que tinha arregimentado ao longo dos anos e que se estendiam por todos os matizes religioso-partidários, dos protestantes aos jesuítas.

Durante estes anos, novamente, o tênue equilíbrio europeu viu-se ameaçado drasticamente. A frágil paz entre a Espanha, maior potência econômica e política do período, baluarte do catolicismo, e a Inglaterra, governada pela hábil protestante Elizabeth Tudor, fora rompida. As relações entre os dois países deterioravam-se de tal forma que em 1585 ninguém duvidava que a Europa inteira seria arrastada para um conflito cuja origem seria a guerra entre estes dois países.

Um intrincado jogo de influências e domínio territoriais se desenvolvia. De um lado os países baixos, controlados pela Espanha, constituíam uma freqüente fonte de dores de cabeça para Felipe II. O avanço das forças protestantes e o crescente fortalecimento de seu líder, Guilherme de Orange, vinham minando o controle espanhol na região. A sustentação militar, freqüentemente fornecida pelos protestantes franceses, e um discreto apoio oferecido por Elizabeth da Inglaterra à causa de Orange, aumentavam a tensão entre os Estados europeus.

O rei da França, embora católico, temia o excessivo avanço do poder espanhol e uma derrota de Orange e Elizabeth abriria o caminho para um avanço espanhol em território francês. Tendia, portanto, a apoiar os rebeldes protestantes de Amsterdã.

A Espanha vinha de uma recente e retumbante vitória contra os temíveis otomanos, na famosa batalha de Lepanto, que possibilitara a toda Europa respirar aliviada com o fim da ameaça de invasão turca. Dona do mais poderoso dos exércitos de sua época, de uma marinha considerada invencível e de uma inesgotável fonte de ouro colonial, a perspectiva de uma Espanha invencível atemorizava todos os governantes europeus e nenhum deles, incluindo a rainha inglesa, ousava confrontá-la diretamente.

O ano de 1584 foi crítico para todos os dirigentes europeus. A morte do irmão do rei, o duque de Alençon, e a ausência de filhos de Henri III, apontavam como sucessor legal do

[92] Ver carta sobre educação - BAUDRILLART.

trono francês o protestante Henri de Navarra. A morte de Guilherme de Orange levou os holandeses a oferecerem o governo dos Países Baixos ao rei Henri III, da França. Uma aproximação entre o rei da França e protestantes arrastava Felipe II de Espanha à intervenção nos assuntos internos franceses, apoiando militarmente os católicos. Em 1585, o apoio espanhol aos nobres católicos franceses levou à restauração da Liga, ainda mais poderosa e Henri III acabou por ser obrigado a apoiar a política no poderoso grupo católico dos Guise-Loraine. Parecia ter-se estabelecido na França um regime fantoche, controlado pela Espanha.

Com a união das duas grandes monarquias católicas, a vitória espanhola nos países baixos parecia inevitável e a Espanha garantiria a hegemonia em praticamente todo o continente. A rainha Elizabeth, temendo que este quadro favorecesse uma invasão da Inglaterra, resolveu intervir nos Países Baixos em apoio aos rebeldes protestantes.

No final de 1586, Mary Stwart, a rainha católica da Escócia, pertencente à família dos Guise-Loraine e pretendente ao trono inglês, foi julgada na Inglaterra por traição e apoio aos espanhóis. Executada no início de 1587, antes de morrer não indicou seu filho, Jaime, como herdeiro de seu trono inglês, mas o rei Felipe II de Espanha.

Em 1587 o caos parecia imperar e a guerra total era inevitável. A execução de Mary Stwart levara até o papa Sixto V a contribuir financeiramente para uma expedição de ataque à Inglaterra. A condenação à morte de uma rainha católica ungida, por ordem de uma protestante como Elizabeth considerada ilegítima pelos católicos[93], tinha conseguido enfurecer e unificar a todos os católicos europeus. O resultado foi a preparação de uma armada espanhola, poderosa como jamais se tinha visto, conhecida como *A Armada Invencível,* para uma expedição de ataque à Inglaterra.

Na França, a possível conquista da Inglaterra representava, externamente, a perspectiva de uma Espanha indestrutível e, internamente, a de um controle do poder pelos poderosos católicos Guise-Loraine. Pareceu então ao rei Henrique III, que seria necessário

[93] Filha do segundo casamento de Henrique VIII, Elizabeth foi considerada bastarda pelo rei, seu pai, quando sua mãe, Ana Bolena foi condenada à morte acusada de traição e adultério. Além disso, os católicos não reconheciam o divórcio de Henrique VIII de sua primeira esposa católica, considerando deste modo a herança de Elizabeth como uma heresia.

equilibrar a balança européia através de um apoio à Inglaterra. Para tanto, porém, o rei de França teria de enfrentar uma poderosa oposição católica interna, liderada pela população parisiense.

O apoio do rei à rainha protestante foi considerado uma heresia. Uma insurreição foi desencadeada pelos católicos liderados por Henri de Guise e uma população delirante construiu barricadas no *Quartier Latin*, centro da ortodoxia católica. Multidões lançaram-se sobre os soldados suíços da guarda real, que acabaram por depor as armas. Enquanto fogueiras ardiam por toda a Paris, o rei teve de abandonar a cidade pela *Ponte Neuf*. A humilhação do *Dia das Barricadas* destituiu Henri III de qualquer autoridade da qual ainda fosse dotado. Tornou-se, a partir daí, um rei sitiado e abatido que jamais, entretanto, abandonaria o intento de vingar-se da fuga humilhante a que fora obrigado pelo duque Henri de Guise, campeão dos católicos e líder da Liga.

A invasão da Inglaterra tomou, por parte da Espanha, ares de um empreendimento monumental. À já poderosa armada espanhola, foram acrescentados navios portugueses, naus da frota colonial e da frota espanhola da Holanda, além de numerosos navios mercantes e de abastecimento. Com uma armada bem mais reduzida, parecia que a Inglaterra não resistiria diante de tal demonstração de força. Entretanto, problemas estratégicos com a frota espanhola da Holanda, que apoiaria o ataque católico contra a Inglaterra, e problemas com o mau tempo no Canal da Mancha levaram a uma terrível derrota e total destruição da invencível armada de Felipe II.

A histórica derrota espanhola teve como principal efeito elevar os ânimos protestantes e levar o governante espanhol ao mergulho em uma profunda melancolia da qual jamais sairia[94]. Elizabeth, porém, considerava a derrota espanhola com um outro olhar. Conhecia o inimigo e sabia que a destruição da armada tinha sido fruto de erros e acasos que os

[94] Acreditava que a derrota de sua armada tinha sido fruto da condenação de Deus por seu pecado de soberba. Afinal, *"Como era possível que um povo eleito tivesse sido abandonado pelo seu Deus?"*. Aos dissabores de sua vida pessoal, Felipe viu acrescentar-se mais este desgosto. Acreditava que a humilhação da derrota da frota espanhola maculara o glorioso nome de seu pai, o grande imperador de toda a Europa, Carlos V. Tornara-se, portanto, indigno de ser seu filho e por este motivo recomendou que após sua morte não fosse enterrado junto ao seu pai, no Escorial, para não obscurecer a sua devida notoriedade. Sobre a derrota da Armada Invencível e Felipe II ver CHAUNU, P. op. cit., e MARGOLIN, Jean-C. op. cit .

espanhóis não deixariam repetir. Além disso, a riqueza do império colonial espanhol permitiria que rapidamente uma armada ainda mais poderosa fosse construída. A Inglaterra não possuía as mesmas fontes e seu tempo era escasso. A pirataria contra os navios coloniais espanhóis e o apoio aos protestantes do continente constituíam seus momentâneos recursos de ataque à Espanha.

A derrota da armada espanhola trouxe um novo vigor ao rei da França. O duque Henri de Guise julgava-se intocável e vinha comportando-se como se fosse o verdadeiro rei. As dificuldades econômicas e políticas levaram o rei à convocação de uma nova reunião dos Estados Gerais em Blois. Corriam rumores de que o rei aproveitaria a reunião para vingar-se do duque de Guise, pela humilhação em Paris. Mas Guise, sendo tratado por todos como rei, pouco se preocupou com a ira real. A força da Liga era tal que muitos acreditavam que rei poderia ser destituído em favor de Henri de Guise. Durante a reunião, na manhã de 23 de dezembro de 1588 o duque de Guise foi assassinado na antecâmara régia e seu irmão, o cardeal de Guise, foi preso e morto por guardas do rei. [95]

A notícia do assassinato dos Guise provocou a ira da população de Paris e das cidades católicas. Um Conselho de notáveis, em Paris, iniciou um julgamento formal do rei, em sua ausência. A Faculdade de Teologia da Sorbonne declarou os cidadãos franceses libertos da obediência ao rei e livres para pegar em armas contra o tirano. Panfletos católicos circulavam pregando que o poder pertencia ao povo e que o rei quebrara seu contrato e, portanto, devia ser combatido, deposto e morto.

Ironicamente, os católicos lançaram mão dos mesmos argumentos concebidos pelos huguenotes e, em particular, das doutrinas da *Franco-Galia* de Hotman, para questionar a soberania do rei. A proibição pela Liga de todo o pagamento de impostos régios e a

[95] Após a morte de Henri de Guise por homens da famosa "*guarde prétoriene*" de Henri III (uma alusão à guarda pessoal dos imperadores romanos), o rei teria entrado no aposento e diante do cadáver robusto e alto de Henri de Guise estendido no solo teria dito: - "*Il est encore plus grand mort que vivant*". Henri III ordenou a incineração do cadáver do líder da Liga para que seus seguidores não tivessem nenhuma relíquia para venerar. Ver CHEVALLIER, Pierre. << Henri III >>. op.cit.

incitação à violência pública contra o Estado fizeram com que a França mergulhasse novamente em um estado de caos. [96]

O assassinato do Duque de Guise, a mando de Henri III, acirrou ainda mais os ânimos e a Liga se apoderou da cidade de Laôn, onde Bodin exercia suas atividades de procurador real. A posição assumida por Bodin durante este episódio continua obscura e, talvez, forçado pelas circunstâncias ou resignado diante de uma situação que o obrigava a escolher o mal menor, acabou aderindo à posição dos ocupantes da cidade. Todavia, seu circunstancial apoio à Liga não impediu os ataques à sua pessoa e obras.

Os ataques violentos dos católicos, apoiados por uma ameaça de excomunhão do papa Sixto V, a falta de dinheiro e a rebelião de metade do país, que exigia a sua cabeça, levaram o rei a procurar uma aliança com o líder protestante, o rei Henri de Navarra. A ira popular em Paris chegava ao nível da histeria e, a 1° de Agosto de 1589, um fanático jovem frade, Jacques Clément, consegue aproximar-se do rei em Saint-Cloud e apunhalá-lo.[97] Mais do que nunca a monarquia encontrou-se ameaçada e a unidade do reino de França comprometida.

No dia 2 de Agosto de 1589 morria Henri III, o último rei da dinastia dos Valois e cuja divisa tinha sido "*Manet ultima caelo*", o último poder está no céu. Não deixava herdeiros diretos. Antes de sua morte, porém, Henri III reconhecera Henri de Bourbon, o protestante rei de Navarra, como seu sucessor. O último dos Valois, na hora de sua morte, preservara a tradição e a soberania do reino, garantindo uma sucessão legítima segundo as Leis Fundamentais do Reino, sobre o qual tinha sido estabelecida toda a autoridade monárquica.

---

[96] É possível imaginar o efeito da nova posição católica em um jurista criterioso como Jean Bodin, cujo principal trabalho tinha sido escrito precisamente como um ataque às doutrinas de Hotman! A forma volúvel como tanto católicos quanto huguenotes manipulavam sua concepção da instituição do Estado, de acordo com seus interesses e contingências, parecem ter levado Jean Bodin ao abandono da vida pública e a se dedicar doravante à defesa da tolerância e da neutralidade do Estado em questões religiosas.

[97] Henri III ficou conhecido como um homem melancólico cuja coroa parecia ser um fardo pesado demais para sua frágil estrutura. Na agonia que precedeu sua morte teria escrito "*Je ne regrette pas d'avoir peu vécu, car je sais que la dernière heure de ma vie sera la première de ma félicité*". CHEVALLIER, Pierre. << Henri III >>. op.cit.

Embora a Liga tivesse apresentado outros nomes para a sucessão, chegando a proclamar o cardeal de Bourbon rei, sob o título de Charles X, era o rei de Navarra, ainda que protestante, aquele que possuía estatutariamente o legítimo direito à coroa. Por direito, ascendia ao trono francês uma nova dinastia, os Bourbons.

Ao ser coroado, Henri de Navarra tinha diante de si a recusa da maioria católica do país. Quase trinta anos de guerra civil religiosa pareciam ser a prova de que a maior parte da população colocava a religião à frente da legitimidade e da paz. Todavia a tradição era mais forte e muitos nobres e cidades ofereceram a Henri de Navarra uma obediência de caráter provisório e condicionada à futura conversão do rei ao catolicismo.

Henri de Navarra nascera e fora batizado como católico. Durante a adolescência, entretanto, tinha sido instruído por sua mãe nas doutrinas calvinistas. Desde o início de sua vida política, sua condição de possível sucessor ao trono francês, em caso de morte de todos os Valois, tornava-o inimigo natural dos Guise-Loraine, os principais líderes católicos. Abraçar, portanto, a causa protestante, era a única estratégia possível frente ao avanço dos poderosos nobres católicos. Após seu casamento com Marguerite de Valois e do massacre de S. Bartolomeu, ocorrido durante as suas bodas, vira-se obrigado a converter-se ao catolicismo. Quando finalmente conseguiu retornar a Navarra, Henri abjurou novamente a fé católica, retomando seus antigos ideais, tornando-se o principal chefe político huguenote.[98]

A Guerra civil chegara a um estágio que levava o país à fragmentação. Os ambiciosos nobres, cujo poder feudal vinha sendo secularmente absorvido pela coroa real, viam agora a chance de recuperar a antiga condição de senhores. A Bretanha, a Borgonha, a Champanha e a Provença encontravam-se já apossadas por senhores regionais ou por vizinhos estrangeiros. Além de enfrentar a oposição de boa parte da população, e dos nobres católicos, Henri de Navarra teve de enfrentar uma longa rebelião armada de Paris

[98] Sobre a vida de Henrique IV ver : BABELON , Jean-Pierre. *"Henri IV"*, Paris: Fayard, 1981.

que, sob o comando da Liga, lançara-se numa louca resistência contra um cerco à cidade promovido pelo rei.[99]

Aproveitando a situação, Felipe II, por sua vez, ousou o que jamais fora pensado. Pela primeira vez lançava seus exércitos diretamente sobre o território francês, numa intervenção cuja desculpa oficial foi salvar a Liga da derrota que estava por sofrer em Paris. A Espanha não escondia, porém, sua intenção de controlar a Bretanha e o norte da França, promovendo assim a ligação do território espanhol com a Holanda espanhola, o que forneceria uma base segura para um futuro ataque à Inglaterra. O poder espanhol nunca fora tão grande e tanto a sua frota, como seu poderio militar, superavam, em muito, aquele que tinha à época da armada invencível.

Henri de Navarra, desde o início, estava decidido a sustentar seu poder na França invocando as tradições que envolviam a coroa francesa. Uma vez aceito como rei legítimo, a mística da coroa faria o resto. A promessa de Henri de Navarra, coroado Henri IV de França, no ato de sua proclamação como rei, de manter e preservar a fé católica romana em França e seguir a direção espiritual de um *"Conselho Geral, Nacional, Livre e Legal*", constituiu um astucioso expediente de apelo à antiga tradição gálica e contribuiu para o apoio do setor católico moderado. Para todos aqueles que, cansados de décadas de infindáveis guerras, que só tinham trazido fome, pobreza e morte, parecia finalmente ter surgido um salvador para a França. Hábil, inteligente e carismático, Henri IV *" (...) possuía as qualidades magnéticas da chefia, que nenhum outro rei de França mostrava havia talvez mais de meio século."* [100]

Um grande debate começou a agitar a França católica e o peso da secular tradição monárquica começou a se impor. Henri IV era, afinal, o rei legítimo da França. A idéia lançada pelos panfletos da Liga de uma monarquia eletiva, aos moldes alemães, pareceu a uma boa parte dos católicos uma heresia tão grande quanto o protestantismo. O fervor pelo catolicismo tinha em sua origem a idéia medieval de uma monarquia mística e do reino de França como o mais cristão dentre os cristãos. E a mística monárquica, assegurada pelas

[99] (...) Os sofrimentos da cidade eram horríveis, quase além do crível. *"Perseguem-se os cães e comem-se as ervas que crescem nas ruas"*, segundo relato de Pedro de L'Estoile. Citado por ELLIOTT, J.H.op. cit. p.254.

Leis Fundamentais do Reino, reconhecia em Henrique de Navarra o herdeiro legítimo de São Luis e o único a ter o direito à unção com os óleos sagrados da Santa Ampola.

A concepção do reino francês encontrava-se firmemente sustentada pelas Leis Fundamentais do Reino, herdadas da antiga lei Sálica, que afirmava que a sucessão era hereditária e masculina. A guerra dos cem anos já demonstrara o papel místico da lei Sálica na constituição do sentimento de nacionalidade francês. Além disso, mais do que nunca, durante o período dos Valois e, principalmente, por obra de Catarina de Médici, a idéia de realeza mística tinha sido astuciosamente explorada e a ascensão ao trono de um rei ilegítimo, poderia, segundo muitos católicos, provocar a ira de Deus.

Entretanto, para consolidar-se como verdadeiro soberano da França, Henri IV precisaria garantir a sua posição interna e externamente. Precisava da paz com a Espanha para enfrentar a questão interna com os huguenotes. Por outro lado, precisava da paz com os huguenotes para enfrentar o perigo externo espanhol.

Em 1593, a Liga convocou os Estados Gerais em Paris e a reunião foi dominada pelo debate em torno da primazia da legitimidade ou da religião. Os representantes de Felipe II exigiam para sua filha Catarina, fruto de seu casamento com a irmã do ultimo rei francês, a coroa da França. A lei Sálica, afirmavam, deveria ser revogada e a infanta aceita como rainha. Diante da grave ameaça à base do poder soberano e à fonte de todo o poder estatal de França, representados pelas Leis Fundamentais Reino, juristas como Bodin apoiaram aquela que era a única forma de preservar o Estado francês: a legitimidade determinava o reconhecimento de Henri de Navarra como Henri IV, o legítimo rei de França.

A bem instalada tradição estatutária e o perigoso risco à própria instituição do Estado levou os delegados a uma resposta irada à proposta espanhola. Os franceses jamais aceitariam que um estrangeiro ou que um descendente pela via feminina usasse os símbolos sagrados da realeza francesa.

A esta altura dos acontecimentos, Felipe II controlava boa parte do norte do país. Muitos dos que tinham dado seu apoio à Liga não podiam aceitar a idéia de uma França controlada pela Espanha.

---

[100] ELLIOTT, J.H. op. cit. p 247.

Em um golpe de astúcia , Henri IV aproveitando a crise nos círculos católicos, abjura ao protestantismo. Em *Saint-Denis*, a igreja sagrada dos reis de França e símbolo de toda a mística da realeza francesa, jurou fidelidade perpétua ao catolicismo. A renúncia de Henri IV ao protestantismo, em 1593, eliminou o último dos empecilhos ao seu reconhecimento como rei.

Com o passar dos meses, a Liga perdeu totalmente o apoio da população e toda a França reconhecia Henrique IV como rei. O rei protestante de Navarra constituíra uma soberania acima da fé e conseguira alcançar a união da França em torno de seu legítimo rei, em nome da manutenção da soberania do Estado francês.

Após a capitulação de Lâon , Bodin regressa para seu retiro nesta cidade. Durante este afastamento escreveu as suas duas últimas obras conhecidas: *O Colloquium des Heptaplomeres*, em 1593, e o *Universae Naturae Theatrorum* , em 1596.

O Colloquium des Heptaplomeres, ou *Colóquio dos sete sábios,* foi construído na forma de um diálogo, entre sete personagens de religiões e culturas diferentes. Bodin se interroga sobre os aspectos mais profundos da metafísica, religião, política e destino humanos. O vigor da muitas de suas passagens antecipa os temas e caminhos que serão seguidos por Grótius, Leibniz, Voltaire e Diderot.[101] A defesa de uma religião natural, cujos princípios poderiam ser encontrados em todas as formas religiosas particulares, impedem a sua publicação imediata e apenas em 1857 um manuscrito do diálogo receberia uma publicação integral, o que não impediu a circulação de transcrições e manuscritos parciais em francês e latim.

No *Universae Naturae Theatrorum* ou *Teatro da Natureza,* podemos encontrar, mais do que nunca, um Bodin preocupado com os mistérios do universo, extasiado pelo sentido divino da natureza e um encantamento que celebra a harmonia e a paz entre Deus, o homem e o universo. Este trabalho, cuja data anunciada na dedicatória é de primeiro de março de 1596 - três meses antes de sua morte, esclarece as preocupações mais profundas de Bodin e que parecem ter sido o mote de todos os seus trabalhos: a procura de um

[101] Ver GALA, Pedro Bravo. op. cit.

sentido universal de justiça e de um modelo capaz de restabelecer a harmonia entre Deus, o homem e a Natureza.[102]

Dentro desta perspectiva, o *Methodus, La République* e a *Juris universi Distributio* faziam parte de um projeto de estudo e estabelecimento dos métodos de cada uma das ciências ligadas a cada um dos campos do saber - a história humana, cuja ciência é a política; a história natural, cuja ciência é a física e a história divina, cuja ciência é a religião. Apenas a apreensão do sentido geral de toda a obra de Bodin permite-nos compreender os aspectos mais desconsertantes de muitas de suas obras isoladas. A separação dos conceitos de Estado e Governo, contida nos *Seis Livros da República*; as descrições dos rituais e das características demoníacas das bruxas, encontradas na *Démoniomanie*; o famoso e escandaloso, para a época, diálogo amigável entre um judeu, um católico, um protestante, um ateu e um muçulmano no *Colloque*; o uso da Cabala, de elementos de astrologia, numerologia e alquimia, aliados ao mais rigoroso tratamento lógico e jurídico, desconcertam até hoje os estudiosos de Bodin que, inúmeras vezes, preferiram ignorar tais aspectos de sua obra, considerando-os irrelevantes.

A expressão do livre-pensamento, encontrado nas últimas obras de Bodin, parece representar um momento de sua vida quando, livre das ameaças das facções em choque e das amarras dos compromissos políticos, podia precisar os fundamentos de sua filosofia política. Suas duas últimas obras constituiriam, assim, o seu testamento filosófico. Em cinco de junho de 1596, Bodin lavrou seu testamento e ordenou que fossem queimados em sua presença alguns manuscritos inéditos escritos no período de Toulouse: *De Império, De Jurisdictione, De legis actionibus, De Decretis e De Judicis* [103]. Alguns meses depois faleceu.

Henri IV soube usar, como ninguém, o poder que o simbolismo e a mística da figura do rei exerciam sobre a população. A população francesa estava cansada de uma guerra que parecia não ter fim, uma luta intestina que já perdera a razão de ser. A fome e a peste contribuíam para o aspecto de apocalipse e punição. Um rei idealizado como uma figura

[102] Ibidem, ibidem.
[103] Ver MÉNAGE, G."*Vitae Petri Aerodii et Guillelmi Menagii*". Paris: 1675. p. 145.

patriarcal, defensor da justiça, paladino da ordem, que aparecia como um verdadeiro protetor e salvador, conquistou rapidamente a adesão da população, principalmente dos camponeses, cujos campos tinham sido arrasados pela guerra e freqüentes saques. A promessa de um rei, que os protegeria da ambição dos nobres e da opressão social, levou instintivamente todo o povo francês a apoiar seu rei. Massas de camponeses juntaram-se na defesa do rei "*nosso senhor*" contra a nobreza. Uma nova nação francesa parecia surgir em torno da figura de Henri IV.

Além da questão interna, Henri IV tinha, ainda, dois problemas externos para resolver. A solução destes problemas constituiria não apenas o seu reconhecimento como rei da França, mas acima de tudo afirmaria definitivamente a jurisdição do rei francês sobre o seu território, contra toda e qualquer intervenção externa e contra os avanços pontifícios. Com a união de quase toda a França em torno da legitimidade da coroa, o rei francês podia, agora, voltar-se para o confronto direto de seus dois inimigos mais poderosos: Felipe II de Espanha e o Papa.

Desde o início de seu reinado, Henri IV explorara o sentimento francês contra a intervenção estrangeira, representada pelo apoio à Liga pelo rei da Espanha e pelo Papa. A questão da extensão do poder papal, aliás, já fora motivo de muita controvérsia em solo francês desde a Idade Média e os atos do papa Sixto V vinham provocando um sentimento de retorno à condição de dependência medieval do poder pontifício. A bula de Sixto, que excomungara o Rei Henrique III, quando da morte do assassinato dos Guise em 1585, provocara já uma violenta controvérsia. Como observa J. H. Elliott:

> *Uma geração que conhecia a opinião de Bodin quanto a esse atributo essencial da soberania que era a liberdade relativamente a interferências externas, decerto não mostraria muito entusiasmo pela adesão de Sixto a princípios enunciados em 1302 por Bonifácio VIII, segundo os quais o papado reclamava um poder supremo na esfera tanto temporal como espiritual e afirmava o direito de fazer reis.*[104]

[104] ELLIOT, J.H .op. cit. p.246.

Além da questão da independência do clero e do Estado francês em relação a Roma, a excessiva identificação das ambições políticas da Espanha com a política pontifícia contribuía para a desconfiança cada vez maior que os franceses passaram a nutrir em relação ao pontífice romano. A situação chegou ao seu nível mais elevado de deterioração quando o papado, num ato de desprezo inadmissível às Leis Fundamentais do Reino de França, apoiou a ascensão ao trono da filha de Felipe II de Espanha.

Henri IV, como sucessor legítimo, de acordo com a lei Sálica, ao defender seu trono, chamava para si a defesa das instituições mais fundamentais do reino e assegurava o sentimento de unidade e liberdade da França como nação. Com excepcional perspicácia, apelou ao ancestral sentimento galicano ao propor um conselho nacional, conseguindo unificar em torno de si, moderados, juristas e todos aqueles que temiam a interferência de Roma e o domínio espanhol. Ao converter-se novamente ao catolicismo, Henri IV aplicava um duro golpe aos católicos, pois eliminava o motivo da excomunhão papal e expunha publicamente a aliança católico-espanhola. Eliminado o motivo da condenação, a recusa de absolvição pontifícia ao rei de França, agora católico, não podia significar outra coisa senão a submissão do máximo dirigente espiritual do catolicismo aos interesses políticos espanhóis. Diante destes fatos, mesmo a igreja católica francesa acabou por desafiar Roma, consentindo na cerimônia católica de coração de Henri IV pelo bispo de *Chartres*.

Em 1592 um novo Papa, Clemente VIII, assumiu o pontificado romano. Embora pretendesse reconquistar a autonomia de Roma em relação à Espanha, Clemente VIII, mesmo após a conversão de Henri IV, não foi capaz de optar por uma política que confrontasse os interesses espanhóis e, assim, manteve a negativa de absolvição ao rei francês.

Após o desmoronamento de toda a resistência da Liga e a completa união da França em torno de Henri IV, em 1595, o Papa finalmente concede sua absolvição. Tratava-se de uma absolvição condicional, que incluía, entre outras exigências, a aplicação dos decretos do Concílio de Trento. O longo período de guerras religiosas parecia ter finalmente chegado ao fim, uma vez que Henri IV fora reconhecido como rei por toda a França. As velhas chagas religiosas, entretanto, continuavam abertas e antigas pendências deveriam ainda ser

resolvidas. Ao mesmo tempo, um conflito aberto entre França e Espanha parecia cada vez mais inevitável.

As circunstâncias levaram Henri IV à negociação com Felipe de Espanha, em uma tentativa de ganhar tempo para tentar solucionar os problemas internos franceses. Sob os auspícios de Clemente VIII, que temia que o conflito entre as duas maiores nações católicas, Espanha e França, acabasse por redundar no avanço dos protestantes na Europa, iniciou-se em 1597 uma série de conferências em Vervins, em busca de um acordo entre os dois grandes reinos católicos.

A 30 de Abril de 1598, enquanto os delegados franceses e espanhóis ainda buscavam uma saída para a paz, Henri IV assinou o Edito de Nantes, cujo conteúdo visava garantir a união, a concórdia e tranqüilidade de todos os súditos franceses, huguenotes e católicos. O Edito de Nantes constituía um ato do poder soberano do Estado, acima dos súditos, das religiões, das facções de qualquer gênero. Era um instrumento do Estado para garantir e preservar a unidade e segurança nacional e possivelmente teria agradado a Jean Bodin. Não se tratava simplesmente de uma trégua religiosa, como pareceu a alguns na época, mas de uma declaração de jurisdição do Estado e conseqüente elevação do seu poder ao grau de juiz absoluto das querelas nacionais.

Embora o Edito não tenha garantido aos huguenotes todo o poder que desejavam, assegurou-lhes o gozo de todos os direitos civis, permitindo-lhes a liberdade de culto, a manutenção do controle religioso das cidades que tinham conquistado, o direito à realização de reuniões públicas sem autorização régia e a admissão aos cargos públicos, colégios e universidades.

Acima de tudo, o Edito significou uma vitória de Henri IV sobre católicos, protestantes, Espanha e Papa. Do ponto de vista do pontificado romano, o Edito representava uma derrota sem precedentes do catolicismo, porque sancionava, pela primeira vez, a existência de duas religiões em um mesmo Estado, permitindo a liberdade de consciência. A França, aquele que fora o reino *"Très Créthien"*, herdeira de S. Luís, subvertia o axioma político-teológico tradicional das monarquias: "*Un roi, Une Foi, Une Loi"*. O catolicismo jamais poderia retornar à sua condição de igreja exclusiva e universal.

Henri IV implantara um novo axioma: *Um Estado, Um Rei, Uma Lei*. Este fenomenal aumento da capacidade do poder monárquico, capaz de legalmente sancionar a heresia e de submeter os interesses privados ao interesse do Estado, significava o fortalecimento do próprio Estado francês e uma derrota de Felipe da Espanha que sempre desejara uma França católica e fraca. Também os huguenotes perderam, porque agora, tendo sido reconhecida pelo Estado, sua religião deveria obedecer às limitações e restrições impostas pela lei. Dependendo do Estado para a sobrevivência, sua expansão futura encontrou-se irremediavelmente comprometida.

Em 2 de Maio de 1598 foi assinado um tratado de paz entre Espanha e França em Vervins. Tratou-se de um recuo aos tratados de Cateau-Cambrésis, assinado quarenta anos antes. A Espanha concordou em abandonar os territórios da Bretanha, Calais e as fronteiras com os Países Baixos, subtraídos à França durante o período das guerras religiosas. A França recuperava, assim, sua integridade territorial e Henri IV poderia, a partir de agora, considerar-se rei legítimo e soberano de toda a nação francesa.

O acordo entre Espanha e França constituía um acordo entre duas nações católicas e representava, para a Espanha, não uma derrota total, mas, ao menos, a garantia de que a França fora salva da ameaça protestante. Solucionada a questão francesa, Felipe II poderia agora dedicar mais tempo ao avanço do protestantismo nos Países Baixos e à ameaça inglesa.

Entretanto, na sua tentativa de salvar a Europa da heresia e de estender os domínios territoriais espanhóis, Felipe II gastara toda a riqueza de que dispunha. O outrora reino mais poderoso do mundo, o reino de Castela, fora reduzido à miséria e suas ricas colônias na América já não mais podiam sustentar os dispendiosos empreendimentos da aventura espanhola na Europa. O peso dos impostos sobre a população espanhola, o esgotamento do país, o cansaço do rei em sua doença e velhice, levaram à trégua espanhola com a Inglaterra e Países Baixos. O declínio de Filipe II representava o ocaso do modelo de astúcia, articulação e ação política de toda uma era. Findava o período das expansões territoriais e nasciam as nações modernas, soberanas e administrativamente consolidadas. Em 13 de

setembro de 1598 morria Felipe II e com ele desaparecia também o sonho milenar de uma igreja universal e de um império cristão.

Com Henri IV surgia um novo Estado francês. Iniciava-se o período dos Bourbons, da primazia do rei, da sua identidade com o Estado e dos princípios que conduziriam ao absolutismo. Com o desaparecimento de Felipe II, desaparecia o último dos reis de um período conturbado, em que a política era concebida como um jogo e o bom jogador deveria sagazmente trilhar, dentre o labirinto da pluralidade de itinerários possíveis, o mais eficaz.

A política tornava-se a arte de calcular, de decompor, compor e criar uma nova ordem. O longo processo de unificação política, caracterizado pelas guerras expansionistas voltadas para a conquista e alargamento de domínios, deu origem a uma nova estrutura de ação política. Era agora exigida a estruturação de um aparato burocrático capaz de administrar, homogeneizar e centralizar o controle do Estado. Uma intrincada rede de acordos diplomáticos, de alianças militares e conjugais, de venda e troca de cargos encontrava-se estabelecida. Um novo exército entrara em ação a serviço do rei; todo um imenso quadro de soldados ocupava os diversos cargos públicos e de suas escrivaninhas passaram a medir, planejar, construir e administrar todo o território do poder público. Identificada e legitimada pela luminosa *persona publica* do Rei, essa categoria de administradores daria a medida da capacidade de ação e extensão dos tentáculos do Estado.

Um dos efeitos inusitados das guerras religiosas foi a sua contribuição para a concentração do poder nas mãos do rei. Ao final deste período, Henri IV pôde não apenas contar com seu carisma e talento pessoal, mas também usufruir uma série de fatores fortuitos ao seu favor. Empobrecida com as guerras e endividamento, a nobreza via gradualmente suas terras e rendas mudarem de mãos. Restava a esta classe apenas a vida cortesã. Habilmente, Henri IV soube aproveitar as fraquezas e rivalidades da nobreza e da alta burguesia em busca de oportunidades de se aproximarem do centro de poder. Encontravam-se agora disponíveis ao rei as condições políticas de legitimação e os instrumentos para a construção de uma dominação absolutista.

1.2. A Obra de Bodin e seu tempo

As obras de Bodin foram o resultado de sua interação com uma sociedade determinada e da forma como resolveu, no interior de seu pensamento, os conflitos e tensões que esta sociedade lhe infligiam. Para compreender uma obra é necessário compreender as determinações que agiam sobre seu pensamento, as experiências pessoais individuais que poderiam mover sua imaginação e o material com o qual podia contar e finalmente analisar seu trabalho buscando a forma que nele assumiu a composição de todos estes elementos.

Neste capítulo tentamos compreender em que medida a criação de Bodin fora o fruto de sua íntima relação com a dinâmica social. As forças em confronto na sociedade se manifestavam como um conflito em sua obra e exigiam dele uma síntese teórica capaz de promover a conciliação. Por sua vez, a possibilidade conceitual de conciliação e reconciliação das forças antagônicas, pedia o conhecimento de uma grande variedade de pensamentos, teorias, instituições e manifestações sociais bem como o treinamento na ação social e o desenvolvimento de um método ligado às exigências matérias e da sociedade. É neste sentido que Bodin teria adotado a posição segundo a qual a investigação da política deveria dar conta de todo o espetáculo da variedade das ações humanas em busca da síntese. A possibilidade conceitual de uma conciliação encontrava-se na verdade, que se revelaria através da validade universal de determinadas ações humanas.

Bodin aspirava à elaboração não de um projeto social, mas de uma síntese válida universalmente, concebida a partir de um corpo de conhecimentos que pretendia dar conta de todo o conhecimento possível da época. Foi um longo processo que deve ter exigido muito esforço e sacrifício e que dependeu, em grande parte, das circunstâncias de sua vida. O reconhecimento social e a glória futura, por meio de sua obra, parecem ter sido o motor que teria levado Bodin a enfrentar as dificuldades pessoais provocadas pela divulgação de seus trabalhos.

Como ocorrera a outros autores, Maquiavel antes dele e Hobbes mais tarde, a obra de Bodin foi considerada perversa, fruto de um homem sem Igreja. Ao negar o papel político

da religião, teria transferido ao Estado, parte dos atributos que os lideres religiosos consideravam seu privilégio.

Michel de La Serre, em seu "*Remonstrance au Roy sur les pernicieux discours contenus au livre de la Republique de Bodin* "[105], acusa-o de ser autor da mais perniciosa das teorias, inimigo da natureza , que confundiria os ensinamentos das Sagradas Escrituras, além de fazer a apologia do divórcio e ser abertamente favorável à liberdade de religiões.

Quando, entre março e abril de 1589, Bodin era procurador do rei em Laôn, foi acossado pelo fanatismo dos membros da Liga. Acusado por *Antoine, le Tolosain*, líder da liga em Laôn, de ser um político perigoso e adepto da magia, foi isolado na cidade. Denúncias da existência de livros censurados em sua casa teriam levado à sua prisão, sua casa revistada, provocando grande escândalo, onde teriam sido encontrados livros de sortilégio.[106] Também *Gullaume Rose,* defensor da Liga, investiu contra Bodin em seu livro "*De justa Reipublicae christianae in reges impios et haereticos authoritate, Anver.*[107]. Jesuítas e Beneditinos acusam Bodin de "calvinismo", de "rabinismo", de estudar magia e de raticar a advinhação e prestidigitação. O fato de Bodin em suas obras não se referir à divindade de Jesus e em uma época de fervor religioso, sequer mencionar a palavra Jesus Cristo em diversas de suas obras, teria levado à indisposição tanto de católicos como de reformados e também à crença de que se teria convertido ao judaísmo. Foi acusado de insolência, blasfêmia, impiedade e de ser defensor da doutrina maometana. Como em um processo inquisitorial, o acusado deveria ser execrado em praça pública, os livros

---

[105] LA SERRE, Michel de."*Remonstrance au Roy sur les pernicieux discours contenus au livre de la Republique de Bodin* ". Paris: 1579. p.p. 6, 32-33, 38. Citado por BERRIOT, François. Introdução ao "*Colloque entre sept sçavans qui sont de differens sentimens des secrets cachez des choses relevées.*". Genève: Librairie Droz, 1984. p.XIX.

[106]RICHARD, Antoine. "*Les memoires de ce qui s'est passé en la ville de Laon depuis le comencement des dernières guerres civiles jusques a l'année 1596-Laon* ". Laon: 1869. p.p. 66-68, 83, 131-132, 228-229. Citado por BERRIOT, François. Introdução ao "*Colloque entre sept sçavans qui sont de differens sentimens des secrets cachez des choses relevées.*". Genève: Librairie Droz, 1984. p.XX.

[107] ROSSAEUS, Gullalmus. "*De justa Reipublicae christianae in reges impios et haereticos authoritate*", Anvers, 1592, Cap. Iv. p. 193. Citado por BERRIOT, François. Introdução ao "*Colloque entre sept sçavans qui sont de differens sentimens des secrets cachez des choses relevées.*". Genève: Librairie Droz, 1984. p.XX.

encontrados em sua residência foram queimados, com grande furor, em frente à sua casa. A posse de livros foi suficiente para deduzir o caráter do homem. [108]

Em 15 de outubro de 1592, *Os Seis Livros da República* foram condenados pelo Papa, seguidos da condenação da *Démonomanie* em 1° de setembro de 1594. Em 1596, *seu Methodus* passou a figurar no *Index* de Clemente VIII. O *Theatrum* foi censurado em 19 de março de 1633. Apenas o *Heptaplomeres*, que não chegou a ser publicado, não figurou no *Index Librorum Prohibitorum* .

Mesmo sem jamais ter sido publicado, o *Heptaplomeres,* (*Colóquio entre os Sete Sábios)* foi, sem dúvida, sua obra mais polêmica. Centenas de cópias clandestinas circularam por toda a Europa, entre particulares e bibliotecas, durante séculos, até sua primeira publicação no século XX.

Os argumentos apresentados no livro contra a divindade de Jesus-Cristo encontraram, ao longo dos séculos, o repúdio de católicos e protestantes. No século XVII os apologistas do cristianismo atacaram Bodin, juntamente com Espinosa e Hobbes. Bodin foi identificado com o judaísmo, porque negaria a divindade de Cristo, não reconhecendo o papel da morte de Cristo, o Salvador. Teólogos reformados como Diecmann , em 1683, alertavam para o perigo que representariam as obras de Hobbes e sobretudo as de Bodin.[109] O perigo maior das idéias de Bodin residiria em seu "naturalismo" e em sua indiferença religiosa , fruto do fato de acreditar que a boa religião seria um composto das maiores religiões e pelo fato de ter chegado a reconhecer pontos favoráveis em todas religiões, até mesmo na religião dos turcos.

O Colóquio, circulando em território alemão em edições manuscritas, alcançou enorme sucesso no século XVII. Leibniz teria lido um exemplar na Biblioteca de Hanover e teria chegado a pensar em sua publicação. Em Leipzig, no início do século XVIII, Christian Thomasius procurou recuperar o manuscrito original do Colóquio para a sua publicação. A

---

[108] Ibidem, ibidem.

[109] Ver BERRIOT, François. Introdução ao "*Colloque entre sept sçavans qui sont de differens sentimens des secrets cachez des choses relevées.*". Genève: Librairie Droz,1984. p.XXXII.

impressão teria início em junho de 1720, mas foi interditada pelos Eleitores da Saxônia e Hanover em razão das críticas de judaísmo e impiedade contra a obra[110].

Em seu projeto Bodin pretendera substituir a direção da ação dos juristas de sua época. Profundo conhecedor das relações da corte, desejava transformar as funções cortesãs em verdadeiros cargos administrativos. Também o Estado e o rei deveriam encontrar sustentação não no frágil equilíbrio de relações pessoais, mas na soberania. Longe das querelas familiares e religiosas, a administração do Estado deveria ser anônima sem definição de classe e visando ao bem de todos em geral, e de cada um, em particular. Desejava desta forma libertar o Estado das disposições e conflitos privados, ancorando o Estado em uma ordem superior e soberana e em um governo eficiente e neutro, anônimo, caracterizado pela competência individual e não pelo prestígio de origem social.

1.3. As Obras de Bodin

- "*Oppiani Cynegetica sive venatione libri IV latino carmine versi cum commentario*". Editado em Paris, 1555. Trata-se de uma tradução latina do poema grego de Opiano sobre a caça que, de acordo com De Thou, constitui *"um comentário doutíssimo em um latim elegante*".[111] Entretanto teria sido acusado de plágio pelo eminente filólogo e seu professor Turnèbe, que publicara uma obra semelhante na mesma época.

- *"Oratio de instituenda in republica iuventute"*. Editado em Toulouse, 1559. Discurso proferido quando da inauguração da Escola de Toulouse, na qual Bodin aspirava a uma cadeira de professor na Universidade.

- "*Methodus ad facilem historiarum cognitionem*". Primeira edição - Paris, 1566. Seu primeiro trabalho de fôlego. Neste livro Bodin apresenta sua concepção metodológica

[110] Em particular LEYSER, em 1715, publicara três debates sobre as obras de Bodin, nas quais afirma que, embora não praticasse publicamente o judaísmo e jamais tenha abertamente rompido com a Igreja Romana, não era, de fato um cristão. Ver BERRIOT, François. op. cit. p.XXXVII.
[111] Ver DE THOU. op. cit.

da história e a sua ruptura com a exclusividade do estudo do direito romano, entendido como direito universal e a tendência da época de identificar a ciência do direito com a história universal. Suas idéias provocam a oposição impetuosa de Jacques Cujas, a maior autoridade de seu tempo em direito romano.

- "*Responsio ad Paradoxa Malestretti*." Editado pela primeira vez em Paris, em 1568. Trata-se de um de seus trabalhos mais polêmicos, no qual Bodin procura explicar a razão da "revolução dos preços" no século XVI. Neste texto Bodin rompe com um pré-julgamento de sua época, segundo o qual a riqueza consiste na quantidade do numerário e não na quantidade dos meios de produção. Assim, o fluxo de ouro e prata , que tornam o valor destes metais variáveis, não poderia ser a causa da elevação ou do declínio do preço das mercadorias. Neste pequeno texto podemos encontrar as origens da teoria quantitativa do valor da moeda e, segundo Baudrillart,[112] esta obra teria garantido a Bodin o papel de precursor da ciência da economia política de Adam Smith e Turgot.

- "*Les Six Livres de la République*" Editado pela primeira vez em Paris, em 1576. É a mais famosa obra de Bodin, escrita em francês, como afirma em seu prefácio*, "em língua popular para melhor ser compreendida pelos franceses*". Pouco tempo depois o próprio Bodin traduziu sua obra para o latim. Até o final do século XVIII teve 17 edições francesas, 10 em latim e traduções completas em alemão, inglês e polonês. O tamanho da obra levou ao empreendimento de traduções de trechos escolhidos em italiano e espanhol. Trataremos do conteúdo destra obra no interior deste estudo.

- *Recueil de tout ce qui s'est negotiee en la compagnie du tiers Estat de France, en l'assemblee generale des trois Estats, assignez par le Roy en la volle de Bloys, au Novembre 1576, édité à Paris en 1577.* Trata-se de uma espécie de memórias,

[112] BAUDRILLART. op. cit. 145 p.

consagradas às atividades de Bodin no período em que foi deputado nos Estados Gerais de Blois.

- "*Iuris universi distributio*". Editado inicialmente em Paris, em 1578. Neste texto Bodin expõe as noções fundamentais da ciência do direito, natural e positivo. A obra foi dedicada a Jean de Nicolai, presidente da "*Chambre des Comptes*" e membro do Parlamento e que teria sido confidente e informante do rei no seio do Parlamento dominado pela Liga Católica.[113]

- "*Demonomania*."Editada pela primeira vez em Paris, em 1578. Obra que trata da existência de bruxas, feiticeiras e sortilégios e do procedimento dos magistrados em matéria de bruxaria.

- "*Universae naturae theatrum*". Paris, em 1596. Bodin apresenta a sua opinião a respeito de diversas questões das ciências naturais. Trata-se da parte do seu projeto dedicado à história natural e na qual pretende apresentar a natureza de acordo com o seu sistema.

- "*Heptaplomeres".* Manuscrito. Foi revelado após a morte de Bodin e teve a sua primeira impressão em 1841. Trata-se de uma defesa da tolerância religiosa e comporia a parte de seu sistema dedicado à história divina.

[113] MESNARD, Pierre. "*Oeuvres philosophiques de Jean Bodin*". Paris: P.U.F.,1951. t. V, p.3. 70.

2. Revisão Bibliográfica

Não têm sido poucos os percalços na busca de um corpo de idéias que possibilite o esclarecimento do significado subjacente à obra de Bodin. A dificuldade implícita nas tentativas de se encontrar uma teoria que permita compreender o significado de toda a obra de Bodin fica evidenciada pela contraditória variedade de posições que podem ser encontradas. Se um autor tenta provar que Bodin era simpatizante do judaísmo, outros tantos afirmam que teria sido protestante e outros, ainda, apresentam evidências de que era católico. Se um tenta provar que era adepto do absolutismo monárquico, outros demonstraram que era defensor de uma monarquia constitucional limitada e outros, ainda, que seu pensamento era tipicamente liberal. Se há quem considere sua obra mística, há aqueles que o julgam um dos fundadores do espírito científico moderno. O problema das interpretações assume aspecto ainda mais complexo quando percebemos que inúmeros estudiosos, na busca do que seria o verdadeiro pensamento de Bodin, partiram dos problemas de sua própria época e momento e acabaram por impingir ao autor opiniões, tensões e conflitos totalmente estranhos ao seu pensamento.

As obras de Bodin passaram por vários estágios de popularidade e impopularidade ao longo dos séculos. De um modo geral, permaneceram conhecidos os estudos dedicados mais diretamente à política, tendo sido desprezados os escritos considerados místicos ou dirigidos para a numerologia, demoniologia e história natural. Não raro, os estudiosos de Bodin deixam fora de sua análise estas obras, considerando-as de caráter esotérico, ignorando o papel central que o pensamento de Bodin neste campo, desempenha na sua concepção política.

É singular a história da recepção das obras de Jean Bodin. O Bodin que o leitor do século XVI conheceu e que adquiriu notoriedade internacional com a publicação de seus "*Seis Livros da República*" não é o mesmo negligenciado por séculos por boa parte dos estudiosos de filosofia e política. Na verdade, parece que poucos leitores se propuseram a desfrutar de toda a versatilidade de um autor de obras que abarcam todas as áreas do conhecimento, incluídos aí estudos de misticismo e demoniologia. Suas opiniões sempre

despertaram debates apaixonados; seus escritos foram considerados ora heréticos, ora sublimes. Ao longo da vida acumulou muitos inimigos. Uma diversidade de leitores destacou os mais variados aspectos de suas obras, opiniões em sua maioria contraditórias, ditadas muitas vezes pelas paixões do momento e que ora se apresentam como discursos repletos de entusiasmo laudatório, ora como um franco elogio, ora como manifestação do mais profundo desprezo. Foi acusado de deísta, de excessiva ortodoxia católica, de propor uma teoria judaizante, de ser adepto do calvinismo e, ainda, de decair em um misticismo esotérico.

Todavia, todos os estudiosos apontam a prodigiosa erudição de um autor "*a quem se deve saudar como um dos homens mais doutos, um dos cérebros mais completos e mais bem dotados de sua época*" [1]. Foi considerado por alguns como o autor "*sem exagero, da obra de teoria política mais ampla e sistemática desde a Política de Aristóteles*" [2] e *"um dos espíritos mais abertos e inteligentes destes tempos*" [3]. Como escritor chegou a ser chamado de medíocre e aborrecido, incapaz de determinar e ordenar suas idéias, superabundantes e indisciplinadas ou de delimitar seu assunto, ignorando absolutamente o que fosse uma composição. Para alguns, às suas obras faltaria proporção, seu estilo careceria de arte apresentando fatos e idéias demais e desordenadas.[4] Outras vezes foi acusado de ser incapaz de distinguir conceitos e de apresentar argumentos grosseiros sem qualquer consistência.[5] Em contrapartida, podemos ler em outros analistas que sua escrita se apresenta repleta de imaginação, inspiração, espírito e de uma emoção verdadeira e sincera que dá cor e vida às imagens que apresenta. De sua obra emanaria um riso direto e franco, sem ironias ou sarcasmos dissimulados, uma típica bonomia, isenta de toda pretensão à discrição e que relataria as coisas singela e familiarmente, como elas o afetaram. Quando Bodin se apaixonava por um assunto, nenhum respeito, nenhum falso pudor o impediria de manifestar a sua emoção. Suas metáforas seriam freqüentemente belas pela concepção de totalidade com que descreveriam os grandes espetáculos da natureza,

---

[1] CHEVALLIER, Jean-Jacques . "*História do pensamento político*". R.J.: Zahar Ed, 1982. Tomo p.314.
[2] BOBBIO, Norberto. "*A Teoria das Formas de Governo*" 3. ed. Brasília: Ed. UNB, 1980. p.85.
[3] FEBVRE, Lucien. "*Le problème de l'incroyance au 16e. siècle - La Religion de Rabelais*". Paris: Albin Michel, 1988. p. 405.
[4] Ver CHAUVIRÉ, Roger. op. cit.
[5] Ver FRANKLIN, Julien H. "*Jean Bodin et la naissance da la théorie absolutiste*". Paris: PUF, 1993.

comparações cujo vigor seria proveniente da expressividade das imagens, de uma escrita que deixaria a impressão de uma energia viva, quase brutal, o que levaria Bodin a tocar, pelo imprevisto e vigor do traço, a beleza. [6]

Como já observamos no capítulo anterior, as obras de Jacques De Thou, no século XVI, Nicéron e Colomiès, no século XVII, bem como a obra de Bayle, no século XVIII, [7] constituíram a literatura inicial sobre a qual se sustentou a maioria dos estudos sobre a vida e obra de Bodin.

No momento de sua publicação as diversas obras de Bodin encontraram grande reconhecimento na França, Inglaterra e Itália, granjeando grande reconhecimento ao autor. Entretanto, este sucesso foi acompanhado do aparecimento de uma série trabalhos e panfletos dedicados à refutação das teorias de Bodin, principalmente provenientes de setores da ortodoxia católica em Portugal e Espanha.[8]

O século XVII viu o fortalecimento das monarquias e do poder estatal. A influência das obras de Bodin pode ser avaliada pelo aparecimento da obra do grande teórico da monarquia francesa Charles Loyseau, autor das obras "*Traité des Segneuries*", "*Cinq livres du droit des Offices*" e "*Traité des ordres et simples dignités* e considerado um dos maiores seguidores do pensamento de Bodin. Na Inglaterra, no século XVII, Hobbes publicou uma das mais importantes obras de filosofia política de todos os tempos, "*O Leviatã*", cuja concepção de soberania foi claramente influenciada pela teoria de Bodin.

O interesse pelas obras de Bodin parece ter decaído completamente no século XVIII. As preocupações deste século, cujos autores como Montesquieu e Voltaire produziram obras políticas mais ao gosto espírito francês, eclipsaram as obras de Bodin, consideradas enfadonhas para um século de estética mais clássica, voltada para o refinamento e jogos

---

[6] CHAUVIRÉ. op. cit. p.p. 498-9.

[7] BAYLE, Pierre. *"Dictionnaire historique et civique*". T.I, Amsterdam: 1730; THUANUS, Jacobus Augustus (Jacques Auguste De Thou) "*Hitória rerum anni 1596*" République des lettres, t.XVII, Paris: 1732. COLOMIÈS, Paul . "*Gallia Orientalis'*. Hague 1665. Ver capítulo anterior.

[8] A respeito da refutação às obras de Bodin na península ibérica ver: ALBUQUERQUE, Martim de. "*Jean Bodin na Península Ibérica - ensaio de história das idéias políticas e de direito público*". Lisboa: 1978. Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português."

cortesãos. Entretanto, mesmo sob as luzes desse século, é possível vislumbrar uma nítida influência da obra de Bodin na concepção de soberania popular elaborada por Rousseau.

No século XIX foram produzidos os primeiros estudos críticos significativos que passam a atribuir um novo valor do ponto de vista metodológico às obras de Bodin, graças ao vigor dos estudos positivistas em voga. Neste século, que vê retornar as preocupações com a formação dos Estados Nacionais e no qual o Leviatã revigorado pelas guerras nacionalistas mostra seu semblante mais temeroso do que nunca, o interesse pelos estudos do Estado apresenta um novo ímpeto. Além disso, a expansão da concepção positivista trouxe consigo um novo interesse pelo estudo das ciências humanas e em particular da sociologia. É impossível não reconhecer o papel dos novos ares positivistas nas abordagens renovadas dos estudos sobre Bodin.

Com a publicação em 1853 do livro "*Jean Bodin et son temps*" do também angevino Henri Baudrillart, a obra de Bodin recupera o lugar entre as grandes obras políticas francesas. Em 1914, um outro angevino, Roger Chauviré, apresenta na Sorbonne uma tese que lança um novo interesse sobre as obras de Bodin, "*Jean Bodin , auteur de la République*", um dos mais completos estudos sobre sua vida e obra.

Em 1929 foi organizado em Anjer, por André Gardot, um Colóquio para comemorar o IV centenário do nascimento de Bodin e do qual participaram Charles Benoist e Abel Lefranc, dois dos principais estudiosos de Bodin à época. Em 1934 André Gardot apresenta, na *Académie de La Haye,* um curso sobre o lugar de Bodin como fundador do Direito Internacional. Na mesma época Émile Pasquier descobre novos documentos e apresenta novas informações sobre Bodin e sua família.

Em 1938 foi publicado um dos mais importantes estudos sobre os "*Seis Livros da República*" na obra de Pierre Mesnard, "*Essor de la Philosophie Politique du XVIe siècle*". Estudioso do século XVI e diretor da renomada coleção *da Librairie Philosophique J. Vrin*, "*De Pétrarque a Descartes*", Mesnard publicou inúmeros estudos sobre a vida e obra de Bodin, dando inicio à publicação dos livros de Bodin em francês moderno no *Corpus des philosophes français,* tornando seus textos mais acessível ao leitor contemporâneo. Mesnard pôde publicar as edições bilingües do *"Oratio de instituenda in republica*

iuventute", "Methodus ad facilem historiarum cognitionem" e "*Iuris universi distributio*" tendo, infelizmente, falecido antes de completar a publicação das demais obras.

Em 1933 foi publicada a tese de doutorado em direito de Jean Moreau-Reibel, "*Jean Bodin et le Droit Public Comparé dans ses repports avec la Philosophie de L 'Histoire"*, um dos mais completos estudos sobre a obra de Bodin, no qual é consagrado como o criador do método jurídico comparativo.

Inúmeras têm sido as obras dedicadas ao estudo do pensamento de Bodin nas últimas décadas. Foram organizados vários Colóquios internacionais dedicados à divulgação de trabalhos dedicados às suas obras: 1970 em Münich, 1980 em Pérouse e 1984 em Angers. Entretanto, boa parte da obra de Bodin continua inédita para o público contemporâneo e as diversas interpretações que suscitaram têm sido motivo mais de controvérsia do que de acordo.

Enquanto alguns estudiosos consideram Bodin adepto de um medievalismo tardio, como Simone Goyard-Fabre, Julien H. Franklin e o estudioso português Martim de Albuquerque, outros, como Baudrillart e Mesnard vêem em Bodin um espírito moderno. Para Pierre Mesnard, Bodin seria um típico pensador renascentista, seja por suas preocupações com a filosofia da história, seja por suas reflexões de caráter sociológico ou até mesmo pelas fantasias demoniológicas, próprias de sua época. [9]

Embora não se possa negar a influência da cultura e a presença de temas medievais na obra de Bodin, não se pode chegar a concluir que sua obra seja, por este motivo, apenas uma representante tardia do pensamento medieval. Suas orientações metodológicas, assim como sua concepção de tolerância religiosa, dificilmente poderiam ser enquadradas nos padrões gerais da cultura medieval. Embora recorra freqüentemente aos canonistas e aos juristas medievais como Bartolo, Baudus e Beaumanoir e seu gosto pela classificação demonstre um forte apego ao rigor e lógica escolásticos, Bodin parece ser maior tributário dos pensadores da Antigüidade como Platão, Aristóteles, Cícero ou Plutarco. Importante contribuição sobre a permanência e a refutação de conceitos medievais na obra de Bodin foi o trabalho de London Fell , publicado em 1987. Seu livro "*Bodin's humanistic legal system*

[9] MESNARD, Pierre. "Jean Bodin, teórico de la República", in *Jean Bodin en la Historia del pensamiento.*

and rejection of 'medieval political theology' [10] apresenta teses instigantes e inéditas para a análise do pensamento de Bodin, particularmente nos aspectos relativos às inovações, sobre as noções de lei e estado legislativo.

Em relação à influência dos pensadores antigos, alguns críticos vêem em Bodin um pensamento profundamente ligado por seu tema e concepção à obra de Platão. Tal é o caso de Simone Goyard-Fabre e Pierre Mesnard. Já outros, como Chauviré e Bobbio, vêem no pensamento e estrutura da obra de Bodin uma marca maior da influência de Aristóteles.

Vários foram os autores que colocaram em questão a originalidade das teses de Bodin. Alguns afirmaram que a herança medieval teria sido tal, que em sua obra nada poderia ser encontrado que fosse novo, ou ainda, que teria manipulado as fontes antigas e escolásticas, re-elaborando teorias, às quais teria dado apenas o aspecto de novidade. Chauviré chega a afirmar que Bodin não teria feito mais do que justapor opiniões, utilizando um imenso cabedal de fontes da Antigüidade e Idade Média, sem apresentar nenhuma inovação propriamente sua.

Um ponto importante a ressaltar é o fato da maioria dos estudiosos de Bodin, exceção feita a London Fell e Blandine Kriegel, afirmarem a presença de uma forte herança medieval no pensamento de Bodin, em função daquilo que descreveram como uma identificação da figura do rei como o realizador da justiça no reino. A maioria dos escritores parece concordar com a idéia de que a função primeira do soberano seria realizar a justiça, uma função herdada da realeza francesa medieval. Todavia, estes estudiosos não levam em consideração a distinção que Bodin estabelece entre lei e justiça ao afirmar que o soberano tem o poder de dar a lei, enquanto a administração da justiça deve ser realizada pelos magistrados e órgãos do governo. Este ponto, como veremos, será crucial na demonstração de nossa hipótese sobre o desenvolvimento da concepção de soberania e administração pública no pensamento de Bodin.

Alguns autores como Chauviré, Cotroneo e Meinecke viram em Bodin a influência de Maquiavel, principalmente no que diz respeito à concepção do Estado como um poder fundamentalmente racional e laico.

---

[10] FELL, London. *Origins of legislative sovereignty and the legislative state*, vol III, *Bodin's humanistic legal system and rejection of medieval political theology*.Boston:Oelgeschlager,Gunn &Hain, Publishers, Inc, 1984.

Martim de Albuquerque observa que, em relação à concepção de tolerância religiosa, Bodin não teria sido o pioneiro e que *"dentro da história geral da tolerância, Bodin mereceria apenas algumas linhas*" [11]. Albuquerque, entretanto, não apresenta uma análise substantiva da questão, contentando-se em citar algumas obras de outros autores dedicadas ao estudo da tolerância.[12]

A maioria dos estudiosos das obras de Bodin concorda com a idéia de que Bodin não teria inaugurado o conceito de soberania, que já freqüentava o vocabulário da política desde a Idade Média. Muitos são os que contestam o fato de ter sido o primeiro a tratar do assunto, como também afirmam que a palavra soberania era de uso corrente em matéria política muito antes das obras de Bodin. Entretanto, esses autores não consideram o fato de Bodin, em nenhum momento, afirmar ter inventado o conceito de soberania, mas, apenas, ter sido o primeiro a definir e apontar seu caráter de poder público e seu papel como fundamento de toda a política.

Os críticos de Bodin, em sua maioria, apresentam como exemplos de estudos anteriores sobre a soberania glosadores e pensadores medievais como Marsílio de Pádua e Guilherme de Ockham, em cujas obras já se poderia entrever este conceito. Entretanto, não encontramos entre estes críticos nenhuma análise que dê conta da gênese e história deste conceito. Se a obra de Francesco Calasso[13] é apresentada como exemplar no estudo do desenvolvimento da concepção de soberania na Idade Média em oposição à supremacia papal, podemos, entretanto, constatar que nenhum estudo deu conta da evolução histórica deste conceito na constituição da monarquia francesa.

Como veremos, é no estudo da própria constituição da monarquia francesa que o conceito de soberania, tal como é formulado por Bodin, revela-se em toda sua plenitude. Bodin não pretende ser o autor de um conceito inédito, mas o primeiro a revelar a verdadeira natureza do poder político. É a partir do estudo da própria monarquia, em sua

---

[11] ALBUQUERQUE, Martim de. op. cit. p. 66.

[12] ALBUQUERQUE cita MARAVALL, José Antonio. "Laidea de la tolerancia en España (siglos XVI y XVII)"in *La Oposición politica bajo los Austrias* Barcelona: Ariel, 1974. p.103. e KAMEN, Henry "*The Rise of Toleration*" London : Word University Library, 1967. p.p.142-3. Ver ALBUQUERQUE, Martim de. op. cit. p. 66.

[13] CALASSO, Francesco. "*I Glossatori e la Teoria della sovranità*". Milano: Giuffrè, 1957. Um estudo mais aprofundado das idéias contidas nesta obra será apresentado no capítulo V.

forma moderna e não medieval, que, como veremos, a soberania se manifesta em sua forma mais completa como fundamento do direito público e do Estado moderno.

Fonte de grande controvérsia é a designação de Bodin como teórico do absolutismo monárquico. Enquanto alguns autores como Meinecke, Fournol, Jean Moreau-Reibel e Julien H. Franklin consideraram Bodin como um adepto da concepção de monarquia absoluta, outros tantos autores como Pierre Mesnard, Baudrillard, Chauviré e Beatrice Reynolds contestam esta tese. Beatrice Reynolds em seu estudo sobre François Hotman e Jean Bodin[14] vê em Bodin um precursor da concepção de monarquia constitucional com poderes limitados. Já o grande estudioso da filosofia política, Meinecke, autor de um dos maiores clássicos sobre a razão de Estado[15], embora considere ser a teoria da soberania de Bodin a base da concepção absolutista, apresenta-o como precursor da idéia de Estado de direito.

Em sua maioria, os defensores da tese de que Bodin seria adepto do poder monárquico absoluto distinguem duas fases em seu pensamento. Em um primeiro momento, em 1566, quando da publicação de seu *Methodus,* Bodin apresentaria uma posição que limitaria o poder monárquico. Após o massacre de São Bartolomeu, Bodin teria assumido uma posição mais radical e centralizadora, passando a defender em seus "*Seis Livros da República*" de 1572 o absolutismo monárquico. Esta posição pode ser encontrada nas obras de Julien H. Franklin, Zygmunt Izdebski e Jean Moreau-Reibel.

Como veremos mais adiante, quando aprofundaremos o estudo da questão, o uso da designação de absolutismo no século XVI pode ser motivo de confusão. Trata-se de uma concepção de governo inexistente ainda naquele período. Além disso, a concepção de poder absoluto como poder ilimitado e arbitrário foi criticada pelo próprio Bodin ao tratar das monarquias senhoriais e exemplificada na forma de governo conhecida na época como despotismo oriental, característica das grandes monarquias orientais como a Turquia.

Como verificaremos, a fundamentação metafísica de todo o sistema de Bodin impediria, logicamente, que ele considerasse o arbítrio do absolutismo monárquico como

---

[14] REYNOLDS, Beatrice."*Proponents of limted monarchy in the sixteety century France , François Hotman and Jean Bodin*". N.Y.: Columbia University, 19331.

[15]MEINECKE, Friedrech. "*The doctrine of raison d'État and its place in modern history*" translated by Douglas Scott. New Jersey: Transaction Publisher , 1998.

forma ideal. A monarquia régia era considerada a forma perfeita, principalmente por sua capacidade de equilibrar a diversidade, e, neste sentido, opunha-se diametralmente a qualquer concepção de monarquia absolutista.

Como constataremos mais adiante, boa parte dos defensores da idéia de que Bodin defenderia uma concepção absolutista de Estado partem da premissa de que ele não distinguiria os aspectos representativos do Estado como instituição, da pessoa que encarna o Estado, o rei. Isto, como veremos, parece dever-se ao fato destes autores considerarem a concepção de soberania de Bodin a partir do conceito de justiça e não da concepção de direito. Também veremos que Bodin lhes parece absolutista, por não defender o constitucionalismo, a divisão dos poderes e, acima de tudo, por negar a possibilidade de governos mistos.

Enfim, as imagens construídas são inúmeras. As interpretações das obras de Bodin constituem um espectro extremamente amplo e o seu estudo aprofundado ultrapassaria os objetivos do presente trabalho. Como sabemos, nenhuma leitura pode se pretender definitiva e todo projeto de interpretação implica sempre em um recorte. Da eleição de um tema sempre decorre a perda de outras possibilidades. Para atender às finalidades previstas para este estudo, tomaremos apenas algumas das obras importantes produzidas sobre Bodin, atentando particularmente para os aspectos pertinentes ao nosso estudo. Quanto maior for a importância das obras em relação ao nosso objetivo, maior será o espaço que a elas dedicaremos.

Partiremos de uma seleção inicial: de um lado aqueles que consideram Jean Bodin um defensor da tolerância e da monarquia limitada e, de outro, aqueles que o consideram um precursor ou representante do pensamento absolutista. Como se sabe, toda determinação de categorias compreende um certo grau de arbitrariedade. Quando estabelecemos uma divisão, partimos de uma conceituação que forma e informa e a categorização se apresenta como um recorte derivado das questões que formulamos. As questões abordadas, constituídas entre outras pelas concepções de monarquia absoluta ou moderada, Estado, governo, soberania, tolerância, justiça e direito, têm como finalidade explorar, nas diferentes interpretações da obra de Bodin, as diferenças e permanências, pontos de convergência e afastamento que apresentam entre si. Assim, embora reconhecendo a

importância de seus trabalhos, não apresentaremos, neste capítulo, estudo das obras de Girolamo Cotroneo, " *Jean Bodin, Teorico della Storia*"; Paul Lawrence Rose, "*Bodin and the Great God of Nature*"; Philippe Desan, "*Naissance de la Méthode*"; Ann Blair , *"The Theater of Nature, Jean Bodin and Renaissance Science*".

2.1. Bodin: defensor da tolerância e da monarquia limitada

2.1.1. Baudrillart

Comecemos por Henri Baudrillart. Um dos maiores méritos de seu estudo de 1853, *"Jean Bodin et son temps"*, [16] teria sido, como observa Jean Foyer, restituir a Bodin e à sua obra, durante mais de século eclipsada pelo "*L'Esprit de Lois*", o lugar que com toda a justiça lhe pertencia.[17] Na opinião de Baudrillart, Bodin seria o fundador da ciência política, no sentido que atribuímos hoje ao conceito de ciência, fundada em um método experimental e comparativo das instituições. Baudrillart apresenta-nos um Bodin esboçado com cores liberais. Em sua opinião, as concepções políticas de Bodin estariam próximas das concepções manifestadas pelos partidários do liberalismo do século XIX. A defesa incondicional da propriedade privada, a obrigatoriedade do cumprimento dos contratos assumidos, a salvaguarda dos direitos adquiridos, a liberdade de comércio e a liberdade de consciência fazem Baudrillart ver Bodin próximo ao ideário liberal de sua própria época. Assim, sugere Baudrillart, bastaria mudar algumas palavras em Bodin e "*você creria ter encontrado um filósofo ou pensador de nossos dias*"[18]. Mas seria sobretudo nas limitações impostas por Bodin ao soberano e em recomendações como *"se fazer rodear de conselheiros imparciais" , "de atribuir os cargos públicos em justa proporção às diferentes classes sociais*", que Baudrillart pensa ter encontrado tendências que mais tarde teriam florescido entre os pensadores liberais. Particularmente os postulados apresentados

[16] BAUDRILLART, Henri. "*Jean Bodin et son temps. Tableau des Théories Politiques et des Idées Economiques au 16e. Siècle"*. Paris: Guillaumin, 1953.
[17]FOYER, Jean. Introduction au Colloque International Interdisciplinaire 'Jean Bodin'. In "*Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers - 24-27 Mai 1984*". Angers: Presses de L'Université D'Angers, !985. p. 17.
[18] BAUDRILLART. H."*Jean Bodin et son temps*". op.cit. p. 155.

por Bodin que vinculam a propriedade privada ao direito natural, como um direito individual, foram interpretados por Baudrillart como uma espécie de prelúdio à idéia dos direitos imprescritíveis do homem e do cidadão. Embora devamos considerar que Bodin e seus contemporâneos encontravam-se ainda distantes da idéia de garantias positivas da liberdade e de direitos subjetivos, a apreciação de Baudrillart tem o mérito de dar relevância à concepção de monarquia limitada em Bodin e de seu pioneirismo na defesa da inviolabilidade da propriedade privada, da liberdade do comércio e da liberdade de consciência.

2.1.2. Chauviré

Em 1914, Roger Chauviré publica seu livro "*Jean Bodin , auteur de la République*" um dos mais extensos e pormenorizados estudos da vida e obra de Bodin, particularmente interessante pela análise dos aspectos psicológicos de suas obras e pelo estudo da atitude científica de Bodin[19]. Chauviré ressalta a independência de espírito e a defesa da livre pesquisa que fazia de Bodin um feroz crítico do tradicional apego cego às autoridades. A curiosidade de Bodin, elogia Chauviré, é insaciável e expressão da genuína douta ignorância científica: o homem sábio deve se resignar à sua ignorância, deve saber ignorar. Segundo Bodin, seria melhor deixar as curiosidades dos ignorantes sem respostas que saciá-las com falsas opiniões. Chauviré louva essa prudência, uma resignação que imprimiria no espírito a necessidade de conhecer os fatos tal como eles se manifestam, a aceitação das explicações possíveis e a recusa das explicações supersticiosas: diante desta prudência, desta resignação em saber ignorar, o rigor do espírito moderno encontra-se plenamente satisfeito.

Chauviré reconhece em Bodin o autor do mais vigoroso e original sistema de estudo da política de sua época:

> *Não conheço, desde Aristóteles, nenhum outro publicista que tenha estabelecido tão solidamente, sobre as lições da experiência, o trabalho das forças morais nas sociedades do passado. (...) Nenhum outro publicista temperou, com tanta*

[19] CHAUVIRÉ, Roger. "*Jean Bodin , auteur de la République*". Genève: Slatkine Reprints,1969.

oportunidade e continuidade , as aspirações idealistas com as exigências da realidade.[20]

Embora reconheça o vigor de sua obra, a imagem de Bodin que emerge do livro de Chauviré é a de um Bodin vaidoso e amargurado. Embora "*um pensador poderoso e engenhoso, douto e original*", Bodin teria caído no esquecimento da posteridade por não possuir o discurso literário que caracterizaria o "*gênio francês*": faltava-lhe o brilho e a elegância próprios às letras francesas iluministas. Suas obras teriam sido eclipsadas por filósofos de escrita mais artística, como seus contemporâneos Montaigne e Rabelais ou mais tarde Montesquieu e Voltaire.

O Bodin de Chauviré é um homem ambicioso e que almeja o poder e a glória e "*cuja vaidade não é o menor de seus defeitos"*. A ousadia no pensamento de Bodin teria sido um reflexo de sua amargura pela ausência de reconhecimento público e daí ter, nos Estados Gerais de Blois, se desculpado amargamente por sua pobreza ou, em seu testamento, deplorado ser o mais pobre dos procuradores do rei de França. Chauviré, entretanto, esclarece que seria enganoso ver em Bodin um desejo de enriquecimento. De fato, a maior ambição de Bodin seria a glória proveniente do poder público. Prova disto teria sido sua outra atitude nos Estados Gerais de Blois. Bodin não se teria deixado comprar pelo rei, como tantos outros naquele momento. Sua honestidade moral e intelectual, mas também sua ambição, apontavam para outro caminho: Bodin estaria convencido de que existiriam tarefas cujo grau de excelência exigiram um homem fora do comum para sua execução. *"Lá ele usa sua influência, que é grande e às vezes capital, contra Henri III, isto é, contra o seu interesse pessoal."*(...)*"Se o amor pelo dinheiro fosse seu principal móvel, a ocasião era única de ganhar muito*"[21]. Ao manejar os Estados Gerais ao seu bel prazer contra o rei, Bodin não teria pretendido mostrar apenas bravura e responsabilidade moral. Para Chauviré, Bodin teria o mesmo estofo que certos homens, Richelieu ou Napoleão, que sabem estar destinados a tarefas excepcionais e vêem no poder a oportunidade de realizar uma tarefa grandiosa, para qual toda uma vida teria apontado: o ofício sagrado do homem

[20] CHAUVIRÉ, op.cit. p.p. 479-480.

de Estado, elevado em sua natureza pela excelência do interesse envolvido. Este interesse seria a justiça.

Segundo Chauviré, Bodin teria encontrado no estudo da história os elementos que permitiriam comprovar a importância da justiça nas sociedades. A experiência teria a capacidade de provar o ideal e a história demonstraria o que a razão já concebera: que o fim supremo da política é a justiça. O estudo das leis de cada povo permitiria conhecer como exprimem aproximadamente o que consideram justo e a comparação teria como finalidade a determinação de um direito que permitiria alcançar uma justiça universal[22].

Chauviré procura justificar a centralidade da concepção de justiça universal na obra de Bodin a partir de uma concepção que assume aspectos predominantemente positivistas. Pensa reconhecer em Bodin o desenvolvimento de um método experimental para a análise da história baseado na percepção do fenômeno tal como ele se apresenta. Assim, justifica, embora um princípio como a justiça pareça ideal e, portanto, estranho ao método experimental , o estudo aprofundado da obra de Bodin revelaria que, na verdade, a existência da justiça é, para Bodin , um fato que pode ser percebido pelos efeitos , "*cuja constatação se impõe ao filosofo pelo estudo dos fenômenos históricos*[23]". Nesta perspectiva, Chauviré ressalta a concepção de sociedade orgânica, cujo princípio seria "*uma energia vivente, sempre em ação na evolução das sociedades*".[24]

Chauviré destaca que, com Bodin, pela primeira a vez a política não constituiria apenas uma arte, tendo sido elevada à dignidade de uma ciência, com o mesmo estatuto da física e história natural e cuja constância do objeto são demonstrados pelo estudo comparativo da história dos diversos povos. Na condição de ciência, não cumpriria à política o estabelecimento do justo ou injusto, mas apenas o estudo movido por uma "*curiosidade impassível e serena*". A matéria primeira da política, o homem, se revelaria distinta da matéria das ciências naturais, na medida em que o homem traz em si instintos,

---

[21] CHAUVIRÉ evoca a "*Reponse a Malestroict*" na qual, a proposito da miséria dos cidadãos, Bodin procura expor a necessidade de responsabilidade pelo dever que se impõe ao representante do povo, que não deve aceitar a elevação dos impostos. Ver CHAUVIRÉ. op. cit. p. 263.
[22] Ibidem, ibidem.
[23] Ibidem, ibidem.

gérmens de idéias, que o estudioso não pode negligenciar nem julgar, uma vez que ele encontra a cada passo os seus efeitos no passado da humanidade:

> *Mais do que isto, no presente a política não pode se deter em constatar e explicar, ela deve constituir uma atividade positiva de construção. Conhecendo que alterações os fatores morais aportam na mecânica social (...) não se pretende mostrar como uma sociedade deve ser montada para ser justa, mas mostrar que para ser viável é necessário que uma sociedade seja justa.* [25]

A interpretação positivista de Chauviré apresenta-se com maior clareza no momento em que afirma que a introdução da moral na política, para Bodin, não é proveniente de um desejo, mas decorrente "*da força das coisas que a impõe*".[26] Assim, para Chauviré, é unicamente esta condição, a própria força efetiva dos fatos que se dirigem no sentido da justiça, que permite a esta forma de "*política construtiva*" se elevar da condição de arte empírica à condição de ciência, pois oferece um fim "*que se eleva acima dos fins mutáveis que à política oferecem os interesses efêmeros dos príncipes, um objeto eterno e fixo, a criação da ordem pela justiça*[27]".

Além da justiça, também a religião constituiria uma grande força moral. A piedade, em uma sociedade organizada, constitui um bem mais elevado do que seu bem estar. Um príncipe deve se esforçar para conhecer e honrar o verdadeiro Deus, uma vez que é o seu representante sobre a terra. Chauviré pensa ter encontrado aqui as idéias que permitem reconhecer na obra de Bodin, influências ora judaicas ora calvinistas. Levadas às suas últimas conseqüências, as idéias de Bodin se aproximariam de Calvino, uma vez que, em seu limite, a ciência política se confundiria com a religião*: "O grande dever do príncipe é conhecer e fazer conhecer a Deus*".[28] Em seu desdobramento este princípio tenderia para a idéia de que "*a fé é o fim supremo, a forma superior, e também a matriz de todo o conhecimento humano*[29]".

---

[24] Ibidem, p. 478.
[25] Ibidem, ibidem.
[26] Ibidem, ibidem.
[27] Ibidem, ibidem.
[28] Ibidem, p. 479.
[29] Ibidem, ibidem.

Chauviré vê na obra de Bodin uma originalidade obscura, um poderoso sistema que teria tido seus principais resultados na negação da existência dos Estados mistos, na distinção entre Estado e governo e na determinação do papel do clima no desenvolvimento social. Mas, acima de tudo, Bodin teria tido um papel crucial na história do pensamento ao inventar a economia política:

> *Não conheço nada que na época assemelhe ao excelente "Response au Paradoxe de M. Malestroit". Sua minuciosa pesquisa sobre o valor das mercadorias sobre o preço da prata, valor do dinheiro, seus esforços para impedir as variações bruscas e seus esforços para retirar maior abastança dos recursos do reino, não encontraram equivalentes em nenhum outro publicista anterior.* [30]

Crítico sutil e sensível às condições e particularidades históricas da França da época, Chauviré encontrou em Bodin um sistema que teria permitido a excelência de suas conclusões: a tolerância fundada na razão e a monarquia temperada. Lamentavelmente, as obras de Bodin teriam caído no esquecimento a partir do século XVIII. O grande responsável, para Chauviré, teria sido Montesquieu. O autor de *L'Esprit des Lois* não teria sido apenas inspirado e influenciado, mas seguiria, em linhas gerais, todas as grandes questões apresentadas nos "*Seis Livros da República*". Segundo Chauviré, o tratamento dado, por Montesquieu, à relação entre Estado e religião, à abolição da escravatura, à teoria dos climas, à classificação e princípios dos governos, à relação entre os tamanhos dos Estados e suas formas de governo, às causas da decadência dos Estados ligados à sua prosperidade, ao papel das guerras externas nas concórdias civis internas entre outros, já se encontrariam presentes na obra de Bodin. Desafortunadamente para Bodin, conclui Chauviré, se Montesquieu tratou da mesma matéria, as teria dito com mais elegância, estilo e ironia, na típica e refinada forma do espírito das letras francesas, mais ao gosto do leitor da época.

Mas, para além deste destino desafortunado, Chauviré considera Bodin um dos primeiros a fazer entrar a política no domínio público e o primeiro a dar à economia política o seu lugar devido. Além disso, "*é o primeiro de uma linhagem de pensadores que*

[30] CHAUVIRÉ. op. cit. p. 482.

reclama , dia a dia, contra os abusos de seu tempo".[31] Enfim, Bodin teria sabido, segundo Chauviré:

> *(...) em meio às sedições civis mais perturbadoras da serena razão, buscar, através de qualquer contradição possível, um compromisso entre a autoridade e liberdade, despotismo e anarquia (...).* [32]

2.1.3. Pierre Mesnard

Pierre Mesnard foi um dos mais importantes e dedicados estudiosos das obras de Jean Bodin. Seu principal trabalho sobre Bodin, dedicado principalmente ao estudo dos "*Seis Livros da República*", encontra-se no livro "*L'essor de la philosophie politique au XVI siècle*".

A apreciação de Mesnard[33] parte do princípio de que as doutrinas de Bodin, como todas as doutrinas em geral, não podem ser tratadas como mero reflexo do meio social. E como a unidade conceptual da política do século XVI era ainda invisível e imperceptível para os autores da época, somente a partir da perspectiva dos séculos seguintes é que poderíamos compreender a 'dialética imanente' que animava o imenso movimento intelectual da época e que conduziu à idéia de soberania. Embora inconscientes, as idéias eram a manifestação de uma tradição contínua que se exprimia em uma aparente dissonância de aspectos, os quais os filósofos da política expressaram no interior de suas doutrinas. O autor observa que no movimento intelectual do século XVI:

> *podemos discernir duas correntes: uma que teria sua fonte no humanismo cristão e que se ocuparia das regras morais e da reconstrução social e outra realista, representada sobretudo por Maquiavel e Bodin que se ocupa do caráter das forças motrizes do Estado e da prática da política. A filosofia política de Bodin e de outros realistas pretendia suprir as construções ideais de caráter ético.*[34]

Cada uma das doutrinas da época, concorrentes e opostas, pretendia ter apresentado, e com exclusividade, a verdade em toda a sua compleição. Para Mesnard, com o tempo, ao

---

[31] CHAUVIRÉ. op. cit. p. 512.
[32] CHAUVIRÉ. op. cit. p. 512.
[33] MESNARD, Pierre. *"L'essor de la philosophie politique au XVI siècle*". Paris : Vrin, 1977 .
[34] MESNARD, Pierre. op. cit . p. 546.

longo do desenvolvimento histórico, estas diferentes concepções se revelarão como partes inconscientes das sínteses futuras.

Na perspectiva de Mesnard, Bodin teria construído um realismo sobre uma base positiva fundada sobre a autoridade do direito. A finalidade do Estado seria o soberano bem dos cidadãos, realizável apenas em uma ordem pública equilibrada. Neste sentido, o elemento essencial que fundamentaria a autoridade soberana seria a justiça, que implementaria a perfeita harmonia entre o todo e as partes. A justiça teria o efeito harmonizador, de encontrar o ponto de equilíbrio que apaziguaria as tensões concretas. À semelhança da ordem universal, a política seria a instauração da ordem social, baseada na concepção de equilíbrio e justiça.

A obra de Bodin constituiria uma tentativa de estabelecer uma doutrina do Estado capaz de responder aos problemas políticos franceses através da restauração do prestígio da monarquia, demonstrando a sua superioridade teórica e reconduzindo o Estado para o caminho da justiça. [35] Diante do desprezo de seus contemporâneos aos princípios morais, Bodin teria vislumbrado a importância capital da justiça.[36]

O Bodin de Mesnard se apresenta como um autor que não pretendia escrever uma utopia sobre um ideal político, ou sobre a cidade justa, como Platão ou Thomas Morus, mas que estabeleceu sua doutrina a partir da experiência , voltada para as regras da política tal como estas seriam praticadas. Bodin teria, assim, situado a política sobre um terreno real e concreto, opondo-se a utopias e idéias sem efeito, engendradas pelo platonismo da época, mas também opondo-se a uma concepção abstrata de Estado, segundo a qual a matéria política seria concebida fora de todas as relações sociais. Esse, segundo Mesnard, seria para Bodin o problema da maioria dos teóricos antigos e de Aristóteles em particular *"que teria consagrado seu estudo exclusivamente ao funcionamento do organismo público sem estudar as suas repercussões sobre a vida pessoal dos diferentes indivíduos*", terminando por separar o país legal do país real.[37]

---

[35] MESNARD, Pierre. "*L'Essor de la Philosophie Politique*". Paris: J.Vrin, 1977. p. 474.
[36] E Mesnard completa: "*quando Bodin diz justiça , ele entende a prudência de comandar com retidão e integridade*". Ver MESNARD. op.cit. p. 174.
[37] MESNARD. op. cit. p. 482.

Segundo Mesnard, para Bodin, o dever de uma sociedade é perseguir o soberano bem comum, o bem coletivo, que deve ser buscado nos fins morais e religiosos, mas também nas funções materiais, menos nobres e mais urgentes, que permitiriam à República conservar a sua existência física. Isto derivaria do fato de o soberano bem de um particular e da República serem um único e mesmo bem:

> *A perfeição do indivíduo é a perfeição das virtudes mais elevadas, a piedade e a contemplação e é igualmente a realização destes fins para todos os cidadãos que constitui o ideal da república.*(...) *No homem virtuoso, a prática da vida moral supõe realizar o equilíbrio das faculdades/potências inferiores, que deve ser a mesma para o Estado.*[38]

A soberania em Bodin, para Mesnard, aparece como a realização de um consenso, um poder de coordenação de forças antagônicas, necessário para a garantia da harmonia, cuja fonte não seria jurídica, mas o resultado da força imposta pelos fatos. Este poder teria sua origem nos primórdios das repúblicas, quando ainda não existiria um fundamento jurídico. Apenas após muitos conflitos e lutas seria atingido um estado de equilíbrio, um estado de fato, originado da própria força dos fatos. A soberania seria a realização legal deste estado de equilíbrio, que o direito pode retocar, mas que o fato, como um dado, obriga sempre a manter dentro de certos limites.

A partir da observação dos papeis de equilíbrio e gerador de consenso, exercidos pela soberania, Mesnard aproxima Bodin da sociologia. A evolução social teria tido como efeito diferenciar as situações sociais, reconhecendo a cada posição social uma participação própria e real nos negócios do Estado. A cada um caberia uma parte de direitos que permitira o equilíbrio e harmonia e de onde derivaria a divisão dos cargos e privilégios. Se a participação de cada um nos negócios do Estado é fruto de um consenso imposto pela necessidade de equilíbrio de forças, nada mais lógico do que concluir que a igualdade de direitos entre os cidadãos fosse irrealizável. Assim, interpreta Mesnard, no caso francês, o privilégio que alguns cidadãos teriam de acesso a cargos públicos ou o direito que outros teriam de ser isentos de taxas, impostos e talhas, aos quais estariam sujeitos todos os demais, seria um reflexo do equilíbrio de forças representado na distinção dos cidadãos em três corpos (*estats*): o eclesiástico, a nobreza e o povo.

[38] MESNARD. op. cit. p. 482.

Bodin sairia de uma posição de fato, da luta entre as famílias, estrutura social que se encontraria na origem da República, retornando sempre a uma posição de fato: em cada estado da evolução social, o que seria naquele momento dado constituiria o fato gerador do direito. Antes da condição política, o chefe de família dispunha de uma autoridade sem limite sobre todos os bens e uma liberdade completa aos olhos dos demais. Os conflitos e querelas teriam conduzido à constituição de grupos. A vitória de um desses grupos, sob a autoridade de um chefe, legitimaria o fato deste grupo retirar os direitos dos demais, atribuindo àquele que exercia a autoridade no grupo vencedor a condição de majestade. Mas, enquanto os grupos vencidos podiam elevar-se pouco a pouco da sua condição de escravos para com o tempo tornarem-se súditos, os cidadãos viram constituir, acima deles, a autoridade suprema que conquistaria progressivamente todos os direitos da soberania. Essa soberania se tornou verdadeiramente absoluta e independente no momento em que a lei pôde se identificar plenamente com o comando da autoridade, a vontade do soberano. Apenas nesta forma, a constituição política poderia ser perfeita, o governo das famílias e a administração da comunidade assegurada pela justiça encarnada na figura do soberano. Posta a soberania, estaria instaurada a República.[39]

Mesnard observa que depois de ter definido a soberania, Bodin se dedica ao estudo de sua encarnação sensível, o governo. Segundo Mesnard, a antiga questão dos diferentes tipos de governo é retomada por Bodin com agilidade e complexidade novas. Acima de tudo, Mesnard tem o mérito de trazer à tona um tema central na obra de Bodin: o conceito de governo e a sua distinção do conceito de Estado. Por detrás da diversidade de Repúblicas estariam, na verdade, mascaradas, uma multiplicidade de formas de governos.[40]

Mesnard observa que, no plano apresentado por Bodin, encontramos um fundamento e norma política comuns, mas que podem ser tomados de um lado como direito constitucional e de outro como direito administrativo, o que permitiria compreender a natureza do poder público, ora como poder soberano, ora como governo.

---

[39] MESNARD. op. cit. p. 494.

[40] MESNARD ressalta que Chauviré não teria compreendido a importância deste conceito e não o teria estudado com o devido cuidado. Por este motivo teria chegado a uma idéia falsa de monarquia e das outras duas formas de Estado. "*(...) ele apreende , com efeito, o termo governo dentro da repartição da monarquia em governo legítimo (ou real), senhorial e tirânico."* MESNARD. op. cit. p. 498.

Mesnard discorda da concepção que vê em Bodin um defensor do absolutismo e da autoridade pessoal do monarca. Observa que a monarquia real não poderia ser o exercício do poder pessoal, mas constituiria uma conciliação social, sob a autoridade do monarca, das classes sociais, grupos sociais ou corpos da sociedade em conflito. A forma de Estado puro deveria ser temperada com uma administração de governo que tornasse mais harmônica a distribuição dos cargos e privilégios sociais. A tendência de analisar sociologicamente as questões do Estado teria, segundo Mesnard, levado Bodin a preferir a forma de Estado monárquico temperado a um governo popular. A mistura de elementos populares impediria a tendência à tirania, que um monarca pudesse manifestar, e permitiria ao Estado exercer melhor a sua função de assimilar os contrários.

Segundo Bodin, cada forma de Estado pode ser administrada de forma monárquica, aristocrática ou popular. A aristocracia representaria os interesses dos grandes; já o governo popular representaria os interesses da maioria do povo. Seria função do monarca harmonizar o conflito entre aristocracia e povo. Para Mesnard a escolha daquilo que Bodin chama de governo real ou harmônico, ou seja, o Estado monárquico com governo popular, resultaria em uma forma mais perfeita, porque mais equilibrada. A diversidade em Bodin, triunfaria pela intervenção do poder mais unitário de todos, a monarquia hereditária, único suficientemente estável e vigoroso para poder realizar a síntese harmoniosa das instituições contrárias. O triunfo da monarquia estaria ligado à conservação das formas puras equilibradas em uma forma mista não de Estado, mas de governo.[41]. Tratar-se-ia , segundo Mesnard, de uma bela lição de compreensão de filosofia política. Bodin teria concebido a monarquia real como um bom meio entre os excessos opostos da tirania e licenciosidade popular:

> *Esta aparente leveza com a qual Bodin analisa e justifica os diversos governos antes de mostrar os inconvenientes, é mais do que um jogo dialético, é uma perspicácia científica que produz uma vantagem positiva. À parte os excessos opostos da monarquia tirânica e da licenciosidade popular, todos os modos têm as suas vantagens próprias e que não seja suscetível de um governo moderado. Logo, as preferências por tal e qual Estado da República poderiam apagar-se durante uso diante das necessidades geográficas ou históricas que comandam imperiosamente as escolhas de tal ou tal fórmula. A teoria da soberania não tende portanto para um imperativo absoluto, mas para um opcional carregado de*

[41] Ibidem, p. 517.

nuanças. Entre o determinismo das coisas e as possibilidades de instituições, a sociologia irá, doravante, edificar sua obra.[42]

Mesnard assimila sem reservas o pensamento de Bodin ao pensamento sociológico [43] e procura demonstrar que sua doutrina atende, de forma perfeita, às exigências da ciência sociológica tal como foram formuladas por Bouglé[44] e Auguste Comte. Em relação a Comte, observa que também este autor formula como exigência metodológica a subordinação do ponto de vista estático ao ponto de vista dinâmico no estudo dos fenômenos sociais.[45] Por uma disposição semelhante, Bodin não teria se limitado a uma morfologia política estéril, mas estudado com detalhes a evolução das instituições. Ao intuir, como Maquiavel, a mobilidade da época, teria a se persuadido da virtude própria das instituições e em particular da monarquia francesa e dirigido seu olhar para o fluxo dos acontecimentos que a inteligência humana pode modificar.

Embora reconheça que a concepção de Bodin não seja completamente positiva, uma vez que aos elementos objetivos acrescenta heranças das tradições neoplatônica e hermética, Mesnard vê em Bodin elementos próximos àqueles que determinariam, mais tarde, a sociologia de Comte e Durkheim. Existiria em sua obra uma forte noção de determinismo social. Ao descrever dois dos tipos de necessidade, a fatalidade sideral, que presidiria os movimentos dos astros, e a relação matemática, expressa pelas proporções numéricas que comandariam as relações entre os homens, Bodin procederia a uma tentativa análoga à de Durkheim.

De acordo com Mesnard, Bodin partiria de uma representação do corpo social similar à de um ser vivente que nasce, se desenvolve, chega ao grau *optimum* de manifestação e declina até à morte, após um período mais ou menos longo. A evolução das Repúblicas obedeceria a leis gerais ou particulares da dinâmica social, que só poderiam ser

---

[42] Ibidem, p.p. 517-18.

[43] Segundo MESNARD: (...) *em Bodin a ciência política deve ser tomada em seu sentido mais profundo e subscrever-se-ia sem reserva às exigências legítimas da sociologia contemporânea.* Ibidem, p. 518.

[44] BLOUGÉ, C. "*Qu'est-ce que la Sociologie*? MESNARD cita a edição Alcan., 1907. p. 10: (...) *uma ciência não deveria se contentar com a classificação das formas: ela deveria descobrir, entre certos fenômenos dados , certas relações constantes, e provar que uns variam em função dos outros. Isto seria o que a sociologia deveria tentar estabelecer através da observação das conseqüências das formas que ela teria classificado.* O grifo é de Mesnard. Ver MESNARD, P. op. cit. p. 518.

compreendidas a partir do fenômeno da evolução das instituições políticas constituindo, assim, uma lição de política experimental baseada na realidade social. As fontes deste conhecimento foram o estudo comparado das diferentes manifestações particulares das formas de República, que permitiram a Bodin percorrer as diferentes etapas entre os diversos povos e determinar quais seriam as vantagens teóricas de uma forma determinada.

Em seu estudo comparado, Bodin teria procurado compreender o caráter de cada povo, tarefa que exigiria os esforços combinados de geografia e história, [46] considerando as diferenças de clima e lugar e o modo como se inscrevem lenta, mas profundamente, determinando idiossincrasias nacionais e revelando aquilo que Bodin denominou de "*o natural dos povos*". As diversas Repúblicas seriam a evolução própria de uma mentalidade étnica, fruto de uma diversidade de fatores sócio-geográficos, e a função do político seria reconhecer e adaptar estes fatores às instituições sociais.

Assim, segundo Mesnard, a conclusão do estudo de Bodin remetiria à preemencia do homem de Estado, o soberano, conhecer a dinâmica social própria de seu Estado por meio do estudo da história. Prudência e autoridade, saber compreender as tendências e possibilidades contidas nos novos ventos que permitem enfrentar as tempestades com mais segurança, sem recorrer ao uso da força, que nada vale contra a natureza: o soberano de Bodin seria "*um capitão instruído e corajoso que não teme as travessias e confiante diante do risco assumido conduz com decisão sua nave mesmo em águas pouco familiares*".[47]

Bodin teria dado origem a uma disciplina histórica de caráter quase totalmente natural, de caráter biosociológico, baseada em um método experimental comparativo.[48] Graças à indução, a essência da natureza dos povos e as leis do desenvolvimento social brotam da observação. Para tanto, Bodin teria recorrido a todos os tipos de documentação acessíveis à época, consultando ainda exploradores antigos e modernos. Por este motivo, Mesnard considera solidamente apoiada a concessão a Bodin, sem ser injusto com

---

[45] MESNARD remete ao "*Cours de philosophie positive*" de COMTE, t. IV, 49e. leçon , p. 290. Ver MESNARD,op. cit. p. 518

[46] Ibidem , p. 534.

[47] Ibidem, p. 538.

[48] Ibidem, p. 541.

Maquiavel, do título de criador do método comparativo e fundador da ciência política experimental.

Mesnard conclui que, para Bodin, a finalidade do Estado seria o soberano bem dos cidadãos. Ordem pública equilibrada, a política seria o reflexo da ordem universal e, neste sentido, a justiça seria o elemento essencial que garantiria a perfeita harmonia entre o todo e as partes. Não existiria para Bodin, entretanto, uma justiça ideal, mas uma multiplicidade de valores morais que caracterizariam a humanidade, provenientes das diferenças e da dinâmica própria das construções das diversas civilizações passadas e presentes. Em uma palavra, o equilíbrio social seria resultante de uma relação de gradual equilibração de forças em conflitos, realizada historicamente. Assim, a justiça em uma sociedade obedeceria às leis gerais ou particulares da dinâmica social que só podem ser compreendidas a partir do fenômeno da evolução das instituições políticas. Conhecer a justiça, para Bodin, seria conhecer o natural do povo, seus princípios de crescimento e florescimento e o jogo de forças que se encontram na gênese deste equilíbrio. Sem esta justiça não seria possível o reto governo (*droit gouvernement*) e nem, consequentemente, a República.

Cumpriria, nesta perspectiva, ao estudioso da política, proceder a um estudo verdadeiramente experimental das condições em que as atividades políticas se desenvolvem. A noção de justiça não estaria baseada em um ideal religioso específico ou em algum dogma ou princípio de fé particular, mas nos ideais morais e religiosos que cristalizariam o desenvolvimento cultural de um povo. Entre esses princípios poderia ser encontrado o princípio imanente e transcendente, qual seja, a justiça, que se realizaria nas instituições a que denominamos Direito. Assim, observa Mesnard, em Bodin é a experiência que reconhece a existência e validade do direito.

O método comparativo permitiria encontrar um fundamento comum na história das sociedades e dos governos em geral, isto é, um direito natural. Este seria o resíduo de todo o trabalho exaustivo de comparação o qual impediria a contradição entre o ser e o dever ser. A constituição de um direito universal, pelo confronto dos direitos particulares e nacionais, e a constante atualização do fato com o direito, permitiria a conciliação da moral e da lei.

O método de Bodin, para Mesnard, se apoiaria na observação de que em todas as sociedades observadas os homens tendem a se associarem em um Estado, com um soberano

legalmente e legitimamente constituído que possuiria a tarefa de ordenar as relações entre os indivíduos. A tendência à paz e ao equilíbrio triunfaria sobre a violência individual em favor da organização social e do estabelecimento do direito. Entre as diferenças individuais e culturais, em todas as sociedades seria possível encontrar o direito e um soberano responsável pelo ordenamento, em busca do equilíbrio que seria a justiça/direito eqüitativo/ eqüidade.

Mesnard identifica a ação do legislador de Bodin com a arte de organizar a complexa diferença individual e cultural, de maneira a construir um todo harmonioso onde brilham a ordem e a razão. No papel do Estado e do governo se manifestaria a justiça, reguladora, equilibradora e moderadora. A justiça teria efeito equilibrador, de entremear sabiamente os bons e maus em um tecido de relações concretas, todas penetradas de finalidade, de forma que o conjunto seja coerente e capaz de receber as impulsões do soberano. Ligar bons e maus entre si, este comércio de vontades na vontade esclarecida e brilhante do soberano, coloca no coração dos homens o desejo da justiça. Este seria o segredo da política.[49]

Mesnard observa que Bodin reserva à religião um lugar importante e um papel considerável no edifício político. Ela seria o cimento indissolúvel do Estado e seria a base da moralidade pública e da educação do cidadão.[50] Embora Bodin trate da importância das diversas religiões em sua particularidade, parece defender uma espécie de religião universal, que representaria uma base geral moral e ética em todos os povos e que estaria no fundo de todas as manifestações religiosas.

Assim, embora a doutrina de Bodin tome como ponto de partida a observação dos fatos e acabe em um élan místico, seria, segundo Mesnard, do início ao fim, totalmente positiva. Consistiria antes de tudo na afirmação do valor e do poder da ordem e do equilíbrio. Para Mesnard, a busca da ordem no mundo eqüivaleria à busca de uma ordem cósmica, fundada num determinismo sideral e terrestre, revelados nas leis que regem todos os elementos. Grandes leis regeriam tanto a ordem cósmica como a organização social que permitiria o desenvolvimento histórico das instituições e dos povos. Mas o desenvolvimento social também encontraria na razão humana um poder construtivo, uma

[49] Ibidem, p. 545.
[50] Ver MESNARD, P. "La pensée religieuse de Jean Bodin" in *Revue du seizième siècle*, 1929. p.p. 77-121.

ordem agente, desejosa de cooperar com a regulação do universo. Dela seria a tarefa da formação das repúblicas, por meio da ciência política e pelo ideal de justiça. Esta seria a realização da consciência do soberano, "*em quem reside esta harmonia misteriosa, obra na qual Bodin reconhece o fim de seu realismo integral e que reúne com tanta felicidade a generosidade do filósofo e a prudência do sábio*"[51].

2.1.4. Simone Goyard-Fabre

Para Simone Goyard-Fabre, o ponto central da obra de Bodin é a justiça, o critério que fundamentaria toda a sociedade política. A justiça seria a finalidade e o justo seria a idéia ou forma de toda República bem ordenada. Nenhum ato público seria concebível sem a consideração da justiça: ela é o farol de toda a sociedade política porque condensa em seu conceito a finalidade que as leis da natureza inscreveram em toda a comunidade.

Simone Goyard-Fabre, em seu livro "*Jean Bodin et le Droit de la Republique"*, apresenta Bodin como um pensador essencialmente ambigüo: na virada de duas épocas, Bodin pensava a *Res publica* já como um homem moderno, embora ainda permanecesse um antigo em pontos essenciais de seu pensamento político:

> *(...) o conteúdo de suas obras expõe um direito das repúblicas voltado para a modernidade política, mas que se desenha sobre os horizontes medievais carregados de um misticismo no qual se pode misturar às vezes a superstição.*[52]

Na perspectiva da autora, Bodin seria antes de tudo um metafísico e o direito que teria concebido para a República constituiria o reflexo de seu ideal de harmonia cósmica.

O traço fundamental da modernidade de Bodin teria sido a elaboração da teoria da soberania, *"a pedra fundamental do Estado moderno*". Simone reconhece que Bodin se afasta de Platão e de pensadores utópicos como Tomás Morus nos quais reprova terem cinzelado uma "*bela imagem do de 'uma república ideal, mas sem efeito'*" considerando seu idealismo vão, porque para Bodin "*A política exige um saber que fornece seus princípios a uma ação efetiva e eficaz*". A política constituiria uma espécie de arte:

---

[51] Ibidem, p. 546.
[52] GOYAR-FABRE, Simone. "*Jean Bodin et le Droit de la Republique*". op. cit. p. 9.

"*acompanha a prática e a arte e, como tal, exige que nós sejamos exercitados em seus affaires*".

Ao definir a soberania como poder absoluto e perpétuo da República, Bodin teria aberto o caminho do Estado Moderno como poder público. A soberania faz do Estado o corpo público e garante sua autonomia e independência contra as antigas instituições que não atenderiam aos interesses do progresso francês, tais como o feudalismo, o Império e o Papado. Corresponderia a um meio racional de fugir à monarquia de caráter senhorial, regime que ameaçava a coroa francesa e no qual a força destronaria o direito. Isto, segundo Simone Goyard-Fabre,

> *(...) significa que os tempos dos reis taumaturgos estão definitivamente passados. Bodin, por sua concepção de direito das repúblicas, encaminha a política através de um centralismo cuja lógica intrínseca não poderia ser outra coisa senão sinônimo de maestria e luzes.*[53]

Se estes seriam pontos que enquadrariam Bodin no campo dos modernos, outros aspectos de seu pensamento o aproximariam dos antigos, tais como a crença no fato de que a ordem das repúblicas estaria ligada àordem cósmica presidida pela vontade de Deus ou de que o equilíbrio, a medida e harmonia do mundo fundamentariam a república perfeita. Se a autora encontra um Bodin moderno, que vê na constituição do conceito de soberania, *"a marca da inteligência e da vontade humand*" e que afirma *"o potencial de energia humana, o poder político com a vocação para organizar e administrar o reino deste mundò*",[54] a este contrapõe um Bodin antigo, que afirma que o homem só encontra a verdade na obediência da natureza das coisas desejadas pelo Deus criador.

Toda a obra jurídico-política de Bodin repousaria sobre uma certeza metafísica: encontrar nas harmonias naturais uma ordem plena de sentido e valor que ele incumbe o direito das repúblicas de não trair: "*longe de combater a natureza, o homem deve servi-la. O naturalismo traça a via do humanismo político. O direito das repúblicas encontra a sua melhor forma transpondo para o mundo dos homem a divina música das esferas"*.[55]

---

[53] op.cit. p. 12.
[54] GOYAR-FABRE, Simone. op. cit. p. 13.
[55] Ibidem , ibidem.

Segundo a autora, Bodin teria retirado de Platão a idéia de uma justiça como organização hierárquica na qual , como na harmonia musical, o lugar de cada elemento é determinado pelas exigências do conjunto. A justiça no Estado seria semelhante à justiça na alma e cada classe teria por função servir a sociedade e o Estado segundo suas próprias capacidades. A decadência das instituições políticas estaria de par com a perversão do caráter: a justiça se esboroa e desaparece quando a alma ou quando a cidade escapa ao governo da razão.

Simone Goyard-Fabre procura revelar a força da metáfora musical, central na concepção política de Bodin. No sistema de Bodin, uma escala harmônica que ligaria a ordem do mundo a uma numerologia divina. No centro, a idéia de soberania, que seria como a nota dominante de uma gama diatônica à qual o número, por sua magia, dá força e beleza. A normatividade do direito da república seria proveniente desta ordem eterna e fiel obediência à lei divina. Na república, da ordem de conceitos à ordem dos valores, dos acentos mais fortes às nuances mais sutis, tudo seria a ressonância das harmonias suaves do canto da Natureza, a lei divina. A república bem ordenada seria aquela cuja ordem pública: "(...) *é instaurada em conformidade à lei natural*" [56] e na qual "*o príncipe soberano é 'a imagem de Deus na terra', e as leis positivas do Estado são uma figura da 'lex aeterna'*."[57]

Como podemos observar, Simone Goyard-Fabre acentua os aspectos platônicos de Bodin: a fórmula da harmonia encontrada no último livro da República seria mais do que uma simples figura de retórica:

> (...) *envolve uma filosofia seguramente marcada pelo platonismo, porque Platão é o deus da Renascença mais profundamente tributário do naturalismo antigo. Porque no século XVI, Platão representa a pura beleza produzida pela Antigüidade, Bodin, freqüentemente vê em Aristóteles o filósofo ao qual a Idade Média submeteu o pensamento escolástico; e ele o critica com severidade.* [58]

[56] Ibidem, ibidem.
[57] Ibidem,ibidem.
[58] CHAUVIRÉ, Roger. "*Jean Bodin, auteur de "La Republique"*. Paris: Champion, 1914. p. 179. Citado por GOYARD-FABRE, Simone. op. cit. p. 14. Segundo a autora, na verdade, os problemas abordados por Bodin, seriam problemas clássicos da filosofia política desde Platão, tais como natureza do governo, sociedade doméstica e sociedade política, essência e origem da res publica, tipologia dos regimes e finalidade da política.

Simone Goyard-Fabre, observa que em Bodin, diferentemente de pensadores humanistas contemporâneos seus, como Montaigne e La Boétie, não encontramos nenhuma tendência ao jusnaturalismo ou sequer um esboço de uma concepção de natureza humana a partir do qual se poderia desenhar uma arquitetura da política. O naturalismo jurídico de Bodin pretenderia demonstrar que os homens inventam convenções e artifícios políticos que introduzem temíveis notas falsas e desequilibram a ordem natural do Grande Todo do mundo. Esta seria, segundo Simone, a prodigiosa lição que Bodin teria retirado de Platão. Bodin não manifesta nenhuma dúvida metafísica: *"Deus, em todo o seu poder e bondade, fez da Natureza o modelo da República*" [59].

O Bodin de Simone é o autor de um direito que resiste à ameaça moderna de desencantamento do mundo. O tom grandiloqüente e sublime com o qual Bodin descreve as músicas das esferas transmite um encantamento do mundo para quem procura a repercussão de seus ecos admiráveis. E como *"não podemos acreditar que os astros tenham sido colocados no céu para que o homem não os veja*", [60] devem conter alguma lição sobre a natureza das coisas. Esta lição é encontrada na harmonia, que deve passar da ordem do mundo para a ordem das repúblicas. Assim, Bodin adorava repetir que o direito das Repúblicas encontra a sua perfeição na idéia de uma soberania única e indivisível que é para a política aquilo que é a unidade para a metafísica, a <<*vierge inviolable*>> que engloba e funde toda a multiplicidade do mundo.

Seria precisamente no tratamento que dá à soberania o ponto no qual residiria, paradoxalmente, o centro da ambivalência do pensamento de Bodin: se o reto governo das repúblicas é obra dos homens, ele é também modelado segundo as leis de Deus; se o poder soberano das repúblicas pode apresentar leis que tenham como finalidade reger a ação dos homens é por que elas refletem a harmonia universal:

> *(...) Em sua concepção meta-política da política, Bodin mistura humanismo e naturalismo, a ordem das repúblicas com a ordem cósmica. Mas esta mistura não é confusão: é a condição da juridicidade das estruturas orgânicas e funcionais do Estado que Bodin vai buscar nas duas épocas.* [61]

[59] GOYARD-FABRE, Simone. op. cit. p.13
[60] GOYARD-FABRE, Simone. op. cit. p.p.13-14.
[61] Ibidem, p.p. 15-16.

Simone exalta a visão plástica e estética que busca a Beleza, a permanência platônica. No conceito de soberania Bodin teria:

> *(...) cinzelado os efeitos aliando o real ao ideal, a voz de Deus à voz do homem, (...) Bodin confere à ciência política os marcos do prestígio perturbador de ambivalência.* [62]

Em uma espécie de filosofia da história, Bodin procurou entre as diversas sociedades e a diversidade do comportamento humano, "(...) *estabelecer as constantes, as marcas fixas, as analogias e repetições que apareceriam como regularidades tendências cuja constância permitira, malgrado a infinidade de nuances*", [63] conhecer o que é nelas imutável,

> *(...) ao mesmo tempo em que é reveladora do progresso, a história oculta, segundo a ordem de sucessão do tempo, uma unidade fundamental na qual Bodin reconhece um "espírito universal".(...) A unidade da história integra suas diferenças e contradições. Malgrado os combates, as oposições, as antinomias, ela é o índex do universalismo.*'[64]

Esta unidade seria, segundo a autora, o axioma básico sobre o qual se assentaria todo o edifício da filosofia política de Bodin. Ele compara as diversas histórias entre si e, como um pensador da ordem, procura na unidade de uma história universal que impõe à multiplicidade de histórias particulares a norma de sua força e seu sentido. O método comparativo em busca desta norma que, na multiplicidade, impõe à história universal sua força e sentido, teria permitido a Bodin estabelecer uma concepção da ordem política na qual a unidade do poder seria a base do progresso:

> *(...) sobre os caminhos da história Bodin descobriu que o caminho das coisas humanas obedecem aos mesmos cânones que o curso da natureza 'que parece submetida a uma lei de eterno retorno'. Estas 'leis eternas da natureza' indicam uma teleologia universal e imutável que dá sentido à história dos homens e à sua política. As ações humanas como os fenômenos da natureza se desenrolam segundo um ritmo cíclico.* [65]

---

[62] Ibidem, p. 16.
[63] Ibidem, p. 70.
[64] Ibidem, ibidem.
[65] Ibidem, ibidem.

Assim, segundo a autora, é a natureza que se impõe como referência última ao método da história de Bodin. O homem aparece em Bodin como um ser histórico e, por este motivo, inseparável da natureza da qual ele procede e do direito da república, pelo qual ele se completa. Por este motivo, o conhecimento da história é, em Bodin, inseparável e necessário para a política. Esta seria a problemática profunda da filosofia política de Bodin:

> *(...) posto que a história só encontra seu sentido em uma ontologia naturalista onde mergulha suas raízes, é necessário seguir o desenvolvimento de suas potencialidades até seu ponto mais elevado no direito político. Os caminhos da história são também os caminhos da República.* [66]

Para Simone, na República de Bodin política e ética coincidiriam. O Estado, em sua natureza administrativa e estrutura hierárquica jurídico-política, estaria em estreita correspondência com a hierarquia cosmo-natural. É nesta perspectiva que, segundo Simone Goyard-Fabre, Bodin afirma que o príncipe soberano é a '*imagem de Deus na terra*' e que, sob ele, tudo se organiza e se articula através de poderes hierarquizados e subordinados:

> *Da mesma forma que o sol clareia através de uma única luz a pluralidade dos seres, o soberano seria o poder único e indivisível de um corpo político cujos múltiplos órgãos são constituídos, cada um em seu justo lugar e em sua justa função, por diversas magistraturas.* [67]

Segundo a autora, a República de Bodin não seria mais do que, "*na ordem política, a transposição do velho problema do Um e do Múltiplo.*" [68]Assim, a concepção de uma soberania única e indivisível, não seria apenas um conceito jurídico no qual a República encontra seu fundamento. Sua conotação envolveria também uma significação que faz da política um episódio ontológico.

Segundo a autora, Bodin não se propôs à construção de um novo modelo de Estado, porque acreditava que este modelo seria o resultado da compreensão da ordem natural, coisa que o homem não tinha ainda conseguido realizar. Apenas o estudo analítico e a síntese das formas anteriores, através do estudo de suas formas individuais e concretas, permitiriam a construção do novo Estado. Neste sentido, a história aparece como elemento

[66] Ibidem, p. 72.
[67] Ibidem, p. 134.

elucidador: quanto maior a quantidade de exemplos, maiores singularidades, casos particulares, através do decorrer do tempo, o homem pode a partir deste acúmulo de experimentos reconstituir o caminho, a tendência, a lei que move a história e a vida política dos homens. Assim, para Bodin, segundo Goyard-Fabre, a história é a síntese possível que a cada momento permite ao homem planejar o seu destino de acordo com a lei apreendida.

O homem não pode conhecer os desígnios de Deus, mas pode ler seus sinais na história. À medida que o tempo avança, o pensamento humano progride porque pode ver em outros povos, com maior clareza, os desígnios e sua própria natureza. O estudo da história permite ver como se revela a natureza e, mesmo para o que ainda não se tenha manifestado, seria possível conceber o tipo de condições em que poderia vir a se manifestar.

No projeto de Bodin a natureza se reencontraria com o homem. E, segundo Simone Goyard-Fabre, teria sido o estudo da história das repúblicas o que teria determinado a ambigüidade do pensamento Bodin: sua filosofia política não se encontraria nem totalmente ligada à tradição especulativa do naturalismo, nem totalmente favorável ao humanismo racionalizante. De um lado, os dados abundantes da história concorreram para mostrar que existiria uma natureza imanente tal, que toda a república seria levada a seguir sua inclinação própria. Por outro lado, em uma época em que no caos das histórias e das cidades parecia desaparecer a antiga virtú e o comando de príncipes corrompidos teria levado povos à rebelião, pensava Bodin se não caberia aos homens corrigir o curso das coisas? [69] Bodin seria, na verdade, um entusiasta do progresso, que entregava à razão humana o poder de agir sobre o seu destino.

Segundo a autora, dois registros, se entrecruzam com uma constância notável: as determinações da natureza e as exigências ou esperanças dos homens. Para Bodin a filosofia política deveria levar em conta necessariamente esta dualidade, articulando as determinações da natureza às esperanças humanas. A idéia de República em Bodin, embora não despose nem a concepção de essencialidade de Platão, nem o naturalismo de Aristóteles, seria ao mesmo tempo teórico e prático, permanecendo inseparável da

[68] Ibidem, ibidem.
[69] Ver GOYARD-FABRE, Simone. op. cit. p. 221.

metafísica naturalista que encontra subtendida em seu pensamento. Sua concepção de lei revelaria sua condição de pensador de transição. Se de um lado o problema da lei se inscreve no campo de uma "ciência do Estado" [70], jurídica, positiva e objetiva, por outro lado, como filósofo, Bodin reencontra aquele que sempre fora o problema fundamental da filosofia do direito: a relação entre lei e natureza:*" Na relação entre phýsis e nómos, Bodin apresenta uma idéia de justiça que dá a toda a sua obra uma feição tanto singular quanto profunda.*"[71] A política não seria o objeto de uma ciência de onde derivaria uma técnica. O direito das Repúblicas e, em primeiro lugar, aquele da soberania, a essência da comunidade, embora positivo, teria como modelo a justiça natural. Bodin teria compreendido que o poder soberano não seria mais do que uma abstração formal, daí ser necessário confrontá-lo, através do paradigma da justiça, à transcendência de Deus e da Natureza e à imanência das capacidades de ordenação do homem.[72]

Simone identifica o pensamento de Bodin com o dos pensadores antigos e medievais que afirmavam que o Estado teria sido estabelecido com a finalidade de estabelecer a justiça. O soberano de Bodin é identificado ao rei medieval, o rei justiceiro, detentor da espada da justiça e a soberania seria identificada à fórmula segundo a qual *toda justiça emana do rei.* O soberano representaria a justiça, o princípio da ordem e da paz esobretudo, seria o exemplo e o príncipe tutelar do povo. A concepção de Estado, em Bodin, seria de um Estado de justiça que, no século XVI, ainda permaneceria a justiça pessoal do rei.

Em nome do rei os magistrados eram investidos do direito de julgar em todos os níveis. Para Simone Goyard-Fabre, Bodin teria percebido os ingredientes da falência deste modelo de Estado de justiça e, por este motivo, teria transportado o problema para o terreno do direito. Se Bodin pretendia apresentar um projeto de reforma do direito era porque as instituições jurídicas existentes não apenas não possibilitaram atingir o fim do Estado, que é a justiça, como também deturpavam seu sentido. Tal era o exemplo da venalidade dos cargos públicos que corrompiam a própria base do Estado. Embora a autora reconheça que para Bodin a justiça não seria apenas a prerrogativa real, mas também o princípio que moveria a República, por outro lado, afirma que Bodin não descartaria:

[70] As aspas são da autora. p. 224.
[71] op. cit. p. 224.

> (...) *a imagem da soberania como atributo pessoal do rei, marca do reconhecimento que Deus manifesta em relação a ele.* [O rei] *é a encarnação da República: no soberano se incorpora a soberania do Estado.*[73]

Assim, segundo Simone Goyard-Fabre, para Bodin, por meio da soberania, o Estado se "*concretizaria no rei, o titular da Soberania*".[74]

Desta forma, a função judiciária que o rei concentra em suas mãos seria proveniente de Deus e por isto deveria servir à Sua vontade de justiça. Daí o rei assumir a condição de magistrado supremo do reino e comandar, pela lei que edita, o pessoal judiciário e o exercício de toda jurisdição. Isto permite à autora identificar a teoria da soberania com a teoria do poder real e acima de tudo ver em Bodin o teórico de *um poder do Estado único* (*puissance d'Etat unique*) sob o qual são subsumidas a organização e a administração da comunidade política.

Esta ligação à concepção medieval de realeza, segundo a qual o rei realiza a justiça segundo a vontade de Deus, leva Simone Goyard-Fabre a vincular o pensamento de Bodin à tradição constitucionalista medieval. Tal fato seria atestado pelo:

> (...) *caráter estatutário da transmissão da coroa, o caráter santo e inviolável do rei, a importância da etiqueta na corte, a condenação de toda rebelião e revolta contra o príncipe, a obediência ao magistrado mandatário do rei, a preferência à nobreza e a reserva em relação aos plebeus, a desconfiança em relação ao pova*[75]

Mas, sobretudo, seria possível, segundo a autora encontrar, por detrás da profusão de detalhes jurídicos:

> (...) *um fundo metafísico, que se manifesta às vezes na forma meta-política e meta-jurídica.*(...) *Se, em sua forma jurídica a República de Bodin se caracteriza pela autonomia de seu poder, ela se pensa sempre filosoficamente por referência ao naturalismo que domina, sob a lei de Deus, a Justiça harmônica.*[76]

---

[72] Ibidem, p. 222.
[73] Ibidem, p. 249.
[74] Ibidem, ibidem.
[75] Ibidem, p. 253.
[76] Ibidem, ibidem.

Assim, para Simone Goyard-Fabre, a justiça, em Bodin, é a justiça do soberano, e em sua forma mais estável e perfeita, é a justiça do rei. É em nome do rei que os magistrados foram investidos do direito de julgar e que a justiça, em todos os níveis, é possível. A preeminência real em matéria de justiça repousa sobre a crença profunda que é expressa por Bodin e, segundo a qual, o rei é a lei viva e está acima de todas as leis civis.

O adiantado processo de centralização do poder teria permitido que, no século XVI, a administração real francesa tivesse uma elevada idéia de suas prerrogativas constitucionais. Assim, seria já instituída a idéia de que o rei não receberia a sua coroa do Papa, nem do povo, mas do próprio Deus e, por este motivo, não reconheceria ninguém além de Deus acima de si. Todavia, teria sobrevivido o princípio medieval, segundo o qual, o rei deveria governar com o consentimento popular, o que simbolizaria as pretensões ou o direito de censura do Parlamento e a prática de queixas dos Estados Gerais.[77] Assim, Segundo Simone Goyard-Fabre, a *plenitudo potestatis* seria, para Bodin, limitada por freios institucionais e neste sentido não se pode falar de um rei absolutista.

A originalidade de Bodin, segundo a autora, residiria naquilo que para muitos pode ser considerado uma ambigüidade de sua teoria da soberania: *Os Seis Livros da República* apresentam, ao mesmo tempo, como deixa transparecer, sobretudo, a concepção de justiça institucional presente na obra, uma teoria do poder real e uma teoria do poder público.

Segundo Goyard-Fabre, na obra de Bodin, a idéia tradicional do rei justiceiro se ligaria à idéia da prerrogativa real e implicaria a preeminência do poder do rei entre os poderes dos demais senhores. Teríamos, assim, delineado na obra de Bodin, um poder personalizado sob a autoridade individual. A soberania apresentar-se-ia como um atributo pessoal do rei, a marca do reconhecimento que Deus manifesta através dele. A autora deduz que a soberania seria uma prerrogativa real, presente em todos os atributos e emblemas monárquicos. Mas do fato da soberania encontrar-se nos atributos monárquicos, não podemos concluir, com a autora, que Bodin deduza que toda a soberania seja monárquica. Voltaremos a este assunto no capítulo III.

---

[77] A autora remete também às obras de CHASSENEUZ. <<*Catalogus gloriae mundi*>> (1529), que "*extraira do direito romano 208 atributos da majestade do príncipe (Princeps)*", e a GRASSAILLE. <<*Regalium Franciae libri duo*>> (1538), que também glorifica a Coroa e suas múltiplas prerrogativas. Ver GOYARD-FABRE, S., op. cit. p. 248.

Ligados ao problema da primazia da justiça, Simone Goyard-Fabre reconhece dois pontos como essenciais à compreensão da obra de Bodin. O primeiro ponto é o tema do UM[78], proveniente do platonismo e que ocupa um lugar especial no pensamento jurídico-político de Bodin. O UM é a nota base para a harmonia, a fonte do ordenamento e da justiça. No direito, na política, como na música, a harmonia procederia de uma nota soberana ou dominante, que prefigura a unidade. Da mesma forma que Deus absoluto é um só e para o mundo é o princípio da ordem e da harmonia, a soberania é una e indivisível, princípio de ordem e união:

> *Da mesma forma que Deus exerceria seu império sobre o universo, também uma série de homologias se impõe, como na gama diatônica, exprimindo, por sua proporção, a harmonia do grande Todo. O pluralismo da natureza e da razão, bem como a experiência dos séculos leva à conclusão de que o governo, quer das casas como das cidades e reinos, deve pertencer a um só homem. A necessidade de um poder único é a transposição política da metafísica do Um.*" [79]

Toda a estrutura do mundo político repete, sob a unidade transcendente que é a lei do mundo, a organização harmoniosa da natureza. A lei civil é obra do monarca, é feita segundo o modelo da lei do Deus único que reina sobre o universo. Os corpos intermediários da República seriam ordenados segundo as mesmas relações harmônicas que orientariam os astros e a Natureza.[80] Assim, o Estado monárquico de que fala Bodin não poderia jamais ser absolutista, porque a harmonia é a forma plena de justiça e sua realização exige equilíbrio, jamais excessos.

O segundo ponto básico da meta-política de Bodin, segundo Simone Goyard-Fabre, seria o seu substrato naturalista. A República real seria o canto perfeito e perpétuo, um hino à natureza que a harmonia realiza como um acorde musical, por meios indissolúveis, a

---

[78] A autora atribui a tese absolutista à influência posterior dos seguidores de Bodin como Charles LOYSEAU, Pierre GRÉGOIRE, Pierre e Cardin LE BRET, que teriam estirpado de seu contexto a filosofia de Bodin e insistido sobre o fato de que a soberania seria *"tão indivisível quanto um ponto em geometria*". Teriam assim difundido a intepretação errônea da soberania em Bodin como uniformidade e ausência de diversidade. Ver GOYARD-FABRE, Simone. op. cit. p. 274.

[79] Ibidem, p. 274.

[80] Bodin teria se baseado em Platão, que teria tido o grande mérito de ter admiravelmente percebido, no canto do mundo, as relações de harmonia musical, a diversidade e o lugar das notas intermediárias. De sua obra Bodin teria retido o conceito fundamental de harmonia, "*um conceito fundamentalmente ontológico: a política não pode nem a ignorar nem a desafiar*". GOYARD-FABRE, Simone , op. cit. p. 275.

ligação das extremidades. [81] Bodin procura encontrar na política uma ordem que repetiria a ordem do universo sobre o qual reina Deus. A ligação harmoniosa das diferentes partes do mundo, a polifonia dos sons do mundo, tanto no governo quanto entre os astros, seria a norma universal, que inclui o mal e o bem, dissonâncias harmonicas que graças às relações intermediárias, refletem a sublime unidade. Por este motivo, explica a autora, a presença de bruxas e feiticeiras e magia natural, nas obras de Bodin, é compreensível.

Segundo Simone Goyard-Fabre, a obra de Jean Bodin apresenta uma originalidade dificilmente contestável. Seu caráter multidimensional, ligado à história, ao direito, à moral, à economia, à feitiçaria, à religião e à metafísica, matéria que se misturam sem um aparente plano de conjunto, dotariam a obra de Bodin de um diversificado aspecto de verdade profunda e invenções extravagantes.

Bodin seria o artífice de uma nova ciência política ao apresentar os primeiros passos do direito público do Estado moderno enquanto, ao mesmo tempo, partilharia da visão de uma filosofia naturalista que o ligaria à tradição antiga e medieval. Assim, conclui a autora, Bodin é um autor de transição, que se recusa a separar a moral da ciência política e que busca o apoio da metafísica e às vezes da própria religião para apresentar uma lição tanto ao homem de política quanto ao filósofo do direito. A fórmula da soberania apresentada por Bodin, embora para a autora não constitua de forma alguma uma obra nova,[82] seria tanto continuidade quanto ruptura em relação às concepções teológico-políticas dos séculos anteriores:[83]

---

[81] Toda e qualquer partilha da soberania seria, como pregaria Claude SEYSSEL , "*contra a natureza inscrita nas coisas que tenderia para a harmonia. Ao invés da união, a partilha da soberania não promoveria a distribuição do poder, mas a sua fragmentação e a luta entre as partes. Assim, a própria, Simone reencontra um Bodin "que permanece marcado pelo aristotelismo, de uma metafísica naturalista , na qual cada ser ou forma de ser ocupa um lugar na escala natural*". Ver GOYARD-FABRE, Simone. op. cit. p. 276.

[82] Segundo GOYARD-FABRE, Bodin teria "*transposto em sua concepção de República, ao laicisá-la, a idéia medieval de superioritas ou de plenitudo potestatis que a Decretal Per Venerabilem, de Inocencio III, no início do século XIII, teria definido por referência à autoridade suprema do soberano pontífice*" GOYARD-FABRE, Simone. p. 286.

[83] GOYARD-FABRE observa que se nomes de autores como Santo Agostinho, São Tomás ou Marsilio de Pádua são pouco citados é porque a análise da soberania é situada no campo dos glosadores e o conceito teria sido elaborado provavelmente sob a influência de Baldo, a partir de estudos dos juristas romanos e dos canonistas medievais. Os argumentos tomados, quer dos canonistas quer dos juristas romanos, são sempre reenviados para a perspectiva do ponto focal de sua reflexão em relação a lei da natureza e a lei de Deus. GOYARD-FABRE, Simone. op. cit. p. 287.

O paradoxo de Bodin é dar à problemática moderna da soberania do Estado uma fundação naturalista que pretende o renascimento da philosophia perennis. (...) Bodin não é nem incoerente nem enigmático: em sua obra se condensa, como em um imenso espelho, as tendências de um tempo em mutação. Não é nem moderno nem antigo. Pensador renascentista, ele encontra-se no encontro de duas idades, épocas. Suas ambigüidades e seus paradoxos carregam a marca de uma época que, deixadas as desordens e injustiças, deseja promover a ordem e a justiça. Bodin abre esta tarefa procurando os princípios da República no equilíbrio maravilhoso de uma Natureza que governa a sabedoria de Deus."[84]

2.1.5 Beatrice Reynolds

O livro de Beatrice Reynolds[85] teve grande repercursão entre os estudiosos de Bodin do século XX. Ao comparar os escritos de Bodin com Hotmam, Reynolds encontra em Bodin um autor dotado de uma grande dose de prudência, menos impetuoso e mais tolerante com todas as religiões do que a maioria dos autores de sua época. O centro da obra de Beatrice Reynolds o estudo da disputa entre protestantes (huguenotes) e católicos na França do século XVI e a forma como esta disputa se revelaria nos argumentos dos defensores de cada uma destas posições. Embora possa constatar um Hotmam brilhante e entusiasmado por sua causa, vê um Jean Bodin[86] que, embora defendesse o poder absoluto do rei, seria o precursor da concepção de monarquia constitucional com poderes limitados.

Reynoolds reconhece duas grandes contribuições na obras de Bodin: de um lado suas obras apresentam uma filosofia da história totalmente nova e uma teoria política que, embora tenha encontrado seu fundamento no absolutismo dos tempos antigos, traz para o século XVI a concepção de Estado nacional e a separação do governo das questões eclesiásticas. [87]

A autora inicia sua análise com o estudo do *Methodus* e dedica um capítulo inteiro de seu livro ao estudo da história, a *"Ars Historica"* como era concebida anteriormente à esta obra e às inovações apresentadas por Bodin no estudo e conhecimento da história. Em sua

---

[84] GOYARD-FABRE, Simone. p. 291.
[85] REINOLDS, Beatrice. *"Proponents of limited monarchy in 16th. Century France: Francis Hotman and Jean Bodin*". New York: Columbia University Press, 1931.
[86] REYNOLDS, Beatrice."*Proponents of limted monarchy in the sixteety century France , François Hotman and Jean Bodin*". Op. cit, p. 120
[87] Ibidem, p. 120.

concepção, o *Methodus* teria sido escrito como um protesto contra a retórica idealista da história expressa nas teses humanistas. [88] Beatrice não encontra grandes influências de historiadores e da tradição literária italiana na obra de Bodin, como estava em voga na França no perído de Catarina de Médicis. Todavia, identifica na obra a influência de concepções protestantes alemãs. Segundo a autora, Bodin teria escrito seu *Méthodus* como reação à italianização da linguagem, aos excessos, a imoralidade e o oportunismo que identificava na corte da rainha italiana na França e que teriam levado não apenas Bodin, mas muitos intelectuais da época, a preferirem os ideais mais austeros dos calvinistas. Por seu lado, os calvinistas huguenotes possuiam uma barulhenta e entusiasta liderança intelectual cuja principal estratégia era a divulgação de panfletos com suas idéias. Bodin teria tido um profundo interesse pela Alemanha e pela produção historiográfica de seus reformadores.

Em seu estudo Beatrice chega à conclusão de que, para Bodin, o historiador deve ter uma postura imparcial e uma visão desligada de seu material. Um historiador age com maior competência quando lida com a história de um país que não é o seu. Bodin repudiaria, ainda, toda a possível conexão entre a arte da oratória e a arte da hitória. Um bom orador não é um bom historiador, porque o orador assoberba seu assunto com louvores e concessões, passando uma falsa impressão. Embora à sua época a oratória fosse considerada a mãe da história, Bodin defendia a tese segundo a qual o fim da história é a verdade e por este motivo, nesta ciência, os métodos do teatro e da oratória não deveriam ter lugar. [89] A história deve ser a imagem da verdade e o escritor não deve julgar os fatos. O ofício do historiador não consistiria, como muitos acreditavam na época, em divertir o leitor com expressões imaginárias e agradáveis digressões.

Embora o texto do *Methodus* revele que Bodin gostava e conhecia bem historiadores e geógrafos alemães e protestantes, ele não compartilharia das mesmas posições destes autores, tendo em vista que critica, principalmente, as idéias fixas teotônicas como a superioridade germânica e a origem da monarquia.

[88] REINOLDS, Beatrice. op. cit. p. 58.
[89] REINOLDS, Beatrice. op. cit. p. 63.

A autora compara em seu livro, os pensamentos de Hotman e Bodin: o primeiro, huguenote, era defensor da idéia de que o poder do rei seria proveniente da vontade do povo. Bodin seria um romanista, defensor do poder absoluto do rei. Reynolds nota, todavia, que Bodin não era um membro da ortodoxia católica, mas, pricipalmente, defensor da tolerância. [90]

Em seu trabalho, Bodin teria empreendido a tarefa de esclarecer a fonte do *ius*, assentando seguramente a autoridade e poder do rei, do senado, do povo e do magistrado, no direito. A fonte que teria permitido a demonstração de suas teses foi o seu minucioso estudo comparativo da história.

A partir do estudo do *Methodus*, Beatrice Reynolds concluiu que, para Bodin, quando o poder supremo encontra-se nas mãos de um só homem, teríamos uma monarquia, e esta poderia ser absoluta ou constitucional. No primeiro caso, o rei seria o soberano; no segundo, seria o governante residindo a soberania em outro órgão legislativo. Mas, mesmo o soberano com poder absoluto, teria que respeitar a lei e existiriam leis que ele não poderia alterar ou modificar. Este seria o caso dos príncipes cristãos, que, quando coroados, fazem um juramento que os obriga a si próprios a governar com justiça e obedecer às leis do reino.[91]Isto significaria que quando o rei de França é coroado, ele jura manter a justiça porque esta seria a causa para a existência da coroa. Neste sentido, mesmo a autoridade absoluta proposta por Bodin seria, de uma certa forma, limitada quer pelas leis do reino quer pelas leis da natureza.

2.2 O absolutismo em Bodin

2.2.1 Etienne-Maurice Fournol

Fournol foi autor do livro "*Bodin prédécesseur de Montesquieu*"[92], publicado em Paris em 1896, que, ainda hoje, é considerado um dos mais importantes estudos sobre o

[90] REINOLDS, Beatrice. op. cit. p. 106.
[91] Ibidem, p. 117.
[92] FOURNOU, Etienne-Maurice. "*Bodin prédécesseur de Montesquieu - Étude sur quelques théories politiques de la 'République' et de 'L' Esprit des lois' "*. Genève: Slatkine Reprints, 1970.

pensamento de Bodin. Nesse estudo pretende apresentar algumas noções de ciência política que teriam aparecido pela primeira vez na obra de Jean Bodin e indicar em que medida estas noções teriam influenciado o pensamento de Montesquieu. Embora destaque que seria sua pretensão estudar algumas das teorias políticas contidas nos "*Seis Livros da República*" que se assemelhariam a algumas noções apresentadas por Montesquieu em seu "*Espírito das leis*", o fato de dedicar os quatro capítulos iniciais de seu livro ao estudo do pensamento de Bodin e apenas um breve e último capítulo à comparação do pensamento dos dois autores, parece indicar que Fournol preocupou-se fundamentalmente com o esclarecimento do pensamento de Bodin e do significado de sua obra.

No último capítulo denominado "*L'influence de Bodin, Montesquieu et Rousseau*", Fournol dedica-se ao aprofundamento dos diversos aspectos da influência de Bodin, não apenas na obra de Montesquieu, mas também no "*Contrato Social*" de Rousseau. Contenta-se, em relação a Montesquieu, a constatar as semelhanças e diferenças entre os dois autores e a influência de diversos aspectos estudados da obra de Bodin no *Espírito das Leis*. Constata, fundamentalmente, que ambos autores possuiriam a mesma concepção científica da história política.

Bodin e Montesquieu teriam sido motivados por um sentimento de horror: O primeiro, pelo odioso espetáculo da anarquia no período das guerras religiosas e o segundo, pelo horror ao despotismo. Ambos seriam homens curiosos, observadores metódicos e teriam formulado suas teorias sob o impacto dos acontecimentos de seu tempo. Nos dois homens encontramos a mesma paixão pelo estudo e pela ciência, o rigor do método.

Fournol pretendia em seu estudo pesquisar quais idéias, precisamente, Montesquieu teria extraído de Bodin e em que sentido as teria desenvolvido. Como observa, Montesquieu não fez referência aos seus predecessores, mas sua teoria do clima como princípio de distinção entre as formas de governo deixa vislumbrar nitidamente a influência de Bodin. Porém se, segundo Fournol, podemos encontrar na doutrina de Montesquieu a seqüência às idéias de Bodin, podemos encontrar, também, um abismo separando o pensamento dos dois autores.

A reflexão sobre o caos e a anarquia de seu tempo teria levado Bodin a defender a centralização autoritária do poder nas mãos do Estado e, por isto, para constituir o corpo

político, teria partido da soberania para edificar sua teoria. Montesquieu teria tomado o campo oposto, preocupando-se com os excessos do poder do Estado em relação ao súdito. Um verdadeiro horror ao despotismo teria motivado sua obra no sentido de constituir um sistema baseado nos direitos individuais e liberdade. Desta comparação, Fournol constatou que, enquanto Bodin teria fundamentado sua teoria nos direitos do Estado, Montesquieu pretendeu afirmar o direito dos indivíduos contra o Estado.

Fournol observa que, voltado para a liberdade individual, Montesquieu teria negligenciado a teoria da soberania e tal fato teria sido um dos principais elementos da crítica que Rousseau endereça ao *Espírito das Leis*. Ao tratar de sua doutrina da soberania popular, no *Contrato Social*, Rousseau teria observado que a soberania não poderia ser dividida nos distintos aspectos de força e vontade, executivo e legislativo, como pretendera Montesquieu, e a necessidade de uma divisão em poderes distintos denunciaria um vício de método.[93] Demonstra, assim, que Rousseau teria constatado a ausência de uma síntese do corpo social na obra de Montesquieu, que teria reduzido sua obra aos aspectos analíticos. Não teria procurado o fundamento legítimo e histórico da autoridade soberana e, por isso, não teria compreendido a origem da idéia de Estado, não podendo ver deste conceito senão fragmentos. A teoria da soberania seria global e central para a ciência política e Rousseau critica Montesquieu por ter despedaçado esta noção. [94] Todavia, esta seria uma crítica que Montesquieu já teria previsto ao afirmar no "*L'Esprit des Lois*" que não pretendia tratar de direito público e, portanto, não iniciara sua pesquisa pela origem das sociedades.[95]

Fournol apresenta em sua obra uma comparação entre a teoria dos climas de Bodin e Montesquieu e conclui que para ambos o clima exerceria uma ação sobre os costumes políticos, influenciando a tendência à servidão política de cada povo. Neste sentido, seria possível encontrar nos climas quentes uma fonte que elevaria a força e a coragem dos homens, enquanto nos climas frios seria a força do espírito que faria os homens capazes de ações mais penosas, demoradas e grandiosas.

Entretanto, para além da presença de idéias comuns, o que marcaria a distinção entre obras de Montesquieu e as de Bodin seria a própria concepção do objeto da ciência política.

---

[93] ROUSSEAU, Jean-Jacques. "*Contrat Social*", II, 2., comentadopor Fournoul, op.cit. p. 157.
[94] Ibidem, ibidem.

Enquanto em Montesquieu a concepção da política encontra-se voltada para a garantia dos direitos individuais, determinando a ausência de uma síntese do corpo político, levando a considerar a nação como o centro da política, em Bodin a síntese do corpo político seria a base de todo o sistema e o Estado seria o centro da ciência política. A pesquisa levada a cabo por Montesquieu não pretenderia encontrar a forma de governo ideal nem examinar abstratamente um povo em sua pura forma. Não teria buscado máximas de governo, mas ancorado sua concepção em uma idéia metódica da relatividade universal dos fenômenos políticos.[96] Isto teria constituído o triunfo do método da história cujas conseqüências já poderiam ser vislumbradas em Bodin.

Nos primeiros capítulos de seu livro, Fournol apresenta os principais aspectos da vida e obra de Bodin, acompanhados de uma análise dos *Seis Livros da República.* A família seria para Bodin a imagem, em plano menor e exato da República. O método de Bodin seria um procedimento que avançaria gradualmente através de acréscimos geométricos e analogias simbólicas. Para Bodin seria a família, e não o indivíduo, a unidade que forma a base que constituiria a República. Seria o pai de família, na condição de chefe da casa, a autoridade e a fonte de todo o direito político do qual o soberano não seria mais do que uma imagem.

O autor procura demonstrar que Bodin teria pretendido estabelecer um modelo universal e ideal de República, o qual, inicialmente, não seguiria a antiga doutrina da melhor forma de governo mas retiraria da idéia de um direito natural, universal e portanto único, a essência que idealmente subsidiaria a constituição de todo Estado.

Ao tratar do conceito de soberania, Fournol apresenta a definição de Bodin como o poder absoluto e perpétuo de uma República e explica tratar-se da *"ligação que une todos os cidadãos na República*" [97]. Observa que haveria nesta definição uma afirmação da

---

[95] Ver MONTESQUIEU, "*'L' Esprit des lois",* II, 2, comentado por, FOURNOL, op. cit. p. 166.
[96] FOURNOL observa que Montesquieu manifesta sua opinião de que a melhor da constituição seria a inglesa, mas apenas como uma preferência e não como um ideal. op. cit. p. 169.
[97] FOURNOL. op. cit. p. 39.

onipotência do Estado e, se esta soberania reside em um homem, o exercício de sua vontade não seria, entretanto, sem limites.[98]

É interessante compreender como Fournol analisa a concepção de soberania em Bodin. Contra os autores como Cujas que pretendiam encontrar no direito romano a base sobre a qual se edificaria a autoridade do direito moderno, Bodin ancoraria sua concepção de República no direito natural e a autoridade do soberano seria a imagem a autoridade natural do pai sobre a família:

> *Bodin (...) não distinguiria o **jus naturale** do **jus gentium**. O direito natural seria a essência comum a todos os direitos civis, o conjunto dos princípios reconhecidos por todos os povos e que depende de uma concepção jurídica ideal e universal* [99]

Em decorrência, o poder soberano não poderia ser ilimitado. Como a fonte do poder soberano é o direito natural, este direito limitaria os poderes do soberano porque também ele se encontra submetido às leis da natureza. [100] Além disso, também reconhece a limitação do poder soberano pelas *"leis relativas ao Estado e fundação do reino, uma vez que são anexadas e unidas à coroa*"[101]. Por outro lado o soberano não se encontra vinculado pelas leis civis, costumes, estados ou Parlamentos do reino: sua soberania os domina e lhes é superior. Os elementos que caracterizam a soberania garantiriam esta superioridade: a soberania seria o poder de dar à lei e comandar a todos em geral e a cada um em particular; o direito de declarar a guerra ou a paz; o direito de instituir os principais funcionários do Estado e o direito de *extrema provocatio*, isto é, o direito de justiça suprema de julgar em última instância. Esta teoria da soberania de Bodin que, para Fournol constituiria uma majestosa síntese, seria também o edifício sobre o qual se edificaria a monarquia absoluta.

Observa que, na teoria da soberania de Bodin, a noção do próprio princípio da soberania esataria ausente. Bodin partiria de uma constatação de quais seriam as

---

[98] Observemos que aqui FOURNOL reconhece o limite à vontade da pessoa que exerce a soberania. Mais adiante, ao analisar o problema do melhor governo e da monarquia, veremos que, todavia, tenderá a identificar o poder do monarca com o absolutismo.
[99] FOURNOL. op. cit. p. 40.
[100] Ibidem, ibidem.
[101] Ibidem, p. 41.

aracterísticas do poder soberano e de como ele se manifestaria de fato e a partir daí definiria este poder. Neste sentido, observa:

> "*Este poder terrível que vemos se elevar diante de nós, sobre o que se apoiaria? Qual a sua origem? E seu título? Direito divino? Vontade popular? Nós não sabemos. Não há nenhum ensaio metafísico político, nenhum esforço para legitimar a soberania. O método é puramente descritivo e de forma alguma justificativo. Assim apresentada, o que seria em última análise esta teoria? Nenhuma outra coisa além da afirmação solene do poder público. É declarado-nos que a República é dirigida por um poder absoluto e perpétuo e indicam-nos os direitos em que implicam esta fórmula implacável. A soberania se eleva subitamente diante de nós como um bloco de ferro.*" [102]

Fournol pretende demonstrar que, em sua formulação do conceito de soberania, Bodin teria criado um "*colosso solitário*", um monstro solene dotado de poder absoluto e perpétuo. A forma como Bodin concebeu os direitos do soberano teriam uma dimensão de imprescritibilidade e intagibilidade e seriam de tal forma amalgamados que não seria possível separar nenhum deles da totalidade de sua massa. Por este motivo, a doutrina da soberania seria um poderoso instrumento de centralização e sua aparente simplicidade teria se acomodado, mas também à complicada vida política e intelectual da França do século XVI .

Esse poder público não se apoiaria em nenhum princípio racional e seria apresentado como uma pura descrição apoiada nos exemplos que permitiriam constatar o plano geral da natureza. Tratar-se-ia, portanto, de um dogma e Bodin o apresentaria de uma forma tal que negá-lo seria um crime capital. A soberania representaria um tipo de autoridade metafísica e sagrada.[103] Esta seria a base sobre a qual, mais tarde, no século XVII, se assentariam as teorias que legitimariam a autoridade real, perpétua e absoluta do rei através do direito divino.

Embora Bodin reconheça a soberania monárquica como a mais representativa, admitiria também a existência das soberanias popular e aristocrática e, neste sentido, a idéia

---

[102] Ibidem, p. 48.

[103] Como veremos mais adiante, FOURNOL aqui reconhece o papel eminente com o qual Bodin reveste o corpo do Estado com pessoa pública. Entretanto não chega a compreender o caráter do Estado como *persona ficta* e separada da pessoa que exerce o poder. Também não reconhece na doutrina da soberania o aspecto fundamental da razão de Estado, elemento constitutivo da concepção moderna de Estado.

de poder público deveria ser tão admirável e sagrada no povo e no príncipe que a encarna.[104] Entretanto, não vê nesta teoria da soberania de Bodin nada além do que constatação de fatos políticos. Isto decorre do fato de, para Fournol, o conceito de soberania só poder ser justificado através da demonstração de sua origem no povo. Esta seria a forma necessária de toda a soberania e Fournol, aqui, pensa como um autor do século XIX, partindo da concepção de soberania popular de Rousseau, autor que, em última instância, se encontra em seu horizonte.

As críticas do autor são endereçadas ao fato de Bodin ter considerado a melhor forma de Estado a monarquia real, regime que se identifica com o absolutismo. Tendo ou não Bodin desejado, a impressão que ficaria para a posteridade de seu capítulo sobre a soberania seria a glorificação do poder público na forma de um bloco inquebrantável do Estado e a majestade soberana seria percebida como um ser supremo envolvido por uma auréola de consagração mística.[105]

Fournol observa que a distinção entre o Estado e governo de uma República seria uma das idéias mais fecundas de Bodin. A idéia de distinção entre a representação do poder público e o governo propriamente dito seria, de fato, a própria idéia da monarquia constitucional. Compreende que Bodin encarrega um homem ou uma família[106] da tarefa de encarnar de alguma forma a majestade do Estado e os envolve de todos os atributos estéticos vinculados à soberania, falando deles por meio dos mais nobres adjetivos e, todavia, organiza o governo fora deste âmbito, segundo um modelo extremamente complicado.[107] Esta concepção de Bodin teria possibilitado a fórmula "*o rei reina, mas não governa*". Porém, Bodin não teria de fato se convencido de que o governo poderia ser organizado fora da esfera de poder do rei. Fournol concebe a teoria da soberania de Bodin

[104] Como podemos observar, FOURNOL chega a vislumbrar o caráter extrapessoal e metafísico da autoridade soberana na sua condição de poder público. Entretanto não chega a explorar este caminho, preferindo concluir, como veremos adiante, que a concepção de Bodin é absolutista.
[105] Resta aqui, também, a impressão de que, para FOURNOL o poder público, o Estado, seria um monstro maléfico. Identifica o poder público, representado pela figura do Estado com o absolutismo e parece lançar contra Bodin os mesmos temores ao poder do Estado que inúmeros críticos endereçaram ao Leviatã de Hobbes.
[106] Na verdade não atribui à tarefa de representar o poder público apenas um homem ou uma família, mas a um homem, no caso da monarquia, alguns homens, no caso da aristocracia ou a totalidade do povo, no caso da democracia.
[107] FOURNOL. op. cit. p. 54.

como um ídolo, um dogma monárquico de caráter absolutista. Para ele, de longe e em seus aspectos gerais, a separação entre Estado e governo elaborada por Bodin poderia parecer um espírito de tendências liberais, mas discorda de autores como Baudrillart que veriam em Bodin um defensor de uma monarquia constitucional.

Assim, na opinião de Fournol, embora pudesse ter sido um homem de tendências liberais, as teorias de autores como Hotman que defendiam a superioridade do poder do Parlamento e o espetáculo de anarquia e sanguinolência contemporâneo, teriam levado Bodin a atribuir à soberania um caráter mais imperioso. Bodin teria visto na autoridade soberana a saída para a condição de governo e Estado degradados e dominados por incontroláveis paixões humanas. Para Fournol, seu espírito dedutivo pretendeu dar a esta necessidade política a aparência de uma demonstração rigorosa. Teriam sido o desejo de uma ordem reguladora, característica de seu tempo, e sua natureza lógica, que teriam conduzido Bodin ao absolutismo. Bodin teria construído uma temível teoria da soberania e a teria entregado nas mãos de um monarca, submetendo, em última análise, tudo ao seu arbítrio e atribuindo à sua sagacidade em alternar os governos aristocrático e democrático a possibilidade de fazer reinar a harmonia.

Assim, Fournol acredita ter reencontrado no fundo da teoria de Bodin a aparência do "melhor governo" que constituiria na verdade a expressão das esperanças políticas de uma geração de homens fatigados por um longo período de anarquia.

O Estado seria concebido como um ídolo absoluto e para ele teriam se inclinado escritores e filósofos que procuravam a melhor forma de governo, idéia que dominou a política desde os antigos gregos e que teria permanecido inconscientemente por traz da concepção medieval de monarquia universal. Mas teria sido, sobretudo, a concepção de unidade da natureza humana, a crença do homem como animal naturalmente sociável, o ideal abstrato que teria fornecido a Bodin o ideal de um governo abstrato. Bodin justificaria aquela que seria para ele a melhor forma de governo não simplesmente por um tipo geral de homem, mas por um plano universal, que satisfaria às leis da natureza. Seria, mais uma vez, uma prova do gosto particular de Bodin pela simetria simbólica. [108]

[108] Ibidem, p. 115.

Por este motivo, de acordo com Fournol, Bodin teria buscado, na diversidade profunda dos homens e na variedade de Estados, as leis da natureza que se esconderiam por detrás destas instituições. Se Bodin, por causa da tendência autoritária e centralizadora de seu espírito e por sua concepção formal de ciência e do mundo, teria caído no antigo erro do governo perfeito, teria sido graças à sua preciosa faculdade de observação que teria sido iniciada uma nova concepção, totalmente relativa, da ciência política.

2.2.2 Friedrich Meinecke

A análise da obra de Meinecke se fez necessária pelo fato de seu livro, o clássico "*A doutrina da razão de Estado e seu lugar na história moderna*" [109], permanecer para muitos, ainda hoje, como diretriz para a interpretação do pensamento Bodin. Entretanto, em sua maior parte, os leitores de Meinecke não atentam para as condições sociais, culturais, políticas, psicológicas e, enfim, históricas da Alemanha à época em que escreu sua obra. A unificação da Alemanha por Bismarck e a construção da ideologia nacionalista alemã do *Reich* constituíram o pano de fundo a partir do qual Meinecke edificou sua análise do pensamento de Bodin e fundamentaram sua concepção de razão de Estado. Como veremos, a vigorosa concepção de *ratio status*, razão de Estado, de Meinecke, que permanece até os dias de hoje como um dos mais excelentes trabalhos sobre a matéria, e sua particular teoria sobre o Estado tem profundas raízes no pensamento alemão do século XIX. As influências de Goethe, Ranke e Humboldt são explícitas e objetos de estudo do próprio autor. O positivismo, por sua vez, aparece implícito e oferece o plano geral que permite criticar e ao mesmo tempo incorporar elementos do romantismo de Novalis, Schiller, Schleguel e do idealismo de Fichte e Hegel.

[109] MEINECKE foi autor de inúmeros e importantes estudos no campo da história, filosofia política e história das idéias. Entre suas obras podemos destacar: *Weltbürgertum und Nationalstaat* de 1907, *Die Idee der Staatsräson in der neueren Geschichte*, de 1925, *Die Entstehung des Historismus* de 1936, *Die Deutsche Katastrophe* , de 1946 e *Ranke und Burckhardt* de 1947.

Friedrich Meinecke foi um dos mais importantes estudiosos da história das idéias do início do século XX. Seu trabalho representou uma profunda revisão no pensamento histórico alemão tradicional e trouxe elementos novos para o debate do papel do homem de Estado e da razão de Estado na concepção política moderna. Como muitos outros intelectuais alemães do mesmo período, Meinecke atravessou uma profunda crise com a emergência do pensamento autoritário e do nacional socialismo. Inspirado pelo humanismo de Herder, Humboldt, Ranke e principalmente Goethe, o pensamento de Friedrich Meinecke corresponderia ao que Wilhelm Dilthey denominou de idealismo objetivo: o Estado seria concebido a partir de uma analogia com a mente e corpo humanos, seria um organismo individual dotado de uma alma que encarna, objetiva e fornece valor a todo fragmento e parte.[110] Cada Estado seria como um indivíduo, um fenômeno único, passível de ser estudado e compreendido objetivamente, uma vez que seu desenvolvimento seria determinado pela manifestação de sua vitalidade própria, que poderia ser denominada de seu espírito. Trata-se de uma visão otimista segundo a história do Estado seria inspirada, ordenada e definida por uma força vital que lhe atribuiria sentido moral e cultural. Em cada parte emergiria essa força vital que manteria o sentido e o progresso coerente do todo.

No momento em que escreveu o livro que tem como tema central a razão de Estado, Meinecke se interessava por estudar a *realpolitik* de Bismarck e a organização do novo *Reich*. [111] A complexidade social que articulava burgueses em ascensão e classes médias ao ideal de nacionalismo, baseado na tradição e no romantismo de Wilhelm von Humboldt, Schiller, Novalis e Friedrich Schleguel teria contribuído, segundo Meinecke, para a concepção idealizada de um simbolismo da nação germânica, baseada em um império universal, nos moldes medievais cristãos.

Esta complexa ideologia da sociedade alemã, que teria levado à rejeição do racionalismo e do individualismo, foi o principal objeto de estudo de Meinecke, obrigando-

---

[110] Ver introdução de Werner STARK à edição inglesa do livro de Meinecke. MEINECKE, Friedrich. "*The Doctrine of Raison d'Etat and its place in Modern History*". New Brunswick: 1998, Transaction Publishers.

[111] *O problema da razão de Estado encontrava-se, no final do século XIX na ordem do dia. Iniciava-se o processo que naturalizaria e daria ao conceito de nação um valor universal. A idéia de que a razão de Estado não constituía um artifício perverso e maligno, mas uma faculdade natural do Estado, responsável pela sua sobrevivência, análoga à razão no homem, era fundamental para garantir a constituição de um eficiente aparato administrativo e legal e legitimar ações de agressividade internas e externas .*

o a se defrontar com alguns dos principais problemas da análise filosófica da política. O caminho anunciado pelos fatos na Alemanha fez com que se debruçasse sobre os inúmeros problemas relativos à ação individual e às tendências objetivas da história. Um desses problemas referia-se à relação entre a disposição individual e responsabilidade pessoal na ação política e as forças supra-individuais, tais como circunstâncias, tendências objetivas, tendências coletivas. Meinecke conclui que a personalidade política poderia alcançar a estatura de realização histórica somente através de uma dura, penosa e freqüentemente trágica luta com as forças supra-individuais. [112] Acaba reencontrando o antigo problema da liberdade versus a necessidade, o que o faz retomar a leitura de Maquiavel e a relação entre *fortuna* e *virtú*.

Meinecke pretendia ter percebido na ação de Bismarck, em direção à formação do *Reich* um engenhoso maquiavelismo, que pretendia excluir os excessos da ideologia liberal individualizante e do catolicismo, reduzindo assim o poder do território liberal de Baden e da católica Bavária, em favor de uma modernização através da centralização do poder sob a forma de um regime autoritário , mas com alguns mecanismos pré-democráticos, permitindo, assim, maior participação no poder da Prússia, populações do Reno e Westphalia. Na opinião de Meinecke, tratava-se de uma organização genial, da construção de uma máquina perfeitamente harmônica que unificava a diversidade de territórios através do ideal romântico do nacionalismo excluindo a Igreja e o individualismo concorrencial. Meinecke vê ali uma nova formação do Estado nacional, totalmente distinta da experiência francesa ou inglesa dos séculos anteriores. O Estado que se forma é um grande organismo que ultrapassa a concepção de uma simples máquina harmônica. O que o distingue é o espírito que emerge do corpo unificado: a cultura e o ideal nacionalista germânico.

A partir destas questões Meinecke desenvolve uma teoria segundo a qual a vida social e política dos homens tem lugar entre duas esferas da realidade. Em uma, as idéias são desenvolvidas: cultura, religião, arte, filosofia e ética dominam. Em oposição a esta, uma outra, na qual idéias não têm lugar e as coisas ocorrem por si mesmas, sem sentido nem significado, a partir da causalidade natural, da necessária, independente e incontrolável força da natureza. A ação humana encontraria seu lugar de existência nesta obscura região

[112] Ibidem, ibidem, p. xxvii.

entre Espírito e Natureza, Ser e Dever Ser, Vontade de poder e obrigação. O problema da liberdade versus necessidade permaneceria como uma antinomia sem solução.

Foi com os olhos voltados para essa impossibilidade que Meinecke procurou encontrar em Maquiavel e nos teóricos da razão de Estado a compreensão para a natureza do Estado Moderno. A razão de Estado seria a condição própria da política por excelência e encarnaria esta dúbia condição humana entre a vontade de poder e a necessidade. Ao escolher a razão de Estado como objeto de seu livro, Meinecke tinha em vista provar ao mundo que a Alemanha não teria sido o único país que, nos tempos modernos, teria levado a cabo uma política de unificação baseada na força e poder armado. A teoria do maquiavelismo teria sido desenvolvida pelos italianos e a aplicação da doutrina da razão de Estado teria encontrado sua maior realização na França, com Richelieu, após um conturbado período de guerras internas que teria culminado com o massacre da S. Bartolomeu, também concebido sob o auspício da razão de Estado. E, mesmo entre os ingleses, a máxima "*my country, right or wrong*" [113] demonstraria que, em matéria de política, a ética e moral eram secundárias quando comparadas às necessidades do Estado.

Em sua investigação, Meinecke procurou descrever e distinguir realismo e moralismo. Homens como Maquiavel viam o mundo como ele era, enquanto homens como Hugo Grotius viviam em um mundo de sonhos perseguidos pelas fantasmagorias do melhor Estado e de uma idealizada lei natural. Segundo Meinecke, os políticos são homens realistas e tentam conhecer e entrar em acordo com os fatos e com as forças que movem a mecânica política. A vontade de poder é, portanto, articulada à possibilidade que o limite da necessidade pode oferecer.

Segundo a concepção dialética da política de Meinecke, o Estado seria concebido como um indivíduo, análogo a um organismo, cujo alimento seria o poder. A vontade de poder seria o elemento que interagiria sobre as necessidades e limites da natureza, possibilitando sua superação e o progresso do próprio Estado. O campo da política seria assim totalmente distinto da moralidade e o Estado lutaria por sua sobrevivência com todas as forças de que dispõe, da mesma forma que um homem qualquer luta por sua vida, incorporando a experiência desta luta como superação de si.

A leitura das obras de pensadores do século XVI como Maquiavel e Bodin levou Meinecke à conclusão de que o estabelecimento do Estado de Direito pode e em geral é realizado por meio de métodos contrários à lei e à ordem. A necessidade de superação imposta pelo conflito entre a vontade e a obrigação freqüentemente teria levado ao uso da força e de meios violentos para o seu estabelecimento. Isto constituiria a famosa fórmula segundo a qual a realização de bons fins pode requerer o uso de deploráveis meios.

Assim, a prática geral do princípio da *ratio status*, que consiste na busca de fins políticos e especialmente do poder político, através de todos os meios necessários, mesmo que se trate do mais imoral, se apresenta a Meinecke como um típico fenômeno da esfera intermediária entre o ser e dever ser, a liberdade e a necessidade, vontade e obrigação e entre o Espírito e a Natureza, nos quais o homem tem sua existência.[114]

Entretanto, Meinecke procurou demonstrar que, para além da máxima segundo a qual os fins justificam os meios, como usualmente é descrita a doutrina de Maquiavel, o autor do Príncipe teria estabelecido um princípio de acordo com o qual o fim controla e determina os meios. Isto significa que o fim político determina todo o desenvolvimento, por meio da ciência e tecnologia, de meios cada vez mais poderosos para o controle das condições que permitem atingir o fim desejado.

O livro dedicado à razão de Estado "*Die Idee der Staatsräson*" [115], que em sua parte dedicada a Bodin sintetizamos aqui, apresenta como subtítulo o termo *Machiavellism* . De fato, para Meinecke, Maquiavel teria sido o antepassado e precursor da política moderna porque teria rompido com as buscas por modelos de Estados ideais e trazido a especulação sobre o Estado para o campo concreto.

Meinecke localiza Bodin e Maquiavel no período que denomina de *idade do nascimento do absolutismo.* Bodin teria reagido ao maquiavelismo que dominava a política francesa de sua época e estabelecido uma doutrina de razão de Estado independente e autônoma. A partir da idéia fundamental de lei, Bodin pretenderia compreender a condição de legalidade autônoma do Estado que permitira constituir em sua inteireza as condições de

---

[113] Ibidem, ibidem, p. xxx.
[114] Ibidem, ibidem, p. xxxii.
[115] Usaremos a edição inglesa "*The Doctrine of Raison d'Etat and its place in Modern History*" de 1998. op. cit.

pleno poder, livre das amarras feudais e teológicas da sociedade medieval. O grande mérito de Bodin estaria em deliberadamente ter estabelecido o princípio de que todo o Estado é fundado em uma lei, criando a noção de Estado Constitucional e colocando a serviço desta idéia toda a sua capacidade intelectual.[116]

Bodin teria pretendido colocar os interesses do Estado fora do domínio da Igreja e das paixões sectárias e teria voltado o Estado para dentro de si mesmo através unicamente de elementos jurídicos. No processo em que estabelecia as características legais do supremo poder do Estado, Bodin teria descoberto a admirável idéia de soberania que, embora tivesse sido objeto de suspeita de autores anteriores, jamais tinha alcançado a clareza e riqueza de conteúdo que adquire com Bodin.

Meinecke, entretanto, acredita que Bodin não teria distinguido a questão *do que seria a suprema autoridade dentro do Estado da questão do que é a suprema autoridade do Estado*.[117] O principal problema residiria em uma mistura entre duas questões, a entidade espiritual do Estado e os órgãos que o representam. Esta seria, segundo Meinecke, uma tendência característica da época dirigida a um tipo mais concreto de pensamento e também seria encontrada em Maquiavel.[118]

Neste trabalho pretendemos demonstrar que Bodin não apenas estabelece uma clara distinção entre o Estado e o governo, isto é, entre o poder soberano institucionalmente estabelecido e os órgãos de governo que executam a vontade soberana, como também distingue plenamente a pessoa que representa o Estado da instituição do Estado como pessoa pública. Meinecke, entretanto, lê Bodin com os olhos de um alemão do início do século XX. Interessa-lhe reconhecer o espírito do Estado, um corpo coletivo dotado de um tipo de razão própria, a *ratio status*, que lhe permitiria lutar como um organismo vivo pela sobrevivência. A concepção de Meinecke é teleológica e o espírito do Estado seria fruto do progresso da história. Assim, com Bodin, a idéia de Espírito do Estado se encontraria ainda em seus primórdios, muitos passos distante da síntese conceitual que permitiria a perfeita

[116] MEINECKE. op. cit. p. 57.
[117] Na edição inglesa "*the question of what is the supreme authority* ***whithin*** *the State from the question of what is the supreme authority* ***of*** *State*." O grifo é do autor. op.cit. p. 57.
[118] MEINECKE, op. cit. p. 57.

concepção do espírito do Estado. Bodin, por sua vez, ao introduzir a distinção entre Estado e governo pretende privilegiar a concepção moderna do Estado como poder público de um lado e administração pública de outro. Voltaremos a esse ponto nos capítulos seguintes.

Embora reconheça que a teoria de Bodin tenha sido crucial para a constituição do Estado moderno e para a idéia de que o Estado tem sua própria natureza espiritual, para Meinecke Bodin não teria separado a pessoa que representa o Estado da própria autoridade do Estado. Bodin teria sido, em conseqüência disto, para Meinecke, um dos fundadores do absolutismo monárquico.

A análise de Meinecke apresenta aspectos contraditórios. Ao tratar mais adiante da concepção de *ratio status* em Bodin, Meinecke chega a vislumbrar o papel do governo como o princípio administrativo e verdadeiro centro articulador da República, o que colocaria a figura do soberano no plano exclusivamente jurídico e constitucional. Embora reconheça a importância para a história das idéias do conceito de soberania, tal como é formulado por Bodin, Meinecke critica sua concepção de indivisibilidade do poder soberano. Bodin teria se equivocado ao distinguir o direito soberano do Estado, em geral, do que seria o soberano direito dos instrumentos supremos do Estado. Para Meinecke, Bodin teria sido seduzido pela visão do absolutismo em ascensão e atribuído ao conceito de soberania uma forma rígida que impediria sua aplicação a Estados que não fossem governados de maneira absolutista. [119] Meineke toma equivocadamente a análise e defesa que Bodin faz da forma de Estado monárquico como prova de sua adesão ao absolutismo monárquico.

Para compreender o sentido que Meinecke atribui à República de Bodin, é necessário manter em mente que o objetivo de seu livro é demonstrar que a razão de Estado é um conceito que teria freqüentado as obras dos intelectuais e agentes da política moderna desde

[119] Meinecke,aqui, tem os olhos voltados para o Sacro Império Romano Germânico e sua constituição de 1667. A partir do estudo da obra de Pufendorf sobre o problema, Meinecke especula a respeito do lugar da soberania em uma federação de Estados, como seria o caso do Império Germânico. Observe-se que é crucial para Meinecke a compreensão da constituição do Império para sua posterior análise da constituição do Estado unificado alemão, no *Reich*. A partir da análise de Pufendorf, Meinecke pretendia demonstrar que, mais do que uma federação de distintos Estados, sem um poder central indivisível e unificado[119], o Império, embora composto de uma série de territórios governados autonomamente, constituía um individual organismo político vivo. Ver MEINECKE. op. cit. p. 228.

seus primórdios. Neste sentido, afirma que os *Seis Livros da República* de Bodin teriam sido cruciais por terem apontado um dos princípios centrais da *ratio status*: o soberano deve ter liberdade na escolha dos meios e acima de tudo, deve possuir independência, o que lhe permitiria agir de acordo com as contingências. Meinecke encontra em Bodin o autor de uma teoria que coloca as necessidades racionais do Estado acima de toda lei e costume.

Segundo Meinecke, o que seria original na abordagem de Bodin seria o fato de sua teoria ser potencializada por argumentos legais e lógicos. Bodin teria demonstrado que a natureza da soberania seria a de não dever nenhuma lealdade a nenhum poder e a nenhuma lei porque não é possível para ninguém criar obrigações para si mesmo por meio de suas próprias leis. Sustentado por este aparato legal e lógico, Bodin teria demonstrado a natureza indivisível e una da soberania.

Embora a idéia de razão de Estado não tenha chegado a ser dominante, segundo Meinecke permaneceria de forma latente como idéia central. Bodin não teria abandonado completamente a busca pelo Estado ideal. Segundo Meinecke, esta busca seria contraditória com a idéia de *ratio status* porque, segundo esta doutrina, não se pode pensar em um modelo ideal quando se trata cada Estado como uma individualidade de corpo e espírito, fruto de um desenvolvimento histórico próprio e diferenciado. Todavia, reconhece que Bodin teria sido capaz de compreender que não haveria uma forma ideal de Estado, mas diferentes Estados individuais, cada qual com sua própria vida de acordo com sua especial condição. Sem que a tivesse explicitado, Bodin teria iniciado a investigação a cerca da natureza individual do Estado.

A análise do conteúdo geral dos *Seis Livros da República* levou Meinecke a afirmar que a concepção de Estado que articula a obra estaria inteiramente imbuída do espírito da *ratio status*: Seria melhor preservar o pior Estado concebível, do que não ter Estado algum. Em relação às leis, seria um erro supor que se poderia transferir a melhor das leis de um Estado estrangeiro, pois nenhuma lei pode ser transferida e tomada em sua forma absoluta: deve ser sempre maleável a ponto de se transformar de acordo com a necessidade e vontade soberanas. Da mesma forma que Maquiavel, também Bodin afirmaria que o soberano deve

ter a coragem de salvar o Estado ainda que com ignomínia.[120] Além disso, para Bodin, nada poderia ser considerado vergonhoso se disto dependesse a salvação do Estado. [121] É interessante observar que, para Meinecke, a razão de Estado em Bodin teria uma conotação burguesa e utilitária, porque glorificaria a paz e o Estado constitucional.[122]

Meinecke dá uma particular e importante atenção à noção de governo em Bodin. Embora compreenda o caráter articulador e operatório do conceito de governo nos *Seis Livros da República*, não chega a formular uma interpretação do tema, possivelmente porque, cegado pela sua própria concepção de corpo e espírito do Estado e voltado apenas para a busca da *ratio status*, nos moldes em que a concebera, acabou por desprezar todo elemento que o pudesse conduzir a uma direção diversa.

Para Meinecke, embora não tenha formulado um conceito de razão de Estado abrangente, Bodin teria chegado ao princípio da *ratio status*. Esta concepção se revelaria na distinção entre a forma como o Estado é administrado, a *ratio imperandi* ou *ratio gubernandi*, da forma particular do Estado, o *status.* Bodin teria, segundo a ótica de Meinecke, distinguido entre o conteúdo da vida ativa do Estado e a forma permanente do Estado e tomado para si a tarefa de investigar a conexão entre a forma e as leis do Estado e a natureza individual de seu povo. Entretanto, segundo Meinecke, a execução deste projeto não teria encontrado suficiente desenvolvimento na história das idéias para ser adequadamente executada e Bodin teria podido, apenas, ser capaz de traçar as diferenças entre as nações e formas de Estado através de rústicas diferenciações de geografia e clima.[123]

Esta tendência para a individualização não teria, todavia, diminuído o desejo de Bodin por encontrar um modelo ideal, universal e absoluto para o Estado. Seu desejo de encontrar uma base firme de sustentação legal e moral em meio à fluida e mutável matéria

---

[120] Ibidem, p. 60.
[121] Ibidem, p. 63.
[122] Ibidem, p. 60. É necessário observar que a concepção de Meinecke sobre a guerra, até a década de 20, era proveniente da influência de Ranke. Este historiador afirmava que a experiência demonstrara que a guerra pertencia à rotina normal da história e, como toda a história seria divinamente inspirada, ao menos em seus aspectos gerais, a guerra não poderia ser concebida como um completo mal. Para Meinecke a guerra possuiria algum valor positivo e pertenceria à ordem espiritual e moral e não à esfera dos interesses e ambições perversas. Ver STARK, Werner. op. cit. p. 57.
[123] MEINECKE. op.cit. p. 61.

do Estado o distinguia de Maquiavel, cuja tendência seria mais relativista porque estava voltada para a conquista imediata do poder em um determinado Estado. Bodin, por sua vez, pretendia abarcar todo o fenômeno estatal através de uma conexão universal, eterna e inquebrantável. Por este único motivo, teria libertado a vontade soberana do Estado das amarras da vida medieval, quando cada senhor era soberano em seu território, a fim de submetê-la a um tipo mais elevado de soberania. Isto teria sido necessário para garantir uma fundamentação legal, absoluta e universal, para a sua tese da autoridade soberana do Estado. Para que existisse uma única e soberana vontade do Estado, deveria existir uma correspondente, única e soberana, vontade do mundo, uma vontade de valor universal que manteria através da unidade do mundo todas as coisas firmemente ligadas. Sem este limite, a vontade soberana do Estado tenderia a degenerar em ação arbitrária, relativizada e levando à dissolução de toda autoridade da lei. [124]

Na verdade, Meinecke observa que Bodin seguia uma longa tradição, segundo a qual seria dupla a origem suprema da lei: Deus e a Natureza. Harmonizados entre si, os comandos destas duas fontes seriam indissolúveis e deveriam nortear todas as circunstâncias. Bodin, entretanto, teria combinado esta concepção antiga de lei natural e divina, isto é, a soberana, absoluta e una vontade do mundo com a soberana vontade do Estado, incorporando no campo da política o poder espiritual às necessidades da razão.

Por este motivo Meinecke observa que o fato de Bodin afirmar que o soberano encontra-se desvinculado das leis não significa que estaria desvinculado de toda lei. Em sua condição de absoluto e universal, o conceito de soberania do Estado exige a admissão da existência de um poder mais elevado em relação ao próprio mundo. Assim, da mesma maneira que cada elemento do Estado encontra-se submetido à lei e à vontade soberana do Estado, cada elemento do mundo encontra-se submetido à lei e à vontade soberana do mundo, isto é, às leis Naturais e de Deus.

---

[124] Ibidem, p. 62.

2.2. 3 Jean Moreau-Reibel

Jean Moreau-Reibel foi o autor de um dos estudos mais completos sobre o pensamento de Bodin: *"Jean Bodin et le Droit Public Comparé dans ses repports avec la Philosophie de L 'Histoire*"[125].

Seu interesse pelo pensamento Bodin foi despertado por suas pesquisas dedicadas à origem da sociologia moderna. Interessou-se em particular pela relação entre a história universal e o direito comparado e, para compreender melhor o pensamento de Bodin e o valor de sua obra, estudou o "*Methodus ad facilem historiarum cognitionem*".[126] Esse livro, que Bodin concebeu para ser um método para adquirir conhecimento da história, tinha como finalidade apresentar "*a utilidade da história em termos fáceis como forma para preparar o leitor a se conduzir no labirinto dos tempos sem se perder na multidão de histórias de todos os tempos e de todos os países que lhe oferece sua épocd*' [127]. Para além do que todos os filósofos e historiadores tinham proposto para a história, Bodin teria procurado extrair da história uma ciência e, como nota Moreau-Reibel, não se trata de fazer da história uma ciência, mas encontrar na história os elementos para a fundação da ciência política.[128]. Bodin teria atacado o problema fundamental da técnica política, qual seja, a relação entre os órgãos governamentais, abrindo caminho para o direito público moderno. Mas seu maior mérito, aos olhos de Moreau-Reibel, teria sido a confrontação metódica dos

---

[125] MOREAU-REIBEL, Jean. *"Jean Bodin et le Droit Public Comparé dans ses repports avec la Philosophie de L 'Histoire"*. Paris: J. Vrin, 1933.

[126] MOREAU-REIBEL pretende ter encontrado no "Methodus" de Bodin um programa de renovação dos estudos jurídicos da história.Para ele, nessa obra, Bodin traça um vasto programa que propõe a distinção da história humana da história natural e divina, os diferentes tipos de obras humanas e a análise da história e de suas partes integrantes. "D*o ponto de vista em que Bodin se coloca, não se trata de compor o todo que é a história, mas de a decompor de uma maneira racional para que o estudo possa ser verdadeiramente metódico*". Assim, a análise que nos propõe Bodin constitui uma análise lógica que visa a um discernimento das categorias históricas. MOREAU-REIBEL, Jean. op. cit. p.p. 41 -60.

[127] MOREAU-REIBEL, Jean. op. cit. p. 41.

[128] Para Bodin, a história não pode ser uma ciência, porque não há ciência dos fatos particulares. Mas, para além da crítica histórica e da análise das relações morais e políticas, que são o objeto dos três primeiros capítulos do "Méthodus", aparece um outro uso da história , ou uma outra maneira de a considerar. Embora não seja ainda a ciência do Estado e de seus elementos, que não poderiam constituir do ponto de vista estritamente bodiniano uma ciência, e que seria proveniente da aplicação do direito à história, é um método que pretende descobrir as essências permanentes na natureza contingente das existências que os suportam. Ver. MOREAU-REIBEL, Jean. op. cit. p. 70.

princípios teóricos do Estado com o direito positivo dos principais Estados, combinando construção jurídica com observação.

A análise comparativa das diversas constituições teria permitido a Bodin conhecer os poderes essenciais e apresentar sua teoria apoiada por uma extensa experiência comparativa, diversamente das discussões de teses políticas tradicionais. Isto teria permitido a Bodin contrariar a posição tradicional, estabelecida desde Polybio a respeito dos governos mistos. *"(...) Bodin, que não se deixa dominar por nenhuma autoridade, ousará colocar as mãos sobre este ídolo que se tornara o regime misto, em virtude de sua noção rigorosa de uma parte e de sua pesquisa comparativa de outra*."[129]

A ciência de Estado, que Bodin pretende constituir a partir da análise das instituições e das sínteses de filósofos e historiadores, seria fundamentada na comparação das estruturas e do desenvolvimento entre os Estados antigos e modernos. Esclarecendo a história universal das repúblicas, tornar-se-ia possível determinar as relações necessárias que uniriam um tipo de lei a uma determinada forma de Estado. Esta seria a grande vantagem do método comparativo: permitir unir razão e experiência, a análise jurídica à observação concreta. Neste sentido, a união da história universal ao direito público adquire um sentido mais profundo e a ciência política pode adquirir um método próprio e estabelecer um conceito de Estado. A análise da idéia de Estado passa, na obra de Bodin, por uma decomposição dos elementos e são considerados seu funcionamento e articulação concretos em cada época.

Jean Moreau-Reibel ressalta o fato de Bodin ter sido um dos primeiros a valer-se do método comparativo. A história universal teria lhe fornecido a matéria de comparação entre as estruturas estatais e permitido estender a análise do direito para além dos limites do direito romano. Para este autor, Bodin não teria partido de teorias políticas no sentido geral da palavra. Sua orientação, por sua experiência, seria aquela de um jurista que, após criticar os esquemas tradicionais em voga nas escolas, se eleva à noção de direito universal.

Seria precisamente o estudo deste direito universal, em sua parte positiva, o "*jus gentium seu commune*", ilustrado pela história universal, e a aplicação do método comparativo que teriam permitido a Bodin renovar o direito público. O esforço maior de

Bodin, para Moreau-Reibel, parece ter sido discernir a aparência da realidade, o poder fictício da autoridade real. Tal exercício teria libertado Bodin das questões clássicas, renovadas pelo humanismo e especialmente pelas discussões intelectuais do período que vai de 1555 até 1565, época na qual prepara suas obras.

Segundo Moreau-Reibel, a dupla originalidade do pensamento de Bodin residira em, de um lado, determinar esquemas científicos inteligíveis e, de outro, procurar reconhecer nas condições exteriores constantes, como a natureza dos povos, a coerência que uniria um grupo social e o papel do meio físico na gênese das instituições.[130]

Para o autor, enquanto no *Methodus* Bodin pretenderia estabelecer um método que possibilitasse, a partir dos dados da história, constituir uma ciência, na República, a análise do natural dos povos visaria conhecer a forma de governo mais apropriada para cada povo, determinando assim o que lhe é natural. Acima dos dados contingentes e efêmeros, da variedade humana, Bodin pretenderia encontrar um critério capaz de determinar um elemento estável. Este elemento estável seria o natural dos povos, o qual teria tal grau de determinação em suas histórias, que não poderia mudar senão por uma grande violência ou longa disciplina.

Entretanto, Moreau-Reibel ressalta que Bodin insiste, desde o início, que nenhuma influência de astros ou do meio físico seria absolutamente necessária. A teoria do clima constituiria um princípio de explicação universal, mas não exclusivo e que deve ser acompanhado de uma minuciosa interpretação das influências culturais. Segundo Moreau-Reibel, Bodin parece tentar, através da idéia de natural dos povos, estabelecer uma psicologia elementar dos povos. Destinado a dar conta de toda a história humana, seu método pretenderia reconhecer as particularidades, reduzindo a diversidade dos homens a um certo número de princípios. Através de um poderoso método de análise e síntese, Bodin teria colocado em questão a natureza estável dos homens. O papel do clima representaria

---

[129] MOREAU-REIBEL, Jean. op. cit. p. 60.

[130] Os estudos de Bodin que tratariam do papel do meio físico na gênese das instituições ficaram conhecidos como "*teoria do clima"*. Segundo MOREAU-REIBEL, a designação de "*teoria do clima"* aludiria apenas a uma noção vaga de influência do clima e não seria capaz e expressar toda a complexidade da doutrina de Bodin. A designação da teoria de Bodin por teoria do clima denota uma leitura de Bodin a partir e por meio de Montesquieu. Ver Jean MOREAU-REIBEL. op. cit. p. 71.

um meio de circunscrever grupos homogêneos, fornecendo junto com a geografia e cosmografia os elementos cuja articulação permitiram compreender a natureza única de cada povo.

A "*República*" pretenderia estabelecer o princípio da autoridade política no direito, em particular no direito público. Neste sentido, para Moreau-Reibel, a "*República*" teria por objeto o direito público e o método que determinam seus princípios e aplicações. Assim, a República "*seria menos a obra de um grande político do que aquela de um grande legista, mais a de um herdeiro de Beaumanoir do que de um herdeiro de Maquiavel*" [131]. Moreau-Reibel observa que, com Bodin, o direito público "*negligenciado em proveito do direito privado (...) torna-se a armadura essencial de toda a ciência política*" [132].

O método comparativo, no estudo do direito público, teria permitido a Bodin estabelecer não apenas o espírito de cada regime, como aspirou mais tarde Montesquieu, mas estabelecer em cada regime "*a sua técnica própria*"[133]. Seu maior mérito, para Moreau-Reibel, teria sido "*ter concebido a estrutura e o jogo das instituições*". Bodin teria retirado toda a força de sua teoria do quadro sintético de princípios e regras que constituiriam o que Moreau-Reibel denominou de um tratado de Direito Público Geral e no qual podemos encontrar toda a doutrina do desenvolvimento dos Estados[134]. Segundo Moreau-Reibel, a República seria o resultado da união e adaptação recíproca do método dedutivo e indutivo ou comparativo. Na República:

> (...) *de uma parte os princípios seriam mais nitidamente determinados pela mais pura dedução jurídica, de tal maneira que os elementos a priori do Estado, as categorias da soberania e o poder público, apareceriam como pedras angulares em pleno relevo, em todas suas saliências.* [135]

São vários os intérpretes de Bodin que encaram a República como uma espécie de enciclopédia, sem pé nem cabeça, sem uma organização geral ou uma estrutura. Moreau-

[131] MOREAU-REIBEL, Jean. op. cit. p. 135.
[132] Neste sentido, do ponto de vista de Bodin, a ausência do estudo do direito público no desenvolvimento político teria levado a obra de Maquiavel a um vício interno que impediria de compreender a verdadeira natureza da política, transformando-a em uma coleção de receitas para conquistar , estabelecer e conservar o poder e não em um corpos, de preceitos para estabelecer e conservar um Estado. MOREAU-EIBEL, Jean. op. cit. p. 136.
[133] Ibidem, ibidem.
[134] Ibidem, ibidem.

Reibel, em uma leitura mais refinada da República de Bodin, entretanto, conclui que, se é verdade que os três primeiros livros apresentam uma rigidez de composição que os distingue dos três últimos, isto possivelmente não seria acidental. Por trás desta aparente desordem atravessa de um extremo a outro uma verdadeira dinâmica:

> (...) *que os três últimos livros não tenham a ordenação rígida dos três primeiros, estamos todos de acordo. (...) É a natureza dos problemas considerados que conduz a esta diferença de tratamento. O encadeamento dos capítulos não é comandado aqui pela hierarquia progressiva das categorias jurídicas mas pela compreensão móvel, isto é uma longa seqüência de razões políticas, freqüentemente sutis, menos perceptíveis ao intelecto 'componens et dividens' que ao senso prudente do homem de Estado a quem se dirige Bodin.*[136]

Moreau-Reibel observa que para Bodin e seus contemporâneos, duas forças poderosas determinavam as leis: a natureza das coisas e o costume:

> *Existe para cada forma (instituição) uma constituição ou um estatuto. O estatuto nada mais seria do que o equilíbrio das forças que a fundaram e asseguram a sua duração. As leis, para serem viáveis , devem estar de acordo com este estatuto; mas este estatuto não tem, ele próprio, o poder de se instituir senão através de um acordo com as condições naturais. A forma de Estado, comandada pelo natural do povo, determina por seu turno as leis.*[137]

As leis dependeriam dos costumes, seguindo uma idéia antiga, e neste sentido Moreau-Reibel interpreta que Bodin compreenderia os costumes como um dos efeitos do natural dos povos. Para Moreau-Reibel, é apenas nesta etapa que Bodin pode comparar politicamente os regimes, após uma análise histórica das instituições jurídicas e de sua gênese a partir dos costumes. O último dos livros da República, dedicado à idéia de justiça social, apareceria como uma conclusão de toda a obra. Moreau-Reibel observa que Bodin afirma, neste livro, que todos os livros precedentes não teriam feito mais do que explicar o essencial de sua definição liminar: "*République est un droit governement de plusiers*

---

[135] Ibidem, ibidem.
[136] MOREAU-REIBEL, Jean. op. cit. p. 141.
[137] MOREAU-REIBEL, Jean. op. cit. p. 147.

mesnages, et de ce qui leur est commun, avec puissance souveraine." [138] Afirmar que a República é um reto governo parece indicar, segundo o comentador, que é necessário, para a definição, interpor a idéia de justiça com todas as suas decorrências e confrontações, uma vez que está implicada na idéia de reto governo. Neste sentido, segundo Moreau-Reibel, a organização interna da obra se torna explícita e coerente.[139]

Moreau-Reibel observa que a definição de República de Bodin, como toda definição que parte da família e que procura estabelecer e definir sua ligação jurídica com o Estado, acaba conservando o dualismo aristotélico entre o social e o jurídico. Com efeito, a consideração da família como célula do corpo político forneceria o elemento social enquanto o conceito de soberania forneceria a forma jurídica ao Estado. Quanto à idéia de reto governo, ela própria complexa, introduz no conceito de Estado um ponto de vista dinâmico e normativo; constituiria o exercício do poder de acordo com certas regras - o reto governo segundo as leis da natureza. Este raciocínio permitiria a Bodin deduzir a existência de duas grandes categorias de governo: um com poder soberano, outro com poder privado, mas todos os dois devendo se conformar ao direito natural. Neste sentido, segundo Moreau-Reibel, a definição de Bodin se ligaria à tradição que submete todo o poder ao direito natural.[140]

Um dos maiores méritos da obra de Moreau-Reibel foi trazer para o primeiro plano a distinção, capital na obra de Bodin, entre Estado e governo. Moreau-Reibel observa que é necessário evitar alguns correntes erros na interpretação da teoria da soberania. Enquanto a

---

[138] "*República é o reto governo de várias famílias e do que lhes é comum, com poder sobrano*". Citado por MOREAU-REIBEL. op. cit. p. 149.

[139] As críticas à escrita de Bodin, segundo MOREAU-REIBEL, teriam sido obras, sobretudo, de leitores incapazes de reconhecer o espírito de pensadores cujo procedimento de exposição são diferentes dos procedimentos estabelecidos, ou cuja articulação intelectual escapa à sua compreensão. Observa Moreau-Reibel que, entretanto, o espírito da obra de Bodin, embora possa escapar aos seus leitores de períodos posteriores, não escapou aos seus contemporâneos. Chauviré, um dos mais ferozes críticos da ausência de arte na escrita de Bodin, cita um contemporâneo de Bodin , Gabriel Naudé, para quem *"a Retórica de Aristóteles, a Poética de Scaliger, a Sabedoria de Charron e a República de Bodin estariam todos entre aqueles que teriam sido escritos com a melhor das artes*" . O entusiasmo dos contemporâneos não seria despropositado. "*Através de labirintos de contradições parciais do movimento do direito público e da ciência política, pode se descobrir esta estrutura poderosa".* Assim, é necessário julgar a organização da obra de Bodin do ponto de vista técnico. Situado a meio caminho entre Maquiavel e Grótius, Bodin teria pretendido concentrar em um mesmo feixe duas disciplinas até então distintas - a arte dos legistas e a arte da política. Ver MOREAU-REIBEL, Jean. op. cit. p. 149.

[140] MOREAU-REIBEL, Jean. op. cit.. p. 151 e segs.

definição de soberania parece designar a essência do Estado e a relação que liga seus membros, o governo designaria a sua existência e seria por este motivo o único suscetível de uma regulação normativa. Constituiria uma, a forma do navio e o outro, o modo como é guiado, seguindo o curso de uma bússola. [141]Assim definida, a soberania não se confundiria com nenhum poder concreto, seria a pura essência, que daria ao Estado a sua forma. A verdadeira originalidade de Bodin seria, segundo Moreau-Reibel, ter distinguido, pela primeira vez, a essência soberana das diversas manifestações de poder *(les droits régaliens)* que os pós glosadores e legistas reais teriam enumerado.

Moreau-Reibel observa que a idéia central, de que a essência da soberania é totalmente distinta do governo de um Estado teria tomado, no pensamento de Bodin, o valor de critério que teria permitido estabelecer para cada regime as discriminações entre os órgãos de governo e o suporte da soberania. A indivisibilidade da soberania apresentar-se-ia como um resultado necessário, dedutivo da lógica pura e ao mesmo tempo confirmado pela diversidade de realidades políticas.[142]

Mas, se a soberania é simples, o governo seria necessariamente composto. O bom andamento dos negócios públicos exigiria uma verdadeira participação dos múltiplos corpos sociais nos diversos órgãos do governo. Por este motivo, com a única reserva da sanção suprema, os poderes mais amplos são entregues aos magistrados e, sobretudo, aos corpos constituídos. Moreau-Reibel observa que a escolha do magistrado aparece, desde a tradição antiga, como o principal ato do soberano:

> (...) *bons espíritos teriam visto que nos Estados governados aristocrática ou democraticamente, existiria uma partilha efetiva do poder e poderia se perguntar se Bodin em seu afã de conciliar lógica jurídica e exigências políticas não acabaria por fazer da soberania uma ficção jurídica.*[143]

Moreau-Reibel observa que o complexo composto contido na teoria da soberania seria uma "ficção jurídica" incapaz de solucionar o conflito entre a realidade política e a

---

[141] MOREAU-REIBEL, Jean. op. cit. p. 152.
[142] Na República, a exaustiva exposição de uma série de casos e observações confirma, através do método comparativo, o que já tinha se estabelecido pela conquista dedutiva, como corolário do princípio da indivisibilidade da soberania. MOREAU-REIBEL, Jean. op. cit. p. 158.

construção conceitual que se encontraria mascarada na fórmula segundo a qual aquele que não tem poder, senão de forma precária, não possuiria de forma alguma poder. Este conflito tornar-se-ia particularmente claro em questões cruciais como o direito de declarar guerra. Segundo a marcha lógica do pensamento de Bodin, toda parte do poder soberano entregue a algum órgão do governo constitui uma usurpação. O direito de declarar a paz e a guerra é, na doutrina de Bodin, um dos principais poderes constitutivos da soberania. Entretanto, Moreau-Reibel observa que os exemplos das repúblicas antigas e modernas provam que o direito de paz ou guerra seria no todo ou em parte próprio da assembléia do povo. Ao conceber o direito de declarar a paz ou a guerra como um dos direitos de majestade incontestável, Bodin teria cedido às necessidades próprias ao exercício do poder

O que triunfaria, aos olhos de Bodin, em todos os degraus da hierarquia, é a administração pública. Sua separação entre a soberania e o governo , sobretudo no que diz respeito à monarquia, seria a elevação da administração à condição de governo que, por meio dos corpos e colégios, estenderia a sua teia por toda a sociedade. Neste sentido, Moreau-Reibel vê Bodin como um dos pensadores mais característicos do espírito moderno.

Todavia, o autor vê na defesa que Bodin faz, no caso francês, da vinculação irrevogável dos atributos da soberania ao rei, uma retomada do princípio que associaria a soberania à pessoa do rei. Bodin teria deixado de desenvolver em sua teoria a possibilidade de uma relação entre o Estado e seus órgãos. Neste sentido, observa que a idéia representativa é estranha ao espírito rigoroso do legista[144]. Embora concorde que Bodin separa os corpos do reino (os corpos administrativos) da pessoa real, acredita que, ao desconhecer a idéia de representatividade, não teria levado sua doutrina às últimas conseqüências: "*seu pensamento não teria chegado a se libertar de um equívoco inicial: aquele que o impede de distinguir a soberania do Estado dos órgãos que a exercem*"[145]. Vê a soberania de Bodin como uma abstração e não como uma representação e por isto não

---

[143] MOREAU-REIBEL, Jean. op. cit. p. 158.

[144] Esta concepção, entretanto, era familiar aos monarcômacos. Isto teria ocorrido, porque os monarcômacos conservavam mais elementos do pensamento medieval em sua teoria. Bodin, ao contrário, teria dado forma "a todo um movimento de vida como ao pensamento político, eliminou todos os elementos feudais para guardar apenas a pura forma romana". Ver MOREAU-REIBEL, Jean. op. cit. p. 160.

[145] MOREAU-REIBEL, Jean. op. cit. p. 182.

consegue perceber na figura do soberano o caráter público do qual é revestida. Por este motivo pretende distinguir a pessoa do soberano dos órgãos que exercem a soberania por meio da atribuição a cada um dos órgãos, do exercício de parte do poder soberano.

A dificuldade da interpretação de Moreau-Reibel reside no fato de pretender atribuir autonomia aos órgãos que exercem o governo. Isto implicaria em dividir a soberania entre os diversos órgãos administrativos. Bodin distingue os órgãos que exercem o governo da própria instituição do Estado e a administração da coisa pública não se confunde com a pessoa pública do soberano. Isto, como veremos, implica em uma diferença entre a pessoa física do soberano, quer seja ele um rei ou uma assembléia, da *persona* pública que representa, o Estado. Em certa medida, a crítica apresentada por Moreau-Reibel abre espaço, novamente, para a concepção de Estado misto e para a divisibilidade da soberania, à medida em que atribui também aos setores administrativos parte do poder soberano.

Moreau-Reibel apresenta, ainda, outra grande ambigüidade no pensamento de Bodin: encontrar-se-ia impelido pela força exercida pela antiga concepção patriarcal, o que jogaria sua doutrina no campo patrimonialista. Observa que sua comparação favorita, do rei com o pai de família, teria conduzido o pensamento de Bodin a um campo que nada teria de jurídico, encontrando-se em uma zona distinta da zona legislativa.

Ora, o governo do pai de família se oporia radicalmente ao poder público, uma vez que se caracterizaria precisamente pela consideração do particular e não pelas vontades gerais ou disposições abstratas. Assim, existiria, um conflito entre a concepção patriarcal e a concepção administrativa, que Moreau-Reibel procura explicar relacionadas às características culturais do período em que teria escrito.

Segundo Moreau-Reibel, o grande mérito de Bodin teria sido distinguir o poder público do poder privado. Mas para completar esta distinção teria sido necessário descartar toda a analogia com o poder patriarcal. O erro de Bodin, para o autor, derivaria de um erro inicial, uma confusão de ordem objetiva que constituiria o poder público como um poder subjetivo e transitório de uma pessoa. O que encontramos aqui é a reprodução do mesmo argumento apresentado pelo autor para o caso da identificação da figura do soberano com a pessoa do rei.

A monarquia legítima, para Bodin, repousaria sobre um fundamento estatutário que vincula bens e pessoas. Moreau-Reibel pergunta: de que modo a vontade do personagem real se distinguiria da vontade do tirano e do déspota? Ocorre que, na verdade a vontade do príncipe é a vontade da função real e, acompanhando toda a tradição antiga, Bodin admite e repete a fórmula segundo a qual, *"se o príncipe não é obrigado pelo juramento, ainda assim deve guardar as leis de Estado e República na qual é soberano*." Estas são as "*leges imperii*" já reconhecidas no *Méthodus* e por todos os eminentes publicistas anteriores a Bodin. Na *República* Bodin apresenta a seguinte fórmula:

> *Quanto às leis que concernem ao estado do reino e ao seu estabelecimento, tanto mais quando sejam anexadas à Coroa, o Príncipe não as pode derrogar, como ocorre com a lei Sálica.* [146]

O próprio Moreau-Reibel reconhece que para Bodin a coroa não significa apenas uma ficção jurídica, mas representa a concepção de reino, independente e superior à pessoa do rei. Ocorre que Moreau-Reibel parece jamais ter chegado a entender o soberano como algo além de um administrador do reino. O autor observa que, embora Bodin tenha chegado a uma teoria extremamente elaborada das funções públicas a partir dos ofícios (cargos públicos) e concluído que os ofícios e a soberania não seriam propriedades pessoais do rei, mas seriam exercidos segundo certas regras, não teria chegado até as últimas conseqüências de sua teoria.

Observemos que, de fato, para Bodin o rei jamais poderia ser reduzido à condição de magistrado. Tomada sua função neste sentido, o rei seria um executor, administrador do reino. Isto seria, precisamente, o que Bodin definiria como função do governo. Na verdade, embora tenha reconhecido em Bodin a autoridade decisiva da distinção entre Estado e Governo, Moreau-Reibel não leva até às últimas conseqüências o efeito desta distinção conceitual. Como veremos, a função do soberano, para Bodin, não é administrar, mas legislar e decidir em última instância. Considerar o rei um magistrado seria de um lado reduzi-lo a um mero administrador de uma vontade soberana que, portanto, deveria estar localizada em um outro lugar ou estender a ação legislativa aos demais magistrados, o que

---

[146] *S. L. R. I. VI.*

significaria uma ampliação da soberania para o corpo de magistratura. Estas duas concepções entrariam em contradição com as marcas da soberania.

É necessário não perder de vista as seguintes distinções cruciais no conceito de soberania: para Bodin a soberania não é uma função, mas sim um poder e, portanto, constitui um estado do ser. A soberania determina o estado de uma República. Já a pessoa do soberano, que pode ser um, alguns ou todos, representa este poder, constituídos na forma de pessoa pública. Isto é diferente de dizer que exercem um ofício ou detém um cargo. Embora possa parecer familiar afirmar que uma monarquia ou uma presidência é um ofício, parece estranho dizer que uma assembléia soberana exerce um ofício. O que se afirma é que o poder reside na vontade da assembléia como corpo político. O mesmo vale para o rei.[147]

Moreau-Reibel considera o Bodin, autor da *República,* como um teórico da monarquia absoluta, à medida que acredita que Bodin delega um poder absoluto às mãos da pessoa privada do rei. Entretanto, surpreende-se em ver o teórico do absolutismo procurar o modelo de Estado bem regulado nos modelos suíço e imperial. Observa que Bodin vê nestes Estados um tipo de administração que permite a interação entre soberano e súditos e a mediação dos diversos corpos sociais. No primeiro nível da hierarquia, encontram-se os Estados (*Etats*) ou Assembléias das ordens, que realizariam a administração da justiça em cada uma das províncias ou circunscrição em todo o país. Moreau-Reibel interroga-se acaso teria Bodin esquecido quem seriam os depositários da soberania. O problema continua residindo no fato de Moreau-Reibel não ter esclarecido a diferença política, e não jurídica, entre Estado e governo. Uma vez decididas as fontes do poder soberano, Bodin dedica-se , de fato, ao estudo detalhado dos órgãos do governo. Como veremos, a maior parte de sua obra é dedicada ao esclarecimento e estudo do governo e da administração pública, coisa que, ele observa, ninguém teria feito antes de Bodin. Ocorre que o impacto do conceito de soberania sobre os seus intérpretes parece não apenas ter eclipsado seu estudo sobre o governo como também parece tê-los levado ao equívoco de compreender o estudo das instâncias de governo como instâncias soberanas. É necessário compreender que a apologia que Bodin faz dos corpos e colégios e do bem que deles resultam para o Estado é um elogio

[147] Como veremos mais adiante, em particular na França, no período em questão, a monarquia era concebida como estatutária e o rei, portanto, não exerceria um ofício nem tampouco deteria a propriedade do reino.

do governo e de sua necessidade, mesmo na monarquia legítima. Afinal, é ao governo e não ao Estado que Bodin atribui a distribuição da justiça.

Moreau-Reibel reconhece a eminente originalidade de Jean Bodin que teria apresentado o primeiro estudo positivo das instituições antigas, francesas ou estrangeiras, enquanto seus contemporâneos teriam se contentado com visões descritivas e dissertações políticas, em sua maior parte saídas dos quadros da Política de Aristóteles ou do Digesto. Bodin teria se emancipado dos esquemas tradicionais considerando os regimes modernos sob um novo ângulo, relendo e adaptando as formas e teorias jurídicas.

Segundo Moreau-Reibel, Bodin não teria podido, entretanto, escapar de um inevitável conflito. A teoria do regime misto sobreviveria à sua impiedosa e esquemática crítica até que Montesquieu encontre um meio de transformá-la, por vias mais engenhosas, na teoria da separação de poderes. Bodin teria sido, para Moreau-Reibel:

> (...) *em definitivo, a mais forte cabeça que o antigo regime teria visto aparecer na França no conhecimento das instituições e povos e uma das influências mais européias e mais duráveis que a França dos legistas produziu.*[148]

2.2.4 Julien H. Franklin

Julien H. Franklin pertence a um grupo de estudiosos norte-americanos que vem se dedicando ao estudo do século XVI na França e ao seu papel no desenvolvimento político do Estado constitucional e do liberalismo contemporâneo.[149] Em sua primeira obra, "*Jean Bodin and the sexteenth–century revolution in the methodology of law and history*"[150], estudou os princípios empregados por Bodin no livro *Juris Universi Distributio*.

No livro *Jean Bodin and the rise of Absolutist Theory*, Franklin parte do seguinte ponto: Bodin afirmaria que em toda comunidade política deve existir um centro único e

---

[148] Cf. MOREAU-REIBEL, Jean. op. cit. p. 271.
[149] Ver SPITZ, Jean-Fabien . Introdução à edição francesa do livro "*Jean Bodin et la naissance da la théorie absolutiste*" de FRANKLIN, Julien H. Paris: PUF, 1993. VI p. Segundo Spitz, os outros historiadores norte americanos que vêm se dedicando a este tema são J.H. Salmon, R.E. Giesey, D.R. Kelley.
[150] FRANKLIN, Julien H. *"Jean Bodin and the sexteenth–century revolution in the methodology of law and history*". New York: Columbia University Press, 1963.

indivisível da autoridade que decide, em última instância e sem apelo - o poder soberano. O autor procura compreender o caminho que teria levado Bodin a remodelar sua concepção de soberania, nos *Seis livros da República* de 1576 , que teria no absolutismo do poder real sua base e a concepção de uma soberania mais limitada que teria inicialmente aparecido em seu *Méthodus ad facilem historiarum cognitionem*, de 1566.

A tese central do livro de Franklin é a de que o absolutismo de Bodin seria destituído de precedentes históricos e se oporia à tradição constitucionalista francesa. O autor parte do princípio de que teria sido desenvolvida na Idade Média, chegando até o início da Idade Moderna, em Estados como Inglaterra e França, uma forma de poder legislativo que era partilhado entre o rei e as instituições representativas.Tratar-se-ia de uma tradição constitucionalista que teria permanecido até o início do período moderno e que reconheceria a necessidade de freios, impedimentos à autoridade real, destinados a manter a produção de um bom governo dentro dos limites razoáveis. Esta forma teria sido substituída pela concepção que defenderia o monopólio do poder legislativo nas mãos do rei.

Segundo Franklin, no *Methodus,* Bodin teria concebido a soberania de forma a ser compatível com as diversas concepções de limitação deste poder e poderia ser assim considerado como um teórico da tradição constitucionalista. Esta posição teria mudado nos *Seis Livros da República.*

Segundo Franklin, os principais representantes da tradição constitucionalista, Seyssel, Bernard Girard Du Haillan, teriam defendido que os freios teriam resultado da vontade dos próprios reis, que teriam desejado que o seu poder fosse regulado dentro de justos limites. Estes freios do poder real não seriam limites de coação jurídicos ou imperativos, uma vez que sempre era possível, em direito, que o rei apelasse à sua plenitude de poder, se ele julgasse necessário. Seriam controles externos destinados a regular o cargo, o ofício e o seu exercício. Para os defensores dessa posição, um poder sem freios engendraria toda a sorte de males que acabariam por conduzir à ruína do Estado e os freios seriam a garantia de estabilidade para o governo como para a sua duração. Por isto os autores constitucionalistas, em sua maioria, defendiam a introdução da divisão de poderes, sob a forma de governos mistos, que teriam como finalidade colocar freios ao poder do rei e garantir a qualidade e duração do Estado. Atribuir ao povo ou a qualquer outro setor uma

parte do poder não seria, neste caso, uma decorrência de um direito natural ou legítimo, mas uma forma de controle do rei. Franklin observa que Bodin apresentaria na *República* uma limitação da autoridade real, mas esta não recairia sobre a soberania em si, mas sobre a forma de governo. Deste modo, segundo Franklin, a limitação da autoridade real regularia o exercício da soberania, mas não a vontade do soberano.

Por este motivo, Franklin defende a tese de que Bodin teria descartado o direito consuetudinário francês, em favor de uma formalização de caráter prescritivo. Segundo a tradição, para Franklin, o soberano estaria abaixo da lei e o fato de ser seu autor não implicaria que ele próprio não estaria preso aos seus decretos. Isto porque, segundo a tradição, seria o consentimento da comunidade que conferiria às leis sua validade última de forma que o rei não poderia mais mudá-las à sua fantasia e sem o seu consentimento.

A idéia de que a comunidade conferiria às leis sua validade última teria conduzido Bodin a afirmar que o princípio segundo o qual o rei está abaixo da lei valeria apenas para os casos nos quais o monarca possuísse o acordo com a comunidade para modificar as leis existentes ou anulá-las. Por outro lado, Franklin observa que Bodin admitiria que as regras de governo, cujos usos estão estabelecidos pela antigüidade, são de uma certa maneira assimiláveis às leis fundamentais do reino e constituem , à semelhança das *leges imperii* , os limites legítimos à soberania. Neste caso, conclui Franklin, o soberano é ao mesmo tempo soberano e limitado, uma vez que as leis fundamentais do reino representam o próprio Estado e o ato de instauração do poder.

Segundo Franklin, Bodin teria, no *Methodus*, definido o conceito de uma supremacia limitada: o rei seria supremo no sentido em que detém discricionariamente as prerrogativas necessárias ao funcionamento do Estado. Teria, entretanto, modificado sua concepção inicial para chegar à posição dos *Seis Livros da República* segundo a qual toda a autoridade soberana é indivisível e deve ser absoluta, essencialmente sob o impacto dos acontecimentos relativos ao massacre de São Bartolomeu.

Depois do massacre, os huguenotes franceses desenvolvem uma teoria explícita do direito de resistência às autoridades legítimas, quando estas agem tiranicamente e tramam contra uma parte de seu povo. A teoria huguenote apresentaria o aspecto essencial de fazer dos magistrados inferiores, subordinados à autoridade do rei, uma parte constitutiva da

própria soberania. Interpretando com certa liberdade o versículo de Paulo no qual é afirmado que toda a autoridade é instituída por Deus, [151] Calvino havia sugerido que os magistrados inferiores poderiam ser considerados como tendo sido*:*

> (...) *constituídos para a defesa do povo, para refrear a excessiva cupidez e licença dos Reis, como antigamente os Lecedemônios possuíam aqueles que eles chamavam de Ephoros, e os romanos seus defensores populares; e os atenienses seus Demarches, e como são possíveis, hoje em cada Reino os três estados quando eles estão assembleiados. Ãqueles que seriam assim constituídos, eu não defenderia a oposição à intemperança ou crueldade dos Reis, segundo o dever de seu ofício* (...) . [152]

Assim representados, os magistrados inferiores passariam a receber seu poder sobre as pessoas privadas diretamente de Deus e não do príncipe: ordenados por Deus para a defesa do povo, eles não seriam simplesmente súditos, como seriam os magistrados cuja existência dependeria exclusivamente da vontade do soberano. Esta concepção *ephoral,* de que os magistrados inferiores possuem uma autêntica independência em relação ao príncipe, a medida em que representam o povo, foi desenvolvida em sua plenitude por T. Bèze: eles materializariam, enquanto considerados como corpo, a posição de superioridade que este possui em relação a um rei reduzido ao estatuto de seu ofício.

Esta concepção desemboca diretamente na teoria do direito de resistência às ordens da autoridade que usa tiranicamente seu poder, mesmo quando ele seja legitimamente constituído. T. Bèze explica que competem a todos, incluído os sujeitos privados, lançarem-se contra os tiranos usurpadores. Constituídos para este fim, seria dever dos magistrados

---

[151] Romanos 13:1 – "*Toda pessoa está sujeita às autoridades superiores, pois não há autoridade que não venha de Deus. As autoridades que há foram ordenadas por Deus*". (Ver Tt. 3:1/ 1Pe 2:13/ Pv. 8:15,16/ Dn. 2:21/Jo. 19:11/) Romanos 13:2,3,4,5,6 – 2. "*Por isso quem resiste à autoridade resiste à ordenação de Deus, e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação. 3. Pois os magistrados não são terror para as boas obras, mas para as más. Queres não temer a autoridade? Faze o bem e terás o louvor dela. 4. Pois ela é ministro de Deus para teu bem. Mas , se fizeres o mal, teme, pois não traz debalde a espada. Ela é ministro de Deus, agente da ira para castigar o que pratica o mal. 5 . Portanto, é necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa do castigo, mas também por causa da consciência. 6. Por esta razão também pagais tributos, pois as autoridades são ministros de Deus, atendendo sempre a isso mesmo.*

[152] CALVINO. *Institution de la religion chrestienne.* Paris: Éd. J. Pannier/ Les Belles-Lettres, 1961, T.4, chap. XVI. p. 239. citado por SPITZ, Jean-Fabien. op. cit. XIII.

resistir aos atos iníquos dos tiranos em exercício. Não agindo estariam traindo sua missão, sendo infiel a Deus e ao povo.[153]

Outro aspecto essencial da teoria huguenote teria sido desenvolvido por François Hotman em sua *Francogallia*[154]. Seu texto radicaliza a leitura do que seria a Constituição francesa, afirmando que a monarquia francesa e o reino são de natureza eletiva. O primitivo Conselho Público, que seria o ancestral dos Estados Gerais, não teria sido criado pelos reis e teria permanecido ao longo dos séculos como um componente primitivo da Constituição e seria a fonte última da soberania. A permanência destes componentes primitivos determinaria a exigência de eleição dos reis e que o trono apenas seria efetivamente conferido por meio da condição expressa, que o rei jura solenemente respeitar no juramento de sagração – *le serment du sacre,* de exercer o seu poder somente dentro dos limites determinados pela lei e em sua estrita observação.

Nesta leitura radical do que seria a Constituição da França, os limites da autoridade do rei não resultariam nem da concessão voluntária nem de uma prática consuetudinária, uma vez que são integrados à própria definição da essência do poder soberano. Para Hotman, a monarquia seria quase contratual, [155] não dispondo dos poderes discricionários que permitiam a Bodin representá-la como suprema. O rei não é nada além do que um oficial do povo, e os Estados Gerais teriam o direito de depô-lo, como teriam feito muitas vezes no passado, quando o rei tinha usado mal seu poder.

Segundo Franklin, no *Méthodus*, Bodin teria tinha abordado superficialmente o direito de resistência, contentando-se em afirmar de passagem que tal direito seria incompatível com o exercício de uma autoridade suprema. Entretanto, na época de publicação dos *Seis Livros da República,* a posição huguenote contra a autoridade do rei tornara a questão crucial: uma autoridade à qual é possível legitimamente resistir não é suprema. Assim, prossegue Franklin, o conceito de limitação torna-se absurdo se a comunidade não possui o direito de resistir quando os limites fixados à autoridade suprema

[153] Ver BÈZE, T. de. *Du droit des magistrats*, p. 15. (Esta mesma concepção teria sido desenvolvida por Althusius em *seu "Política methodice digesta*", cap. XVIII – "*les Ephores et leurs devoirs*" – T. Bèze e Althusius citado por SPITZ, Jean-Fabien. op. cit. XIV).
[154] Sobre HOTMAN e a *Francogallia* ver capítulo I do presente trabalho.
[155] SPITZ, Jean-Fabien Spitz. op. cit. XIV.

são ultrapassados e por isso a rejeição do direito de resistência teria conduzido Bodin, necessariamente, à recusa do conceito de autoridade limitada e à afirmação do caráter necessariamente absoluto da soberania.

Embora reconheça que a lógica de uma supremacia limitada seja de difícil manejo no momento em que Bodin escreve, para Franklin o problema de Bodin encontrar-se-ia em sua resistência em aceitar a evolução teórica e histórica que tenderia, como afirmava Hotman, a situar nos Estados Gerais, que representaria a comunidade inteira, a sede real da soberania.

Franklin parece pensar aqui em termos do futuro sucesso que teria a teoria constitucionalista, em particular na Inglaterra. Ao afirmar que Bodin resistiria à sua evolução, parece considerar que, na história, a posição constitucionalista estaria fadada à vitória. Isto porque o que se apresenta em seu horizonte é o constitucionalismo inglês, muito mais forte e historicamente constituído que o constitucionalismo francês.

Franklin identifica a soberania ao conceito de *impérium*, acreditando que tenha sido a base para a construção do conceito de soberania em Bodin. Na verdade Franklin torna o geral em individual, reduz o conceito de soberania à figura única do rei e torna o individual geral ao tomar o caso da evolução do constitucionalismo inglês como modelo para o desenvolvimento do Estado Moderno, ignorando as especificidades não apenas do caso francês, mas também de cada um dos outros casos de Estado em formação.

Para Franklin a demonstração de Bodin seria maculada por um paralogismo evidente: aceitar que exista um direito de resistência da comunidade não faria desta um poder superior ao rei em virtude da lei. Chega-se aqui, à ambigüidade do conceito de direito de resistência, uma vez que ele pode ser interpretado como o poder que a lei confere à comunidade de dispor de um magistrado quando este viola os limites de sua função (interpretação de Hotman rejeitada por Bodin), mas também pode ser concebido como um direito que a comunidade teria de restaurar a lei quando esta for violada, tendo em vista a sua preservação. [156]

A leitura que Franklin faz de Bodin é sempre guiada pelas idéias de freios ao poder absoluto do rei e direito de resistência. Franklin parece balizar sua leitura pelas concepções

de Locke, do qual é um estudioso.[157] É a partir da ótica desse pensador inglês que ele apresenta o direito de resistência. Segundo Franklin, para Locke, o povo não possuiria um poder superior ao do governo ou do rei ou mesmo em virtude do direito civil. Somente quando o poder estabelecido ou o governo viola a lei natural é dado ao povo o direito de intervir com a única finalidade de restabelecer o fim para o qual o governo civil foi instituído. Assim, o direito de resistência se exerce como uma oposição à dissolução do governo civil. Sua legitimidade, portanto, não seria proveniente da lei civil, mas da lei da natureza e, neste sentido, tem um caráter eminentemente moral e não institucional; não se trata de um direito que é definido por contrato no interior da constituição, mas de um direito que se exerce de fora da constituição e mesmo do Estado para sua salvaguarda.

Franklin interpreta o direito de resistência como um direito concebido em conseqüência do fato do povo deter o poder constituinte. Observe-se que Locke sustenta sua posição no contratualismo clássico, concepção totalmente estranha ao pensamento de Bodin que, por sua vez, rejeita qualquer condição de contrato na origem do Estado. É a posição contratualista que permite a Franklin interpretar que o povo detém uma autoridade não no interior da constituição, mas decorrente do momento de constituição e fundação do governo civil. Daí sua crítica à ausência de um direito de resistência em Bodin e sua conclusão de que sua noção de poder absoluto seria uma manobra para impedir o desenvolvimento da lógica da supremacia limitada.[158]

Franklin acaba por reduzir a obra de Bodin aos aspectos relativos à resistência e limitação do poder e reduz os argumentos de Bodin às suas próprias expectativas. Julga a

---

[156] Esta leitura da soberania em Bodin pode também ser vista em LEWIS, J.U., *Jean Bodin's logic of sovereignty.* Political Studies, vol.XVI, n.2, 1968 e KING, Preston. *The ideology of order: a comparative analysis of Jean Bodin and Thomas Hobbes*, Londres : 1974 .

[157] FRANKLIN, Julien H., *John Locke and the theory of sovereignty.* Cambridge: Cambridge University, 1978. Segundo o autor, em comentário sobre as novas contribuições acrescentadas à edição francesa de 1993, editada vinte anos após a original inglesa de 1973: "*minhas próprias idéias sobre a soberania foram refinadas e aprofundadas , em larga medida, como consequência dos trabalhos que consagrei a John Locke. Estas intuições novas conduziram ao que constitui , na minha opinião, uma melhor interpretação dos temas bodinianos* "

[158] FRANKLIN argumenta como se Bodin tivesse consciência do futuro que a teoria da resistência teria e como se fosse o centro de seu trabalho impedir este tipo de poder, para fazer prevalecer o poder absoluto do rei. Bodin discute o direito de resistência brevemente no *Méthodus* e na *República* esta discussão aparece como uma questão contingente e não como uma questão de essência do conceito de soberania.

obra em relação ao futuro da doutrina constitucionalista, deixando de observar a complexa rede de relações históricas e conceituais em conflito em um momento crucial da definição dos caminhos do Estado francês. Deixa passar, assim, o aspecto, de fato, mais universal da doutrina de Bodin e aquele que encontrará maior fortuna nas obras dos futuros pensadores políticos: o princípio da soberania como a determinação de um espaço público no qual a figura do Estado é abstraída e tomada como um corpo.

Preocupado com a delimitação do poder pessoal do rei, Franklin parece não perceber que o soberano de Bodin tem apenas a aparência corporificada na figura e imagem do rei. O que importa não é o sujeito privado como quer pensar Franklin, mas o sujeito público. O monarca é para Bodin apenas a figura em que melhor se assentaria o papel de soberano, pois o '*o uno é sempre mais perfeito e menos afeito à corrupção'* e a concentração de poder constituiria o melhor remédio contra a fragmentação, uma vez que todo Estado seria, por sua própria natureza, constituído de indivíduos e corpos distintos e conflitantes, tendendo, portanto, à dispersão.

Franklin acusa Bodin de não levar em conta o poder do Parlamento e Cortes Soberanas francesas. Quanto aos direitos pertencentes às Cortes Soberanas, segundo Franklin, Bodin os contornaria pura e simplesmente invocando os numerosos casos onde esses direitos teriam sido, de fato, negligenciados pelos reis de França. Segundo Franklin, Bodin estaria erigindo a exceção em norma jurídica, concluindo que a função própria dos Parlamentos seria apenas assistir e aconselhar o rei, mas jamais tomar parte no poder de comandar, que deve ser o monopólio de um poder soberano: o Parlamento poderia formular advertências e até mesmo reiterá-las, mas não poderia pretender e persistir até reivindicar um autêntico direito de veto sobre a legislação real.

Na concepção de Franklin, a teoria política de Bodin encontrar-se-ia nos primórdios do despotismo. Franklin interpreta as conseqüências do massacre de São Bartolomeu, em 1572, como sendo uma polarização em torno das idéias constitucionalistas que, de um lado, era defendida por Hotman, e, de outro, uma oposição que defenderia a teoria do absolutismo real, que teria como principal expoente Bodin.

Franklin parte do princípio de que as ações huguenotes teriam sido movidas pela defesa da idéia constitucionalista e da soberania popular. Entretanto, observadas mais a

fundo as relações que engendraram as posições radicalizadas do movimento huguenote, verificaremos a existência de uma multiplicidade de agentes sociais. Podemos encontrar membros da nobreza que viam nesta disputa a oportunidade de recuperar parte do poder que tinham perdido para o rei. Encontramos, também, protestantes de diversos matizes, burgueses contrários às cobranças de impostos e camponeses em luta contra a permanência de privilégios feudais.

Na vanguarda do movimento huguenote, podemos ver o poderoso líder protestante da família Coligni e a poderosa família dos Bourbons, a qual reivindicava o direito ao trono e que ao final ascendeu ao poder através de Henri IV, ambas em confronto com a família católica dos Guises, os mais poderosos e influentes membros da corte.

Mais do que a defesa de posições constitucionalistas ou protestantes, o que estava em jogo era a própria constituição do Estado francês e a sua dissolução em uma guerra civil entre as famílias poderosas, em muitos aspectos mascarada em disputa confessional. A facilidade com que inúmeros contendores mudavam de posição, convertiam-se e reconvertiam-se em católicos e protestantes ou defendiam ora o rei , ora o direito de revolta e ora a redução dos poderes reais, permite-nos vislumbrar que a própria disputa encontrava-se em um terreno mais pantanoso.

A posição vitoriosa ao final, com Henri IV, da família dos Bourbons, rei de Navarra, permite vislumbrar um pouco da verdadeira questão em disputa: ocupando a mais elevada posição no partido huguenote, reconhecido como legítimo herdeiro do trono por defensores da posição que defendia a "Constituição" e a redução do poder real, Henri IV, ao assumir o trono, adotou um cerimonial muito mais criterioso do que o de qualquer rei que o antecedeu e estabeleceu uma mística monárquica repleta de simbolismos de poder. Estabeleceu uma nova linguagem de relação entre povo e rei que possibilitou, esta sim, o caminho para o futuro absolutismo. Seus descendentes, os reis da dinastia Bourbon, constituiriam os maiores símbolos do que viria a ser conhecido como absolutismo francês.

Observe-se que Bodin parecia perceber perfeitamente o que estava em disputa: não era uma fé ou a defesa da constituição, mas a integridade do Estado. Por trás da defesa da redução do poder dos reis e de sua submissão quer ao Conselho ou aos Estados Gerais, encontrar-se-ia a luta pelo controle do Estado e o retorno à condição feudal. Assim, Bodin

defende aquela que era, para ele, a única forma de garantir a paz social e a integridade do Estado, garantindo sua centralização e impedindo sua fragmentação, caminho que lhe parecia inevitável se o poder fosse entregue às assembléias de nobres protestantes. Bodin lançou mão de um modelo de Estado laico que defenderia os direitos dos súditos terem, todos, igualmente, o direito subjetivo à sua religião. Tratou, portanto, a religião como questão privada, uma vez que do ponto de vista universal, o único que interessaria ao Estado, todas as religiões seriam equivalentes.[159]

De acordo com Franklin, o processo de centralização política teria ocorrido a partir de acordos que respeitavam os direitos da comunidade em geral e da diferentes províncias em particular. Seria esperado que a monarquia respeitasse o direito estabelecido e não o mudasse sem o seu consentimento.

Franklin aponta para uma gradual substituição dos Estados Gerais, como instância deliberativa, por outras instâncias de consulta tais como assembléias provinciais ou regionais, assembléias nacionais de notáveis, entre outras, que teriam propiciado a existência de uma tradição de consulta. A forma mais permanente teria sido uma reunião ampliada do Grande Conselho do Rei, que constituiria um substituto mais restrito e menos formal e consequentemente mais facilmente manipulável, que uma plenária dos Estados Gerais. Mas, ainda assim, observa Franklin, a idéia de Estados Gerais teria conservado a sua vitalidade na tradição da comunidade como a forma mais solene e útil de consulta.[160]

Segundo Franklin, a complexa e descentralizada rede de oficiais reais seria coordenada pelas Cortes Soberanas que, apenas do ponto de vista técnico, seriam a emanação do poder real. A mais antiga destas Cortes seria o Parlamento de Paris que, normalmente, constituiria a última instância para os processo civis e criminais. O Parlamento de Paris encontrar-se-ia acima dos demais parlamentos provinciais, quer do ponto de vista de seu prestígio, quer porque sua jurisprudência era seguida pelos demais

[159] BODIN precisa sua concepção da tolerância religiosa na obra "*Colóquio dos Sete Sábios*".
[160] Observe-se que, entretanto, os Estados Gerais eram, na verdade, convocados pelo rei e não possuíam uma regulamentação formal. Originalmente teriam sido convocados como fórum da política real no curso das crises ocasionadas pelas guerras ou pela necessidade de apoio à elevação de impostos. Não foram convocados entre 1484 e 1560. Parece difícil, portanto, à comunidade (conceito por si só muito geral, dada a fragmentação e disputa interna no território francês na época) manter viva, em sua mente, uma idéia clara das funções e dignidade dos Estados Gerais.

parlamentos. Na condição de poder superior, o Parlamento de Paris teria o direito de admoestar e protestar contra todo o ato do rei que julgasse incompatível com o direito comum ou com o costume local, a menos que as mudanças fossem justificadas por fortes considerações de utilidade pública ou equidade. Observe-se que admoestar e protestar não implicavam em ter um poder superior. [161] Isto ocorreria, segundo Franklin, porque a institucionalização da monarquia do alto da Idade Média até o Renascimento, além de ocorrer a partir de uma formação progressiva de uma administração centralizada, também devia boa parte de sua institucionalização ao princípio medieval segundo o qual o rei deveria governar por consentimento.

Franklin reconhece que os reis e seus chanceleres jamais aceitaram que deveriam governar com o consentimento do Parlamento. Em períodos de conflito, príncipes fortes como François I e Henrique II agiram sem reconhecer qualquer poder por parte das cortes. Neste sentido, o autor confirma que o rei poderia tentar, em caso de conflito, impor sua posição de mando, ameaçando suprimir a corte.

O ponto crucial sobre o qual Franklin apóia sua tese contra Bodin é o fato de que a limitação do poder real é reconhecida pela maioria dos juristas da época.[162] Aceita a idéia de que os conceitos jurídicos romanos, sob a forma como teriam sido elaborados pelos comentadores medievais, eram considerados desde muito tempo pelos juristas franceses como a forma normal do discurso douto e interpreta a fórmula clássica segundo a qual o rei é imperador em seu reino, como uma atribuição do poder de *imperium* ao rei que, neste sentido, seria absoluto.[163] Traça um quadro dos autores constitucionalistas do período que

---

[161] O próprio autor afirma "o lugar último da autoridade , em caso de conflito entre o rei e o Parlamento não é ainda claramente definido no século XVI e neste período é pressuposta a cooperação dos dois". FRANKLIN, J. op. cit. p. 13.

[162]Ibidem , ibidem. FRANKLIN observa entretanto que o estatuto do direito romano na França medieval constituía uma questão muito complexa para que fosse abordada no âmbito de seu trabalho. Entretanto, é precisamente a recepção do direito romano na França que permite conhecer as diferenças entre a forma como foram construídas as concepções de império, para o imperador alemão, e a forma como o conceito de imperium foi interpretada pelos glosadores e juristas italianos e os legistas da monarquia francesa . O fato do direito romano ter seu ensino vetado na França é um claro sinal das divergências entre a interpretação dos legistas franceses e adeptos do direito romano.

[163] Mais adiante veremos que a noção de realeza, na França não teria sido formulada a partir do direito romano ou imperial, fato corroborado pela proibição do ensino do direito romano na universidade de Paris, considerado pernicioso e inadequado aos interesses da monarquia. À universidade de Toulouse foi concedido o privilégio do estudo do direito romano, mais distanciada da corte e longe das possessões do rei. Claramente

permitiriam apoiar sua tese. Entre os mais importantes cita Barthélemy de Chasseneuz[164] , Charles de Grassaille,[165] Cosme Guymier,[166]

Franklin baseia a sua teoria nas doutrinas dos juristas que sustentam que a autoridade das Cortes Soberanas, como o Parlamento de Paris, teria tido sua origem no primeiro Senado de Roma. As glorificações do Parlamento seriam acima de tudo uma assimilação das funções do Senado de Roma. Sua argumentação segue os passos dos glosadores e comentadores do *Corpus Juris*. Extraindo e interpretando de acordo com a doutrina do corpo do reino, Franklin afirma que, assim como em Roma, a *majestade* incluía não apenas a pessoa do imperador, mas igualmente os homens ilustres que faziam parte dos conselhos e do consistório e particularmente os senadores, porque pertenciam a um e mesmo corpo. Também o Parlamento de França seria *pars corporis principis ou regis*, parte integrante do corpo político do príncipe. Assim, mesmo que criado pelo rei, o Parlamento estaria a ele associado, em sua dignidade e estatuto.

Franklin refere-se a Cosme Guymier[167], para quem o Parlamento de Paris teria sido formado sob o modelo do Senado Romano, tal como este foi criado por Romulus. A elevada dignidade e esplendor do Parlamento eram explicados pelos elevado estatuto do Senado Romano, do qual descenderia diretamente e seria a continuidade. Assim, o Senado possuiria as mais elevadas características judiciárias, que seriam de caráter real ou soberanos e seriam provenientes de sua majestade. Esta majestade seria uma disposição que apenas mais tarde o imperador teria gozado. Assim, os membros do Parlamento, tais como os do Senado de Roma, seriam juristas e magistrados com poderes de julgar em última

---

identificado com os interesses do imperador, o direito romano apenas foi utilizado quando permitia interpretações que se adequavam às necessidades monárquicas francesas.

[164] CHASSENEUZ, Barthélemy , autor do *Catalogus gloriae mundi* , publicado em Genève, em 1529, foi uma das mais altas autoridades jurídicas do início do século XVI . Em seu livro apresenta 208 atributos da majestade extraídas do *Corpus Juris* e de seus comentadores medievais, dos escritos dos canonistas e das tradições medievais da monarquia sagrada.

[165] GRASSAILLE, Charles de, autor de *Regalium Franciae libri duo.* Paris: 1545, para ele, o poder absoluto do rei é possuído e partilhado em diferentes níveis pelo conjunto dos membros mais elevados do corpus mysticum. O rei deve honrar os demais membros do corpo político, que devem seguí-lo não ao seus pés mas ao seu lado. Porque o chanceler e o senado são a alma do príncipe e permitem que reine.

[166] GUYMIER, Cosme. *Pragmatica sanctio una cum repertorio.* Paris: 1504, afirma que o Parlamento é formado segundo o modelo do Senado romano. Citado por FRANKLIN. op. cit. p. 15.

[167] GUYMIER, Cosme. *Pragmatica sanctio una cum repertorio.* Paris: 1504, f^{os}. CCIV-CCV. citado por FRAKLIN. op. cit. p. 15.

instância diferentemente dos magistrados inferiores. Daí concluir Franklin que, segundo a tradição jurídica francesa, o Parlamento seria investido de prerrogativas soberanas que lhe permitiriam agir contra o direito existente, ou fora dele de forma a garantir soluções eqüitativas particularmente em questões de litígios civis. Poderia ainda, à sua discrição, retirar causas de jurisdições inferiores e demais direitos assimilados ao Senado Romano.[168]

Observemos que Franklin aceita e toma como tradição, a argumentação dos juristas que na época pretendiam elevar o status do Parlamento de Paris à principal corte do reino francês. Se alguma instituição pudesse estar acima do rei, esta, na opinião de Bodin, deveria ser os Estados Gerais. Bodin não poderia ser considerado um opositor dos Estados Gerais, uma vez que ele próprio teria ali liderado a oposição ao rei, como membro do terceiro Estado. Entretanto, era inegável, para Bodin, o fato de que o rei detinha o poder de convocação e destituição dos Estados Gerais, e esses, por esta razão não podiam ser considerados autônomos e soberanos. Do fato de que o rei devesse consultar os Estados Gerais ou o Parlamento não decorria que este fosse a ele superior, uma vez que nada obrigava o rei a cumprir uma decisão desta casa.

Além dos argumentos anteriores, Franklin acrescenta: "*os franceses estariam convencidos que existira qualquer coisa de essencialmente imprópria em uma ordem real que não tivesse recebido ratificação*". Para Franklin, *"a importância da consulta e do consentimento estaria profundamente enraizada no pensamento medieval e aparece nos comentadores do direito civil e do direito consuetudinário."*[169]

Franklin recorre a juristas como Guillaume Budé[170] que utiliza a analogia com o Senado Romano Republicano para concluir que a aprovação do Parlamento é essencial ao processo governamental. [171]

Franklin apresenta ainda a posição de Nicolas Bohier[172], membro do Parlamento de Toulouse e do Grande Conselho, cuja opinião seria uma exceção no período. Para este

---

[168] *Entretanto, registre-se que FRANKLIN observa que, diferentemente do Senado Romano , o Parlamento não pode dar perdão aos crimes ou elevar as penas previstas na lei. Esta seriam prerrogativas exclusivas do rei.*
[169] FRANKLIN. op.cit. p.p. 19-20.
[170] BUDÉ, Guillaume . *Annotationes in quatuor et viginti Pandectarum libros.* Paris: 1535.
[171] FRANKLIN. op.cit. p.p. 19-20.

autor, o centro de julgamento e consentimento em França não seria o Parlamento ou o Senado, mas o Grande Conselho ou o consistório do rei, um corpo muito menos definido e menos independente, em razão de sua associação estreita à pessoa do rei. Segundo Bohier, as formas de consentimentos facultativos em direito romano seriam uniformemente observadas em França e teriam assumido um caráter indispensável.[173]

Franklin recorre também à *História da França* de Gaguin[174], na qual é introduzida uma teoria das origens históricas do Parlamento de Paris, que descenderia diretamente de um conselho mais antigo que teria sido instituído por Carlos Martelo. Este Conselho, ou Parlamento original, teria reunido todo o povo, desde datas relativamente primitivas, e mais tarde teria sido limitado às pessoas dotadas de uma formação jurídica e, de acordo com os costumes, escolhidas em todas as importantes regiões do reino.

Neste período o Parlamento se reuniria anualmente e mais freqüentemente em localidades diferentes em função da constante locomoção da corte do rei. Mais tarde, este conselho teria se estabelecido em Paris, enquanto corte permanente, de maneira a poder cumprir mais eficazmente suas funções. Segundo a análise de Gaguin, suas funções seriam acima de tudo judiciárias, constituindo o lugar natural do exame das leis e das medidas administrativas. Segundo Gaguin, a autoridade do Parlamento seria tão elevada quanto a própria decisão do rei, tocando os negócios públicos, as leis e as finanças do reino, que não podem ser realizadas sem um decreto do Senado. [175]

---

[172] BOHIER, Nicolas. "*Tractatus de parlementis et collatione Parlamentorum*" e *"Tractatus de ordine et praecedentia graduum utriusque fori" in Tractatus Universi Juris.* Veneza: 1584-1586, XVI.

[173] A questão em disputa aqui refere-se à interpretação da L*ex Humanum* de acordo com o Código de Theodósio e Velentiniano,(1, 14, 8) . Segundo esta interpretação, não existiria melhor forma de assegurar a justiça das leis e dos editos do que submetê-los ao Senado para exame e nenhuma lei deveria ser promulgada de outra maneira. Os glosadores do século XIII interpretaram este texto como significando que os imperadores teriam prometido não promoverem mais mudanças no corpo das leis. Todavia, comentadores posteriores adotaram um ponto de vista mais nuançado. Segundo Bartolus, a procedência da *lex humanum* não é de necessidade, mas de vontade, de forma que sua omissão não constitui uma invalidação para uma lei. Este parecer foi seguido por todos os analistas posteriores. Ver *Commentarii,* 11 vol., Veneza, 1590. V, f.^{o}28v. Ver comentário sobre o *Digesto, I, 1,9 e Código - 1,14,4* . O comentário é também seguido por Baldus – *Código, 1,19,6, Praelectiones in codicem*, I, f.^{o} 71 r.

[174] GAGUIN, Robert . *Compendium Super Francorum Gestis.* 1491, s.1.

[175] Observe-se que a função do Parlamento, segundo a ótica de Bodin, pertenceria à órbita das magistraturas e suas funções seriam, sobretudo, administrativas, pertencendo, portanto ao campo do governo.

Franklin observa que a teoria de Gaguin teria influenciado Benoist[176] e outros juristas franceses do início do século XVI, concluindo que era corrente a idéia de que o poder do rei seria limitado e se estenderia às prerrogativas judiciárias e executivas.

O autor evoca a tradição do antigo direito civil, para afirmar que o poder que os tribunais possuíam de julgar em última instância era incontestável.[177] O Parlamento constituiria uma espécie de tribunal, e neste sentido, qualquer decisão que, de alguma forma, contrariasse o direito comum e o interesse público ou constituísse uma injustiça grave em relação ao terceiro estado, poderia ordinariamente ser desaprovada. Entretanto, observa que, segundo os juristas medievais, o direito de desaprovar não poderia ter lugar se o imperador fizesse claramente conhecer que pretenderia contrariar o tribunal. Logo, analogamente, o Parlamento não poderia contrariar a vontade expressa do imperador, o que levou o autor à conclusão de que o rei tinha o direito de decisão em última instância.

Em outros termos, os direitos dos tribunais não afetariam a *plenitudo potestatis* do príncipe ou o seu poder absoluto e extraordinário de fazer e controlar a lei, na medida em que este poder era distinto de sua *potestas ordinaria* ou *moderata.* Segundo Bartolus, a *plenitudo potestatis* deveria ser compreendida como o poder de deliberadamente agir contra o direito estabelecido e o uso da claúsula *non obstante;* nas decisões monárquicas, indicaria que o príncipe poderia indicar que seu desejo era ver seu mandamento obedecido, sem que fosse levada em conta a legislação anterior.[178]

Franklin observa, entretanto, que os juristas franceses do início do século XVI tendem a não aceitar que o príncipe possa invocar em derrogação a uma regra de direito aceita pelo povo e confirmada pelo príncipe.

Um dos mais fortes argumentos de Franklin é baseado em Claude de Seyssel,[179]cujo livro foi uma tentativa de apresentar o costume e a prática do reino tais como funcionavam

---

[176] BENOIST, Benedictus Guillaume. *Repetitioin in cap. Raynutius, extra de testamentis et uxorem nomine Adelasium.* Lyon: 1583, I, dec. II.

[177] FRANKLIN segue aqui as passagens do Código de Justiniano, 1,títulos 19, 22 e 23, que afirmariam que os tribunais teriam o poder e o dever de recusar a dar a força legal a todo ato do imperador que entrasse em contradição com as ordenanças gerais do império. Ver FRANKLIN. op. cit. p. 26.

[178] Ver BARTOLUS . *Comentário ao Código* – 1,22,6; Comentarii, VII.

[179] SEYSSEL, Claude de . *La Monarchie de France* ". New Haven: Yale, 1981.

efetivamente do ponto de vista político. Segundo Seyssel, existiriam três controles do poder real: a religião, a justiça e a *pollice*[180]. Como explicita:

> (...) *muitas ordenanças estabelecidas pelos próprios reis, confirmadas e aprovadas de tempos em tempos, tendem à conservação do reino no universal e no particular. E foram de tal forma guardadas, que durante tempos os príncipes não tentaram derrogá-las; e quando desejaram fazê-lo não foram obedecidos; o mesmo ocorre que diz respeito ao seu domínio e patrimônio reais os quais não podem alienar sem necessidade; e é necessário que seja conhecido e aprovado pelas cortes soberanas do Parlamento.*[181]

Segundo Seyssel, as Cortes Soberanas e o Parlamento deveriam se manifestar em caso de alienação do patrimônio público e às ordenanças que visem à conservação do reino, constituindo, portanto, parte integrante do poder público o qual , assim constituído, não poderia ser ignorado sem, com efeito, destruir a própria ordem que o instala.[182]

Para Franklin, Seyssel teria tratado com tato e prudência a questão da *plenitudo potestatis* que, segundo sua análise, não poderia nem deveria ser invocada pelo rei, mesmo que, em última instância, sua existência não pudesse ser negada. Segundo a interpretação de Franklin, quando uma legislação era ratificada por uma das Cortes Soberanas, receberia uma aprovação e reafirmação do rei, que deveria ser entendida não como uma expressão de sua vontade em última instância, mas como uma espécie de promessa, que restringiria sua *plenitudo potestatis.*

Segundo Franklin, uma das conseqüências da concepção de Seyssel seria que as Cortes Soberanas assumiriam o papel de gardiãs da supremacia da lei e do direito e determinariam que agissem como Cortes de Justiça, com poder de repudiar as ordens do rei nas cortes ordinárias. Apóia sua opinião no fato dos comentadores franceses se vangloriarem, freqüentemente, que a supremacia da lei seria mais rigorosamente observada na França do que em qualquer outro país. Isto implicaria, para Franklin, que todas cartas e editos do rei, que afetassem os direitos do indivíduo, seriam automaticamente submetidos a um exame com vistas a controlar sua conformidade à lei.

---

[180] *Pollice*, segundo a ortografia di sec XVI, de policie – sec XIV- do grego politeia – compreendida no sentido de organização – governo, conjunto de regras impostas aos cidadãos com a finalidade de fazer reinar a ordem e a segurança. Este poder pertenceria às autoridades administrativas e judiciárias.

[181] SEYSSEL, Claude. *La Monarchie de France.* op. cit. p. 119. Citado por FRAKLIN. op.cit. p. 26.

Em termos gerais, as idéias relativas à questão da *plentudo potestatis* poderiam ser resumidas da seguinte forma:

> (...) *O rei de França é absoluto em princípio. Mas, pelo viés de múltiplas promessas, implícitas ou expressas, ele é levado a não invocar sua plenitudo potestatis. Em conseqüência, não pode mudar uma lei estabelecida sem o conselho e consentimento de um equivalente conveniente do Parlamento primitivo; ele não pode se afastar da lei de maneira ilegal* (...) [183]

Segundo Franklin, a tendência ao controle do poder real era manifestada com cautela e timidez até a metade do século XVI, uma vez que o poder real estava em seu zênite. Mas, a partir de 1560, "*quando o trono é ocupado por monarcas fracos que enfrentam uma oposição crescente, não somente as idéias anteriores ganham nova vida, mas são enunciadas com maior vigor.*" [184]

Sugere o autor que, neste período teria passado a ganhar força uma nova escola de pensamento, que se apoiaria sobre a orientação de Seyssel e não utilizaria o *Corpus Juris* nem as glosas dos comentadores medievais. Em uma ruptura em relação aos métodos dos juristas anteriores, estes novos pensadores não teriam buscado as fontes do direito francês no direito romano, mas tomaram a história dos costumes como ponto de partida e buscaram o desenvolvimento de um método comparativo através do qual puderam confrontar os princípios dos costumes estabelecidos aos princípios romanos. Esta nova escola de direito comparado que surgia teria entre seus principais representantes, Jean Bodin.

Franklin cita ainda inúmeros autores que afirmaram ter o Parlamento ou os Estados Gerais o direito de veto ou poderes constitucionais. Alguns autores teriam chegado, como o próprio Franklin observa, a alterar a cronologia, como forma de reforçar o prestígio dos Estados Gerais.[185]

---

[182] Observe-se que este ponto não apenas é aceito como veementemente defendido por Bodin em particular durante sua intervenção na reunião dos Estados Gerais de Blois.
[183] FRANKLIN. op. cit. p. 29.
[184] Ibidem, ibidem.
[185] FRANKLIN cita particularmente DU HAILLAN e seu *De l'état e succez des affaires de France.* Paris, 1571, p 80-81.Citado por FRANKLIN. op. cit. p. 33. Du Haillan neste livro afirma que o Parlamento de Paris teria sido instiuído por Felipe o Belo e mais tarde foi batizado de Os Três Estados. Em uma obra posterior, *Histoire générale des rois de France*, de 1576, Du Hallan muda a sua versão original e assimila os Três Estados ao Parlamento original, que teria sido estabelecido pelos primeiros reis carolíngios. Esta releitura não apenas apresenta um status de preeminência do Terceiro Estado alargando o seu prestígio, mas coloca Os

Mas o principal defensor da doutrina que procura estabelecer as bases do poder e da preeminência do Parlamento, citado por Franklin, é o jurista huguenote Hotman, que concebe o antigo conselho como uma assembléia de toda a comunidade. Franklin conclui que do final do século XV até 1572,

> (...) *a tendência principal em matéria política seria favorável ao constitucionalismo. O último obstáculo que constitui o resíduo da autoridade absoluta não foi ainda derrubado. Portanto, no interior deste limite, a tendência constitucionalista é clara. A aprovação das cortes soberanas, na verdade aquelas dos Estados, é considerada como um elemento essencial em todos os domínios do direito, e a idéia de uma autoridade absoluta goza em última instância de um súbito processo de erosão progressiva.*[186]

Franklin reconhece que esta não é uma tendência universal, mas afirma que a posição destoante de um L'Hôpital, para quem o Parlamento teria apenas caráter consultivo, *"não seria necessariamente uma posição profundamente enraizada, mas seria antes uma estratégia política"*. Assim, para Franklin, "*A idéia de limitação pode assim aparecer como a opinião dominante na década que segue, 1560, e é uma opinião que está profundamente enraizada na tradição francesa. É à luz deste consenso que convém interpretar a primeira obra de Bodin*".[187]

Franklin pretende em seu livro demonstrar que as posições de Bodin indicam que a noção de poder absoluto deve ser entendida como sinônimo de absolutsmo monárquico. Para uma análise da questão deveria ser estabelecido o significado do conceito de poder absoluto em Bodin, tal como ele aparece na República. Franklin, entretanto, já pressupõe um conceito de "*absolutismo*" o qual teria retirado, principalmente, da prática absolutista dos séculos posteriores. Além disso, supõe a posição de Bodin absolutista tomando como seu oposto a concepção de constitucionalismo, seguindo a gênese anglo-saxônica deste conceito, no qual a soberania é constituída, a partir das querelas medievais que opuseram o

---

Estados Gerais como uma instituição cuja origem antecederia a casa real de França dos Valois, e até a dos Capetos, os reis que teriam estabelecido as bases do poder centralizado nas mãos do rei, mas retrocederia à instituição do reino de França em um momento de zênite do feudalismo!

[186] FRANKLIN. op. cit. p. 36.

[187] FRANKLIN. op. cit. p. 37. Observe-se que , em uma época caracterizada por disputas políticas e religiosas que levaram a França à beira da insolvência como Estado, pensar na existência de um consenso em uma matéria tão sensível parece ser uma posição muito frágil.

rei aos nobres, pela figura do rei em seu Parlamento. Não leva em consideração a história particular das instituições francesas, a constituição do reino de França e o caráter estatutário da realeza francesa.

Conclui que os estudos de Bodin, desde sua juventude, já estavam voltados para a questão da soberania[188] e que as tentativas de descobrir quais as prerrogativas de governantes que não poderiam ser detidas pelos magistrados teriam conduzido os estudos de Bodin para as questões relativas aos direitos do soberano. Entretanto, Franklin deixa escapar o exato elemento que permitiu a Bodin distinguir e definir o conceito de soberania : a distinção entre deter o poder e exercer o poder por delegação.

Bodin, nos *Seis livros da República,* introduz uma diferença fundamental entre governo e Estado à qual Franklin pouco se refere. Para Bodin, governante e soberano não são sinônimos: enquanto o soberano tem poder absoluto, o governante é um administrador da coisa pública e pode ter seu poder por delegação do poder supremo. Esta distinção aparece nos *Seis livros da República* e obriga Bodin a esclarecer a natureza absoluta e perpétua do poder soberano em contraste com a transitoriedade do poder governamental. A não percepção do caráter central desta distinção nos *Seis livros da República* encontra-se na origem da confusão em que incorrem inúmeros analistas de Bodin, incluindo Franklin.

Franklin argumenta que em relação à elaboração do conceito de soberania, Bodin teria esbarrado na ausência de uma definição das prerrogativas do soberano. O *Corpus Juris Civilis* não apresentaria nenhuma lista destas prerrogativas e os homens da Idade Média teriam suprido esta ausência incorporando a lista dos privilégios reais reivindicados por Frederico I na dieta de Roncaglia em 1158, os quais teriam sido ratificados pelas cidades italianas. Tal lista de privilégios, entretanto, tinha caráter estritamente feudal e eles não seriam aplicáveis à França uma vez que o direito medieval francês não teria estabelecido qualquer espécie de prerrogativas e a maior parte do direito em discussão se reportaria aos direitos feudais de natureza jurídica ou fiscal. A contribuição de Bodin teria sido colocar o problema das prerrogativas soberanas de maneira mais ampla do que havia sido até então.

[188] Segundo FRANKLIN, as pesquisas de Bodin sobre as características da autoridade suprema "*parecem ter saído de seus primeiros estudos, consagrados à inalienabilidade da soberania no direito romano e suas primeiras tomadas de posições sobre esta questão remontariam à sua juventude , nos anos 50 quando teria escrito uma ou duas monografias intituladas De imperio et jurisditione"* . FRANKLIN. op. cit. p. 40.

Bodin teria procurado derivar o conteúdo de autoridade suprema do próprio conceito de supremacia.

A mais importante conclusão de Bodin, a respeito da indivisibilidade da soberania, teria sido, para Franklin, uma conseqüência importante do método comparativo.[189]O método comparativo teria sido o resultado de uma revolução metodológica levada a cabo pelos juristas franceses do século XVI e da qual Jean Bodin teria sido um dos principais expoentes. Esta revolução, cuja base seria uma reavaliação do direito romano a partir das novas técnicas filológicas, teve como resultado uma mudança metodológica, e permitido a construção de um novo campo de análise para a história. Ao mesmo tempo lançou o direito romano e o francês em uma nova perspectiva, a medida em que a análise comparativa teria permitido compreender o sistema subjacente ao *Corpus Juris Civilis*.

Particularmente no que diz respeito ao direito público, os compiladores de Justiniano não desenvolveram novos princípios e os que são apresentados são , em sua maioria, peculiares às condições romanas e impossíveis de serem aplicados na França. Assim, esta análise comparativa teria tido como resultado o fortalecimento do direito consuetudinário francês.

A partir desta constatação, Franklin incorpora, em uma mesma perspectiva, as posições de Bodin e Hotman, evocando, para esclarecer as conclusões do método de Bodin, nada menos do que o *Antitribonien* de Hotman [190]. Coloca assim, dentro de uma mesma classe de pensamento, os juristas católicos e huguenotes que, embora comunguassem a concepção da existência de um direito consuetudinário francês, argumentavam, todavia, em direções opostas. Enquanto uns desejavam consolidar a centralização do poder monárquico, os outros pretendiam demonstrar a hipótese descentralizadora.

A indivisibilidade da soberania é, como observa Franklin, uma questão inédita, apresentada por Bodin pela primeira vez. Bodin critica a conclusão à qual Políbio,

---

[189] Ver FRANKLIN, Julian H. "*Jean Bodin and the sixteenth revolution in the methodology of law and history"*. New York: Columbia University Press, 1963.

[190] Em nota de rodapé, FRANKLIN refere-se ao tema da impossibilidade do uso do direito romano na França e remete para uma crítica mais detalhada do assunto ao *Antitribonianus*, de Hotman cujas perpectivas são divergentes em inúmeros pontos de Bodin, quer seja pelo fato de que Hotman pretender demonstrar que a monarquia francesa é eletiva e que o Parlamento constituiria o mais elevado poder, quer seja porque é escrito de uma perpectiva calvinista cujo modelo de organização política é o de Genebra.

Maquiavel e outros teriam chegado de que o governo misto constituiria um equilíbrio eficaz entre as diferentes influências e, como uma fórmula jurídica, instituiria uma partilha da soberania. Franklin afirma que a resposta de Bodin para esta questão é que só poderiam existir formas simples de Estado: a monarquia, a aristocracia e a democracia, o que seria uma conclusão de ordem prudencial ou política.

Franklin têm vivas, em sua mente, as constituições dos parlamentos inglês e particularmente norte-americano e como exemplo da possibilidade de governo misto indica o papel do presidente dos Estados Unidos *"que, em virtude de seu direito de veto, seria membro do legislativo da mesma forma que as duas Câmaras do congresso".*[191]

Entretanto, Franklin não observa que, na verdade, é o próprio conceito de soberania, tal como Bodin o define, que determina a sua natureza indivisível. Tomado em seu limite, o conceito de soberania definiria quem decide em última instância. Trata-se, como veremos adiante, de uma definição limite, cuja forma pura se apresenta claramente em estado de um conflito de fato. Em uma crise, o soberano é encontrado na instituição que detém o poder de decisão final.

Franklin refere-se, com freqüência, ao atual Estado norte-americano, como demonstração da possibilidade da existência de uma soberania mista, observando que ocorreria ali uma partilha da soberania entre presidente e Congresso. No caso americano, embora o presidente possua poder de veto, tal como os magistrados e parlamentos franceses detinham, em algumas circunstâncias, em relação às decisões do rei, isto não interferiria nem determinaria a soberania. Assim, como no caso francês, enquanto o Parlamento não poderia destituir o rei em caso de conflito, também no caso americano, o presidente não pode destituir os membros do Congresso, o que constituiria uma usurpação da soberania popular.

Analisando o caso norte americano, do ponto de vista da teoria de Bodin, podemos constatar que o Congresso norte americano deteria o poder supremo de legislar, possuindo, inclusive o poder de deliberar sobre o impedimento do presidente, prerrogativas da autoridade soberana. Por isto, seguindo a definição estrita de Bodin, os Estados Unidos da América seriam, hoje, uma democracia, enquanto a França de sua época seria uma

monarquia. Mesmo no caso das democracias parlamentares, em que a situação de conflito pode levar à dissolução do Parlamento, não implicariam em reconhecer no presidente ou primeiro ministro poder soberano, mas apenas que o Parlamento teria deixado de representar a vontade popular e uma nova eleição constituiria uma nova consulta para restabelecer a representatividade perdida. Segundo as premissas de Bodin, a soberania, em nesses casos, pertenceria a todo o povo, constituindo, portanto, democracias.

Franklin, na verdade, ignora a distinção, crucial para Bodin, entre o poder soberano do Estado e o governo, o exercício deste poder. É exatamente esta distinção que permite a Bodin o refinamento do conceito de soberania e dela decorre que os denominados estados mistos, seriam Estados nos quais a soberania sweria de fato simples e residiria em apenas um dos corpos sociais e o governo constituiria uma outra instância do Estado cujo poder seria exercido por um outro, ou outros, corpos do Estado.

Franklin não distingue, ao longo do texto, governo e soberania, usando um ou outro termo indistintamente e, freqüentemente, trocando um pelo outro. Esta distinção não se encontrava explícita no *Methodus*, mas ali encontramos conclusões cujo sentido é o mesmo apresentado nos *Seis Livros da República* e cujo significado só é apreendido se levarmos em consideração que a distinção entre Estado e governo, embora ainda incipiente, apresentava-se implícita no texto.

Além disso, a definição de soberania, em Bodin, não admite a idéia de exercício, tal como Franklin emprega. O exercício cotidiano da justiça, característico das magistraturas, e o caráter administrativo do poder pertenceriam à esfera do governo, que teria, para Bodin, o poder por comissão. Já o poder soberano é poder por definição, não se trata de exercício, mas de uma potencia que institui e constitui o próprio Estado.

Franklin conduz sua análise a partir de um modelo de Constituição e Estado que caracterizariam os Estados Nacionais modernos, a partir do século XIX. Pressupõe um caminho linear que conduziria os Estados do século XVI às formas constitucionais atuais. Partindo basicamente das concepções de Montesquieu e Locke, projeta sobre o passado um modelo idealizado de Estado e conclui que todo desvio deste padrão constituiria um erro.

---

[191] Ibidem, p. 47.

Por este motivo afirma que Bodin teria se enganado ao tentar ilustrar e aprofundar o princípio de indivisibilidade na República.[192]

O erro de Bodin, segundo Franklin, estaria no fato de imaginar que em um Estado misto tanto o povo, o rei, como a nobreza, teriam o poder integral, ao mesmo tempo. Claramente adepto da Constituição mista, Franklin julga que Bodin teria ignorado uma outra forma de distribuição de poder, que consistiria em partilhar os direitos da soberania em diferentes parceiros tomados isoladamente. Isto implicaria em um sistema de poder com regras expressas ou implícitas de coordenação, graças às quais as funções dos diferentes poderes puderiam ser ajustadas umas às outras. Franklin refere-se à distribuição clássica, dos poder entre os poderes legislativo, executivo e judiciário.[193]

Franklin vê em Bodin um absolutista monárquico porque parte da concepção de absolutismo como seria concebida no século XVIII pelos opositores das monarquias absolutas. É este o conceito que projeta no passado e através dele julga o pensamento de Bodin. Estudioso de Locke, Franklin não hesita em argumentar , contra Bodin que:

> (...) *próprio Locke, que bem mais tarde recomendará a separação do legislativo e do executivo e que tinha sob seus olhos um exemplo claro de separação na constituição inglesa, continuava a pensar que o primeiro destes poderes deve ser subordinado ao segundo e que a independência do rei da Inglaterra em matéria executiva repousa sobre seu direito de veto em matéria legislativa. Sem veto, parece dizer Locke, as duas câmaras do Parlamento teriam a faculdade de anular no poder executivo a sua vontade.*[194]

Franklin afirma que, para Bodin, a constituição mista entraria em conflito com a supremacia do poder de fazer a lei e que o malogro da tentativa de distribuição dos poderes seria uma conseqüência necessária do conflito entre os poderes de fazer a lei, julgar e executar. Bodin recusaria a idéia de uma coordenação constitucional entre parceiros iguais porque atribuiria ao poder de fazer as leis o caráter absoluto.

---

[192] FRANKLIN. op. cit. p.p. 47- 48.

[193] Como bem demonstra FOURNOL em livro "*Bodin, predecessseur de Montesquieu*" Bodin, por meio da separação entre Estado e governo teria lançado as bases para a divisão dos poderes tal como pensada por Montesquieu. Observe-se, além disto, que a posição de Montesquieu tinha grande afinidade com a doutrina de Locke. Em particular, no caso de Bodin, não há uma partilha da soberania, mas um poder, o legislativo e uma divisão das tarefas do executivo e judiciário na esfera do governo.

[194] FRANKLIN cita aqui a passagem de John Locke, *Two treatises of Government* . Cap. II, parágrafo 152. Cambrige: Cambridge University, 1988. Citado por FRANKLIN. op. cit. p. 49.

Franklin chega a observar a existência de uma distinção entre forma de Estado e forma de governo em Bodin, mas abandona a questão para o estudo da tese absolutista. Contrapondo a posição de Bodin na República àquela anteriormente apresentada no *Methodus*, observa que, embora Bodin afirme que exista sem dúvida um sentido segundo o qual o soberano deva ser superior à lei, a fim de poder modificá-la de acordo com as circunstâncias, esta posição no *Methodus* seria mais nuançada: a superioridade de um soberano em relação à lei não implica que seja necessário ou conveniente que ele tenha a liberdade de modificá-la a sua vontade.

Franklin acredita ter encontrado uma contradição na teoria de Bodin, mais explicita no *Methodus* do que nos *Seis Livros da República.* Se para Bodin seria necessário que aquele que ordena fique acima da lei, ao mesmo tempo afirmaria que nada impediria o príncipe, uma vez a lei promulgada e aceita por um consentimento unânime, ser contido por esta lei que ele próprio ordenou. Franklin conclui que a superioridade do rei sobre a lei seria rigorosamente limitada nos casos os quais ele possuísse o consentimento da comunidade para modificá-la. Como seria o consentimento geral da comunidade que daria última sanção à um ato de legislação, o rei estaria sujeito aos seus próprios comandos quando este consentimento tivesse sido dado. Esta seria a posição adotada por Bodin no *Methodus* que seria radicalizada na *República.*

Franklin reconhece que, ao sustentar nos *Seis Livros da República* que o rei de França é absoluto, Bodin, não pretendia se opor ao conjunto de limitações estatutariamente admitidas. Bodin teria, segundo Franklin, procurado recuperar aquelas que lhe pareceriam as mais válidas, quer fossem conseqüências da lei da natureza quer fossem de regras da lei fundamental. Para Franklin, *em todo o caso, La Republique é mais radical do que Bodin pensa.*[195]

Segundo Franklin, a posição tradicional do pensamento francês, anterior a Bodin, tenderia à monarquia constitucional. Esta concepção, entretanto, seria segundo Franklin, o reflexo de um delicado equilíbrio na tradição constitucional francesa e, por este motivo, seria caracterizada pela ambigüidade. Para Franklin, Bodin teria eliminado precisamente os elementos ambíguos que poderiam favorecer as pretensões constitucionalistas.

Entretanto, segundo Franklin, a importância destas mudanças não residiria nas previsões de Bodin quanto às modalidades práticas da ação governamental. Seu alcance real residiria no seu significado jurídico à medida que teria aberto espaço para que o rei estivesse habilitado a operar importantes mudanças legislativas sem consultar os Estados, abrindo, assim, a via para a autocracia. Mesmo os limites apresentados por Bodin, para Franklin, tal como o consentimento aos novos impostos, seriam incompatíveis com os fundamentos de sua teoria, e aqueles que, a seguir, adotaram seus princípios, teriam abandonado estes limites rapidamente.

Franklin observa que após a coroação de Henri IV, quando a luta religiosa se apaziguava pouco a pouco, os setores dirigentes aliados ao rei teriam encontrado na teoria de Bodin, particularmente na condenação à resistência violenta ao soberano, os recursos necessários para justificar a passividade política. Apoiado na doutrina de Bodin, Henri IV teria encontrado justificativas para não mais reunir os Estados Gerais. E, prossegue Franklin, em direito, ao menos, o princípio absolutista de Bodin teria correspondido pouco a pouco àquele que viria a ser o dos reis Bourbons: "*o absolutismo original de Bodin se tornaria no futuro a doutrina constitucional oficial do antigo regime.*"[196]

Além disso, Franklin estende a influência da doutrina absolutista de Bodin por toda Europa e em particular à Inglaterra e Alemanha. No caso inglês, durante os conflitos constitucionais do século XVII, Bodin teria fornecido:

> (...) *todo o arsenal de argumentos pré-fabricado, ou mais precisamente, teria fornecido um modelo para desenvolver seus argumentos. A República contribuirá para mostrar como todos os freios medievais ao poder real podem ser privados de seu poder de constrangimento.*[197]

Para ele, *mutatis mutandis,* a receita imaginada por Bodin a propósito da França, pode igualmente se aplicar à Inglaterra, onde teria sido elaborada uma versão inglesa, baseada nas idéias de Bodin de indivisibilidade da soberania.

---

[195] FRANKLIN. op. cit. p. 171
[196] FRANKLIN. op. cit. p. 171.
[197] FRANKLIN. op. cit. p.p. 171-172.

Franklin procura encontrar em Bodin a fonte para as doutrinas nas quais a autoridade absoluta seria a condição natural de toda monarquia. Assim, para os defensores da teoria de Bodin, aqueles que defenderiam a restrição do poder monárquico pelo Parlamento seriam republicanos ou anarquistas.

Franklin não hesita em atacar violentamente a obra de Bodin:

> (...) *a história da teoria bodiniana do absolutismo é extremamente pungente. Não somente a idéia é mal sucedida do ponto de vista ideológico, uma vez que serão outros os valores que prevalecerão e, além disso, este insucesso ideológico é marca de fraquezas intelectuais internas. A despeito de toda engenhosidade que lhe é consagrada, quanto mais a doutrina se aperfeiçoa, mais ela é conduzida, por sua própria lógica interna, a ignorar , até mesmo recusar, a história passada das instituições européias, assim como as possibilidades políticas ligadas ao seu desenvolvimento. As teorias constitucionalistas do século XVI dão, ao contrário, uma versão mais precisa desta realidade.* [198]

Adepto da tese constitucionalista, Franklin não esconde, ao longo de seu texto, sua simpatia pelos huguenotes e particularmente por Hotman. Lamenta que a posição de Hotman não tenha tido tanta repercurssão quanto a posição de Bodin: "*malgrado a atração que exerceu nos anos 1570 e 1580, nenhum importante setor de opinião teria se disposto a continuar o combate*".[199] Mesmo reconhecendo a importância da influência da obra de Bodin no pensamento político posterior, Franklin prefere ressaltar a importância do pensamento de Hotman e dos huguenotes, particularmente no que diz respeito à concepção contratualista.

A leitura de Bodin permite compreender que ele recusa o modelo de contratualismo defendido pelos huguenotes porque esta lhe parecia uma concepção fragmentadora do Estado. Mas os olhos de Franklin estão postos na posteridade e no sucesso que a história traria à concepção contratualista: *De um certo ponto de vista , os huguenotes teriam sido mais importantes, uma vez que fornecem um número de fontes mais diretas da idéia contratualista, que fundaria a teoria ulterior de direito público.*[200]

A questão do juramento de sagração é apresentada por Franklin como um dos principais pontos da defesa de Bodin do absolutismo. Segundo Bodin, ainda que o rei

[198] FRANKLIN. op. cit. p. 174.
[199] FRANKLIN. op. cit. p. 170.
[200] FRANKLIN. op. cit. p. 180.

prestasse juramento no momento de sua coroação, este juramento não implicaria na obrigação de manter a lei existente. Franklin acredita que neste ponto Bodin contrariaria seu próprio princípio e o de autores seus contemporâneos, que defenderiam vigorosamente que uma obrigação assumida e contratada pelas regras era sancionada pela lei da natureza. Entretanto, afirma que a solução de Bodin teria consistido em dizer que a promessa feita pelo rei, como a promessa feita por qualquer indivíduo, cessa de obrigar aos olhos da lei natural, quando as razões de respeitá-la deixem de existir.

As limitações reconhecidas por Bodin ao poder absoluto na França se repartiriam em duas grandes categorias: as primeiras derivariam da lei natural e visavam essencialmente à proteção dos direitos do indivíduo; as segundas seriam as leis fundamentais positivas que garantiriam a continuidade e os recursos da coroa, as quais Bodin denomina *lois royales* ou *leges imperii*. Franklin passa a enumerar as restrições previstas por Bodin e demonstrar que são compatíveis com o absolutismo.

Segundo Franklin,

> *(...) Na construção de sua argumentação em favor do absolutismo, ele [Bodin] é extremamente respeitoso em relação à validade da lei fundamental. De uma forma ou de outra, ele trata de retomar pelo menos algumas das limitações jurídicas tradicionalmente consideradas como indispensáveis. Ainda que esta acomodação seja paga ao preço da incoerência, Bodin é evidentemente sincero*"[201]

Ao discorrer sobre a primeira lei fundamental do reino, que trata da sucessão ao trono e da lei contra a alienação do domínio real, que estabelece que o sucessor tem o direito de usufruto do patrimônio do reino, sem poder incorrer, entretanto, em nenhuma diminuição, Franklin conclui que, para Bodin, não só estas leis são essenciais para a estabilidade política, mas que seriam plenamente compatíveis com o absolutismo. Considerando a concepção de Bodin patrimonialista, observa que em Estado patrimoniais, o ocupante é livre, tecnicamente falando, para transmitir a coroa a quem bem lhe pareça:

> (...) *Na França, ao contrário, o ocupante do trono tem recusado, tecnicamente falando, todo o seu direito de tomar disposições testamentárias, posto que a coroa se transmite automaticamente pela primogenitura da descendência masculina.*

[201] FRANKLIN. op. cit. p. 114.

> *Assim, no que diz respeito à designação de seu sucessor, o rei de França é mais limitado que o rei de uma monarquia eletiva.* [202]

Uma tal regra seria plenamente compatível com a autoridade absoluta:

> (...) *a supremacia absoluta não implica necessariamente, para seu possessor, no direito de determinar que situações prever quando deixar a cena. Deve, bem entendido, possuir plenamente a autoridade jurídica de definir a situação no presente. Mas este poder não é afetado se lhe é recusado o direito de designar seu herdeiro. Em outros termos, a situação que a lei de sucessão procura regulamentar só é criada pela morte do príncipe.*[203]

Segundo Franklin, a versão que Bodin dá à questão tem suas idéias introduzidas *graças a uma distinção concisa, mas eficaz, entre os poderes da função real e o título do ocupante na possessão desta função. A função real pode ser absoluta, o titular desta função faz uso no presente de todos os poderes que ela comporta*.[204] O autor parece perceber, aqui, a diferença, fundamental para o pensamento de Bodin, entre a pessoa do rei e sua condição de pessoa pública, mas não avança na análise.

Franklin acredita que a função da lei de sucessão monárquicq seria introduzir uma restrição: o direito que possui o ocupante do trono a esses poderes existe apenas enquanto está vivo. Por este motivo a lei de sucessão ao trono poderia ser considerada como uma cláusula restritiva anexada à coroa em favor do herdeiro designado.

Franklin acusa Bodin de não apresentar qualquer explicação quanto à maneira como a anexação das leis à coroa teria sido produzida. Conclui que se trataria de um elemento fixado pelo costume e, no caso específico da Lei Sálica, constituiria um costume especificamente francês e diferente de qualquer outra prática em qualquer lugar do mundo. Deduz daí, que Bodin não teria sentido a necessidade de analisar as origens desta regra senão para apenas combater a hipótese dos huguenotes e de Hotman, demonstrando que a coroa francesa não derivaria de algum tipo de eleição original.

Ora, Bodin não sente a necessidade de demonstrar a origem da Lei Sálica porque se tratava de uma prática secular, estabelecida e firmada pelo costume e que constituía,

---

[202] FRANKLIN. op. cit. p.p. 116-117.
[203] Ibidem, Ibidem.
[204] Ibidem, p. 117.

reconhecidamente, não apenas a base do poder do rei francês, mas um dos fundamentos do Estado francês.

A constituição estatutária do reino não se encontra, para Bodin, em discussão. Rever os princípios estatutários não seria atentar contra a pessoa do rei, mas contra a dignidade do próprio Estado francês. A concepção apresentada pelos huguenotes não é tida, por Bodin, como uma outra possibilidade a ser analisada sobre a origem da monarquia francesa, mas como uma tentativa de golpe, de mudança da forma do Estado e é precisamente isto que ele pretendia demonstrar e se contrapor.[205]

Franklin parece concordar com a interpretação huguenote segundo a qual a Lei Sálica seria uma alteração, introduzida pelo costume, contra um sistema anterior e original de eleição. Ora, para Bodin, aqui, não se trata, como quer entender Franklin, de um debate acadêmico sobre as origens da monarquia francesa. Tratar-se-ia, acima de tudo, de um confronto de posições e forças políticas, que oporia as forças huguenotes favoráveis à mudança dinástica às forças católicas favoráveis à atual casa real.

Quando Franklin afirma que Bodin tenta se opor por todos os meios à versão constitucionalista da história da França, [206] aceita a versão huguenote que liga a tese constitucionalista à origem eletiva da monarquia. A recusa de uma origem eletiva da monarquia no período dos francos era considerada, desde o período de consolidação da monarquia francesa, ainda na Idade Média, uma questão vinculada ao estabelecimento do próprio reino de França e fundamental para sua distinção específica em relação à autoridade imperial medieval, uma vez que garantiria sua não subordinação ao Sacro Império.[207]

A posição huguenote, do ponto de vista de Bodin, tenderia à fragmentação tal como ocorria com o Sacro Império e teria como decorrência direta a manutenção dos privilégios feudais.

Franklin não apresenta as bases da monarquia francesa a partir das especificidades da gênese de sua instituição, mas a partir de um modelo geral de monarquia feudal, aplicável à Inglaterra ou ao Sacro Império. A concepção, durante muito tempo disseminada de um

[205] As questões referentes à natureza das Leis Fundamentais do Reino, a Lei Sálica e o papel destas leis estatutárias na obra de BODIN, serão apresentados nos capítulos posteriores.
[206] FRANKLIN. op. cit. p. 118.
[207] Trataremos da questão do estabelecimento da monarquia francesa nos capítulos seguintes.

feudalismo uniforme e a absorção das origens da monarquia francesa às mesmas condições do Sacro Império Romano Germânico, teriam impedido que Franklin observasse essas especificidades. Entretanto, os trabalhos de historiadores como Marc Bloch[208] têm apresentado uma base histórica que permite compreender com maior clareza as afirmações de autores como Bodin, que antes vinham sendo interpretadas à luz de concepções cada vez mais generalizantes.

Da dificuldade de interpretar o caráter das leis fundamentais do reino de França, como momento instaurador do ordenamento jurídico e, portanto, do Estado francês, deriva a dificuldade de Franklin em distinguir a pessoa pública do rei de sua pessoa privada. Interpreta o caráter público da realeza como uma espécie de soberania popular e por isto afirma que "*Bodin está perigosamente próximo de admitir que o povo possui o poder de fazer as leis fundamentais, o que sugeriria que o povo ou o reino possuiriam uma majestade "real" distinta da majestade "pessoal " do rei e superior a esta últimd*'.[209] É notável aqui a confusão entre povo e reino, que Franklin trata como sinônimos, da mesma forma como não distingue comunidade, povo e reino. O reino constituiria um corpo que seria, segundo a fórmula medieval *corpus reipublicae mysticum*, fonte da soberania e majestade. É no sentido de corpo público, derivado da noção de bem comum, que Bodin refere-se à majestade do reino. Daí não decorre nenhuma concepção de poder popular, mas de um poder do que é comum e que , por este motivo, é superior à parte.

2.2. 5 Zygmunt Izdebski.

Izdebski[210] , estudioso polonês, parte da seguinte questão: *qual classe socia se encontra refletida nas idéias de Bodin no século XVI ?* Marxista, observa que, embora à primeira vista pareça evidente que se trataria da burguesia nascente, o período particularmente conturbado em que Bodin escreve os seus "*Seis Livros da República*" exige

[208] BLOCH, Marc. "*A Sociedade Feudal*". 2. ed. Lisboa: Edições 70, 1987 . "*Les Rois Thaumaturges*". Paris: Gallimard, 1983.
[209] FRANKLIN. op. cit. p. 118, nota 01. As aspas são do autor.
[210] IZDEBSKI, Zygmunt. "Quelques observations sur les idées politiques de Jean Bodin". Lódz : *Societas Scientiarum Lodziensis*. N°. 59, 1965.

uma análise mais detalhada do problema, uma vez que um conflito sangrento teria tomado o lugar de uma aliança anti-feudal que uniria rei e burguesia. Vê na obra de Bodin uma nota contrária à tradicional concepção marxista de aliança burguesia-rei.

O autor considera que teria sido, acima de tudo, a doutrina dos huguenotes, definitivamente hostis a toda a concepção de soberania absoluta do rei, que exprimiria a ideologia burguesa desta época. Em seu estudo, Izdebski pretende elucidar os condicionamentos sociais da doutrina de Bodin. Para este autor, "*o objetivismo político de seu método histórico não é nada mais do que uma aparência que dissimula postulados concebidos a priori de essência ideológica.*" [211] Assim se refere o autor: "*A ciência soviética sublinha a percepção por parte de Bodin de certas regularidades do desenvolvimento da vida social*" [212]. Neste sentido, segundo o autor e de acordo com a "ciência sovietica" um dos principais méritos de Bodin teria sido o fato de ter estudado a influência do clima sobre os costumes e sobre os usos políticos. "*É necessário também lhe atribuir o mérito de não ter caído em um fatalismo geográfico, embora a concepção dos condicionamentos essenciais do desenvolvimento social faltem em sua doutrind*" [213]

Para Izdebski, o método de Bodin não seria propriamente histórico, no sentido próprio da palavra, nem empírico, nem indutivo, mas jurídico-dedutivo. Tratar-se-ia de um método de persuasão, aplicado com rigor e competência e de forma alguma um método científico. Sua base seria o método ramista, baseado na argumentação e dedução, o qual correspondia perfeitamente às necessidades dos tribunais.[214] Por este motivo, "*para bem compreender certas passagens de Bodin, é necessário lê-las em voz alta, porque o autor*

---

[211] IZDEBSKI, Zygmunt. op. cit. p. 8.
[212] Ibidem, ibidem.
[213] O autor cita aqui a *Histoira des doctrines polítiques, Académie des sciences de l'URSS.* Cap. VIII. Moscou: 1955. IZDEBSKI, Zygmunt. op.cit. p. 177.
[214] Segundo o autor, o método de Bodin seria em seu conjunto apriorístico e dedutivo, mais jurídico que histórico. Este método, ainda baseado nos métodos escolásticos, consistiria de um sistema de argumentação, com uma primeira parte denominada "*inventio*" constituída das definições apriorísticas e divisões dicontômicas. A segunda parte "*iudicium*" era uma sistematização dos argumentos. A etapa final, "*methodus*", tinha por finalidade confirmar as definições estabelecidas e era constituída das descrições e exemplos apropriados para este fim. Como observa McRae, as obras de Bodin "*Iuris Universi Distributio*" e "*Methodus*" seguem visivelmente o procedimento metodológico ramista , principalmente no que diz respeito ao uso da "inventio" nas definições e divisões do "Iuris" e da "iudicium" e "methodus" no "*Methodus*". Ver McRAE, Kenneth. "Ramist tendences in thought of Jean Bodin", in "*Journal of History of Ideas*". 1955, no. 3. Citado por IZDEBSKI. op. cit. p. 17.

era, sobretudo, um orador. Acrescem-se a isto o fato de ser Bodin um tipo particular de orador, jurista, advogado e procurador do rei."[215]

Segundo Izdebski, para Bodin, a maior tarefa da história seria servir à política.[216] Sua análise da história teria como finalidade encontrar nas instituições jurídicas as bases da organização do poder. Bodin teria compreendido que estas instituições não possuiriam uma vida isolada e independente da sociedade, mas na verdade constituiriam produtos e instrumentos de certas forças sociais e políticas e deveriam ser examinadas na dialética destas forças, compreendendo em um mesmo fenômeno os elementos da forma e os elementos da matéria. Afinal, seria uma certa ordem social preestabelecida de fato e dominante que daria às formas institucionais seu sentido interno e que determinaria seu lugar social. Da diferença das ordens sociais resultaria, às vezes, uma divergência tão grande de conteúdo das noções jurídicas correspondentes que, malgrado as semelhanças formais destas noções, não se poderia reduzi-las a um denominador comum.[217]

Na visão do autor, as concepções de Bodin conteriam uma antinomia interna inquietante. Sua concepção de fins do poder imporia limites à ação soberana em relação aos direitos de seus súditos. O autor socialista considera esta concepção como um aspecto essencialmente liberal do seu pensamento, porque estaria baseada na defesa que Bodin faz da propriedade como um direito natural do homem. Por outro lado, a concepção de Bodin da essência jurídica do poder seria absolutista, porque excluiria toda a limitação ao poder soberano. [218]

De acordo com Izdebzki, para Bodin a justiça constituiria o fim do poder do Estado e as exigências da justiça conduziriam à noção de obediência do rei ao direito divino: "*Porque se a justiça é o fim da lei, a lei obra do príncipe e o príncipe a imagem de Deus, é*

---

[215]IZDEBSKI, Zygmunt. "Quelques observations sur les idées politiques de Jean Bodin" , Lódz: *Societas Scientiarum Lodziensis*. N°. 59, 1965. p. 17.

[216] " (...) *fructus historiae nulli sum uberiores, quam qui statu Rempublicarum decerpi consueverunt* " Ver *Methodus*, prefácio.

[217] Aplicando esta análise ao conceito de soberania, IZDEBSKI observa que é a diferença de ordem social e notadamente a diferença da dominação de classe que dá à noção de soberania popular uma significação social completamente diferente nos estados socialistas e nos estados burgueses. A noção de soberania popular e as instituições do regime político que dela resultam exprimem, nos estados burgueses, uma ditadura capitalista enquanto que nos estados socialistas exprimem uma ditadura do proletariado que se transforma com o tempo em um estado do povo inteiro. Ver IZDEBSKI. op. cit. p. 19.

necessário que por esta mesma razão que a lei do príncipe seja feita segundo o modelo da lei de Deus".[219]

Para este comentador, quando Bodin refere-se à lei de Deus, teria como fonte fundamental o Antigo Testamento[220]. Ao lado da Lei de Deus, Bodin daria primazia à lei natural. Para Bodin a lei natural teria sido criada por Deus e por este motivo seu conteúdo não pode ser contrária às Suas leis. Deste modo, o conteúdo do direito natural, que se encontra presente nos direitos positivos de todos os povos, constituiria uma espécie de direito universal e sua interpretação dependeria das normas da lei de Deus.

Isto explicaria, segundo Izdebski, o direito inalienável à propriedade privada, que seria um postulado tanto da lei natural quanto de Deus. Segundo Bodin, a lei de Deus garantiria que a propriedade dos bens seja guardada a cada um. Bodin investiria contra toda e qualquer defesa da propriedade comum, atacando tanto a concepção feudal quanto a platônica. Também a obrigatoriedade dos contratos assumidos, a salvaguarda dos direitos adquiridos, a liberdade de comércio e a liberdade de consciência constituiriam em Bodin imperativos do direito divino e natural.

Izdebski afirma que Bodin "*nutria uma aversão pelo regime democrático*" [221] e teria acumulado "*todas as reprovações possíveis contra ele , da reprovação da burocracia e da indolência administrativa*"[222]. Bodin teria concluído que o Estado popular seria "*uma besta de muitas cabeças*" incapaz de tomar decisões racionais e acabaria por banir a virtude.[223] Esperar decisões e conselhos do povo *"seria a mesma coisa que esperar sabedoria de loucos*".[224]

Izdebski atribui à identificação de Bodin com o regime monárquico sua atitude hostil ao regime popular e à tendência de identificar a idéia de unidade do Estado com os atributos pessoais do rei. Acredita que a idéia de unidade do Estado seria uma conseqüência da concepção de que o Estado poderia ser encarnado apenas pelo rei. Segundo Izdebski, a

---

[218]IZDEBSKI, Zygmunt. "Quelques observations sur les idées politiques de Jean Bodin". Lódz: *Societas Scientiarum Lodziensis*. N°. 59 , 1965. p. 19.
[219] *Seis Livros da República.* I, 1. p. 161. Citado por IZDEBSKI. op. cit. p. 20.
[220] Ver BAUDRILLART. op. cit. p.142; IZDEBSKI. op. cit. p.20; MESNARD.
[221] IZDEBSKI. op. cit . p. 24.
[222] Ibidem, ibidem.
[223] *Seis livros da República.* I,VI, p. 942. Citado por IZDEBSKI. op. cit. p. 25.

redução da soberania absoluta ao poder absoluto pessoal do rei como forma de realização da unidade do Estado seria uma manobra destinada a opor uma barreira às doutrinas que pretendiam atribuir a soberania diretamente ao povo.[225]

Izdebski identifica Bodin com a posição absolutista, entre outras coisas, porque historicamente "*a monarquia limitada ainda não tinha nascido*" [226] Sustentado pela concepção materialista dialética marxista, Izdebski procede a uma unálise histórica mais precisa das idéias de Bodin do que as apresentadas pelos autores anteriormente analizados. Afirma ainda que, Bodin não podia ser realmente um liberal, porque em seu período as condições materiais e históricas que permitiriam o aparecimento desta ideologia ainda não se tinham constituído. Todavia concebe a concepção de Bodin como absolutista, diametralmente oposta ao liberalismo.

Segundo Izdebski:

> (...) *do ponto de vista marxista uma doutrina política é um elemento da superestrutura ideológica de uma base econômica dada. É o reflexo da classe social da qual traduz as necessidades.* (...) *Preconizando a unidade e indivisibilidade da soberania, Bodin nos aparece como um partidário da monarquia absoluta que respondia às necessidades e aos interesses da nobreza e da burguesia nascente. Ele tomou partido do absolutismo real à época em que o absolutismo jogava ainda um lugar progressista no desenvolvimento da sociedade européia ocidental*". [227]

Entretanto, Izdebski parece não concordar totalmente com o que denomina "*ciência soviética*". Em sua tentativa de compreender a singularidade da posição de Bodin, oposta àquela que deveria ser a tendência da burguesia de sua época, observa que as doutrinas de um autor dependem de forma decisiva das diferentes influências exercidas sobre a sua formação. Afirma que estas influências, de acordo com os fundamentos marxistas, devem ser encontradas na infra-estrutura, isto é, nos elementos sócio-econômicos.[228] Em

---

[224] Ibidem , ibidem.
[225] IZDEBSKI. op. cit. p. 25.
[226] IZDEBSKI. op. cit. p. 25.
[227] IZDEBSKI cita texto da "*Academia de Ciências da URSS*", p. 181. Ver IZDEBSKI. op. cit . p. 26.
[228] O autor observa que este é um ponto importante que diferencia as 'ciências ocidentais' que, embora reconheçam a necessidade do estudo dos condicionamentos das doutrinas políticas, consideram como decisivos não apenas os elementos sócio-econômicos mas o resultado de fatores numerosos que interagem uns sobre os outros. IZDEBSKI. op. cit. p. 28.

conseqüência, para Izdebski, o problema dos condicionamentos socio-econômicos da doutrina de Bodin mereceria um estudo mais aprofundado do que a simples constatação de que se tratava de um pensador burguês que tomou partido do absolutismo. Embora fosse um escritor burguês, Bodin não se alinhava com a burguesia huguenote e ocupava uma posição à parte ao defender a soberania absoluta do rei. Nesta perspectiva, sua posição não podia ser explicada pelo caráter ideológico dominante da burguesia de sua época.

Para Izdebski, os fundamentos da teoria política de Bodin conteriam uma antinomia interna. Sua concepção dos fins do teria uma tendência liberalizante, como, por exmplo, a defesa da propriedade privada, o que implicaria em certos limites ao poder soberano. Contraditoriamente, sua concepção da forma do poder seria absolutista, excluindo toda a limitação ao poder do soberano.

Essa antinomia poderia ser explicada a partir dos critérios de classes sociais. Se Bodin tivesse escrito a seus *Seis Livros da República* no início do século XVI, poderia ser denominado, sem hesitação, de pensador burguês e não existiria antinomia entre os postulados liberais da burguesia e a política do monarca absoluto. No início do século XVI o desenvolvimento da indústria e do comércio exigia a destruição dos entraves feudais à expansão dos comerciantes e do capital. O rei de França, que lutava contra as forças feudais pela centralização do poder, se tornara um aliado natural da burguesia.

Entretanto, observa Izdebski, Bodin escreveu e publicou a sua obra em uma época na qual a aliança do rei e da burguesia não mais existia. Em lugar desta aliança existia um conflito sangrento entre a burguesia huguenote e a realeza católica. A disposição das forças e, consequentemente, os antagonismos de classe tinham mudado radicalmente. A burguesia não procurava mais a salvaguarda contra a pressão feudal, mas lutava agora contra a pressão de uma administração centralizada.

Uma nova filosofia política traduzia este novo jogo de forças e de interesses de classes. Os huguenotes constituiriam uma aliança dos protestantes com a burguesia que se opunha energicamente à teoria do poder absoluto e soberania do rei. Bodin, embora fosse um escritor burguês, era partidário da soberania absoluta do rei e ocupava, portanto, uma posição à parte que não pode ser explicada pelo caráter geral da ideologia de seu tempo.

O caráter de classe da doutrina de Bodin não pode ser perfeitamente apreciado, segundo Izdebski, sem levarmos em consideração o fato de que Bodin, mais do que um escritor era um legista. Os legistas constituíam não somente uma profissão, mas ainda uma camada de origem burguesa, que possuía seus próprios interesses e aspirações sociais.

À época da aliança do rei e burguesia, os legistas exerciam uma influência sobre a política e sobre a administração real, sobretudo, pelo intermédio das "*gens de robe*", entre os quais eles ocupariam o primeiro lugar. Quando o conflito entre burguesia e rei eclode na metade do século XVI, os legistas não estavam entre os adversários do monarca.

Assim, segundo Izdebski, em uma ruptura com sua classe de origem, os legistas teriam defendido sem reservas a monarquia absoluta e insistiriam sobre a onipotência do rei que só estaria subordinado à sua consciência e à lei divina e natural. Isto ocorreria porque a falta de garantias positivas da inviolabilidade do direito de propriedade privada constituiria um grave perigo para os homens de negócio. Segundo Izdebski este problema não inquietava de forma alguma a classe dos legistas, uma vez que suas posições eram provenientes unicamente da graça do príncipe e, neste sentido, a influência da hierarquia dos funcionários reais sobre a vontade do príncipe constituiria a melhor garantia de seus interesses. Neste sentido, para Izdebski, "*estes condicionamentos sócio-econômicos das opiniões do autor da République explicam suficientemente o enigma das contradições aparentes de sua teoria do poder*".[229]

Para Izdebski, "*o nó do problema do lugar social de uma doutrina não consiste apenas na questão da influência do meio social sobre a formação das concepções do autor.*"[230] O que é ainda mais importante é "*como a doutrina foi aplicada e em proveito de que*"[231].

Segundo o autor seria no século XVII que a teoria de Bodin teria deixado realmente a sua marca. A doutrina de Bodin se tornaria "*o reflexo dos interesses de uma nova classe dominante que se formaria em torno do trono, composta de certas famílias aristocráticas, da nobreza de espada e da nobreza de toga.*" [232] E, ainda, "*se há na concepção de Bodin*

[229] IZDEBSKI, Zygmunt. op. cit. p. 46.
[230] IZDEBSKI. op. cit. p. 46.
[231] IZDEBSKI. op. cit. p. 46.
[232] IZDEBSKI. op. cit. p. 46.

alguma coisa de genial é a antecipação da ideologia de uma classe que existia em seu tempo apenas embrionariamente nos grupos de legistas e cortesãos." [233]

Segundo Izdebski, merece atenção particular, na leitura de Bodin, a oposição à formação de uma "*superestrutura ideológica dos interesses da 'nova classe' (cortesã) , baseada na concepção de privilégios, concebidos como uma instituição regular.*"[234]

A instituição dos privilégios teria sido o mais importante elemento da superestrutura jurídica dos interesses da *'nova classe'*. O autor observa que esta ordem social se tornaria insuportável tanto para a burguesia quanto para as classes trabalhadoras. Uma nova filosofia política teria nascido e se instituiria como um instrumento de luta da burguesia contra os privilégios. Esta filosofia "*opunha a este sistema (de privilégios) o postulado da legalidade, isto é, do reino da lei, concebido como uma matéria abstrata e geral excluindo toda a exceção individual.*" [235]

2.2.6. Preston King

Um dos autores cuja tese teve grande repercursão entre os estudiosos de Bodin foi Preston King[236]. O autor parte do princípio de que todo Estado, sociedade ou sistema, tomado como uma ordem, necessariamente revela uma mistura de direito e injustiça.

Para King, toda ordem, em algum grau, estabelece a autoridade e garantias de liberdade e, neste processo, alguma parte da liberdade é necessariamente restrita. Como a ordem não é capaz de garantir a liberdade em sua integralidade, toda ordem implicaria em algum grau de injustiça e, por este motivo, o estabelecimento de uma autoridade legal, capaz de manter a ordem e proteger a liberdade, pode assumir tanto o caráter justo como injusto.

O autor argumenta que a instauração da ordem precede a justiça. Seria particularmente em torno desta fórmula que a ideologia da ordem se solidificaria. Como

---

[233] IZDEBSKI. op. cit. p. 46.
[234] Ibidem, ibidem.
[235] Ibidem,ibidem.
[236] KING, Preston. "*The ideology of order, A comparative analisys of Jean Bodin and Thomas Hobbes*". London: George Allen & Unwin, 1974.

ideologia da ordem o autor identifica a variedade de argumentos usados para defender a consolidação da autoridade a partir da noção de que a necessidade de ordem é um dado estabelecido *a priori*. A idéia de que ordem precede a justiça significaria, de uma maneira geral, que a ordem deveria ser promovida ou defendida não obstante o prejuízo que pudesse deocorrer deste processo.[237]

King contrapõe a noção de absolutismo à pluralismo[238] porque estas noções envolveriam , do ponto de vista empírico, reflexões sobre o poder de pontos de vista opostos: no caso do absolutismo o que tornaria sua organização política possível seria a concentração da autoridade garantidora da unidade. Já o pluralismo visa garantir a uniformidade e identidade dentro de diversidade e a aceita a multiplicidade como legítima. Segundo o autor, o pluralismo, ao menos parcialmente, se esforça para destruir o reto respeito à ordem que, no absolutismo comprometeria a diversidade. A norma básica subjacente ao absolutismo seria o apelo ao poder e no pluralismo a norma subjacente seria o apelo à tolerância.

Embora reconheça que do ponto de vista lógico, um governo absolutista possa aumentar o grau de seu poder estendendo sua tolerância ou possa ser capaz de estender a tolerância em virtude de seu poder, o que indicaria que não existira necessariamente uma contradição entre absolutismo e pluralismo, King pretende demonstrar que, na verdade, estas concepções seriam incompatíveis na prática. Isto ocorreria porque o absolutismo tende a concentrar cada vez mais poder nas mãos da autoridade soberana, enquanto o pluralismo tende a reduzir cada vez mais a concentração, em prol da diversificação de fontes de poder. Isto significa, segundo o autor, que a ideologia da ordem tende a ser mais absolutista do que pluralista.

King apresenta filósofos políticos identificados com a ideologia da ordem e com o absolutismo, tais como Machiavel, Jean Bodin e Thomas Hobbes e apresenta outros

[237] KING, Preston. op.cit. p. 11.

[238] KING admite todavia que as noções de pluralismo e absolutismo não são totalmente excludentes. Absolutismo sugere firmeza e coerência de propósitos e o pluralismo sugeriria o reconhecimento da multiplicidade. Ver KING. op. cit. p. 21.

pensadores identificados com o pluralismo: Alexis de Tocqueville, Pierre-Joseph Proudhon e George Sorel. [239]

Para King a importância da teoria da soberania de Bodin está no fato de ter estabelecido que não pode existir uma ordem sem um agente ordenador e, para que este agente crie a ordem seria requerido necessariamente um poder absoluto. Desta constatação decorreria a associação entre soberania e poder absoluto ou entre soberania e absolutismo.[240]

King considera que Bodin e alguns autores que seguiram sua concepção de soberania como Hobbes, Spinoza, Austin e Kelsen, podem ser descritos como autores voltados para o estudo da estrutura política e que estão prioritariamente preocupados com *o que o Estado é* e *como o Estado funciona.* Em contraste, outros autores como Buchanan, Junius Brutus, J. Boucher, Mariana, Locke e Rousseau, não se preocuparam com a natureza empírica da política, mas dirigiriam seu interesse fundamental para estabelecer quem *deve exercer* o poder soberano, o poder supremo de decisão no Estado.

Para King, deter o poder absoluto, no pensamento de Bodin, significaria que o rei deve ter o poder de comando completo e integral. Considera que o uso do termo 'absoluto' possuiria um estranho significado para Bodin porque, na prática, não teria o mesmo significado que possui abstratamente. King refere-se ao fato do poder do rei ser, no sentido abstrato, ilimitado, mas na prática estar submetido aos freios das leis naturais e das Leis Fundamentais do Reino.

O estudo que King desenvolve sobre Bodin e Hobbes identifica a concentração de poder político ao absolutismo, o qual é contraposto ao "pluralismo" que visaria à descentralização e à difusão do poder. Preston King considera o absolutismo um movimento de idéias que *descreve e recomenda concentração e integração 'sem limites' do poder político.*[241] A teoria da soberania seria entendida, neste sentido, como a essência do absolutismo e fonte do governo pessoal do rei, o poder do Estado. De acordo com Preston

---

[239] KING considera, todavia, que nenhum do autores considerados como absolutistas podem ser considerados necessariamente como anti-pluralistas: Machiavel teria uma genuína aspiração republicana, Bodin estava absorvido por uma genuína busca pela justiça e Hobbes permaneceria em boa medida um individualista. Ver KING. op. cit. p. 20.
[240] Ibidem, p. 74.
[241] KING, Preston. op. cit. p. 17.

King, "*A doutrina do absolutismo é fundamentalmente a teoria do absolutismo e vice versa. Estas teorias alcançam seu primeiro e possivelmente mais elevado grau e significado teórico na exposição apresentadas por Bodin e Hobbes*".[242]

Em última análise, a concepção de soberania e poder absoluto, em Bodin poderia ser compreendida como uma ideologia da ordem e se manifestaria na necessidade de incrementar cada vez mais e de forma cada vez mais eficiente e brutal o controle exercido pelo Estado. Esta concepção da soberania como ideologia da ordem teria aberto o caminho para uma organização do poder absoluto do Estado que se apresentaria indiferentemente em regimes democráticos liberais e totalitários.

King identifica também nas democracias liberais uma perpetuação do absolutismo na figura do soberano coletivo que, tal como nos Estados totalitários, buscariam na ordem política o instrumento para a estabilidade.[243] Nesta perspectiva, Preston King acaba por identificar o conceito de absolutismo com toda a forma de Estado constituída por uma única fonte de poder soberano.

2.2.7. London Fell

O trabalho de London Fell não é direcionado ao estudo exclusivo da obra de Bodin. Os cinco volumes, que compõem seu estudo, são dedicados, prioritariamente, às origens das noções de soberania legislativa e de Estado legislativo.[244] O objetivo de seu trabalho é apresentar, de uma perspectiva histórica, as origens das idéias legislativas de soberania e Estado. Seus primeiros volumes têm como tema central a sistematização do direito romano no renascimento e a análise de sua importância para a nascente idéia de soberania e Estado legislativo.

---

[242] KING, Preston. op. cit. p. 23.
[243] Ver KING. op. cit. p. 38.
[244] FELL, Armand London. "*Origins of legislative sovereignty and the legislative state*". vol I - "*Corasius and the Renaissance Systematization of Roman Law*"; vol II " *Classical , medieval, and renaissance foundations of Corasius' systematic methodology*"; vol. III - "*Bodin's humanistic legal system and rejection of 'medieval political theology'";* vol. IV - *"Medieval or renaissance origens?" ;* vol V - *"Modern perspective".* Boston:1984. Oelgeschlager: Gunn & Hain, Publishers, Inc.

Na verdade, em sua análise, Fell propõe a substituição do termo "Estado Moderno" pelo de "Estado Legislativo" o qual forneceria maior precisão na distinção entre as formas anteriores de Estado e a forma de Estado predominante na Idade Moderna. Aquilo que é denominado Estado Moderno se caracterizaria por ser uma entidade baseada em um corpo de leis formuladas e sancionadas (*enacted*) no âmbito do próprio Estado. Fell apresenta uma minuciosa comparação dos conceitos específicos utilizados ao longo dos séculos, importantes para empreender uma análise histórica das idéias de Corasius e Bodin.

Os dois primeiros volumes de seu estudo foram dedicados ao jurista francês Joannes Corasius (1515-1572) com vistas a determinar o caráter, antecedentes e influência de sua sistematização do direito romano. No terceiro volume, dedicado a Jean Bodin, Fell aborda os antecedentes, as influências e o seu papel como sistematizador daquela que Fell considera, seria a futura concepção de Estado na França. Sua principal tese, nestes três volumes, aponta para o fato de ambos os autores, Corasius e Bodin, terem baseado seus tratados sobre a arte e sistematização das leis nas quatro causas de Aristóteles (eficiente, formal, material e final).

Um dos grandes méritos do estudo de Fell é o fato de ter sido um dos poucos analistas que não se restringiram ao estudo de apenas uma, duas ou no máximo três, das principais obras de Bodin. Sua tentativa de compreender o sistema, a partir do qual Bodin teria erigido sua obra, levou-o a uma minuciosa leitura de todos os escritos deste autor. Além disso, leva em consideração o papel da distinção estabelecida por Bodin entre Estado e governo no conjunto da teoria da soberania de Bodin. Outro aspecto no estudo de Fell que merece ser ressaltado é a comparação dos princípios estabelecidos por Kantorowicz em seu livro *"Os Dois Corpos do Rei"* e as idéias apresentadas por Bodin em seu *Seis Livros da República.*

Segundo Fell, Corasius teria sido o “pai” de algumas das concepções de Bodin e que o teriam levado ao desenvolvimento da teoria do Estado legislativo e soberania legislativa. A concepção de Corasius a respeito das leis romanas teria fornecido o modelo teórico para o *Iuris universi distributio* de Bodin. Neste sentido, Fell parece tender para a posição de

considerar Corasius e não Bodin o pai do conceito de soberania legislativa e Estado legislativo.[245]

Segundo Fell, o objetivo de seu trabalho "*não teria sido tanto refutar a idéia de que Bodin seria absolutista ou um adepto do absolutismo nascente quanto refutar que ele precisava de um conceito de soberania porque ele não era verdadeiramente um absolutista*."[246] Para Fell, a idéia de soberania de Bodin teve uma influência de longo alcance independentemente da posterior tradição absolutista. Todavia, a soberania de Bodin não poderia ser vinculada tão estreitamente nem à concepção posterior de absolutismo nem à de constitucionalismo. Fell procura deixar claro que não pretende sugerir que Bodin e nem mesmo Corasius teriam desenvolvido os conceitos de separação legislativa, judiciária e executiva do poder, embora pretenda demonstrar que a partir das idéias destes autores estariam dadas as condições para estas distinções, particularmente no que se referiria à subordinação dos juízes ao legislador.

Fell considera a sistematização do direito, presente no livro de Bodin *Iuris Universi Distributio* de caráter humanista, o modelo teórico para o sistema legal e político desenvolvido no Méthodus e nos Seis Livros de República. A obra de Bodin seria tipicamente renascentista e teria principalmente fundamentos humanistas e clássicos. O livro I, capítulo VIII, dos *Seis Livros da República* conteria uma abundância de passagens latinas retiradas do direito romano e de autores clássicos relativos à legislação, soberania e Estado. Boa parte destas citações teriam aparecido, também, nas obras de Corasius e de outros pensadores do direito ligados à concepção humanista. Bodin citaria também juristas medievais, cujas idéias seriam principalmente objeto de crítica e não teriam papel preponderante no conjunto de seu pensamento. Quando Bodin refere-se ao direito romano e aos autores clássicos no capítulo VIII, o principal dos *Seis Livros da República* para Fell, para credenciar sua opinião de que a soberania é absoluta e perpétua, negligenciaria a opinião dos juristas medievais. Bodin teria amalgamado citações humanísticas, clássicas e de bartolistas.

[245] Ver FELL, op. cit. vol I. Prefácio, p. x, nota 4.
[246] Ibidem, p. xi.

Para Fell o debate sobre o absolutismo versus o constitucionalismo na obra de Bodin teria trazido à luz a permanência de idéias medievais no pensamento de Bodin. A controvérsia teria revelado a presença de uma concepção constitucionalista no *Methodus* que teria desaparecido nos *Seis Livros da República.* Esta concepção estaria ligada à idéia da existência de um "constitucionalismo medieval" e que se oporia ao absolutismo como um fenômeno especificamente moderno.

Fell pretende demonstrar, todavia, que Bodin teria rejeitado boa parte das teses sobre Estado e monarquia presentes no pensamento medieval. Em particular, Fell aponta nas idéias de Bodin aspectos que permitiriam refutar as concepções que Kantorowicz teria identificado como fundantes das modernas idéias de soberania e Estado.

Fell leva a cabo um estudo das idéias de Bodin nos termos do tratamento de Kantorowicz, para revelar as imprecisões deste autor em sua demonstração da influência da teologia política medieval na formação do Estado Moderno.

Em contraste com o tipo de teologia política medieval examinada por Kantorowicz, Bodin distinguiria a soberania do governo, isto é, o Estado, caracterizado pelo direito público, legislação e poder soberano, do governo, composto de magistrados, administração e burocracia.[247] Distinguiria ainda, o Estado e as leis promulgadas pelo soberano da ação dos magistrados, cuja função seria administrar a justiça. Estas idéias não possuiriam paralelo nem teriam sido influenciadas pelo pensamento medieval nem pela abstração dos dois corpos do rei tal como foi formulada por Kantorowicz. Fell lembra que no pensamento medieval o rei era considerado o principal administrador e magistrado e a noção de Estado era associada à burocracia real e governo do rei. A tradição renascentista teria transformado o rei prioritariamente em legislador e o Estado em um fenômeno abstrato derivado do direito público e das leis.

Fell observa que para Kantorowcz o rei medieval era considerado o supremo juiz . Esta concepção, apresentada por Kantorowicz do soberano como juiz e *lex animata* constituiria uma herança medieval que, para Kantorowicz teria sobrevivido no período moderno. Ao argüir sobre a seminal importância do corpo místico do rei para as posteriores noções de Estado e soberania, Kantorowicz teria estendido estas concepções para as

experiências políticas modernas. Kantorowicz teria considerado que a atividade de legislar teria sido absorvida pela função real de julgar.

Fell discorda da concepção que faz do rei moderno um adjudicador. A noção de lei positiva (*lex*) medieval era assimilada à noção de justiça (*ius*) e não era considerada obra quer de homens quer da condição pública do reino, mas subordinada a fins transcendentes de moral e virtudes e o rei apresentar-se-ia como um sábio dotado das virtudes divinas de justiça e piedade. Este não seria o caso na lei positiva moderna, fundada no Estado e na noção de direito público e separada de todo conteúdo místico e religioso.

Outro importante aspecto abordado por Fell em seu trabalho é o estudo do uso das quatro causas aristotélicas como base metodológica nas obras de Bodin. Fell encontra o desenvolvimento desta metodologia não apenas nas obras *Iuris Universal Distributio*, *Methodus* e *Seis Livros da República*, mas também no *Teatro da Natureza* e *Heptaplomere.* Além das obras de Corasius e Bodin, Fell estuda também o uso das quatro causas aristotélicas nos textos políticos medievais, em particular nas obras de S. Tomás de Aquino e Marsílio de Pádua.

Segundo Fell, Bodin, assim como Corasius, pretendia restaurar e desenvolver o conceito aristotélico clássico de causa eficiente a partir da noção de um criador, significando aquele que faz, o artífice, fabricante ou construtor. O criador seria o artífice que transforma de maneira eficiente, atribuindo uma forma a uma matéria dada.

Este desenvolvimento da concepção original de Aristóteles de causa eficiente teria a finalidade de estabelecer a noção de que as leis seriam frutos de um artífice que, a partir de certos ingredientes, daria a forma ao Estado. As leis não constituiriam um acréscimo, mas um ordenamento a partir de uma matéria previamente existente.

---

[247] FELL. op. cit. p. 119 e sgs.

3 . Considerações sobre a concepção de poder absoluto em Jean Bodin

> "Quoi de plus populaire, que ce que j'ai osé écrire, que les rois ne peuvent lever tribut sans le plein consentemente des citoyens? Et quelle n'est pas importance de ce que j'ai également soutenu, à savoir que les princes sont tenus plus étroitement par la loi divine et naturelle que ceux qui sont assujettis à leur pouvoir? qu'ils sont obligés aux contrats qu'ils ont passés comme les autres citoyens*" Jean Bodin, Six Livres de la République, épître dédicatoire, 3e ed. 1578*

Os intérpretes de Bodin que defendem a posição de ser sua teoria absolutista tendem, em geral, a utilizar este termo no sentido de despotismo. Associam as idéias de Bodin à defesa de um poder monárquico sem limites e à concepção da idéia de que o rei, como legislador supremo, estaria livre de qualquer controle constitucional.[1] Em particular os defensores do constitucionalismo, vêem a concepção de soberania de Bodin como uma oposição à democracia, à divisão de poderes e aos freios à autoridade do rei.

As críticas endereçadas à teoria da soberania de Bodin podem ser, em seus aspectos gerais, divididas em dois blocos: num primeiro bloco encontramos aquelas que visam identificar a teoria da soberania com o absolutismo, por meio de argumentos de natureza especulativa que examinariam a consistência teórica e os aspectos internos. Em um segundo bloco, encontramos as críticas que identificam a teoria da soberania com o absolutismo utilizando argumentos que visariam demonstrar a sua incompatibilidade com os dados históricos que Bodin ignoraria ou recusaria.

No primeiro bloco podemos identificar os seguintes argumentos principais: Bodin identificaria a soberania com poder ilimitado e não admitiria, freios constitucionais. Como decorrência, sua teoria da soberania seria incompatível com um regime de governo

[1] A posteridade fez de Bodin o arauto do absolutismo mais radical e acreditou ver nele a fonte na qual teriam bebido os teóricos do absolutismo monárquico. Bodin, todavia, teria sido, sobretudo, um teórico do equilíbrio, preocupado, quando afirma rigorosamente o princípio da soberania, com os limites de seu exercício. Os teóricos do absolutismo mais freqüentemente citados não teriam feito mais do que plágios baseados em interpretações duvidosas da *República* de Bodin. Seria este o caso de Guy Coquille, autor da "*Institution du droit des Français*" de 1605 e Charles Loyseau, autor do famoso "*Traités des Seigneuries*" , de 1613

constitucional; em sua teoria, o poder soberano seria indivisível, o que tornaria a existência de governos mistos uma impossibilidade teórica; Bodin não admitiria que as decisões do rei tivessem que ser aprovadas pela comunidade; Bodin sustentaria que a legitimidade do poder soberano estaria sustentada pelo direito consuetudinário francês. Todavia, para os seus críticos, o direito consuetudinário não constituiria, de fato, um direito constitucional; Bodin identificaria a pessoa do rei como fonte do poder do Estado e não distinguiria, assim, o Estado da pessoa privada do rei; no *Methodus*, Bodin apresentaria uma concepção próxima ao constitucionalismo medieval e defenderia os freios ao poder absoluto do rei, enquanto na República teria reformulado sua concepção, caminhando em direção ao absolutismo; finalmente, alguns críticos afirmam que seria possível demonstrar que todas as restrições ao poder ilimitado do rei, aceitas por Bodin, seriam compatíveis com o absolutismo.

Os argumentos que procuram demonstrar a incompatibilidade da teoria da soberania de Bodin com os dados históricos podem ser sintetizados da seguinte forma: a legitimidade do rei estaria vinculada a um juramento de sagração que teria o valor de um contrato de submissão à vontade popular; o rei estaria submetido às leis anteriores pelo juramento da sagração; as leis e editos do Rei estariam subordinados à aprovação das Cortes Soberanas ou Parlamentos; Bodin não reconheceria a supremacia do Parlamento de Paris, que deveria sua primazia à sua descendência do original do Senado romano; ignoraria a necessidade de ratificação das ordens reais e teria ignorado o fato de que o poder dos tribunais ou Parlamentos de julgar em última instância era incontestável; as atribuições legislativas e judiciárias seriam privilégios das magistraturas.

3.1. O conceito de poder absoluto em Bodin

A seguir será apresentada uma análise da concepção de soberania como poder absoluto em Bodin, acompanhada de um confronto com os elementos das críticas que vêem seu pensamento como absolutista.

3.1.1. O adjetivo "absoluto"

O termo absolutismo, como substantivo, era desconhecido até à metade do século XVII. O adjetivo absoluto, "*absolu,*"por sua vez era utilizado, desde o final da Idade Média para qualificar o poder do rei da França. Segundo Furetière,[2] a palavra absoluto teria se originado do latim *absolvere* na acepção de acabar. Para Roland Mousnier isto poderia significar que a monarquia encontrava-se acabada no sentido de já ter alcançado seu mais elevado grau de perfeição. Por outro lado, Roland Mousnier cita o *Lexicon Latinium* de Littré e do Reverendo François Wagner, que teriam acrescentado o sentido de "desligar" e "absolver". Assim, dizer que o príncipe era absoluto, significaria dizer que o príncipe era "desligado" ou "absolvido" das leis. [3]

O simples emprego do adjetivo "absoluto" para qualificar o poder soberano não autoriza a qualquer analista concluir que Bodin seria um defensor do absolutismo. Seria conveniente precisar o significado do adjetivo absoluto e do substantivo absolutismo, bem como explicitar as condições históricas, sociais e culturais nas quais estes termos foram cunhados. Todo conceito é o resultado de um processo de abstração que extrai das realidades sensíveis sua essência inteligível. Todavia, aquilo que se denomina realidades sensíveis não são dados independentes da mente, do pensamento, da história ou da cultura. Um conceito não é nada em si; é o resultado de um processo que entrelaçou ao longo do tempo inumeráveis elementos que não podem ser dissociados sem perder o seu significado. Não se pode apreender um conceito sem compreender, na história, como os diversos elementos, que contribuíram para a sua constituição foram combinados e ligados uns aos outros; que significados se perderam e quais foram acrescentados em que momentos e graças a quais ações e circunstâncias políticas, sociais, culturais ou econômicas. Um conceito não é um dado, uma parte do real que existe independente do homem.

Todo aparato conceitual é constituído por palavras que escondem o caráter do processo que o produziu. Conceitos como absolutismo, capitalismo etc. apontam, apenas,

---

[2] FURETIÈRE. *Dictionnaire Universel*. Haya/Rotterdam: Ed. Arnout y Renier Lers, 1690. Citado por MOUSNIER, Roland. "*La monarquía absoluta en Europa del siglo V a nuestros días*". Madrid: Taurus Ediciones, 1986. 9. p.

[3] Ver MOUSNIER, Roland. op. cit. p. 9. Ver também RICHET. op. cit. p. 38.

para si mesmos e para as relações entre os homens que os constituíram. Quando não se percebe que os conceitos são objetivações de idéias aos quais se atribui o caráter de realidade, deixa-se de perceber o caráter histórico do qual estão revestidos. O estudo do conceito exige, portanto, que se leve em consideração o pensamento à época específica em que se pretende compreendê-lo, as formas que poderia assumir na linguagem do período e as distintas descrições das realidades à que era aplicado. No caso do estudo de um conceito no pensamento de um determinado autor, é necessário, ainda, que se leve em consideração toda a rede de relações conceituais na qual o conceito encontra-se inserido.

"*Soberania é o poder absoluto e perpétuo de uma República*": o duplo registro sob o qual é apresentada a soberania permite a Bodin condensar, em uma síntese aparentemente simples, os complexos aspectos que fazem do poder soberano o poder supremo de um Estado. Bodin explicita sua concepção da seguinte forma:

> *A soberania dada a um príncipe sob comissão ou condições não constitui propriamente soberania nem poder absoluto, salvo se as condições impostas na instituição do príncipe derivem das leis divina ou natural . (S.L.R.I. VIII. p.187)*

Segundo Bodin, o poder soberano é absoluto porque seu exercício é livre e não pode ser interrompido por nenhum obstáculo de natureza política, isto é, nenhum poder pertencente a nenhum homem ou conjunto de homens. É o poder supremo entre os homens e só pode ser disciplinado pelas leis de Deus e da natureza. Absoluto significa aqui incondicionado e o detentor do poder soberano, príncipe ou assembléia, não pode ter as suas mãos atadas por qualquer outra instituição.

Bodin observa que, embora fosse comum às monarquias de sua época , como França e Espanha, tratar os reis como detentores de poder absoluto, nenhum legista tinha até então explicado o que isto significava . Assim, continua:

> *Se dizemos que têm poder absoluto quem não está sujeito às leis, não se encontrará no mundo príncipe soberano, posto que todos os príncipes da terra estão sujeitos às leis de Deus e da natureza e às leis humanas comuns a todos os povos. E, ao contrário, pode ocorrer que um dos súditos se encontre dispensado e isento da autoridade das leis, ordenanças e costumes de sua República e , nem por isto, será príncipe soberano. (S.L.R. I. VIII. p. 190)*

Note-se, portanto, que Bodin, ao tentar esclarecer o significado de poder absoluto, procura deixar patente que deter este poder não significa ausência total de sujeição às leis, pelo simples fato de que não estar sujeito às leis não é uma propriedade que se aplique ao poder, que possa elevá-lo ou diminuí-lo, mas que diz respeito a estar ou não subordinado a outrem.Alguém que está sujeito à vontade de outrem não pode ser senhor de sua própria vontade. O adjetivo absoluto para Bodin é empregado no sentido negativo, uma vez que tem como finalidade eliminar a possibilidade de algum outro poder ser confrontado ao poder soberano. Nesta perspectiva não representa nem a substância nem o conteúdo da soberania.

Com efeito, Bodin acrescenta:

> " *É necessário que quem seja soberano não se encontre de modo algum submetido ao* ***império*** *de outro e possa dar a lei aos súditos e anular as leis inúteis; isto não pode ser feito por quem está sujeito às leis ou à outra pessoa. Por isto se diz que o príncipe está isento da autoridade das leis. O próprio termo latino* ***lei*** *implica no mandato de quem detém a soberania."(S.L.R. I. VIII. p. 191)*

A substância da soberania é o *império*, isto é, o poder de mando, compreendido não no sentido estrito mas como comando que implica em obediência legítima. É este o conteúdo que permite ao soberano formular as leis. Se esta é a tarefa que define o poder soberano, fazer as leis e a garantia da obediência das leis, nenhum outro poder que possa impedir este exercício pode ser contraposto a ele. Se há um outro poder que impede o soberano de dar a lei segundo a sua vontade ou que encontre obediência de outrem em seu lugar, este outro poder será o verdadeiro poder soberano. Esse princípio deve ser aplicado a todo poder soberano, não importando que seja uma única pessoa que o encarne, na figura de um príncipe, que sejam algumas pessoas na figura de um Parlamento ou mesmo todo o povo, na figura de uma assembléia. Se em uma democracia, em uma assembléia de cidadãos não puder fazer as leis segundo a sua vontade soberana, ela não será soberana, mas encontrar-se-á na condição de súdito, submetida a um poder superior, este sim, seu soberano.

Do ponto de vista interior do Estado, soberania absoluta significa o poder supremo, acima do qual não existe nenhum outro, que não é submetido a nenhum outro e ao qual todos os demais poderes estão submetidos. Do ponto de vista exterior, o soberano absoluto é aquele que não é vassalo ou feudatário de nenhum outro senhor. Se acima dele existir um outro poder, deixará de ser soberano.

O poder absoluto, no plano interno, significa que a vontade soberana não pode ser constrangida pelos súditos, clero e, acima de tudo, pelas leis, quer tenham sido elas herdadas de seus antecessores, quer tenham sido promulgadas pelo próprio soberano. O direito soberano é, antes de tudo, um direito inalienável[4]. *(S.L.R. I, VIII, p. 193)* Bodin segue aqui o princípio produzido pelos legistas reais medievais, segundo o qual o poder do rei é *solutus legibus*, isto é, independente das leis humanas.

Bodin permanece fiel ao princípio de Ulpiano, segundo o qual "*princips legibus solutus est*" , antiga máxima do direito público francês. Sobre este ponto, Bodin se opõe a Cujas e a Théodore de Bèse, que sustentavam que, em relação à competência administrativa e legislativa, o príncipe deve respeitar as leis em vigor. Segundo Bodin,

> *Não há nada maior na terra depois de Deus que os príncipes soberanos, os quais são estabelecidos a partir do próprio Deus como seus lugar-tenentes para comandar aos outros homens (S.L.R. I, X, p. 295)*

Esta precedência do príncipe se traduz pelo fato de ser o soberano o único detentor da prerrogativa legislativa. De acordo com Bodin,

> *É necessário que aqueles que são soberanos não sejam, de forma alguma, sujeitos aos comandos de outros que possam dar as leis aos súditos e cassar ou anular as leis inúteis para formular outras : isto não pode ser feito por aquele que está sujeito às leis, ou por aqueles que estão sob o comando de outrem. (S.L.R.I, X, p.296)*

[4] A este respeito ver POLIN, Raimomd . *"L'idée de République selon Bodin"*, *in " Actes du Colloque Jean Bodin a Munich"op. cit.* p.352.

É de competência exclusiva do soberano alterar as leis. É impossível, pela lógica imposta pelo próprio conceito, que o soberano esteja submetido à qualquer lei, mesmo às suas próprias. Nada o compele, obriga ou determina. É por este motivo que os Editos e Ordenanças que trazem a chancela real apresentam sempre uma das seguintes fórmulas*: "Porque nos apraz", "Porque esta é a nossa vontade", "Porque tal é nosso bel praze*r" *(S.L.R. I, VII, p. 192).*

A ação legislativa do príncipe só depende de sua "*pura e livre vontade*". Assim, trata-se de uma vontade que não é determinada por nada exterior, que se auto-determina, à semelhança do Deus soberano. Entretanto, o fato de ser absoluta não faz da soberania um poder arbitrário. A confusão entre soberania e arbitrariedade tem sido fonte de inúmeros equívocos a respeito do conceito de soberania e tem levado muitos estudiosos a considerarem como absolutistas as idéias de Bodin.

Como principal argumento para demonstrar que na França o poder soberano não se encontraria submetido a outro poder, a não ser aquele de Deus, e que o monarca não teria a obrigação de guardar as leis existentes antes dele, Bodin transcreve o juramento de sagração do rei de França, Philippe I , filho de Henri I , em 1508,

> (...) *extraído palavra por palavra da Biblioteca de Reims, de um antigo livro (...) e que é semelhante àquele que está na Biblioteca de Beauvais (...) e nos quais aparecem as seguintes palavras: EU JURO EM NOME DE DEUS, todo poderoso, e prometo governar bem os súditos sob minha guarda e exercer todo o meu poder com justiça e misericórdia* (...) *(S.L.R. I. VIII. pp. 196, 197)*

Bodin não concebia o poder soberano como instrumento de ação capaz de se contrapor à ordem natural das coisas. Da mesma forma que todo o universo, também o soberano só pode existir enquanto permanecer a ordem institucional que foi a fonte de seu poder. O soberano, como parte da ordem natural, não pode contrariá-la, sob risco de autodestruição. Em perfeita coerência com sua concepção da ordem natural, Bodin considera as leis da natureza, projetadas por Deus para garantir a harmonia universal, limites à ação soberana:

> *E quanto às leis divinas e naturais, todos os príncipes da terra estão sujeitos a elas e não têm poder para as infringir, se não quiserem ser culpados de lesa*

majestade divina, por mover guerra a Deus, sob cuja grandeza todos os monarcas do mundo devem unir-se e inclinar a cabeça com todo temor e reverência.
(S.L.R. I, VIII, p.192)

A ironia da observação de Bodin funciona como um alerta para o fato de ser impossível ao soberano impor sua vontade à ordem natural das coisas. Significaria fazer guerra a Deus. Mas o soberano não é Deus e Bodin permite-se lembrar aos soberanos que o poder político é apenas um poder humano e, como tal, encontra-se subordinado à ordem das coisas humanas.

É precisamente pelo fato de se tratar de um poder político, isto é, instaurado e sedimentado pela ordem humana, que a autoridade do soberano deve, também, reconhecer seu limite diante das leis de instauração do Estado, isto é, aquelas leis que instituem a ordem política e que criam o poder soberano.

As leis de instauração de todo Estado, e no caso do reino de França a *Lei Sálica*, constituem o princípio gerador da República e da soberania e, por este motivo, são concebidas como anexadas e inseparáveis da *Coroa:*

Quanto às leis que concernem ao estado do Reino e ao seu estabelecimento, de forma que são anexadas e unidas com a coroa, o príncipe não as pode derrogar, como é o caso da lei Sálica; e tudo aquilo que faça em prejuízo das Leis Reais e sobre as quais está apoiada e fundada a majestade soberana, sempre seu sucessor poderá desfazer." (S.L.R. I,VIII, p 197) .

O soberano é independente em relação ao direito ordinário e às leis positivas, as quais ele próprio tem o poder de fazer ou mudar ao seu bel prazer. Esta dimensão do poder soberano corresponde ao seu caráter de ordenador da esfera das relações puramente humanas. Isto, entretanto, não implica que ele possa infringir as leis naturais. O soberano, rei, Assembléia ou Parlamento é, de fato, livre para agir contra a lei natural, da mesma forma que um louco é livre para atentar contra a própria vida. É sua condição de soberano que obriga o detentor deste poder a agir de acordo com as leis naturais e com o natural de seu povo, não contrariando a ordem que determinou a constituição do próprio Estado. Trata-se aqui de um imperativo moral. A lei natural se impõe como regra de ordem, retidão e virtude. Seu valor, entretanto, é apenas moral e depende da prudência, a medida da racionalidade do príncipe.

Por este motivo, o soberano deve manter as justas convenções e promessas , tenham ou não sido acompanhadas de um juramento *(S.L.R. I, VIII, p. 193).* As promessas e juramentos não constituem um *vinculo juris*, obrigação jurídica e, portanto delas não decorre uma obrigação para vontade soberana. O soberano deve cumpri-las em razão da *bona fides*, cuja precedência encontra-se em sua origem moral e diz respeito à paz social e ao bem público dos quais o soberano é o realizador:

> *(...) Isto não significa que o príncipe seja obrigado por suas leis, pelas de seus predecessores, porém sim às justas convenções e promessas que fez, com ou sem juramento, da mesma forma como estaria obrigado um sujeito privado. (...) assim nossa máxima segue sendo válida: o príncipe não está sujeito às suas leis, nem às leis de seus predecessores, mas apenas às suas convenções justas e razoáveis e em cuja observância os súditos em geral ou em particular estejam interessados (S.L.R. I. VIII, pp. 193-4)*

Alguns autores, como Simone Goyard-Fabre, consideraram esta obrigação moral como uma subordinação do soberano a um tipo de ordem superior à jurídica, porque ligada à ordem divina. Na verdade, não há uma obrigação, mas uma aplicação de um princípio do campo da razão prática, uma prudência que leva o soberano a respeitar a ordem moral, sob o risco de sacrificar o bem comum, a paz e fazer retornar o Estado ao caos primitivo.

3.1. 2. O adjetivo " perpétuo"

Além do adjetivo absoluto, outro adjetivo é aplicado por Bodin ao conceito de soberania: *a soberania é poder perpétuo.* Os defensores da tese de que Bodin seria absolutista associam o atributo de perpetuidade do poder soberano à idéia de ausência de freios constitucionais ao poder. Na verdade Bodin pretende afirmar que, se o poder for absoluto, mas não for perpétuo, não teremos uma autoridade, de fato, soberana. Ele observa que:

> *(...) pode ocorrer que se conceda poder absoluto a um ou vários por um certo tempo, os quais, uma vez expirado, retornam à sua condição de meros súditos. (S.L.R. I. VIII. p. 179).*

A soberania é poder público e, enquanto tal, é comando perpétuo. Isto significa que não há poder soberano quando este é limitado no tempo. Um poder que é exercido por um

tempo limitado não é soberano, porque está submetido a uma vontade exterior. Este é o caso de regentes, comissários ou magistrados a quem o comando é conferido temporariamente. Uma vez terminado o período de exercício do poder de mando, retornam à sua condição de súditos.

Neste sentido, todo aquele que exerce o poder por comissão ou mandato não detém o poder soberano, porque o caráter de temporalidade implica na delegação deste poder por outrem. Mesmo que o povo confie o poder "*a alguém pelo tempo de sua vida*", este poder também não será soberano, porque será exercido a título precário, uma vez que a própria origem deste poder é exterior. Neste caso, aquele que atribui o poder pelo tempo determinado e que tem seu poder restituído ao final do prazo estabelecido é, de fato, o soberano.

O poder soberano não pode ser limitado pelo tempo, porque a soberania não se encontra na ordem temporal. Em qualquer forma de República, a soberania implica em uma continuidade sem restrição cronológica. Como constitui o fundamento, a essência da República é ligada à sua própria existência e por isto não pode ser interrompida nem limitada, sob o risco de mudança da natureza do Estado.

O caráter perpétuo da soberania, tal como Bodin o concebe, não é outra coisa senão a definição do princípio de continuidade do Estado e, no caso francês , da Coroa, resgatado pouco a pouco das *"Leis Fundamentais do Reino*", o momento instaurador da soberania francesa. *Le royaume n'est jamais sans roi,* este adágio enuncia a força do princípio soberano . Também o ritual, segundo o qual o *Grand Maître de France*[5] comunica ao povo, do balcão dos aposentos reaia, a morte do rei, expressa a máxima da perpetuidade soberana "*Le roi est mort , vive le roi*". [6]

De fato, a perpetuidade é ressaltada e anunciada como característica da coroa francesa através dos adágios "*le roi ne meure jamais en France*" e "*Le royaume n'est jamais sans roi*".

---

[5] O *Grand Maître de France* era o oficial da coroa encarregado dos negócios domésticos da casa real. Ver GOYARD-FABRE, Simone . op.cit. p. 93

[6] Era corrente, na França, o relato folclórico, segundo o qual '*em 1610, quando Marie de Médicis veio anunciar o assassinato de Henrique IV, o chanceler replicou , como uma espécie de ressalva: " Madame, les rois ne meurent pas en France*" '. GOYARD-FABRE, Simone . op.cit. p. 93.

A perpetuidade da função pública é a marca de que a soberania transcende a figura pessoal do príncipe e que o reino não morre com o a pessoa do rei:

> (...) *É certo que o rei não morre jamais, como se diz, uma vez que no momento em que um rei morre, o varão mais próximo da dinastia toma posse do reino antes mesmode ser coroado. Isto não é uma conseqüência da sucessão paterna, mas ocorre em virtude da lei do reino. (S.L.R. I. VIII, p. 227)*

A afirmação de Bodin não significa simplesmente que o rei se perpetua em seu sucessor, mas que, como observa Simone Goyard-Fabre", *o sucessor não pode ser um herdeiro no sentido do senso comum".*[7] Bodin retoma o tema medieval segundo o qual a função real é sagrada e, portanto, imaterial e imortal. Uma declaração de Bracton, do século XIII, que se tornou uma fórmula célebre*: "Nullus tempus currit contra regem*" foi transposta para a perpetuidade essencial da coroa, ou do rei, enquanto ofício público. O rei não morre jamais significa que a República não morre jamais. [8]

Tal como os pensadores medievais, aos quais se referiu Kantorowicz [9]e acima de tudo repetindo a fórmula de Baldo "*Majestas regia nunquam moritur*", Bodin reafirma o princípio através do qual a soberania não pertenceria ao corpo físico, mas ao corpo espiritual do rei. O corpo público é um corpo *místico,* representado materialmente pela figura do rei.

A pessoa privada do rei não se confunde com o Estado e, em conseqüência , o soberano não constitui uma pessoa física, mas uma *persona civilis :* é o representante de uma pessoa política, o corpo público, isto é, do Estado. Por este motivo o poder soberano é perpétuo. Os reis passam, mas a República permanece. Não há, nem deve haver, vacância no poder.

Assim compreendida, a definição da soberania como "*poder absoluto e perpétuo de uma República*" expõe o caráter de autoridade suprema do poder soberano e corresponde à necessidade racional de instituir um poder tal que não venha a ser destituído por qualquer

---

[7] Ibidem, ibidem.
[8] KANTOROWICZ observa que seria difícil estabelecer com exatidão quando teria aparecido o lema pela primeira vez na França. Entretanto, o fato de ser citado por Bodin indica que era de uso corrente em sua época. KANTOROWICZ, Ernest H.. "*Los Dos Cuerpos del Rey - Un estudio de teología política medieval*". Madrid: Alianza Editorial, 1985. p. 383.
[9] Ibidem, ibidem.

facção interna e que seja capaz de garantir a ordem e paz, mesmo em estado de guerra. Trata-se da garantia da sobrevivência do Estado.

Enfim, o adjetivo absoluto, na doutrina de Bodin, não significa absolutista e o adjetivo perpétuo não significa ilimitado.

O poder soberano seria supremo no sentido em que detém, discricionariamente, as prerrogativas necessárias ao funcionamento do Estado (poder de perdão, nomeação de magistrados, poder de adaptar as leis às circunstâncias do momento etc.); mas ele é limitado no sentido em que sua autoridade é conferida pela lei. O poder soberano é supremo, superior a todos os outros, mas limitado, à medida que constitui um poder ao qual nenhum agente humano pode contrastar, mas que retira seu estabelecimento, potência e alcance da lei que o instituiu.

3.1.3. Poder absoluto não significa absolutismo

Apresentado o significado de poder absoluto e perpétuo para Bodin, trataremos a seguir da noção de absolutismo, com a finalidade de demonstrar que não pode ser aplicada à teoria da soberania de Bodin.

Embora o termo absolutismo seja corrente no século XVIII, apenas no século XIX foi difundido como sinônimo de poder monárquico ilimitado e pleno. A partir deste período passou a ser usado para designar todas as experiências políticas que possuíam a aparência geral de governos autoritários, arbitrários, monocráticos e centralizados. Sob esta aparência de fenômeno único ou unitário, entretanto, encontra-se homogeneizada uma diversidade de experiências políticas distintas e historicamente variadas. Todavia, a experiência absolutista apresentou-se sob diversas formas, em tempos, locais e modos diferenciados.

É interessante observar que os próprios contemporâneos da forma de poder que foi denominada de monarquia absoluta, não atribuíam ao adjetivo absoluto o caráter de poder arbitrário. Assim, podemos encontrar na "*Encyclopédie*" de 1765 a advertência para:

(...) *não se confundir o poder absoluto de um monarca a quem o corpo inteiro da cidadania acreditou ter sido o seu dever conferir a soberania com o poder arbitrário e despótico*".[10]

A partir do século XIX, principalmente entre autores de tendência liberal, como forma de defesa de seus princípios, o termo absolutismo passa a adquirir o sentido que genericamente o liga às concepções de despotismo e tirania[11]. Em decorrência disso, podemos assinalar que os princípios usados para definir o absolutismo foram tomados *a posteriori*, por sua oposição aos princípios liberais e fora da experiência histórica que teria produzido as formas de poder denominadas absolutistas.

Nesta perspectiva, tomou corpo uma concepção de absolutismo constituída por tudo que se opunha à igualdade de oportunidades, à democracia e à liberdade. Nestes termos, todo o governo que não partilhasse destes princípios era imediatamente designado de absolutista. A partir daí, absolutismo passou a ser freqüentemente confundido ou assimilado aos conceitos de tirania ou despotismo e mais recentemente ao de totalitarismo. Entretanto, é necessário afirmar que o absolutismo constituiu uma forma específica de organização do poder, correspondente a experiências político-constitucionais historicamente identificáveis.

O absolutismo pode ser identificado como uma forma específica de organização do poder "*ligada ao espaço cultural do Ocidente europeu, durante a Idade Moderna e na forma institucional do Estado Moderno*"[12] e descrito como "*sistema político em que o detentor do poder exerce este poder sem dependência ou controle de outros poderes, superiores ou inferiores*"[13]. É necessário observar com Schiera que isto é inteiramente diferente da seguinte definição, freqüentemente utilizada: *"sistema político em que a autoridade soberana não tem limites constitucionais*" [14]. De fato, esta seria uma definição mais apropriada para a tirania, uma vez que nos Estados absolutistas existiam constituições,

---

[10] *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*, 1765 . Tomo X, art. <<Monarchie>>. Ver MOUSNIER, Roland. "*La monarquía absoluta en Europa del siglo V a nuestros días*". Madrid: Taurus Ediciones, 1986. p. 9.

[11] Ver SCHIERA, Pierangelo. - Verbete **Absolutismo** – *"Dicionário de Política"* . BOBBIO, Norberto . MATTEUCCI, Nicola. e PASQUINO, Gianfranco. 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986.

[12] Ibidem. ibidem.

[13] Ibidem.ibidem.

[14]Citado por MATTEUCCI, Ibidem. ibidem.

mesmo que consuetudinárias, que determinavam claros limites à ação do soberano. Da mesma forma seria também inadequada a definição de absolutismo como equivalente a despotismo:

> (...) *sistema político que se concretiza juridicamente através de uma forma de Estado em que toda a autoridade (poder legislativo e executivo) existe, sem limites nem controles, nas mãos de uma única pessoa*"[15].

Note-se que tal definição, de um lado, não é compatível com a de absolutismo, uma vez que este último não se trata de um poder ilimitado e sem controle e, por outro lado, a segunda parte da definição de despotismo, a concentração de toda a autoridade nas mãos de uma única pessoa, não constituiria uma especificidade do absolutismo.

A origem do conceito de absolutismo é freqüentemente vinculada à fórmula medieval segundo a qual o rei francês é "*legibus solutus"*. Esta fórmula, originalmente, implicava apenas na autonomia do rei em relação a qualquer poder externo e interno. Observe-se que, mesmo no período medieval quando tal fórmula teria sido desenvolvida, a propalada autonomia não se referiria à própria constituição do poder. As leis naturais, a lei divina, os limites constitucionais ou leis fundamentais do reino representariam limites para além dos quais a autoridade do rei não poderia se estender.

Como foi acima destacado, na concepção de Bodin, absoluto significa que o príncipe não encontra obstáculos para estabelecer e manter a paz e harmonia territorial, na medida em que não encontra limites para o exercício de seu poder político, nem por parte dos poderes corporativistas e senhoriais, internamente, nem por parte dos poderes do Papa e Imperador, externamente. Esses obstáculos ainda eram presentes e poderosos no período em que Bodin escrevia e as guerras religiosas confirmavam dramaticamente as suas preocupações. A partir do século XVII e, no caso francês, a partir da ascensão ao trono de Henrique IV, tais obstáculos serão sensivelmente reduzidos e o Estado absolutista poderá ser instituído.

A consolidação do Estado absolutista teve que operar duas mudanças nos aspectos doutrinais do Estado tal como foi concebido por Bodin. De um lado, foi necessário forjar uma identificação imediata da figura do rei com a figura do Estado e, ademais, eliminar o

[15] Ibidem. ibidem.

campo de ação da esfera do direito natural, divino e consuetudinário, através da atribuição ao rei de um poder legislativo cuja legitimação encontraria sua base no direito divino da pessoa do príncipe.

A concepção absolutista tenderia para a identificação do soberano com a pessoa do rei divinizada. Esta não era a posição de Bodin. Distinguindo o Estado da pessoa do soberano, Bodin identificava como sagrada (e não divina) a função pública da soberania.

Se a nossa hipótese é verdadeira, o conceito de soberania de Bodin apresenta-se como a síntese plena de uma longa evolução, cujo campo original teria sido a doutrina cristã da Igreja romana como instituição política universal, projeto levado a cabo na construção e organização do poder pelos Papas. Como veremos, foi Kantorowicz quem encontrou a chave para decifrar o caminho que vai da origem sagrada do poder até a sua fundação em termos de racionalidade.

Conceito sedimentado em terreno jurídico, a soberania foi desde o início do Estado moderno o elemento essencial da legitimação do poder. Diante dos plenos de poderes de que era revestida a autoridade pontifícia, a afirmação do caráter autônomo do poder do rei e a legitimação da monarquia passaram a se dar por meio do processo da investidura do poder que, através do juramento e sacralização no ato da coroação, transmitia à monarquia, como ofício público, o seu caráter sagrado.

Observe-se ainda que, para que esse processo fosse eficiente, foi preciso associar ao rei uma origem de seu poder que o elevasse a uma condição superior à dos demais senhores. A superioridade não foi garantida à sua pessoa, pois esta em nada o distinguia dos demais homens. Foi, de fato, ao reino, à natureza de seus domínios que foi atribuído o caráter de realeza.

O caráter sagrado do domínio real já fora observado por Kantorowicz e particularmente a noção de fisco sagrado teria derivado de uma percepção do reino como corpo de Cristo. Assim é o reino que é revestido de caráter sagrado e não o corpo natural do rei. É a sua condição de rei, senhor do domínio, que faz do monarca uma autoridade superior. Da sacralidade do reino deriva o caráter do rei como vigário de Cristo. Trata-se da

sacralização do ofício que distingue completamente a divinização da pessoa. [16] Este foi o terreno que sediou, desde o fim da Idade Média, o caminho para a estruturação política do poder do soberano francês no período moderno.

3.1.4. Poder absoluto não se contrapõe ao constitucionalismo

Na concepção de autores que contrapõem a soberania ao constitucionalismo, a teoria política de Bodin encontrar-se-ia no preâmbulo de todo o despotismo. O termo despotismo pressuporia a ausência de poderes constitucionais capazes de limitar a autoridade monárquica. O absolutismo constituiria, acima de tudo, um poder sem freios e engendraria toda a sorte de males que acabariam por conduzir à ruína do Estado. Os freios seriam, assim, uma garantia constitucional para conservação do Estado.

A introdução de limites ao poder soberano, tal como a divisão de poderes, teria como finalidade colocar freios no poder do rei e garantir a qualidade e duração do Estado. Neste sentido, a justificativa que teria levado a atribuição ao povo ou a qualquer outro setor da sociedade, de uma parte do poder soberano, não seria uma decorrência de um direito natural ou legítimo, mas uma forma de controle do poder do rei.

Foi a tradição inglesa e depois Montesquieu, que ofereceram a terminologia que permitiu à ciência jurídica classificar as constituições a partir da cunhagem dos termos constitucional e parlamentar por oposição a "*absoluto*". Constitucional designaria uma forma de Estado baseada na separação de poderes onde o poder seria exercido em uma espécie de parceria entre o rei e o Parlamento[17]. Segundo Matteucci, seria historicamente identificada como a forma de Estado que sucede a monarquia absoluta e corresponderia, portanto, à forma de Estado instaurada na Inglaterra após a Revolução Gloriosa.[18]

---

[16] Uma vez que a sacralização está vinculada ao ofício e não à pessoa do rei, toda a marca de sacralidade associada à monarquia aparece após o ato público de coroação. Este é o caso da cura das escrófulas, milagre obtido pelo toque real e que jamais se manifesta antes da coroação. Ver BLOCH, Marc "*Les Rois Talmathurges*". Paris: Gallimard, 1983.

[17] Ver MATTEUCCI, Nicola. verbete **Constitucionalismo** in *"Dicionário de Política"* . BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986.

[18] Sobre a Revolução Gloriosa ver adiante nota 32.

Assim, segundo Matteucci, a definição clássica de constitucionalismo é uma reação ao absolutismo e se identificaria com a separação de poderes, como a afirmação de um sistema de freios e contrapesos que impediria qualquer tentativa de estabelecimento de um poder superior. Prevê, assim, a partilha do poder, em oposição à concentração do exercício do poder absolutista. Sua elaboração é, portanto, iniciada com a reação ao absolutismo inglês, no século XVII e se propaga, como forma de reação aos Estados absolutistas, a partir do século XVIII.

Montesquieu teria sido um dos principais artífices da concepção de absolutismo como oposição ao constitucionalismo. A constituição inglesa é um dos principais temas de seu livro *De l'Esprit des Lois, ou du rapport que les lois doivent avoir avec la constitution de chaque gouvernement, les moeurs, le climat, la religion, le commerce, etc.,* de 1748[19] e é nela que se inspira para apresentar sua célebre formula de separação dos poderes em legislativo, executivo e judiciário. É no décimo primeiro livro, da segunda parte, *" Das leis que formam a liberdade política em sua relação com a constituição*", capítulo VI*, "Da constituição da Inglaterra*" que Montesquieu introduz a distinção dos poderes:

> (...) *Há, em cada Estado, três espécies de poderes: o poder legislativo, o poder executivo das coisas que dependem do direito das gentes, e o executivo das que dependem do direito civil. Pelo primeiro, o príncipe ou magistrado faz leis por certo tempo ou para sempre e corrige ou ab-roga as que estão feitas . Pelo segundo , faz a paz ou a guerra, envia ou recebe embaixadas, estabelece a segurança, previne as invasões. Pelo terceiro, pune os crimes ou julga as querelas dos indivíduos. Chamamos este último o poder de julgar e, o outro, simplesmente o poder executivo do Estado. (Do Espírito das Leis II, XII. VI. p. 156)* [20]

Montesquieu afirma ainda que:

> "*Tudo estaria perdido se ao mesmo homem, ou o mesmo corpo de principais, ou dos nobres ou do povo, exercesse estes três poderes: o de fazer as leis, o de*

[19] Utilizaremos aqui a edição: MONTESQUIEU, "*Do espírito das Leis*". Trad. CARDOSO, Fernando Henrique e RODRIGUES, Leôncio Martins. Coleção "Os Pensadores". S.P: Abril Cultural, 1973.

[20] Note-se que Montesquieu ignora a separação entre Estado e governo, tal como tinha sido estabelecida por Bodin, e atribui tarefas próprias ao poder soberano, como fazer a guerra ou paz, ao poder executivo, cuja função é eminentemente governamental. Além disso, considera o príncipe um magistrado entre outros, interpretação que Bodin repudiava. Observe-se, ainda, que os princípios de Montesquieu apresentados nesse capítulo são idênticos aos apresentados por Locke em seu "*Tratado do Governo Civil*", cap. XII. Sobre este último assunto ver nota de Gonzague Truc in MONTESQUIEU, op. cit. p. 156 nota 52.

executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos". *(Do Espírito das Leis II, XII. VI. p. 157)*

Assim, Montesquieu não reconhece, nem mesmo ao povo como um todo, o poder em sua totalidade. Na verdade, Montesquieu não estava preocupado com o poder soberano, pois sua atenção se encontrava voltada para um outro problema.

Montesquieu procurava uma fórmula de equilíbrio para o conflito entre as classes ou Estados que dominavam o cenário político. Pretendia partilhar a soberania e à medida que ia aprofundando o exame da constituição inglesa, introduzia a divisão do poder legislativo "*que representa a vontade geral do Estado*" entre as classes ou os estados do reino. Em sua análise o Estado já se encontrava dividido entre "*principais*", "*nobres*" e "*povo*". Basta observar que o Parlamento inglês era constituído pelo rei, pela nobreza temporal e espiritual e pelo povo, para compreender a razão dessa instituição lhe parecer o modelo ideal de distribuição de poder. É por este motivo que, para obter o equilíbrio efetivo entre os diversos poderes, Montesquieu reintroduziu a noção de governo misto, visando ao equilíbrio entre as classes, que fora buscar na experiência e pensamento jurídicos ingleses. Acrescentando ao novo princípio da separação dos poderes o velho tema do governo misto, isto é, a divisão do poder legislativo, chega ao seu modelo ideal de constituição :

Eis, assim, a constituição fundamental do governo de que falamos. O corpo legislativo sendo composto de duas partes, uma paralisará a outra por mútua faculdade de impedir. Todas as duas serão paralisadas pelo poder executivo, que o será, por sua vez, pelo poder legislativo.(Do Espírito das Leis II, XI, VI, p. 161)

Encontramos aqui a fonte do sistema de contrapesos e freios. Mais do que uma teoria de distinções de funções do Estado, Montesquieu apresenta uma teoria de governo balanceado, no qual diversos órgãos realizam um equilíbrio constitucional capaz de impedir a consolidação de um poder absoluto.

Todavia, se for examinado em seus detalhes, será possível notar que se trata prioritariamente de um equilíbrio social e não de um equilíbrio constitucional. Quase dois séculos depois de Bodin, no momento em que Montesquieu escreve as mudanças políticas, sociais e econômicas tinham deslocado a zona de conflito do campo do controle do Estado para a disputa dos diversos setores sociais por privilégios na corte. A separação dos

poderes constituía, na verdade, uma estratégia política de uma sociedade organizada aristocraticamente a partir de privilégios sociais, dentro de uma estrutura de poder monárquico.

Lembremos que o próprio Montesquieu era um membro da nobreza togada e, diferentemente de Bodin que pretendia a pacificação do reino sob um poder político único, abandona a dimensão propriamente política e jurídica, terreno no qual a noção de soberania vinha sendo construída, em favor da dimensão sociológica do poder, como assinala abaixo:

> *(...) Num Estado , há sempre pessoas dignificadas pelo nascimento, pelas riquezas ou pelas honrarias; mas se se confundissem com o povo e só tivessem, como os outros, um voto, a liberdade comum seria sua escravidão e não teriam nenhum interesse em defendê-la, porque a maioria das resoluções seria contra elas. A participação que tomam na legislação deve ser, portanto, proporcional à outras vantagens que têm no Estado, o que acontecerá se formarem um grupo que tenha o direito de suscitar as iniciativas do povo, tal como o povo tem o direito de suscitar as deles. (Do Espírito das Leis II, XI, VI, p. 159)*

Como bem observou Matteucci,[21] Montesquieu identifica um órgão do Estado com uma classe ou camada social . Este tipo de concepção teve grande repercussão em um período de fortes transformações políticas como foi o século XVIII. A manutenção de um certo equilíbrio entre as classes visava garantir a harmonia que seria alcançada com a divisão de poderes entre o rei, a nobreza e a burguesia. Era concebido assim como constitucional, o regime que garantisse a harmonia e a cooperação na vontade do Estado.

Aspecto essencial a ser notado é o fato do poder legislativo, na verdade, não estar realmente limitado, mas dividido. O detentor do poder legislativo poderia fazer tudo o que desejasse, desde que existisse a harmonia e o concerto de vontades. Assim, a separação de poderes consistia em uma fórmula ou estratégia para garantir o equilíbrio entre as forças sociais que entravam em conflito. De forma alguma implicava, necessariamente, em uma forma mais democrática.

Se a constituição inglesa é o modelo para Montesquieu, a forma mais terrível de organização do Estado seria a turca, a qual ele identifica com o despotismo:

---

[21] Ver MATTEUCCI, Nicola. Verbete *Constitucionalismo*. **o**p. cit.

Na maior parte dos reinos da Europa, o governo é moderado, porque o príncipe, que tem os dois primeiros poderes, deixa a seus súditos o exercício do terceiro. Entre os turcos, onde estes três poderes estão reunidos na pessoa do sultão, reina um despotismo horroroso. (...) Todo poder, nessas repúblicas , é uno ; e apesar de não haver pompa exterior que denuncie um príncipe despótico, percebemo-lo a cada instante. (Do Espírito das Leis II, XI, VI, p. 157)

O problema do despotismo é apresentado por Montesquieu no momento em que ele distingue as modalidades de governo em república, monarquia e despotismo, segundo suas naturezas e princípios. No conceito de natureza, retoma o esquema clássico, que baseava a distinção entre as formas de governo no número daqueles que detinham o poder. Já o princípio seria o sentimento que anima a ação dos homens, levando o governo a um funcionamento harmonioso. Assim , a república seria, segundo a sua natureza, o governo em que o povo coletivamente ou uma parte dele detém o poder e teria como princípio a virtude, o que significaria que as repúblicas só se desenvolvem plenamente quando seus cidadãos são virtuosos. Note-se, aqui, que Montesquieu engloba no conceito de república a forma de governo que desde Aristóteles era denominada democracia, na qual o povo coletivamente detém o poder, e também a forma de governo que era desde a antigüidade denominada de aristocracia, o governo no qual uma parte do povo detém o poder. Disto resulta que não é possível identificar, imediatamente, em Montesquieu, república e democracia.

A monarquia seria a forma de governo em que o poder é exercido por apenas um homem e teria como princípio a honra, definida como o respeito de cada um pelo que ele deve à sua posição na sociedade. O despotismo não se distinguiria da monarquia em relação ao princípio, uma vez que essa também é definida, segundo a sua natureza como o governo em que o poder encontra-se nas mãos de apenas um homem. A distinção entre as duas formas de governo encontrar-se-ia no princípio que, no caso do despotismo, seria o medo.

Na verdade, Montesquieu não faz, como Bodin, uma distinção estritamente política entre as formas de governo. Em primeiro lugar, não separa Estado de governo, isto é, o poder soberano do exercício do poder. Daí utilizar, como definidores, dois princípios internos que dizem respeito a quantidade de detentores do poder (a natureza) e a disposição moral do detentor do poder que determinaria o vínculo e organização social (o

princípio) . A doutrina de Montesquieu revela que sua concepção não constitui apenas uma distinção entre Estados, mas, e principalmente, uma distinção das estruturas sociais. Ao vincular a natureza do poder à sua organização social, Montesquieu faz mais sociologia do que ciência política.

Segundo Montesquieu, o tamanho da sociedade define o princípio que anima seu funcionamento: a república seria adequada a pequenos territórios; a monarquia, às sociedades de tamanho médio e o despotismo aos grandes impérios. Encontramos aqui princípios para disposições que garantiram a ligação social entre os homens: na república a virtude constituiria o respeito às leis e o devotamento de todos à coletividade e nela imperaria o amor, em certo sentido, pela igualdade; nas monarquias o vínculo social é assegurado pela desigualdade, uma vez que a felicidade de cada um seria realizada pelo desejo de assegurar sua posição na sociedade; no despotismo a organização social é assegurada pelo medo ao detentor do poder.

Montesquieu identifica o despotismo com o absolutismo, que constituiria o mal político absoluto: uma só pessoa governa sem lei e toda a autoridade é mantida através do medo.

Da mesma forma que Locke, Montesquieu tem por objetivo atacar o sistema de Hobbes, o qual considera absolutista, porque fundaria a autoridade do Estado no medo.[22] Autores como Julien H. Franklin e Preston King retiram os principais elementos de sua constatação do absolutismo de Bodin, da acusação de absolutismo endereçada a Hobbes por Locke e Montesquieu.

Em seu *Segundo Tratado sobre o Governo*, Locke converte o poder absoluto de Hobbes em inimigo de todos. Como observa Renato Janine Ribeiro, Locke desumaniza o soberano hobbesiano, aproximando-o do déspota oriental. Lockeano, Montesquieu critica

[22] De acordo com Renato Janine Ribeiro, em Hobbes, a principal paixão que inclinaria o homem para a organização do Estado não seria o medo, mas a esperança: " *Se o medo induz o homem a afastar-se da guerra natural , a esperança posta no trabalho leva-o a buscar o Estado que lhe garanta vida e conforto. Somam-se a negação da guerra e a afirmação da paz."* A contradição das paixões em Hobbes, move o homem. Janine cita a seguinte passagem de Hobbes*: "a soma completa de desejos, aversões, esperanças e medos, continuada até que a coisa se faça ou então se pense impossível (Leviathan, cap. VI)* . Ver RIBEIRO, Renato Janine. "*Ao Leitor sem medo*". S.P.: Ed. Brasiliense, 1984. p.16.

Hobbes na abertura do *Espírito das Leis*[23] e, por intermédio da alegoria do despotismo oriental, desconstrói o absolutismo.[24]

Segundo Janine Ribeiro, o déspota, no século XVIII é concebido como um animal selvagem e rapace. Montesquieu teria deduzido em sua análise do despotismo que o poder absoluto é ilegítimo, porque guerreia com todos os homens. De acordo com Janine Ribeiro, Montesquieu, assim como Locke, ignorou a concepção em Hobbes soberania do Estado. Em sua leitura estes autores teriam visto um Hobbes despótico e absolutista porque não trataram do poder soberano:

> *Esta seria a base do pensamento de Hobbes: reconhecer no corpo político, um poder soberano perante o qual nenhum privilégio localizado, nenhum direito adquirido subsista e fundar tal poder na representação, fazendo o foco central haurir dos súditos a sua força.* [25]

A força desta idéia estaria, segundo Renato Janine Ribeiro, na noção de representação, que permitiria a ruptura com as sociedades divididas em ordens (*états*), delimitadas cada uma destas por privilégios próprios, negando assim, a tripatição indo-européia do social, a qual é retomada por volta do ano mil, (os que rezam, os que combatem e os que lavram) [26].

Tal como Bodin, Hobbes concebeu o poder soberano como o princípio do corpo político, que deixava de ser um agregado de ordens, para se tornar um único corpo. Como pudemos observar, Montesquieu não pretendia estabelecer um modelo de Estado unificado sob um único poder e sua concepção de Estado encontrava-se alicerçada precisamente sobre o agregado de ordens. Neste sentido, do ponto de vista do Estado moderno, a proposta de Montesquieu representaria um retrocesso em relação ao Estado soberano de Bodin e Hobbes.

Locke, por sua vez, pretendia firmar a proteção do direito individual na supremacia do poder legislativo constitucional, contra os privilégios e arbitrariedades engendrados pelo

---

[23] MONTESQUIEU, "*Do Espírito das Leis*" I, I, II, 34 p. op. cit.
[24] RIBEIRO, Renato Janine . "*Ao leitor sem medo*" . S.P.: Ed. Brasiliense, 1984. p.41.
[25] Ibidem, ibidem
[26] Ibidem, ibidem.

Estado monárquico. O governo civil de Locke é fundado no poder legislativo, para ele, a lei primeira, fundamental e positiva de todas as sociedades políticas, consistiria no estabelecimento deste poder. Este seria não apenas o poder supremo da sociedade política, mas permaneceria sagrado e imutável nas mãos em que a sociedade o colocou. Locke concebia a passagem da sociedade natural – na qual se desenvolveriam as relações familiares e econômicas para estatal - como a passagem da sociedade de direito privado, ou seja, de um direito ainda imperfeito e não protegido, pela falta de um poder superior capaz de dirimir as controvérsias de modo imparcial, para a sociedade de direito público, ou seja, de direito protegido. Este seria o princípio norteador do constitucionalismo inglês: a lei acima do Estado.

3. 2 . O Poder soberano é indivisível: o problema dos governos mistos.

O governo misto poderia ser definido como o resultado de uma combinação, conformação ou fusão de formas de governo consideradas boas para a constituição de um Governo. Segundo Norberto Bobbio, a doutrina do governo misto consiste na enunciação e defesa do princípio de que a degeneração de uma forma boa numa forma má pode ser evitada pela mistura das três formas consideradas historicamente como boas.[27] Bobbio distingue, a partir da tipologia clássica, três formas boas - monarquia (o governo de um), a aristocracia (o governo de alguns) e democracia (o governo de todos) - e três formas más, consideradas degenerações das formas boas correspondentes - a tirania, a oligarquia e a demagogia. O governo misto consistiria em uma quarta forma boa, porque seria uma síntese das três primeiras.

A primeira referência ao governo misto pode ser encontrada em Platão,[28] nas *Leis*. Também Aristóteles se refere na *Política* à superioridade do governo misto em relação às formas de governos simples. Aristóteles elogia particularmente a constituição de Esparta, a

[27]BOBBIO, Norberto - Verbete **Governo Misto** – *"Dicionário de Política"*. BOBBIO, Norberto., MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. 2. ed. .Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986.

[28] PLATÃO - "Leis", 693 d .

qual considera o modelo de governo misto. [29] Todavia foi Políbio quem estabeleceu a tipologia clássica de governos, especificando, ao descrever a constituição da Roma republicana, aquele que seria o conceito de governo misto. No seu livro "*Histórias*", Políbio afirma que a excelência da constituição romana residiria precisamente no fato de ser uma constituição mista, uma vez que os cônsules exerceriam o poder como monarcas, o senado como uma aristocracia e a multidão tinha o poder de influenciar o governo como uma democracia .

Segundo Políbio, que foi considerado durante séculos o principal arauto do governo misto, a excelência dessa forma de governo residiria no fato de garantir governos mais estáveis. Para ele cada uma das três formas boas de governo (monarquia, aristocracia e democracia) estaria destinada a degenerar na correspondente forma má.

A estabilidade no governo misto adviria do equilíbrio que conseguiria estabelecer entre as diversas forças sociais, ao atribuir a cada uma delas uma parte do poder, porque possibilitaria que as forças sociais controlassem o poder uma das outras.[30] Aqui encontramos o que seria um precedente à concepção de equilíbrio de poderes.

Na Idade Moderna, encontramos as descrições de Veneza e da monarquia inglesa como modelos de governos mistos.

Maquiavel, em sua obra, "*Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio*", Livro II, repetindo os argumentos de Políbio, afirma que todos os governos simples seriam corruptíveis e tenderiam a ter uma breve duração. Por este motivo os legisladores prudentes teriam sempre optado pela forma mista que seria mais firme e estável por propiciar a participação a todos e garantir que cada um vigie o outro.

3.2.2. A crítica de Bodin ao governo misto

Jean Bodin inicia seu capítulo sobre os tipos de República definindo aquelas que ele considera serem as únicas formas possíveis de Estado: monarquia, aristocracia e democracia:

---

[29] Ver ARISTÓTELES , "*A Política*", Livro II, 1265 b até 1266 a .
[30] Ver BOBBIO, Norberto. Verbete Governo Misto – *"Dicionário de Política".o*p. cit. p. 556.

(...) *É necessário ver agora quem são aqueles que detém a soberania para que possamos saber seu estado. Se a soberania reside em um só príncipe, a chamaremos de monarquia; se dela participa todo o povo, estado popular e se a parte menor do povo, estado aristocrático.(S.L.R. II, 1 p. 7)*

Bodin pretende demonstrar que existiria apenas um critério para estabelecer o tipo de Estado: saber quem detém a titularidade do poder soberano. Usando esse critério, Bodin pretende, também:

(...) *eliminar a confusão e a obscuridade proveniente da variedade de formas boas e más, o que deu ocasião para muitos falarem de mais de três tipos de República. Se esta opinião fosse aceitável e as formas de repúblicas se medissem através das virtudes e vícios, haveria uma multidão de formas*." *(S.L.R. II, 1. p. 7-8)*

Bodin observa que, para apresentar um problema de forma adequada, por meio de sua definição e esclarecimento, não se deve fixar nos acidentes, mas nas diferenças essenciais e formais. Isso significa que a distinção clássica, já apresentada por Platão e desenvolvida por Políbio, entre formas boas e más não diz respeito à própria essência e definição de República que seria, o *reto governo de várias famílias com poder soberano (S.L.R. I, 1 p.27).*

Separar as repúblicas a partir das virtudes e vícios, em boas e más é estabelecer um critério que nenhuma relação tem com a própria definição e constitui antes de tudo um julgamento, um juízo moral e dada a variedade dos vícios presentes entre os seres humanos, teríamos ao final possivelmente tantas classificações quantas repúblicas existentes. Além disso, a distinção em bom ou mau não afeta de forma alguma a própria natureza do Estado, que permanece como tal se o soberano for todo o povo ou se for um tirano.

Bodin completa sua tipologia das formas de Estado apresentando não apenas a definição positiva, mas também a negativa, excluindo aqueles que não participam da titularidade na definição:

As formas de Estado são três, não mais: monarquia, aristocracia e democracia. Denomina-se monarquia quando a soberania reside, como foi dito em uma só pessoa e sem que participe dela o resto da população; democracia ou Estado popular, quando todo o povo ou a sua maior parte, em corporação, detenha o poder soberano; aristocracia quando a parte menor do povo detenha em

corporação a soberania e dita a lei ao resto do povo, seja em geral ou em particular. (S. L. R. II, 1. p. 8-9)

Bodin recusa, assim, qualquer julgamento em termos de formas puras e impuras. Tem plena consciência de estar contrariando séculos de teoria, todavia, a separação em formas boas e más, embora indique a boa vontade de quem deseja um bom Estado, seria contrária à razão, pois nos faria *perder em um labirinto sem fim , não suscetível de conhecimento científico (S. L. R. II, 1. p. 7),* que poderia ser substituído, indiferentemente por qualquer outro, como beleza, grandeza, nobreza, honra, riquezas, coragem etc.

A seguir Bodin refere-se ao fato de que a divisão entre formas puras e impuras teria levado à noção de formas compostas, ou Estados mistos. A busca por uma forma estável teria levado à idealização de uma quarta forma, composta das três formas boas. Em seu ponto de vista, esta forma jamais teria existido. Daí a necessidade de se confrontar a posição de Platão, Aristóteles, Políbio , Denys de Helicarnasso, Cícero, Tácito, Thomás More e Maquiavel, entre tantos outros , com o objetivo de demonstra os erros em que incorreram:

(...) *Se não fosse porque a razão me forçou a sustentar o contrário, possivelmente a autoridade de tão grandes personagens tivessem me convencido. (S.L.R. II, 1. p.9)*

Para Bodin o poder soberano é indivisível. A soberania não pode ao mesmo tempo ser exercida nem partilhada por soberanos diferentes em um mesmo Estado. O poder soberano é acima de tudo o poder de decidir em última instância. Se diferentes soberanos tiverem esta mesma prerrogativa, não haveria Estado, mas um conflito e logo ninguém seria soberano. Por outro lado, se existir uma instância com o poder de afirmar a lei, em última instância, sem direito à apelação ou recurso, este seria o verdadeiro poder soberano, como explicita:

Não é possível existir uma República na qual o povo designe os oficiais, disponha-se do tesouro e conceda graça (que são três atributos da soberania): a nobreza faça as leis, ordene a paz e a guerra e distribua as contribuições e impostos , (que também são atributos da soberania) e, além disso, exista um magistrado a quem, o povo em geral e cada um em particular , dispense homenagem e que julgue em última instância sem direito a apelação e recurso? Respondo que tal República nunca existiu e que jamais se poderá realizar, dado que os atributos da soberania são indivisíveis. (S.L.R. II, 1. p. 25-26)

Bodin pretendia afirmar que quem tiver o poder de dar a lei a todos , de mandar e proibir o que quiser sem que ninguém possa apelar ou opor-se aos seus mandatos, detém de fato a soberania, porque o poder de decidir em última instância implica na subordinação de todos os demais poderes. A soberania é indivisível porque só existe o poder em sua forma pura, "*o poder absoluto e perpétuo*", do qual todos os demais são decorrência.

Segundo Bodin, a simples mistura de formas de Estado teria como resultado, não uma quarta forma distinta das outras três e mais estável, mas sua combinação resultaria em apenas uma única forma de Estado, a democracia:

> (...) *Mas a mistura das três repúblicas em uma não produz uma espécie diferente. O poder real, aristocrático e popular combinados só dão lugar ao Estado popular, salvo que se desse a soberania em dias sucessivos ao monarca, depois a parte menor do povo e em seguida a todo o povo, exercendo cada um deles, por seu turno a soberania. Em tal caso teríamos três tipos de República(...) (S.L.R.II,1. p.9)*

Bodin foi o primeiro a tratar da crítica do governo misto com precisão e documentação histórica. Para demonstrar sua tese invoca, inicialmente, o argumento histórico: Esparta, Roma e Veneza, cuja tradição tem como exemplos de governos mistos, foram de quando em quando , ao sabor dos tempos, ora monarquias, ora aristocracias, ora democracias. Casos extremos, como o reino da Dinamarca, no qual o rei e a nobreza dividem entre si a soberania, demonstram que, onde a soberania é dividida, o país não tem paz e o regime daí resultante mais pareceria uma corruptela de Estado que um verdadeiro Estado.

Todavia, o argumento fundamental que apresenta para demonstrar a confusão perpetrada pela concepção de governo misto seria a distinção entre Estado e Governo, entre a titularidade da soberania e seu exercício:

> (...) *Deve-se diferenciar claramente entre Estado e governo, regra política que ninguém observou até hoje. O Estado pode constituir-se em monarquia e ser governado popularmente se o príncipe reparte as dignidades, magistraturas, ofícios e recompensas igualmente entre todos, sem tomar consciência da nobreza, riquezas ou virtude. A monarquia estará governada aristocraticamente quando o príncipe só ofereça as dignidades e benefícios aos nobres, aos mais virtuosos ou aos mais ricos (...) Esta variedade na forma de governar induziu ao engano*

aqueles que confundiram as repúblicas sem observar que o Estado de uma República é coisa diferente de seu governo e administração. (S.L.R. II. II p. 34)

Trata-se de uma definição jurídico-política do Estado, que apresenta uma inovação na caracterização do poder em relação ao pensamento medieval, porque permite a distinção entre o soberano, fonte última do poder do Estado, e o governo, o seu exercício quotidiano e material. Fonte e exercício material são, desta forma, definidos como aspectos distintos de uma mesma manifestação política, o poder público. Bodin faz questão de patentear o pioneirismo da sua distinção entre Estado e governo e orgulhosamente a apresenta como um segredo da política, até então jamais percebido, mesmo entre as mentes mais perspicazes. Por este motivo fez questão de demonstrar não apenas que fora o primeiro a percebê-la, mas acima de tudo que, durante séculos, a ausência desta distinção teria levado os estudiosos ao erro de afirmar a existência de Estados mistos.

Em outras palavras, os defensores da existência do Estado misto acreditavam que o poder soberano poderia ser partilhado entre vários órgãos, como entre o senado e o povo, o que, como se afirmava, teria ocorrido na República romana.

Bodin, ao contrário, sustentava que o poder soberano não pode ser dividido, uma vez que a fonte da soberania é única, exclusiva, absoluta e perpétua. O titular do poder soberano é definido como o único capaz de estabelecer as leis, sem estar submetido a nenhuma delas. Estabelecida a fonte da lei, o seu exercício pode ser delegado a um outro órgão, ou corpo administrativo, a critério do soberano.

No caso da República romana, segundo Bodin, até à promulgação da lei *Canuléia*, o Estado era popular, porque a maior parte dos cidadãos detinha a soberania, embora fosse governado aristocraticamente: o povo concedera as funções públicas, honras e recompensas pelo exercício do poder à nobreza patrícia.

Para Bodin existiria um equívoco conceitual na concepção de Estado misto, correspondente a uma confusão entre a categoria de Estado, definida como o corpo político ao qual pertence a titularidade da soberania e a categoria de governo, definido como o corpo político responsável pelo exercício, em termos materiais, da vontade soberana.

Segundo esta abordagem, o Estado pode permanecer monárquico e ser governado democraticamente ou aristocraticamente, segundo o rei se sirva de um número restrito de

privilegiados para exercer seu poder ou confira indiscriminadamente cargos e ofícios aos humildes e aos grandes, sem estabelecer privilégios para ninguém. A monarquia democrática ou a monarquia aristocrática não são formas de governo misto, mas formas diferentes de administrar a monarquia.

Alguns de seus críticos , como Julien Franklin[31], discordam da concepção de Bodin segundo a qual o governo misto não constituiria uma forma de equilíbrio eficaz que, no campo jurídico, instituiria uma partilha da soberania. De fato, para Bodin, a unidade do sistema jurídico requereria, logicamente, que o poder soberano fosse concentrado nas mãos de um só governante ou de uma única corporação da população.

Segundo Franklin, uma constituição pode ser mista tanto em razão da divisão, quanto em razão da distribuição dos poderes. Se a soberania foi dividida, resultaria em uma poliarquia composta, na qual seus membros, o rei, Senado ou povo - ou apenas duas destas três instâncias -, conservariam sua identidade própria no interior do conjunto. Cada instância tomaria parte, segundo sua influência específica, no exercício de cada uma das funções governamentais. Não é possível deixar de notar aqui que Franklin têm em mente aqui o modelo constitucional inglês, tal como fora concebido por Montesquieu e Locke.

Franklin sustenta que Bodin teria cometido um engano ao tentar ilustrar e aprofundar o princípio de indivisibilidade na República, porque teria suposto a existência de apenas um caso de constituição mista, aquela na qual cada parte das instâncias sociais, simultaneamente, receberia partes integrais de poder. Para Bodin esta forma seria absurda porque implicaria que povo, rei e nobreza teriam poder integral ao mesmo tempo.

Argumenta que para Bodin a primeira marca da soberania é dar a lei a todos em geral e a cada um em particular o que implicaria no poder de comandar. Outra marca da soberania seria o poder de dar a lei e de obrigar o seu cumprimento. Por este motivo, para Bodin, o governo misto constituiria uma contradição: se cada um tem o mesmo poder de fazer a lei e comandar o outro, não haverá ninguém que obedeça.

Entretanto, afirma Franklin, Bodin teria ignorado uma outra forma de constituição mista, que consistiria em distribuir ou partilhar os direitos da soberania entre diferentes parceiros tomados isoladamente. Isso implica que existiram regras expressas ou implícitas

de coordenação, graças às quais as funções dos diferentes poderes seriam separados e ajustados uns aos outros. Mais especificamente, isso supõe que o poder legislativo, enquanto supremo na confecção das regras, não poderia aplicar nem controlar diretamente as autoridades que seriam constitucionalmente encarregadas de cumprir os demais poderes.

Franklin tem em mente a noção de distribuição dos poderes como forma de equilíbrio, tal como teria sido pensada por Montesquieu. Ignora a importância da distinção de Bodin entre Estado e governo que coloca a atribuição do exercício dos poderes executivo e judiciário no âmbito do governo.

Sem levar em consideração a distinção entre Estado e governo, Franklin acredita que Bodin teria recusado a idéia de uma coordenação constitucional entre parceiros iguais porque atribuiria ao poder de fazer as leis o caráter absoluto. Assim, para ele, o obstáculo em Bodin para a separação de poderes estaria no fato de que aquele que possuísse o poder de fazer as leis restringiria os direitos de outros poderes. Observa que Bodin estaria convencido de que todas as prerrogativas da soberania, como por exemplo, o direito de ouvir apelo em última instância nos processos civis e criminais, estaria incluído no poder de fazer as leis e que a possessão deste último implica em um direito sobre todo o resto. [32]

Em última instância, Bodin teria feito depender a unidade dos poderes do fato de que quase todos os atos governamentais implicam no poder de dar ordens obrigatórias e deduz que toda a autoridade soberana teria sido reduzida ao poder de fazer as leis e de dar ordens. Franklin toma aqui a noção de soberania pelas suas marcas, ou características, e não a partir da própria definição.

A leitura atenta da definição de soberania, em Bodin, não permite entende-la como a simples capacidade de fazer leis e dar ordens obrigatórias. As marcas da soberania não constituem a definição de soberania e não permitem apreender a essência do Estado. Estas marcas, representadas pelo poder de comando e fazer leis, podem ser encontradas em um sujeito privado ou até mesmo a um líder de um bando de malfeitores. A soberania, para Bodin, implicaria necessariamente em um poder de comando público e sua principal característica seria reconhecer o corpo do Estado como o sujeito da política.

---

[31] FRANKLIN, Julien H. "*Jean Bodin et la naissance da la théorie absolutiste*" op. cit. P.51
[32] FRANKLIN, Julien H. op. cit. p.51.

Em primeiro lugar, torna-se necessário compreender que o poder de mando ao qual Bodin se refere é caracteristicamente público, pois a primeira marca da soberania é dar a lei a todos em geral e a cada um em particular. Isso significa que o poder político é necessariamente de caráter relacional, pois implica não apenas no poder de comanda*,* de dar a lei *a todos* o que implica em, também, obrigar todos ao seu cumprimento. Este poder não deve ser entendido, como parece fazer Franklin, como algo, uma substância ou um objeto que se possui e pode ser guardado. O conceito de poder implica em uma relação, na qual de um lado uma pessoa ou um grupo de pessoas tem a capacidade de comandar e de outro, todos em geral e cada um em particular, são compelidos a obedecer ao comando.

De fato, o conceito de poder soberano, para Bodin é legal, não somente porque é o poder de fazer as leis, mas porque a fonte de onde a lei emana é também a fonte da obediência legítima, isto é, aceita e reconhecida por todos. Neste sentido poderia ser concebido como o monopólio da violência legítima.

Poder soberano significa deliberar em última instância, sem que outra instância possa mudar sua deliberação, em nome da defesa da sobrevivência de todos em geral e de cada um em particular. A soberania realiza o consenso e garante a paz no âmbito da política. Por esse motivo, no Livro I , capítulo 10 do *Seis Livros da República*, o poder de legislar é apresentado em primeiro lugar e considerado o mais importante na República. Mas não é ele quem define o poder soberano. Em última análise, o poder soberano seria o poder de decidir em última instância.

A concepção de Montesquieu da divisão de poderes não afetaria de forma alguma o poder soberano, enquanto poder decisório último e irrecorrível, significando apenas a existência de divisões na esfera governamental. Assim, nada impediria que a teoria do equilíbrio entre os diversos setores da sociedade fosse aplicada na distribuição das tarefas governamentais. O próprio Bodin as recomenda no Livro VI , capítulo VI, do *Seis Livros da República*, quando apresenta sua concepção de governo justo como a distribuição de recompensas de acordo com os modelos matemáticos, distributivos, geométricos e harmônico entre todas as classes de pessoas.

Segundo Norberto Bobbio[33], o fato de se encontrar em Montesquieu, tanto a defesa da separação de poderes, como a da monarquia moderada, entendida como governo misto, parece ter induzido muitos de seus leitores a identificar como uma única questão os dois problemas.

Em seu significado original, o governo misto é o resultado da distribuição do poder entre as diversas forças sociais cuja colaboração há de servir para manter a concórdia necessária à convivência civil. A separação de poderes resulta, em vez disso, na distribuição das três funções principais do Estado, legislativa, executiva e judiciária, por órgãos diversos. Se a cada força social fosse atribuída a titularidade de uma das funções, poderia ocorrer uma correspondência entre as ambas. Entretanto, tal distribuição não é o escopo do governo misto, que visa não tanto evitar a concentração das diversas funções do Estado numa só mão, mas a participação das diversas forças, com seus respectivos órgãos sociais, no exercício do poder, particularmente na função principal que é a legislativa.

A confusão entre governo misto e separação de poderes aparece decorrer do fato das duas proposições visarem ao equilíbrio. Mas um é o equilíbrio das forças sociais que tem em vista um governo misto e outro o das funções e seu respectivo exercício às quais mira a separação dos poderes como forma de controle do poder do Estado.

Segundo Bobbio, a melhor prova da diferença entre a separação de poderes e o governo misto pode ser encontrada no confronto daqueles que seriam seus respectivos opostos: a negação do governo moderado, concebido a partir da divisão de poderes, é o despotismo; a negação do governo misto são as várias formas de governo simples, que não são necessariamente despóticas. [34]

3.2.3. O constitucionalismo inglês

É freqüente a oposição do absolutismo francês ao constitucionalismo inglês, considerado o modelo de monarquia parlamentar constitucional e de governo misto. Observe-se, entretanto, que a experiência constitucional inglesa é totalmente singular e o

[33] Ver BOBBIO, Norberto. Verbete Governo Misto – *"Dicionário de Política". o*p. cit. p. 556 e segs.
[34] Ver BOBBIO, Norberto. Verbete Governo Misto – *"Dicionário de Política". o*p. cit. p. 556 e segs.

seu centro é o princípio do *rule of law*. Originado na experiência cultural e no direito consuetudinário que se perde no passado medieval inglês, este princípio afirma a autonomia do direito junto ou acima do governo e a necessidade de todo o governo se subordinar ao direito. No caso inglês a lei é pensada como a defesa do cidadão contra o arbítrio do governo.

Segundo Matteucci, a experiência inglesa teria formulado seu conceito de Estado, englobando as funções executiva e legislativa, através da partilha do poder entre o rei e o Parlamento. O corpo do reino seria representado pela figura *do rei no Parlamento*. Este princípio teria sido possível :

> (...) *não só pela independência dos juízes em relação ao poder político, como também e sobretudo pelo caráter particular do direito inglês, que ainda hoje considera, junto com as normas de origem legislativo parlamentar, a common law, um direito de que os juízes são conservadores e depositários: continuam a julgar, referindo-se aos precedentes judiciários, ou interpretando as leis do Parlamento dentro do espírito e segundo os princípios gerais dos direitos contidos na common law*.[35]

Assim, o modelo inglês constitui uma solução distinta do modelo francês. Como Bodin observa, na França os magistrados não tinham o poder de fazer as leis e os tribunais tinham apenas caráter administrativo. No caso inglês, o princípio do *rule of law* visava garantir a igualdade dos cidadãos perante a lei e supunha a exclusão de todo poder discricionário ou arbitrário. Em conseqüência, nenhum tribunal ou governo poderia criar qualquer direito que se contratasse com este princípio fundamental.

Como observa Matteucci, tanto em termos conceituais quanto históricos, não seria adequado definir o constitucionalismo a partir do princípio da separação dos poderes, tal como teria sido pensado por Montesquieu, uma vez que a dinâmica política das instituições que deram origem ao Parlamento inglês não decorreu da divisão institucional de poderes. A separação dos poderes constituiu uma estratégia política de uma sociedade cuja organização social era ainda aristocrática em um regime político monárquico.

---

[35] Ibidem, ibidem. Note-se, todavia, que,mais tarde, no século XVIII, o fortalecimento da instituição estatal inglesa levou à afirmação da superioridade do Parlamento, tendo sido negado o poder dos juízes restringirem seus atos.

De fato, a análise de Bodin dos governos mistos demonstra que esta concepção de governo decorreria de uma confusão conceitual entre Estado e governo. A noção constitucionalista baseada na divisão de poderes seria uma forma de reintroduzir a indistinção entre o poder soberano e o exercício deste poder. Além disso, o princípio da separação de poderes não constituiria uma cisão da soberania, uma vez que, no caso inglês, a figura do rei no Parlamento faria deste o lugar da soberania, enquanto o papel do rei seria restrito, ao menos teoricamente, ao seu aspecto de executivo.

Bodin visa, com a soberania, criar um centro de poder de pura natureza política, cuja fonte não seja social e que não possa ser identificado com credo, classe ou corpo social. O princípio da soberania constituiria uma fonte de poder cuja origem não poderia ser reivindicada por nenhum destes setores e, portanto, o poder não poderia ser identificado com qualquer facção e nem ser responsável por quaisquer privilégios sociais.

Diferentemente de Montesquieu, Bodin não reparte o poder porque não reconhece em nenhum setor social virtude ou a primazia. O poder não é originário da virtude, mas da capacidade de mando e obediência. A figura do Estado, a República, é uma criação racional e aparece como uma homogeneização, uma síntese superior, abstração que, para além dos conflitos particulares, privados e dos grupos sociais em disputa, objetiva-se como o único instrumento possível de paz social, porque é o único capaz de dar a lei a todos e fazê-la ser cumprida por todos.

A síntese de Bodin, concebida a partir das condições históricas francesas, cria o Estado como um poder uno e supra-material, como contraponto do governo, o lugar do exercício do poder, da administração material na qual a divisão dos privilégios se realizaria de acordo com a diversidade social, sob a tutela de um poder maior, o Estado, que se encontraria fora das disputas sociais. Assim, enquanto a unidade se realizaria, racionalmente, na figura abstrata do Estado, a diversidade encontraria seu lugar na materialidade da administração.

A concepção constitucionalista retiraria seus argumentos da idéia de que a monarquia inglesa seria o exemplo de um governo constitucional limitado. Contudo, seria inadequada do ponto de vista da teoria da soberania, tal como foi formulada por Bodin. A visão constitucionalista teria a ilusão de distribuir o poder soberano entre as funções legislativa,

executiva e judiciária. Ocorre que o poder legislativo, quando concebido como poder de decisão em última instância, quer seja ele atribuído ao rei, ao Parlamento ou ao povo em geral, é sempre ilimitado. Uma vez instituído este poder, encontra-se estabelecida a fonte do ordenamento estatal, que tem a capacidade de alterar, aprovar ou estabelecer as leis, instituir e constituir o Estado . Este é o poder soberano.

É comum encontrarmos em diversos autores a oposição entre o constitucionalismo inglês e o absolutismo francês. O constitucionalismo inglês, cuja origem parlamentarista[36] remonta ao período medieval com a Carta Magna[37] é contraposto ao absolutismo monárquico francês, cuja origem seria a teoria da soberania de Bodin. A Constituição inglesa é tomada como padrão universal de governo moderado e seu fruto mais glorioso seria a democracia norte-americana. Todavia, a Constituição inglesa é fruto de uma experiência particular, que não pode ser generalizada.

Note-se ainda que a atual forma do constitucionalismo inglês foi o resultado de um tumultuado processo que envolveu guerras religiosas, conflitos sociais e uma feroz luta da burguesia contra o rei. A revolução inglesa constituiu um complexo processo que envolveu uma intrincada rede de interesses sociais políticos e religiosos e teve como foco a oposição à teoria do direito divino dos reis, cujo principal arauto foi o rei James I. [38]

---

[36] O parlamentarismo é a doutrina política na qual que é dada a primazia ao Parlamento que acumula poderes executivos e legislativos. O poder executivo é exercido por um conselho de ministros, liderados pelo primeiro ministro, por delegação da maioria do parlamento eleito. No período dos Tudors , principalmente nos reinados de Henrique VIII e Elisabeth I, os governantes eram extremamente populares. Governavam em nome da defesa do protestantismo e da Igreja Anglicana contra os inimigos externos, espanhóis e católicos. Embora tivessem o poder teoricamente submetido ao Parlamento, exerciam o poder absoluto de fato. Recebiam apoio incondicional do Parlamento, que teve o seu poder reduzido e raramente era convocado.

[37] A origem do constitucionalismo inglês remontaria a 1213, quando nobres ingleses, rebelados com os elevados impostos cobrados pelo rei, obrigaram o Rei João a assinar uma Carta de direitos feudais, a Magna Carta, que constitui até hoje parte da Constituição inglesa. Em 1265, a nobreza feudal em luta contra a centralização do poder obrigou a formalização de uma assembléia de cidadãos denominada Parlamento, que foi dividido em duas Casas , a Câmara dos Lordes e a Câmara dos Comuns . Cabia ao Parlamento aconselhar o rei e aprovar a cobrança de impostos. O Parlamento não tinha uma freqüência de reunião estabelecida e era convocado e dissolvido pelo rei. Na verdade, é necessário salientar que a Magna Carta não constituiu uma Declaração de direitos e liberdade dos homens. Pelo contrário, tratava-se de um contrato tipicamente feudal escrito, no qual o rei, como suserano, se comprometia a respeitar o direitos dos vassalos tradicionalmente estabelecidos pelos costumes . Neste sentido, constituiria uma limitação aos poderes do rei diante do direito consuetudinário.

[38]A revolução inglesa resultou da recusa de James Stwart I (1603 -1623) em reconhecer a autoridade do Parlamento. Procurou fundamentar seu poder absoluto na doutrina de direito divino do rei. Provocou a ira da burguesia ao aumentar os impostos, intervir na economia, perseguir calvinistas e puritanos , restabelecendo os vínculos com a Igreja Católica. Seu sucessor, *Charles Stwart I* (1625- 1648), seguiu a política do pai e

entrou em uma dispendiosa guerra com a França. À beira da bancarrota obrigou a burguesia a conceder empréstimos ao Estado, prendendo os refratários. Em 1628 foi obrigado a convocar o Parlamento para criar novos impostos (*Curto Parlamento*). O Parlamento, entretanto, obriga-o a assinar a "*Petição de Direitos*" , na qual era afirmado que todo e qualquer imposto não aprovado pelo Parlamento seria considerado ilegal . Foi proibido ao rei, ainda, as prisões arbitrárias e a aplicação de leis marciais em tempo de paz. Charles I, entretanto, não respeitou o documento e voltou a recorrer a meios irregulares para conseguir dinheiro. Fechou o Parlamento e estendeu a cobrança do imposto naval, o "*ship money*", às regiões do interior da Inglaterra. Obrigou a burguesia a comprar títulos de cavaleiros pela qual tinham que pagar taxas elevadíssimas. Além disso procurou dar à Igreja anglicana uma forma cada vez mais próxima da católica. Perseguiu os puritanos (protestantes radicais que visavam à purificação da fé), os presbiterianos (protestantes que não reconheciam nenhuma autoridade superior ao presbítero e nem o poder do Papa, nem de bispos e cardeais ingleses), e calvinistas. A prisão e execução de inúmeros intelectuais protestantes aumentou a revolta e acirrou os ânimos da população contra o rei. Em 1640, Charles I entrou em guerra com a Escócia e foi novamente obrigado a convocar o Parlamento para solicitar aumento de impostos *(Longo Parlamento*). Os líderes da Câmara dos comuns, sabendo que o rei nada poderia fazer sem dinheiro, decidiram tomar as rédeas do governo. Aboliram o *Ship money* e os Tribunais tirânicos do rei. Decretaram uma lei impedindo que o rei dissolvesse o Parlamento. Em resposta, Charles I invadiu , com seus soldados, a sala da Câmara dos Comuns e tentou prender seus principais líderes, entre eles Oliver Cromwell. O enfrentamento do rei ao Parlamento provocou um terrível guerra que dividiu a Inglaterra em duas facções. A Guerra Civil Inglesa durou de 1642 a 1649. No início o rei e seus aliados, os principais nobres, latifundiários e católicos, venceram as primeiras batalhas. A nobreza inglesa vinha de uma longa tradição medieval de treinamento militar de cavalaria. O exército parlamentarista, denominado de cabeças redondas (*roundheads* - porque usavam o cabelo curto em oposição aos longos e anelados cabelos dos nobres), era formado principalmente por camponeses pobres e trabalhadores que jamais tinham pegado em armas ou tido treinamento militar. O comando fora entregue aos nobres representantes da Câmara dos Lordes, os quais fizeram o possível para impedir um confronto direto com o rei. Cromwell, líder dos parlamentaristas, rapidamente percebeu que sem treinamento o exército parlamentar não teria chances. Tomou então o comando do exército e partiu para a formação de um novo exército, *O exército de Novo Tipo* sem nobres . Treinou burgueses, trabalhadores e camponeses, e planejou ofensivas que dispensavam as antigas táticas baseadas na superioridade do treinamento e honra individual dos nobres por estratégias elaboradas a partir do cálculo racional e de um exército de massa. Colocou na liderança das batalhas os protestantes e puritanos mais radicais, que garantiram com seu entusiasmo e fé a vitória dos parlamentaristas. Em 1648 o exército do rei foi definitivamente derrotado. Sob a liderança de Cromwell, os Parlamentaristas proclamam a autoridade absoluta do Parlamento que passou a ser controlado pela força do exército popular. Uma Alta Corte de Justiça Especial foi instalada e o rei foi julgado e condenado à morte. Em 30 de Janeiro de 1649 foi decapitado. Com a sua morte foi proclamada a República. Após a decapitação do Rei foi organizado um novo tipo de Estado , o *Commonwealth*, no qual o Parlamento permaneceu como órgão legislativo e o executivo foi entregue a quarenta de seus membros. Com o apoio do exército, Cromwell dominou os dois órgãos. Diante das tentativas dos demais parlamentares de manterem-se indefinidamente no poder, Cromwell invadiu e dissolveu o Parlamento e assumindo o poder como *Lorde Protector*. Como puritano ortodoxo, implantou um governo austero, disciplinado, sem regalias ou ostentação, baseado na autoridade de Deus. Como representante da burguesia , Cromwell possibilitou que a Inglaterra se tornasse a maior potência industrial e marítima, através da expansão comercial no exterior . Com sua morte, em 1658, ascendente ao poder seu filho, Richard, que, entretanto, não tinha a mesma fé e vontade de ferro de seu pai. Após um ano de governo foi deposto. O Parlamento convida, então, Charles II, filho do rei decapitado, com o compromisso de respeitar a Magna Carta, a Petição de Direitos e a religião oficial protestante. Junto com o Parlamento, Charles II estabeleceu o *Bill os Test* , uma lei segundo a qual era impedido a qualquer católico o exercício da função pública. Todos os funcionários do Estado Inglês foram obrigados a prestar juramento negando o catolicismo. Com a morte de Charles II assumiu o trono inglês seu irmão James II, um católico declarado e que estava decidido a fazer desta, a religião oficial da Inglaterra. Violou o *Bill of Test*, colocando funcionários católicos em altos cargos, isentou católicos de impostos , governou arbitrariamente desconhecendo as resoluções do Parlamento. Em 1668 ,foi deposto pelo Parlamento, que convidou o príncipe Guilherme de Orange e sua mulher Mary, (filha mais velha de James II

É necessário observar, entretanto, que o constitucionalismo inglês estava de acordo com a concepção tipicamente medieval do primado do direito consuetudinário e da lei natural. A lei estaria acima do rei que seria seu instrumento. Na vida jurídica medieval, a lei constituiria a livre expressão espontânea da sociedade, constituída ao longo dos séculos, nesta ordem não era admitido o arbítrio criador do legislador. Nesta concepção do direito antigo a expressão da vida social era a justiça e o soberano não podia intervir e alterar a concepção de justiça, baseada na noção de bem comum.

A concepção de que na França a monarquia constituiria uma tirania e que o rei inglês, por oposição, teria seu poder proveniente da vontade do seu povo é antiga e retrocede, pelo menos, ao século XIV. A guerra dos Cem anos (1337-1453) teria contraposto diretamente as estruturas das duas monarquias beligerantes.[39] Podemos encontrar, nas idéias do escritor medieval inglês John Fortescue (1390-1476) [40], os princípios do constitucionalismo que alimentarão, no futuro, o debate sobre a oposição entre os regimes inglês e francês. Seus livros são exemplares na apresentação da distinção entre monarquia absoluta e monarquia limitada a partir dos casos da Inglaterra e França.

Segundo Fortescue, o rei da Inglaterra não poderia mudar as leis a seu bel prazer:

---

e protestante) para ocuparem conjuntamente o trono inglês. Foi aprovada no Parlamento a *Bill of Rights*, a *Declaração dos direitos do cidadão* que garantiu a permanência da soberania nas mãos do Parlamento. Este processo ficou conhecido com, *A Revolução Gloriosa*. Sobre este tema verificar: HILL, Cristopher. "A Revolução Inglesa de 1960". Lisboa: Editorial Presença s.d. HILL, Cristopher. "*O mundo de ponta cabeça - idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*". S.P.: Comp. Das Letras,1987. HILL, Cristopher. "*O eleito de Deus - Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa.*" S.P.: Comp. das Letras, 1988.

[39] De uma forma geral a guerra dos cem anos foi a eclosão de uma série de conflitos que vinham contrapondo as duas monarquias, francesa e inglesa, que há tempos disputavam o controle territorial. Foi o resultado direto das transformações sociais, políticas e econômicas de um mundo feudal em desintegração. O agravamento da situação teria corrido em 1327 quando, com a morte prematura dos três filhos e sucessores do rei francês, Philippe, o belo, foi declarado seu sucessor, Philippe de Valois, sobrinho de Philippe o Belo, o mais próximo herdeiro do rei pela via masculina. O rei da Inglaterra, Eduardo III, reivindicou o direito ao trono, por ser neto de Philippe, o belo, pela via direta materna. Isto contrariava a Lei Sálica que, como veremos, só reconhecia o direito da via direta masculina para o acesso ao trono Francês.

[40] John Fortescue teria aliado o conhecimento da common law e do direito romano a uma notável experiência política, por ter participado na Guerra das duas Rosas (1455-1485). Esta guerra opôs as facções rivais da rosa vermelha de Lancaster, e a rosa branca de York pelo controle da coroa. Fortescue acompanhou o séquito dos Lancaster e o príncipe de Gales, Eduardo, em sue exílio em Paris. A referência à Guerra das Rosas está implícita em sua obra e seu texto seria um programa de reforma política: que o rei recupere a sua autoridade , o que conseguirá retomando terras suficientes para pagar seus funcionários e firmar seu poder. Supõe que é mais fácil eliminar as guerras civis na Inglaterra do que na França: pois na Inglaterra os plebeus são mais prósperos e respeitados e na França a própria instituição não seria política (porque singular e não plural) nem instituída, mas *dominium regale*. Ver RIBEIRO, Renato Janine . p.131 nota 27 .

O rei da Inglaterra não pode mudar as leis de seu reino segundo sua vontade, pois ele rege seu povo com um governo não apenas real mas político. Se ele pretendesse reger o povo somente com poder real, ele poderia mudar as leis do reino e também impor sobre o povo tributos e outros ônus sem sua consulta. Este é o tipo de domínio que as leis civis indicam quando declaram que 'O que apraz o rei tem a força de lei'. Mas é diferente quando o rei rege seu povo politicamente, porque ele próprio não pode mudar as leis sem o assentimento de seus súditos nem onerar o povo de má vontade com novas imposições".[41]

Fortescue distingue assim a monarquia que ele denomina política, limitada, na qual o rei não pode mudar as leis sem a consulta do povo e a monarquia real na qual o rei pode impor as leis segundo sua vontade.

Fortescue distingue os dois tipos de reinos (*kyngdomes*), cujos domínios (*lordship*) podem ser chamados de *dominium regale* e *dominium politicum*. Estes dois tipos de domínio corresponderiam a tipos diversos de governo monárquico (*diversa dominand genera*): o *dominium regale* com o poder absoluto, o *dominium politicum* com o poder limitado, e o *dominium politicum et regale,* uma forma de poder misto. Fortescue divide os "*lordshippes*" em três classes: *dominium regale*, *dominium politicum* e *dominium despoticum*. [42] Fortescue apresenta as comparações entre *dominium regale* e *dominium politicum* como instrumento para criticar a monarquia francesa na qual o rei teria poder absoluto.

Em seu "*De laudibus legum anglicae*", Fortescue afirma:

O primeiro rei, o francês, pode governar seu povo com suas leis que ele próprio faz; por isso pode impor aos seus súditos, sem o seu consentimento, os tributos e governantes que ele quiser. O segundo rei, o inglês, não pode governar o seu povo com leis diversas daquelas em que ele consente; não pode, por isso, impor aos seus súditos qualquer ônus sem o seu consentimento.[43]

---

[41] FORTESCUE, Sir John. "*On the Laws and Governance of England*" Cambridge: Cambridge University Press, 1977. Cap. IX. p.17.

[42] FORTESCUE, Sir John " *The Governance of England: The diference between na Absolute and a limited monarchy*" Cap. I. Westport, Connecticut, Hyperion Press , 1979. Reimpressão do livro publicado em Oxford: por Clarendon Press, 1885. 109 p. Ver também notas p. 169.

[43]FORTESCUE, Sir John. "*On the Laws and Governance of England*" Cambridge: Cambridge University Press, 1977. Citado também por por MATTEUCCi. op. cit.

Entre os diversos atributos da soberania, Fortescue seleciona dois como características especiais: o poder legislativo e o poder de taxação. Quando estes poderes encontram-se exclusivamente nas mãos do monarca, o poder seria absoluto; se estes poderes forem divididos com os súditos, o poder da monarquia seria limitado. [44]

Para Fortescue, em seu *Governance of England,* a questão do imposto é essencial para distinguir o *dominium regale*, cujo modelo é a conquista, a caça, a busca da glória pelo tirano do *dominium políticum et regale* no qual leis são aprovadas pela coletividade. Os dois regimes, o francês e inglês, são diferenciados a partir de sua origem: violenta ou voluntária, por conquista ou instituição e por seus frutos.[45]

O imposto constituiria um aspecto fundamental do contraste entre os dois regimes:

> (...) *pois a condição dos plebeus franceses, sob um rei que, - desde a guerra dos Cem Anos – taxa-os à discrição, é pobre, sórdida, embrutecida: Bebem água, comem maçãs, com pão escuro de centeio; não comem carne exceto raras vezes, algum toucinho, ou entranhas e pele de animais mortos para os nobres e mercadores da terra.* (...) *Vivem eles certamente na mais extrema pobreza e miséria, e contudo residem num dos mais férteis países do mundo* [46].

Fortescue pretendia demonstrar que na Inglaterra a distância entre as classes é menor. Como observa Janine, para Fortescue, *o dominium regale francês revela portanto um rei mais fraco que um inglês porque, sem apoio na comunidade do reino, depende de seus nobres*.[47]

Para Fortescue, o rei francês seria um tirano, em função das inúmeras odiosas ações do governo tais como a opressão da armada permanente, as arbitrárias exigências de financiamento, o que levaria à taxação excessiva, às condenações extra-judiciais, às execuções secretas, que pesariam apenas sobre os plebeus, porque o rei temeria os grandes. [48]A violência de sua tirania devastaria o povo e a terra: "*são tão forçados, pela necessidade, a cuidar , lavrar, fuçar a terra para o seu sustento, que a sua natureza é*

---

[44] FORTSCUE. op. cit. Cap. III . p. 113.
[45] Renato Janine Ribeiro observa que Fortescue apresenta como analogia exemplos históricos: Nemrod na Antigüidade, a França de hoje; contrapostos aos reinos africanos antigos, e hoje à Inglaterra e Escócia. Ver RIBEIRO, Renato Janine op. cit. p. 118.
[46] Citado por RIBEIRO, Renato Janine . op. cit. p.118.
[47] RIBEIRO, Renato Janine. op. cit. p. 131 n.22
[48] FORTESCUE. op.cit. Cap. III, p. 113 e sgs.

devastada (wasted), e a espécie deles reduzida à miséria."[49] E a defesa do reino acabaria por ser entregue a mercenários, pois o povo é fraco e desarmado.

Assim, para Fortescue, o rei francês contrariaria a lei da natureza e não cumpriria o seu ofício de rei que consistiria, segundo a justiça divina, em defender o seu povo contra os malfeitores. Na verdade agiria contra a justiça porque pessoalmente oprimiria mais o povo do que os malfeitores do reino. Através dos impostos, tiraria do pobre carne, bebida, roupa e tudo o de que ele necessitava. Assim, de acordo com Fortescue, os elevados impostos da França empobreceriam e acovardariam os súditos franceses. Em conseqüência, conclui que a Inglaterra era um país livre, enquanto a França não o era. [50]

Segundo Fortescue, "*a monarquia constitucional derivaria do consentimento e eleição do corpo de homens desejando formar, eles próprios, um Estado. Logo, em uma monarquia constitucional, o poder real é derivado do povo*."[51]

As diversas leis inglesas eram de tal natureza que o rei não poderia de forma alguma mudá-las sem se expor a ser chamado de tirano. Todavia, é necessário compreender que Fortescue denomina lei, antes de tudo, a lei natural, mãe de todas as leis humanas. Abaixo dela, o costume também teria a função de lei e no caso inglês os antiquíssimos costumes eram considerados excelentes porque seriam mais antigos que as leis romanas. Em último lugar, existiriam as leis , no sentido estrito, e os estatutos, aprovados com o consenso de todo o Reino, na figura do Parlamento.[52]

Na verdade as leis consuetudinárias representariam a base de todo o direito inglês. Sua autoridade seria retirada da tradição, dos costumes conservados pelo povo e, portanto, aprovados pelo consenso. Aquilo que teria resistido por longo tempo seria o fruto do consenso de contínuas gerações, e sua permanência seria a demonstração de que era justo. Esse é o fundamento cultural que norteou o princípio de *rule of law*, que limita o governo e garante a supremacia do direito. Este direito era entendido não como a vontade do

---

[49] Ibidem, 118 p. e sgs Ver Também RIBEIRO, Renato Janine . op. cit. p. 131 e sgs.
[50] Ibidem, ibidem.
[51] Ver FORTESCUE, Sir John " *The Governance of England: The diference between na Absolute and a limited monarchy*". Westport: Connecticut, Hyperion Press , 1979. Reimpressão do livro publicado em Oxford: por Clarendon Press, 1885. p.84.
[52] Ver FORTESCUE op. ci. Cap. IV. 116 p. e segs . Ver também MATEUCCI. op. cit. Ver ainda RIBEIRO, Renato Janine . op. cit. p. 131e sgs.

legislador, mas como costume, cuja permanência é sinal de consenso e da garantia dos direitos dos cidadãos ingleses. Na constituição inglesa encontrar-se-iam ligados os conceitos de governo limitado, supremacia do direito, constitucionalismo e governo misto.

3. 3. A teoria do direito divino dos reis

A concepção de constitucionalismo é apresentada como oposição antagônica ao direito divino dos reis , que seria associada à noção de poder soberano. A teoria do direito divino do rei teve muitas interpretações desde o período medieval e encontrou formas variadas de expressão nos diversos reinos.

Em seu estudo clássico sobre o tema "*The divine right of Kings*", John Figgis afirma que, em sua forma definitiva, a teoria do direito divino do rei envolveria as seguintes proposições: *"(1) Monarquia é uma instituição divinamente ordenada; (2) Direito de hereditariedade é indiscutível; (3) Reis são responsáveis somente perante Deus; (4) Não resistência e obediência passiva são impostas por Deus".*[53]

O direito divino a sucessão do monarca era regulada pela lei da primogenitura. O direito à coroa seria adquirido pelo nascimento e não poderia ser confiscado ou usurpado. Segundo a ordem divina e natural, o direito de sucessão hereditária, adquirido pelo nascimento, seria imprescritível e pessoal, não podendo ser anulado por usurpação, golpes de Estado ou incapacidade de um herdeiro. O herdeiro de um trono seria rei durante toda a sua vida, assim como serão por direito seus herdeiros, ainda que uma dinastia usurpadora tenha se apossado do trono por mil anos.[54]

Como conseqüência do terceiro item, temos que a monarquia seria sempre pura e a soberania estaria investida inteiramente no rei e por este motivo não caberia qualquer limitação legal a este seu poder. Toda a lei seria uma mera concessão de sua vontade e toda forma constitucional e assembléias existiriam apenas por sua livre desejo. O rei não pode limitar, dividir ou alienar a soberania, assim como não pode de forma alguma prejudicar o

[53] No texto original de FIGGIS." (*1) Monarchy is a divinely ordained institution. (2) Hereditary right is indefeasible. (3) Kings are accontable to God alone (4)Non-resistance and passive obedience are enjoined by God* " FIGGIS, John Neville. " *The divine right of Kings"*. Bristol: Thoemmes Press, 1994. p.5.
[54] Ibidem, ibidem.

direito de seu sucessor de exercer plenamente esta soberania. Neste sentido, a forma de monarquia mista ou limitada seria uma contradição em termos.

Do quarto princípio decorre que, sob qualquer circunstância, toda a resistência ao rei seria um pecado e motivo de danação eterna. E, se o rei der uma ordem diretamente contrária à lei de Deus, deve ser obedecido Deus antes que o homem, todavia, deve ser seguido o exemplo dos primeiros cristãos e suportar, pacientemente, todas as dores que os poderes terrenos impuserem como pena pela violação da lei.

Segundo Figgis,[55] a doutrina do direito divino do rei teria se originado da afirmação dos direitos laicos contra as teorias que pretendiam assegurar a supremacia do poder eclesiástico e teria se manifestado pela primeira vez nas controvérsias medievais que teriam oposto o Imperador ao Papa. Neste sentido pretendia garantir o inerente direito da existência da sociedade política e garantir a autonomia do poder temporal. O poder dos príncipes derivaria diretamente de Deus sem necessitar da mediação de qualquer poder eclesiástico: " *Os defensores do direito divino dos reis pensavam primeiro e principalmente na independência do poder eclesiástico interno e externo e, somente secundariamente, na afirmação do direito do rei ou do estado contra os indivíduos."* [56] A partir dos séculos XVI e XVII, a doutrina teria sido sistematizada com o acréscimo de elementos como o direito imprescritível de hereditariedade.

A melhor formulação da doutrina do direito divino do rei foi apresentada pelo rei James I da Inglaterra, em 1598, em seu "*The true Law of free monarchies*"[57], no qual expõe seu indiscutível direito ao trono da Inglaterra através da teoria de que a monarquia seria uma instituição estabelecida pela vontade de Deus .

Na França a idéia de que o rei recebia diretamente de Deus o poder de fazer a justiça em seu nome foi, como veremos mais tarde, gradualmente transformada na noção do Estado como corpo sagrado do qual o rei seria protetor. Na Inglaterra o rei permanecia como o senhor da justiça e seu poder derivaria da ordem natural instaurada por Deus. Na

---

[55] FIGGIS, John. "*From Gerson to Grotius*". Cambridge: Cambridge University Press, 1907. p. 71.
[56] FIGGIS, John. Ibidem. p.72.
[57] Citado por FIGGIS, John Neville. " *The divine right of Kings"*. op. cit. 138 p. Citado também por MOUSNIER, Roland. "*La monarquia absoluta en Europa, del siglo V a nuestros días*". Madrid: Taurus Ed., 1986. p. 127.

França, o triunfo da legitimidade ocorreu com a confirmação da Lei Sálica com a ascensão ao trono de Henri de Navarra, como Henri IV. Sua coroação foi a vitória do reconhecimento da legitimidade das leis estatutárias que preconizavam a sucessão hereditária pela via masculina, contra os huguenotes que defendiam a monarquia eletiva.

Como observa Figgis, o problema da sucessão de Henri IV era totalmente distinto da questão em debate na política inglesa . Existia uma importante diferença entre as teorias do reino da França e Inglaterra. "*A lei Sálica é uma ' instituição peculiar' e uma glória especial para a França*".[58] A *Franco-Gallia* de Hotman, principal obra huguenote defendia a monarquia limitada e constitucionalista e tinha como base argumentos de natureza utilitaristas e não teria encontrado apoio na própria história francesa.[59]

A dinastia dos Bourbons pode sustentar seu direito de sucessão ao trono em termos legais graças à tradição francesa. [60] Como atesta a obra de Bodin e a de Du Moulin[61], no direito consuetudinário, conhecido como as Leis Fundamentais do Reino, a sucessão do reino é legal e sua origem é humana. Assim, no caso francês, a legitimidade dinástica não era conferida pelo direito divino dos reis, mas pelas leis humanas.

Na teoria inglesa do direito divino dos reis, a união do rei ao seu reino é concebida como um casamento no qual a consagração, através da unção, imprime um caráter sagrado. Todavia a unção e consagração não teriam nenhum valor se a sucessão não fosse justa, isto é, se o herdeiro não tivesse direito divino à coroa por hereditariedade. O direito hereditário é marca do poder pessoal do monarca e fazia parte do imaginário inglês desde os tempos celtas. Esta concepção foi desenvolvida e ampliada pelos reis Tudors no século XVI com o apoio de escritores e intelectuais que reforçaram a marca do direito divino no imaginário popular. Já na obra "*A morte de Arthur*" de Sir Thomas Malory, no século XV, o tema do direito hereditário divino era transformado em tema tradicional e confirmado pela ancestralidade da monarquia inglesa.

---

[58] FIGGIS, John Neville. " *The divine right of Kings"*. op. cit. p. 110 Figgis observa ainda que a oposição huguenote à ascensão de Henri IV teria utilizado argumentos semelhantes aos que seriam, mais tarde, utilizados por Locke .

[59] Ibidem, p. p.118-119

[60] Ver também FIGGIS, John. "*From Gerson to Grotius*". op. cit. p. 111.

[61] FIGGIS. refere-se aos *Seis Livros da República* de Bodin e à obra de DU MOULIN "*De monarquia francorum*" Ver FIGGIS, *The divine right of Kings"*. op. cit. p.123.

Na lenda de Arthur, a sucessão hereditária compõe a base do enredo e a marca divina que persegue o herói é indelével. É a concepção de direito divino hereditário que garante a Arthur o privilégio, entre todos os demais guerreiros, de empunhar a espada sagrada, "*excalibur".* Apenas ele, porque era o designado pelo direito, poderia retirar a espada da pedra e estabelecer a ordem e justiça no nascente reino inglês. Filho do rei Pendragon, criado no desconhecimento de seus direitos, era o portador de uma marca pessoal, um destino determinado pelo nascimento. A este direito, nem a magia nem a força tem a capacidade de se opor. E, mesmo em momentos nos quais o rei Arthur comete injustiças, a permanência do poder hereditário é confirmada pelos sinais mágicos da espada. Signo de força divina e poder terreno, "*excalibur"* é a insígnia do toque divino que elege, entre os homens de um povo, uma descendência de homens para serem seus reis.

Como a realeza é uma marca pessoal e familiar, o rei deve ser reconhecido e obedecido mesmo antes da coroação e consagração. Senhor de seu destino, o qual lhe foi designado diretamente por Deus, somente a Este teria que prestar contas.

Contra a tradição legal inglesa , segundo a qual a soberania consistiria no rei em seu Parlamento, James I afirmou que a soberania recaía inteiramente no rei e seu poder não poderia ser limitado por nada. Toda a lei consistiria em uma simples concessão de sua vontade.

Esta doutrina defendida, na Inglaterra, por James I e seus sucessores, teria permitido identificar a concepção de monarquia absoluta com o direito ilimitado do rei e levado à feroz oposição à monarquia que culminou com a Revolução Gloriosa.

3.4. A Constituição Francesa

Aglutinaremos em um único bloco as objeções relativas à questão da subordinação do poder soberano do rei, na França, a qualquer outro poder do Estado. Assim, trataremos aqui das seguintes objeções à teoria do poder soberano de Bodin ligadas à concepção da constituição francesa da época: saber se as leis fundamentais do reino poderiam ser entendidas como uma constituição e se de fato limitariam o poder do rei; saber se as leis e éditos do rei estariam subordinados a aprovação das Cortes Soberanas ou Parlamentos ;

saber se as leis e éditos do rei estariam submetidos à aprovação pela comunidade; se a sagração do rei e o juramento teriam o valor de um contrato de submissão à vontade popular; se a supremacia do poder soberano francês pertenceria ao Parlamento de Paris ou aos Estados Gerais.

Tomaremos aqui como objeto de discussão, prioritariamente, os argumentos apresentados por Julien H. Franklin, por apresentar uma síntese das principais opiniões e argumentos utilizados pelos diversos críticos das teses de Bodin.

3. 4. 1. A tese constitucionalista e os freios na França do século XVI

Segundo os críticos de Bodin, defensores da tese constitucionalista, a tradição francesa seria constitucionalista porque no século XVI a principal corrente de autores do campo da política francesa se situaria neste domínio. O próprio Bodin teria feito uma vigorosa defesa desta tendência em 1566 em seu *Methodus*, o qual conteria a primeira versão de Bodin para a teoria da soberania que apareceria como uma supremacia limitada. Dez anos mais tarde, com a publicação dos *Seis Livros da República*, esta tendência teria sido objeto de uma mudança radical e os poderes do rei seriam sistematicamente dados como absolutos.[62]

Richet considera que a admissão de freios e a simultânea afirmação do caráter absoluto do poder do rei seriam uma ambigüidade característica dos contemporâneos de Bodin. Este ideal de uma monarquia temperada não se estabelece a partir de impedimentos do poder absoluto real, no sentido que será empregado no século XVIII, uma vez que tais poderes não eram cogitados e o termo absoluto não significava "sem limite".[63]

De acordo com os críticos da concepção de poder soberano de Bodin, a maioria dos juristas franceses do início do século XVI, tenderia a não aceitar que o príncipe pudesse

[62] Segundo FRANKLIN, essa alteração teria sido produzida por certas confusões profundamente enraizadas na primeira teoria da soberania elaborada por Bodin, mas também teria sido fortalecida por novas reflexões a respeito da natureza da soberania, suscitadas e confirmadas por suas reações angustiadas face às doutrinas de revolução e resistência desenvolvidas por ocasião das guerras de religião.
[63] RICHET, op. cit. p.44.

invocar em derrogação a uma regra de direito aceita pelo povo e confirmada pelo príncipe em sua *plenitude potestatis*.

Um dos principais representantes dessa tendência seria Chasseneuz. Em sua obra "*Consuetudines Ducatus Burgundiae*", ao examinar os direitos provinciais aprovados e confirmados pelos Estados Provinciais e confirmados por atos reais, concluiu que os costumes assim confirmados não poderiam ser suspensos por cartas reais . [64]

Chasseneuz, seguindo os passos de outro jurista do período, Gullaume Benoist[65], recorreu à concepção do direito romano para definir os magistrados regulares da França, os quais , definiu como os *ephoros* e os tribunos do reino. Mesmo tendo sido nomeados pelo rei, são descritos como protetores do povo e investidos de direito de veto em relação aos decretos que entrassem em conflito com as leis. Segundo Chasseneuz ,

> *(...) a observação da justiça pelos reis de França é evidente : embora o papa, o rei e o imperador tenham o poder de julgar em causa própria, os reis de França se submetem por seu próprio movimento ao julgamento de seus baillis e senescais (e por mais fortes razões aos seus Parlamentos), e obedecem invariavelmente ao seu julgamento (...)* [66]

Assim, de acordo com a concepção de Chasseneuz, os magistrados do reino francês seriam como,

> (...) *ephoros, semelhantes aos tribunos da plebe em Roma, a fim de moderar a vontade real (...) Porque a vontade dos reis são impulsivas, são mutáveis e freqüentemente se contradizem (...) os reis de França ordenaram e declararam, em numerosas constituições e ordenanças, que suas cartas e escritos que emanam deles possam ser publicamente atacados com justiça e declarados nulos, injustos ou fraudulentos por um julgamento*. [67]

---

[64] O argumento é apresentado por Julien H. FRANKLIN. Observe-se que Chasseneuz era borguinhão. Durante toda a lenta história da centralização do poder francês, o ducado de Borgonha representou não apenas um sério empecilho à expansão da dinastia dos Capetos como sua relação com a coroa se caracterizou sempre pela autonomia quando não por direto enfrentamento.

[65] BENOIST, Gullaume (Benedictus), *"Repetitio in cap. Raynutius, extra de testamentis et uxorem nomine Adelasium"* (1522). Lyon: 1583, I. dec. II, f$^{o.}$ 84 v. Citado por FRANKLIN, Julien H. op. cit. p. 22

[66] CHAUSSENEUZ,"*Regalium Franciae*" p.p. 204 -205 citado por FRANKLIN, Julien H. op. cit. p.p 28-29.

[67] Ibidem, ibidem. p.29.

Outro autor do século XVI, freqüentemente citado pelos defensores da tese constitucionalista, é Claude de Seyssel [68]. Jurista eminente, seu livro *La Monarchie de France,* de 1519 é uma tentativa de apresentar o costume e a prática do reino tais como elas funcionavam efetivamente do ponto de vista político. De uma maneira geral, *La Monarchie de France* constitui uma defesa e interpretação das Leis Fundamentais do Reino e deveria ser entendida estritamente enquanto tal. Seyssel procura estabelecer todas as decorrências necessárias das Leis Fundamentais quanto aos poderes do rei e das demais instâncias administrativas do Estado.

Claude de Seyssel no livro "*La monarchie de France*" retoma a distinção clássica entre as formas de governo, monarquia, aristocracia e democracia, estabelecida por Aristóteles na Política e afirma a superioridade da monarquia e, acima de tudo, da monarquia francesa que, graças à Lei Sálica, não pode ter como titular nenhum rei estrangeiro. Afirma o caráter absoluto do poder soberano e insiste sobre os freios que o regulam: " *O poder absoluto do príncipe e monarca é denominado tirania, quando é usado contra a razão, e deve ser refreado e reduzido à civilidade*".[69]

Esses freios, comenta Richet a respeito de Seyssel, são obrigações da consciência do rei, comandos de Deus, e se encontram também no papel do Parlamento: "*foram instituídos principalmente por este motivo e com a finalidade de refrear o poder absoluto que os soberanos poderiam desejar usar*".[70]

Seyssel considera que as Leis Fundamentais do Reino teriam feito da monarquia francesa a melhor e mais bem equilibrada forma de Estado existente em todos os tempos.[71] Defendia a superioridade da sucessão hereditária estatutária em relação à forma eletiva e sobretudo, sustentava as virtudes da sucessão masculina. A lei Sálica, ao não permitir que a

---

[68] SEYSSEL, Claude de (1450?-1520) nobre originário de Savoy; jurista da Universidade de Turin, entrou para os serviços de Carlos VIII e depois de Luís XII, que lhe confiou numerosas missões diplomáticas e administrativas. Foi incumbido de importantes missões diplomáticas por Luís XII, na Inglaterra e Veneza. Esteve a serviço do rei francês em várias cidades da Itália no período das guerras da França na Itália. Exerceu o cargo de "*maître des rêquetes*", no Parlamento de Paris. Em 1515, escreveu "*La monarchie de France*" que se torna pública em 1519, em homenagem ao novo rei François I. Esta obra teve grande reconhecimento na época , obtendo particular sucesso entre os huguenotes, e influenciou principalmente François Hotman. Ver introdução KELLEY, Donald R. e HEXTER, J. H. à edição inglesa. SEYSSEL, Claude de .*The monarchy of France*". New Haven: Yale, 1981.

[69] RICHET, op. cit. 44. p.

[70] Ibidem, ibidem.

transmissão da coroa ocorresse através da via feminina, garantiria que nenhum soberano ou dinastia estrangeira obtivesse o acesso ao trono francês, como explicita abaixo:

> (...) *Isto é excelente, porque caindo na linha feminina o poder pode cair em mãos estrangeiras, coisa perniciosa e perigosa , porque o soberano de uma nação estrangeira vem de diferentes condições, diferentes costumes, diferentes linguagens e diferentes modos de vida da terra que ele irá governar* (...) *Quando a sucessão passa de homem para homem, o herdeiro é sempre certo e é do mesmo sangue daqueles que anteriormente governaram e os súditos terão o mesmo amor e reverência por ele que tiveram por seus predecessores*.[72]

Para Seyssel existiriam três freios (*freins*) do poder real: a religião, a justiça e a polícia. Os freios resultaram da vontade dos próprios reis que teriam desejado que seu poder fosse regulado dentro de justos limites. Não se trata, portanto, de limites de coação jurídica ou imperativos, uma vez que sempre é possível, em direito, que o rei apele à sua plenitude de poder se ele julgar necessário. Por outro lado, os freios claramente decorrem da aplicação dos princípios das Leis Fundamentais do Reino a casos particulares. Seriam, em certa medida, uma regulamentação destas leis em condições ordinárias.

Em relação ao primeiro freio, a religião, Seyssel sustenta que o povo francês seria mais devoto e religioso que qualquer outro povo ou nação. Seria essencial que o rei fizesse conhecer ao povo, através de exemplos e demonstrações públicas, que ele seria um zeloso observador da fé cristã. A religião não constituiria, assim, propriamente, um freio, no sentido estrito da palavra, mas uma garantia para o rei que desejasse manter a fidelidade dos súditos. Representaria uma confirmação da aplicação das Leis Fundamentais do reino que afirmam a condição de cristianidade do reino francês.

O segundo freio seria a justiça :

> (...) *a qual, sem nenhuma dúvida, tem mais autoridade em França que em outros países do mundo que nós conhecemos, especialmente em razão dos Parlamentos , os quais foram instituídos com a finalidade de refrear o poder absoluto que os reis poderiam querer usar. Por outro lado, eles foram estabelecidos com tão grandes personagens em tão grande número e com tal poder, que reis têm sempre se submetido a eles, em relação à justiça distributiva. De forma que alguém pode ter justiça e direito contra reis e contra outros súditos em matéria*

---

[71] SEYSSEL, Claude de."*The monarchy of France*". New Haven: Yale, 1981. Cap IV e VI. p. 46 e sgs.
[72] SEYSSEL, Claude de. op. cit. p. 48

civil; e em casos entre partes privadas, a autoridade real não pode prejudicar os direitos de outros, mas, ao contrário, as cartas e editos do rei estão sujeitos ao julgamento do Parlamento, não tocando ob-repções e sub-repções somente, como ocorre com outros príncipes segundo a lei romana, também no que diz respeito à legalidade e ilegalidade.[73]

Julien H. Franklin interpreta esta passagem como uma defesa da superioridade do Parlamento e da supremacia da lei e do direito sobre o rei.[74] Todavia, a leitura atenta permite compreender que Seyssel não se refere à supremacia da lei ou do direito, mas da justiça e particularmente da justiça de distributiva. Seyssel pretende afirmar que, quando os negócios privados do rei são contrapostos ao de outro súdito em matéria civil, a questão pertenceria ao campo justiça distributiva e o seu julgamento deveria ser considerado como um caso ordinário entre dois súditos.

A finalidade da afirmação de Seyssel seria garantir que o rei não fizesse uso do cargo para obter vantagens privadas em caso de julgamento. Na verdade, Seyssel não parece apresentar aqui um freio à atividade pública do rei, como representante do Estado , mas ao uso patrimonialista do poder, uma vez que o rei não deveria obter benefícios pessoais em função de seu cargo. Os Parlamentos e Cortes soberanas deveriam, portanto, ser chamados a julgar nos casos que opusessem o rei (em seus assuntos privados) a um súdito, como forma de garantir a justiça distributiva. Não se trata de fazer a lei prevalecer, mas de fazer prevalecer o princípio do Estado como coisa pública e distinta da pessoa privada do rei. Mais uma vez encontramos a confirmação nas Leis Fundamentais do reino que consagram ser a monarquia uma função pública.

Richet confirma que, de fato, a prática dos Parlamentos era os *jugements en éqüite*, os quais, em uma disputa, apresentada na forma de um processo legal, tinham a função de moderar e interpretar a lei. Em matéria de direito público, todavia, o rei era a fonte da lei e as cortes soberanas participavam da atividade legislativa apenas como poder judiciário. [75]

O terceiro freio diz respeito à polícia (*pollice*):

---

[73] Ibidem, p.p. 54-55.
[74] "*Uma das consequências desta concepção da supremacia da lei é o direito que as cortes de justiça tinham de repudiar as ordens do rei nas cortes ordinárias de execução da justiça. Os comentadores franceses se vangloriavam freqüentemente de ser a supremacia da lei mais rigorosamente observada na França do que em qualquer outro país*." FRANKLIN, Julien H. op. cit. p. 27.
[75] Ver RICHET, Denis. "*La France Moderne: L'Esprit des institutions*". Paris: 1973. Flammarion.. p.26.

(...) *muitas ordenanças foram estabelecidas pelos próprios reis após terem sido confirmadas e aprovadas de tempos em tempos, as quais tendem à conservação do reino no universal e no particular . E se foram por tal guardadas e durante tempos os príncipes nunca tentaram derrogá-las; de forma que, quando desejaram fazê-lo seu comando não foi obedecido especialmente no que diz respeito ao domínio e patrimônio real os quais não podem ser alienados exceto em caso de necessidade e com o reconhecimento e aprovação das cortes soberanas do Parlamento.*[76]

Segundo Seyssel, as Cortes soberanas e os Parlamentos deveriam se manifestar em caso de alienação do patrimônio público. O argumento está perfeitamente de acordo com as restrições apresentadas por Bodin que considerava a necessidade de tributação dos cidadãos e o respeito ao patrimônio real como direitos anexados às Leis Fundamentais do Reino e portanto fora do âmbito de ação do rei.

As ordenanças e editos, aos quais se refere Seyssel, seriam aqueles que tendem à conservação do reino, constituindo, portanto, parte integrante do poder público o qual, assim constituído, não poderia ser ignorado sem destruir a própria ordem que o instala.

Não é portanto, possível estender , como faz Franklin, a interpretação de Seyssel a todas as ordenações e editos reais. Seyssel teria, da mesma forma que Bodin, preservado as regras vinculadas à preservação do reino da *plenitudo potestatis* a qual não seria aplicável quando o patrimônio da coroa e a própria existência do Estado estivesse em risco.

Neste sentido, não se sustenta o argumento de Franklin para quem a posição de Seyssel afirmaria que, quando uma legislação tivesse sido ratificada e recebido uma aprovação e reafirmação do rei, constituiria uma espécie de promessa, que restringiria *a plenitude potestatis*. Franklin aplica aqui o princípio inglês, tomado principalmente de Fortescue, segundo o qual a supremacia da lei e do direito determinaria que as cortes de justiça teriam de repudiar as ordens do rei nas cortes ordinárias de cumprimento da justiça.[77]

Franklin afirma, assim, existir uma tendência generalizada entre os autores do início do século XVI que poderia ser resumida da seguinte forma:

O rei de França é absoluto em princípio. Mas, pelo viés das múltiplas promessas implícitas ou expressas, não invoca a sua ***plenitudo potestatis*** *. Em conseqüência,*

[76] SEYSSEL, Claude . op. cit. p. 56.
[77] Ver FRANKLIN, Julien H. op. cit. p.p.26-27.

> *ele não pode mudar uma lei bem estabelecida sem o conselho e consentimento de um equivalente conveniente do Parlamento primitivo; ele não pode desviar-se da lei de maneira ilegal (...).*[78]

Franklin cita inúmeros autores que manifestam uma tendência a afirmar que o Parlamento ou os Estados Gerais teriam o direito de veto ou poderes constitucionais. Alguns autores chegam, como o próprio Franklin observa, a alterar a cronologia como forma de reforçar o prestígio dos Estados.

Este seria o caso de Du Haillan que, inicialmente, em sua obra *De l'estat des affaires de France*, de 1570, afirmava ter sido o Parlamento de Paris, instituído por Phillipe, o Belo mais tarde batizado de "*Os Três Estados*". Em uma obra posterior, *Histoire générale des rois de France* de 1576, Du Hallan teria mudado sua versão original, assimilando os Três Estados ao Parlamento original, que teria sido estabelecido pelos primeiros reis carolíngios.

A última interpretação de Du Hallan apresentaria um *status* de preeminência do Terceiro Estado, alargando o seu prestígio e, acima de tudo, colocando-o como uma instituição cuja origem antecederia à casa real de França dos Valois, e até mesmo dos Capetos, retrocedendo a instituição do reino de França ao momento de zênite do feudalismo. [79]

Em resumo, Franklin conclui que, do final do século XV até 1572, quando Bodin escreve seus *Seis Livros da República:*

> (...) *a tendência principal em matéria de idéias políticas é favorável ao constitucionalismo. O último obstáculo que constitui o resíduo da autoridade absoluta não é ainda derrubado. Portanto, no interior deste limite, a tendência constitucionalista é clara. A aprovação das cortes soberanas, na verdade aquelas dos Estados, é considerada como um elemento essencial em todos os domínios do direito, e a idéia de uma autoridade absoluta goza em última instância de um súbito processo de erosão progressiva*. [80]

[78] FRANKLIN, Julien H. op. cit. p.29.
[79] FRANKLIN, Julien H. op. cit. p.p.80-81.

Para Franklin:

> (...) *A idéia de limitação pode assim aparecer como a opinião dominante na década que segue 1560, e é uma opinião que está profundamente enraizada na tradição francesa. É à luz deste consenso que convém interpretar a primeira obra de Bodin* .[81]

Franklin observa, todavia, que os autores constitucionalistas não pensavam que os freios institucionais constituíam parte da autoridade soberana e os concebiam como controles exteriores a esta autoridade, destinados a mantê-la dentro de fronteiras convenientes. Nesta perspectiva, para os constitucionalistas, o fato de afirmar que o rei da França é soberano, e mesmo absoluto, não impediria reconhecer seus limites.

Entretanto, a concepção dos constitucionalistas do século XVI afirmaria o fato de que "*toda comunidade deve ter um poder soberano e que este deve ser situado nas normas que o conjunto da comunidade admite*."[82] Além disso, Franklin acredita que "*Bodin teria se enganado ao pensar que esta autoridade deve necessariamente pertencer a isto que hoje denominamos governo*"[83]. Isto decorreria do fato de Bodin ter incorrido no erro de associar a soberania apenas ao poder legislativo.

Observe-se, entretanto, que Bodin jamais afirmou que o poder soberano fosse de natureza exclusivamente legislativa. Bodin não concebe a existência de uma forma de governo absolutista, uma vez que ele pretende afirmar que o poder soberano é absoluto em qualquer forma de Estado. Não existe, para Bodin, um Estado sem poder absoluto. Se este poder não existir, simplesmente não há Estado. Por outro lado , como Bodin não define uma forma de Estado absolutista, não há como comparar ou estabelecer um Estado que se contraponha a este modelo. Mesmo em um Estado democrático existiria poder absoluto.

Tampouco não há, em Bodin, uma definição ou defesa do absolutismo real como forma de governo , porque a forma de governo é acidental, não fazendo parte da própria essência do Estado. Isto significa que não há uma distinção, para Bodin, *entre governo absolutista monárquico* e *governo constitucional*, como quereria Franklin.

---

[80] Ibidem, p.36.
[81] Ibidem, p.37.
[82] Ibidem, p.174.
[83] Ibidem, p.176.

3.4. 2. A participação dos Conselhos, Estados, Cortes e Corpos do Reino nas decisões políticas francesas do século XVI

Segundo Franklin e outros autores que defendem a mesma posição, a tendência principal, no século XVI, em matéria política, seria favorável ao constitucionalismo. A aprovação das Cortes Soberanas ou a dos Estados seriam considerados freios à tendência absolutista do poder real e um elemento essencial em todos os domínios do direito. A necessidade do referendo destas cortes aos comandos reais seria uma idéia que estaria fundada na tradição francesa.

Parte dos argumentos utilizados por Franklin pretende apresentar uma fundamentação histórica, uma vez que a idéia de necessidade de aprovação por parte das Cortes Soberanas ou Estados estaria enraizada na própria formação do Estado francês. A autoridade do Parlamento retrocederia à sua estrutura original fundada no modelo do senado romano e seria reconhecida inclusive pelos reis.

De acordo com Franklin, o processo de centralização política teria ocorrido a partir de acordos que respeitariam os direitos da comunidade em geral e aqueles das diferentes províncias e cidades, em particular. Esperava-se que a "monarquia da Renascença" respeitasse o direito estabelecido e não o mudasse sem o seu consentimento.

As cidades (*villes*) feudais teriam trocado a proteção dos senhores feudais locais pela proteção do rei, que teria se comprometido a garantir os privilégios existentes. Tratar-se-ia freqüentemente de uma declaração explícita feita na ocasião dos acordos contratuais entre o rei e os Estados provinciais, quando uma província era anexada ao domínio real.

O costume de consultar as instâncias locais, originário do período feudal, teria propiciado a existência de uma tradição de consulta às assembléias provinciais, regionais ou nacionais, que teriam delegação das cidades (*villes*). Esta prática teria sido estendida à assembléia nacional de notáveis, essencialmente sob a forma de uma reunião ampliada do Grande Conselho do Rei, um substituto mais restrito, menos formal e conseqüentemente mais facilmente manipulável que uma plenária dos Estados Gerais. Todavia, observa Franklin, a idéia de Estados Gerais teria conservado a sua vitalidade na tradição da comunidade como a forma mais solene e útil de consulta.

Alguns autores defenderam a doutrina que estabelecia que o Parlamento tinha preeminência sobre o rei. O principal defensor desta doutrina no século XVI foi Hotman, que via no Parlamento o sucessor do antigo conselho que teria sido originalmente uma assembléia de toda a comunidade. Este aspecto foi desenvolvido em seu famoso livro *Francogallia*. Hotman afirma que, ainda no período dos primeiros francos, a monarquia francesa e o reino eram de natureza eletiva e que o antigo Conselho Público, o ancestral dos Estados Gerais, não teria sido criado pelos reis, seria um componente primitivo da constituição, a fonte última da soberania. Esta seria a constituição inicial do reino que teria primitivamente determinado a eleição dos reis e que a coroa não seria conferida senão através da condição expressa no juramento da sagração, de exercer o seu poder somente dentro dos limites determinados pela lei e em sua estrita observação.

Nesta concepção da constituição francesa, os limites da autoridade do rei não resultariam da prática consuetudinária, mas da própria definição da essência do poder soberano francês. Para Hotman, a monarquia francesa seria contratual desde sua origem, não dispondo dos poderes discricionários que teriam permitido a Bodin representá-la como suprema. O rei não seria nada além do que um oficial do povo e os Estados Gerais teriam o direito de depô-lo – como teriam feito muitas vezes no passado – quando o rei fizera mau uso de seu poder.

Segundo Franklin, o Parlamento de Paris seria o órgão que exerceria a função soberana mais elevada do Estado francês. A complexa e descentralizada rede de oficiais reais seria coordenada pelas cortes soberanas que, apenas do ponto de vista formal, seriam a emanação do poder real. Como a mais antiga das Cortes Soberanas, o Parlamento de Paris normalmente exerceria o papel de tribunal de última instância para os processos civis e criminais.

Em razão de suas múltiplas responsabilidades civis e militares,observa Franklin, o Parlamento de Paris era dividido em inúmeras câmaras que acabaram por se tornar instituições independentes, salvo sob certas condições. No século XVI, entretanto, ele era considerado como uma entidade única, e a "*Grande Chambre du Parlament*" era a mais alta instância de apelo e de julgamento político e administrativo. Enfim, o Parlamento de Paris possuía o poder de conhecer os apelos dos Parlamentos provinciais e encontrar-se-ia acima

dos demais parlamentos provinciais, do ponto de vista de seu prestígio, porque a sua jurisprudência era a seguida.

Franklin prossegue afirmando que os funcionários do Parlamento de Paris não eram considerados como simples funcionários dependentes do rei, mas eram recrutados entre famílias privilegiadas com o senso aristocrático de sua independência aos olhos da coroa. Era comum a transferência hereditária e a compra dos privilégios para o acesso a estes cargos.

De acordo com Franklin, os bailios e senescais, que constituíam os servidores locais mais importantes, eram normalmente membros da aristocracia militar, freqüentemente escolhidos nos distritos que administravam, e dedicavam-se às suas funções com a ajuda de lugar-tenentes e conselheiros, igualmente recrutados representando os interesses locais. Por outro lado, as Cortes Soberanas eram compostas cada vez mais pelos membros da alta burguesia formados nas disciplinas jurídicas. Pertenciam à nobreza togada (*la noblesse de robe*), preocupada em manter seu status social.

O Parlamento de Paris, observa Franklin, de acordo com o procedimento normal, seria recrutado por cooptação, pelos seus membros, entre a nobreza e o alto clero. Embora coubesse ao Parlamento proceder a novas nomeações, estas deveriam partir de uma lista de candidatos selecionados pelos próprios membros do Parlamento. Possuíam um elevado senso de independência, pelo princípio profundamente enraizado, segundo o qual os oficiais da coroa eram inamovíveis, salvo por razões expressamente determinadas. Defendiam, por isto, a idéia de ser o Parlamento um componente do poder real. Assim, segundo Franklin, o Parlamento de Paris teria o direito de admoestar e protestar contra todo ato do rei que julgasse incompatível com o direito comum ou o costume local, a menos que as mudanças fossem justificadas por fortes considerações de utilidade pública ou equidade.

Franklin constata que a preeminência do Parlamento seria historicamente comprovável e baseia a sua teoria nas doutrinas dos juristas que sustentavam a autoridade das cortes soberanas na afirmação de que estas teriam sua origem no primeiro Senado de Roma. As doutrinas constitucionalistas, segundo Franklin, manifestar-se-iam freqüentemente em comentários sobre o estatuto das cortes soberanas.

As glorificações do Parlamento seriam acima de tudo uma assimilação das funções do Senado de Roma, seguindo a argumentação de glosadores e comentadores apresentada no *Corpus Juris*. Franklin afirma que, assim como em Roma, a majestade inclui não apenas a pessoa do imperador, mas igualmente os homens ilustres que fazem parte dos conselhos e do consistório e particularmente os senadores, porque fazem parte do mesmo corpo. Também o Parlamento ou o Senado de França, da mesma maneira, seria *pars corporis principis ou regis,* parte integrante do corpo político do príncipe. Desta maneira, segundo Franklin, mesmo que seja criado pelo rei, o Parlamento estaria associado à sua dignidade e ao seu estatuto e é às vezes designado como seu par ou seu igual.

Franklin recorre a Cosme Guymier que afirma em sua obra, *Pragmatica sanctio una cum repertorio,* [84]que o Parlamento teria sido formado de acordo com o modelo do Senado Romano tal como esse teria sido criado por Romulus. A elevada dignidade e o esplendor do Parlamento eram explicados pelo alto estatuto do Senado Romano, do qual descenderia diretamente e seria a continuidade. O Senado possuiria as mais elevadas características judiciárias, que seriam de caráter real ou soberano e provenientes de sua majestade. Essa majestade seria uma disposição que apenas mais tarde o imperador teria gozado. Os membros do Parlamento, tal como os do Senado, seriam juristas e magistrados com poderes de julgar em última instância, diferentemente dos magistrados inferiores.

Desse modo o Parlamento seria, segundo Franklin, investido de prerrogativas soberanas que lhe permitiriam agir contra o direito existente, ou fora dele, de forma a garantir soluções eqüitativas particularmente de litígios civis. Poderia ainda, à sua discrição, retirar causas das jurisdições inferiores. Estes direitos teriam sido assimilados do Senado Romano. Entretanto, observe-se que, diferentemente do Senado Romano, o Parlamento não poderia dar perdão aos crimes ou elevar as penas previstas na lei. Estas eram prerrogativas exclusivas do rei.

Bodin não negaria que, como afirma Franklin, o Parlamento possuía um poder considerável de dispensar as leis em vigor e ao mesmo tempo autoridade para mudar as regras e tomar parte do poder de fazer a lei. Afirma, todavia, que o poder de dar a pena de

[84] GUYMIER, Cosme. *Pragmatica sanctio una cum repertorio* (1486). Paris: 1504, f^{os}. CCIV-CCV. citado por FRANKLIN. op. cit. p.15.

morte ou perdoar são marcas exclusivas do soberano. Constituiriam , como diríamos hoje, uma forma de atribuir ao Estado o poder da violência legítima. Este papel não poderia ser atribuído ao Parlamento, que poderia utilizar o poder da espada em prol de suas *vendetas* privadas. Nenhum dos poderes atribuídos ao Parlamento, segundo Bodin, afetaria o caráter soberano do rei. As atribuições do Parlamento constituiriam uma divisão de poder no âmbito do governo, como forma de estabelecer o equilíbrio entre os privilégios. Além do mais, de forma diferente do Senado Romano, os Parlamentos não poderiam legislar sem a autorização expressa do rei e essa segundo Bodin, constituiria uma marca da autoridade soberana – os magistrados legislam por delegação. Aquele que delega também retira.

Segundo Franklin:

> (...) *os franceses estariam convencidos que existira qualquer coisa de essencialmente imprópria em uma ordem real que não tivesse recebido ratificação*. [85]

Assim:

> (...) *a importância da consulta e do consentimento estava profundamente enraizada no pensamento medieval e aparece tanto nos comentadores do direito civil como nos juristas do direito consuetudinário.* [86]

Franklin apresenta ainda os argumentos de Guillaume Budé, que em seus *Annotationes in quatuor et viginti Pandectarum libros,* utiliza a analogia com o Senado Romano Republicano e conclui que a aprovação do Parlamento era essencial ao processo governamental, embora não insista que seja necessária. Da mesma forma, os atos do príncipe receberiam ou não confirmação, a fim de que fossem prevenidas as objeções que lhe pudessem ser opostas:

> (...) *É a única corte na qual os príncipes absolutos recebem as leis quando têm uma disposição de espírito civil e quando desejam ter a garantia das ratificações e promulgações dos decretos. Eles não desejam que suas ordenanças sejam dispensadas do exame por este conselho, mas desejam acima de tudo ver suas decisões santificadas para a eternidade por seus decretos*.[87]

[85] FRANKLIN, Julien H. op. cit. p.19.
[86] Ibidem, ibidem.
[87]BUDÉ, Guillaume, *Annotationes in quatuor et viginti Pandectarum libros* (1507) Paris: 1535. Cit. por FRANKLIN.op. cit. p.p.19-20.

Franklin cita Nicolas Bohier, membro do Parlamento de Toulouse e do Grande Conselho, autor do *Tractatus Universi Juris*,[88] uma exceção no período. Para ele, o centro de julgamento e consentimento em França não seria o Parlamento ou o Senado, mas o Grande Conselho ou o consistório do rei , um corpo muito menos definido e menos independente em razão de sua associação estreita à pessoa do rei. Segundo Bohier, as formas de consentimento facultativos em direito romano seriam uniformemente observadas em França e teriam assumido um caráter indispensável.

De acordo com Franklin teria sido Robert Gaguin, com seu trabalho sobre a história da França,[89] quem teria introduzido a teoria das origens históricas da consulta. Para ele o Parlamento de Paris descenderia diretamente de um conselho mais antigo que teria sido instituído por Carlos Martelo. Esse Conselho, ou Parlamento original, teria reunido todo o povo, embora desde datas relativamente primitivas a assistência teria sido limitada às pessoas dotadas de uma formação jurídica e de acordo com os costumes, escolhidos em todas as importantes regiões do reino.

Nesse período o Parlamento se reunia anualmente e mais freqüentemente em localidades diferentes em função da constante locomoção da corte itinerante do rei . Mais tarde este conselho se estabelece em Paris enquanto corte permanente de maneira a poder cumprir mais eficazmente suas funções. Segundo a análise de Gaguin, estas funções são acima de tudo judiciárias. Mas ele apresenta claramente a idéia de que, neste momento, como em épocas anteriores, o Parlamento é o lugar natural do exame das leis e das medidas administrativas as quais são, como conseqüência, indispensáveis.

Assim, segundo Gaguin, a autoridade do Parlamento era tão grande para os franceses como a própria decisão do rei, tocando os negócios públicos, as leis e as finanças do reino, que não poderiam ser realizadas sem um decreto do Senado. A teoria de Gaguin teria

[88] BOHIER, Nicolas , "Tractatus de parlementis et collatione Parlamentorum" e "Tractatus de ordine et praecedentia graduum utriusque fori" in "*Tractatus Universi Juris*" . Veneza: 1584-1586, XVI.
[89] GAGUIN, Robert , *Compendium super Francorum Gestis* , 1491, s.1., 1511. Cf. FRANKLIN. p.21.

influenciado Benoist e por intermédio deste o grande jurista Chasseneuz. Benoist defendia a idéia de que o consentimento era, por sua origem, necessário.[90]

O Parlamento de Paris, assim como outras Cortes Soberanas, reivindicava o direito de se abster de registrar um edito e de impedir sua promulgação a título de lei obrigatória até que suas admoestações tivessem recebido satisfação. O próprio autor reconhece que "*o lugar último da autoridade, em caso de conflito entre o rei e o Parlamento não é ainda claramente definido no século XVI e neste período é pressuposta a cooperação dos dois*".[91]

Quanto aos direitos pertencentes às cortes soberanas, para Franklin, Bodin os contornaria pura e simplesmente, invocando os numerosos casos onde este direito teria sido, de fato, negligenciado pelos reis de França. Finalmente, para Franklin, Bodin estaria erigindo a exceção em norma jurídica, concluindo que a função própria dos Parlamentos seria assistir o rei e aconselha-lo, mas não tomar parte no poder de comandar, que devia ser o monopólio do poder soberano.

De fato, para Bodin, o Parlamento poderia formular advertências e até mesmo as reiterar, mas não poderia pretender, persistir ou até mesmo reivindicar um autêntico direito de veto sobre a legislação real. Na verdade, examinado o papel do Parlamento francês no século XVI, sua função seria essencialmente judiciária e funcionava, principalmente, como uma corte de magistratura e, acima de tudo, constituía uma corte de apelo.

3.4.3. A supremacia do rei sobre os Estados Gerais e as Cortes Soberanas

Para elucidar alguns aspectos deste debate, apresentaremos em seguida a posição de Bodin a respeito do tema e alguns dados relativos à formação da estrutura administrativa do Estado, das cortes soberanas e Estados Gerais da França.

Segundo Bodin, o papel dos diversos conselhos, cortes soberanas e Estados devem ser considerados a partir da necessidade de assegurar o caráter público do exercício do poder. De uma forma geral, tinham a finalidade de aconselhar, interpretar, garantir o cumprimento e julgar, mediante os princípios da lei estabelecida. Não tinham caráter

[90] BENOIST, Benedictus Guillaume , "*Repetition*" in cap. *Raynutius, extra de testamentis et uxorem nomine Adelasium* (1522), Lyon: 1583, I, dec. II. Cit. por FRANKLIN. p.22.

expressamente legislativo. Bodin observa que, em assuntos não estabelecidos pelas Leis Fundamentais do Reino, prevaleceria o costume. E, embora o costume recomendasse a consulta aos Três Estados, cabia ao rei a última palavra, como expõe abaixo:

> (...)*No que se refere aos costumes, gerais ou particulares, que não concernem à fundação do reino, é costume não modificá-los sem antes ter reunido, segundo as formas prescritas, aos três estados da França em geral ou em cada baliagem em particular, não que seja necessário ao rei se prender ao seu conselho, podendo fazer o contrário do que se pede, se a razão natural e justiça de seu desígnio o assistirem. Precisamente, a grandeza e majestade de um autêntico príncipe soberano se manifesta quando, reunidos, os estados de todo o povo dirigem humildemente demandas e petições ao seu príncipe; sem ter poder de mando e decisão , nem voz deliberante, aceitam aquilo que apraz ao rei consentir ou dissentir , comandar ou proibir por lei, édito ou ordenança. (S. L. R. I, VIII. p. 198)*

Existia, sem dúvida, por parte dos diversos setores que compunham os conselhos, Parlamentos e Estados, a pretensão de aumentar a capacidade de interferência e participação no poder. Esta pretensão, todavia, esbarrava nos interesses e disputas entre as famílias nobres e na estratégia largamente utilizada pelos reis de fomentar a disputa interna entre as grandes famílias e garantir, através de concessões de cargos e prestígio, o apoio de amplos setores da nobreza. Certamente as Cortes Soberanas e reuniões dos Estados constituíam um campo de relações de poder, no qual mais abertamente ou mais ocultamente, se travavam as lutas por prestígio, ascensão hierárquica e acesso ou redução do poder real. Bodin não parecia ter boa opinião dos homens da corte aos quais se referia de forma pouco lisonjeira:

> (...) *Quando o navio de nossa república possuía um agradável vento de popa, só se pensava em gozar de um repouso sólido e estável, sem que faltassem todas as, dissimulações (momeries) , farsas e mascaradas que são capazes de imaginar os homens dissolvidos em toda sorte de prazeres. (S.L.R.. Preface a monseigneur Du Faur)*

Bodin conhecia as opiniões de outros juristas de sua época, os quais sustentavam a superioridade dos Estados sobre o rei. Neste caso, afirma, a França não seria uma monarquia, mas uma aristocracia, porque o poder econtrar-se-ia nas mãos dos membros

---

[91] FRANKLIN, Julien H. op. cit. p.12.

nobres que constituiriam a maior parte da assembléia dos estados (*estats*). A este respeito comenta:

> *Aqueles que escreveram sobre os magistrados e notáveis semelhantes, se enganam ao sustentar que os estados do povo são superiores ao príncipe, opinião que revolta os verdadeiros súditos que devem a seu príncipe soberano. Não há razão nem fundamento para nenhuma destas opiniões, se o rei não for prisioneiro, louco ou menor. Porque se o príncipe está sujeito aos Estados, ele não é nem príncipe nem soberano e a República não é nem reino nem monarquia, mas uma aristocracia de muitos senhores iguais em poder no qual a maior parte comanda a maioria em geral e a cada um em particular. (S.L.R. I. VIII. p. 199).*

Neste sentido, Bodin considera que a concentração do poder nas mãos dos nobres seria incompatível com a monarquia e neste caso a forma do Estado seria mais propriamente uma aristocracia :

> *Seria necessário que os éditos e ordenanças fossem publicados em nome dos estados (estats), como em uma senhoria aristocrática na qual aquele que preside não tem poder algum e deve obedecer aos comandos senhoriais, o que seria coisa absurda e incompatível.(S.L.R. I. VIII p. 199)*

Como demonstração da supremacia do rei, Bodin invoca o exemplo dos Estados Gerais de Tours:

> *(...) quando o rei Charles VIII era menor de idade e os estados tinham mais autoridade do que nunca, Relli, orador fazendo uso da palavra por todos os estado inicia assim: altíssimo, poderosíssimo, cristianíssimo rei, nosso soberano e natural senhor, vossos humildes e obedientíssimos súditos, etc., vimos aqui por vosso comando, comparecer e nos apresentar diante de vós em toda humildade, reverência e sujeição, etc. E me foi encarregado por toda esta notável assembléia vos expor a boa vontade, afeição cordial, a decisão e firmeza de propósito que têm de vos servir e obedecer e satisfazer em todos vossos negócios comandos e desejos. (S.l.R. I. VIII. p. 199)*

E conclui Bodin:

> *Logo, todos os discursos e resoluções dos estados só apresentam sujeição, serviço e obediência. Podemos ver semelhante coisa nos estados de Orleãs. (S.L.R. I. VIII. p. 199)*

Ao comparar os estado da França com o Parlamento inglês, Bodin reconhece que, de acordo com sua natureza de seu povo, na Inglaterra o Parlamento gozaria de maior

liberdade. Todavia não teria poder algum para decretar, comandar nem dispor e nem sequer poderia reunir-se nem se dispersar sem o mandato expresso do rei.

Bodin tinha exercido funções diplomáticas na Inglaterra e conhecia bem as leis, costumes e a situação política particular que o reino insular atravessava. Por isto, lembra que a restrição imposta ao rei inglês pelo Parlamento, quanto à elevação dos impostos, era comum à maioria dos reinos, entre eles o francês e que isto em nada diminuiria a soberania do rei. Bodin apresenta ainda a confirmação de M. Dail, embaixador da Inglaterra :

> *(...) homem de honra e sabedoria e que me assegurou que o rei recebe ou recusa a lei como lhe parecer melhor e não deixa de ordenar ao seu prazer e contra a vontade dos estados, como pode ser visto com Henry VIII, que sempre usou seu poder soberano. (S.L.R. I. VIII. p. 201)*

Bodin procura demonstrar que também no caso inglês a soberania do rei está assegurada pelo caráter público da monarquia e compara a sagração dos reis franceses com o juramento da coroação do rei inglês de guardar as leis do reino:

> *(...) embora os reis da Inglaterra não sejam sacralizados, juram que guardarão as ordenanças e costumes do país. (S.L.R. I. VIII. p. 201)*

A respeito do governo inglês, Bodin ressalta o fato de já ter demonstrado que a soberania é indivisível e a impossibilidade de Estados mistos. Logo, também no caso inglês, o Estado seria simples. O Parlamento não passaria de uma corte, de um corpo ou colégio e isto não seria suficiente para garantir seu poder de comandar. A necessidade do consentimento para validar os atos do rei em nada afeta o fato de não poder revogar atos do rei. Tampouco a necessidade da presença do rei no Parlamento afetaria a soberania do rei.

> *Pelo contrário, sua majestade se engrandece e enriquece quando seu povo o reconhece como soberano (...). (S.L.R. I. VIII. p. 203)*

Bodin confirma o princípio da soberania, segundo o qual o ponto principal da majestade soberana é o poder absoluto que reside, que consiste, principalmente em fazer as leis para os súditos em geral sem o seu consentimento.

Bodin recusa assim as opiniões que pretendiam demonstrar que na França o Parlamento, Cortes Soberanas e Assembléias de Estados poderiam legislar ou impedir um comando real.

A França, na fase moderna, resultou de um processo que tinha levado à constituição de um Estado organizado a partir de uma rede de corpos e de comunidades providos de privilégios. Desde os seus primórdios foram as relações que ligavam o rei aos seus funcionários e senhores que constituíram o gérmem da administração pública francesa.

A medida em que o rei concentrava mais e mais domínios sob seu controle, o gerenciamento das rendas, despesas, administração e defesa das propriedades tornava-se cada vez mais difícil, sendo então atribuído a um setor administrativo. Foi constituída uma rede de servidores pessoais do rei que alastraram suas influências por todos os domínios franceses. Aos poucos as propriedades diretas de seus domínios deixaram de ser a fonte principal de renda real e o monopólio da força e da terra se convertam em monopólio dos tributos e impostos. Emerge da "corte privada" a administração dos domínios do rei e a ele sempre estará vinculada.[92]

Progressivamente, a partir do século XII começa a se afirmar a legislação real. A partir da segunda metade do século XII, o rei passa a fazer uso do " *Ban Royal*"[93]. O primeiro ato data de 1155 e, a partir daí, os "*établissements*", regras de direito que implicam duração e estabilidade, permitiriam ao rei confirmar os costumes ou subtrair direitos consagrados.

O direito de ordenação do rei dependia, inicialmente, de duas condições. Uma puramente teórica: era necessário que as decisões fossem tomadas em proveito comum, isto é, tendo em vista o bem do reino. A outra, mais restritiva, implicava em que o rei não poderia decidir sem ter consultado o "*Grande Conselho*" formado pelos barões do reino. A

[92] Os aspectos históricos da formação da administração francesa serão mais detalhadamente estudados no capítulo IV.

[93] O "Ban" teria sido , originalmente, o direito de comando exercido por um senhor e definia a unidade territorial sobre a qual exercia sua autoridade. Mais tarde estebeleceu-se como uma proclamação pública de uma decisão ou fato. O "*Ban Royal*" era a proclamação pública dos comandos reais e passa a significar também a unidade territorial sobre as quais os comandos do rei tinham jurisdição. Cf. CABOURDIN, Guy; VIARD, George. "*Lexique Historique de la France D'Ancien Régime"*. 2. ed. Paris: Armand Colin, 1990. p. 32

partir do século XIII, o rei passou a não mais necessitar do assentimento do Grande Conselho para garantir o respeito às suas ordenanças.

Em 1283, o jurista Philippe de Beaumanoir, autor do célebre livro, *Costumes de Beauvais*, elaborou uma teoria do poder legislativo real fundado, de um lado, no direito romano e, de outro, no direito canônico. Afirmou que nos casos não previstos pelo costume, o rei teria a guarda geral do reino e o poder de fazer novas instituições, seja na forma de ordenanças ou ordenanças gerais. No século XIV e XV esta conquista jurídica chegou a ponto do Grande Conselho ser suprimido e desaparecer completamente dos textos de ordenanças: a ordenança real passou a ser considerada o fundamento essencial do direito público francês.[94]

O direito público se afirmou à medida que as ordenanças reais passaram a ocupar o lugar das legislações locais senhoriais. Os costumes tendiam a se restringir ao domínio privado e ocorreu um recuo da esfera de aplicação do direito canônico que foi gradualmente substituído por um "*direito gálico eclesiástico*", de emanação real. A centralização do poder e a formação do Estado francês foram o resultado deste processo de afirmação de um poder público fundado no poder real e na opinião dos juristas da época, o que não implicava em absolutismo, uma vez que a necessidade do caráter público das leis, garantido pelas Leis Fundamentais do Reino, limitava o poder legislativo do rei. [95]

Durante o século XVI, nenhuma codificação ou unificação do direito público foi feita, malgrado os esforços de François I [96], malgrado as exigências dos Estados Gerais de 1560, 1576 , 1614 e das assembléias dos Notáveis. Todos os códigos publicados no século XVI , tais como o "*Código Henri III* ", do presidente Brisson em 1587 e a *"Conferência das Ordenanças Reais*" de Guénois em 1593, foram simplesmente coletâneas de leis sem que tenha sido feita uma sistematização e sem a sanção oficial.

Desde a ordenança de Montil-lez-Tours, em 1484, Charles VIII tentou fixar as regras da justiça e da administração. Depois, em 1499, a ordenança de Blois proscrevia a

[94] Ver RICHET, Denis . "*La France Moderne: L'Esprit des institutions*". Paris:1973. Frammarion., p.26.
[95] Ibidem, p.27.
[96] Em 1517 François I confiou a uma comissão a tarefa de colocar em ordem os atos reais. Ver RICHET. op. cit. 34. p.

venalidade dos ofícios e regulamentava os processos. Em 1536, François I, através do edito de Crémieu, restringiu a justiça senhorial em proveito da justiça real.

Em 1539, François I tornou pública a ordenança ‘’*Sur le faict de la justice*’’ em Villers-Cotterets, com cento e noventa e dois artigos, os quais versavam sobre diversas matérias de direito público. Tratava-se de diretrizes que determinavam, entre outras resoluções, que doravante as cúrias e paróquias deveriam manter os registros de batismos e sepulturas, a obrigatoriedade do uso do francês em todos os atos administrativos, de julgamento e registros em substituição ao latim, na região do *langue d'oc*.

A segunda metade do século XVI foi fecunda em termos de ordenanças inspiradas especialmente pelos chanceleres Michel de l'Hospital e Cheverny ou ainda solicitadas pelos Estados Gerais, tais como o Edito de Roussilon de 1564, as ordenanças de Moulins , de 1566, e de Blois, com 363 artigos de 1579.[97]

Pode-se observar, assim, que o caminho pelo qual avançou a expansão do poder real francês sempre esteve vinculado à concepção de "coisa pública". A tendência crescente, sempre ratificada e utilizada pelos reis para garantir seus direitos à coroa como monarca e não como senhor privado, era a de ser toda a legislação emanada do rei referente apenas às questões públicas . Neste sentido, o poder do rei sempre foi limitado pelo interesse público. Parte da própria estratégia das casas reais teria sido precisamente afirmar o conceito de reino como domínio público, reduzindo progressivamente o caráter pessoal do poder. Logo, a idéia de que o poder soberano era limitado pelas Leis Fundamentais do Reino, que determinavam o caráter público da realeza, seria não apenas aceita como necessária.

3.5. As Instituições Administrativas do Reino e os freios do poder absoluto do rei.

Para melhor compreender a natureza do poder das diversas instâncias, examinaremos, a seguir, a natureza do poder de cada uma delas.

3.5.1. A Cortes Soberanas

As Cortes Soberanas (*Cour souveraines*) eram as jurisdições que deliberavam em última instância, abaixo do rei. Essa demonstração era aplicada ao Grande Conselho, às Cortes de Apelo, às Cortes de finanças, à Corte Administrativa, e aos Parlamentos.[98] Observe-se que o caráter destas cortes era de natureza administrativa judiciária, julgavam e opinavam sobre a aplicação da lei, não cabendo autonomia para a formulação de leis. Além disso, é necessário lembrar que, em última instância, sempre coube ao rei o direito de decidir sobre qualquer matéria pública. No século XV e XVI, as cortes soberanas faziam uso de seu direito de elaborar as "*Arrêts de Règlement*". Tratava-se de medidas das cortes, uma espécie de direito supletivo destinado, freqüentemente, a propósito de um processo particular, a suplementar as lacunas das ordenanças e que deveriam ser observadas como leis. Eram, entretanto, limitadas à instância da corte que as pronunciava e não poderiam de forma alguma contradizer o texto emanado da lei.

O Conselho do rei (*Conseil du roi*) era o mais importante organismo de governo que aconselhava o rei. Sua origem remontaria ao período franco. Deu origem à corte de administração (*cour des comptes*) e ao Grande Conselho. Reunidos, constituiriam uma espécie de Conselho de Estado. Sua missão seria esclarecer e aconselhar o rei. Suas decisões eram inseparáveis da decisão do rei e era diante dele que se reuniam e deliberavam. Sua composição e atribuições variaram ao longo dos séculos, mas a escolha de seus membros sempre foi atribuição exclusiva do rei. [99]

O Grande Conselho (*Grand Conseil*) era considerado parte do conselho do rei e tinha como finalidade julgar as diferenças entre as cortes soberanas, as causas e negócios nos quais os Parlamentos corriam o risco de se mostrarem parciais. Resultava daí uma grande tensão entre o Grande Conselho e os Parlamentos.[100]

---

[97] RICHET. op. cit. 35 p.
[98] Cf. CABOURDIN, Guy; VIARD, George. "*Lexique Historique de la France D'Ancien Régime"*. 2. ed. Paris: Armand Colin, 1990. p.88.
[99] Cf. CABOURDIN, Guy; VIARD, George. "*Lexique Historique de la France D'Ancien Régime"*. 2. ed. Paris: Armand Colin, 1990. p. 80.
[100] Cf. CABOURDIN, Guy; VIARD, George. "*Lexique Historique de la France D'Ancien Régime"*. 2. ed. Paris: Armand Colin, 1990, p.156.

Os Parlamentos eram as cortes soberanas provinciais, originárias das antigas cortes de justiça e instituídas nos grandes feudos após terem sido anexados ao reino, e tinham função essencialmente judiciária e funcionavam, principalmente como uma corte de magistratura, distintamente do Parlamento inglês cuja função sempre foi eminentemente política. Acima de tudo, constituíam uma corte de apelo. [101] Uma das principais práticas dos Parlamentos eram os *jugements en équité* que consistiam, a propósito de um processo, moderar e interpretar a lei .

A função dos Parlamentos não era fazer as leis, mas observar os aspectos técnicos em matéria de justiça e verificar se estavam de acordo com o direito comum, natural e consuetudinário. Dado seu caráter de Corte de Justiça, no século XVI, nenhuma ordenança poderia ser aplicada sem ter sido registrada pelo Parlamento. Segundo Étienne Pasquier,

> (...) *mesmo que a ordenança seja verdadeiramente obra de nossos reis, não menos soberano em seu Reino do que os imperadores em seu Império, todavia suas ordenanças não têm nenhum efeito se não forem primeiramente publicadas e verificadas pelas cortes soberanas*.[102]

Todavia, a obrigatoriedade do registro por parte do Parlamento não implicaria em um poder legislativo, mas corresponderia à criação de uma jurisprudência que tornava sua decisão pública.

O Parlamento não possuía o poder de apresentar leis, salvo aquelas que visassem aplicar o direito já estabelecido. Desde 1527, um edito de François I interditava explicitamente ao Parlamento o uso das "*Arrêts de Règlement"* como forma da limitar, modificar ou restringir as ordenanças, editos ou cartas reais. Assim, as deliberações do Parlamento constituíam uma fonte secundária do direito e Bodin se refere a elas como uma espécie de guia de orientações práticas cujo valor legal era retirado de sua derivação da norma real. Fora deste campo, seu valor é nulo.

No final do século XVI, o texto da ordenança do rei era tornado público na audiência do Parlamento e transcrito nos registros especiais. Nesta ocasião, os conselheiros tinham o dever de verificar a legalidade, a oportunidade ou a equidade da medida. Se

[101] Ibidem. p.247.
[102] citado por RICHET. op. cit. p.32.

achassem conveniente modificar ou rejeitar a medida, apresentavam as "*humbles remontrances*" (discurso pelo qual o Parlamento apresentava ao rei os inconvenientes de um edito ou ordenança). Neste caso o Parlamento designaria uma comissão encarregada de redigir a *remontrance*. Se o rei não estivesse disposto a aceitá-las, reinviava o texto através das *lettres de jussion* (cartas endereçadas pelo rei às cortes soberanas ,com caráter de comando e com a finalidade de registrar uma ordenança ou edito). O Parlamento poderia, então, apresentar as *remontrances itératives* reiterando sua opinião. Restava, então, ao rei o recurso supremo: ir em pessoa ao parlamento para *um lit de justice*,[103] o que tornaria obrigatório o registro. Logo, a simples presença física do rei tinha o caráter de ordem.[104]

3.5.2. As Assembléias do Reino

O corpo dos notáveis reunidos em assembléia (*assemblée*) para exercer a administração do Estado era denominado *Consulte* do reino e podia seguir duas vias: a reunião dos Estados Gerais [105] e a convocação da Assembléia de Notáveis[106]

A composição dos Estados variou segundo as datas e sempre obedeceu ao princípio da representação das três ordens do reino, por eleição. Os Estados Gerais se reuniram em 1484, em Tours, em 1560 em Orléans, em 1576 e 1588 em Blois e em Paris em 1614 e 1615. Os Estados de Pontoise , em 1561, não constituíam propriamente uma reunião dos

---

[103] *O lit de justice* era a tribuna real, o lugar reservado ao rei quando se apresentava no Parlamento para uma sessão solene. Mais tarde passa a designar a sessão solene do Parlamento na qual o rei se apresenta, em pessoa com sua *entourage* de príncipes de sangue e principais membros do conselho. Apenas pela sua presença ele retira os poderes de justiça que lhe foi delegado. Ordena o registro das cartas reais após uma *remontrance* (censura , negativa ou ameaça do Parlamento de modificar uma ordem real). A simples presença do rei obriga o Parlamento a obedecer e registrar a ordem real. Cf. CABOURDIN, Guy; VIARD, George. "*Lexique Historique de la France D'Ancien Régime"*. 2. ed. Paris: Armand Colin, 1990. p.p.194-195.

[104] Só a partir do século XVII, o direito de *remontrance* seria limitado. Cf. CABOURDIN, Guy; VIARD, George. "*Lexique Historique de la France D'Ancien Régime"*. 2. ed. Paris: Armand Colin,1990. p.280.

[105] *États Généraux*: Assembléia dos representantes das três ordens do reino, convocada desde 1302 pelo rei, quando este julgasse necessário. No século XV os deputados eram designados pelos estados provinciais e eleitos dentro do quadro de cada bailiagem (*bailliage*) . Cada ordem redigia um caderno de reivindicações (*doléances*) . No caso do terceiro Estado a redação era feita pela assembléia de paróquia, bailiagem e governo. As deliberações eram feitas por ordem . Os Estado Gerais consistiam em um órgão de conselho de rei sem possuir nenhum poder de decisão. Cf. CABOURDIN, Guy; VIARD, George. "*Lexique Historique de la France D'Ancien Régime"*. 2. ed. Paris: Armand Colin, 1990. p. 125.

Estados Gerais, uma vez que , na verdade, teria reunido apenas um limitado número de delegados. Também os Estados reunidos em Paris pela Liga em 1593 teriam representado apenas um setor dos Estados .

A convocação da Assembléia de notáveis permitia aos reis obter um certo consenso acerca de um ato, contrato, tratado etc. Era constituída das três ordens e seus membros eram nomeados.

Todas as províncias, vilas ou aldeias rurais tinham um sistema representativo que, entretanto, tinham caráter diferenciado e diversificado. Um bom número de províncias, situadas na periferia do reino, foram tardiamente incorporadas aos domínios dos Capetos. Conservaram assim os seus Estados Provinciais[107] e, até o início do século XVII, existiam na Normandia, Languedoc, Delfinato, Provence, Bretanha, Borgonha, Guiana, Bérn e no condado de Foix. Em unidades territoriais mais restritas e à margem de alguns Estados Provinciais podiam ser encontrados também os Estados Particulares, cujo funcionamento, funções e composição variavam. Entretanto, em todos os casos, as três ordens eram sempre representadas.

A variedade medieval, fruto dos diversos isolamentos, levou a diversas soluções para as questões locais, de acordo com cada condição. As vilas do reino constituíam juridicamente comunidades. Suas instituições variavam ao infinito de uma vila para outra, embora obedecessem a certos traços comuns. Apenas um corpo restrito, os burgueses eram chamados para controlar a administração urbana. Em geral, esta administração era exercida em três escalões. As assembléias gerais de burgueses, consultadas em matéria importantes, encarregada de eleger periodicamente seus representantes: conselhos de vila, mais restritos (em Paris possuía vinte e quatro conselheiros) e um pequeno núcleo de executivos, os *échevin*, uma espécie de administradores adjuntos ao burgomestre e que constituiriam o futuro corpo de magistrados municipais.

---

[106] *Assemblée des notables*: constituía um orgão de conselho, composto por membros não eleitos, designados pelo rei sem regras precisas de composição e competência. Cf. CABOURDIN, Guy; VIARD, George. "*Lexique Historique de la France D'Ancien Régime"*. 2. ed. Paris: Armand Colin,1990. p. 23.

[107] Os estados provinciais (*états provinciaux*) eram as assembléias representativas dos Estados *(États)* da França (ou *Pays d'*). Apenas os États possuíam estas assembléias com direito a vigiar a administração geral e fiscal. Suas reuniões eram geralmente anuais (salvo em Borgonha que eram trianuais) . A convocação do rei

As maiores cidades (villes) do reino se faziam representar diante do Conselho do Rei por um procurador ou solicitador. Nos campos, a vida religiosa e a vida material tinham dado nascimento às comunidades de habitantes que freqüentemente eram denominadas paróquias. Estas comunidades eram geradas pelas assembléias de habitantes, que na verdade reuniam os chefes das famílias mais importantes. Embora a monarquia tenha, durante um logo período as ignorado, estas organizações locais passaram gradualmente a servir mais e mais como instrumento de sua política fiscal. Sob o controle dos agentes da intendência, eram responsáveis pela coleta e repartição dos impostos.

Muitos agrupamentos profissionais eram organizados em corpos. Ao lado dos oficiais de judicatura e de finanças, que fiscalizavam ciosamente seus privilégios, exprimindo por escrito suas queixas, se encontravam as comunidades de *métier*, denominadas *jurandes,* as quais defendiam e representavam os interesses e a aplicação do regulamento interior, onde as corporações existiam dependentes da municipalidade. Eram eleitos pelos mestres dos *métiers* , fiscalizando o exercício de suas profissões e poderiam intervir diante dos poderes públicos.

Nas comunidades rurais os corpos administrativos eram principalmente encarregados de recolher e repartir os impostos, encaminhar as queixas e eleger, através de um sistema de inúmeras graduações, os representantes na ocasião dos Estados Gerais. Nas vilas, ou cidades, existiam oligarquias municipais organizadas, milícia própria, acordos fiscais, e regulamentos múltiplos que faziam com que seus administradores gozassem de um *status* superior. No caso das grandes cidades, como Paris, os representantes administrativos municipais eram fortemente controlados pelo rei e a designação, por exempl, de um preboste dos mercadores de Paris, embora obedecesse a um procedimento eleitoral, não ocorria sem a intervenção direta do rei.

No plano da alta administração, que constituiria a regulamentação da vida pública, a participação era real, mas limitada e indireta. Ocorria principalmente sob a forma de grupos de pressão, de utilização de regateios de preços, e de redes de influência.

---

era indispensável para as reuniões que eram dirigidas por um presidente. Cf. CABOURDIN, Guy; VIARD, George. "*Lexique Historique de la France D'Ancien Régime"*. 2. ed. Paris: Armand Colin, 1990. p. 26.

Fora dos meios institucionais, (censuras, requerimentos, petições), os recursos por cartas e o envio de emissários a personagens influentes do círculo da corte do rei eram os métodos normais utilizados pelos notáveis para influenciar nas decisões reais.

No que diz respeito às decisões governamentais, e mais ainda, na escolha e controle dos governantes, não ocorria a partilha de autoridade. Embora os Estados Gerais não indicassem governantes, não tinham como função o mero aconselhamento do rei. Os membros dos Estados Gerais exprimiam fortemente a vontade de um certo controle. Pretendiam intervir na escolha dos conselheiros diretos do rei. Desde 1560, o Terceiro Estado reclamava a periodicidade dos Estados Gerais (a cada cinco ou dez anos) e a interdição da dissolução quando os Estados Gerais não tivessem satisfeitas suas queixas.

Existia, sem dúvida, por parte dos diversos setores que compunham os Estados Gerais, a pretensão de aumentar sua capacidade de interferência e participação no poder. Mas os estreitos limites da própria noção de participação impediam maiores arroubos em termos de proposições de participação. A própria concepção de corpo esbarrava, principalmente no caso da nobreza, nas disputas entre as famílias nobres. Mesmo o Terceiro Estado era majoritariamente representado pela nobreza togada, que lutava pela manutenção e ampliação de seus privilégios.

A participação, desta forma, era limitada não apenas pela própria estrutura administrativa instituída, mas também, pelo modo de representação que se impunha em cada ordem e comunidade. A noção tradicional de ordem encobria, na verdade, a diversidade de interesses e as estratégias que uniam as elites. O princípio que justificava a representatividade, tanto no caso das eleições corporativas como nas escolhas dos deputados nos Estados Gerais, era aquele do *sanior pars*: a parte mais sã, reta, justa, íntegra, da sociedade , aquela que é estabelecida pelo nascimento , que define a função, a riqueza e a cultura que distingue os notáveis da massa das classes inferiores.

Este princípio sempre teve uma forte ascendência e poder sobre a mentalidade popular que, mesmo em casos de injustiça flagrante e revoltas, procurava a direção e proteção dos notáveis. Assim, o enobrecimento era o caminho procurado por todo aquele que buscava o reconhecimento político e quanto mais antigo o sangue nobre, maior o

respeito e ascendência social. Neste sentido, um verdadeiro fosso separava, nos Estados Gerais, os deputados do terceiro Estado dos deputados das duas primeiras ordens.

O Terceiro Estado, como o termo bem ilustra, definia-se pela negatividade e exclusão: congregava aqueles que eram excluídos pela ausência de sangue não azul e do serviço a Deus. É em seu interior que os limites da participação política se tornam visíveis. Seria no Terceiro Estado que a divisão era mais clara entre aqueles que participavam e os que eram excluídos, entre os notáveis e os anônimos, entre a elite e a massa. Nele que ocorreriam também as tentativas de enobrecimento e a busca de uma identidade política adotando os princípios da nobreza como o sangue. [108]

Em resumo, embora os membros dos Estados Gerais desejassem ampliar seu poder no que dizia respeito às decisões governamentais e na escolha e controle dos demais administradores do reino , de fato não ocorria a partilha de autoridade. Eram convocados pelo rei e suas conclusões não tinham caráter de deliberação.

3.6 . O fundamento do poder público francês: As Leis Fundamentais do Reino

Para Julien H Franklin, as restrições ao poder soberano estabelecidas por Bodin seriam compatíveis com o absolutismo. Franklin reconhece que os limites estabelecidos por Bodin à autoridade soberana decorrem das Leis Fundamentais do Reino. Entretanto, segundo Franklin, Bodin mencionaria apenas duas leis fundamentais, ambas consideradas tecnicamente vinculadas à criação do direito de sucessão: a primeira lei fundamental - a lei de sucessão ao trono - e segunda, a lei contra a alienação do domínio real que estabelece que o sucessor tem o direito de uso do patrimônio do reino sem que possa aliená-lo. Na verdade, para Franklin, a última seria mera decorrência da primeira, a lei de sucessão, e seriam apenas essenciais para a estabilidade política e plenamente compatíveis com o absolutismo. [109]

As Leis Fundamentais do Reino têm, todavia, uma grande importância na formação da concepção de direito público francês, maior do que Franklin parece suspeitar. A primeira

[108] Ver RICHET, Denis. "*La France Moderne: L'Esprit des institutions*". Paris: 1973. Frammarion., p.101.
[109] FRANKLIN, J.H. op. cit. p. 116.

das leis, a lei de sucessão, e a lei que trata do patrimônio que constitui, na verdade, a essência das leis fundamentais e visa não apenas garantir a estabilidade política, mas a indivisibilidade e o caráter público da coroa. O rei não é um soberano senhorial, no rei é depositada a missão da defesa do bem comum terreno, da mesma forma como em um sacerdote é confiada a missão da defesa do reino de Deus. Assim, a função e o princípio que determinam todas as leis fundamentais é um só: impedir que os domínios da coroa sejam divididos ou administrados de forma contrária ao interesse do bem comum.

É interessante observar que Franklin parece demonstrar espanto ao constatar que a lei de sucessão francesa seria mais restrita que as encontradas em Estados patrimoniais: "*Em Estados patrimoniais, o ocupante é livre, tecnicamente falando, para transmitir a coroa a quem bem lhe pareça:*

> *(...) Na França, ao contrário, o ocupante do trono tem recusado, tecnicamente falando, todo o seu direito de tomar disposições testamentárias, posto que a coroa se transmite automaticamente pela primogenitura da descendência masculina. Assim, no que diz respeito a designação de seu sucessor, o rei de França é mais limitado que o rei de uma monarquia eletiva.* [110]

Segundo Franklin, tal regra seria plenamente compatível com a autoridade absoluta:

> (...) *a supremacia absoluta não implica necessariamente para seu possessor o direito de determinar que situações prever quando deixar a cena. Deve, bem entendido, possuir plenamente a autoridade jurídica de definir a situação no presente. Mas este poder não é afetado se lhe é recusado o direito de designar seu herdeiro. Em outros termos, a situação que a lei de sucessão procura regulamentar só é criada pela morte do príncipe.*[111]

Franklin tem razão ao afirmar que a supremacia absoluta nada perde ao lhe ser recusado o direito de determinar a forma de sucessão. Todavia, o que está em debate aqui, não é a simples questão do problema de sucessão, mas a condição pública da coroa, que é considerada um domínio público.

Segundo Franklin, a versão que Bodin dá à questão teria idéias próprias do autor introduzidas:

---

[110] Ibidem, ibidem.
[111] Ibidem, p.117.

(...) *graças a uma distinção concisa mais eficaz entre os poderes da função real e o título do ocupante na possessão desta função, a função real pode ser absoluta e o titular desta função faz uso no presente de todos os poderes que ela comporta* . [112]

Assim, Franklin percebe, ainda que de forma rudimentar, a diferença entre os dois corpos do rei, para usar a feliz expressão de Kantorowicz. Isto é, ele percebe a distinção entre a pessoa física e o caráter de representação pública do rei, mas não reconhece o seu alcance, pois não retira dela toda a sua conseqüência. Acredita, todavia, que a função da lei de sucessão é introduzir apenas uma restrição em favor do herdeiro designado e não concebe o caráter do que denominamos hoje de "segurança do Estado" e a noção de corpo político, implícito na concepção da lei.

As Leis Fundamentais dizem respeito à manutenção e segurança do corpo do reino, garantem seu caráter público e visam impedir que os domínios do reino sejam utilizados para fins privados. São reconhecidas como as Leis de Estado, isto é, aquelas leis que instituem a ordem política e que criam o poder soberano. Assim, podemos ler em Bodin :

Quanto às leis que concernem ao estado do Reino e ao seu estabelecimento, de forma que são anexadas e unidas com a coroa, o príncipe não as pode derrogar, como é o caso da lei Sálica; e tudo aquilo que faça em prejuízo das Leis Reais e sobre as quais está apoiada e fundada a majestade soberana, sempre seu sucessor poderá desfazer. (S.L.R. I,VIII, p 197) .

Neste ponto, é clara a interpretação de Bodin que define algo que ele denomina estado do reino e o distingue da titularidade, da condição pessoal de seu possessor. É clara a distinção entre a coroa (o estado do reino - o corpo público) e o seu titular, que detém apenas o usufruto em vida da titularidade e, portanto, não pode nada fazer que venha a impedir a própria fonte de sua autoridade. Mais do que isso, Bodin vincula claramente as leis reais (*leges imperii*) à majestade soberana, concebida como representação pública do corpo do Estado. São elas que constituem, fundam e apóiam a majestade soberana, a qual, portanto, não é constituída pela pessoa física do rei, mas pela pessoa pública do Estado .

Na verdade, Franklin parece tender a concordar com a interpretação de Hotman, segundo a qual a Lei Sálica seria uma alteração, introduzida pelo costume, de um sistema

anterior e original de eleição, do qual podemos encontrar traços nos diferentes aspectos da coroação real. Ora, a Lei Sálica, que constituiria uma das bases das Leis Fundamentais do reino, como seu nome indica, teria sido decorrente precisamente dos costumes francos e visaria garantir a unidade dos domínios reais contra a tendência à descentralização feudal que dificultava a formação de uma estrutura estatal. Escapa a Franklin que a posição de Hotman esconde, a posição da nobreza que, através da capa protestante, procura retomar o espaço, poder e patrimônios perdidos.

Bodin, por sua vez, parece perceber o real significado político da proposta de Hotman. Não se trata, como quer entender Franklin, de um debate acadêmico sobre as origens da monarquia francesa. Trata-se, acima de tudo, de um confronto de posições e forças políticas. Quando Franklin afirma que Bodin tenta se opor por todos os meios à versão constitucionalista da história da França, acaba aceitando a versão huguenote que liga a tese constitucionalista à origem eletiva da monarquia. [113]

A recusa da eleição original, tal como teria ocorrido originalmente entre os francos, encontra-se vinculada ao estabelecimento do próprio reino de França, principalmente no período da dinastia dos capetos e à sua distinção em relação ao império e pontificado romano, passos que garantem a não subordinação ao imperador e Papa.

No império, o acesso à coroa decorria de princípios eletivos, o que fazia do império não um Estado como observa Bodin, mas uma estrutura feudal. A posição huguenote, do ponto de vista de Bodin, não tende ao constitucionalismo, mas à feudalização do império, decorrência direta da manutenção dos privilégios feudais dos comandantes francos.

A concepção, durante muito tempo disseminada, de um feudalismo uniforme em todo o território europeu e de uma absorção das origens da monarquia francesa às mesmas condições do império franco, teria impedido as observações das especificidades da monarquia francesa. Entretanto, os trabalhos de historiadores como Marc Bloch têm permitido apresentar uma base histórica que permitiria compreender, com maior "clareza", afirmações de autores como Bodin, que antes vinham sendo lidos sob a ótica de interpretações cada vez mais generalizantes dos conceitos de Estado do séculos XII ao XVI.

---

[113] Ibidem, p.118.

Assim, é possível perceber nas palavras de Bodin que para ele o início do Estado francês não se encontraria na realeza eletiva franca, mas no período capetíngio, quando são estabelecidas as Leis Fundamentais do Reino.

A dificuldade de interpretar o verdadeiro caráter das leis fundamentais leva Franklin a não distinguir completamente a pessoa pública do rei de sua pessoa privada. Interpreta o caráter público da realeza como uma forma de soberania popular. Assim, afirma:

> (...) *Bodin está perigosamente próximo de admitir que o povo possui o poder de fazer as leis fundamentais , o que sugeriria que o povo ou o reino possuiriam uma majestade "real" distinta da majestade "pessoal " do rei e superior a esta última* .[114]

É notável aqui a confusão entre o povo e o corpo do reino, os quais Franklin trata como sinônimos, da mesma forma como não os distingue da comunidade. Utiliza os termos indiscriminadamente tomando uns pelos outros. O corpo político do reino é a fonte da soberania e da majestade, mas de forma metafísica e não fisicamente representada na figura de uma vontade popular. É no sentido jurídico de pessoa pública, derivado da noção de bem comum, que Bodin se refere à majestade do reino. Daí não decorre nenhuma concepção de poder popular, mas de um poder do que é comum e que , por este motivo, é superior a cada uma das partes.

Na verdade, não é possível compreender a constituição do Estado francês sem compreender o desenvolvimento do direito público na França. O direito público francês teve origem nos costumes. Nascido dos diversos direitos estabelecidos pelas sobreposições dos corpos feudais, não corresponde a uma evolução linear, mas caracterizada muito mais pelas rupturas e descontinuidades.

A intervenção legislativa cada vez maior do rei visava, originalmente, garantir a obediência do direito consuetudinário e a precedência do bem comum sobre os direitos privados e até mesmo a monarquia era disciplinada por leis baseadas nos costumes francos ancestrais, como a lei Sálica . Em muitos autores encontramos uma confusão entre as duas leis e freqüentemente são chamadas de Sálicas as Leis Fundamentais do Reino. Cabe afirmar, entretanto, que se tratam de leis distintas, formuladas em momentos distintos da

[114] Ibidem, p. 118., nota 1.

história francesa. Parte da confusão encontra-se no fato de vários aspectos das Leis Sálicas terem sido utilizados como justificativa no momento em que alguns dos princípios básicos das Leis Fundamentais do Reino foram explicitados.

Os sálios teriam constituído, junto com os ripuários, os grupos primitivos da região do Reno dos quais descenderam os francos. Mencionados nas antigas crônicas francas dos períodos merovíngios, carolíngios e capetíngios, deve-se levar em consideração que muitas destas narrativas foram escritas posteriormente e imersas em uma mentalidade que pretendia encontrar um passado heróico e mítico. Antes da dinastia merovíngia, o termo "povo sálico" parecia ser usado para designar a entidade política que mais tarde seria denominada povo franco. Assim podemos encontrar nos antigos textos a frase "*em terra sálica*", como designação do domínio dos francos. [115]

A *Lex Salica* teria constituído o fundamento das demais leis dos francos. Não se pode afirmar com certeza quando esta lei foi redigida pela primeira vez. Segundo alguns autores, isto teria ocorrido entre 486 e 511, mas a referência a sacrifícios de animais sugere que tenha sido em período anterior à conversão de Clóvis ao catolicismo.[116]

A *Lex Salica* foi redigida em um latim misturado com vocabulário germânico, necessário para o legislador exprimir a nova constituição e experiências jurídicas quotidianas inexistentes nas fontes latinas. Parece constituir um modelo geral de ação para aplicação de juízes e magistrados. Na verdade parece ter recebido pouca influência romana e representa as normas de uma sociedade de guerreiros em constante movimento, na qual a hierarquia e o direito obedecem às necessidades de manutenção da ordem de comando e unidade.

Segundo a Lei Sálica, a família formava um bloco sólido e, para garantir a conservação do patrimônio dentro da comunidade familiar, a mulher era excluída de todo o

[115] Cf. MUSSET, Lucien. *Les Invasions: Les Vagues Germaniques.* V. I. Paris: nouvelle Clio. PUF, 1965. p. 112 Citado por GIORDANI, Mário Curtis. "*História dos Reinos Bárbaros" - Idade Média II*. 2. ed. R.J.: Vozes, 1974. p. 86.
[116] Cf. GIORDANI, Mário Curtis. "*História dos Reinos Bárbaros" - Idade Média III*. 2. ed. R.J.: Vozes, 1976. p. 143

domínio territorial.[117] Esta noção parece ter sido ampliada do âmbito dos domínios dos senhores para o âmbito do domínio da realeza, quando a família dominante gradualmente tornava-se a casa real.

A continuidade do princípio de masculinidade dos merovíngios aos capetíngios levou a Lei Sálica a ser considerada o princípio que garantia a continuidade dinástica e passou a ser conhecida como a lei de sucessão (*dévolution)* da coroa.

A Lei Sálica foi formalmente invocada como base das Leis Fundamentais do Reino apenas no início do século XIV, como estratégia de manutenção do poder pela dinastia capetíngia francesa durante as guerras de sucessão do trono. De uma forma geral, a fusão das leis teria permitido ancorar a tradição da realeza francesa em um passado remoto.

Segundo juristas do século XV, o princípio de sucessão sálico teria sido editado pelo legendário Pharamond, supostamente o primeiro rei dos Francos[118].

Os princípios das Leis Fundamentais vinham sendo estabelecidos desde os primeiros reis Capetos, com a substituição do sistema eletivo pela hereditariedade seguido da noção de que a sucessão seguiria o princípio da primogenitura. A finalidade de ambos os princípios era, sem dúvida, garantir a indivisibilidade do reino. A partir deste período foi impressa à sucessão real um caráter especificamente estatutário que definiria os princípios que, por sua vez estabeleceram uma noção de corpo ao Estado francês.[119]

O Estado francês, no curso da história, foi estruturado, desde o período franco, sobre inúmeros contratos, escritos e não escritos, que vinculavam o rei aos diversos corpos sociais e até 1789 o direito foi limitado pelos privilégios dos diversos corpos sociais. Estes contratos atribuíam às partes interessadas garantias que limitavam singularmente a esfera de aplicação da legislação comum. A tendência constante da monarquia sempre foi menos

---

[117] *De Terra vero nulla in muliere hereditas non pertinebit, sed ad virilem sexum qui frates fuerint tota terra perteneant , Lex Salica , LIX*. Citado por Cf. GIORDANI, Mário Curtis. "*História dos Reinos Bárbaros" - Idade Média III*. 2. ed. R.J.: Vozes, 1976. p.144.

[118] CF. HAROUEL , Jean-Louis; BARNEY, Jean; BOURNAZEL, Eric; THIAUT-PAYEN, Jacqueline. " *Histoire des institutions de l'époque franque à la Révolution"*. Paris: PUF, 1987. p. 269 Na verdade o recurso à lenda foi freqüente na tentativa de garantir uma origem nobre ao mais cristão dos reinos. Os *Gesta Francorum*, do século VIII, pretendem encontrar a origem franca na Tróia Homérica e garantir a sua continuidade através da Eneida de Virgílio , provando assim que os francos seriam mais antigos que os próprios romanos.

[119] Estatuto é o termo jurídico utilizado para designar a Lei Orgânica de um Estado, sua Constituição e ordenação. O que é estatutário encontra-se fora do âmbito da legislação ordinária.

de suprimir os privilégios que aproveitá-los para inserir através deles a sua própria autoridade.

Durante o período que vai dos séculos X ao XI, as cartas de privilégios locais acabavam por restringir os poderes senhoriais. Coexistem como fontes de direito o costume, o poder legislativo senhorial e o direito canônico

O direito público se afirmou à medida que as ordenanças reais passaram a ocupar o lugar das legislações locais senhoriais.

As leis denominadas de leis fundamentais do reino eram as leis admitidas por todos e eram distintas da concepção de leis ordinárias. Em 1586, Archilee de Harlay, primeiro presidente do Parlamento de Paris, explicitou claramente a distinção entre leis fundamentais e a legislação ordinária em discurso a Henrique III:

> (...) *Nós temos, senhor, dois tipos de leis, umas são as ordenanças do reino, imutáveis e invioláveis, pelas quais, fostes elevado ao trono real. De modo que, deveis observar as leis do "Estat du royaume", que não podem ser violadas sem revogarem vosso próprio poder e soberania*"[120]

Fica assim claro que o poder do qual o rei é investido é fundamentado e emana das leis fundamentais que dão a forma, o Estado, ao reino sem as quais nem o reino e nem o soberano existiriam.

Segundo Roland Mousnier[121], as leis fundamentais do reino seriam de caráter puramente consuetudinário e teriam três fontes: os princípios cristãos – segundo os quais o rei de França se engaja através do juramento de sagração a lutar contra toda a heresia, o embrião de um direito natural ainda em formulação (o rei deve ser justo, ter em vista o bem comum, proteger a propriedade de seus súditos) e as leis positivas que determinariam o caráter da sucessão ao trono e dos bem público. Entretanto, observa Richet;

> (...) *a despeito das belas afirmações do presidente de Harlay, estas 'leis fundamentais" seriam desprovidas da garantia essencial que oferecem nossas*

[120] Citado por RICHET. op. cit. 28 p.
[121] MOUSNIER, Roland. "*Les hierarquies sociales de 1450 à nous jour*" . Paris: P.U.F., 1964.

constituições contemporâneas : nenhuma sanction positiva é prevista contra quem as violasse. [122]

Segundo Étienne Pasquier, célebre jurista do século XVI,

(...) *O Direito comum da França consiste de quatro pontos : as ordenanças reais, os costumes diversos das províncias, sentenças gerais da corte soberana e algumas proposições morais, que por um longo e antigo uso nos mantemos pela fé e homenagem, desde os romanos.* [123]

3.6.1 As Leis Fundamentais do Reino

A concepção constitucionalista do século XVIII e a concepção revolucionária conceberam a posição absolutista como oposta à posição constitucionalista, tendendo, assim, a identificar o conceito de poder absoluto como arbitrário e despótico.[124] A falta de uma legislação escrita teria sido um dos fatores que permitiu a sustentação da argumentação de que o antigo regime se sustentou em um sistema despótico.

Todavia, o Antigo Regime possuía uma verdadeira constituição que, embora não escrita, repousava sobre regras do direito consuetudinário de forma rigorosa e tinha produzido, nos editos reais e resoluções das diversas cortes uma ampla matéria de jurisprudência.[125] As leis fundamentais, associadas ao direito ordinário, permitiram a pensadores como Bodin distinguir a forma pública de Estado francês, no qual o costume e as leis fundamentais protegeriam os bens como as pessoas, do poder despótico e arbitrário sem limite. Tal seria, em Bodin, a fonte da distinção entre a "*monarquia real*" e a "*monarquia senhorial*". Esta última seria associada ao termo grego "*despotikos*" , o senhor da casa, que trataria o público como privado.

---

[122] RICHET. op. cit. p.28.
[123] PASQUIER, Étienne. "*Les recherches de la France*" – ed de 1665, citado por RICHET.op.cit. p.29. Segundo Richet, na verdade, apenas as ordenanças do rei e as intervenções das Cortes soberanas constituiriam modalidades do direito público, uma vez que os costumes das diversas províncias concerniam, em sua forma geral ao direito privado e as proposições morais constituiriam mais uma referência do que uma regra. Richet deixa de interpretar o direito consuetudinário como um direito por falta de uma sanção explicita. Observar que a sanção, embora não prevista, era moral e portanto possivelmente determinada pelo corpo social como caso do direito repressivo observado por Durkheim.
[124] Ver RICHET.op.ct. p.37.
[125] Ver MOUSNIER, Roland. *Les hiérarchies sociales de 1450 à nos jours*, Paris: PUF, 1969.

Assim, pode ser considerado como uma espécie de anacronismo aplicar à "*Ancienne France*", para usar o termo empregado por Richet, como forma de distinguir do "*Ancient Régime*", termos, vocabulário e conceitos que eram ignorados ou que as relações sociais e históricas ainda não havia permitido forjar. [126]

Outros autores acreditam, ainda, que o fato de Bodin reconhecer a validade das Leis Fundamentais constituiria uma contradição dentro da teoria da soberania de Bodin. Esta é a posição de Franklin, para quem a aceitação do princípio de que a aprovação da comunidade conferiria às leis sua validade última teria conduzido Bodin a admitir que as regras, cujo uso estão estabelecidos pela Antigüidade, são de uma certa maneira assimiláveis às leis fundamentais do reino e constituem , à semelhança das *leges imperii* , limites legítimos à soberania. Neste caso, conclui Franklin, o soberano seria ao mesmo tempo soberano e limitado. Segundo Franklin, tratar-se-ia de uma contradição uma vez que contrariaria o princípio segundo o qual a soberania absoluta é ilimitada.[127]

Todavia, a posição de Bodin, de acordo com o seu próprio sistema, não constituiria propriamente uma limitação, uma vez que as restrições impostas pelas leis fundamentais não representariam limites porque determinariam a própria essência e a constituição do Estado e o ato que instaura o poder soberano. Ir contra estas leis seria atentar contra a própria existência do reino e portanto da própria figura da soberania , como essência do corpo político. Ora, só há soberano se existir o poder público. Este é o corpo político do reino, instaurado pelas leis fundamentais e da mesma forma que sobrevive ao corpo físico do rei, também antecede a ele e não constitui verdadeiramente um freio, mas uma condição de existência sem o qual o Estado deixa de ser Estado.

A partir do século XV, o rei de França apresenta-se, segundo distintas categorias, como o Rei tradicional, como suserano dos suseranos, como imperador em seu reino e como "*le Roi Très Chrétien*".

Como rei tradicional, é o rei do costume que encarna, desde o início da dinastia dos Capetos, os interesses de todo o reino (*utilitas totius regni*) . Isto implicaria em um duplo

[126] Ibidem. p.38.
[127] FRANKLIN, op. cit. pp 118 e sgs.

dever - a proteção contra os inimigos externos e a manutenção da paz e justiça interna.[128] Estas atribuições dariam ao rei os meios para a ação , como o direito de dar a justiça , cunhar a moeda, recrutar os homens para as armas e estabelecer leis gerais.

Como suserano dos suseranos, desde o século XII e mais sistematicamente a partir do século XIII , os legistas a serviço do rei utilizaram a organização feudal existente para reforçar seus poderes. Como senhor dos senhores, é o soberano senhor feudal porque se encontra hierarquicamente acima de todos os demais e a quem todos devem homenagem vassálica. No topo da pirâmide, encontram-se a ele submetidos todos os vassalos do reino.

Nas fronteiras do direito canônico, dos costumes e de uma antiga tradição popular, situa-se a imagem do *Roi Très Chrétien*. Este título é portado oficialmente a partir de Luís XI e o conteúdo que recobre é bem mais antigo e resulta da progressiva passagem para o direito de uma mística encorajada pela Igreja: a mística *du sacre*. A sagração do rei, que tinha lugar em Reims , comportava um cerimonial pouco a pouco fixado que conferia ao rei um verdadeiro sacramento, fazendo dele uma espécie de bispo. Ungido com o óleo sagrado da Santa Ampola, o soberano recebia os símbolos de seu poder e prestava o juramento de fidelidade à Igreja. Após a cerimônia , o rei tocava as escrófulas , isto é, exercia o poder miraculoso de cura que lhe era reconhecido pelo povo.

O milagre hereditário do toque das escrófulas era um sinal de uma realeza maravilhosa e sagrada, não de caráter divino, mas sacerdotal. Tal como os clérigos ordenados e sacerdotes, transmitia ao rei a familiaridade com o sobrenatural e com o milagre. Eram sinais de homens e mulheres pios cujas vidas tinham sido consagradas ao serviço de Deus. Eram os intermediários entre este mundo e o além. Os reis taumaturgos assimilaram o ofício que antes pertencia aos clérigos, substituindo-os em sua função e passando a exercer o papel de intermediários sagrados entre o povo e Deus.[129]

Neste sentido, a mística que revestia a dinastia real francesa era totalmente distinta da doutrina do direito divinos do reis. Na França não era o nascimento que dava ao rei o caráter de escolhido por Deus, mas sua autoridade mística provinha da sagração, que transmitia à pessoa privada do rei o caráter sacerdotal do ofício público do qual passava a

[128] RICHET. op. cit. -p. 41.
[129] Ver "BLOCH, Marc "*Les Rois Thaumaturges*". Paris: Gallimard, 1983.

ser investido. Era o caráter de representante do corpo político, sagrado que atribuía à figura do rei a graça dos milagres. Os milagres, observe-se, eram uma função pública e não estavam ligados ao corpo privado do rei e não ocorriam em situações fora do âmbito público. A pessoa do rei não era divinizada antes da coroação e o caráter sagrado era diretamente vinculado à sagração monárquica.

Como bem observa Jacques Le Goff, confirmando a opinião de Marc Bloch, o toque das escrófulas era um instrumento dinástico e estava diretamente ligado à gênese do poder real francês:

> *A conquista de um poder miraculoso caminha juntamente com a afirmação da monarquia confrontada com os grandes senhores feudais*.[130]

A sagração, todavia, não era uma condição imprescindível para o exercício do poder, mas garantia, no imaginário popular, da continuidade e preservação do Estado. Associada à Lei Sálica, a sagração e o toque das escrófulas davam à monarquia francesa o seu caráter de poder público legítimo.

Assim, segundo Du Haillan, em 1570: *" O rei não deixa de ser rei sem o coroamento e a sagração que são cerimonias plenas de reverências concernentes apenas à aprovação pública, não à essência da soberania*".[131] Entretanto, Pierre Pithou, em 1594, afirmou que a sagração é uma garantia suplementar ao ensinamento dos teólogos sobre o caráter ímpio de toda a rebelião não católica.[132]

Figgis, ao tratar da Lei Sálica, também observa que, para os autores da época de Bodin:

(...) *a coroação e unção são meras cerimônias e não consistia parte essencial dos privilégios reais, e que o juramento da coroação não opunha direitos do povo ao rei. Constituía apenas um costume pio* (...) *que não afetava a autoridade do rei*. [133]

As leis Fundamentais do Reino pertenciam à tradição do direito consuetudinário e tinham o valor de regras positivas. Ao longo dos séculos, de acordo com os períodos e os

---

[130] LE GOFF, Jacques. "Préface" in BLOCH, Marc "*Les Rois Thaumaturges*". p.XIX.
[131] Citado por RICHET. op. cit. p .42.
[132] Ibidem, p .43.

problemas concretos que se impunham, certos corpos ou certas frações de opinião moldaram as regras de acordo com as circunstâncias.

As leis dadas como fundamentais fundaram-se sobre um precedente aceito pela tradição e repousavam sobre o consenso geral e tinham como finalidade o bem comum. Nos períodos de grande crise, foram completadas pelo uso que as adaptou às circunstâncias, interpretando-as de forma a exprimir uma espécie de espírito que garantiria a inviolabilidade do reino. As crises de sucessão, principalmente, a que culminou com a guerra dos cem anos e as ocorridas nos séculos XIV, XV e XVI, forneceram o material que permitiu fixar seus princípios. O fato das leis terem sido forjadas em períodos de crise e terem permitido a integridade do reino levou juristas como Bodin a reconhecer seu supremo valor legal.

As Leis Fundamentais eram de dois tipos: as regras que tratavam da sucessão e as regras que tratam do domínio real. A seguir apresentaremos as principais características destas regras.[134]

3.6.1.1. As regras de sucessão do reino

A "*dévolution*" da coroa era o princípio que regia a passagem dos direitos ao grau subsequente. As leis de "*devolution*" da coroa eram constituídas da seguinte forma:

O primeiro princípio da sucessão era a *inalienabilidade da coroa: "A França é uma monarquia hereditária, por ordem de primogenitura*". No início do século XV, Carlos VI pretendia privar o Delfin de França de seus direitos à coroa em proveito do rei da Inglaterra (Tratado de Troyes, 1420). A crise levou os juristas a elaborarem o princípio estatutário, baseado no costume: a coroa não é um patrimônio hereditário . O rei não pode dispor da coroa por atos ou testamento e ela é transmitida segundo um estatuto que visa à ordem pública. O Delfin não é herdeiro do rei, mas do reino e desde seu nascimento, ele tem o direito inalienável à sucessão.

---

[133] FIGGIS, John Neville. "*The divine right of kings*".op. cit. p.p.122-123.

[134] Utilizaremos como fonte para a descrição das Leis Fundamentais o livro de HAROUEL , Jean-Louis; BARNEY, Jean; BOURNAZEL, Eric; THIAUT-PAYEN, Jacqueline. "*Histoire des institutions de l'époque franque à la Révolution"*.Paris: PUF, 1987, p 264. e sgs.

O segundo princípio de sucessão determinava a e*xclusão das mulheres: "As mulheres, seus descendentes e os bastardos estão excluídos da coroa*". Este princípio é proveniente da lei Sálica e é invocado em 1316, quando Louis X, ao morrer, deixa apenas uma filha menor de idade, Jeanne. Contra seu direito, apresenta-se o irmão mais velho do falecido rei, Philippe, conde de Poitiers. Em favor de Jeanne estava o direito de sucessão feudal que admitia às filhas sucederem os feudos. O fato que parece ter prevalecido para a coroação de seu tio, Phillipe, foi a opção pela continuidade dinástica, pois a possibilidade de um casamento de Jeanne com um príncipe estrangeiro poderia colocar a coroa sob o controle externo. Ao prevalecer o princípio sálico, invocando a razão de Estado, foi excluída a via feminina de toda a linha de sucessão.

Do segundo princípio de sucessão decorreu a norma segundo a qual eram *excluídos os homens descendentes de mulheres* : Em 1328 quando falece o terceiro filho do sexo masculino de Philippe o Belo, Charles IV, sem nenhum herdeiro a não ser filhas, uma nova crise é aberta. Pela linha direta, o herdeiro mais próximo seria Edouard III, rei da Inglaterra, filho da irmã do rei falecido e, portanto, sobrinho dos três últimos reis Capetos. Em seu detrimento, uma escolha política, movoda pela razão de Estado, é levada em favor do descendente masculino , um primo do ramo germânico, Philippe de Valois .

A submissão do reino francês ao domínio do rei inglês era considerada inadmissível e o recurso à lei Sálica que excluía a via feminina foi proclamado e Philippe de Valois, sobrinho de Philippe, o Belo, em nome da manutenção da dinastia dos Capetos foi coroado. A explicação que vincula a coroação à Lei Sálica teria sido engenhosamente elaborada *a posteriori* e progressivamente se impôs como regra estatutária para a transferência da coroa. Os célebres adágios a popularizam (e criam um mito que fortalece a concepção do reino) "*Le royaume des lys ne tombe pas en quenouille*". Em nenhum momento esta regra estatutária foi rompida, mesmo que tenha custado centenas de mortes em guerras. Constituía uma forma de impedir a transferência da casa dinástica e a não posse do trono nas mãos de um reino estrangeiros. Foi, assim, um dos mais fortes pontos de construção da concepção de pátria francesa.

A segunda decorrência do princípio da exclusão das mulheres foi estabelecimento na regra segundo a qual *entre os homens , a primogenitura precede pela proximidade.* O

problema pode ser colocado da seguinte forma: à morte de um rei sem herdeiro direto masculino, deve sucede-lo , entre os seus descendentes masculinos, o seu parente mais próximo. Alguns autores parecem ignorar a importância desta regra considerando-a menor. Porém, em 1328, o princípio de primogenitura fez preferir Phillippe de Valois a Phillippe d'Évreux.[135] Em 1498 , Luís de Orleãs sucede sem dificuldade Carlos VIII, pela regra da primogenitura e, em 1515, François de Angoulême sucede Luís XII. Após a morte de Henrique III, Henrique de Navarra é elevado ao trono, mesmo sendo primo do rei em 21° grau, pelo princípio da primogenitura estatutária.

O terceiro princípio da sucessão afirmava que *a maioridade dos reis é fixada na idade de treze anos.* Fixada por uma ordenança de 1374, enquanto perdurar a minoridade, a regência pertence à rainha mãe ou, em sua falta, ao primeiro príncipe de sangue. Este foi um ponto que, apesar de aceito, jamais constituiu parte das regras concebidas como estatutárias. Questões como a quem cabe o exercício da regência não foram objeto de um estabelecimento pela tradição e costume e, portanto, não conseguiram jamais impor uma definição estatutária e as relações de força em cada circunstância prevaleceram , mesmo contra testamentos (tais como os de Luís XIII e de Luís XIV que foram cassados). E mais freqüentemente em favor da rainha mãe, como Catarina de Médici e Ana da Áustria. *O sucessor legítimo é considerado rei desde a morte de seu predecessor.*

O quarto princípio da sucessão era dedicado ao papel do *Serment du sacre.* A cerimônia da sagração não era condição jurídica para a coroação, mas era considerada parte da investidura real. Pelo juramento da sagração, o rei adquiria a mesma condição dos representantes da Igreja na França e é obrigado a conservar seus privilégios canônicos, suas leis, sua justiça e diante do povo francês se compromete a proteger, guardar a paz, a justiça e exterminar os hereges.

Finalmente, a sucessão deve obedecer à regra de *exclusão de não católicos:* Este princípio torna-se crucial quando, com a morte de Henrique III, e do último de seus irmãos, o duque de Anjou, pela regra da primogenitura, a coroa deveria passar a Henrique de Navarra, um huguenote. Embora a catolicidade do soberano fosse exigida

[135] Com a morte, sem herdeiros de Charles IV, filho primogênito de Phillippe III, duas opções para a ascensão ao trono eram possíveis: Phillippe de Valois, filho de Charles, o segundo filho de Phillippe III e Phillippe

pelos Estados Gerais, predominantemente católico, não existia precedente do caráter estatutário deste princípio . É na verdade a abjuração de Henrique de Navarra e a sua conversão ao catolicismo que fazem do catolicismo uma exigência estatutária.

3.6.1.2. Os domínios da coroa

A segunda parte das Leis fundamentais do Reino tratam das questões relativas ao domínio da coroa. Sua finalidade era distinguir a pessoa privada do rei da pessoa pública do Estado. Assim, estas regras dizem respeito ao direito público e, distintas daquelas do direito privado que versam sobre os direitos da pessoa, se impõem à pessoa do rei na sua condição de sujeito público.

O primeiro dos princípios estabelecia que o*s domínios da coroa são inalienáveis.* Originariamente o domínio real era um domínio feudal, regido como tal pelo direito privado. O direito privado da Antiga França distinguia dois elementos que hoje se encontrariam confusos porque contidos em um mesmo vocábulo, *propriedade*[136].

Duas eram as acepções possíveis de propriedade: de um lado os direitos *utiles*, o direito de vender, legar, partilhar, arrendar, etc. aos quais foram reservados o nome de propriedade e os direitos eminentes, ligados a um título ancestral de uma antiga possessão, constituída de taxas diversas. Assim, o rei de Rei de França, na condição de *Duc de Gisors* ou *Conde de Dunois*, não possuía naturalmente todos os direitos úteis sobre o conjunto destas terras, mas preservava direitos diversos como o de justiça e de transferência sobre diversos feudos.

Aquilo que era denominado de domínio real era composto de um lado por diversas propriedades de direitos úteis e, sobretudo, de um conjunto de feudos , de senhorias e direitos eminentes. À medida que os domínios reais crescem, ao longo dos séculos, seja por casamentos, por confisco em virtude de direitos feudais ou outros, os diversos direitos e

---

d'Évreux, último dos de Charles IV. A lei da primogenitura levou ao trono Phillippe de Valois.

[136] A partir do Código civil de Napoleão Bonaparte, no século XIX, apenas uma acepção de propriedade como possessão inteira e completa passa a ser considerada para efeitos legais

relações deles provenientes sobrepõem-se uns sobre os outros, obscurecendo as relações primitivas.[137]

O segundo princípio versava sobre *os fins do domínio*: O domínio, segundo o costume, deveria servir para garantir a sobrevivência do reino e do rei. Permitindo ao rei viver e ao Estado se manter dos direitos destes domínios, seria uma forma de evitar o imposto real que permanecerá durante muito tempo como uma carga extraordinária e uma anomalia ligada a circunstâncias temporais (circunstancial). Se o rei deveria viver de seu domínio, compreende-se que seus conselheiros e seus representantes nos Estado Gerais deveriam ser vigilantes sobre as regras de sua gestão.

Até o início do século XIV, os reis podiam dispor livremente dos domínios reais, multiplicando as doações à Igreja ou aos senhores. Durante o século XIV se impõe a tendência de considerar o domínio como *inalienável* (desde 1364 o rei , durante o juramento, se compromete a não alienar o reino) e *imprescristível* (as usurpações sobre este domínio não podem se beneficiar das prescrições admitidas pelo direito privado).

A ordenança de Moulins (1566) fixou com precisão os direitos e os deveres do Rei. Doravante o rei possuía dois domínios distintos: o domínio fixo, aquele que o rei recebe por ocasião de sua elevação ao trono, que é inalienável salvo por derrogação consentida pelos Estados Gerais e pelo domínio casual, isto é, as aquisições feitas pelo rei após a sua elevação ao trono, e que o rei pode alienar durante dez aos. De fato, as dificuldades financeiras e a vontade de recompensar seus servidores conduziam freqüentemente os soberanos do século XVI a violar estas regras.

Apenas duas derrogações eram expressamente previstas: uma era a concessão de apanágios. O apanágio era concessão de uma parte do domínio real ao secungênito da família real, da casa de França. Como o domínio era indivisível, o apanágio era um benefício de usufruto e não um bem privado. A *indivisibilidade* do domínio, princípio determinado pelo perigo de uma decomposição dos domínios, teria levado os juristas do século XIII e século XIV a levantarem-se contra a ameaça real da inclusão da cláusula de reversibilidade, que estabelecia o retorno do apanágio à coroa na ausência de um descendente direto do apanagista. Já o *engagement* constituía uma alienação incompleta e

[137] Ver RICHET. op. cit. p.59.

dissimulada. O rei podia, em troca de dinheiro, remeter a um "*engagiste*" o gozo perpétuo de uma parte domínio (uma terra ou uma taxa), mas se reservando a faculdade perpétua de resgatar reembolsando o preço inicial.

3.6.2 As regalias : os poderes do rei

No final do século XV, os juristas tinham a tendência a enumerar em detalhes as *regalias* , ou direitos do rei. Barthélemy de Chasseneux "*Catalogus gloriae mundi*", 1529 distinguiu duzentas e oito regalias.

Segundo Loyseau (1564-1627)[138], as regalias poderiam ser brevemente resumidas da seguinte forma:

1. Fazer leis: poder legislativo.
2. Criar ofícios e indicar oficiais: os oficiais, titulares de um ofício, eram nomeados exclusivamente pelo rei seguidos das delegações de poder que o rei lhes consentia, seja para a justiça (ofícios de judicatura), seja para as finanças (ofícios de finanças), seja para gestão de seu domínio. O problema se coloca para os ofícios senhoriais, que os senhores tinham o direito de prover em seus feudos. Por um artifício jurídico, Loyseau, como todos os juristas, considerava que dependia também do rei aqueles que tinham recebido, por delegação dos senhores, uma parte de seu direito exclusivo de exercício de ofícios. De fato, na época em que escrevia Loyseau, os oficiais eram proprietários de seus cargos públicos e costumavam vender seus direitos de ofícios.
3. Arbitrar a paz e a guerra: é o antigo princípio da "*tuitio regni*" que determina o direito exclusivo do rei de decidir sobre a oportunidade de uma guerra ou de um tratado de paz.
4. Dar a justiça em última instância: este é o poder fundamental. Em uma época na qual a administração pública encontra-se imbricada na justiça, que é exercida por oficiais de justiça, é a justiça que permaneceria o atributo essencial da realeza. Toda a justiça, mesmo a senhorial, emana do rei. A justiça real poderia ser delegada, exercida em nome do rei por uma pessoa especializada (Parlamento, bailiagem, etc.) , mas o rei conserva

[138] Cf. LOYSEAU, Charles. "*A Treatise of orders and plain dignities*". Cambridge: University Cambridg Press, 1994.

sempre a justiça , o poder de reter , evocando um processo diante de seu Conselho fora de todas as instâncias regulares

5. Fundir moeda: É um antigo direito do rei, que se impõe, durante os séculos XIV e XV pelo desaparecimento ou confisco de grandes domínios feudais.
6. Loyseau hesita em ajuntar aos privilégios reais a elevação de impostos. Sua resistência denota o caráter, ainda concebido como extraordinário do imposto.

Tais seriam os poderes ordinários do rei. Os poderes extraordinários, que tinham um sentido do que mais tarde será designado como "*salut public*" e poderiam se definidos como razão de Estado, constituiriam a condição de exceção, de prisão em caso de guerra estrangeira ou de guerra civil, o direito de confiscar e elevar impostos, sem conformidade com as leis da justiça. Tais alterações eram admitidas como necessidades, em períodos de crise e em nome da razão de Estado.

Em síntese, os defensores do constitucionalismo vêem a concepção de soberania de Bodin como uma oposição, à democracia, à divisão de poderes e aos freios à autoridade do rei. Como decorrência, a teoria da soberania de Bodin seria incompatível com um regime de governo constitucional.

Em sua teoria, Bodin afirma que o poder soberano é indivisível, o que torna a existência de governos mistos uma impossibilidade teórica; Bodin não admitia que as decisões do rei tivessem que ser aprovadas pela comunidade e afirmava que a legitimidade do poder soberano estaria sustentada pelas Leis Fundamentais do Reino.

Do ponto de vista interior do Estado, soberania absoluta significa o poder supremo, acima do qual não existe nenhum outro, que não é submetido a nenhum outro e ao qual todos os demais poderes estão submetidos e o direito soberano é, antes de tudo, um direito inalienável. É de competência exclusiva do soberano alterar as leis. Esta dimensão do poder soberano corresponde ao seu caráter de ordenador da esfera das relações puramente humanas.

Conceito sedimentado em terreno jurídico, a soberania foi desde o início do Estado moderno o elemento essencial da legitimação do poder. Diante dos plenos poderes de que era revestida a autoridade pontifícia, a afirmação do caráter autônomo do poder do rei e a legitimação da monarquia passou a se dar através do processo da investidura do poder,

que através do juramento e sacralização no ato da coroação, transmitia a monarquia, como ofício público, o seu caráter sagrado. Da sacralidade do reino deriva o caráter do rei como vigário de Cristo. Trata-se da sacralização do ofício, que distingue completamente da divinização da pessoa.

Bodin concebia a soberania a partir da noção de continuidade do Estado e da Coroa provenientes dos princípios das Leis Fundamentais do Reino. Neste sentido, o corpo público é um corpo *místico,* representado materialmente pela figura do rei.

As Leis Fundamentais do Reino tinham importância vital na formação da concepção de direito público francês. A primeira das leis, a leis de sucessão, e a lei que trata do patrimônio constituem, na verdade, a essência das leis fundamentais e visam não apenas garantir a estabilidade política, mas a indivisibilidade e o caráter público da coroa.

As leis fundamentais, associadas ao direito ordinário, permitiram a pensadores como Bodin distinguir a forma de Estado francesa, na qual o costume e as Leis Fundamentais protegeriam tanto os bens como as pessoas do poder despótico e arbitrário sem limite

Segundo Bodin, o papel dos diversos Conselhos, Cortes Soberanas e Estados deve ser considerado a partir da necessidade de assegurar o caráter público e pertenceria à órbita do governo, do exercício do poder e exerceriam atividades de caráter legislativo submetidos ao poder soberano .

4.O Espelho da justiça

Sans la diversité des organes choisies
De vois et de tons differens,
On ne connoistroit point ces belles melodies
Qui contre les ennuys sont de si doux tyrans

Ces oppositions , encor que naturelles ,
Bien loin d'attirer le discord,
Produisent cette paix si solide qu' entr'elles
Chose aucune jamais ne se peut faire fort.

4.1. A Justiça do rei

O tema da justiça ocupa um lugar central na obra de Jean Bodin. Representa o ponto de desdobramento da soberania, que permite a manifestação e constituição do conceito de governo. Elo que dá consistência ao Estado e governo, participa de ambos, como manifestação puramente humana no segundo e, como um *elã* de sublime harmonia universal, no primeiro. Amante da glória celeste, cientista curioso das causas do mundo, Bodin alia prudência, conhecimento e fé, integrando a ciência, a política e a religião.

A justiça é para Bodin a fonte de toda a atividade governamental. Apresenta-se em primeiro lugar, na definição da República, na figura do reto governo:

> *Uma República é um reto governo de várias famílias, e do que lhes é comum, com poder soberano.(S.L.R.I.I, p. 27)* [1]

A República é um composto, totalidade, síntese. Suas partes só podem ser conhecidas por meio da definição analítica. Acima de tudo, a República é reto governo, termo que deve ser entendido como o governo *estabelecido sobre os princípios da justiça,* e que fundamentariam a organização de todas as comunidades. O progresso humano dependeria do reconhecimento comum das leis, obra do soberano que se realiza na ação da justiça. Do reconhecimento da lei e de sua ação, na justiça, depende a sobrevivência do gênero humano.

---

[1] *"République est un droit gouvernement de plusiers ménages et de ce qui leur est commum, avec pussance souveraine"* Na edição latina: "*Respublica est familiarum rerumque inter ipsas communium summa potestate ac retione moderata multitudo*". (*S.L.R.I.I.*)

A justiça provém das leis, do ordenamento instituído pelo soberano em sua ação política, e tem como finalidade estabelecer as equivalências e distribuições sociais.

Questão de sobrevivência, o respeito às leis é fruto não da mera associação em busca de um bem comum, mas do reconhecimento de princípios sem os quais a sobrevivência da espécie é colocada em risco. O princípio do coletivo, ou melhor dizendo, do corpo público, cuja base é a soberania, engendra as leis e produz o progresso.

Encontramos já aqui o delineamento das funções pedagógicas da soberania: por meio da universalidade das leis, cujo fim é a harmonia e a concórdia, aplacar as tendências direcionadas pelas paixões, educando as volições.

O saber do soberano é político; sua arte de ordenar constitui o corpo público, síntese das pluralidades. O ofício do governo é administrar o corpo físico do Estado, a continuidade cotidiana, a esfera dos conflitos. É arte do governo garantir a paz entre os interesses privados. A soberania institui o corpo político; o governo assegura sua continuidade material. Estado e governo, em um só corpo, defendem a vida, a sobrevivência do corpo político impedindo que os homens se matem ou morram sem recursos.

As imagens absolutistas relegam a distinção entre Estado e governo e concebem a fundação do poder soberano na justiça e na idéia de que sua realização seria atributo dos reis, como privilégio divino. Esta imagem, de uma justiça divina, que daria ao rei a autoridade suprema sobre os demais homens, faz parte de boa parte das análises sobre o conteúdo da soberania em Bodin. Considerada como critério da legitimidade do poder monárquico, a justiça é, em grande medida, confundida com o ato de legislar.

Todavia, mesmo entre os estudiosos de Bodin, que não vêem em sua obra um caráter propriamente absolutista, encontramos a identificação da soberania com a ação da justiça. Este é o caso de Simone Goyard-Fabre, para quem a finalidade da República, em Bodin, é a justiça e nenhum ato público seria concebível fora do campo da justiça que vincula a estrutura da República à lei natural e todo o direito como proveniente da obediência à lei divina. [2].

[2] "O direito das Repúblicas e, em primeiro lugar, aquele da soberania que faz a essência da comunidade política, se avalia e se julga com o aferidor da Justiça. Eis porque compreendendo soberbamente que a

De fato, a noção de justiça no sentido de realização da lei natural é essencial no pensamento de Bodin. Contudo, a lei natural pode ser considerada como a inspiração que impulsionaria os homens na direção da associação política, não sendo, por si mesma, capaz de impedir os homens de travarem guerras uns contra os outros. Outrossim, a obediência à lei divina não determina a vontade soberana, mas é o instrumento que permite julgar o seu governo.

Como boa parte dos autores que concebem a justiça como o fundamento da autoridade soberana, Goyard-Fabre deduz a concepção de justiça de Bodin da fórmula tomista que, em conformidade com o espírito da jurisprudência romana, identifica o direito ao justo – *Jus id quod justum est* – que encontra o seu lugar de excelência na esfera política.[3] Goyard-Fabre reduz o pensamento de Bodin ao dos pensadores antigos e medievais que afirmavam que o Estado teria sido concebido com a finalidade de estabelecer a justiça.

Para ela, o soberano de Bodin é identificado ao rei medieval, o rei justiceiro, detentor da espada da justiça. Marca de distinção da monarquia, a justiça é o princípio da ordem e da paz. Nesta concepção a pessoa do príncipe tem em suas mãos a tutela do povo.[4]

No reino de França, a justiça seria uma prerrogativa real, a marca que destaca o rei como superior aos demais senhores, e todos os emblemas da monarquia representariam os atributos da justiça: a coroa, a flor de lys, a ampola da sagração, o cetro real constituídos pela mão da justiça, o manto dos reis. Isto ocorreria porque a justiça, na França, seria fundamentalmente a justiça do rei.[5]

Segundo esta interpretação, a lei seria, em Bodin, concebida como direito e corresponderia aos princípios transcendentais fixados pela vontade divina e pelas regras humanas estabelecidas pelos costumes. Segundo a autora, "*tirando o seu poder de Deus, o*

---

concepção da República como poder soberano não é mais do que uma abstração formal, Bodin a confronta às vezes, através do paradigma da justiça, a transcendência de Deus e da Natureza e à imanência das capacidades organizatrizes do Homem."GOYARD-FABRE, Simone. op. cit. p. 222.

[3] GOYARD-FABRE, Simone. op. cit. p. 80 .

[4] É necessário observar que, para Simone Goyard-Fabre, Bodin teria percebido os ingredientes da falência do modelo de Estado de justiça, que se encontra corrompido pela venalidade dos cargos públicos. Por este motivo, tendo em vista o fim da justiça, Bodin teria transportado o problema da República para o terreno do direito, como forma de curar as moléstias que atingiam a instituição judiciária francesa. Entretanto, para a autora, o problema da soberania permanece no campo da justiça. GOYARD-FABRE, Simone. p. 245.

rei encontra-se confiado ao serviço divino, e sua palavra tem o valor de justiça que é por este motivo , a Sua Lei. Este seria o significado da fórmula : Rex a recte dicitur".[6] A autora deduz, assim, que, de uma forma geral, a competência legisladora exclusiva do príncipe soberano, que se estende por todos os domínios, é fundada na vontade e lei divinas. Por este motivo, Goyard-Fabre não descarta a imagem da soberania como atributo pessoal do rei, porque seria a marca do reconhecimento de que Deus se manifesta em relação a ele. O rei *"é a encarnação da República: no soberano se incorpora a soberania do Estado."*[7]

Simone Goyard-Fabre assimila aqui a concepção de rei sagrado medieval, cujo primeiro atributo era a justiça, a função primordial do governante da sociedade cristã, porque tinha como tarefa realizar no campo secular os princípios da lei natural.

Não obstante, é necessário observar que em Bodin a lei da natureza apresenta um sentido distinto da concepção medieval. Para Bodin, a lei da natureza se manifesta na forma de prudência, a reta razão, ponderação, sensatez, mas também circunspecção, sabedoria que se origina no âmbito da prática e do hábito. As virtudes que a natureza inspira só encontram sua esfera de manifestação no ordenamento político e, por este motivo, o homem virtuoso, amante da paz e da harmonia é o civilizado. As paixões são adestradas na circunspecção e propiciam o florescimento da tolerância, a mais civilizada virtude humana. É, por este motivo, plural, podendo se manifestar de maneira diferente em tempos e espaços diferentes. A prudência é a avaliação da experiência humana que permite a disciplina das paixões.

Segundo Simone Goyard-Fabre, quando Bodin apresentou a definição de soberania, não teria feito nada mais do que transpor, em sua concepção de República, laicizando-a, a idéia medieval de *superioritas* ou de *plenitudo potestatis* que a *Decretal Per Venerabilem*, que Inocêncio III, no início do século XIII, teria usado para definir a autoridade suprema do soberano pontífice".[8]

A autora situa sua análise do conceito de soberania de Bodin, no campo dos glosadores, concluindo que o conceito teria sido elaborado provavelmente sob a influência

---

[5] GOYARD-FABRE, Simone. op. cit. p.249.
[6] Ibidem, ibidem.
[7] Ibidem, ibidem.
[8] A questão da *"Decretal Per Venerabilem"* será apresentada no capítulo VI. P. 286.

de Baldo, a partir da concepção de *imperium* tal como definiriam os juristas romanos e os canonistas medievais.

É necessário observar que estes argumentos, quer dos canonistas, quer dos juristas romanos, reenviam sempre para a perspectiva de que o *imperium*, de acordo com a lei romana, estaria fundado na lei da natureza. Assim, segundo Goyard-Fabre, toda a construção do direito governamental de Bodin teria encontrado o seu fundamento na idéia filosófica, tradicional da lei natural e é sob ela que a República encontraria o seu justo plano na ordem hierárquica do universo. A lei de Deus e a da natureza seriam *"o canon que permite a conservação da soberania absoluta e perpétua de uma república e sem a sua observância jamais haveria justiça sobre as terras dos homens*"[9].

Tal como ocorre com Goyard-Fabre, boa parte das análises que consideram a justiça como uma marca do conceito de soberania parecem dever sua origem à concepção de realeza medieval, quando teriam sido comuns as apologias da função judiciária do rei. A fonte do poder real derivaria da sacra função de administrar a reta justiça aos seus súditos, concebidos como o povo de Deus.

Uma das fontes desta concepção teria sido o direito romano, concebido segundo as codificações de Justiniano, nas quais podemos encontrar a interpretação da figura do imperador como juiz que teria sob a sua tutela os direitos dos súditos.

Todavia, é necessário diferenciar a concepção do direito divino do rei julgar, sob quem pesaria a função de garantir a eqüidade, da condição do soberano, formulada por Bodin, cuja principal característica é estabelecer o ordenamento jurídico a partir da lei positiva.

O conteúdo desta análise deve levar em consideração os fatores e elementos suscetíveis de serem compreendidos a partir do próprio processo histórico. A análise da gênese do conceito de soberania deve estar atenta para o fato de que, no período medieval, Estado, governo, justiça, direito e jurisdição se encontravam amalgamados, mútua e intimamente determinados uns pelos outros, de forma que não eram completamente diferenciados. Uma das tarefas a que se propõe Bodin, em seus *Seis Livros da República* teria sido delimitar e estabelecer a especificidade de cada um destes conceitos.

Os diversos confrontos que opuseram os Papas aos Imperadores e os reis e os aos senhores feudais diziam respeito à origem da autoridade suprema de poder e à delimitação do poder de cada um dos agentes políticos em conflito, sem diferenciar a administração da justiça do poder de fazer as leis. Uma vez que o poder medieval não era ainda compreendido em termos de soberania, era um problema crucial estabelecer a origem do poder do rei.

Na concepção de reino centralizado com base na justiça, o rei apresenta-se como pai, senhor e ministro da justiça e era comum nos séculos XII e XIII. Neste modelo de reino, que se beneficia em elevado grau da recepção do direito romano efetuado pelos legistas imperiais, o direito constituiria um valor transcendente, inscrito na própria natureza humana, não sendo, portanto uma criação humana.

Com variações importantes[10], a concepção segundo a qual a origem suprema de todo o poder é Deus parece ter sido predominante no imaginário medieval. Todavia, para efeito do que trataremos neste trabalho, interessam-nos particularmente as concepções que teriam concebido, como principal atributo da realeza, a administração da justiça e a legitimação da atividade do rei através do direito natural.

São freqüentemente citadas, como corroboração à tese de que a principal atribuição do rei seria a administração da justiça, opiniões de eminentes pensadores medievais, como Isidoro de Sevilha (séc VI/VII) para quem os reis são assim chamados por sua função de reger (*reges a regendo vocati*).[11] Todavia, observava, não rege quem não corrige. *Rex regere recte* , dirigir retamente os súditos , este seria o dever do governo e por este motivo teria sido instituído por Deus. Para que um rei fosse digno desta denominação deveria proceder com justiça. Os critérios que dirigiam a ação do rei deveriam ser, portanto, a retidão e o respeito à lei natural. A noção de definir a realeza pelo *métier* da justiça é

[9] Ibidem. p. 287.

[10] Parece ser necessário aqui apresentar a concepção franca, que teria precedido a unção dos reis francos pela autoridade eclesiástica. As C*apítulárias*, promulgações jurídicas do rei que modificavam ou transformavam o direito estabelecido pelo costume, exigiam a aprovação da assembléia dos senhores. De acordo com a interpretação de alguns autores, como Hotman, este costume significaria que a origem do poder do rei residiria no povo. Ver HOTMAN, François. "*La Gaule Françoise*". Paris: Fayard, 1991. Ver também, ULLMANN, Walter. "*Princípios de Govierno y política en la Edade Média*". Madrid: Alianza Editorial, 1985. p.126.

vinculada à concepção ético-religiosa, dominante principalmente entre os autores da patrística. O poder teria sua origem na queda do homem e Deus teria feito os reis para que a justiça e a paz reinassem entre os homens.

A interpretação ético-religiosa da função real teria sido corrente na alta Idade Média principalmente nos textos conciliares e pontifícios e suscitou um outro tipo de literatura, que se tornou célebre , na qual seria propagada a imagem ideal do príncipe*: "O espelho (miroirs/ specula) dos príncipes".* Tratados de virtude cristã e dos deveres morais dos príncipes versavam sempre sobre a mesma temática: o príncipe, para reger os demais, deve antes disciplinar a si mesmo. Nestas obras, a proteção da Igreja era considerada essencial para o exercício do governo e o poder temporal só teria utilidade na medida em que fosse instrumento de propagação da virtude e do reto caminho espiritual. [12]

Os espelhos do príncipe propagaram um ideal de perfeição e santidade pessoal do governante e sua legitimidade repousa sobre sua conduta religiosa e moral. Insistiam na afirmação de que o rei, mortal, deveria ter seus poderes disciplinados pela justiça e, no reconhecimento de seus deveres, primeiro em relação a Deus e ao seu povo, não cairia na tentação da tirania.

Le Goff pondera que:

> *Mais do que exprimir com isso a teoria , fundamental desde Santo Agostinho, do sinal ou do reflexo, cada realidade terrestre sendo apenas a réplica , mais ou menos bem sucedida, de um tipo ideal , trata-se de mostrar que, ao contrário, a imagem vista no espelho é que é de fato a imagem* ***ideal*** *da realidade terrestre. Todo espelho é instrumento de* ***verdade*** *e nos conduz então ao mais profundo do imaginário medieval. Mas, na maioria das vezes, o espelho renuncia à sua função metafísica, teológica, para tornar-se um gênero normativo ligado ao processo de* ***moralização****, de ilustração ética, que se desenvolve no século XII e se generaliza durante a Idade Média tardia, a partir do século XIII. Todo espelho se torna* ***exemplar****.*[13]

São possivelmente os espelhos dos príncipes, as fontes inspiradoras da identificação do poder soberano em Bodin com a justiça. Dedicados, sobretudo, à justiça , mas também

---

[11] Citado por KRYNEN, Jacques. "*L'empire du roi - idées e croyances politiques en France XIIIe. -XVe. Siècle."* Paris: Gallimard, 1993. p.167.
[12] Ver KRYNEN, Jacques. op. cit. p.168.
[13] LE GOFF, Jacques. "*São Luís*". R.J.: Record, 1999.

às virtudes de um rei temente a Deus, insistiam no dever do príncipe de proteger as Igrejas e os clérigos.

No século XII estes "espelhos dos príncipes" se propagavam na forma de tratados políticos. Segundo Michel Senellart, os espelhos não constituíam apenas um modelo ao qual os príncipes deveriam se esforçar por se assemelhar, mas também a um espelho para os homens em geral:

> *É a virtude, com efeito, que governa diretamente através daquele que, pelo exame e estudo de si, aprendeu a se governar, de tal sorte que apresenta sua vida aos seus cidadãos como uma lei* ***- suam vitam ut legem praefert suis civibus*** [14]

Testemunhos do crescente poder da Igreja nos séculos XII e XIII, os "espelhos do príncipe" dificilmente teriam inspirado Bodin na elaboração de seu conceito de soberania.

Também John de Salesbury (1115-1180) é freqüentemente citado como exemplo da tendência medieval que identificava a missão do rei com a justiça. Seu *Policraticus*[15], todavia, que pode ser considerado um espelho dos príncipes, inova, porque focaliza o ofício real a partir da ótica dos perigos inerentes ao poder e às perversidades comuns nos meios cortesãos. [16] Em particular trata do problema da justiça não mais como fonte da virtude, mas como forma de prevenção da tirania.

Salesbury afirma que a diferença fundamental entre o rei e o tirano encontra-se no fato do rei obedecer às leis, governando segundo os preceitos do povo, do qual é servidor, tal como explicita:

> *Aquele que recebe o poder de Deus, serve a lei, é escravo da justiça e direito. Aquele que usurpa o poder suprime a justiça e coloca a lei sob sua vontade. Em conseqüência, a justiça é merecidamente armada contra aqueles que desarmam as*

---

[14] SENELLART, Michel. "*Les arts de gourverner - du regimen médiéval au concept de governement*". Paris: Éditions du Seuil, 1995. p. 48. Senellart observa que a concepção de espelhos do príncipe podia ser encontrada desde Sêneca, em seu "*De Clementia*", composto para o jovem Nero, no qual utiliza a imagem do speculum, no sentido de possibilitar ao homem conhecer a si mesmo. op. cit. p.48 e segs.

[15] [15] SALISBURY, John of. "*Policraticus*". Livro III, Cap. XV. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

[16] Dedicado a Thomas Becket , segundo Krynen, o livro *Policraticus* seria uma sátira aos costumes de seu tempo, principalmente à corte inglêsa de Henri II. KRYNEN, Jacques. op. cit. p.169.

leis e o poder público trata duramente aqueles que se esforçam por colocar de lado o aspecto público. [17]

Assim, para Salisbury, a autoridade pública do príncipe seria o reflexo da autoridade divina, ou seja, "*o poder público é a imagem na terra da majestade divina*" [18] e o seu ofício constituiria a administração das leis naturais.

Segundo Salisbury, os príncipes são ministros a serviço do público (*public utility*) e servidores da equidade, responsáveis, no âmbito terreno, pela efetivação da justiça divina. "*Os príncipes não podem presumir que sua autoridade seria diminuída por acreditarem que a justiça de Deus , que é eterna e cuja lei é a equidade, é preferível à justiça de seus próprios estatutos*" [19]. Desse ponto de vista, o ordenamento jurídico, a autoridade do príncipe e todo o poder político, derivariam da supremacia do direito natural. A justiça constituiria o princípio que nortearia o estabelecimento da ordem política, que teria como finalidade a equidade.

A justiça era tomada como valor supremo e, por este motivo, inúmeros tratados medievais consideravam que o rei, que tivesse agido contra a justiça e as leis naturais, poderia ser deposto.

Nessa concepção de justiça medieval, reis e súditos têm o modelo de sua relação pré-estabelecido, antes mesmo da fundação do Estado. Uma ordem natural divina enquadra as criaturas e as hierarquizam. O valor supremo da justiça, procedente da lei divina, reveste o jurista medieval de um caráter de eminência e as glosas eram equiparadas às verdadeiras interpretações da vontade de Deus.

A concepção medieval da monarquia francesa estaria vinculada à prerrogativa real de realizar a justiça, a qual seria a marca que garantiria a preeminência do poder do rei entre os poderes dos demais senhores. A justiça definiria um poder personalizado e a autoridade individual do monarca.

Observamos que, para compreender a natureza e a imagem da realeza francesa, é necessário compreender que os reis medievais franceses não eram caracterizados, à

[17] SALISBURY, John of. "*Policraticus*". Livro III, Cap. XV. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 25.
[18] SALISBURY, John of. "*Policraticus*". Livro IV, Cap. I. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 28.

semelhança dos deuses antigos, por suas virtudes particulares. Jacques Le Goff, em seu livro "*São Luís*", apresenta na imagem da realeza francesa a reunião de três funções: o legislador, o guerreiro e o fiador da prosperidade.[20]

Bodin jamais pretendeu que seus *Seis livros da República* fossem um espelho do príncipe. Diferentemente dos autores medievais não desejava propor um modelo transcendente de justiça.

4.2. Justiça, lei e direito em Jean Bodin.

Justiça, lei e direito são conceitos distintos e, embora possam depender intimamente um do outro, referem-se a estados e determinações diferentes do poder soberano.

Em particular, a justiça pode significar a avaliação de um comportamento diante de sua conformidade ou não com uma norma e, nestas circunstâncias, a justiça pode ser entendida simplesmente como a execução da lei. Neste sentido constituiria a efetivação da lei emanada do poder soberano, realizando as determinações previstas e promovendo o processo judicial necessário para que as sanções sejam aplicadas.

Bodin é claro ao afirmar que a justiça não constitui parte da essência do conceito de soberania, embora decorra dessa, uma vez que a justiça nada mais seria do que a administração da lei.

Em Bodin, a lei tem um sentido preciso e restrito :

> *(...) não é , nada mais do que a ordem ou a sanção de uma autoridade soberana (...) Sancionar é a mesma coisa que decretar, isto é , comandar. (Iuris U. Distributio p. 17)*

Os atributos (*marques*) da soberania constituem as marcas da majestade e permitem reconhecer o verdadeiro soberano. Ao determinar os atributos da soberania, Bodin pretendia delimitar as suas características específicas, que a distinguiriam e, que o soberano não compartilha com nenhum súdito:

---

[19] Ibidem, Livro IV, Cap. II, p. 30.

(...) *É preciso que os atributos da soberania sejam tais que apenas convenham ao príncipe soberano, posto que se fossem compartilhados com os súditos não poderiam ser considerados atributos da soberania. (S.L.R. I. X. p. 298)*

Como decorrência, Bodin conclui que a justiça não é um atributo da soberania, conforme explicita:

(...) não é atributo da soberania fazer a justiça, porque este é um ato comum tanto aos príncipes quanto aos súditos. (S.L.R. I.X. 299).

Como também os magistrados e administradores da República estão incumbidos da tarefa de realizar a justiça, o soberano não pode ser reconhecido por esta característica. Acima de tudo, observa Bodin, o poder soberano é distinto do poder de um magistrado, porque, embora o magistrado tenha poder público de mando e seja responsável pela administração da lei, não tem o poder de fazer a lei, privilégio que cabe exclusivamente ao soberano. Assim, a justiça é compreendida, por Bodin, como parte das atividades do governo e não define o Estado.

As marcas que caracterizam a soberania seriam: em primeiro lugar, o poder de dar a lei a todos em geral e a cada um em particular; em segundo, o poder de declarar a guerra e realizar a paz; em terceiro, a soberania é a instituição dos principais oficiais do reino (que consistem em primeiro lugar, nos magistrados); em quarto, soberania é o direito de decidir em última instância; desta marca decorre a quinta: o poder de outorgar a graça aos condenados, acima das sentenças dadas pela justiça. Todos estes atributos implicam na presença da pessoa soberana, seja ela um homem ou uma assembléia de homens, porque constituem atos de comando que dependem da pura vontade do soberano.

O atributo da soberania de julgar em última instância decorre da primeira marca, o poder de fazer e mudar a lei. Somente o soberano pode abrir exceção à lei que ele mesmo instituiu. Como a justiça é a administração da lei, e não implica na presença da pessoa soberana, pode ser atribuída aos oficiais da República.

Embora a administração da lei seja um atributo dos órgãos de governo e não do Estado, Bodin recomenda que os príncipes, em determinadas circunstâncias, realizem a

[20] LE GOFF, Jacques. op. cit. p. 569.

justiça pessoalmente. Trata-se de um conselho, cujo objetivo seria demonstrar publicamente o interesse do soberano pelos direitos de seus súditos. Do ponto de vista da razão do Estado, a sessão pública, na qual o príncipe aparecia em toda a sua pompa, portando todas as insígnias da justiça, tornava mais próxima do súdito a personificação do soberano como pessoa pública. A teatralização permitia ao súdito saber-se incluído nos interesses da República e ver a lei não apenas na forma abstrata das ordenanças, mas em sua ação. Quando o príncipe relega aos oficiais toda a administração da justiça, o elo que permite ao súdito se reconhecer no Estado enfraquece, a lei torna-se distante e abstrata, correndo o risco de se dissociar da pessoa do soberano:

> *É de grande interesse para a conservação das Repúblicas, que aqueles que detêm a soberania administrem eles mesmos a justiça, posto que a união e amizade entre príncipes e súditos se nutre e conserva da comunicação entre uns e outros, enquanto se debilita e desaparece quando os príncipes fazem tudo por meio de seus oficiais.(S.L.R. IV. VI. P. 151)*

O ofício das magistraturas se exerce sobre o que não figura na lei ou o que nela se encontra exposto obscuramente ou que possa ser contrário à equidade pretendida pela lei tal como foi formulada pelo soberano. Julgar é um ofício que segue a regra fundamental de respeito à lei e o magistrado deve recobrir as lacunas da lei, aplicando o seu espírito, isto é, a equidade.[21]

Quando se refere à justiça [22], Bodin pretende aludir à prudência de mandar com retidão. Segundo Bodin, a justiça é o fim do direito e consistiria em:

> (...) *distribuir a cada um o que lhe é devido*" (*Iuris U. Distributio. p. 11*).[23]

---

[21] *Iuris U. distributio*. op. cit. p. 79.

[22] Segundo Simone Goyard-Fabre, Bodin retira de Cícero a idéia de um direito universal do qual o direito romano não seria mais do que um dos reflexos. Por trás deste seu espírito universalizante, encontrar-se-ia o sonho da concórdia do mundo , manifestado em todas as suas obras mas com mais clareza em seu *Colloque.* Ver GOYARD-FABRE, Simone. Commentaire philosophique in *Iuris U. Distributio.* p. 88.

[23] Em seu *Iuris U. Distributio* , Bodin afirma que a justiça seria, ??? ??? ??????? s (*tò ântipepontós*) , que estabelece a reciprocidade segundo as três proporções: aritmética, geométrica e harmônica, que se sustenta por uma mútua conexão, como as três filhas de *Thémis: Eunomia, Dikaiosumé e Eirénè* (E????? ?? ??? ?? ? ? ? ? ? ??? ?? ? ? ? ? , isto significa a igualdade diante da lei, a justiça e a paz. A Lei é ????s (nómos), que segue a proporção aritmética e é, por este motivo, a mesma para todos; consiste em atribuir a cada um de acordo com o princípio da igualdade fato por fato, coisa por coisa, sem preferência de pessoa,

A noção de direito em Bodin parece estar ligada à necessidade de reconhecer, a cada um, sua posição dentro da sociedade de forma a aplacar as paixões e impedir a luta privada entre os homens.

A violência gerada pelo confronto das paixões privadas caracterizaria o período de guerra que teria antecedido a instituição das Repúblicas. O que conhecemos como Estado seria o resultado de um equilíbrio de forças alcançado após este período de guerras entre os homens:

> *A razão e a luz natural nos levam a crer que a força e a violência deram origem às Repúblicas. (S.L.R. I. VI. p. 112)*

Para Bodin, antes da existência do Estado, todo o poder era privado e o chefe da família possuía o poder de vida e morte sobre cada um daqueles que se encontrava submetido a ele, tal como se explicita abaixo:

> *Antes que existissem cidades, cidadãos ou qualquer forma de República entre os homens, todo chefe de família era soberano em sua casa e tinha poder de vida e morte sobre a mulher e os filhos. (S.L.R. I. VI. p. 112)*

Assim, o poder em sua totalidade, mesmo o exercido pelo chefe da família, era proveniente do medo, exercido através da força e da violência. A liberdade de agir, segundo a inclinação das paixões e dos instintos, teria levado o homens à guerra generalizada:

> *Uma vez que a força, a violência, a ambição, a avareza e a vingança armaram uns contra os outros, o resultado das guerras e vitórias, ao dar a vitória a uns, fez dos outros escravos. Entre os vencedores , aquele que havia sido eleito chefe ou capitão e sob cuja direção havia obtido a vitória, continuou detendo o poder de mando, a uns como súditos fiéis e leais e aos outros como escravos. A partir deste momento, a inteira e plena liberdade que cada um tinha de viver ao seu arbítrio, sem ser comandado por ninguém, se converteu em servidão, despojados de toda a liberdade os vencidos e diminuída dela os vencedores quando prestaram*

---

convém particularmente nos casos de crédito, empréstimo, de pagamentos, de comodatas, depósitos e todo o tipo de coisas semelhantes. A Equidade, ??????(*Épikéia*), que segue a proporção geométrica, também denominada distributiva, visa a similitude e não a igualdade. A concepção harmônica, a *épieikonomia* (??????????? procede de duas outras, como a justiça representa a síntese da lei e a da eqüidade." *Iuris U. Distributio p.* 79.

obediência ao seu chefe soberano. Quem não queria ceder parte de sua liberdade para viver sob as leis e mandatos de outrem, a perdia completamente. (S.L.R.. I. VI. p.112).

Da oposição entre as paixões privadas teria surgido o estado de guerra. A força do vencedor teria imposto ao vencido a perda total de sua liberdade e instaurado o Estado, submetendo ao comandante guerreiro todas as liberdades individuais.

A instituição do Estado teria colocado os homens em uma posição jurídica que os abrigaria da violência privada, da ambição, da avareza e da vingança que, sem a lei, armavam os homens uns contra os outros. Para tanto, a soberania deveria ser reconhecida como poder legítimo dentre os vencedores que, em troca do freio à violência privada, têm a garantia da segurança e sobrevivência material, o primeiro dos bens comuns. Reconhecem, assim, a autoridade do seu chefe como o único soberano, tendo, em contrapartida, reduzida a liberdade de agir sob o comando de suas próprias paixões.

Esta forma de Estado não estaria, segundo Bodin, de acordo com a lei natural. Entretanto, alcançaria a finalidade inicial de regular as paixões e garantir a paz e a concórdia, mesmo implicando na escravidão dos vencidos.

Bodin apoiaria, assim, a instituição do Estado não na justiça, mas no fato de que a razão levaria os homens a fugirem da guerra e da violência e por este motivo tenderiam a constituir uma lei comum. A tendência à paz e ao equilíbrio triunfaria sobre a violência individual em favor de uma ordem legal e do estabelecimento do direito.

Por isso, entre as diferenças individuais e culturais, em todas as sociedades seria possível, para Bodin, encontrar o direito e um soberano responsável pelo ordenamento, em busca do equilíbrio que constituiria o que naquela sociedade seria a justiça. O progresso humano dependeria do reconhecimento comum das leis como realização da justiça. Questão de sobrevivência, o respeito às leis é fruto não da mera associação em busca de um bem comum a todos, mas do reconhecimento de princípios sem os quais a sobrevivência da espécie é colocada em risco. Encontramos aqui o delineamento da origem da associação política: aplacar as tendências direcionadas pelas paixões, educar o gênero humano, educando-lhe o corpo, aprisionando o instinto e amestrando as volições.

A história das repúblicas seria a história da evolução deste processo de adestramento das paixões através do aprimoramento da justiça. A justiça retiraria sua essência da noção de harmonia, paz e concórdia entre os homens e diria respeito à distribuição dos bens materiais, prestígios, privilégios ou qualquer coisa à qual os homens, de uma sociedade determinada, atribuírem valor.

Embora tenha tido origem na violência e força, a experiência histórica encaminharia o Estado na direção da paz e concórdia as quais exigiriam a submissão voluntária às leis e à ordem estabelecida. O poder soberano só pode ser estabelecido se os súditos ou cidadãos reconhecerem e se submeterem à sua autoridade.

Daí ser o injusto, para Bodin, aquilo que é fruto da força, porque implicaria em uma imposição pelas armas, em oposição à vontade dos homens. De onde se conclui que, para Bodin as leis do soberano não podem ser injustas, não em razão de sua procedência divina, mas porque levariam ao retorno do Estado ao caos e às disputas privadas.

A justiça, necessário insistir, é a causa eficiente do governo, mas não constitui a essência do Estado. Pertence ao âmbito do governo e deve ser entendida como a distribuição a cada um do que lhe é próprio. É na distinção entre Estado e governo e no tratamento que se dá às formas como um Estado pode ser governado que podemos encontrar as pistas para a compreensão da relação entre justiça e governo.

Bodin apresenta com orgulho sua distinção entre Estado e Governo, no momento em que trata da monarquia senhorial:

> *Deve-se diferenciar claramente entre Estado e Governo, regra política que ninguém observou até hoje. O Estado pode constituir-se em monarquia e ser governado popularmente se o príncipe reparte as dignidades, magistraturas, ofícios e recompensas igualmente entre todos, sem tomar consciência da nobreza, riquezas ou virtude. A monarquia estará governada aristocraticamente quando o príncipe só ofereça as dignidades e benefícios aos nobres, aos mais virtuosos ou aos mais ricos (...) Esta variedade na forma de governar induziu ao engano aqueles que confundiram as repúblicas sem observar que o Estado de uma República é coisa diferente de seu governo e administração. (S.L.R. II. II p. 34)*

A monarquia, afirma, é uma forma de República, tanto quanto a aristocracia e a democracia, classificadas a partir do critério de pertencer a soberania a um único homem, a uma parte da população como corpo ou a toda a população como um todo.

Todavia, Bodin apresenta uma classificação das formas de República, definidas inicialmente pela soberania, a partir da forma como são governadas. As monarquias, aristocracias e democracias podem ser, cada uma delas, senhoriais, reais ou tirânicas. O critério do governo refere-se à justiça, à distribuição dos bens, prestígios e benefícios, como se esclarece abaixo:

> *Toda monarquia é senhorial, real ou tirânica. Isto não significa uma classificação baseada na diversidade das repúblicas, senão que procede dos diversos modos de governar a monarquia. (S.L.R. II. II, 34)*

Ainda segundo Bodin:

> *A monarquia real ou legítima é aquela na qual os súditos obedecem às leis do monarca e o monarca às leis naturais , gozando os súditos da liberdade natural e da propriedade de seus bens. A monarquia senhorial é aquela em que o príncipe se fez senhor dos bens e das pessoas pelo direito das armas em uma guerra justa, governando seus súditos como o pai de família a seus escravos. A monarquia tirânica é aquela em que o monarca, menosprezando as leis naturais, abusa das pessoas livres como de escravos e dos bens dos súditos como de seus próprios. As mesmas diferenças podem ser aplicadas nos Estados aristocráticos e popular, cada um dos quais pode ser legítimo, senhorial ou tirânico.*
> *(S.L. R. II. II. pp.34-35)*

A lei natural não é um comando, mas uma inspiração divina, que desperta a razão humana para as ações que teriam como finalidade a concórdia entre os homens e sua harmonia com a ordem natural. Pode ser, não obstante, deduzida da própria história e experiências humanas. O Decálogo, sobretudo, pode ser concebido como uma exposição concisa da lei natural.

A lei natural, princípio de concórdia e harmonia, seria a base da ação de justiça: garantir a cada um o que lhe é próprio. Deste modo, segundo a ordem natural, a cada um deve ser garantida a sua liberdade natural, isto é, o direito de não ser submetido à vontade de outrem sem seu próprio consentimento.

A forma de governo considerada legítima é definida pela obediência às leis do soberano. Como as leis têm como objetivo garantir a paz, sua ação deve assegurar aos sujeitos privados a propriedade sobre seus bens e seus corpos. Para este fim foi estabelecida a soberania: instituir a ordem que substitui o caos das guerras privadas. Por

este motivo não deve o soberano, cuja função é acabar com a violência, fazer uso do poder e da violência para apossar-se dos bens e das pessoas. Já o tirano trata o poder público como privado, porque faz de tudo e de todos sua propriedade particular. É por isso considerado tirano, porque abusa do poder que lhe foi conferido, negando os direitos que seria sua função proteger. Estaria estabelecida, assim, a injustiça e o governo serviria apenas a um homem e não a todos.

O governo senhorial, para Bodin, encontrar-se-ia no início de todas as Repúblicas. As guerras privadas seriam seguidas pela imposição da ordem, através da força. A guerra neste caso teria como finalidade o estabelecimento da ordem. Não poderia ser considerada, assim, injusta, porque visaria impedir os confrontos das tiranias e paixões individuais. Todavia, o direito adquirido pelas armas faz do vencedor senhor e dos vencidos escravos. A sujeição tem a marca da força e o vencedor administra o Estado como o pai de família a seus escravos, isto é, trata o público como privado.

Na tirania também os súditos são tidos como escravos. O tirano é definido como aquele que tiraria sua capacidade de comando não da aceitação legítima dos súditos de serem comandados, mas da pura força. Bodin parece conceber o exercício da injustiça como uma espécie de catalisador que permite aflorar as paixões violentas da alma, da mesma forma que a justiça permitiria aflorar a paixão pela concórdia:

> *Ela* [a injustiça] *prensa as paixões violentas da alma, fazendo com que a avareza torne-se rapidamente confisco, um amor em adultério, uma cólera em furor , uma injúria em assassinato e, da mesma forma que o trovão vem diante da sua claridade, ainda que pareça ser o contrário, também o príncipe depravado por opiniões tirânicas faz passar a retratação antes da acusação e a condenação antes da prova, que são os maiores meios que podemos imaginar para os príncipes arruinarem os estados. (S.L.R. Prefácio. p.13-14)*

O soberano não pode intervir em tudo, sobretudo no espaço da vida privada. Dar poder ao soberano é também delimitar este poder e o motivo pelo que foi criado constitui a marca para além da qual não pode se estender. O homem procura a associação política como proteção frente ao outro, também espera confortos e prosperidade. O papel do Estado é afiançar a paz e assegurar que cada um receba a parte que lhe cabe.

A instituição do soberano não faz desaparecer as vontades dos demais homens, apenas as ordena. O soberano não é pai e seu papel não é o de um tutor ou guardião.

A submissão do escravo deriva da guerra e é assentada na força. O escravizado não submeteu sua liberdade ao soberano, é prisioneiro de guerra, não se sujeita como os demais. Na relação assimétrica permanece o estado de guerra. A sua marca é a ausência de liberdade e direitos. Encontra-se, portanto, fora do ordenamento e por este motivo pode fazer retornar o estado de guerra.

O súdito aceita, por sua vontade, perder a liberdade, porque deseja a paz. A rejeição da guerra leva-o a abrir mão de sua liberdade e do direito a tudo a que suas paixões o inclinavam. Espera, entretanto, que apenas a parte necessária à garantia da paz lhe seja tirada. Neste sentido, o direito à liberdade privada e aos bens privados são estabelecidos no momento da instituição do Estado. Não existiam antes e são instituídos para garantir a paz. Não pode, portanto o soberano, legitimamente, apoderar-se deles.

Os bens do súdito constituem sua propriedade, que é proveniente do Estado e limitada pelas leis.

O direito à propriedade surge da necessidade de administrar o conflito e pertence ao campo da justiça distributiva, que instaura a desigualdade, ao conferir a cada um o que lhe é próprio. O soberano instaura as leis que define os direitos de todos, em geral, mas é a instância governamental que arbitra as disputas e assegura o direito privado. Só há definição do que é o direito quando há conflito ou disputa. A soberania surge do conflito e sua finalidade última é a paz.

A justiça seria uma necessidade imposta pela ligação social. É graças à ação da lei e ao ofício de julgar que seria possível a paz entre os homens. Ao atribuir a cada um o que lhe é devido, a justiça salvaguarda a paz. Nesta perspectiva, a justiça se realiza no governo e deve ser entendida como prudência, porque pertence ao campo da prática.

Da mesma forma que a concepção de soberania, também a concepção de justiça, de Bodin não é retirada do direito romano. Para Bodin, o direito romano representaria uma forma de direito particular e não teria validade universal, como propagavam inúmeros autores antes dele:

(...) *enquanto as artes e ciências possuem objetos universais, o direito romano não é mais do que o direito de uma única cidade*. (Iuris U. Distributio. p. 9) [24]

Embora pretendesse estabelecer os princípios de um direito universal, para Bodin nenhum direito de qualquer Estado existente ou que já tivesse existido, poderia ser tomado como modelo universal. Todavia todo o direito, segundo Bodin, possui , em certa medida, um aspecto natural[25], pois "*Cada um de nós o possui de maneira inata desde a origem da espécie*" (Iuris U. Distributio p.15).

Uma sociedade organizada juridicamente, na qual há um direito explicitamente estabelecido, implica na existência de uma aliança, ou numa relação explícita, que garanta para todos em geral e a cada um em particular sua condição diante dos demais homens. Fora desta relação não pode, segundo Bodin, existir justiça ou injustiça.[26]

A ação da justiça apenas se apresenta no momento em que há uma disputa ou conflito entre homens ou grupo de homens. O delito só pode ser definido como tal diante da lei, como aquilo que lesa o direito estabelecido do outro, sua propriedade, contrato, ou ainda, reivindicação de um direito contra um alguém que alega um direito seu, ou a defesa de um direito real. Resulta daí um processo que contrapõe acusador e acusado. [27]

A lei é a ordem imposta para dirimir ou prevenir um conflito e assume a precedência uma vez que é a energia que põe o direito em movimento. Em sua aplicação, na paz ou na guerra, constitui a própria organização humana, permitindo a sobrevivência de todos, a vida em comum e a justa distribuição dos bens.

Antes de possuir qualquer matéria à qual pudesse atribuir uma forma, o direito se encontraria apenas como potência na razão humana. Uma de suas primeiras formas de

---

[24] Uma ciência, segundo Bodin, deve ser exposta com todas as suas divisões e desenvolvimentos, através de " um quadro estritamente dividido e estabelecido entre todos os seus membros e de uma classificação regular e contínua, de tal sorte que suas ligações recíprocas e suas relações harmoniosas possam ser reconhecidas de um só golpe de vista, que nos apresente a forma de um corpo completo". (Iuris U. Distributio p. 9.) O espírito sistemático de Bodin pretendia classificar a imensa massa de direito romano segundo uma ordem racional. Ver GOYARD-FABRE, Simone. Commentaire philosophique - Iuris U. Distributio p. 87.)

[25] O direito natural não é concebido por Bodin da mesma forma que no direito romano, como equitável e justo (*Institutes , livre I, título 2, parágrafo 4 - Est quaedam vera e (...) naturae congruens, diffusa in omnes, constans, sempiterna*) citado por GOYARD-FABRE, Simone in *Iuris U. Distributio*. p. 100.

[26] Em relação ao problema da justiça, Bodin afirma, por exemplo, que entre homens e animais não existe injustiça e portanto não pode decorrer daí nenhum direito. " *Não poderia existir sociedade jurídica onde não pode existir injustiça e não pode existir ligação de direito entre aquele que estabelece com um animal uma aliança de direito"*. (*Iuris U. Distributio* p.p. 16-17.)

manifestação, parece ser, para Bodin , permitir, ainda que de forma rudimentar, o reconhecimento do outro como membro da mesma espécie e que compartilha de uma mesma origem. Por este motivo, este direito natural inclinaria para a piedade e para o reconhecimento do outro como sujeito de direitos semelhantes ao seus próprios. Amizade e piedade seriam o resultado desta inclinação primordial que permitiria a relação social entre indivíduos, mediada por esta capacidade natural que necessita da sociedade para se realizar.

Neste sentido, o direito natural pode ser entendido como uma capacidade humana para a vida social, que inclinaria o homem para a instituição de normas como forma de controlar as paixões responsáveis pela tendência à guerra entre os homens. Todavia, este direito não levaria necessariamente à constituição das leis e do Estado. Por tratar-se de uma tendência natural permitiria todo tipo de associações, incluídas aí os bandos de malfeitores.

Se a natureza pode reivindicar uma parcela de influência na formulação do direito, sua principal matéria seria essencialmente de origem humana e procederia das leis e costumes particulares provenientes das práticas desenvolvidas em cada povo.

Assim, para Bodin, não se pode, como desejariam os estóicos, afirmar que o justo e o injusto procederiam apenas da lei natural. Afirmar isto seria negar que o direito provém das instituições humanas. Neste caso, afirma Bodin, não haveria a história e a experiência humana não produziria instituições tão diversificadas em cada povo. Tudo o que seria justo procederia da natureza e a disciplina jurídica não deveria ser chamada de prudência, mas de ciência.[28]

Como ciência, permitiria apenas distinguir o verdadeiro do falso, o que seria totalmente irrelevante para a matéria da política, pois não nos permitiria distinguir o útil do inútil, o bem do mal.[29]

Assim, os princípios do direito natural, presentes na alma humana, são despertados na razão, pela necessidade, que procuraria a utilidade e o bem, em cada situação dada. É, portanto, a experiência e a história, compreendidas como realizações humanas, que permitem o desenvolvimento da potencialidade natural até sua plenitude:

---

[27] *Iuris U. Distributio*. p. 59.
[28] *Iuris U. Distributio*. p. 11.
[29] Ibidem, ibidem.

Ora, na realidade, as razões seminais do direito e da justiça, colocados na alma de cada um pelo Deus imortal, não tardam a ser despertados pela razão. E quando a razão se desenvolveu em nós até a plenitude, ela engendra este conhecimento do direito que nós nos damos como objeto, e do qual a experiência e a ciência nos permitem desenvolver no presente os limites. (Iuris U. Distributio p. 11)

Segundo Bodin, o direito tem uma função reguladora e pedagógica em relação às condutas humanas. O conteúdo do direito de cada povo reflete a sua capacidade de controlar as ações e determinar uma nova direção para as inclinações naturais, através do domínio cada vez maior da razão em suas instituições. A direção destas ações deveria ser aproximar, cada vez mais, os homens da concórdia universal que permitiria a integração harmônica do homem com o Cosmos e Deus.[30]

A sociedade humana se sustenta sobre a administração da justiça, à qual os homens recorrem para solucionar seus conflitos, e por isto a ação da lei e o ofício de julgar devem ser concebidos a partir de uma lógica que representa, em cada sociedade, os princípios éticos que a sustentam.

Não seria sem motivo que a justiça e as magistraturas teriam sido confundidas com a religião e amalgamadas, pelos antigos, em uma única instituição. O princípio do direito da vida comum teria, inicialmente, indiferenciado justiça e religião, integrando-as em uma única magistratura. A experiência teria possibilitado as condições de diversidade necessárias para produzir a diferenciação de funções. Assim, aquilo que no início se encontrava amalgamado, Estado, governo, justiça, religião, torna-se inteligível para o homem à medida que a história se desenvolve.

Bodin separa o direito da moral: o direito é a arte de praticar a justiça que possibilita a manutenção da sociedade, seria uma espécie de "virtude do espírito" representada pela capacidade de distribuir eqüitativamente e estabelecer o equilíbrio, tendo em vista a paz. Neste sentido não participa da moral, pois não trata do bem ou mal em geral, mas do que é

[30] O direito, como a história e a política, manifesta uma exigência epistemológica própria e Bodin procura elaborar uma metodologia que dê conta da especificidade do que é humano A compreensão do domínio humano requereria um tipo de inteligibilidade distinta daquela empregada no domínio natural. O homem, dotado de livre arbítrio e possuidor de uma vontade, deve ser concebido de maneira distinta do corpo natural. Trata-se, portanto, de elaborar uma metodologia que dê conta das ciências daquilo que é humano.

útil ou não aos membros de uma determinada coletividade. Por este motivo, o direito e a justiça podem ser encontrados, inclusive, entre malfeitores.

Assim para Bodin, o direito estaria na base da organização da vida em comum, mas seria estabelecido de acordo com as contingências, a partir daquilo que define como "o natural de cada povo":

> (...) *todos os povos, ou ao menos uma boa parte entre eles, têm um direito público, um direito privado, leis promulgadas pelo príncipe, éditos de magistrados, direitos de majestade, costumes e instituições determinadas, e, na falta de leis ou costume, a equidade. Dispõem igualmente de uma certa escala de recompensas e penas, de convenções, obrigações, testamentos, fórmulas, decretos, ações da lei e outros do mesmo tipo para que se mantenha a sociedade entre os homens*"*(Iuris U. Distributio p. 19)*

Segue-se que as noções de lei e direito não podem ser consideradas modelos gerais e abstratos. A lei é ato, fruto da ação exclusiva da autoridade soberana, sua única fonte. O direito humano, que é o único efetivo, é instituído pelos homens e constitui um corpo de prescrições, às vezes, mas nem sempre, conforme à natureza, mas considerados úteis à sociedade e, em todos os povos, a necessidade de sobrevivência imporia a existência de um direito.

Se fossem consideradas em termos ideais, as leis humanas deveriam ser uma prescrição da natureza racional do homem e reproduziriam a harmonia racional do Grande Todo. Seriam editadas pelo soberano, de acordo com as leis divinas naturalmente evidentes.

Ocorre que, para Bodin, os desígnios divinos não são perfeitamente inteligíveis à razão humana. O exemplo mais eloqüente que Bodin apresenta como demonstração da incapacidade do direito humano reproduzir as leis naturais é a escravidão.

Estabelecida a partir da utilidade, praticada em todos os tempos pelos mais diversos povos, a escravidão seria para Bodin totalmente contrária à natureza e à ordem divina. Se a justiça é harmonia e corresponde à paz, a escravidão não pode, para Bodin, ser justa:

> *Se a experiência de quatro mil anos põe de manifesto tantas desgraças, rebeliões e guerras, subversões e mudanças nas Repúblicas, por causa dos escravos e tantos assassinatos, crueldades e vilanias odiosas cometidas pelos senhores contra as pessoas dos escravos, pode-se concluir que a escravidão é prejudicial.*(S. L. R. I. V. pp. 106-107)

A injustiça da escravidão é confirmada pela lei de Deus e, vale observar, para Bodin, como em qualquer ato de submissão, também na escravidão é exigida a aquiescência do escravo à sua condição de sujeição:

> *A Lei de Deus dispôs prudentemente que ninguém deve ser escravo sem antes servir sete anos e aprovar o caráter de seu senhor ou credor para depois consentir em ser seu escravo perpétuo*. (S.L.R. I. V. p. 107)

Bodin invoca, ainda, o senso comum, como demonstração de que a escravidão é contrária à vida social, porque gera as paixões opostas àquelas necessárias à concórdia, à inimizade, à infidelidade e à deslealdade. Ainda, conforme afirma:

> *O velho ditado, tantos inimigos quanto escravos, mostra claramente a amizade, fidelidade e lealdade que se pode esperar dos escravos.* (S.L.R. I. V. p. 108)

Todavia, embora Bodin considere a escravidão injusta do ponto de vista da lei natural, a justiça deve ser concebida como uma função relativa à utilidade e estabelecida a partir da lei em cada sociedade. É o homem que estabelece a lei e a variedade da lei é fruto da contingência, da região, clima, condições de vida, necessidades imediatas que impõem a adoção de instituições e que nem sempre se encontram de acordo com a razão em geral, mas de acordo com a utilidade neste momento.

O natural dos povos constitui, para Bodin, o fato concreto criador do direito. Se a força é o primeiro destes fatos, são as relações entre a geografia e a evolução histórica que determinam a constituição do direito praticado por um povo, que segue as determinações do temperamento nacional e nenhuma regra incompatível com este temperamento pode ter longa duração. O governo e as instituições devem ser adequados às características naturais de cada povo.

Através de seu método experimental, Bodin procurou conhecer a justiça própria a cada povo através da compreensão de seus princípios de crescimento e florescimento. Neste sentido, não concebia um princípio de justiça ideal, como a encontrada nos reis justiceiros. A noção de justiça não estaria baseada em um ideal religioso específico ou em algum

dogma ou princípio de fé particular, mas nos ideais morais e religiosos encontrados no desenvolvimento cultural de cada povo. Nestes princípios se encontrariam o princípio imanente e o transcendente, a justiça, os quais se realizariam nas instituições que denominamos direito.[31]

O método comparativo teria permitido a Bodin encontrar, na história das sociedades e dos governos em geral, um fundamento comum que constituiria o direito natural, que seria "*o resíduo resultante de uma exaustiva comparação*".[32] Assim, em Bodin, não ocorreria uma oposição entre o ser e o dever ser.

4.3. Harmonia e Justiça

Para Bodin, como para a maioria dos homens de seu tempo, a natureza é a harmonia dos seres criados por Deus, visíveis ou invisíveis, ativos ou passivos e é através desta relação com o Deus criador que a natureza se define e a ciência se justifica. Em seu *Théâtre de la Nature*, Bodin esclarece o papel do homem no mundo:

> *"Nous ne sommes pas venus pour autre fin en ce Theatre du Monde, que pour entendre, tant qu'il nous est possible, l'admirable bonté, sagesse et puissance de ce grand Ouvrier de toutes choses, et pour estre ravis avec plus ardente affection à celébrer ses louanges en la contemplation de ce TOUT, ouvrage incomparable d'iceluy" (Théatre I..I. .p.7)*

Infinitamente bom, infinitamente poderoso, infinitamente livre, o Deus de Bodin não é, como observa Pierre Mesnard[33], nem o Deus de Aristóteles, um primeiro motor engendrado pela necessidade, nem o Deus do cristianismo, criador *ex nihilo*. Este Criador transcendente seguiria a tradição talmúdica do Antigo Testamento. Deus criou o universo livremente, por seu único e livre arbítrio e nesta criação o momento capital não é tanto o do

[31] Ver MESNARD, Pierre. op. cit. p. 543.
[32] Ver MESNARD, Pierre. op. cit. p. 543.
[33] MESNARD, Pierre. *"A física de Jean Bodin" in "Revista Portuguesa de Filosofia"Tomo XVII. Abril/Junho de 1961 – fasc.2 . p. 170 . Ver também "L'Essor de la Philosophie Politique au XVIe. Siècle* ".Paris: J. Vrin, 1977 .

aparecimento da matéria do mundo, como, acima de tudo, o momento da sua diferenciação em realidades individuais.

Podemos perceber que categorias como natural, histórico ou divino, referem-se mais ao modo segundo o qual a percepção religiosa organiza-se em si mesma. A história, a política, o direito e a economia são disciplinas que devem ser compreendidas a partir de uma dimensão natural que por sua vez é a versão material de uma dimensão maior: a divina. Não há, portanto, em Bodin, oposição entre natureza, política e religião, porque a natureza e a política são elas mesmas manifestações divinas.

De acordo com sua interpretação de uma religião natural firmada sobre as bases talmúdicas, o Decálogo representa "*a lei da natureza revelada ao homem*" e os Dez mandamentos constituiriam as Leis divinas promulgadas por Deus e impregnadas na alma humana na forma de Lei Natural.[34]

Bodin distingue, deste modo, a Lei Natural da Lei Divina, apenas do ponto de vista formal, uma vez que em essência constituem um único princípio. Os dois gêneros de lei corresponderiam a diferentes manifestações do entendimento ou interpretação dos fundamentos divinos do universo.

Por este motivo seria inconcebível pensar a teoria política de Bodin a partir das categorias modernas do pensamento político. Parece necessário procurar lá, no momento em que foram geradas, as relações concretas e os caminhos e descaminhos do pensamento diante de um mundo político em ebulição, as articulações conceituais que permitiram a Bodin delinear seu conceito de Estado e soberania.

O Estado de Bodin é construído em um ato, à imagem do ato da construção da ordem cósmica. Como a lei humana é apenas análoga à lei divina, e o soberano teve, como Moisés, as leis reveladas, a lei instituída pelo príncipe é fruto de sua vontade, puramente humana e, apenas na forma, retirada da semelhança do ato de sua instituição ao ato de Deus, reproduz a lei divina.

A passagem do infinito para o finito, do divino para o humano representa a passagem do eterno ao histórico. A ação soberana do rei corresponde à ação de Deus que, por sua livre e espontânea vontade, em um ato instantâneo, cria o universo. De maneira semelhante

o Estado é fruto da pura, livre e instantânea vontade do soberano. O momento capital é o da diferenciação das realidades individuais.

O momento da instituição da soberania corresponde ao reconhecimento imediato de que o soberano é distinto de todos os outros, dividido e separado daqueles que a partir deste momento estão a ele sujeitos. A distinção é a própria ordem instituída, o caos das individualidades misturadas, sem lei e sem princípio, que recebem agora o princípio gerador e norteador na figura da vontade soberana.

O Estado corresponderia, portanto, ao próprio ato de instauração da ordem a partir da diferenciação da vontade soberana dos súditos, aqueles a ela submetidos. Uma vez instaurada, a submissão deve ser total e a simples existência da soberania deve por si mesma comunicar aos súditos sua natureza essencialmente superior.

Tampouco diz respeito à essência do poder soberano o fato de um rei ser cruel, despótico ou tirânico. A qualidade, afirma Bodin, não altera a natureza das coisas. Se a essência não pode ser modificada pelos acidentes e a soberania é a essência do Estado, atacar a soberania, em razão das qualidades daquele que a representa, é usar de falsos pretextos para atingir a essência, a própria existência do Estado.

4.3.1. O Tecelão do Universo

O Estado, em Jean Bodin, é *persona* pública, corpo político, análogo ao corpo místico religioso do qual toma a forma. Como corpo[35], cada parte é órgão ativo entrelaçado de fibras, por onde circula a vida, que irriga o todo. É também tessitura, textura harmônica da fibra vital que tece e entrelaça-se compondo a bela obra do Todo. Tecer é fazer teias e tramas e é também ornamentar. É, acima de tudo , trabalhar o espaço, estender o seu espaço

[34] COLLOQUE. III. P. 231.

[35] A noção de corpo, tal como encontramos em Bodin, remete à figura de unidade vivente cuja lógica é tomada ao modelo orgânico. Como observa Judith E. Schlanger, a visão orgânica tem sido freqüente na história do pensamento filosófico, como modo de apreensão do real. O universo , concebido como um todo vivente e representado como um grande animal, permitiria a articulação de uma teoria racional do mundo. Conceitos como harmonia, Arquiteto divino, simpatia e analogia seriam uma constante nas expressões orgânicas. Sobre a lógica orgânica ver SCHLANGER, Judith E. "*Les métaphores de l'organisme*". Paris: J. Vrin , 1971. p. 87 e sgs.

vital . Tecido é o produto do artesão e do industrial, mas também a matéria vital da qual é composta cada parte do corpo e por onde circula a vida. Em todos os órgãos o tecido garante o fluxo da vida. Entrelaçado, trama, resultado de uma obra habilidosa e ardilosa , o corpo não deve sua forma ao acaso, mas a hábeis mãos que engendram e urdem a forma do corpo natural.

Tal como o Demiurgo platônico, o divino Tecelão *(Tisseran*) de Bodin é um artesão que, para dar a forma conveniente (*façon*) de um tecido [36] (*toille*) , trabalha (*ouvre*) a matéria. A atividade do Tecelão é descrita como *façonner* , formar, preparar, mas também adornar, enfeitar, polir e educar[37]. A metáfora, garante Bodin, é adequada: "*por que não há nada que seja mais freqüentemente repetido na física que a similitude entre os corpos artificial e natural*? (*Théâtre. I. I, 10*)

Em seu Teatro da Natureza, Jean Bodin dedica-se ao estudo do corpo natural.[38] Em sua origem,

> (...) *um ato admirável de Deus separou as partes da matéria que estavam confusas umas com as outras e lhes investiu de forma e figura conveniente à natureza de cada uma delas e finalmente dispôs cada uma segundo sua ordem no lugar que lhe seria naturalmente assinalado (Théatre, I. I.. 7)*

Bodin apresenta a descrição da obra temperada pela harmonia e equilíbrios perfeitos, como podemos observar:

> *Criador invisível, admirável obreiro de todas as coisas, o qual de tudo deu nascimento, pela perfeição de seu modo, que se formou sobre o exemplo eterno,que está encerrado em seu divino entendimento. (Théatre I. I. 13)*

A ordem universal é também serenidade e prazer contemplativo, mas acima de tudo é exemplar, porque dispõe o universo segundo um método que, quando reconhecido, permite ao homem o deleite do conhecimento:

---

[36] O termo empregado por Bodin é *toille* que, no século XVI, poderia significar tecido de linho, mas também tela e pano de fundo de teatro. *Dictionnaire du Moyen Français – Renaissance. Larousse,* 1992.
[37] Ibidem.
[38] *O "corpo natural", objeto da física ou ciência da natureza, é composto de matéria e formal. A causa eficiente é o primeiro princípio eterno, infinito e único no sentido em que não admite seu contrário e que a ação criadora não tem necessidade do intermédio de causas astrais para se exercer.* (Théâtre , I.I.7).

Na fábrica deste mundo, o divino Arquiteto-Tecelão, como um artista, modela " o caráter das coisas que são todas ordenadas e ajustadas umas às outras e todas com o todo, por uma belíssima ligação e simetria, as quais podemos ver nos belos ornamentos. (Théatre I.I.)

No cosmo, os belos ornamentos constituem, como ele mesmo explicita,

(...) *os astros reluzentes, que estão gravados sobre o quadro (tableau) azul da admirável eminência , grandiosidade e magnificência de suas esferas.(Théatre I. I.)*

Tecido vivo, o cosmo orgânico é trama perfeita, urdida pelas mãos hábeis do divino Tecelão:

O céu também inspira e expira a vida a todas as coisas, por meio de regras elementares nas quais água e terra se entrelaçam e tramam de todas as partes para a perfeita harmonia (arredondada) de uma esfera (terra). (Théatre I.I.)

O ato de criação é, antes de tudo, ato de ornamento, ordenamento, criação da ordem que impressiona o olhar pela harmonia:

A Terra é esfera que é suspensa no meio do ar, naturalmente sólida e vestida de ervas, flores, árvores, e toda a sorte de fruto e uma magnífica quantidade de animais... até chegar à assembléia dos homens associados sob uma mesma lei e acima deles os anjos que não podemos ver .(Théatre I. I. 13)

Bodin apresenta a descrição da obra temperada pela harmonia e equilíbrios perfeitos:

Nada provoca mais prazer à visão ou provoca volúpia ao espírito do homem ou é mais cômodo do que a ordem. (...) Procuramos sempre, em todas as coisas, alguma disposição conveniente ao nosso propósito. Depois de encontrarmos a disposição conveniente podemos através de seu meio tratar corretamente aquilo que tomamos por objeto. Nada é mais desprazeiroso à visão, nem mais difícil de compreender que aquilo que é confuso e desordenado. De sorte que aqueles que desprezam as artes que lhes ensinam algum método ou que confundem suas doutrinas me parecem mais semelhantes à aqueles que colocam em um monte, misturando com a pá, o fomento com a cevada, a mostarda, o milho, o arroz e legumes, de forma que depois podem tirar seu proveito. (Théatre I. I.)

Assim, o caráter de *façonneur* pode ser entendido através da noção de método, a arte de dirigir o espírito , capacidade que vale-se da faculdade de transformar uma matéria em algo que seu espírito já teria concebido como idéia. Trata-se, portanto, de uma arte, ação de dar uma forma, de moldar, transformar uma matéria de acordo com uma idéia. Não há pensamento sem método, observa Bodin, e sua ausência revela o estado de desordem e

confusão . A desordem é a marca de um universo desencantado, perdido , fragmentado e violento, em constante luta .

Analogia ao caos original, a guerra entre os homens também espera pela ação ordenadora do demiúrgo humano, o soberano, que transfoma e cria o Estado.

Bodin não foge da ambição renascentista de ordenar e sistematizar o universo . No renascimento, afirma Jean Delumeau, *"O mundo é concebido como um tecido de correspondências secretas, de simpatias e aversões ocultas, como um jogo de espelhos que se correspondem."*[39]

4.3.2. A imagem platônica do demiurgo

A noção de demiurgo, tomada de Platão, é crucial na formulação do conceito de soberania em Bodin. Recuperando a antítese platônica, forma-matéria, o Tecelão-Soberano é aquele que introduz uma forma à uma matéria informe. Informar, instaurar uma forma, introduzir uma ordem é a característica da soberania.

A idéia de inserir uma forma à uma matéria é sem dúvida alguma influência platônica. As traduções de Marsílio Ficino promovem, na época de Bodin, um interesse renovado pelas obras de Platão e trazem à discussão as questões relativas ao Cosmos e à Criação do mundo. Em grego *Kosmos* (????e?) é um verbo ativo, transitivo, e significa colocar em ordem, arranjar, arrumar.[40] É usado, por exemplo para falar do que faz o comandante militar que dispõe seus homens e cavalos para a batalha, do funcionário da justiça ao preservar a ordem legal e da cozinheira ao juntar os ingredientes de uma apetitosa refeição .[41] É usado, também, para designar a ação dos servos de Ulisses, quando limpam seu palácio, depois do massacre dos pretendentes. É utilizado portanto quando se quer falar de um tipo específico de organização, que pretende impressionar os olhos , transmitindo à

[39] Ver DELUMEAU, Jean . "*A Civilização do Renascimento*" Lisboa: Editorial Estampa, 1988.
[40] PETERS, F.E. *Termos Filosóficos Gregos - Um léxico histórico.* 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974. p.p. 132 e 133.
[41] VLASTOS, Gregory. *O Universo de Platão*. Brasília: Ed U.N.B, 1987. p. 11.

mente uma sensação agradável de ordem, que estabeleceria e manteria as coisas em sua ordem própria, como seria esperado.

É nítido o componente estético, que determinará o uso derivado de *Kosmos* significando ornamento, presente no vocábulo - cosmético. O termo *Kosmos* denota uma ordem criada, composta, que realça a beleza perdida no caos. Como para os gregos o sentido estético está sempre fundido com um sentido moral, observaremos também que *Kosmos* significa a observância geral da moralidade e da justiça.

A ordem e a organização cósmica refletem a harmonia do mundo com a Justiça. A estética desta forma reflete um padrão de medidas, uma constância, que espelha a justiça universal, equilíbrio ou equidade, dos quais a harmonia constituiria um padrão arquitetônico, uma espécie de projeto estrutural do universo.

Para os pitagóricos, o universo era um *Kosmos* porque podia ser reduzido a proporções matemáticas, que constituiriam a harmonia. O número seria a arché (???z) - o princípio - de todas as coisas. No campo da ética, a katharsis (??????s) é a tentativa de restaurar a harmonia cósmica na alma. Heráclito, por sua vez, identificou a ordem cósmica com a lei , nómos , estabelecida segundo a natureza, através do costume. Platão, no Timeu, chama ao Kosmos "*Vivente visível que envolve todos os viventes visíveis, Deus sensível formado à semelhança do Deus inteligível* "[42] e lhe atribui um papel ético que o leva a postular uma existência cósmica não apreensível pelos sentidos, mas apenas pelo intelecto.

Platão pressupõe uma cosmologia teológica e seu *Kosmos* é a obra de um Demiurgo, (????????s) que toma a matéria em um estado caótico o qual molda à semelhança de um modelo ideal. Esta é a imagem do Demiurgo , artesão divino que está fora da natureza e acima dela. Ele mesmo não é um membro do sistema de entidades integrantes que constituem a natureza. Age sobre o sistema sem que o sistema tenha o poder de agir sobre ele. Matemático, engenheiro e, acima de tudo, artista, o *demiourgós* é literalmente *artífice*. A idéia de invenção, moldagem, demarcação, recortar, entrelaçar, são palavras que conduzem boa parte das narrativas platônicas e permitem inúmeras associações de sentido político.

[42] PLATÃO. *Timeu,* 92 c – in *"Platon , oeuvres complètes , Tome X , Timée – Critias"*. Paris: "Les Belles Lettres", 1985.

Segundo Michel-Pierre Edmond [43] , o demiurgo platônico constituiria a ligação entre o mundo sensível e o mundo das idéias. Artífice da ligação, artesão, construtor, Platão define também o demiurgo como costureiro. A costura seria uma arte da ligação, que junta elementos dispersos, isolados, confusos de natureza diferente . A atividade do costureiro não seria aqui reduzida a uma espécie de *savoir-faire* rotineiro. Tratar-se-ia, antes, de uma atividade que estabeleceria a ordem que, ao organizar, traria ao mundo a medida e o número. Requereria, acima de tudo um tipo de conhecimento que consiste em saber o que melhor convém. Constituiria, portanto, a construção de uma ordem .

Em Platão, não é Deus que cria diretamente o mundo, como o Deus cristão. Aqui a atividade divina se manifesta pelo intermédio de um Demiurgo que toma uma parte ativa na construção do universo. Podemos ver no Timeu como o Demiurgo constrói a ordem cósmica com os olhos fixos nas Idéias e no Bem. Não é portanto o mundo divino, das Idéias que se desdobra por si desta ordem. O divino não produz diretamente o mundo sensível e por este motivo necessita de um demiurgo.

Também no campo político este mediador se faz necessário e esta seria a função do filósofo, o ordenador da ordem pública, o Demiurgo que, da multiplicidade, produz a justiça, o equilíbrio e a harmonia, a partir do olhar fixo nas Idéias. Peça chave do pensamento platônico, o Demiurgo seria o sustentáculo do trabalho divino.

Michel-Pierre Edmond[44] apresenta-nos um Platão que faz da construção da ordem política a tarefa essencial do filósofo. Esta interpretação, que colocaria a política no centro do pensamento platônico, teria se perdido com a interpretação cristã das obras de Platão, que teria reduzido a tarefa política a um plano secundário. Para o platonismo cristão, a filosofia deve fugir do tempo e da vida presente, fugir da instabilidade e do mal do mundo sensível onde a alma erra num exílio, para retornar à pátria divina, ao mundo das idéias, que se encontra para além do mundo terrestre.

Através da contemplação das idéias, o filósofo se tornaria semelhante ao divino e poderia esperar, após a sua morte, a fusão de sua alma à divina. Esta interpretação cristã, mediada pelo pensamento de Plotino, teria transformado a vida contemplativa em ideal

[43] EDMOND, Michel-Pierre. *"Le philosophe-roi , Platon et la politique"* Paris: Éditions Payot, 1991. p.p.10,11.

místico religioso individual, excluindo o aperfeiçoamento do homem pela vida política. Postularia, assim, dois mundos fechados, um divino e outro humano, sem qualquer possibilidade de passagem que não constitua uma ruptura.

Esta concepção, presente em Santo Agostinho e na Patrísitca, inspirou a noção da justiça divina e das virtudes eternas como guia espiritual dos homens e dos espelhos dos príncipes.

Em Platão, distintamente, a constituição da vida política é semelhante à fabricação demiúrgica, presente no ideal da vida filosófica. A medida da ordem política deveria ser buscada na ordem cósmica. A oposição, de fato, não seria entre um mundo divino (ou das idéias) e um mundo sensível, mas entre o mundo ordenado, harmônico, e o humano, que Platão considerava o lugar do caos, da insensatez e da necessidade cega. Pois isso, a atividade política teria a tarefa de tornar a alma humana semelhante à ordem divina. Dessa forma, a atividade do filósofo platônico não seria apenas a contemplação, afastada do mundo político. Se fosse de outra forma, como se poderia justificar as tentativas de Platão em Siracusa ou as preocupações desenvolvidas na República ou nas Leis ?[45]

Geometria, aritmética, astronomia e harmonia, ciências de medida e número constituiriam a base do saber necessário para a constituição de uma vida política harmônica, à semelhança da harmonia celeste. Aprender a contar, medir e a colocar em prática as relações lógicas permitiria ao homem a medida necessária para o estabelecimento das relações da vida política. Neste sentido, para Michel-Pierre Edmond, toda a dialética platônica assumiria uma nova perspectiva e se inscreveria no interior de um processo que promoveria a passagem dos homens da natureza para a cultura, para o equilíbrio, harmonia, isto é , para a vida política justa.[46]

---

[44] Ibidem. p. 10.

[45] Michel-Pierre EDMOND, afasta-se , aqui, da interpretação de Plotino, nas *Enéadas*, e daquele que se constituirá o platonismo cristão. É significativo como filósofos de outras culturas, árabes e judeus, interpretaram de maneira distinta de Plotino e do cristianismo o papel do filósofo no pensamento platônico. Em particular Moïses Maïmonides (1135-1204), freqüentemente citado por Bodin, partilhava da opinião de que a política era parte fundamental do sistema platônico . Maïmonedes que, assim como os filósofos árabes conheciam o grego, o que não ocorria com os pensadores medievais cristãos, interpretou "assimilação ao divino" como uma "mimèsis". EDMOND, Michel-Pierre op.cit p. 10.

[46] Ibidem. p. 18.

A política deveria, portanto, ser entendida , como uma imitação da atividade divina e por seu intermédio os filósofos tornariam a ordem política, o mais possível , semelhante ao mundo fabricado pelo demiurgo do *Timeu.*

A figura predominante é a analogia: a política estaria para a alma demiúrgica humana da mesma forma que a ordem cósmica estaria para a alma demiúrgica divina. De maneira semelhante ao *Noûs*, intelecto divino, analogamente, na alma humana , ligada a um corpo existiria um intelecto, um *noûs*, capaz de imitar a obra divina.

Como as almas não estão no mundo divino, estas duas ordens dependem de uma atividade de produção que Platão designa de *mimesis ,* uma arte de imitação intelectual. Trata-se de uma *technè*, arte, habilidade, procedimento que permite a produção de resultado exterior ao próprio intelecto.

A *techné* adapta aos casos particulares os dados gerais da inteligência teórica e tende à realização de uma *poiesis*, uma obra exterior ao artista. Esta *technè* se apoiaria sobre uma *épistémè*, o conhecimento de natureza teórica. Desta forma, a noção de *mimesis* não se aplicaria às coisas sensíveis, no sentido segundo o qual nós afirmamos que as coisas sensíveis imitam as idéias, mas aqui seria aplicável exclusivamente às almas. É puramente *mimética* porque consiste em imitar as formas inteligíveis .[47]

As formas eternas seriam acessíveis à alma humana através do logos que gozaria da função de uma espécie de via de passagem entre o divino e o humano. Quando Platão refere-se ao logos, distingue três coisas: o logos humano que designa a linguagem ordinária, material verbal, que obedece às leis da gramática, mas que retém também uma parte de opacidade e de imprecisão. O logos pode, por sua vez, designar a atividade lógica dos raciocínios , como medidas da razão, que introduzem a retidão neste material. Enfim , Platão afirma que o mundo das idéias funciona como um logos, como um sistema de significações verdadeiras. Por este motivo, logos pode ser também entendido como medida, não no sentido de *metron*, mas como ordenação, o que dá a medida, porque atribui os significados às coisas.

Entretanto, o procedimento da imitação, a *mimesis*, ainda exige alguns esclarecimentos. O artesão divino, o demiurgo, vê, diretamente, o modelo do cosmos

eterno. Mas, como observa Michel-Pierre Edmond, para Platão, toda visão direta das idéias se transforma em um olhar, o qual constituiria a base da produção segundo as idéias. O olhar designa, assim, uma atividade da alma que prepara a geometria, a aritmética, a ciência das proporções e a gramática. Seria graças a esta atividade que a idéia contemplada deixaria de ser inefável.

Embora a idéia pré-exista ao trabalho da alma, ela não engendraria diretamente um conhecimento da idéia. Para tanto seria necessária a mediação do olhar. [48] No Fedro, no mito da reminiscência, podemos observar como Platão desenvolve o processo pelo qual as almas humanas acabam por perder a memória da visão das idéias. Uma vez que a alma humana não poderá jamais contemplar diretamente as idéias, tal como o faz, o demiurgo deve passar pelo longo processo dialético, que constituiria a busca da medida de todas as coisas .

A *mimesis*, como um ato do intelecto, não poderia jamais se exercer sem esta referência ao logos. A possibilidade da imitação se dá porque no homem existe algo de semelhante ao logos divino. Sem este elemento comum não são possíveis a analogia e a imitação. Assim, no homem, ao mesmo tempo em que existem características da ordem sensível, deve persistir alguma característica que o torne semelhante ao divino. Esta característica comum é o logos e isto significa que não se trata de uma emanação mas de uma participação[49]. Existiria na alma, no logos, e portanto na linguagem humana, algo que participaria da natureza divina. Por este motivo, na linguagem humana existiria um campo de expressão que não seria humano, mas divino, porque é expressão da alma. Esta expressão encontraria a matéria perfeita de atuação na política, campo por excelência da palavra e da ação .

Entretanto, o procedimento da imitação, a *mimesis*, ainda exige alguns esclarecimentos. O artesão divino, o demiurgo, vê, diretamente, o modelo do cosmos eterno. Mas, como observa Michel-Pierre Edmond, para Platão, toda visão direta das idéias se transforma em um olhar , o qual constituiria a base da produção segundo as idéias. O olhar designa, assim, uma atividade da alma que prepara a geometria, a aritmética, a

[47] Ver PETERS, F.E. op. cit. p.p. 224, 77,78, 143, 144,145.
[48] Ver PAQUET, Léonce. "*Platon, la médition du regard*". Leiden, Netherlands: E.J. Brill, 1973 .

ciência das proporções e a gramática . Seria graças a esta atividade que a idéia contemplada deixaria de ser inefável. A medida só é possível através da comparação, de uma transferência do olhar de um plano para outro.

Esta medida, base do conhecimento da harmonia e equilíbrio , se daria através do próprio procedimento filosófico, personificado por Sócrates. Encontraria seu início no encontro e reconhecimento de si no olhar (alma) do outro. A pupila permitiria o reconhecimento de uma medida [50] e podemos ler no *Fedro* a emanação da beleza percebida através dos olhos da alma do outro.[51]

Os olhos não apenas ver-se-iam dentro do olhar do outro, mas estabeleceriam a relação que o ligaria ao outro. O olhar que se reconhece no outro constituiria o processo graças ao qual a alma pode estabelecer as relações de identidade e diferença, vale dizer de medida, entre o outro e o eu. O reflexo no olhar do outro, no qual o eu reconhece-se, constitui o verdadeiro instrumento de visão, porque institui a medida que permite a atribuição dos significados[52].

É significativo que, da mesma forma que Platão, também Bodin dedique todo um capítulo de seu *Teatro da Natureza* ao estudo da luz e da visão. O Tecelão-Demiurgo contempla as idéias e, através da mimesis, é tecido o corpo do mundo. Da mesma forma como o Tecelão Divino, o soberano, através de um processo similar de mimesis, tece o corpo político.

Segundo Couzinet,[53] ao tratar da obra do Tecelão demiúrgico, Bodin retomaria , ao seu modo, a distinção de Duns Scot entre dois princípios da ação: a vontade e a natureza. Em virtude da regra, segundo a qual "*tudo o que age necessariamente e naturalmente , age*

---

[49] Ver EDMOND, Michel-Pierre. op. cit. p. 18.

[50] Segundo Michel-Pierre EDMOND, no Alcibiades, Platão apresentaria a sua versão do "*conheça-te a ti mesmo*" de maneira distinta do mergulho em si agostiniano. A frase significaria, antes, "*veja a ti, ti mesmo*". EDMOND, Michel-Pierre op. cit. p. 29.

[51] PLATÃO. Fedro. 251, 251b e 251c.– in *"Platon , oeuvres complètes , Tome IV , 3ª partie "Phèdre"* Paris: "Les Belles Lettres", 1944.

[52] Estendendo este raciocínio, poderíamos perguntar se a alma, em sua parte intelectual, poderia se ver dentro da pupila dos olhos divinos e ver Deus vendo a si em si mesmo. Este duplo olhar nos levaria à relação que existiria entre Deus e a alma e sobre a relação de similaridade entre a alma e Deus. A imitação das idéias, a imitação de Deus, não consistiria em deixar falar o divino em si mesmo, mas de preparar o discurso articulado da alma. As idéias não nos transmitem toda a verdade, porque a ordem de nosso discurso se origina no trabalho da nossa alma e não nas idéias. Ver EDMOND, Michel-Pierre. op. cit. p. 29.

ao extremo de sua faculdade", segue a argumentação de Duns Scot[54] e conclui que a causa primeira deve ser distinta e separada do ato da criação :

> *Tanto mais uma causa é poderosa, tanto maior são os efeitos, principalmente se ela for infinita. Se , portanto, a primeira causa é infinita e age necessariamente, e a ela se seguem pelos mesmos meios, as causas segundas, que são finitas, estas deveriam ter, semelhantemente, força infinita. Como é contra a razão que uma coisa finita tenha uma força infinita, decorre, como conseqüência, que o argumento é falso*. [55]

Logo, o Deus criador deve encontrar-se fora do mundo criado e, como não pode ser constrangido a agir por necessidade, o ato de criação deve-se, exclusivamente, à sua vontade soberana.

Bodin consuma, assim, a separação do criador ao olhar da criação e criatura, retomando a crítica averroísta da teoria aristotélica de Deus como primeiro motor: uma causa infinita não pode produzir efeitos finitos. É necessário, portanto, imaginar um primeiro motor finito que move o primeiro céu.

O Deus de Bodin deve ser pensado, em referência a Boécio, como uma totalidade sem sucessão, heterogênea à criação, a qual é situada dentro do tempo. Totalidade absolutamente simples, Deus não admite a diferença no interior de si e, por este fato, não pode ser definido. Bodin pensa o caráter necessariamente único de um princípio infinito dentro de uma natureza finita em analogia com a soberania política .

O mundo é, portanto, inteiramente composto por corpos, submetidos ao encantamento das causas, sempre suscetíveis de ser desordenada pela intervenção indireta da vontade divina, cujo princípio é desconhecido. O mundo não pode ser eterno, porque sua conservação depende da vontade de um outro. Bodin retoma, sobre este ponto, a demonstração de Avicena: se o mundo é eterno, não poderia existir ou ter uma primeira causa, porque as coisas não têm uma primeira causa, nem segunda causa, etc.[56] Logo, ele

---

[53] COUZINET, Marie-Dominique. "La lógique divine dans les Six Livres de la République de Jean Bodin" in "*Politique , Droit et Théologie chez Bodin, Grotius et Hobbes*". Paris: Éditions Kimé , 1997. p. 50.
[54] Para interpretação da visão escotista de Bodin, ver ISNARD-PARENTE, Margherita. "*Le volontarisme de Jean Bodin: Maïmonide ou Duns Scot?",* in Actes du colloque international Jean Bodin à Munich, BECK, C.H. Munich, 1973. p.p. 39-51.
[55] *Teatro da Natureza* I, 5. p.p.34,35, 57, 58, 70, 71. ; *Colóquio dos Sete Sábios* 39 p. ; *Seis Livros da República* II. p.p.2, 31,33.
[56] *Teatro da Natureza*. p. 38.

não pode ser eterno. As coisas do mundo são corruptíveis e compreendem tudo, incluindo os céus.

Apenas o criador e a matéria primeira que, uma vez que não é gerada, não pode ser corruptível, são eternos . As demais coisas são criadas e, portanto, devem retornar à pura inexistência da qual são resultantes.

Todos estes desenvolvimentos do raciocínio de Bodin teriam por fim consumar a separação entre o criador e as criaturas e, através desta separação, indicar o caráter puramente exterior e transcendente do poder soberano.

As Repúblicas pertenceriam ao mesmo tempo à ordem transcendental, à ordem natural e à ordem humana. Uma república é um ser natural, isto significa que é um corpo composto de matéria e forma. Revela, portanto, uma causalidade natural e divina. Integra a ordem natural e é, portanto, submissa às simpatias celestes para suas mudanças.[57] A República pertence, entretanto, também à ordem humana e por este motivo está sujeita ao comando da vontade do soberano, criador da ordem política à semelhança do demiurgo criador da ordem do mundo.

Ao valer-se da analogia do demiurgo, Bodin faz do soberano o arquiteto, e o Estado é o resultado da ação transformadora de sua vontade. Ao mesmo tempo em que se inspira na natureza, desnaturaliza a política, porque o Estado torna-se artefato. O Estado é engendrado pela arte. A relação entre súditos e Estado não obedece às leis da natureza, mas às leis humanas geradas pela vontade soberana.

4.3.3. Soberania e a arte jurídica

De acordo com a tradição do século XVI, Bodin assimila a ação política à arte. Cassirer, em seu *Indivíduo e Cosmos*[58], demonstra a importância fundamental que, no movimento humanista, adquire a reflexão sobre a arte e a função do artista. O artista é

[57] Sobre a influência dos astros na vida das Repúblicas ver os *Seis Livros da República.* Livro IV e o Capítulo V do *Methodus* . Bodin dá as regras para a observação dos efeitos dos corpos celestes a fim de prever as mudanças das Repúblicas. Cada República é afetada por anjos para as proteger e conservar e demônios para puni-las.

[58] CASSIRER, Ernest. *Individu et Cosmos dans la philosophie de la renaissance.* Paris*:* Editions de Minuit , 1983.

aquele que recria o mundo, e a arte é o testemunho do fato de que não é o mundo que produz o homem, mas o homem que produz o mundo. Entre o espírito e a matéria, o artista adquire a função de mediador. Construir um mundo que seja a expressão do espírito humano, dar forma à matéria informe, esta é a missão do soberano, o verdadeiro artista. A ação política deve ser, portanto, entendida como o ato de encarnar, materializar, atribuir forma à matéria que será o próprio homem. A obra de arte criada é o Estado, constituído pelo ato formador do soberano. Reformar e transformar o homem para a vida comum, através das leis seria a função pedagógica da soberania.

O direito, concebido no renascimento como arte, teria constituído a mediação entre a concepção do soberano, como instaurador do direito, e a concepção do soberano/demiurgo, como artista.

O que poderíamos denominar como a *intelligentsia* do século XIII ao XVI era formada, em sua maior parte, e, sobretudo na Itália, pelos juristas do direito científico. Kantorowicz [59]nota que jurisprudência e arte freqüentemente remetiam uma à outra e muitos artistas teriam iniciado seus estudos na carreira de direito.

Eruditos e freqüentemente poetas, os juristas que teriam preparado o clima humanista, inauguram, nas demonstrações dos textos, uma nova arte da retórica incorporando em sua estrutura argumentativa os ensinamentos dos autores clássicos à vida prática. Seus textos não eram apenas obras de *belles lettres* para edificação do espírito, mas também fonte de princípios que poderiam ser úteis à exposição e debates no campo do direito. [60] Em todo caso, seria no círculo dos jurisconsultos que teria aparecido, pela primeira vez, a idéia de uma aplicação sistemática à vida prática de ensinamentos da antigüidade reforçados pela autoridade do direito.

Artistas e poetas do Renascimento discutiam questões como: A arte deveria imitar a natureza ou deveria ultrapassá-la? Ou ainda, poderia ir além da imitação e poderia alcançar

[59] KANTOROWICZ, Ernest. "The sovereigty of the artist - a note on legal maxims and renaissance theories of art", in, *Selected Studies*. New York: J.J. Augustin Publisher / Locus Velley, 1965.
[60] Ver KANTOROWICZ, "*The sovereigty of the artist*". op. cit. p.p. 31- 57. Kantorowicz cita Petrarca, artista e jurista que defende os juristas dos ataques humanistas em sua correspondência com seus amigos juristas, aos quais manifesta admiração: Lucas de Penna, eminente jurista italiano, Joannes Andrae, Cynus de Pistoia e Guglielmo Pastrengo . Kantorowicz cita ainda Albericus de Rosate que defende contra Accursio e a Glosa Ordinária no Corpus Romano a tese segundo a qual quando a lei é insuficiente e a alegação poética pode clarificar as causas. Também Dante seria considerado, à sua época, uma autoridade jurídica .

a criação? Qual seria o estatuto da ficção e que relação mantém com a verdade? Qual seria a relação entre a arte e a inspiração, a *ars* e o *ingenium*? Tais questões se colocariam porque a arte, assim como em determinadas circunstâncias o direito, é um *savoir faire*.

Um conjunto de conceitos como *ars, imitatio, natura, inventio, fictio, veritas* e a própria noção de inspiração divina tornam-se importantes e permitem reencontrar a pista que leva até os juristas medievais. [61]*A ciência do direito, freqüentemente definida como uma arte, a arte do bom e do legal (ius est ars boni et aequi), 'imita a natureza' como supõe-se que toda a arte o faça*".[62]

Kantorowicz remete a Baldo, que, discutindo Bartolo, afirma que "*a ficção imita a natureza*" e por esta razão, a ficção não pode ter lugar onde a verdade pode ter. Por imitar a idéia e o estilo da natureza, a arte é ficção e teria, por isto, estatuto inferior.[63]

Também para Petrarca, *"a função do poeta é revelar e glorificar a verdade das coisas tecidas em uma adequada nuvem de ficção*".[64] A ficção seria alguma coisa habilmente "criada" pela arte do jurista: seria uma construção que faz aparecer as conseqüências legais que até então permaneciam escondidas ou que, por natureza, não existiriam.

Por meio da ficção, o jurista poderia criar, poderíamos dizer, a partir do nada, uma pessoa legal, uma *persona ficta*, uma corporação e dotá-la de uma verdade e vida própria.[65] Poderia também apreender uma instituição real, tal como o *corpus mysticum* da Igreja, como uma pessoa fictícia e obter um instrumento heurístico pelo qual ele poderia perfeitamente ver sob um ângulo diferente as instituições administrativas, os direitos de propriedade e todo o tipo de situações.

Nesta perspectiva, o soberano de Bodin, legislador, tira sua força da inspiração divina e cria julgamentos e técnicas jurídicas a partir do nada. Por agir assim, ele age *ex officio*, imitando a natureza em um ato de construção, transformação que é uma virtude própria de sua função.

---

[61] KANTOROWICZ. "*The sovereignity of the artist*" . op. cit. p. 354.
[62] KANTOROWICZ. "*The sovereignity of the artist*" . op. cit. p. 354.
[63] KANTOROWICZ. "*The sovereignity of the artist*" . op. cit. p. 354.
[64] KANTOROWICZ. "*The sovereignity of the artist*" . op. cit. p. 354.

4. 4. Harmonia e ordem

Chave da formulação do conceito de soberania em Bodin, a noção de demiurgo, tomada de Platão, não constitui a única fonte da elaboração de seu sistema. Sua ambição era a mesma da maioria dos pensadores renascentistas: utilizar tanto a filosofia de Platão quanto o método aristotélico, com o intuito de ultrapassar a ambos. Como os demais renascentistas, Bodin descobre , em meio a uma variedade de religiões, pensamentos, métodos, crenças e novos conhecimentos, a possibilidade de novos modelos de interpretação do mundo, capazes de explicar, resolver ou colocar em outros termos os antigos problemas.

Uma das questões que se apresentam aos pensadores renascentistas, a partir do século XVI, é o desafio de conciliar as definições de misericórdia, harmonia, unidade, beleza e paz, que caracterizaram a doutrina cristã medieval com o festival de ferocidades, desigualdades, lutas políticas e religiosas, observados quotidianamente. A Idade Média sempre tendera a ocultar as próprias contradições, amparada no poderoso escudo da Igreja católica que sempre se mostrou capaz de repelir toda sorte de ameaças à estabilidade do seu sistema. Inúmeras seitas heréticas foram simplesmente apagadas. E mesmo tendências místicas, representações ou narrativas, que muitas vezes continham elementos de prazer carnal ou perversões, eram conciliadas, através de interpretações sutis, de forma a fornecer uma imagem ordenada de mundo.

Nos primórdios do cristianismo, no seu afã de lutar contra doutrina maniqueísta, os defensores da doutrina adotaram uma leitura particular da síntese neoplatônica que excluía o mal do ato da criação. O mal deveria ser entendido como ausência do bem. Mas se Deus criara apenas o Bem e o Bem é tudo que Deus deseja, como explicar o festival público de impiedade, ferocidade e luxúria que não só o renascimento observava, mas também que a própria civilização medieval se acostumara a ver quotidianamente?

Pensadores como Bodin não pareciam estar dispostos a ignorar as contradições que abalavam seu mundo cotidiano. A pluralidade explodia por todos os campos e a crença na unidade e universalidade do catolicismo fora abalada por uma cisão no seio da própria

[65] KANTOROWICZ. "*The sovereignity of the artist*" . op. cit. p. 355.

Igreja Católica. A variedade cultural e a diversidade religiosa obrigavam os pensadores a se perguntarem se um Deus absolutamente onipotente poderia ter criado mundos diferentes do nosso. Tal questão não era estranha à Escolástica. Porém, firmemente apoiada pelo princípio da identidade, da não contradição e do terceiro excluído aristotélico, fora removida, do interior das doutrinas oficiais da Igreja, a possibilidade da pluralidade e a contradição.

O que Bodin descobre, através da variedade cultural, é a possibilidade de novos modelos de interpretação do mundo, capazes de explicar, resolver ou colocar em outros termos o problema da contradição. A redescoberta do *Corpus Hermeticum*[66] vem descortinar um novo horizonte neste terreno. Hermes simboliza a metamorfose contínua. Volátil e ambígua, a visão hermética teria sido uma das principais fontes do pensamento de Bodin.

Bodin procurava encontrar o conhecimento antigo e o conhecimento do direito romano sem intermediários e sem a intermediação das diversas interpretações e glosas. O trabalho de tradução de Lefèvre d'Etaples, de Marsílio Ficino e de muitos outros, permitiram reencontrar os textos antigos em sua integralidade e sobretudo em sua autenticidade original. As leituras renovadas do direito romano imprimiam uma nova dimensão à noção de direito. As descobertas terrestres e celestes expandiam a dimensão do mundo.

A visão medieval de um mundo estreito e finito, sobre o qual reinava um Deus extremamente próximo, foi substituída pela imagem de um universo imenso, englobando espaços sem medidas, criado por um Deus infinito e distante. Um novo cosmos se revelava ao olhar dos homens. Esta reformulação do cosmos animou a maior parte dos grandes renascentistas a procurar o segredo do mundo não mais com a ajuda da religião, mas com um saber puramente humano, por meio da lógica e razão, à imagem dos filósofos e pensadores antigos . Numerosas cosmologias foram elaboradas: Giordano Bruno, Tommaso

[66] Designam-se *Corpus Hermeticum* dois livros: o *Poimandres* (o Pastor do homem) e *o Asclépio* (um livro sobre iniciação), atribuídos ao fabuloso *Hermes Trimagistro*. Para os gregos, este *Hermes* descendia o deus egípcio *Thot* ou *Theuth*. Esta literatura hermética é de grande importância. Poderíamos encontrar nessas obras idéias gregas, judaicas e até iranianas. Infelizmente não se sabe com exatidão em que data foram redigidos estes textos; geralmente situamo-los entre os anos 100 e 300. Ver BRUN, Jean. *O Neoplatonismo*. Lisboa: Edições 70, 1991. p. 14.

de Campanela, e tantos outros se ocuparam da estrutura do universo, de seu mecanismo e de sua razão de ser.

A síntese escolástica que dominara o final da Idade Média foi revista. Em decorrência, uma certa vertigem, uma sensação de queda num infinito vazio, percorria o pensamento renascentista. Uma destituição de sentido físico e ontológico, representada pela possibilidade de que tudo poderia ser possível e pela total ausência de referência, conduziu à incerteza . Tempo paradoxal de melancolia e entusiasmo, de absoluta descrença e ceticismo , mas também da credulidade e fanatismo sem limite. Tempos de Montaigne e Rabelais, mas também de Loyola e Calvino.

O desenvolvimento da obra de Bodin parece constituir um movimento dirigido na intenção de recuperar a unidade perdida, encontrar a harmonia do mundo, a harmonia do homem, tanto individualmente, em relação aos outros homens, como em relação à natureza.

Esta busca da harmonia, reunida à exaltação provocada pela sensação de que tudo é possível, encaminha de um lado para as ciências ocultas e, de outro, para a contemplação de uma natureza capaz de um poder maravilhoso. A magia, assim como o naturalismo, conhece no século XVI uma extraordinária fortuna. Seu desenvolvimento, entretanto, é fruto da reelaboração da antiga concepção que fazia do universo uma entidade vivente e das teorias de correspondência entre microcosmos e macrocosmos.

Tudo está em tudo. E tudo é dominado pelo princípio da unidade. Emprestando da tradição hermética a analogia, e de Platão e Pitágoras a *mímesis* e a medida, como instrumentos de unificação, é construída uma concepção de universo segundo a qual todos os fenômenos de todas as ordens estão submetidos às mesmas causas e ordenados segundo o mesmo plano.

A busca das ligações possíveis entre os diversos elementos do universo conduz a Pitágoras,[67] redescoberto através de Platão. Sua teoria, segundo a qual "*todas as coisas são*

[67] Pitágoras teria nascido por volta de 560 AC, na ilha de Samos. Tornou-se líder de uma espécie de irmandade cujas doutrinas e rituais parecem ter recebido influência órfica e oriental, embora também constituissem uma reação aos cultos dionisíacos e ao vinho. Nesta ordem, os membros deveriam executar exercícios ascéticos, abstenção de ações carnais e evitar comidas e produtos de origem animal. Viviam uma vida simples, andavam descalços e na pobreza. Acreditavam na transmigração da alma. Na ordem pitagórica os números teriam representado um papel fundamental e, na medida em que eram concebidos como a essência das coisas, seu estudo era condição para a o conhecimento da verdade . Seguindo a idéia de que "*todas as*

números", apresenta a matéria através da qual o universo pode ser equacionado e compreendido pela razão:

> *Sem o número, todas as coisas seriam ilimitadas , incertas e obscuras, uma vez que a natureza do número é lei, guia e mestra de cada um para qualquer coisa duvidosa e desconhecida. Pois, se o número não fosse também a subsistência das coisas, estas não se manifestariam a ninguém nem a si mesmas, nem a respeito das outras.* [68]

Desta maneira, graças ao número, todas as coisas seriam cognoscíveis à sensibilidade, permitindo que as coisas estabeleçam relações recíprocas, estabelecendo distinções e delimitações.

A matemática pitagórica parece responder a todas as questões: de uma parte , o número, entidade abstrata por excelência, permitiria racionalizar e estender as pontes entre domínios tão variados quanto a música, a astrologia, a medicina, a arquitetura e a alquimia. Por outro lado, dominar os números permitiria também o acesso à verdadeira chave da ordem, à organização do universo, ao seu princípio de realização. Enfim, todo o simbolismo dos números não cessa de seduzir os homens do século XVI, ainda próximos demais do gosto pelo maravilhoso medieval.

Pitágoras teria sido o primeiro grego a falar em *Kosmos* e a elevar a aritmética, arte comercial fenícia, para além das necessidades dos mercadores. Teria estabelecido a separação entre aritmética, entendida como ciência abstrata, e a logística, a arte do cálculo. O número apareceria, então, como uma entidade própria, imagem da organização do universo. [69]A religião, a doutrina e a ética de Pitágoras podem ser deduzidas de sua teoria dos números, cujo princípio se encontra na seguinte fórmula "*Tudo é disposto segundo o número*" .[70]

---

coisas são números", desenvolveram uma teoria completa a este respeito. Sobre Pitágoras ver ZELLER, Edward R. , R. Mondolfo "*La filosofia dei greci nel suo sviluppo storico*". La Nuova Italia: Firenze,1961.

[68] ZELLER, Edward R . op. cit. p. 61.

[69] Ver KOUSKOFF, George. "Justice aritimétique, justice géométrique , justice harmonique" in "*Colloque interdisciplinaire d'Angers*". p. 330.

[70] "A adesão ao simbolismo dos números é reencontrado no juramento que deveriam prestar os membros da ordem pitagórica e que é relatado por JAMBIQUE: '*Eu juro por aquele que transmitiu à nossa alma a Tetractys, na qual se encontra a fone e a raiz da eterna natureza'*."citado por COLAS, Marion em "*Justice et harmonie chez Jean Bodin"* Tese apresentada junto a Université de Droit d'Economie et Sciences Socieles de Paris, p. 37.

Ao mesmo tempo em que pensadores como Bodin procuravam em Pitágoras a chave para os mistérios do mundo, também se maravilhavam com os segredos da Cabala hebraica, que fundamentava parte de suas revelações no cálculo do valor em número dos nomes e das palavras bíblicas. Numerosos estudiosos cristãos procuravam conciliar este misticismo judaico com os mistérios do cristianismo. Tal teria sido o caso de Pico de la Mirandola ,[71] o primeiro pensador não judeu a introduzir a Cabala nos estudos filosóficos.

Segundo o modelo pitagórico, os números representariam o princípio da harmonia universal cujo símbolo é a "*tetractys*" , que corresponderia à soma dos quatro primeiros números inteiros.[72] Considerado sagrado e adorado como uma divindade, o *tetractys* representava a totalidade universal.[73]

---

[71] Jean Pico della Mirandola (1463-94) recebeu influência de Marsílio Ficino. Dominava tanto grego quanto o hebraico. Aos vinte e quatro anos, projetou defender em Roma 900 teses contra todos que quisessem opor-se a ele, com o objetivo de demonstrar que o helenismo e o judaísmo (na forma da Cabala) podem sintetizar-se em um sistema platônico-cristão. A disputa foi proibida pelas autoridades eclesiásticas. A tendência de Pico della Mirandola ao sincretismo se manifestou , também, na composição de uma obra inacabada , *De concórdia Platonis et Aristotelis*. Pico dellla Mirandola foi fortemente influenciado pela teologia negativa do neoplatonismo e de Pseudo-Dionísio. Deus é o Uno, porém é um super-ser, mas do que precisamente um ser.(*De ente et uno*) É, verdadeiramente todas as coisas , no sentido em que compreende em si mesmo todas as perfeições. Porém compreende todas as perfeições em sua unidade indivisa, de uma forma inefável que excede o nosso entendimento. Pelo que nos respeita, Deus está na obscuridade. Nós nos aproximamos d'Ele filosoficamente, negando as limitações das perfeições próprias das criaturas. A vida é uma perfeição, a sabedoria é outra perfeição. Se separamos, distanciamos do pensamento a particularidade e limitações destas e de todas as outras demais perfeições, o que resta é Deus. Tal afirmação, é claro, não deve ser entendida de modo panteísta. Deus é o Uno ou Um, transcendente ao mundo que Ele criou. O mundo, segundo Pico, é um sistema harmonioso que consiste de seres que pertencem aos distintos níveis de realidade. Deus, segundo Pico, desejou criar alguém que contemplasse a natureza do mundo, amasse a sua beleza e admirasse a sua . Pico era, por isto, hostil ao determinismo dos astrólogos, contra os quais escreveu seu "*In astrologiam libri XII.* Em sua obra contra os astrólogos, Pico se opôs à concepção mágica da natureza. Na medida em que a astronomia pressupõe a crença em um sistema harmonioso da natureza e na inter-relação de todos os acontecimentos, a astrologia, seja verdadeira ou falsa, é um sistema racional . Não está, porém, racionalmente fundamentada, e implica, além disso, a crença em que todo acontecimento terreno está determinado pelos corpos celestes e a crença de que quem possui o conhecimento de certos símbolos , pode, mediante o uso adequado, influenciar nas coisas. Pico della Mirandola se opunha à concepção determinista das ações humanas e na crença da magia. Os acontecimentos são governados por causas, porém as causas devem ser procuradas nas naturezas e nas formas das diversas coisas do mundo, não nas estrelas e no conhecimento mágico . Em seu *Proemium ao De ente et uno* afirma a sua crença na concórdia de Platão e Aristóteles. Seu sobrinho, João Francsco Pico della Mirandola foi mais radicalmente anti aristotélico. Atacou duramente a teoria aristotélica do conhecimento em seu "*Examen vanitatis docctrinae gentium et veritatis christianane disciplinae*". Ver COPLESTON, Frederick. *História da Filosofia.* Barcelona: Ed. Ariel, 1969. vol III. p. 209.

[72] O tetractys corresponderia ao número 10, à adição dos quatro primeiros números: 1+2+3+4=10 . Por este motivo, era considerado sagrado. Ver BOYER, Carl B. "*História da Matemática*". São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1974. p. 36. e sgs . Ver também ROMAN, Colin . "*História Ilustrada da Ciência da Universidade de Cambridge*".R.J.: Jorge Zahar Ed., 1987. Vol. 1. p. 75.

O número *Um* seria a manifestação a um só tempo da unidade, indivisibilidade, invariabilidade oculta sob o múltiplo; é o gerador dos demais números e o número da razão. Situado na origem e no fim de tudo, é o finito e o infinito, de onde tudo vem e para onde tudo vai. O *Um* supremo, princípio primordial, imagem de Deus, do Belo e do Bem, princípio da harmonia universal.

O número Dois, por sua vez, é o número da diversidade, é o par e o feminino. É o número da opinião (doxa), do desdobramento. Mas é também o princípio pelo qual o Ser se manifesta. O Três é a tríade, o meio, que se encontra entre o começo e o fim. É o número da harmonia, porque é composto da unidade, o um, e da diversidade, o dois. Corresponde ao triângulo e, assim, ao espaço. Espaço e tempo fazem dele a Existência. Assim o três reina por todo o universo. É o número masculino e a chave da analogia entre o microcosmo e macrocosmo.

O Quatro é a medida da justiça, da retribuição e do ajuste natural. É o número da estabilidade e chave da iniciação aos mistérios da natureza. Os quatro pontos cardeais, as quatro estações, os quatro lados de um quadrado representam o equilíbrio. Acima de tudo, é o número da música: São suficientes os quatro primeiros números para constituir todos os harmônicos com as relações de quarta (4/3), de quinta (3/2) e oitava (2/1). O quatro simboliza o terrestre, a totalidade do criado e do revelado. Sugere a idéia de universalidade e de ordem do mundo. [74]

Para Bodin, acima de tudo, os números, utilizados qualitativamente e quantitativamente, constituiriam a esperança para a descoberta do caminho para a harmonia. A idéia de harmonia, procedente da variedade das descobertas e dos

---

[73] O Hino ao Número, atribuído à Pitágoras, celebra o Quatro como a medida e o Dez como a mãe do Cosmos: "*Abençoe-nos , número divino, tu que engendrou os deuses e os homens .Oh ! Santo, santo Tétractys, tu que contém a raiz e a origem do fluxo eterno da Criação ! Porque o número divino principia pela unidade pura e profunda e é seguido pelo Quatro sagrado, em seguida engendra a mãe de todos, que religa tudo, o primeiro-nascido, aquele que não se desvia jamais, que não se deixa jamais, o Dez sagrado, que detém a chave de todas as coisas.*" GHYNKA, Matilda C., "*Philosophie et Mystique du nombre*". p. 50, citado por COLAS, M. op. cit. p. 38.

[74] Estes quatro primeiros números eram considerados perfeitos e somados constituíam o *tetractys*. Também os demais números possuíam um significado: O cinco seria o número do casamento, união dos números masculino e feminino. O seis seria o número da geração. Ver BOYER, Carl B. op. cit. p. 39. Ver também, KOUSKOFF, George. "Justice aritimétique, justice géométrique , justice harmonique" in "*Colloque interdisciplinaire d'Angers*"

conhecimentos, parecia ser o elo único que permitiria a comunicação entre as diversas ordens do saber e da realidade. Em uma época em que conflitos, diferenças, explodem por todos os lados, em que a antiga síntese oferecida pela Igreja Católica já não é suficiente para obscurecer as diferenças, o conceito de harmonia poderia constituir um instrumento de refinamento das idéias, de tolerância e unidade.

Bodin encontra, no Timeu e na República de Platão, o material que permitiria a elaboração de uma doutrina na justiça harmônica. Para além das diferenças e multiplicidades que se presentificariam através de uma infinidade de religiões, doutrinas, guerras e conflitos, a política deveria ser o lugar do equilíbrio que, não anulando a multiplicidade e as diferenças, garantiria a superação das diferenças através de uma síntese superior.

Conhecido como jurista, Bodin foi, acima de tudo, um filósofo obstinado pela idéia de sistematização e pela possibilidade de encontrar a chave para a perfeita sintonia entre natureza, política e religião. A inspiração mais evidente do pensamento de Bodin parece ser proveniente de Platão. Por outro lado, para a construção de seu sistema, Bodin teria também se inspirado no método aristotélico e nas concepções estóicas. O sentido geral do sistema bodiniano pretende ser, na verdade, uma síntese, uma conciliação, se não uma reconciliação dos sistemas platônico e aristotélico. Assim, mais do que se oporem, em Bodin os dois sistemas se completariam .

O afresco de Rafael "*A escola de Atenas*" talvez constitua a mais bela alegoria desta tendência sintética manifestada não apenas por Bodin, mas por outros tantos renascentistas:[75] Lado a lado, caminham o filosofo da Academia portando o *Timeu*, enquanto o estaragita leva nas mãos sua *Ética a Nicômaco*. As duas obras ocupam uma posição estrutural no pensamento de Bodin e sua aproximação pomirtiria pensar em uma justiça harmônica.

[75] A bela imagem da obra de Rafael é apresentada por COLAS, Marion em "*Justice et harmonie chez Jean Bodin"* op. cit p. 08.

4.5 . Justiça harmônica e soberania

Jean Bodin procurava na síntese platônico-aristotélica a possibilidade de um equilíbrio e harmonia políticos fundados exclusivamente sobre a justiça.

O conceito de justiça é particularmente significativo para o século XVI e ocupa boa parte dos espíritos de uma época em que as nações ainda construíam seus aparatos jurídicos. Bodin, em particular, procura estabelecer uma distinção clara entre o direito, tal como vinha sendo definido pelos estudiosos de sua época, e a justiça. À noção de justiça, Bodin acrescenta o adjetivo "harmônica", em uma tentativa de provar que não se trataria simplesmente de uma justiça distributiva, que poderia ser deixada ao critério de um tribunal menor, mas de algo que constituiria a própria finalidade do Estado. Com grande apoio de exemplos, retirados de diferentes legislações do passado e do presente, às quais acrescenta a demonstração matemático-musical, Bodin expõe a necessidade para o rei de conformar seu Estado à justiça harmônica, o verdadeiro eco da vontade de Deus e instrumento da concordância entre o microcosmo político e o macrocosmo natural.

Acostumado à prática do direito, Bodin não mais se contentava com o papel de testemunha passiva, de cronista neutro e indiferente às lutas intestinas e à desagregação do Estado francês. Toma partido da monarquia e da ordem contra o caos e a anarquia. Todo o seu saber é colocado a serviço do Estado. A unidade que unia o Estado à Igreja, o direito à teologia e que garantira à França a identidade nacional está em vias de quebrar. Uma nova doutrina de Estado deve ser elaborada, fora da Igreja e , se necessário, contra ela.

A soberania é concebida como territorial, nacional, independente de qualquer poder exterior ou autoridade religiosa. Ao debruçar-se sobre o conceito de soberania, Bodin se propõe a defender a monarquia real, que acredita ser a única base legítima do poder público francês, e dar-lhe uma sustentação doutrinal suscetível de consolidar sua autoridade.

Seus *Seis Livros da República*, onde é desenvolvido o conceito de soberania, não pode ser, entretanto, considerado como uma obra de circunstância: Bodin é um teórico e como tal localiza o seu pensamento no campo universal .

Serenidade política, atributo fundamental da majestade soberana, é a fonte da concordância do povo e de sua unidade, na figura do rei. A soberania seria o instrumento de realização da harmonia do mundo político que refletirá a harmonia do cosmos.

4.5.1. Justiça aritmética, justiça geométrica e justiça harmônica

Desde sua origem, o direito esteve ligado ao conceito de justiça.[76]. É em Aristóteles, entretanto que encontramos a primeira reflexão geral e sistematizada sobre o conceito de justiça. Assim, no Livro V da *Ética a Nicômaco,* Aristóteles apresenta a justiça como a essência mesma do direito, seu motor.

Bodin observa que a justiça trata de relações de caráter distributivo, entre coisas de uma parte e pessoas de outro. Desde a sistematização aristotélica até a concepção romana, a idéia de justiça permaneceu como relação de distribuição de bens e cargos e corresponde à concepção das *Institutas*, de Justiniano, dar a cada um o que lhe é de direito[77].

Segundo Michel Villey, [78] um mal entendido entre direito romano e direito científico "*savant*" teria levado à oposição entre direito e costumes. O direito canônico teria abusivamente denominado direito romano todas doutrinas que se referiam às questões sociais, transmitidas em língua latina pelas faculdades de direito. Em particular era o *Corpus Juris Civilis*, sistematização estabelecida no século VI, em Constantinopla, por ordem do imperador Justiniano, nos estertores do Império romano, que teria passado a ser denominado direito romano e objeto de estudo e glosas medievais.

Villey observa que, segundo o testemunho de Cícero, os jurisconsultos do fim da República Romana imitavam as obras de autores gregos em outros domínios, imaginando

---

[76] A etimologia da palavra direito atesta este fato: *dike,* (?k????proveniente do verbo *díkaion* (?k?????? significa justo, reto , honrado e direito, no sentido de merecimento, ser digno de. Assim , no famoso fragmento de Anaximandro (*Diels 12B1*), *dike* teria o sentido de reparação a uma transgressão da ordem natural (do mundo visto como Kosmos) e não os da sociedade humana. Assim, o termo *dike* , o direito, se referiria a um direito natural enquanto que o direito, na sua forma de convenção social, costume de caráter arbitrário, seria designado de *nómos* (????s). Ver PETERS, F.E. op. cit. p.p. 53 e 159.?

[77] " *Suum cuique tribuere*" Ver "*Corpus Iuris Civilis*" – "*Institutiones*"- Liv.I.1- parágrafo 3. Berlim: Ed . Momsen Krueger, 1954.

[78] VILLEY, Michel. "*Le Droit et les Droits de l' Homme*". Paris: PUF, 1983.

fazer do direito um corpo de doutrinas coerentes.[79] Tomando de Aristóteles a concepção de finalidade, definem a arte jurídica em relação a seu fim, o direito.

Os jurisconsultos romanos, como Ulpiano, chegam à noção de direito pela justiça. O direito constitui a causa final de um tipo particular de atividade habitual que é a justiça e definiam o direito como a arte do bom e eqüitável - *jus ars boni et aequi*. [80] Cultivar a justiça é conhecer o bem e a boa proporção, que opera a distinção entre o justo e injusto. A forma da justiça é tomada da distinção de Aristóteles, entre "justiça geral" e a "justiça particular". Mas a arte do direito é precisada como é a*equum*, a igualdade proporcional. Por este motivo Villey conclui que os juristas romanos priorizaram em sua noção de direito civil a concepção de direito particular. [81]Assim, o direito seria a ciência do justo e injusto e o justo é *aequum.*

Em Bodin, todavia, prevalece a definição aristotélica em sua integridade. Dado que a justiça trata da distribuição de bens e cargos, Aristóteles determina que a justiça teria como fim o estabelecimento de uma relação justa, de uma boa proporção. Consistiria a justiça de um equilíbrio interno, uma repartição correta dos direitos e dos cargos. Tal distribuição obedeceria a uma relação de subordinação entre as partes, conforme as exigências da natureza. Segundo Aristóteles, a proporção se exprime de duas maneiras diferentes: a justiça distributiva e a justiça corretiva.

A Justiça distributiva [82] é constituída de quatro termos - duas pessoas e duas coisas - de tal forma que será justo se a mesma proporção existir entre as duas pessoas e as duas coisas que lhes são respectivamente atribuídas. A justiça distributiva atribui a cada um segundo o seu mérito e é fundada sobre a proporcionalidade. Por esse motivo, é também denominada justiça geométrica. Se designarmos de A e B as pessoas e C e D as coisas, a justiça distributiva corresponderia a:

$$A/B = C/D \text{ ou } A/C = B/D.$$

[79] VILLEY, Michel. op. cit. p. 57.
[80] *Digesto, I.I , i.* Retirado de Ulpiano, *Institutas: " àquele que vai trabalhar o direito é necessário conhecer de onde deriva esta palavra - justiça.* Citado por VILLEY. op. cit. p.p. 61-62.
[81] VILLEY, Michel. op. cit. p. 62.

Por sua vez, a *Justiça Corretiva*[83] seria um prolongamento da justiça distributiva. Permitiria corrigir ou restabelecer uma proporção quando ocorre um desequilíbrio entre dois patrimônios, em conseqüência de uma alteração voluntária , como em um contrato ou no caso de um delito, com por exemplo um roubo. Aqui é considerado apenas o patrimônio, excluindo as pessoas. É também conhecida como *justiça cumulativa ou aritmética*, na medida em que a medida constitui uma igualdade pura e simples.

Nesta medida, a justiça geométrica seria aplicada na partilha de bens e cargos, enquanto a justiça aritmética se aplicaria a casos de mudanças patrimoniais, voluntárias ou involuntárias.

Embora reconheça os dois tipos de justiça em Aristóteles, a saber, a geométrica para as partilhas e a aritmética para as trocas, Bodin se propõe a desenvolver a teoria de Aristóteles à sua maneira. Faz corresponder a cada uma dentre as formas de justiça uma forma particular de Estado, insistindo sobre a dimensão política da justiça.

Tendo como objetivo demonstrar a superioridade da justiça harmônica, Bodin se esforça por demonstrar a que ponto tanto a justiça aritmética, como a justiça geométrica, podem ser injustas. A primeira desprezaria os nobres e a segunda deixaria os pobres em segundo plano.

Os Estados populares seriam governados de forma aritmética e a cada um corresponderia uma parte igual a dos demais. Tal forma seria, segundo Bodin, contrária à natureza, uma vez que desprezaria o mérito e daria uniformidade ao que é desigual. Já a justiça aritmética privilegiaria uma minoria, estendendo um tratamento desigual para todos, inclusive àqueles que mereceriam uma relação de igualdade por seu mérito natural.

Bodin acrescenta a Aristóteles sua experiência e observação. Procura acompanhar seu raciocínio com exemplos precisos, que sejam matematicamente demonstráveis e inscritos dentro de um contexto histórico particular.

Em seu ponto de vista, existem dois elementos constitutivos de toda a sociedade. Um é variável, acidental, e depende das diferenças individuais, das circunstâncias do tempo e do espaço, do povo e do clima. O outro é fixa e, sem abolir as diversidades naturais, remete

---

[82] ARISTÓTELES. "*Ética a Nicômaco*".op. cit. Cap V. 6. 1131 a.
[83] Ibidem. Cap. V. 7. 1131b.

a uma certa unidade superior, que é o princípio da justiça, condição primeira e fim supremo dos Estados.[84]

Os filósofos matemáticos da Antigüidade procuravam, antes de tudo, um conhecimento que transcendesse e ultrapassasse o saber intelectual individual , integrando a experiência individual à experiência humana. Quando Aristóteles fala de justiça aritmética (*ison*), é necessário não perder de vista que este termo não significa a equivalência entre duas quantidades, mas acima de tudo a harmonia, um justo meio entre um excesso e uma ausência.

Segundo Aristóteles, quanto ao caráter de formulação, a justiça poderia ser particular ou geral. A Justiça particular constituiria uma virtude puramente social. Já a justiça geral constituiria uma virtude universal que se encarna na idéia de ordem e harmonia. [85]

A Justiça particular é definida por Aristóteles como o justo meio. Pressupõe a presença de duas pessoas pelo menos, uma vez que para que, exista um meio, é necessário dois ou mais termos e é aplicada em relações de troca. O justo parte de uma situação dada, entre indivíduos dados.

A justiça, portanto, excluiria a presença de um terceiro elemento, o qual seria exterior à própria relação. A intervenção de um terceiro elemento, na condição de juiz, pressupõe um ato voluntário de sua parte, uma vez que não se encontra incluído na relação. Assim, aquele que arbitra cria uma nova situação, que agora conta com a sua participação. Logo, mais do que um simples executor, aquele que busca a justiça torna-se um criador de um novo campo de relações.[86]

Na condição de juiz, este terceiro elemento tende a se aproximar o mais possível da justiça através de uma caminhada aproximativa que variaria segundo as circunstâncias das relações julgadas. É isto que Jean Bodin se empenha em demonstrar: o direito não constitui a mesma coisa que a lei . A justiça, e portanto o direito, supõe mais do que aplicar a letra da lei, mas criar um campo de relações onde é fundamental olhar as pessoas julgadas.

---

[84] Ver BAUDRILLART, Henri. " *Jean Bodin et son temps*".op. cit. p. 10.
[85] ARISTÓTELES. "*Étique a Nicomaque*". Livro V, -1129. trad. J. Tricot . Librairie Philosophique. Paris: J. Vrin, 1987. sixième tirage.
[86] A este respeito ver COLAS, Marion. op. cit. p. 32.

Da mesma forma que o demiurgo platônico que necessita da matéria para a confecção de seu tecido, a justiça não pode ser estabelecida sem a matéria que deve receber a sua forma. Isto é particularmente claro no que diz respeito à justiça penal: "*a lei eqüitativa quer que perdoemos a juventude em quase todos os julgamentos, que a sua punição seja doce, e que sempre a mulher deve receber uma punição menor do que o homem.*"[87] Jean Bodin denuncia a iniquidade da igualdade pura.[88]

A justiça geral, por sua vez, constitui um valor superior e corresponde à lei absoluta, eterna e imutável que regula a harmonia divina. Contida na natureza, ela se revela ao homem por intermédio da razão. Constitui um guia, uma referência para o príncipe, um limite a não ser ultrapassado, a única barreira a seu poder soberano. Mas ela é também um modelo para o povo que reconhece nela o que o príncipe não pode impor sem ultrapassar as suas prerrogativas. Para Bodin, ela é inseparável da moral e da religião: é uma garantia da ordem pública e indica o caminho para atingir o Bem.

Esta justiça geral constitui uma unidade superior que deve ser encontrada dentro de cada Estado. Não é um direito escrito, é uma justiça que não suporta codificação. Através da matemática e de análises baseadas em modelos pitagóricos, cada Estado poderia encontrar a harmonia que lhe permitiria viver em paz. Diante das diferenças culturais e geográficas, Bodin procura uma forma superior de harmonizar as distinções e variações em vista de um Bem superior.

Graças ao raciocínio analógico, recuperado da tradição hermética, o qual permite a comparação de tudo com tudo, Bodin passa da justiça à música, pelo intermédio da matemática, sem perder o fio condutor de toda a demonstração: a harmonia a qual deve ser procurada e imitada, em particular dentro da justiça.

O capítulo VI do Livro seis dos *Seis Livros da República* é consagrado, desde o início, à justiça harmônica. Bodin deplora a falta de formação matemática dos governantes, lacuna que os impede de saber a diferença entre os três tipos de justiça possíveis e, consequentemente, os torna incapazes de bem administrar os negócios públicos.[89]

---

[87] *Seis Livros da República* VI,6. p. 284.
[88] COLAS, Marion. ibidem, ibidem.
[89] "*il semble que les Jurisconsultes, pour n'avoir vaqué aux Mthématiques, et les Philosophes, pour n'avoir eu experience judiciaire, n'ont pas esclairci ce poinct, qui est de bien grande conséquence , comme j'ay dit,*

A justiça é uma relação, uma proporção, uma razão, uma medida. Justo, neste sentido, implica em estabelecer a justa proporção, uma igualdade de relações. Por este motivo é possível apelar às ciências dos números para explicar o funcionamento da justiça.

Não podemos, todavia, esquecer, que as matemáticas na renascença começam a tornar-se ciências exatas por sua utilização quantitativa. A sociedade burguesa, em formação, traz consigo uma nova dinâmica quantitativa proveniente das relações de mercado.[90]A justiça harmônica, pensada por Bodin, entretanto, encontra-se ainda ancorada na tradição pitagórica, cujo interesse, acima de tudo, era o aspecto qualitativo do número.

Segundo a tradição pitagórica , o início dos estudos sobre os números inicia-se pela relação entre dois números. Esta relação pode ser descrita pelas médias nas progressões:

a) A comparação de dois números por subtração constitui a relação aritmética :

   8- 4 = 6 **18 – 3 =15**

b) A Comparação de dois números por divisão constitui a relação geométrica: **8 : 4= 2 ou 18 : 3=6**

c) A Proporção constituída de duas relações constitui a relação analógica entre duas comparações :

---

tant pour la justice, que pour le maniement des affaires d'estat et de toute la Republique." *Seis Livros da República. Livro* VI, 6. p. 254.

[90] A característica da nova sociedade, burguesa por excelência, é o número e a quantificação. Como observa Jacques le Goff , em oposição à dinâmica quantitativa da agitação dos mercados burgueses, o mundo feudal era qualitativo. Afinal o tempo não se media, não se pode medir o que pertencia a Deus. Era um tempo no qual argumentava-se que a usura era pecado porque não se podia vender o que não se lhe pertencia. A organização da rede comercial vem impor um novo ritmo e o tempo, que há muito só se submetera à ordem das coisas de Deus tornou-se objeto de medida. Os longos trajetos e as dispendiosas viagens impõem a medição do espaço e do tempo . O reinício da cunhagem, a duração do trabalho artesanal, as combinações e trocas, todo este alargamento de domínio exige um tempo mais bem medido. Aos moedeiros sucedem-se os cambistas e esta maravilha da criação mercantil , a letra de câmbio, impõe um rítmo ainda mais acelerado segundo o qual fortunas poderão se fazer e desfazer segundo um novo padrão de tempo. Inicia-se aí uma evolução no campo das estruturas mentais e de suas expressões materiais. O tempo racionaliza-se ao mesmo tempo em que se laiciza. A ordenação do mundo do ponto de vista quantitativo esteve sempre ligada a uma percepção utilitária do mundo que de espaço da manifestação de Deus, torna-se o campo de domínio homem. O tempo passou a significar dinheiro e o natural passou a ser que tudo tenha a sua medida. Desde o século XV, os relógios mecânicos invadem a Europa e o tempo se converte em uma entidade abstrata e objetiva, numericamente divisível. Também o espaço é quantificado e destituído de alma . Ver LE GOFF, Jacques. "Tempo da Igreja e Tempo do Mercador" in "*Para um novo Conceito de Idade Média*". Lisboa: .Ed. Estampa, 1989. p. 52.

Assim, a proporção A/B= B/C significa que A está para B assim como B está para C. Ex: 4, 8,16. Apenas três elementos bastam para estabelecer uma proporção de forma que A/B da mesma forma que B/C constitui uma proporção, que coloca em relevo o termo médio, situado entre os dois extremos.

As três mais antigas médias conhecidas são as: aritmética, geométrica e harmônica. O termo, número médio, é também denominado aritmético, geométrico ou harmônico dos dois números extremos.

O sistema de progressão é construído a partir das médias progressivas. Em uma progressão, uma seqüência de números consecutivos, em princípio ilimitado, forma um após o outro a média entre o seu anterior e seu posterior. [91]

A progressão aritmética funciona sobre o princípio da igualdade. Em uma seqüência **p, a , q** , temos que **q - a = a - p** [92]

Ex: 4,8,12, onde a razão é sempre idêntica a 4 e o termo médio é 8

A progressão geométrica é formada sobre o princípio da similitude. Em uma seqüência **p , g , q** , temos que **q / g = g / q** [93]

Ex: 3, 9 , 27 . Neste caso a razão é igual a 3 e o termo médio é 9

A progressão harmônica assemelha-se, por analogia, aos dois princípios de tal forma que em uma seqüência **p , h , q,** temos que :

h – p = p . (q – h / q) [94]

Ex: 6, 8, 12 onde o termo médio é 8

Assim, para Bodin, a proporção geométrica é compreendida como uma conjunção das proporções aritmética e geométrica.[95]

---

[91] Sobre as equações para as médias aritmética, geometrica e harmônica, no sistema pitagórico,ver BOYER, Carl B. "*História da Matemática*". S.P.: Ed. Edgard Blucher/ Edusp. 1976. p.41

[92] A média aritmética entre dois números **p** e **q** é o número **a** , tal que **a = p+q / 2** .

[93] A média geométrica entre dois números **p** e **q** é o número **g**, tal que **g = ep . q** .

[94] A média harmônica entre dois números **p** e **q** é o número **h**, tal que **h = 2 . p . q / p + q** .

Estas demonstrações matemáticas permitem a interpretação das diferentes formas de justiça analisadas por Bodin.

Assim, a justiça geométrica "*acomoda cada um a seu semelhante*", e a justiça aritmética "*trata a todos com igualdade". Mas o governo harmônico une, na medida do possível, as proporções de igualdade e semelhança, sem confundir todos os tipos de pessoas*."(S.L.R. VI ,6, p 255)

Retomando a alegoria do Banquete desenvolvida por Platão, Bodin se lança em uma descrição do que seria a proporção harmônica aplicada à ordem de um festim:

> *O sábio simposiarca entrelaçará à mesa, gentilmente, um convidado bufão entre dois sábios, o homem pacífico entre dois querelosos, entre dois sofistas um homem temperado, dois velhos charlatães junto a um jovem aprendiz, o pobre ambicioso junto ao liberal rico, o homem colérico entre dois homens frios e sossegados (...) assim, de tão bela ordem resultará uma doce e agradável harmonia de uns em relação aos outros e de todos com o conjunto.*" (S.L.R.VI, VI, p. 257)

O mérito essencial da harmonia é, portanto, entrelaçar os extremos por um meio que se acorde com um e outro. Deste arranjo poderia nascer a amizade *"fundamento principal dos casamentos, uniões e da sociedade humana*" (S.L.R. VI,6,p 258).

Também Aristóteles, na *Ética a Nicômaco,* afirma que a "*amizade parece ainda ser a ligação entre as cidades e chama a atenção dos legisladores mais ainda que a justiça*."[96] A amizade (phylia), que constituiria a base do entrelaçamento, seria a ligação indissociável que une harmonia e beleza.

Nos *Seis Livros da República*, Bodin apresenta o número quatro como o número que representa a perfeita organização do mundo político. De um lado, o príncipe e, de outro, os súditos, que estão divididos em três estados. O Estado eclesiástico, composto de nobres e plebeus; o Estado militar, composto de semelhantes e a arraia miúda do povo composta de mercadores, artesãos e trabalhadores. O papel do rei é o de fazer acordar estes súditos, uns com os outros e todos com ele próprio.

---

[95] Ver TZITZIS, Stamatios. "Beauté morale et punition dans la République de Bodin" in " *Colloque interdisciplinaire d'Angers".* nota 68 e KOUSKOFF, G. "Justice arithmétique, justice gómétrique, justice harmonique" in *"Colloque interdisciplinaire d'Angers*,".op. cit. p. 594.

[96] ARISTÓTELES. *Étique a Nicomaque* . op. cit. VIII,1.1155 a

Segundo Bodin, a imagem da justiça harmônica se impõe. Apenas uma relação geométrica entre os três estados e uma relação aritmética entre os três estados e o rei garantiria um perfeito equilíbrio das partes , entre si e de todas partes com o todo. Obteríamos, assim, uma doce harmonia à imagem de Deus, tal como a encontrada nos quatro primeiros números em proporção harmônica. Como provas: a música e a anatomia.

Somente a harmonia permitiria unir estes elementos contrários,

> (...) *da mesma forma como a harmonia musical permite compor os quatro primeiros números em acordes consonantes a fim de obter uma doce melodia. Porque 2 e 3 faz a quinta, 3 e 4 a quarta, dois e quatro a oitava e 1 e 4 a dupla oitava, que contém o inteiro sistema de todos os tons e acordes musicais...*
> (S. L. R. VI, 6, 306)

4.5.2. Harmonia , Espaço e Música

A música, dentro da tradição pitagórica, é a única capaz de refletir a harmonia universal e fazer compreender a ordem do mundo. A música, entretanto, pode ser traduzida através da relação harmônica entre espaço e tempo. A harmonia , elemento fundamental da reflexão pitagórica sobre os números, constituiria a chave para a passagem do espaço ao tempo.

Em primeiro lugar, existe uma relação matemática entre as notas da escala musical e os cumprimentos de uma corda ou coluna de ar vibradas em uma flauta ou harpa . Cada espaço percorrido, comprimento de uma corda ou coluna de ar, corresponderia a uma nota. Reduzido à metade de seu comprimento, resultaria em uma nota, uma oitava acima. Uma relação de comprimento de dois para três, resultaria em uma Quinta, e a relação de três para quarto em uma Quarta. Assim, as relações entre comprimentos e notas podem ser descritas através de relações matemáticas simétricas.

A simetria, a busca da justa proporção, encontrou, na geometria a sua expressão matemática. Toda a significação da geometria antiga reside na busca de uma harmonia espacial, de uma simetria que podemos encontrar especialmente nas artes plásticas -

arquitetura, escultura, pintura. A simetria antiga deve ser entendida como uma modulação, uma regulação das proporções entre o conjunto e o todo.[97]

Enquanto a geometria esconde uma harmonia espacial, em contrapartida, a música, assim como a poesia, conduz à noção de ritmo e de tempo.

O ritmo corresponde à distribuição estética da duração entre os sons que se sucedem. Governa tanto a relação entre o som e o silêncio como a relação de entonação entre dois sons. Caracteriza-se por uma oscilação entre a simetria e a dissimetria. Torna-se então o símbolo da ação e da contemplação. Mas o ritmo é, sobretudo, sinônimo de organização. Ele é a origem de um equilíbrio que tende à harmonia.

Fonte do movimento e da vida, é o ritmo que dá pulsão a todas as coisas. Por este motivo, podemos falar de ritmos biológicos e conceber o ritmo como a marca da vida presente em todo o organismo.

Signo da ordem, é sinal da existência de uma freqüência intencional e não conhecido senão pela matéria organizada. A matéria não organizada desconhece o ritmo. Em contraposição, toda a natureza reflete este movimento ritmado: o ciclo das estações, a sucessão do dia e noites, o ciclo lunar. O próprio movimento dos astros recebeu esta marca que, por seu turno, influencia o ritmo terrestre.

Bodin, como todos os homens de seu século, acreditou na ação dos astros e planetas sobre o destino dos homens e nações:

> *Não constituiria nenhuma impiedade imaginar a influência dos astros porque, pensar que Deus age pelo intermédio de comissários por ele investido de poderes não é mais que argumentar o respeito que nós temos pela sua grandeza.* [98]

A música é o lugar por excelência do desenvolvimento da harmonia porque permite a elevação da alma, preparando-a para melhor receber o Belo e, acima de tudo, o Bem , fim

[97] A geometria seria governada pelo número áureo, a "divina proporção". Este nome foi atribuído por Leonardo Fibonacci de Pisa, em 1202, à regra geométrica que procurava exprimir a harmonia perfeita. Esta relação, traduzida mais precisamente por 1; 1,618, aparece nos pentágonos, círculos e decágonos e, mais notavelmente , no retângulo áureo , cujos lados estabelecem entre si esta relação. Os gregos consideravam o retângulo áureo a forma geométrica mais agradável à vista, pelo equilíbrio entre os lados . Fídias era um dos adeptos do uso da medida áurea na arquitetura e fez com que o Paternon de Atenas tivesse suas formas construídas segundo o retângulo áureo. Ver BOYER, Carl B. op. cit. e ROMAN, Colin Roman. op. cit.

[98] Ver MESNARD, Pierre. *L'Essor de la philosophie politique au XVIème siècle.* op. cit. p. 519.

supremo do Universo. A música estabelece uma ligação entre o homem e o universo que o rodeia:

> *O próprio mundo é concebido como um grande instrumento harmonioso, no qual a lira de Deus é tocada, e de onde emana a harmonia das esferas celestes.* [99]

Aproveitando o ensinamento que a música lhe dá sobre o cosmo, o homem terá o dever de copiar a organização e a unidade do mundo. Com efeito, se a harmonia é a colocação em acordes de elementos discordantes, ela é também a colocação em ordem destes elementos em um conjunto. Tal é a preocupação de Jean Bodin em sua República.

4.6. Unidade e Multiplicidade

O cosmo é o modelo da unidade. Unidade, entretanto, não deve ser confundida com unicidade, uniformidade que conduzem à negação das especificidades e das diferenças próprias a cada um e a cada coisa.

Segundo Bodin, toda a natureza ensina o princípio da unidade. A música, chave da interpretação do cosmos, funciona em torno de uma nota dominante:

> *O um representa o ponto de partida e ressonância, o som fundamental, aquele de onde emanam os harmônicos, aquele que no sistema musical constitui a nota mais estável, o polo de atração mais forte, a futura tônica na teoria clássica*. [100]

Toda a harmonia é construída sobre o princípio do um: uma tônica cercada de quatro notas. O um é o princípio da harmonia universal, imagem de Deus, do princípio criador. Não manifesto, é dele que deriva, não obstante, toda a manifestação. É o centro cósmico e ontológico.

A unidade pode responder a duas definições diferentes. De um lado se apresenta como a qualidade daquilo que é um, por oposição à pluralidade . De outra parte como a

---

[99] VASSILIADOU, Maria. "*Le pytagorisme et la musique, Musique et Philosophie"*. P. 18. Citado por COLAS, Marion. op. cit. p. 50.
[100] ROUSTIT, Albert. "*La prophétie musicale dans l'histoire de l'humanité*". p.17. Citado por COLAS, Marion. op. cit. p. 51.

qualidade daquilo que forma o todo. Assim é possível perceber que unidade e pluralidade são indissociáveis e a unidade não pode ser compreendida senão por sua oposição ao que é plural.

De um lado, a idéia de unidade ressalta a qualidade daquilo que é único, individual, e distinto. Seria, deste ponto de vista, o resultado de uma operação analítica. Por outro lado, o uno representa a reunião de todos os elementos capazes de constituir um todo. Neste caso, a abordagem seria sintética. Portanto, na perspectiva analítica, o princípio da unidade busca aquilo que é distinto de todos os outros seres, busca a perfeição no que é imutável, eterno e infinito. Esta seria a ordem do microcosmo. A unidade sincrética, por outro lado, procuraria harmonizar todos os seres, sem alterar seu caráter individual, a fim de concorrer e alcançar a unificação do macrocosmo.

A harmonia corresponderia à articulação das duas definições, permitindo, assim, a identidade com o Deus único, supremo, e com a geração do múltiplo. Neste sentido, a harmonia seria unidade do múltiplo, respeitadas as diferenças individuais. Através do equilíbrio, da proporção simétrica, garantiria a permanência da identidade de cada parte no todo.

A confusão das noções de unidade com unicidade, processo no qual a parte perde a sua identidade e o todo se torna uma massa indistinta, poderia levar, à degenerescência. Sob este ângulo se esclareceria o relato da Torre de Babel, a história de um povo que acreditava poder encontrar a unicidade e assim o Deus criador, apagando a multiplicidade. Também neste caso se enquadrariam os governos despóticos.

A harmonia não é fusão. O todo harmônico, ao contrário, não apenas permite, mas também necessita, para seu equilíbrio, da presença do conjunto das variedades, da diversidade, respeitando a particularidade de cada um. Como unidade na pluralidade, não pode anular as oposições, sob o risco de retornar ao caos.

A ambição de Bodin é transpor, para o domínio da política, a unidade revelada pela natureza, retomando assim as teorias de correspondência entre microcosmos e macrocosmos tão caras ao seu século.

Segundo Bodin, a unidade política só pode ser encontrada na soberania, o termo médio harmônico. A unidade se faz pelo soberano, colocado à cabeça de seu povo, à imagem do

Deus que domina o mundo. Como princípio gerador do Estado, a unidade soberana deve ser absoluta e indivisível.

O princípio detentor da soberania é semelhante à nota dominante, que sustenta a harmonia musical ou universal. Constitui, portanto, uma tendência à unidade, através da reconciliação da diversidade.

Bodin assimila a autoridade soberana ao ato de criação do mundo a qual seria concebida como uma tomada de ordem, uma organização da matéria que era originalmente o caos. A soberania constituiria, assim, o princípio diretor que viria estabelecer a harmonia, colocando cada coisa em seu lugar.

Assim, a noção de corpo político é construída à semelhança do cosmo, o organismo harmonioso por excelência, e a atividade do soberano assemelha-se ao ato de harmonização do cosmos.

Demiurgo e soberano, sujeitos da atividade formadora, têm como tarefa harmonizar pares antagônicos e equilibrar os conflitos. Movimento e repouso, ação e reflexão, som e silêncio, luz e trevas. A harmonia é a arte da integração dos abismos. Para que toda a beleza do cosmos resplandeça, para que o equilíbrio e a serenidade possam encontrar o seu lugar, é necessário fazer ressoar a modulação harmônica. Silêncio e sombras, repouso e reflexão, modulados segundo uma justa medida; som e luz, movimento e ação resultam na serenidade que é o ideal de toda a existência.

A serenidade é um atributo de toda a majestade. O semblante de deuses e soberanos são retratados com a expressão de serena tranqüilidade que só o juízo equilibrado pode fornecer. Tudo o que é sereno denota a ausência de conflito e inspira a paz. Por este motivo, Sereníssimo é o tratamento adequado a monarcas. É também o título que, a partir do século XV, é atribuído ao mais belo dos Estados: a República de Veneza.

Assim, segundo Bodin:

> *Da mesma maneira que com vozes e sons contrários se compõem de uma doce e natural harmonia, também dos vícios e virtudes , das diferentes qualidades dos elementos, dos movimentos contrários, das simpatias e antipatias ligadas por meios invioláveis, se compõem a harmonia deste mundo e de suas partes. E, assim, também a República é composta de bons e maus, de ricos e pobres, de sábios e loucos, de prudentes e insensatos, de fortes e fracos, aliados aqueles que estão no meio entre uns e outros, de modo que o bem será mais poderoso que o mal, e a*

> *concórdia prevalecerá sobre a discórdia. E da mesma forma que a unidade sobre os três primeiros números, o intelecto sobre as três partes da alma, o ponto invisível sobre a linha, a superfície e o corpo, assim também podemos dizer que este grande Rei eterno, único, puro, simples, indivisível, elevado por cima e para além do mundo elementar, do celeste e do inteligível, une os três pontos, fazendo reluzir o esplendor de sua majestade e a doçura da harmonia divina em todo este mundo, a exemplo do qual, o sábio rei se deve conformar e governar o seu reino.*
> (S.L.R. VI, 6 p311-312)

A harmonia do Estado constituiria, assim, em um justo equilíbrio entre os seus diversos elementos. A justiça, enquanto prática da medida, busca a justa proporção, conduz à harmonia, "*unidade perfeita em uma pluralidade equilibrada*", constituindo, assim, uma medida ética. A ética seria assim concebida como medida do justo. Desta forma,

> (...) *o próprio legislador deve equilibrar, segundo a natureza, as forças antagônicas, nobres e povo, príncipe e súditos, mestres e servidores, ricos e pobres, justos e maus, fracos e fortes, de sorte que o Estado constitua um coro harmônico e bem composto.*[101]

Bodin assimila a tarefa do soberano àquela do tecelão. Ambos têm por tarefa compor um tecido sólido a partir de elementos dispersos e distintos. Sua obra é entrelaçamento.

Mais uma vez reencontramos o demiurgo-tecelão platônico. Segundo esta ótica, o universo seria concebido como um grande animal, dotado por isso de alma própria, cuja vida pulsa através do entrelaçamento de seu tecido. Assim, no *Timeu,* Platão concebeu o mundo e imaginou que a alma dele fosse construída e distribuída geometricamente pelo demiurgo. Esta noção foi retomada pelos estóicos que identificaram Deus com o mundo e conceberam-no como "*um animal imortal, racional, perfeito, inteligente e bem aventurado*".

Os estóicos introduziram a simpatia como nexo que ligaria as coisas entre si e asseguraria a ordem do mundo. No renascimento o gosto pela harmonização da diversidade aliada à idéia de que tudo pode se unir a tudo levou à recuperação da noção de simpatia universal.

Ação recíproca das coisas entre si ou a capacidade de se influenciarem umas às outras, a simpatia constituiu, no renascimento, o fundamento da magia. A simpatia seria

como uma única corda esticada que, quando é tocada numa das pontas, transmite o movimento também a outra ponta. E se a vibração passa de um instrumento para outro por simpatia, também no universo há uma harmonia única, que às vezes é feita de contrários, mas outras vezes é feita também de partes semelhantes e congêneres.[102]

No caso das Repúblicas, esta simpatia, ligação natural entre todas as coisas, apareceria na forma de amizade, elo natural que garantira a afinidade entre as partes. Assim, na origem das Repúblicas, encontraríamos, então, um duplo movimento: de um lado, um movimento de coesão interno, de sociabilidade natural à base da amizade a verdadeira justiça natural, escreve Bodin, pilar da república. De outro o princípio criador externo, representado pela vontade soberana. Os dois movimentos têm um único sentido, a unidade, e uma única direção, o centro.

Analogamente à lei divina e à autoridade de Deus, o governo dos homens exige um poder externo capaz de dar à lei segundo a sua única e exclusiva vontade , sem necessidade de aprovação e que não seja constrangido por nada que pertença a este mundo.

Bodin buscava uma estética na existência política. A justiça é a arte da administração da multiplicidade, reflexo da beleza inscrita no cosmos e que se realiza na obra de artesanato político. Ordenar seria trazer para a vida política esta ordem e beleza que o cosmos revela.

O soberano de Bodin, legislador, tira sua força da inspiração divina e cria julgamentos e técnicas jurídicas a partir do nada, *ex officio* , imitando a natureza em um ato, como o *fiat lux* primordial. Estamos aqui distantes da noção de "espelho dos príncipes" medieval. O *métier* do soberano é a construção do Estado, transformação decorrente do ato de dar forma à multidão. O Estado é artefato, obra de arte, e o soberano seu artífice.

A ação do soberano demiurgo é tornar o Estado *cósmeo*, conformar a vida pública de acordo com a beleza e a ordenação que estariam dadas exemplarmente na própria

---

[101] MAGNAR, Pierre, citado por COLAS, Marion. op. cit. p. 55.

[102] A magia insere-se na simpatia universal e com artifícios oportunos aproveita-a para suas próprias finalidades, realizando assim efeitos que parecem extraordinários e milagrosos. Este conceito da simpatia, que pressupõe a animação de todas as coisas, é o fundamento da magia e é admitido igualmente por todos o mágicos da Renascença (Campanella, De Sensu Rerum, IV, 1; III, 14; Agripa, De Occulta philosophia, I, i; I 37; Cardano, De varietate rerum, I, 1-2; G.B. Elmont, Opuscula Philosophica, I, 6, etc.). Ver KAPPLER, Claude. "*Monstros, Demônios e Encantamentos no Fim da Idade Média"*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1994.

organização do cosmos. Seguindo a estética pitagórica, Bodin encontra no universo, especialmente na visão dos astros noturnos, uma tranqüilidade, serenidade e beleza que seriam, em uma certa medida, espelho que o homem, em sua dimensão política, deveria tomar como referência.

No *Colloquium Heptaplomeres* ou *Colóquio dos Sete Sábios*, encontramos exposta de forma definitiva a concepção de Bodin a respeito da harmonia natural. Trata-se de um diálogo no qual debatem, em um ambiente onírico de paz e concórdia, um luterano, um calvinista, um católico, um maometano, um defensor da religião natural, um defensor das doutrinas gregas e um cabalista judaico. O tema central é o conhecimento das coisas divinas e sua finalidade é apontar para a existência de uma religião universal baseada na harmonia universal e tolerância.

No final do livro, Bodin apresenta sua concepção sobre a existência de uma única religião, a natural, mais simples e pura e que estaria contida em todas as demais religiões. Em todas as religiões se apresentaria o princípio da concórdia e da harmonia universal que nada mais seria que a justiça, a própria alma do mundo.

A justiça não é, portanto, um conjunto de regras postas, prontas para serem reconhecidas e aplicadas. Sabedoria universal, a justiça é espelho da alma do mundo e encontrar-se-ia desde o início da história envolta nas sombras e, gradativamente, através das tensões entre as paixões e o desejo pela paz, conheceria a luz. Assim, a lei civil não é a realização de uma justiça universal, embora constitua uma tendência, ao longo da história, para a sua realização: sua origem é artificial e sua fonte o Estado.

A harmonia universal, realização da justiça, nasce do controle dos desejos e disciplinamentos promovidos pela lei. A lei não se manifesta, por este motivo, igualmente sobre todo o gênero humano, mas evolui em direção à harmonia política, entre aqueles que, tendo em vista a paz, se submeteram e aceitaram a coerção do Estado.

5. Governo e administração pública

"O Homem não vive sem pão"
Deuterônomio

É recente a concepção do soberano como dirigente de um sistema legal e administrativo. Lei e administração, esta dupla face do Estado é pela primeira vez anunciada por Bodin, no momento em que distingue a forma do Estado da forma de governo. O conceito de governo é antigo, mas apenas com Bodin é explicitado e diferenciado do Estado. Até o período medieval era comum a identificação daquilo que Bodin define como diferentes formas de Estado como formas de governo. Tomado em um sentido genérico, governo designava simplesmente a pessoa ou grupo de pessoas que determinavam a orientação política de uma determinada sociedade.

Com Bodin o significado do termo governo torna-se mais preciso e passa a designar todo o complexo de órgãos que institucionalmente têm o exercício do poder. É constituída, nesta operação conceitual, a diferenciação de uma face do poder estatal que se encontrava indistinta. Antes de Bodin o verbo governar designava toda a atividade relativa ao poder. Tomava-se o governo pelo Estado e nem um nem outro dos termos, até os *Seis Livros da República,* havia sido definido com precisão.

Em termos gerais, o Estado, para Bodin, designa a organização política, sob o comando de um poder soberano, cuja função é impor as leis necessárias para garantir a unidade e eliminar as tendências desorganizadoras. No interior do Estado encontram-se concentradas todas as atividades políticas responsáveis pelo ordenamento legal. O governo constituiria um aspecto da atividade estatal, responsável por garantir, através da administração, os recursos materiais. Trata-se de uma atividade administrativa, baseada na lei, que organiza, determina, media, julga e regulamenta as ações privadas e a distribuição de riquezas nos seus aspectos quotidianos, segundo as normatizações estabelecidas pela autoridade soberana.

A obra de Bodin representa um momento crucial do Estado Moderno. A distinção

que estabeleceu entre Estado e governo explicitou pela primeira vez, os princípios, ainda em gestação, que, de um lado, promoveram a identidade do poder estatal como ordenamento jurídico e, de outro, a conversão das atividades do governo em administração pública.

Um dos traços distintivos da política moderna seria a centralização da administração pública, realizada pelo poder soberano, através da constituição de uma burocracia do governo. Bodin apresenta em seus Seis Livros da República não apenas uma nova concepção do Estado baseada no poder soberano, mas , acima de tudo, explicita como esta soberania pode se realizar por meio de um projeto de administração pública.

Pelo intermédio do conceito de soberania, Bodin pretendia realizar a monopolização da produção jurídica, por meio da subordinação de todas as fontes de produção do direito, bem como estabelecer o controle da administração da justiça e dos negócios públicos. Juízes, administradores regionais, tropas armadas são transformados em funcionários da coroa e as mãos do soberano passam a concentrar o controle do aparelho de coação e o comando dos exércitos nacionais.

Um dos aspectos fundamentais da concepção de governo como administração pública foi a transferência da administração da justiça para a órbita governamental. A justiça é apresentada como um projeto administrativo e ministrada pelos tribunais.

Também a esfera econômica é transferida para a órbita do Estado. O soberano de Bodin é mercantilista. A partir do direito à vida se define o ofício do soberano cuja racionalidade está em fornecer os melhores meios para um fim, a manutenção e o progresso material dos homens. O corpo político tem também um corpo físico e aos homens deve ser garantida a possibilidade de viver bem e prosperar.

O conceito de governo expressa a esfera da necessidade, que deixa o domínio da administração privada para se configurar no espaço privilegiado das relações públicas. Reconhecendo a existência de mercado em expansão e o papel da ação dos Estados na determinação das relações comerciais e do progresso material, Bodin opera, com a

determinação da esfera de ação do governo, um deslocamento conceitual: a ação de governar não diz respeito às atividades de comando, mas à administração, produção e distribuição dos bens e à proteção de sua posse.

Bodin critica Aristóteles por ter excluído a economia do campo político. Ao identificar como fim da ação humana a felicidade que se encontraria na prática da virtude e contemplação, teria desprezado o fato de ser também necessário, antes, assegurar o bem do corpo.

Não seria possível o bem da alma sem o bem do corpo. Por este motivo cumpre à política, e portanto ao Estado, cuidar também da economia, condição fundamental para a sobrevivência de todos os homens. Assim, para Bodin, Aristóteles teria separado, sem razão, a economia doméstica da política: "*Não se pode desmembrar a parte principal do todo; seria o mesmo que querer construir uma cidade sem casas*".[1] Ao definir a República "*como o reto governo de várias famílias, com poder soberano*" [2], Bodin coloca o governo no centro da administração das condições materiais e da distribuição de riquezas. A administração da vida quotidiana deixa de ser negócio privado para ser o centro dos negócios do Estado.

Bodin foi considerado por Chauviré fundador da economia política em razão da publicação, em 1568, de um estudo sobre o problema da elevação dos preços que assolou a Europa no século XVI. *La réponse de Jean Bodin à Monsieur de Malestroict*[3] foi uma refutação às teses do Conselheiro do rei e mestre ordinário das finanças reais, Malestroict , apresentadas em 1566. Segundo Malestroict, a elevação dos preços na França vinha ocorrendo porque os reis vinham alterando constantemente a quantidade de ouro e prata nas moedas. Em outras palavras, como as moedas continham menos metal precioso, seu

---

[1] S.*L.R. I. II.* p. 40.
[2] S.*L.R. I. I.* p. 27.
[3] *"La Reponse de Jean Bodin aux paradodoxes de Monsieur de Malestroict touchant l' encherissement de toutes choses, et le moyen d'y remedier*" foi publicado inicialmente em 1568. Mais tarde, na versão que acompanhou a publicação dos *Seis Livros da República* de 1578, Bodin acrescentou novos argumentos. Utilizaremos aqui a versão de 1578, que acompanha a edição dos *Seis Livros da República*, publicada pela Editora Fayard em 1986. Também no Livro VI, dos *Seis Livros da República*, Bodin apresenta nos capítulos II e III um extenso estudo das finanças e moeda na administração da República.

valor de troca teria sido alterado. Observara que, enquanto o valor nominal da *libra de Tours* (*livre tournoise*) permanecia o mesmo, comprava-se uma quantidade menor de mercadorias. Ocasionava, desta maneira, uma subida dos preços que vinha arruinando principalmente aqueles que viviam de rendimentos fixos expressos em moeda nominal.[4]

Bodin critica Malestroict porque vê na elevação dos preços um fenômeno mais complexo. Compreendendo o papel da variação da moeda na administração do reino e na vida quotidiana, formula um dos primeiros tratados especificamente dedicado à economia que se tem notícia.[5] Bodin compara registros, cita ordenanças de reis, pesquisa nos compêndios de costumes das províncias, analisa o movimento do ouro, prata e as relações de troca dos diversos países europeus e suas colônias. Utiliza sua erudição e conhecimento de história antiga e medieval, bem como um arsenal de dados que acumulara sobre a vida e acontecimentos de diversos países, para compor uma explanação sobre a evolução econômica francesa e mundial. Ao final, não apenas estabelece uma teoria geral das possíveis causas de elevação dos preços, baseada em critérios seguros, como apresenta, pela primeira vez, um estudo sobre a circulação de mercadorias e capital dos primórdios capitalistas.

Em sua análise concebe a prosperidade da França como o resultado do repovoamento e recuperação agrícola, promovidos após a guerra dos Cem Anos. Analisando os descobrimentos portugueses, vê no fluxo de mercadorias provenientes do oriente a causa de uma elevação das atividades comerciais francesas. Acrescenta que, com a exportação dos produtos franceses para a Espanha, tais como trigo, tecidos, produtos de tinturaria, livros, móveis e outros artefatos, percebe que ocorre um aumento da circulação do ouro e prata no território francês, provenientes principalmente do Peru.

Teria sido a elevação dos preços do ouro em sua fonte de produção, o Peru, que teria

---

[4] Sobre os argumentos de Malestroict e a resposta de Bodin ver o estudo de Hauser dedicado ao debate da questão. HAUSER, Henri "*La reponse de Jean Bodin à M de Malestroict".* Paris: A . Colin, 1932.

[5] Segundo o historiador Pierre Vilar, Bodin, "*um dos mais notáveis espíritos dos fins do século XVI* (...)" demonstra que Malestroict engana-se *"por um processo humanista crítico e erudito, tanto a propósito dos preços que ele tomara como exemplo, como pelas suas afirmações sobre o teor da moeda* VILAR, Pierre."*O ouro e a moeda na história*". Portugal: Publicações Europa-América. 1990.

feito subir os preços deste metal na Espanha, afetando assim o valor das exportações francesas. Bodin empreende uma complexa análise de causas e efeitos, que faz passar a circulação de metais preciosos e mercadorias do oriente, passando pelas cidades italianas, Portugal, Espanha, França e colônias portuguesas e espanholas. Bodin já tratava a economia em termos de mercado internacional e, nestes termos, como mercantilista, concebe os problemas da economia francesa como um problema que deve ser administrado pelo Estado.

O soberano de Bodin apresenta, assim, uma nova face, o rei mercantilista em cujas mãos residiria a tarefa de garantir a prosperidade material dos súditos a partir da prosperidade econômica da nação. Distante das estruturas pré-capitalistas que dominavam as relações econômicas feudais, reduzidas aos estreitos limites de comércio locais ou de rotas comerciais entre cidades, o rei mercantilista tinha agora diante de si um mercado em expansão, que se estendia por todo o planeta e dominado por operações e projeções cada vez mais abstratas de possibilidades de acúmulo de capital.

O desenvolvimento capitalista decorreu da generalização das relações de natureza mercantis que determinaram uma nova forma de interpretar as relações políticas entre os homens e atribuíram um novo valor às atividades quotidianas. O rei medieval era reconhecido por sua virtude, capaz de administrar a justiça. Virtude prática, a prudência era a marca divina em sua alma. A concepção de justiça subordinada às leis divinas não poderia fundamentar a nova ordem racional e laica.

No século XVI, a reforma protestante operara uma subjetivação da concepção de justiça e ética e as lutas religiosas demonstravam que não era mais possível esperar a concórdia entre os homens da aceitação coletiva de uma lei universal supra-terrena.As lutas religiosas tinham estabelecido um estado de guerra no qual a violência se apresentava em forma bruta. Na guerra só contam a eficiência e a destruição do inimigo; nenhuma forma de justiça é possível porque cada lado acredita que a posição justa é aquela que defende.

A reorganização das esferas públicas e privadas, para Bodin, exigia uma nova estratégia para estabelecer o equilíbrio: a existência de uma fonte de poder visível e cuja lei

tivesse a eficiência capaz de controlar as paixões desmedidas. Não era mais possível o controle das paixões apenas pelo direito baseado na tradição e costume.

A ação do soberano, civilizadora e controladora, deveria reordenar o mundo, esquadrinhar os espaços, submeter o tempo. A lei terrena, emanada da autoridade soberana temporal, deveria constituir a medida que restabeleceria a paz disciplinando as paixões e reordenando condutas. Estava aberto o caminho para a transformação das paixões na violência estilizada, da livre concorrência entre os indivíduos, arbitrada pelo Estado. Assim, a antiga esfera do oikos, e depois senhorial, adquire caráter público e passa a ser administrada pelo governo.

Como demonstra Weber,[6] um dos traços fundamentais do Estado Moderno é a separação do corpo administrativo dos meios materiais de administração. Uma das principais características da burocracia é o fato de nenhum funcionário ser pessoalmente proprietário dos meios materiais de que dispõe para administrar. Este processo ocorre à medida que, concomitantemente à separação entre direito público e direito privado, é constituída uma administração de caráter público e racional, que compreende uma rede de funcionários administradores da lei, arrecadadores de impostos, exército nacional, para garantir a defesa externa e polícias capazes de garantirem a segurança e aplicação interna da lei, todos pagos com fundos públicos e a serviço do Estado.

A concepção de administração pública tornou-se possível com a constituição de um território, que encontrar-se-ia subordinado às normatizações do rei. Aquele que seria o território da futura França, na verdade, foi adquirido segundo o característico jogo que disciplinava as atividades políticas feudais: alianças patrimoniais através de casamentos e conquista, através de combates. A autoridade do Rei, entretanto, para ser reconhecida neste território, teve, antes, que desvencilhar-se das suseranias às quais poderia estar submetida e, portanto, limitada.[7]

---

[6] WEBER, Max. "*Economia y Sociedad*". México: 1984. Fondo de Cultura económica. p. 1060.
[7] A este respeito ver Norberto Elias "*O processo Civilizador*" Jorge Zahar. R.J. 1994

5.1. A formação da monarquia administrativa na França

5.1.1. Regnum Francorum: *Le Roi Très Chrétien*

As fronteiras estabelecidas que determinavam os limites do Império Franco do Ocidente, no século IX, eram totalmente distintas das fronteiras daquela que se tonaria a região mais tarde denominada de França. Estas fronteiras não separavam Estados, nem povos, nem nações, se por estes entendemos formações sociais que são, em qualquer sentido, unificadas e estáveis.

Era um império ocupado por diferentes povos, em sua maioria de origem germânica, com diversos costumes, linguagens e leis, que viviam na antiga Gália e que eram distinguidos como francos, aquitânios, borgonheses, bretões, visigóticos, normandos e Flandrinos, entre outros.

A estrutura imperial carolíngia apoiava-se, em parte, nas instituições francas desenvolvidas na época merovíngia e, fundamentalmente, nas instituições romano-cristãs. Neste sentido, a unidade do império era menos política que religiosa[8].

A condução das estruturas políticas do império, que permitiram manter coesa a *res publica,* eram resultantes de dois poderes aliados: o de Roma, que Deus teria confiado ao bispo de Roma e, em concordância com este, o terreno, confiado ao imperador. A ordem

[8] O próprio Carlos Magno parece ter sido um admirador da *Civitas Dei*, de Santo Agostinho. Segundo Tenbrock , Carlos Magno teria procurado estender os imites da Cidade de Deus: "*a missão mais importante do governante cristão é, portanto, a extensão e realização sobre a terra da cidade de Deus, cujo centro religioso está em Roma, sede do Papa, o supremo pastor cristão*". Assim, segundo Tenbrock, ao adotar a guerra contra os pagãos e assumir o papel de governante cristão, Carlos Magno teria atribuído a si uma missão divina, que faria de seu império a própria extensão da cidade de Deus. Por outro lado, poderíamos aqui perceber uma hábil estratégia política que, através da assimilação do império franco à Cidade de Deus agostiniana, teria garantido a Carlos Magno a legitimidade necessária ao poder imperial. Sobre a posição de Trenbrock ver: Robert-Herman TENBROCK , "*História de Alemanha*" , München, 1968, Max Hueber, p. 23 , citado por Mário Curtis GIORDANI , "*História dos reinos Bárbaros*", Livro III, Vol.II . Petrópolis, 1976. Ed. Vozes. 2ª edição. p.65.

divina é representada na terra pelos servidores da cidade de Deus, que ocupam os graus mais elevados, em uma hierarquia constituída por méritos em função do sagrado.

Como observa Georges Duby[9], a Igreja encontrava-se completamente enraizada na vida cotidiana medieval e sua hierarquia firmemente ajustada às formas herdadas do império romano derrocado, do qual recolheu os legados. Em particular, suas instituições foram moldadas na forma das instituições romanas. Não se pode estranhar, portanto, que o que tenha subsistido do antigo império, na forma do agir político, identifique-se com a ação da Igreja e que os bispos sucedam os magistrados romanos no papel de poder público ordenador.[10] A hierarquia era clara: acima o espírito, seguido do intelecto e por fim os sentidos. Como o espírito ainda não reinava plenamente na cidade terrena, tornava-se necessária uma força capaz de usar a coerção para fazer vingar a justiça de Cristo.

Através da espada da justiça, era entregue aos guerreiros francos a função pública de garantir a segurança de um império sagrado por sua vocação cristã; romano por sua herança institucional e germânico, pela origem da maioria de seus membros. A justiça era o reflexo e a emanação necessária na terra das estruturas da cidade de Deus, noção fundamental que sacralizava todo o poder público.

O império tinha como função governar o mundo carnal, mas nenhum imperador deveria ousar querer possuir esta autoridade, deter o cetro do Império Romano, sem a certificação do sumo pontífice em Roma. O gládio temporal era considerado um ramo hierarquicamente inferior do gládio espiritual.

A idéia da restauração do império romano, cristianizado, foi reforçada pela aliança firmada no século VIII entre os reis francos carolíngios e o papa, inicialmente com Clóvis e, posteriormente, em 800, com a coroação em Roma de Carlos Magno, imperador dos cristãos. Neste empreendimento os francos tomaram a frente dos demais povos germânicos e assumiram o papel de campeões da defesa do cristianismo contra os inimigos da Igreja: os

---

[9] DUBY, Georges. "*A Idade Média na França - de Hugo Capeto a Joana D'Arc*". R.J.: Jorge Zahar Editor. 1992

[10] Ver DUBY, Georges. Op. cit. pp.21 e sgs.

muçulmanos, os heréticos e os pagãos. [11]

Enraizava-se a idéia de um imperador eleito de Deus que com seu povo, teria levado a Igreja católica à vitória contra os oponentes da fé romana e a realeza franca foi definitivamente associada à defesa da fé católica.

As instituições francas assimiladas às tradições latinas, presentes principalmente nas antigas Gálias romanas, levaram à organização dos tribunais , mas a relação de fidelidade pessoal que ligava o senhor aos seus homens como vassalos teria tido origem nas concepções guerreiras das tribos germânicas.

Carlos Magno, seguindo a tradição dos francos, [12] fundava o poder real na sua *função* como comandante do exército, sendo-lhe conferido, então, renome e força social. O rei franco era o chefe militar das tribos guerreiras germânicas. A legitimidade do rei estava assentada em seu valor como chefe militar e não na hereditariedade ou no poder de sua família. Na condição de chefe militar, o papel fundamental do rei era conquistar e distribuir novas terras.

Os carolíngios eram guerreiros e conquistadores. O rei era o senhor da guerra e enquanto tal tinha o direito de controlar a toda a terra que conquistava e o dever de defendê-la. Todo o seu poder vinha, portanto, do fato de ser o vencedor da guerra . Como forma de manter a coesão e lealdade dos guerreiros que o seguiam, premiava-os com os territórios conquistados.

A aliança com a Igreja e a mística com a qual era gradualmente revestida a realeza eram partes de uma estratégia que procurava manter coesa uma massa de territórios e

---

[11] Segundo Duby, neste período gradualmente se impunha a idéia de uma *translatio* , do polo político e cultural , do leste para o oeste: passara o poder dos gregos para os romanos e destes para os francos. DUBY, George. op. cit. p. 29.

[12] A organização social dos povos germânicos era tribal e seus fundamentos eram estabelecidos por fins de ordem militar. A aristocracia era compostas pelos guerreiros vencedores que detinham a maior parte das terras. O principal elemento de garantia da unidade social era o *Gefolgschaft,* em latim *Comitatus,* ou companheirismo, uma instituição que ligava cada guerreiro a outro e o chefe a todos os guerreiros através de um juramento. Estes guerreiros reuniam-se em assembléias para a escolha do chefe que seria o líder e comandante militar. Em tempos de guerra os chefes gozavam de poderes quase absolutos , limitados apenas por direitos fundamentais, tais como o direito que o soldado possuía de tomar posse de sua presa. Ver LOT, Ferdnand , "*Les Invasions Germaniques*", Paris 1945. Payot, p. 28

homens que tendiam à dispersão. Uma das estratégias carolíngias era estabelecer francos em territórios conquistados, em toda a parte, e conceder-lhes honras e implantar, junto a esses delegados, homens de sua casa, os *vassi*.[13]

As atribuições*, regalia*, do imperador eram decorrentes de seu poder de comando, de sua condição de suprema autoridade militar. Deste poder decorria o direito de julgar, o qual era exercido pelo imperador, por meio de seus oficiais, os funcionários imperiais. Era também parte das atribuições imperiais criar e cobrar impostos, criar feiras, mercados, cunhar moedas . Tinha ainda o direito de interferir na designação e promoção de membros do clero.

A monarquia franca não era hereditária, mas eletiva, e o sucessor era escolhido pelos membros de uma assembléia que reúne os principais comandantes militares, a *Assembléia dos Grandes*. A maioria dos imperadores carolíngios procurou, ainda em vida, dividir seus domínios entre os herdeiros e escolher o sucessor que, por sua vez, deveria ser confirmado pela Assembléias dos Grandes. É interessante observar que, ao indicar o sucessor, ainda em vida, o rei antecipava o juramento de fidelidade que a Assembléia deveria fazer ao futuro comandante.

A necessidade do juramento de fidelidade por parte do Conselho, bem como o juramento que, em 803, Carlos Magno exigiu de seus súditos, permite concluir que, de acordo com os costumes francos, a autoridade vinculada ao título de imperador tinha como contrapartida uma necessária promessa de fidelidade e submissão, tanto por parte da aristocracia guerreira, quanto por parte dos súditos em geral.[14]

Os servidores de confiança do imperador eram os responsáveis diretos pela administração carolíngia. A função de *apocrisiário* era uma das mais importantes e "*tinha*

---

[13] Ver DUBY, George. Op cit. p. 39

[14] Tais eram as palavras do juramento:"De fidelitate promittenda domno imperatori. Precepitque, ut omni homo in toto regno suo, sive ecclesiasticus sive laicus, unusquisque secundum votum et propositum suum, qui antea fidelitate sibi regis nomine promisissent, nunc ipsum promissum nominis Caesaris faciat ; et hii qui adhuc ipsum promissum non perficerent omnes usque ad duodecimo aetatis annum simiter facerent. [Capitulare Missorum generale] . *" Da fidelidade que deve ser prometida ao Senhor Imperador. Ordenou que todo homem em todo seu reino, quer eclesiástico, quer leigo, cada um segundo seu voto e propósito, que antes já lhe havia prometido fidelidade como rei, que agora lhe faça a mesma promessa como César; e aqueles ainda não fizeram a mesma promessa, todos, a partir da idade de doze anos, façam-na da mesma*

por cuidados e sua direção todo o clero do palácio". A ele estava associado o sumo chanceler (*summus cancellarius*), que tinha sob suas ordens os escribas e notários. Era responsável pela redação dos atos e cartas imperiais , a guarda do selo imperial, dos arquivos e a publicação dos atos do imperador. O conde Palatino (*comes palatinus*), presidia o tribunal do *Palatium*, do imperador, distribuindo a justiça em nome deste. Era o responsável pela administração do império e dos funcionários menores. O *senescal*, era o chefe dos criados e se ocupa dos domínios reais e do abastecimento. O *condestável* era o responsável pela cavalaria, o *camareiro* cuidava do tesouro e dos aposentos privados do imperador. O *mansionário* cuidava da instalação do séquito real durante as viagens e o *magister ostiariorum* era o responsável por introduzir as audiências. Finalmente, um *capitulare* especial era o responsável pela organização dos *missi dimici*, os fiscais do imperador, funcionários intermediários representantes do comandante máximo nas diversas localidades do reino. [15]

Os servidores de confiança do imperador faziam cumprir a lei em seu nome, assegurando o pagamento dos tributos e a prestação dos serviços, bem como punindo toda e qualquer resistência. Tratavam-se de guerreiros e comandantes que o imperador tornara senhores das áreas que lhes dera. Exerciam a função de mantenedores locais da lei do imperador e de defesa contra inimigos externos. Uma vez que era da terra que todos tiravam seu sustento, os pagamentos destes funcionários reais, em sua maioria , eram feitos em forma de privilégios ou rendas provenientes da terra. Exerciam as funções de governo como a administração da lei, dos impostos e da defesa territorial.

Podemos verificar aqui o tipo de relações que ligavam o imperador aos seus funcionários e senhores, os quais constituíram o germe da administração pública francesa. À medida que um cavaleiro era investido pelo suserano nas funções de governo em uma determinada área, se tornava a maior autoridade local. Tendia, portanto, a tornar-se autônomo, não mais dependendo do poder central. Assim, na primeira oportunidade que o

---

maneira." Citado e traduzido por GIORDANI, Mário Curtis.."*História dos reinos Bárbaros* – Livro III, Vol. II". Petrópolis, 1976. Ed. Vozes. 2ª edição. p. 67.

poder central manifestasse qualquer sinal de fraqueza, procuravam constituir seu direito de governar independentemente da autoridade central. Como observou Norbert Elias, a estratégia que visava manter coeso o império impelia um impulso dissipador. Distribuindo seus domínios pessoais em troca de apoio e de serviços prestados, as propriedades do imperador eram reduzidas. [16]

O sistema que vinculava as alianças e a obtenção de serviços à troca de terras e de direitos acabou por ter um efeito perverso. O que contava, neste período era o poder territorial e as propriedades familiares. Se as propriedades fossem inferiores às de outros senhores, o poder seria escasso e tênue. A base do poder pessoal imperial era reduzia drasticamente em períodos de paz porque a redução de seu patrimônio pessoal, constituído pelas terras que controlava diretamente e com as quais tinha que sustentar seus serviçais, corte e agregados armados, levava-o a uma condição de precariedade. Reduzido os domínios imperiais, o imperador passa a não desfrutar de melhor situação que os demais senhores. Tal seria a tendência da organização social e política deste período. No final da fase carolíngia era visível o equilíbrio de forças entre os diversos senhores territoriais.[17]

Segundo o costume franco a posse territorial era de caráter privado. Os domínios eram considerados bens pessoais e o poder que destes domínios provinha era assegurado pela declaração de sua partilha, ainda em vida, pelo senhor.

O costume franco, de dividir as terras entre os filhos levou a um complicado processo de fragmentação, composição, absorção e redefinição das fronteiras do império. Inúmeros reinos aparecem e sucumbem-se. Por volta do século IX poderia ser identificada uma *Francia orientalis* e uma *Francia occidentalis.* [18] A fronteira que separou o que mais tarde

---

[15] Ver "*De ordine Palatii*" de Hincmar de Reims, documento datado de 882 e que discorre sobre a organização do Império Carolíngio. Vários fragmentos desta obra são citados, a partir do original em latim, seguido da tradução em português por GIORDANI, Mario Curtis .op. cit. P. 69 e segs.

[16] ELIAS, Norbert "*O Processo Civilizador, vol.II - Formação do Estado e Civilização*" 1993,R.J.:Jorge Zahar Editor

[17] Ver Norbert Elias, op. cit. p. 33

[18] Estas teriam sido, segundo Pirenne, as bases para a futura consolidação territorial do que seria, hoje, a França e a Alemanha. Ver PIRENNE, Jacques "*Les Grandes Courants de l'histoire Universelle II*" . 1947 Bruxeles. Office de Publicité. Sobre a evolução da divisão territorial do reino de França ver Pierre MIGUEL, prefácio,. *"Atlas Historique de la France*". Paris, 1985. Librairie Plon.

seria o futuro reino de França, do Sacro Império, corresponderia, segundo Norbert Elias, às fronteiras do fisco, traçadas no século IX.[19] Segundo Duby, por volta do ano mil, a *Francia* seria o território dos francos do oeste e era identificada com os locais de onde teriam partido as conquistas de Clóvis e do povo franco, como podemos observar:

> *Lá reinou Clóvis. Em Reims ele tornou-se cristão. Em Tours, recebeu as insignias consulares e venerou São Martinho, que fez patrono de seus congêneres. Após suas vitórias retirou-se para Paris, onde repousou seu corpo. Em Orleáns reuniu todos os bispos da Gália em 511. Além disso, foi na direção destes lugares que vagou a lembrança de Carlos Magno (...)* [20]

Esboça-se a França, nascida da espada e da defesa do cristianismo. Duby observa que, por volta do ano mil, começa a implantar-se a idéia de uma *Francia* no oeste, enquanto no leste o reino franco torna-se gradualmente teutônico. [21]

Rex Francorum, rei dos francos, era um título cuja origem remonta a Carlos Magno. A realeza era uma instituição germânica e os romanos designavam de *rex* os chefes das tribos que gradualmente ocupavam espaço no interior do império romano.[22] Todavia, a autoridade do rei era sustentada também nas Escrituras. No *Livro dos Reis*, no Velho Testamento, encontramos também a palavra *rex* aplicada a Davi e a Salomão.[23] A realeza franca estava completamente imersa nas instituições eclesiásticas: assim como os bispos são sagrados bispos, o rei torna-se rei através de uma cerimônia de sagração.

---

[19] De acordo com Norbert Elias, o fisco teria desempenhado um papel primordial na formação das fronteiras nacionais. Em seu apoio, cita James Westfall Thompson: "*O caráter difuso do fisco carolíngio... tranformou o fisco numa imensa rede a envolver o Império. Sua divisão e dispersão constituíram um fator mais importante, na dissolução do Império Franco, do que a ambição política local dos nobres proprietários de terras*." THOMPSON, James Westfall ."*Economic and Social History of the Middle Ages (300-1300)*". N.Y. /Londres: 1928. pp.241-2. Assim , segundo Elias, o fato histórico de que o coração do fisco se situasse na Europa Central explica as divisões da Europa Central no século IX e tornou essas regiões o campo de batalhas de reis antes que se tornassem um campo de batalha entre nações. ELIAS, Norbert. "*O Processo Civilzador, vol.II - Formação do Estado e Civilização*" 1993,R.J.:Jorge Zahar Editor . p. 275 nota 2.

[20] DUBY, Georges. Op. cit. p. 30

[21] Ibidem, ibidem.

[22] Como observa Duby, o imperador romano reconhecia a hierarquia dos chefes das tribos germânicas e atribuía a estes reis insígnias e títulos oficiais que lhes permitiam integrar o sistema hierarquizado dos poderes que davam a forma à res pública romana. Ver DUBY, Georges, op. cit. p. 32.

A hierarquia era a base das relações que assegurava os laços e o poder dos homens do clero e também regulava e vinculava a relação dos homens com todos os demais homens. A natureza das relações do processo de feudalização, iniciada no período carolíngio, era tal que obrigava todos os suseranos, a começar pelo rei, a doar terras a seus chefes de exércitos e oficiais, como forma de obtenção de apoio e manutenção da autoridade. À distribuição seguia-se uma inevitável diminuição das propriedades reais e consequentemente o rei via-se obrigado a, através de uma nova guerra, expandir seus territórios. Assim, a guerra era um recurso vital uma vez que em tempos de paz a autoridade real era debilitada. [24]

Trata-se, segundo Elias, de uma configuração na qual as forças colocam em tensão e contrapõem, de um lado, um rei cujo poder proveniente das terras obrigava-o constantemente a conquistar e a redistribuir territórios e, de outro lado, senhores que, ao receber novas terras, nas quais passavam a exercer a autoridade local, tendiam a tornar-se autônomos e independentes. Assim,

> (...) *enquanto as relações de distribuição de terra como garantia de poder mantinham a tensão entre rei e senhores e predominavam na sociedade, era quase impossível a formação de uma burocracia fortemente centralizada e uma máquina estável de governo que funcionasse primariamente através de meios pacíficos e fosse dirigida sempre por um centro.*(...) *As fortes tendências acima descritas - o rei-conquistador , o envio de representantes da autoridade central para administrar o país, a independência desses indivíduos ou de seus herdeiros como governantes territoriais e suas lutas contra o poder central - correspondem a certas formas de relações econômicas.* [25]

O sentido do sistema, como observa Norbert Elias, era a ligação orgânica cada vez menor, entre os senhores e territórios, o que determinaria uma ausência de interdependência.[26] A tendência à atomização é visível tanto entre os senhores, que

---

[23] O modelo da realeza de Davi e Salomão foi posteriormente utilizado pelos legistas franceses do século XII como estratégia para estabelecer a origem sagrada da monarquia franca e afirmar a independência do rei diante do Papa. Estudaremos os aspectos do caráter sagrado da monarquia francesa no capítulo seguinte.
[24] Idem, idem.
[25] Idem, idem.
[26] Seguindo uma análise similar a de Durkheim, Elias afirma que a baixa integração entre as áreas correspondia a um baixo desenvolvimento da divisão do trabalho e diferenciação. A produção da gleba era

procuram a autonomia e independência, como no rei, que buscava a independência da suserania pontifícia.

Dado o caráter de afastamento que caracterizava a relação do rei com seus senhores, decorria a dificuldade de administração. O rei vê-se, então, obrigado a entregar aos poderes locais a justiça e a administração local, o que por sua vez contribui para um desvio cada vez maior em direção à autonomia.

A Idade Média era o campo da diversidade. O longo processo que levaria ao Estado nacional pode ser também concebido como um processo de homogeneização, de construção de uma unidade e de uma identidade, cujo principal operador conceitual será a soberania. Entretanto, a tendência dominante do território francês feudal era a fragmentação, a distinção e o afastamento. Como nota Petit-Dutaillis, tudo tendia a uma infinita variedade e à dispersão: a língua, os costumes e o direito privado. [27]

Segundo Norbert Elias[28], o baixo nível de coesão em todos os territórios denota o poder que as forças centrífugas tinham de desintegrá-los. Elias se propõe a descrever a natureza destas forças, Partindo do pressuposto de que uma peculiaridade na estrutura destes territórios deve ter tornado possível o aparecimento de um sistema de forças deste caráter particular. A tendência à dispersão determinaria, segundo Elias, uma pequena integração das áreas que , desta forma, não chegariam a se constituir como organismos sociais e, desta maneira, pouco interfeririam no equilíbrio de forças . Poderíamos, assim, representar como uma tendência a refração , na qual, repelindo uns aos outros, cada

---

suficiente para atender às necessidades essenciais quotidianas. O comércio raro e difícil nas regiões centrais do reino, os transportes precários e as péssimas e perigosas condições das vias de acesso e estradas determinavam a pouca integração entre as diversas regiões e domínio, o baixo grau de relação e interdependência. Ver Elias. Op. cit. p. 33

[27] Já desde o período romano, uma maior romanização e uma poderosa absorção da língua e cultura latinas ocorreram nas regiões celtas da Provença . A medida que nos distanciamos do Mediterrâneo, o latim vai perdendo a forma primitiva e, assim, recebendo uma maior influência franca. Gradualmente é claramente observável uma distinção entre uma região na qual uma série de falares e dialetos, as formas das instituições e a diversidade do direito, seguem o modelo latino (a região de *Langue d' oc*) e uma outra na qual as instituições, costumes e línguas denotam uma maior influência franca (a região de *Langue d' oïl*). Na região de *langue d'oc,* é conservado o *a tônico* latino , que os filólogos denominariam de *provençal.*Ver PETIT-DUTAILLIS, op. cit. p. 21.

[28] ELIAS, Norbert. "*O Processo Civilizador - Formação do Estado e Civilização - vol II* . 1993: R.J.:Jorge Zahar Editor .

formação social não se reconheceria na outra , tornando-se todo o campo um espetáculo de diferenças e de obstáculos a qualquer produção de identidade[29]. A identidade exigiria o caminho oposto da refração, o ato de voltar-se para dentro e para além do obstáculo, na busca do idêntico.[30] Tais passos, como verificaremos, seriam a base sobre a qual seria constituída a soberania francesa, em um partir de um gradual processo de generalização e individuação que permitirá, na Idade Moderna francesa, a produção da grande abstração do conceito de Estado.

É necessário observar que as relações, que neste momento indicam a direção de desenvolvimento, não se revestem de qualquer necessidade intrínseca. São determinadas por fatores localizados e contingentes e em nada permitem antever ou pressupor a unidade posterior que constituirá o Estado.

Como observa Elias, as identidades culturais regionais, e mesmo as afinidades geográficas e políticas, mantinham fortes os laços entre as regiões meridionais da França e as regiões do norte da Espanha ou com regiões italianas. Tais ligações e afinidades eram muito mais fortes do que com a Ilha de França.

Foi gradual e demorado o processo que levou à formação de uma monarquia francesa medieval. Nascida na conturbada fase carolíngia, a monarquia francesa teve que esperar o

---

[29] Elias utiliza uma metáfora retirada da física. Refere-se a um sistema de forças centrífugas e centrípetas que permite a representação das relações sociais em termos de um sistema de forças que, em um determinado campo de inter-relações, se confrontam e, de acordo com a sua intensidade e sentido neste momento, estabelecem uma determinada configuração cuja resultante seria o equilíbrio geral do sistema. O sistema pode ser interpretado em termos de dispersão , afastamento, ausência de choques e conflitos e teríamos assim um sistema de baixa energia. A maior integração das áreas, a redução dos espaços levariam ao choque e ao conflito das unidades sociais e a elevação da energia interna ao sistema . Este processo retira a força de sua representação dos conceitos químicos de entropia/entalpia. Tal análise permite a complexidade das forças sociais serem representadas como centrífugas, tendendo à dispersão, ou forças centrípetas , tendendo à concentração. O risco da análise de Elias é a reificação da representação levar a uma concepção mecânica e inercial dos sistemas sociais, no qual as forças passariam a tornar-se necessárias e determinariam, da exterioridade, a natureza das relações internas ao sistema. Segundo Norbert Elias - uma vez que a nossa linguagem não criou um vocabulário claro e específico para descrever os processos sócio-históricos - empregamos imagens provenientes dos reinos da natureza ou tecnologia. Existiria uma natureza compulsiva dos processos sociais que se permitiriam ser expressas perfeitamente pelo vocabulário das ciências naturais.

[30] Elias pretende determinar quais as mudanças nas relações de força e na estrutura teriam provocado a mudança no sentido das forças ou gerado novas forças e na medida em que a tendência de todo o sistema é o equilíbrio, em que medida e porque a nova configuração tenderia a proporcionar maior estabilidade.

período dos Capetos para que pudesse se verificar a passagem da tendência inicial de dispersão, caracterizada, na terminologia de Elias, pela ação de forças de tendência centrífuga, para um sistema onde o impulso das forças passa a ser centrípetas.[31]

5.1.2. A dinastia capetíngia

A data de 987, que teria dado início à dinastia Capetíngia, com Hugo Capeto, marcaria, de fato, o momento a partir do qual o título de rei passa a ser transmitido sem interrupção de pai para filho, dentro da mesma família.[32]

Tradicionalmente, costuma-se datar o começo da monarquia francesa com a ascensão de Hugo Capeto [33], quando teria chegado ao poder a dinastia que daria à França os seus primeiros delineamentos como nação. Entretanto, este não é mais do que um momento no lento processo de concentração do poder nas mãos do rei. Desde o final do século IX, os ancestrais de Hugo Capeto vinham se alternando no trono da *Francia orientalis* com os descendentes de Carlos Magno. Hugo é o quarto da mesma família tornar-se senhor de França . Parece paradoxal que o nascimento da monarquia francesa seja atribuído a um momento em que a feudalização encontra seu maior impulso, na sociedade apoiada sobre a política da homenagem , para levar ao enfraquecimento extremo o poder real. Será somente

---

[31] ELIAS, Norbert. Op. cit. p. 35 3 sgs.

[32] É necessário lembrar que, até o século XI, o título de rei era pessoal, sem estar ligado a nenhum território fixo. Embora o domínio fosse pessoal e hereditário, o título era eletivo. O poder real derivava principalmente da capacidade de suserania, prestígio e dos meios práticos de que dispunha para se fazer obedecer. A sucessão conturbada dos diversos herdeiros de Carlos Magno levou à fragmentação do território imperial em diversos reinos, ainda que tenham permanecido sob a tutela única do império e Igreja. Como a realeza tinha caráter eletivo, nem sempre os novos reis pertenciam às mesmas famílias de seus predecessores.

[33] Embora muitos autores pretendam identificar a ascensão ao trono de Hugo Capeto como o momento do início da dinastia dos Capetos, isto de fato não corresponderia a uma interpretação correta da questão. Desde o fim do século IX, os ancestrais de Hugo Capeto e os carolíngios se alternavam no trono. Hugo teria sido o quarto da família Capeto a ascender ao trono francês. Logo, não se pode dizer que teria ocorrido propriamente uma mudança de dinastia. Por outro lado , o que torna o início do reinado de Hugo Capeto como o marco do que seria o início da monarquia francesa é um fato de natureza política. É, com efeito, a partir de Hugo Capeto que a sucessão ao trono francês deixa de ser eletiva e passa a ser uma sucessão de pais para o filho primogênito masculino. Ver PETIT-DUTAILLIS, Charles , "*La monarquie Féodale en France et en Anglaterre*". Paris, 1971. Éditions Albin Michel.

nos tempos de Felipe I, no século XI, que se pode falar em um poder monárquico de fato, quando seria possível identificar os primeiros delineamentos de uma administração pública.

No período dos primeiros reis Capetos, a fragilidade do poder real parece desaconselhar o uso da qualificação de "*Reino de França*". Mesmo aos olhos dos contemporâneos, a palavra *France* designaria apenas uma região geográfica que se estenderia pelos arredores do Sena , o *pays de France* , restrito a uma parte setentrional da diocese de Paris. Por outro lado, como observa Petit-Dutaillis[34], embora a fórmula encontrada nos diplomas reais ainda seja *Regnum Francorum*, podemos encontrar nas fórmulas das chancelarias e na linguagem dos habitantes do século X a referência a um *Royaume de France*[35].

Ocorre que a palavra reino, no vocabulário da época, possuía um significado muito distante da noção de reino tal como será definida, mais tarde no período dos Bourbons. Até o século XI, o título de rei permaneceu como um título de caráter pessoal e não era vinculado a nenhum território fixo. Assim, o poder real era proveniente da pessoa que o possuía , dependia de condições territoriais e políticas flutuantes e da rede de relações das quais tinha que retirar os meios práticos para sustentação de seu poder.

Assim, como observa Petit-Dutaillis, é possível falar-se em reino de França por oposição ao Império e aos principados cristãos e muçulmanos deste período[36]. Neste sentido, os capetíngios não eram reis da França porque governavam um território que seria denominado reino de França, mas porque uma forte tradição impregnada através da mística de uma realeza franca, no período dos carolíngios, teria construído, na mentalidade popular, a concepção de um *Regnum Francorum* que, assimilada a concepção de *Regnum Franciae* ,

---

[34] Op. Cit. p.16.

[35] Os limites do que seria o reino de França dos primeiros capetos seriam os seguintes: incluiria o Condado de Vermandois, o Condado de Ponthieu, o Condado de Champgne, parte do Ducado de Bourgonha, o Ducado da Aquitânia, o Condado de Toulouse, o Condado de Barcelona e o reino de Navarra, o Ducado de Gasconha, o Ducado da Normandia, o Condado da Bretanha. Ver Pierre MIGUEL, pref. *"Atlas Historique de la France*". Paris, 1985. Librairie Plon. P.76.

[36] PETIT-DUTAILLIS, Charles , "*La monarquie Féodale en France et en Anglaterre*". Paris, 1971. Éditions Albin Michel. p.16.

constituirá a base da mística da realeza francesa . Será a herança carolíngia, habilmente manipulada pelos reis Capetos, que permitirá ao reino de França confrontar-se ao Império como um reino autônomo.

Era apenas em seus próprios domínios que o rei possuía poder de fato. O domínio pessoal do rei era constituído pelo conjunto de terras nas quais exercia os privilégios de baronia, de senhor independente e, acima de tudo, onde detinha o privilégio da justiça que lhe conferia o exercício real do poder. No período de Hugo Capeto, o domínio real era reduzido ao Ducado de França, uma estreita faixa conhecida como *Île de France* e da qual nada permitiria fazer supor que seria o centro a partir do qual se concentraria a nação francesa. [37]

É necessário notar que o processo que levaria à constituição da monarquia francesa nada teve de necessário e o sentido de sua evolução não podia ser previsto em suas origens. Diante de um quadro de múltiplas possibilidades, em diversos momentos, qualquer uma das baronias poderia ter assumido o papel de casa real.

Quando Hugo Capeto, da Casa dos duques de *Francia,* torna-se rei, a função real não possuía um caráter de supremacia . Seu domínio pessoal era pouco maior e não muito mais rico do que o de outros ducados à sua volta com os quais tinha que fazer aliança e exercer a suserania. As possessões do rei eram mais débeis que as de seus principais vassalos. Sua renda, cuja fonte era a mesma que a dos demais senhores, era garantida pelos tributos pagos por seus camponeses, pelo trabalho de seus servos e pelas contribuições das abadias e bispados de seu território, dependendo dos acordos estabelecidos. Quando ocorria uma sensível queda na quantidade de territórios possuídos pelo rei, uma queda correspondente de poder afetava a sua relação com outros senhores .[38]

---

[37] O espaço territorial era dominado por senhores, cada um soberano em seu feudo. Muitos sãos os territórios autônomos, poderosos e ameaçadores. Em primeiros lugar os ducados, Frância, Borgonha, Bretanha , Aquitânia , correspondentes a grupos étnicos e ou prolongamento de antigos reinos bárbaros. Finalmente acrescenta-se o ducado da Normandia formado a paritr das invasões ao longo do século IX. Outros grandes territórios se delineiam como Flandres, Vermandois, Champgne, Anjou , Toulouse, Orléans, Barcelona, etc , todos com pretensão à extensão de seus domínios. Todos rivalizavam-se pelo controle da coroa.

[38] Idem, idem.

Segundo Marc Bloch, a principal dificuldade política do rei, já enfrentada pelos carolíngios, era fazer a administração chegar junto dos indivíduos:

> *A principal dificuldade que a administração central encontrava era chegar junto dos indivíduos, para exigir os serviços devidos e exercer sobre eles as necessárias sanções. Daqui veio a idéia de utilizar para os fins do governo a rede das relações de subordinação já fortemente constituída; o senhor em todos os graus de hierarquia, sendo responsável pelo seu 'homem', estaria encarregado de o manter no seu dever .*[39]

Os vassalos do rei, os *vassi domici,* que desfrutavam de sua proteção pessoal, eram encarregados de:

> (...) *lhe fornecer uma grande parte das suas tropas, deviam formar ainda, através das províncias, como que as malhas de uma vasta rede de lealdade.*[40]

No período dos primeiros reis capetos, multiplicava-se a rede de relações privadas fazendo ampliar-se a rede de *vassus vassorum*, vassalos de vassalos. Marc Block, em seu livro "*A Sociedade Feudal*", apresentou um quadro da desagregação e a ramificação do poder real, por meio das palavras de um prelado alemão sobre Borgonha:

> (...) *o rei já só tem de rei o nome e a coroa ... não é capaz de defender os seus bispos, nem os outros súditos, dos perigos que os ameaçam. Por isso, uns e outros vão, de mãos postas, servir os grandes e assim alcançaram a paz.* [41]

Como observou Marc Bloch, a feudalização era constituída, na verdade, de um sistema social fundado numa relação de dependência que vinculava um indivíduo a outro e

---

[39] BLOCK, Marc. "*A Sociedade Feudal*". Lisboa, 1987 Edições Setenta. 2a. edição. Tradução de Liz Silva. p. 171.
[40] Idem, p. 172

que perpassava todas as classes sociais . Esta relação de dependência era perfeitamente expressa pela expressão "*Ser o homem" de outro homem*".[42] Assim, podemos ler em uma petição datada por volta do século XI, que monjas normandas se queixavam *" de que 'seus homens' - isto é seus camponeses - fossem obrigados por um alto barão a trabalhar nos castelos dos 'homens' deste: entenda-se, os cavaleiros, seus vassalos*". [43]

No final do século XII, o rei da de França já não prestava homenagem vassálica a nenhum outro senhor. Todavia, a manutenção da unidade de um território tão díspar e fragmentado, como aquele administrado pelos reis Capetos, parecia ser uma tarefa hercúlea. A administração sob a forma patrimonialista tinha mostrado a sua fraqueza já na época de Carlos Magno que, ao partilhar o reino entre seus filhos, provocou lutas pelos diferentes domínios e o esfacelamento do poder.

Mesmo no final do século XIII e início do século XIV, quando o processo de centralização já se encontrava em pleno desenvolvimento, podemos verificar a ainda difícil integração dos territórios, a fragilidade do reconhecimento da autoridade real, a fragmentação do poder nas diversas autoridades locais. Tal é o caso exemplar de Montaillou[44] , descrito por Le Roy Laudurie.[45] Em seu livro podemos encontrar o material

---

[41] Idem. p. 174

[42] Ver Marc BLOCH. Op. cit. p. 159.

[43] Marc Bloch observa que, apesar do abismo entre as camadas sociais , a queixa denota que todo o acento do sistema exercia-se sobre um elemento fundamental comum: a subordinação de indivíduo a indivíduo. Op. cit. p.159.

[44] Montaillou era uma aldeia localizada no Sul dos Pirineus,no atual departamento de Ariège, próxima à fronteira com a Espanha. O departamento de Ariège correspondia ao território da diocese de Pamiers e ao antigo Condado medieval de Foix, que constituíra, outrora, um Principado independente. A partir dos séculos XIII e XIV, este Principado governado pela importante família dos Condes de Foix torna-se satélite do Reino de França. Entre 1318 e 1335, esta minúscula aldeia de camponeses e pastores, localizada a 1300 m de altitude nos Pirineus e afastada dos centros decisórios em formação, foi objeto de um inquérito monumental, que chama a atenção pelo seu caráter minucioso e exaustivo. O inquérito é obra do bispo de Palmiers e do inquisitor local, Jacques Fournier, futuro papa de Avignon. Montaillou teria sido a última aldeia do Languedoc a sustentar ativamente a heresia cátara. O catarismo ou albiginismo, uma das principais heresias medievais, espalhou-se por volta de 1200 por vastas regiões do Languedoc e da Itália do Norte. Em 1209 uma brutal cruzada anti-algibense é conduzida contra o catarismo, em um acordo que une os senhores do norte da França e o papa. O rei aproveita a cruzada para alargar o seu domínio sobre o sul e aproveita o pretexto para anexar região do Languedoc em 1229, pelo tratado de Meaux. Nesta medida, a carnificina da cruzada anti-catarismo permitiu a unificação de um território que tendia a afastar-se do reino do norte francês. A língua e os costumes de origem latina, características da região do Languedoc, pareciam fazer crer,

que permite compreender a natureza da intervenção dos diversos poderes na vida de uma aldeia distante do centro. Longe da *Île de France* , em plena região de *langue d'oc*, Montaillou é uma pequena aldeia de camponeses, nos arredores de Carcassone. Segundo Le Roy Laudurie, o poder que investe e controla Montaillou parte dos centros de direção, que tendem a considerar-se os centros de decisão verdadeira, situados nas cidades ao norte e afastados da região. Em primeiro lugar estão os poderes políticos e senhoriais. Encontram-se, pelo menos no caso dos montalioneses, em mãos que podem ser localizadas como um poder longínquo, a do conde de Foix:

> *O conde é soberano do conjunto do principado dos Pirinéus, que se chama precisamente condado de Foix e que inclui Montaillou. (...)A casa de Foix exerce seu direito de suserania através de dois representantes seus: o castelão e o bailio.*[46]

A descrição que Le Roy Ladurie apresenta a seguir é uma demonstração do papel dos funcionários locais do reino:

> *" Nomeado pelo conde a título puramente vitalício ou mesmo temporário, o castelão é o agente da "repressão" eventual; é uma personangem militar; presta assistência à justiça do bailio, quando este se lança em perseguição de um delinquente, real ou suposto, por montes e bosques. Exerce igualmente a função de carcereiro-chefe, na qualidade de responsável pelas masmorras do castelo; responsável igualmente pelas pessoas que encarcera, de guilhetas nos pés.*[47]

Em pelo menos um dos casos narrados por Ladurie, um castelão dedicou seus afazeres a por-se às ordens dos camponeses ricos da região. Quanto ao bailio, suas funções

---

segundo Le Roy Ladurie, "que teria podido tornar-se uma grande nação mediterrânea, como são hoje a Espanha ou Itália". Ver Emmanuel LE ROY LADURIE, "*Montaillou , Cátaros e Católicos numa aldeia francesa 1294-1324*" Lisboa: Edições 70 s/d. pp. 9 – 13. [44] Emmanuel LE ROY LADURIE, "Montaillou , Cátaros e Católicos numa aldeia francesa 1294-1324" Lisboa: Edições 70 s/d.

[45] Emmanuel LE ROY LADURIE, "*Montaillou , Cátaros e Católicos numa aldeia francesa 1294-1324*" Lisboa: Edições 70 s/d. Ver introdução e crítica de Burke.

[46] Sobre a dualidade castelão/ bailio, Ladurie remete a Bonnassie, Thèse d'État –" *História social da Catalunha medieval, Univ.de Toulouse-Le Mirail*" 1972 .t.IV, p. 688 e segs. Le Roy Ladurie , op. cit. p. 38.

eram estritamente limitadas aos domínios do senhor. Segundo a definição de M. Bonnassie, citada por Le Roy Ladurie:

> *(...) o bailio é 'o agente dominial encarregado de vigiar pelo pagamento regular os foros ou direitos senhoriais devidos pelos rendeiros, ... o fiscal e recebedor dos impostos; exerce, em nome do conde, a justiça e mesmo a lata justiça'. Esta separação de poderes entre um "gardião do castelo" com prerrogativas militares, e um funcionário senhorial especializado na justiça, teria encantado Montesquieu. (...) De facto, ao nível da nossa documentação, são as funções do bailio, judiciais decerto mas também repressivas, e "protectoras", que aparecem com mais força*"[48].

De acordo com os *Dossiers de Fournier* citados por Ladurie, seriam os bailios da aldeia os encarregados eventualmente das prisões dos heréticos. *"Na companhia do pessoal do castelo, perseguem toda a espécie de delinqüentes na montanha; tentam readquirir os objetos roubados; cobram os foros e mesmo os dízimos!"* [49] Assim, segundo Ladurie, podemos acompanhar o bailio, em seu modesto "tribunal", como um árbitro semi-oficial, instalado na praça da aldeia ouvindo a queixa de um pastor, vítima de calúnia.

Segundo Ladurie, um segundo poder também se exercia sobre Montaillou: a Inquisição dominicana de Carcassone, cujos denunciadores e policiais oficiosos, notários carcereiros, guardas de prisão, agentes no clero secular, que às vezes era o próprio pároco da aldeia e notário local da Inquisição, constituía uma rudimentar burocracia inquisitorial, responsável pelas entregas de mandatos para comparecimento aos tribunais de Inquisisção.[50]

O terceiro poder que atuava sobre Montaillou era proveniente do bispo de Pamiers. Embora teoricamente fosse subordinado ao papado, é o bispo quem dirige a hierarquia do clero local que vai do pároco ao vigário. Ao procurar impor aos aldeões da alta Ariège o pagamento de dízimos, é fonte recorrente de conflitos. Ladurie narra um conflito entre um bispo de Pamiers e um conde de Foix que, durante muito tempo, vinha servindo de

---

[47] Le Roy Ladurie, op. cit. p. 38.
[48] Segundo M. Bonnassie, o termo bailio significaria, originariamente, tutela e proteção. Ver Le Roy Ladurie, op. cit. p. 38 e 39.
[49] Idem, p. 39.
[50] Idem, idem.

obstáculo para a implantação da cobrança do dízimo. Em associação com o emissário de Carcassone e o tribunal de Inquisição, o poder do clero *"pairará como uma sombra negra sobre Montaillou, entre 1320 e 1324"* .

Finalmente, o quarto poder exercido sobre Montaillou: o do rei de França. Uma vez que este poder se alinhava com os anteriores, como um bloco, apenas com ligeiras fissuras, e diante da possibilidade de uma eventual intervenção do exército real em favor da posição inquisitorial , *"o reino do norte é odiado, tal como sua força, por muitos montanheses que, no entanto, nunca tinham encontrado um homem de oil em carne e osso*". [51]

A função social primária do suserano nessa sociedade manifestava-se diretamente na condição de chefe do exército. Como, durante um longo período de tempo, a Casa Real não se firmara como liderança militar ou não obtinha sucesso como tal, também as funções secundárias do rei desmoronavam, como a de árbitro supremo ou juiz de regiões internas, e o rei passava a nada mais ter que o seu título para distinguí-lo de outros senhores territoriais. E mesmo quando, mais tarde o rei tiver-se conquistado e efetivamente controlado todo o território, em tempo de paz relativa os territórios conquistados escapavam à sua autoridade.

Durante o longo período que vai do século X ao século XIII, na França, os diferentes grupos que compunham a sociedade medieval se equilibraram mutuamente, sem que uma autoridade superior conseguisse impor uma unidade. Cada um destes grupos constitui um conjunto mais ou menos completo com a sua organização política , sistema jurídico e organização política. Malgrado a diversidade institucional, a sociedade deste período se reconhecia prioritariamente no campo da religião, comungando um conjunto de valores cristãos, dentro de um quadro institucional de uma cristandade universal. Cada senhoria, cada vila, cada reino representavam a si mesmo como pertencendo a um corpo mais amplo, a cristandade e as entrelaçadas relações entre o poder temporal e o espiritual acabavam por estabelecer uma rede confusa e ambígua de poderes. Desta maneira, embora fragmentada, a

---

[51] Assim fala um habitante de Montaillou: "*Há, quatro grandes diabos que governam o mundo: o senhor papa, o diabo maior; dou-lhe o nome de Satã; o senhor rei de França é o segundo diabo; o bispo de Pamiers, o terceiro; e o senhor inquisitor de Carcassone, o quarto*". Citado por Le Roy Ladurie, op. cit. p . 40.

sociedade deste período via a si mesma como universal, graças à presença de um imaginário cristão, implementado e reforçado pela rede de servidores da Igreja, que percorria todas as atividades quotidianas. A Igreja, pela natureza de seu poder supra-terreno, era concebida como a única instituição de caráter universalizante.

O fato dos Capetos terem assegurado a hereditariedade da coroa foi fundamental para firmar a autoridade desta dinastia como a principal casa de senhores da França. A passagem dos domínios para um único homem, o primogênito, passou a assegurar a unidade territorial. Esta permanência foi assegurada pelo fato do rei proclamar antecipadamente o filho como herdeiro. Repetida geração após geração, esta prática acabou por instituir a hereditariedade por via do costume e tornando-se parte do direito público.

Se originalmente a força do rei derivava principalmente do que ele tinha em caráter particular: seus domínios, homens, corpo armado, florestas, direitos de justiça, pedágios, poder de explorar camponeses, castelos, cidades etc., os Capetos logo perceberam que a manutenção e amplificação de seu poder dependeria de sua capacidade de estender seus domínios territoriais e a, partir daí, elevar os benefícios feudais e tributários. Ao longo dos séculos XII e XIII, os diversos reis Capetos acumularam domínios pessoais espalhados por diversos territórios. Fragmentados espacialmente, mas unidos por uma rede de funcionários do rei, foram o resultado de vitórias militares e de uma estratégia de disseminar prebostes, exércitos de serviçais, administradores ou grandes camponeses que detinham direitos de usufruir os bens locais, pagando ao rei, por este privilégio, antecipadamente. Os Capetos cultivavam, junto com suas terras, uma rede de serviçais.

À medida que mais e mais terras se concentravam nas mãos da Casa reinante, o gerenciamento pessoal da renda e das despesas , da administração e da defesa das propriedades , tornava-se cada vez mais difícil.[52] A dificuldade da administração pessoal de extensos e muitas vezes distantes territórios, obrigou os reis a adotarem uma estratégia, a administração indireta que substituía a diversidade de obrigações feudais por tributos pagos aos seus representantes. Gradualmente, a exploração direta dos recursos dos domínios dos

reis deixaram de ser a sua principal fonte de renda e o monopólio da força e da terra se converteu em monopólio de leis e impostos.

A dependência do pessoal administrativo aumentou e com ela a influência da rede dos servidores pessoais do rei. Como sugere Elias, a máquina governamental emergia da "corte privada" e da administração dos domínios do rei. "*Praticamente todos os órgãos do governo do Estado resultaram da diferenciação das funções da família real, ocasionalmente com a incorporação de órgãos autônomos de administração local*".[53]

Durante a maior parte da Idade Média, os servidores do rei residiam com ele e eram encarregados tanto de funções domésticas como de funções administrativas. Esta foi a origem dos grandes oficiais da Coroa. Todos os chefes e funcionários que exerciam as principais funções do Estado, da guerra, justiça, finanças ou finalmente da Casa real, para terem um título particular acima dos demais oficiais de sua Majestade, são denominados oficiais da coroa.[54]

O processo que determinou a centralização do poder dependeu de fatores que se tornavam cada vez mais decisivos: a comercialização, que passa a gradualmente transformar o caráter da aquisição de riquezas e sua produção. A posse e exploração da terra deixam de ser a fonte do poder que agora é determinado pelo acúmulo de ouro e prata. Da concentração de metais preciosos decorre a concentração de poder nas mãos de algumas famílias a expensas de numerosas outras famílias mais fracas. As cortes dos senhores mais importantes passam a atrair para o seu círculo, pelas crescentes oportunidades de que dispunham para o acúmulo de riquezas, provenientes das funções administrativas, um número cada vez maior de pessoas. O entrelaçamento de funções sociais, o desenvolvimento do comércio e o início da circulação monetária permitiam uma tributação cada vez maior sobre os domínios, possibilitando a existência de um exército

---

[52] ELIAS , Norbert, op. cit. p. 101.
[53] Neste sentido, Elias observa que não é de se estranhar que mesmo quando com o aumento do comércio , tributos de todas as regiões do reino fluíam para as "câmaras" do suserano, a receita ainda era controlada como se fosse renda pessoal da família. Era prerrogativa sua a distribuição da renda gerada pelos recursos monopolizados. ELIAS, Norbert. pp 101-102.
[54] RICHET, op. cit. p. 87.

permanente sob o comando de oficiais nobres, financiado pelo rei, que agora podia dispor de suas próprias fontes de renda.

O acréscimo dos meios financeiros, arrecadados a serviço da autoridade, sustentavam o crescente monopólio da força militar, o que, por seu lado, elevava a capacidade de tributação. O controle administrativo da extensa rede de funcionários exigia que suas atribuições fossem definidas e regulamentadas e as atividades de arrecadação, fiscalização e coerção tornavam-se cada vez mais especializadas.

Estender territorialmente sua autoridade era fundamental para garantir a jurisdição e autonomia do poder real diante dos poderes externos. A experiência permitiu aos reis da dinastia dos Capetos compreender que a consolidação de seu poder dependia da administração capaz de organizar o território sob seu poder sob sua exclusiva lei. O processo de administração do território era a chave da constituição da unidade territorial. A interposição dos diversos direitos tradicionais baseados no costume, senhoriais, eclesiásticos ou imperiais dificultavam a tarefa de unificação e de controle territorial.

As primeiras instituições judiciárias permanentes laicas medievais surgiram para tratar das questões internas e mediar os diversos interesses e direitos feudais que se sobrepunham e interpunham uns sobre os outros. Administrar a justiça e coletar rendimentos constituíram as primeiras atribuições dos funcionários reais, agentes locais que em nome do rei em cada província, feudo e vila julgavam os conflitos entre senhores e camponeses, cobravam impostos e julgavam os delitos locais em nome do rei.[55]

Recrutando seus agentes na nascente burguesia desejosa de conquistar a liberdade para suas próprias atividades, restringidas pelos direitos senhoriais, os reis Capetos estabeleceram uma rede de funcionários capazes de representar a lei do rei. Usando as insígnias monárquicas que indicavam que através deles falava a lei do rei, os funcionários a serviço da monarquia administravam a justiça e organizavam as atividades públicas locais.

---

[55] STRAYER, Joseph R. "*As Origens Medievais do Estado Moderno*". Lisboa: Ed. Gradiva, Lisboa, s/d, p 56

A garantia que o rei, como senhor mais poderoso , aplicaria a lei do reino em todo o lugar onde sua espada alcançasse, garantiu a defesa de seus interesses acima dos interesses privados dos senhores feudais. Um poderoso movimento de concentração dos atos de justiça nas mãos dos monarcas possibilitou um ataque frontal aos privilégios da feudalidade.

Diante dos litígios e combates que marcavam a concepção patrimonialista feudal, o rei tornou-se o centro de todas as normatizações, regulamentando e definindo procedimentos, garantindo gradualmente, pelo intermédio da submissão à sua lei, uma paz territorial negociada. Esboçava-se uma nova estratégia de poder. Civilizadora e controladora, a ação do rei passou a estabelecer uma nova medida para a ação da justiça.

O rei franco, originalmente senhor da guerra, transferiu as técnicas de sua arte para a administração territorial: fez da intendência e topografia estratégias determinantes da consolidação de seu poder. A expansão comercial tanto estimulou como foi estimulada pela expansão territorial. Permitiu ao rei incorporar novas estratégias para explorar racionalmente os recursos territoriais e tirar o melhor partido das riquezas. A guerra, tal como o comércio, implica em planejamento. Processo de abstração, cálculo racional, luta-se a guerra antes no papel ou nas cabeças dos generais. Identicamente, a burguesia nascente aprendera que, estabelecido o fim de suas atividades, o lucro, bastava traçar, através do cálculo racional, as estratégias adequadas que permitiriam atingir o objetivo proposto. A logística, necessidade de cálculo prévio, constituiu o elo estratégico que permitiu a passagem do campo do comércio e da guerra para a racionalização dos negócios do Estado.

Neste período crucial do processo de constituição do Estado territorial francês, o rei não podia mais ser o virtuoso servidor de Deus. Gradualmente as necessidades impostas pela expansão e manutenção territorial impunham a substituição das virtudes qualitativas e pessoais pela quantificação e abstração.

Abstrair e quantificar eram dois aspectos de um mesmo processo: a racionalização das atividades do poder. Os impostos deixavam de ser tributos, estabelecidos a partir da produção e do trabalho para se tornarem cálculo, que obedecia à lógica das necessidades

do Estado. A ligação pessoal, característica das relações senhoriais, é substituída pela impessoalidade do imposto, que torna aquele que o paga anônimo. O processo de abstração estatal subsumia camponeses e senhores, trabalhadores e proprietários, à categoria de contribuintes, anônimos e intercambiáveis. Estava em andamento o processo de homogeneização legal-racional que, por meio da ação impessoal da administração pública, transformava a todos, indistintamente, em súditos.

O senhor da guerra tornou-se rei; as riquezas de seus domínios feudais tornaram-se patrimônio público e seu domínio territorial transformou-se em reino. O processo de abstração gradualmente metamorfoseava o rei patrimonialista em soberano, senhor de um novo domínio: a lei.

O território, neste processo, transformava-se em Estado e o soberano passava a conferir o controle dos espaços e tempos. Os antigos feudos transformaram-se em unidades administrativas do Estado, províncias ou departamentos, na organização territorial que melhor propiciasse o controle estatal.

A hierarquia medieval foi substituída pela homogeneidade e continuidade do espaço, o qual deveria ser conhecido, determinado e controlado. Podemos afirmar que o rei assumiu a condição de soberano no momento em que foi reconhecido, incontestavelmente, como o dirigente exclusivo do sistema legal e administrativo, que passa a ser identificado com o próprio corpo do reino.

5.1.3. A administração pública no século XVI

O processo de abstração, em andamento desde o século XII, não foi, contudo, linear e homogêneo. As tensões sociais, as lutas por domínios territoriais e privilégios permaneciam, mesmo que em escala cada vez menor. O rei fora obrigado a absorver, em sua administração, os antigos senhores, seus rivais, e a substituir as rendas materiais por

privilégios sociais cortesãos. Freqüentemente apaziguava tensões manipulando vaidades, distribuindo cargos que concediam, pelo poder simbólico de sua chancela, dignidade e glória aos seus possessores.

No século XVI, malgrado os efeitos das guerras religiosas, a tarefa de centralização do poder político nas mãos dos reis, iniciada pela dinastia capetíngia, tinha sido concluída e a identificação da soberania, como poder público, plenamente estabelecida. As atividades administrativas, todavia, ainda eram motivos de disputas em uma sociedade que havia sido organizada para orbitar em torno do rei e desfrutar dos privilégios da corte e dos cargos públicos.

As funções administrativas e a ocupação dos cargos oficiais não obedeciam a uma regra de impessoalidade e competência. No plano do governo, existiam verdadeiras dinastias de funcionários cujos membros se sucediam a serviço do rei. Os cargos revestidos de maior significado simbólico e rendimentos eram reservados a membros de famílias cujas linhagens tinham se ligado aos reis por relações de clientela e fidelidade.

Os laços de clientela se estendiam para além dos cargos mais visíveis. O homem que o rei colocava em um posto importante era, ele mesmo, circundado por uma rede de fiéis, parentes, protegidos, que se encarrega de colocar em postos de comando.

A antiga hierarquia feudal transformava-se, na sociedade de corte, em uma pirâmide de clientelismo que assegurava a política oficial e a continuidade do Estado. Era construída, assim, uma cascata de fidelidades e a disputa pelos privilégios reforçava a submissão.

Manipulando as vaidades e mantendo os nobres em um eterno jogo de disputa por fragmentos de poder, o rei tinha transformado os senhores feudais em cortesãos. O sistema de clientela, entretanto, herdara do sistema feudal apenas aparência. Em lugar de dispor de recursos próprios que lhes teriam garantido a independência, as linhagens de servidores do rei viviam, direta ou indiretamente, dos recursos do Estado e benefícios fiscais. Diretamente através de pagamentos, pensões, doações excepcionais ou indiretamente através da possibilidade de participar secretamente do arrendamento de impostos.[56]

[56] O desenvolvimento constitucional do Estado moderno é contraditório, porque se desenvolve apoiado sobre um sólido aparelho de serviços, nos quais encontram-se instaladas as diversas forças sociais, mas,

Tratava-se de uma complexa mistura de modernidade e arcaísmo: os estudos de Roland Mousnier sobre as fortunas dos altos funcionários da França do Antigo Regime confirmam que a parte preponderante, e muitas vezes exclusiva, de sua renda era proveniente da arrecadação de impostos sobre a terra e era outorgada aos servidores pela monarquia, que vivia ela mesma da renda rural. O serviço do Estado tornara-se ao mesmo tempo fonte de riqueza, segurança vitalícia e um caminho mais nobre para os êxitos familiares. [57]

Servidores e ministros pertenciam a uma elite dominante, quer fossem burguesia ou nobreza e, malgrado suas disputas internas, por sua função e cultura, participavam no primeiro plano do gigantesco trabalho de administração das estruturas estatais.

Os funcionários e comissários do rei eram denominados *officiers*. Na sua origem, a palavra *office* designaria a função, administração ou gestão da justiça, confiada pelo rei a um particular e revogável apenas por ele. Progressivamente o ofício foi elevado à condição de arrendamento através das baliagens locais e a possibilidade teórica de revogação foi limitada.

Do século XIV ao XVI o serviço público gradualmente distinguiu-se do serviço *dominial* e o ofício passou a ser considerado público. Todavia, transforma-se, progressivamente, em um bem patrimonial e hereditário.

A venalidade dos ofícios, denunciada e deplorada por juristas como Bodin, era filha das necessidades financeiras crescentes da monarquia e de suas estratégias para a pacificação da nobreza. Compreendia duas formas principais: vendas diretas pelo rei dos cargos públicos ou sua intervenção nas transações privadas de transferência destes cargos.

As condições de venda , devolução dos ofícios bem como sua sucessão hereditária foram motivos de inúmeras ordenações reais. Mas foi apenas em 1568 que uma decisão real

---

concomitantemente, o Estado moderno desenvolve-se contra as categorias sociais, em função da eliminação do seu poder político reduzindo sua amplitude à esfera adminitrativa.

[57] Segundo Richet, esta teria sido uma marca essencial da França monárquica moderna sobre a sociedade francesa: o serviço de Estado permanece, na França, até os dias de hoje, como uma marca de nobreza. Segundo levantamento de Mousnier, em 1515, deveria existir em torno de um funcionário do rei por 115 km^2 ou um funcinário por 950 habitantes. MOUSNIER, Roland . "*La Vénalité des offices sous Henri IV et Louis XIII*". Rouen: Maugard, 1945. Apud RICHET. op. cit. p. 87

estabeleceu que as famílias dos oficiais que pagassem ao rei o "*tiers denier*"– taxa correspondente a um terço do valor do ofício - poderiam dispor livremente de seus cargos.[58]

Ao lado destes oficiais inamovíveis, o rei podia nomear comissários e intendentes para lhes confiar funções extraordinárias, limitadas e revogáveis. Tal recurso é utilizado mais freqüentemente para autos cargos a partir do século XVI.

A maior parte destes funcionários, assim como os membros do Parlamento, pertenciam a nobreza togada (*noblesse de robe)* e muitos dos intendentes e comissários eram recrutados dentre os *maîtres des requêtes* do Hotel. Freqüentemente a posição privilegiada da nobreza de robe, cuja imagem pretendia ser de cultura e tradição, dava origem a tensões que a contrapunham aos demais funcionários do reino. Constituía uma elite que ocupava os principais cargos de servidores reais e passara a ocupar gradualmente um lugar proeminente na hierarquia social. Em uma sociedade que teoricamente obedecia à antiga divisão tripartite entre clero, nobreza e terceiro estado, a nobreza togada parecia constituir um quarto estado.

Os membros da nobreza de toga eram, em geral, filhos de famílias nas quais diversos parentes, avós, pais, tios, ocupavam algum tipo de cargo ou eram comissários do rei. Seguiam em geral a carreira de juristas e poderiam iniciar sua carreira com o exercício de uma função livre , como advogado no Parlamento, como foi o caso do próprio Bodin.

A carreira ideal acrescentava, nesta etapa, uma dignidade que poderia ser adquirida de um parente. Richer descreve, a título de exemplo, a trajetória de Pierre Séguier, neto de um Presidente do Parlamento de Paris, filho e sobrinho de ilustres funcionários da nobreza togada que chega à função de chanceler de França. De início adquiriu de um primo o ofício de conselheiro do Parlamento de Paris, por 55 000 *livres*. Seis anos mais tarde, este cargo foi vendido e adquirido um outro muito mais importante, o de *maître des requêtes de l'Hotel*. Quatro anos depois foi nomeado, com uma comissão, intendente em Auvergne, e em três anos sucede um de seus tios como presidente no Parlamento de Paris (por 125 000

[58] Em 1604, o célebre edito, conhecido como *Paulette*, consagrou definitivamente a patrimonialidade e a hereditariedade dos cargos, através do pagamento anual de uma taxa (1/60 do valor do ofício) e do direito de transferência a terceiros (1/8 de seu valor). Ver RICHET. op. cit. p.87

livres). Nove anos depois é escolhido pelo rei como guarda dos selos e, dois anos mais tarde, torna-se chanceler de França, o mais elevado oficio da coroa.[59] Assim, Richet mostra que a segurança de uma entrada com sucesso no interior do sistema é diretamente proveniente de uma sólida tradição familiar a serviço do re.

Segundo Richet, a partir de Henrique III, ao comparar-se a evolução das funções durante a monarquia francesa, podemos perceber que , salvo a dignidade de *chanceler,* todos os grandes oficiais da coroa escapavam às tarefas das funções públicas. Depois de Montmorency, sob Henrique II, *o condestável* de França perde a sua posição política. E mesmo cargos como o Almirante de França, ocupados por membros de importantes famílias como Annebault, sob Francisco I e Coligny, durante as guerras religiosas, são suprimidos ou restaurados, ao sabor das relações e necessidades estratégicas políticas. Nem postos como os de *Grand Maître de France*, superintendente dos serviços da Casa real ou o *Grand Chambellan* (o camareiro mor, chefe dos fidalgos da corte) e mesmo os Marechais de França, cargos de oficiais da maior dignidade, não exerciam funções de caráter governamental.[60]

Apenas o chanceler, cargo cada vez mais poderoso, é inamovível e inviolável. Constitui o que poderia ser denominado, nos termos de Bodin, o chefe do governo, por possuir como atribuições o controle supremo da justiça, presidir todos os conselhos na ausência do rei, guardar o selo real, ser o guardião das universidades e Academias, censor de tudo o que se imprime e publica, dirigente de um efetivo numeroso de funcionários, tais como os notários e secretários reais.[61]

Ao longo do século XVI, os secretários de Estado, em número de quatro, passam a crescer cada vez mais em importância. Na verdade, observa Richet, foram algumas poderosas dinastias familiares , os Robertet, os Villeroy, os Bourdin e os Brulart, que transformaram esta função de caráter subalterno em uma das mais importantes funções de

---

[59] Ibidem, ibidem.
[60] RICHET. op cit. p. 88.
[61] Segundo Richet, como o chanceler era inamovível, os reis , quando desejavam desgraçar um chanceler, retiravam de seu poder os selos e, portanto, a guarda da chancela real, nomeando um guarda selos. O século XVI teria conhecido dois grandes chanceleres: Poyet,e Michel de l'Hospital. RICHET. op. cit. p. 88

comando e governo. Este cargo parece ter crescido nos períodos em que o rei era mais fraco. Assim, entre 1582 e 1586, em um dos momentos mais cruciais da monarquia francesa, durante as guerras religiosas, os secretários adquirem uma autoridade ministerial.

5.2. Governo e administração em Bodin

Todo o terceiro livro dos *Seis Livros da República* é dedicado ao estudo dos ofícios públicos e à definição das diferentes categorias de funcionários do Estado. Bodin apresenta um completo tratado dos serviços públicos a partir do estudo de suas atividades, classificações, descrição de poderes, jurisdição e nomeação.

Bodin concebe o serviço público como execução das deliberações do poder soberano. Constituem uma extensão deste poder e por este motivo também estão revestidos de dignidade pública. Os cargos públicos, em particular os investidos de poder de mando, são formalmente pessoas públicas, abstração que indica que por intermédio deles se faz presente a vontade soberana. É o cargo, investido de poder de mando ou execução, que constitui a pessoa pública e, neste sentido, é distinto da pessoa física que o ocupa, a qual é revestida de dignidade ou indignidade que se extingue quando a investidura é retirada.

Além dos serviços públicos, Bodin trata dos Conselhos de Estado e do seu papel de assessoria da administração pública.

O terceiro, dos Seis Livros da República, tem início com uma reflexão sobre a necessidade dos príncipes se cercarem de assessores que permitiam a prudente administração da coisa pública. Embora seja a fonte do poder público, o soberano não detém todo o conhecimento necessário para administrar, sozinho, os negócios do reino.

Pode ocorrer ser um príncipe:

> *(...) tão sábio e prudente que não encontre melhor conselho que o seu próprio ou, por desconfiar de todos, não procura o aconselhamento nem dos seus, nem dos estrangeiros. (S.L.R. III. I. p.8)*

Este, todavia, seria um caso particular e, com ironia, Bodin observa que o corpo político não pode depender das características da pessoa do príncipe. O corpo físico do príncipe é humano e como tal imperfeito:

> *Dado que o esplendor e beleza da sabedoria são tão raros entre os homens e é necessário aceitar submissamente os príncipes que Deus se compraz em nos enviar, nada mais podemos desejar que ter um sábio Conselho. (...) O príncipe deve guiar-se pelo parecer do Conselho, tanto em assuntos graves e importantes como naqueles de pouca monta. (S.L.R.III. I. p.8)*

Assim, Bodin considera supérflua a questão que alguns autores teriam apresentado a respeito da necessidade ou não do Conselho, como ele mesmo afirma:

> *Alguns autores se perguntaram, na minha opinião sem razão, se é melhor ter um príncipe sábio e virtuoso, sem Conselho, que um príncipe tolo, assistido por um bom Conselho. (S.L.R. III. I. p.8)*

Tal questão coloca o problema da administração pública em termos pessoais, tornando determinante as características individuais daqueles que exercem o poder. Bodin pretende demonstrar que, do ponto de vista público, a questão não tem sentido, pois o exercício do poder não pode depender da prudência individual do soberano:

> *Se o príncipe é tão prudente como supõem, não prestará atenção ao Conselho e o melhor que pode fazer em assuntos importantes é manter em segredo suas decisões, as quais, se forem descobertas, podem não ter como resultado os benefícios previstos. Com efeito, os príncipes sábios têm tanta astúcia que falam mais das coisas que menor é sua intenção realizar. Se o príncipe for um tolo, poderá estar assistido por um bom Conselho , quando a eleição dos conselheiros depende de sua vontade? Não é o principal sinal da prudência saber conhecer bem os homens prudentes e elegê-los para seguir seu conselho? (S.L.R. III. I. p.8)*

Distinguindo o soberano, como representante público, do rei, como pessoa privada, Bodin adverte para o fato de não ser a sabedoria uma característica suficiente para fazer de um príncipe um bom homem público:

> *A sabedoria de um príncipe é como uma perigosa faca nas mãos de um louco, quando não está acompanhada por uma rara e singular virtude, pois nada se pode temer mais que a sabedoria de um príncipe movida pela injustiça e armada de poder. (S.L.R. III. I. pp.9-10)*

A singular virtude, a que se refere Bodin, remete para o caráter público da atividade do soberano. O espírito público leva o príncipe prudente a ouvir as diferentes opiniões dos membros de seu Conselho, levando em conta o conhecimento, integridade e prudência necessários para a administração do Estado.

Ao tratar do Senado, órgão que considera conselheiro do rei, [62] Bodin aponta o caráter impessoal exigido daqueles que se dedicam aos negócios públicos. Sem ódio ou benevolência, o parecer de um senador deve ser regida apenas pelo ideal do benefício da coisa pública:

> *O senador prudente deve desprender-se, ao entrar no Conselho, da benevolência para uns, do ódio para outros e de sua própria ambição, e não propor-se outro fim que a honra de Deus à saúde da República. (S.L.R. III. I. p.13)*

Bodin alerta para a necessidade de conhecimentos específicos, integridade e prudência, para o exercício da administração pública:

> *Embora convenha ao senador possuir conhecimentos, em especial de jurisprudência, história e política, são muito mais necessários seu bom juízo, integridade e prudência. (S.L.R. III. I. p.13)*

A retidão no exercício da atividade pública é vinculada à racionalidade, isto é o bom juízo, compreendido como a capacidade de distinguir o verdadeiro do falso, a integridade que significaria a ação determinada apenas por esta distinção, sem a intervenção de paixões e a prudência, princípio de razão prática, baseado na experiência.

Acima de tudo, observa Bodin, é a autonomia a principal condição exigida de um senador que não pode dever seu poder ou sua posição a um outro senhor:

> *Contudo, a condição principal e imprescindível que deve reunir um senador é não dever nada aos demais príncipes e senhores, nem em fé nem homenagem, nem por obrigação recíproca, nem pelo desfruto de uma*

---

[62] Bodin define o Senado como: "*Assembléia legítima, dos conselheiros do Estado, para dar conselho a quem detenha o poder soberano na República"(S.L.R.III.I p.7)*

pensão. Pese o perigo que isto representa para o Estado, é um mal freqüente nos Conselhos dos príncipes. (S.L.R. III.I p.13)

Bodin recomenda que a nomeação de um senador ou conselheiro de Estado deve levar em consideração a experiência anterior do indicado no exercício de funções públicas. Considera que seria conveniente a exigência de ter sido o conselheiro magistrado ou censor, comprovando assim o conhecimento das atividades da justiça e dos números do reino, de forma a melhor poder instruir o príncipe. Trata, ainda, do caráter sagrado e divino de que é revestida a atividade pública e condena a venalidade dos ofícios. Observa que as atividades públicas não podem dar lugar ao comércio dos cargos e ao tráfico de honras, porque *"a ciência e a virtude, que são coisas necessárias aos conselheiros de Estado, são coisas tão sagradas e tão divinas*" que não podem, jamais, ser objetos de comércio. *(S.L.R. III.I. p. 16)*

O segundo capítulo do terceiro livro dos Seis Livros da República é dedicado ao estudo dos funcionários (*officiers*) e comissários públicos. Os funcionários são as pessoas públicas que têm cargo ordinário determinado por edito. Os comissários são pessoas públicas que têm cargo a título extraordinário. Os funcionários que têm poder de mando são denominados magistrados, os demais funcionários , como os censores, são executores da lei.

Bodin dedica especial atenção aos magistrados, dedicando o terceiro capítulo do terceiro livro ao seu estudo. O termo magistrado, observa, "*deriva da palavra latina magistratus, que é imperativo, significando submeter (maistriser) e dominar"(S.L.R. III. III, p. 72)*". [63] Em termos legais, o magistrado é dotado de *potestas*, o poder de mando.

Bodin diferencia os cargos públicos com poder de mando em cargos com honra e sem honra. Bodin define honra como "*administração com dignidade pública*" [64]. Os embaixadores, conselheiros do Conselho privado do rei, secretários de Estado e das

[63] Bodin critica Aristóteles que denomina magistrado (*arkonte*) a todos que têm voz deliberante e poder de mando. Também os escolásticos e glosadores medievais não teriam distinguido adequadamente funcionários, magistrados e comissários . (S.L.R. III.III.p. 72.)
[64] S.L.R.III.III. p. 86

finanças têm dignidade pública sem, todavia, possuírem poder de mando. Outros possuem cargos públicos ordinários e honoríficos com poder de mando sem jurisdição.[65] Estes são os governadores, censores e procuradores do rei. Já os magistrados, por sua vez, têm poder de mando e dignidade pública, com jurisdição[66]. Bodin deduz, ao final, que não pode existir poder de mando sem dignidade pública.

Bodin observa que, em toda República, ocorrem três problemas em relação à instituição dos funcionários e magistrados: quem os nomeia, quem são as pessoas elegíveis e em terceiro lugar de que forma são nomeados. O primeiro é atribuição da autoridade soberana. O segundo também compete ao soberano, que deve estabelecer leis próprias para este fim, e também pode definir critérios que podem determinar que são elegíveis os mais nobres , os mais ricos, os mais capazes para o cargo ou qualquer cidadão, sem distinção. A forma como são eleitos pode seguir três formas: eleição, sorteio ou ambos, conjuntamente.

Bodin considera a atribuição de cargos públicos como extensão da dignidade pública do Estado, por isto, exclui a possibilidade de sua venda. A mercantilização dos cargos faria deles propriedade privada. Os cargos não são propriedades de seu ocupante e não podem ser confundidos com a pessoa que os representa. Trata-se de uma investidura pública e apenas à pessoa pública por excelência, o Estado, pode nomear, estabelecer critérios e investir. Em relação aos critérios de nomeação, Bodin apresenta formas que pretendem garantir a impessoalidade, ressaltando que todos aqueles que se encontram habilitados para exercê-lo, de acordo com os critérios estabelecidos pela lei, têm o direito a concorrer à nomeação.

Tratando-se de cargos públicos, Bodin afirma, exaustivamente, que apenas o soberano, seja ele o rei, uma assembléia aristocrática ou o povo em geral, têm o poder de mando em última instância e, portanto, todos os servidores públicos, sejam investidos de poder de mando ou não, encontram-se submetidos à sua autoridade.

---

[65] A jurisdição é o poder atribuído a uma autoridade para fazer cumprir uma determinada categoria de leis e punir quem as inflinja em uma determinada área territorial.

O poder de mando dos magistrados deriva da autoridade confiada a eles pelo poder soberano. Por este motivo, todos os magistrados devem obediência ao soberano e são, depois deste, os principais representantes do poder público. A eles o soberano confia a autoridade, a força e o poder de mando. [67]

No capítulo IV do livro terceiro, Bodin discrimina os tipos de mandatos (*mandements*) ou ordens do poder soberano. Os editos e leis perpétuos são ordenações do soberano dirigidos a todas as pessoas, qualquer que seja sua classe ou condição e todos estão obrigados a cumpri-las. Podem existir ordens que estão dirigidas a pessoas específicas, por tempo determinado ou a título provisório. Podem conter privilégios de exceção em favor de uma única pessoa ou grupo, ou algum benefício, desde que não contrarie a lei. Outras ordens podem estipular recompensas para os bons e penas para os maus. Existem ainda as ordenações que atribuem ofícios e comissões ou interpretam algum edito. As leis e editos são ainda usados pelo soberano para declarar a guerra, anunciar a paz, recrutar soldados, organizar intendências, estabelecer impostos, ajudas, subsídios, empréstimos, nomear embaixadores, ordenar a construção ou reparar fortificações, estradas, pontes, portos. Bodin enumera ainda uma diversidade de mandatos relativos à administração da justiça.

5.2.1. O governo

Desde o início de seus Seis Livros da República, a atividade governamental aparece, embora não explicitamente, como aspecto central da obra.

A primeira frase do Livro I é: "*República é um reto governo de várias famílias, e do que lhes é comum, com poder soberano. (S.L.R.I.I, p. 27)*[68]. A definição, tal como

---

[66] Bodin observa que existem ainda cargos públicos que não possuem nem poder de mando nem honra e, ao contrário, são revestidos de desonra, sem dignidade pública. Tal seria o caso dos carrascos que eram obrigados a viver fora da cidade. S.L.R.III.III. p. 87.

[67] S.L.R.III. IV. p. 91.

[68] *"République est un droit gouvernement de plusiers ménages et de ce qui leur est commum, avec puissance souveraine"* Na edição latina: "*Respublica est familiarum rerumque inter ipsas communium summa potestate ac retione moderata multitudo*"

formulada, permite a compreensão de que para Bodin a República, o Estado, é um composto, totalidade cujas partes a definição permite a visibilidade .

Em primeiro lugar, o termo reto governo deve ser entendido como o governo orientado pelas leis e se realiza através da justiça.

Todavia, a instituição de órgãos administradores da justiça não é suficiente para garantir a estabilidade de um Estado. Bodin acrescenta que um governo justo não impede que uma República possa "*ver-se afligida pela pobreza, abandonada pelo amigos , sitiada pelos inimigos e assolada por inúmeras calamidades" (S.L.R.I.I. p. 30)*.

Bodin observa que uma República deve contar com várias coisas:

> *Território suficiente para abrigar seus habitantes; terra fértil para o plantio e animais abundantes para alimentar e vestir os súditos. E para lhes manter a saúde, a doçura do céu, a temperança do ar e a bondade das águas. E para a defesa e refúgio do povo, material apropriado para a construção das casas e fortalezas e o lugar for por si coberto e seguro. Estas são as primeiras coisas às quais se presta maior atenção em cada República. (S.L.R.I.I. p.33)*

Bodin parte da concepção de República como um composto. Uma parte da República é seu corpo natural e outra parte, a sua alma. A alma impele a República a perseguir um fim, que é a contemplação, sua integração na alma universal. Metafísico, o fim já se encontra como princípio (arché), inscrito na própria natureza da República, em sua alma universal. Este fim só pode se realizar mediante o desenvolvimento histórico, atualização constante da síntese resultante da tensão entre a natureza material e a tendência universal da alma. A República tende assim para a concórdia, a síntese do múltiplo no UM que, ao final do processo, se descobre como todo, parte da harmonia universal.

A República é síntese e por isto não é constituída pela somatória das partes. Também não é a dissolução das diversidades na unidade. Na síntese, as partes não perdem suas características, mas se integram na operação de abstração que se representa na figura do Estado.

Na vida fora do Estado, os homens buscam a felicidade na satisfação dos desejos impostos pelo corpo. No Estado, a síntese impõe uma nova forma de interação entre os

homens a qual pressupõe tanto a felicidade individual como a coletiva.

> *A felicidade dos homens é uma mistura de ação e contemplação; a razão de tal afirmação é, na minha opinião, que a felicidade de uma coisa simples é simples , enquanto a felicidade de uma coisa composta , integrada por elementos diversos, é composta. (S.L.R.I.I p.32)*

A administração da República não pode desconhecer as necessidades que são impostas pelos corpos dos homens que a compõem. Deve, assim, reconhecer a busca individual pelo bem do corpo, que "*residiria na força, saúde , alegria e na formosura de um corpo bem proporcionado*".[69]

Esta busca pelo bem do corpo encontrar-se-ia no início do desenvolvimento de todas as Repúblicas e seria a base sobre a qual se implementaria seu desenvolvimento posterior em direção às atividades mais nobres, representadas pela alma.

A tendência do particular para o geral é estabelecida à medida que Bodin descreve o desenvolvimento das Repúblicas. Ao longo do processo evolutivo descrito por Bodin, a natureza corporal permanece impondo novos desejos e novas necessidades, cada vez mais diferenciados e refinados :

> *Depois são procuradas as comodidades, como a medicina, a metalurgia e as tinturas. Para dominar os inimigos e estender suas fronteiras, se faz a provisão de armas ofensivas. Enfim, dado que os apetites dos homens são quase sempre insaciáveis, se deseja a abundância, não apenas das coisas úteis e necessárias, como também das agradáveis e inúteis. (S.L.R. I.I. p.33)*

Bodin concebe o desenvolvimento do corpo político a partir do corpo humano e a civilização constituiria uma forma de aprendizado. É necessário saciar as necessidades do corpo e é no próprio processo de busca das satisfações materiais, cada vez mais refinadas, que as necessidades intelectivas encontram campo para se manifestarem.

> *Assim como não se pensa apenas na instrução de uma criança até que tenha crescido e faça uso da razão, também nas Repúblicas não se presta atenção*

---

[69] *S.L.R. I.I.* p. 30.

às virtudes morais e às ciências nobres e menos ainda às contemplação das coisas naturais e divinas, até que estejam providas do que lhes é necessário, contentando-se com uma prudência mediana, que seja suficiente para assegurar seu estado frente aos estrangeiros , garantir que os súditos não se ofendam entre si, ou ainda reparar o dano se alguém for ofendido(...)Porém, ao ver-se o homem elevado e enriquecido com tudo o que for necessário e agradável, assegurado o repouso e a doce tranqüilidade de sua vida, se é bem nascido, aparta-se dos homens viciosos e maus e se aproxima dos virtuosos e bons.(S.L.R. I.I. p.33)

Bodin observa que, embora o homem:

(...) *seja composto de um corpo mortal e de uma alma imortal, é necessário reconhecer que seu bem principal depende de sua parte mais nobre, pois o corpo deve servir a alma e o apetite animal à razão divina. (S.L.R. I.I. p.34)*

A experiência histórica, promovida pela vida social, permite às atividades intelectivas da alma aflorarem. Lapidando gostos, refinando comportamentos, incutindo hábitos tolerantes, a vida coletiva permitiria que o homem passasse a identificar o soberano bem, campo por excelência do universal e da vida contemplativa,

(...) o qual sem dúvida, é necessário reconhecer. Embora as ações, graças às quais é possível a vida do homem, sejam muito necessárias, como beber e comer, todavia jamais existiu homem sensato que fundasse nelas o soberano bem.(S.L.R.. I. I. p. 35)

Bodin observa, todavia, que a vida contemplativa, a verdadeira felicidade para a qual deve se voltar a República, não pode eliminar totalmente as atividades materiais:

Não obstante, é evidente que a República não pode se encontrar bem ordenada se forem abandonadas de todo, ou por muito tempo, as atividades ordinárias, a administração da justiça, a custódia e defesa dos súditos, os víveres e provisões necessários para o seu sustento, da mesma forma como não poderia viver o homem se sua alma estivesse tão arrebatada pela contemplação que deixasse de comer e beber. (S.L.R. I.I .p.36)

Por meio de uma bela alegoria, na qual o universo se apresenta como a imagem da República bem ordenada, Bodin procura fazer compreender o papel do governo como administração material e domesticação das vontades individuais.

A alma é identificada com a lua. Quando se manifesta em sua plenitude se extasia com a magnitude do brilho solar, a harmonia universal. Neste momento, a lua, imagem da alma, descobre-se, ela própria brilhante. Próxima do sol, a lua não deseja de forma alguma abandonar a luz que a reflete maravilhosamente. Também o homem ao contemplar a harmonia universal se inflama da claridade divina e se sente alimentado deste vigor celeste fortificante dos corpos e forças naturais.[70]

De maneira oposta, o homem pode também ignorar a luz, por desconhecê-la, abandonando-se completamente aos prazeres sensuais terrenos e apetites do corpo. Sem a luz divina do sol decai na obscuridade, como a lua quando se esconde na escuridão da terra. Decaída, na ausência da luz, a alma se entrega às monstruosidades das trevas. [71]

A metáfora da dupla natureza lunar, reluzente face da contemplação da harmonia do Todo e obscura em face das necessidades materiais terrenas, introduz a imagem da alma humana como campo de tensão constante. Nenhuma das inclinações pode predominar: o abandono na contemplação da luz faz perecer o mundo elementar, o abandono nas trevas produz monstros. Harmonia é equilíbrio e a busca do termo médio retorna na figura do governo das inclinações.

O fim da República bem ordenada é a contemplação, mas sua dimensão material exige a satisfação das necessidades inferiores. Sem o alimento do corpo não há como a alma se elevar em direção à luz. Sem a domesticação dos apetites, o corpo se perde nos prazeres sensuais. Entre estes dois campos se estabelece a política: a qual garante que as necessidades primárias do corpo sejam satisfeitas e, pela ação da justiça, regula os desejos e disciplina as vontades de forma a não deixar o corpo cair no abismo das paixões. Garante assim que a alma possa, livre das necessidades materiais, dedicar-se às virtudes intelectivas.

---

[70] S.L.R. ibidem.
[71] *S.L.R.. I.I.* p. 36

Eis a dupla face do Estado que, em sua dimensão política, tem a face voltada para o mundo sublunar material e, em sua face celeste, é tolerância, realização na unidade da diversidade.

A soberania é o poder que permite realizar a mediação entre as duas esferas, a atividade racional da alma de um lado e a administração material de outro. Dentre as tarefas do soberano demiúrgo encontra-se a de não deixar se extinguir e alimentar a matéria à qual deu forma. Não há alma sem corpo e, embora a tarefa da alma seja superior em dignidade, a manutenção material é a atividade que aparece, no tempo, em primeiro lugar.

Bodin é categórico:

> *O fim principal da República bem ordenada reside nas virtudes contemplativas e ainda que as ações políticas sejam necessariamente anteriores e as menos ilustres venham primeiro. (S.L.R. I.I. p. 37)*

Por este motivo é necessário observar que o soberano organize:

> *As atividades dirigidas ao acúmulo das provisões necessárias à manutenção e à defesa da vida dos súditos" (S.L.R. p. 37*)

Também Deus teria se dedicado primeiro às atividades de ordenamento do universo para que sua obra pudesse posteriormente ser contemplada, conforme expõe:

> *Deus destinou seis dias às atividades às quais os homens dedicam a maior parte de sua vida, porém ordenou que o sétimo, bendito sobre todos os demais, seja dia santo de repouso, a fim de ser empregado na contemplação de suas obras, suas leis e seu louvor. (S.L.R.I.I. p. 37)*

Bodin critica Aristóteles por ter considerado a felicidade o fim da República e ter retirado, assim, da esfera da política a administração material. [72] Segundo Aristóteles, a

---

[72] A **politéia**, **koinonia** (comunidade) política, tem como fim a felicidade, o que a diferencia das demais **koinonias**. Uma **koinonia** que tenha como fim a riqueza não é uma politéia , porque busca apenas a existência material [Ética a Nicômaco, livro VIII , 11, 1256a]. A **pólis** tem como finalidade garantir que ninguém seja desonesto, cometa injustiças". [Ética a Nicômacos, livro VIII , 11, 1256b]. ARISTÓTELES,<< Ética a Nicômacos>>, livro VIII , 11, 1256a. Greats Books of the Western World , vol. 8 . Chicago: The University of Chicago. Encyclopaedia Britannica, 1952 Também na Política Aristóteles distingue a atividade

pólis se apóia na virtude, *arete*, de seus cidadãos e sua atividade pertence ao campo da ética. O desejo de uma constituição que garanta as virtudes e evite os vícios leva à instituição das magistraturas, princípio de poder supremo da vida democrática, que visa garantir a vida virtuosa, a excelência e realização da justiça.

Para Aristóteles a dimensão política não pertenceria à esfera do *oikos* , dimensão da subsistência diária e do efêmero. Na obscuridade da administração doméstica, o homem é reduzido à condição de animal, *zoon,* governado pelas necessidades biológicas. Apenas como cidadão, na vida pública, o homem pode manifestar sua condição de *politikon*. A polis eleva o homem, porque constitui uma superação da condição biológica que, todavia, permanece na administração material da organização familiar.

Bodin, distintamente de Aristóteles, reconhece na ação política uma dimensão material que não pode ser reduzida à órbita familiar.

5.2.2. A administração pública

Verdadeira fonte e origem do governo, a família constitui a base material sobre a qual se alicerçarão o poder e a constituição da República. Ela é o modelo do governo, e não do poder soberano, como teriam argumentado vários autores. Com efeito, a família fornece o modelo natural para o funcionamento da administração material.

A casa e mais particularmente a "*ménage*" [73] não é apenas parte da República, mas encontra-se inscrita de tal forma no todo, que não pode ser concebida fora dela. É necessário partir do todo para deduzir-se as partes, pois nenhum elemento do composto é anterior à totalidade. Seguindo a lógica orgânica, a família, portanto, não pode ser anterior à República.

---

política da crematística, a produção, a aquisição , conservação acumulação e comércio de riquezas. ARISTÓTELES,<< Política>>, livro I , cap.8 1256a. Greats Books of the Western World , vol. 8.

[73] O termo *menage* (*mesnage) n*o século XVI designava a família no sentido mais amplo que englobava também a vida econômica doméstica, a administração dos bens , a totalidade dos bens da casa tais como os móveis , utensílios , objetos e o governo dos escravos e servidores domésticos. Ver Dictionnaire du Moyen Français. Op. cit.

Segundo Bodin, *"pelo menos três famílias são necessárias para formar uma República*" (*S.L.R.I.I p.40*). Entretanto, afirma Bodin, não é uma questão numérica a definição de Estado. Afinal, milhares de famílias ou indivíduos reunidos não fazem um Estado. Faltar-lhes-iam os demais elementos da definição.[74]

Bodin não pretende fundar a autoridade política sobre um poder patriarcal e patrimonial. A existência de um poder no interior da família permite a dedução da necessidade da existência de uma autoridade organizadora das atividades materiais.

Uma República, na qual não existisse nada de público, seria uma contradição em seus próprios termos. Assim, toda a República, como o próprio nome *Res publica* o exige, deve possuir qualquer coisa que seja de comum a todos:

> *Para que exista a coisa pública, é preciso que haja alguma coisa em comum e de caráter público, como o tesouro público, o patrimônio do Estado, os edifícios administrativos, as ruas, as muralhas, as praças, templos, mercados, os usos, as leis, os costumes , a justiça, as recompensas, as penas e outras coisas semelhantes que são comuns a todos, ou públicas. Não existe República se não há nada público.(S.L.R.I. II, p.15)*[75]

Entretanto, para além da questão filológica, a idéia de coisa pública é vinculada, em Bodin, à idéia de coisa comum, o que implica desde o princípio a idéia de comunidade, como associação jurídica.

A teorização jurídica do conceito de comunidade é fundamentada na lei da natureza ordenada. Bodin estabelece uma clara linha de demarcação entre *o "que é próprio em particular e o que é o comum em geral*" *(S.L.R. I. II, p.17).* Assim, o campo do que diz respeito ao público é tomado como oposição ao privado, mas também como o campo no qual a justiça, comum a todos, é a responsável pela salvaguarda daquilo que é particular.

Adquirir, conservar um bem ou aliená-lo é um direito de todos e de cada um,

---

[74] Segundo Simone Goyard-Fabre, não teria sido impossível a Bodin prever as premissas de um eventual pensamento político mecânico como o de Hobbes, a partir do individualismo que começaria a se manifestar na literatura política de seu tempo e, acima de tudo, um homem de sua estatura política, podia perfeitamente vislumbrar e medir suas conseqüências . Op. cit. p. 89

[75] "*Il n'y a point de chose publique s'il n'y a quelque chose de propre: et ne se peut imaginer qu'il y ait rien de commum, s'il n'y a rien de particuler"(S.L.R. I.II)*

afiançado pela lei natural. Este direito contribui para a conservação da República, porque permite a explicitação do que é de cada um e do que é de todos, estabelecendo os limites e a extensão do público. Assim, para que exista o privado, é também necessária a existência do público, de forma que, para que existam os direitos privados de cada família, ela deve se submeter a um direito público, que estabelece o direito privado.

Só há o direito privado por oposição ao público, assim como também o direito público só pode ser concebido em sua relação com o campo privado. Aquilo que definimos como ordenamento jurídico seria, na verdade, um entrelaçamento de relações de caráter privado e público, cujos campos estreitamente vinculados, se confundidos, podem levar à degenerescência do Estado.

Os assuntos que antes pertenceriam à obscuridade do campo privado são, com Bodin, trazidos para a luz do espaço público e as relações de caráter econômico, aparentemente ausentes do texto da República, fazem sua aparição por detrás das relações de caráter privado. O olhar burguês é denunciado pelas estratégias de tratamento da propriedade. A família é, para Bodin, a unidade fundamental da República e local do que é privado. Entretanto, este privado só pode ser constituído mediante o estabelecimento da ordem pública, que terá como tarefa, a justa repartição dos bens.

Em Bodin, a relação público/privado determina filosófica e juridicamente a ordem política. Todavia, Bodin recusa a dicotomia de privado e público tal como era constituído no direito romano e na sociedade feudal. Como observa Simone Goyard-Fabre,[76] para Bodin este dualismo não possuiria fundamento nem lógico nem ontológico. Aceitar uma tal dualidade implicaria em postular que Deus teria querido quebrar, fraturar o mundo.

Segundo a concepção medieval, herdada do direito romano, a noção de *dominium* teria o duplo sentido de dominação e posse. Estaria ausente a concepção estatal e o domínio do rei confundia-se com o domínio do reino. Bodin substitui a noção de *dominium* pela

[76] A distinção entre *dominium* e *imperium* , isto é, entre o que seria de domínio privado e o que seria de domínio público , era corrente entre os juristas de Roma. Durante o período feudal, as relações de vassalagem eram privadas. GOYARD-FABRE, Simone. Op. cit. 80

noção de *jus publicum* que teria surgido no final do período medieval como instrumento legal de regulação das relações com o reino.

A passagem da administração material para o domínio público impõe o conhecimento da base territorial, demográfica e social e a sua mensurabilidade.

A distinção introduzida por Bodin entre as categorias de Estado e governo, isto é, entre a forma e a administração da República, tem como finalidade conjugar as necessidades de sobrevivência material do Estado, que exige a existência de um corpo administrativo, com a necessidade de concentração do poder, evitando que particulares e participantes do corpo administrativo façam uso privado do patrimônio comum.

O Estado possui uma existência física: um território, habitantes, produção industrial e agrícola e é função do Estado garantir a sobrevivência de seus súditos, mantê-los vestidos e bem alimentados, garantir que tenham onde viver, que sejam defendidos dos inimigos e que gozem de saúde. A busca da abundância e a da segurança para seu povo levam o rei à necessidade de possuir exércitos e a defesa da economia coletiva leva o rei ao controle do sistema monetário. A paz, o uso da razão em direção ao progresso e o desenvolvimento de atitudes morais só podem ser atingidos em um Estado cujas necessidades materiais de sobrevivência tenham sido satisfeitas.

É fundamental, portanto, que o soberano conheça o seu reino, saiba do que ele é rei e estabeleça, a partir daí, as necessidades do Estado. Bodin indica os contornos de uma nova arte de governar, baseada na estatística e na informação. Cifras e números formariam a base de uma nova concepção administrativa segundo a qual o poder do Estado dependeria da quantidade de informações. Bem governar é bem estabelecer os números do reino, e bem conhecer os números é necessário para bem administrar. A atividade de medir está na base da concepção de administração pública moderna.

O dever de garantir a prosperidade e a expansão do Estado fundamenta um tipo de ação política baseada na construção racional do poder. Nenhum soberano poderá governar se ignorar de que é feito o seu reino, a começar pelo número de habitantes. É vital à administração do Estado, para o desenvolvimento de qualquer ação futura em matéria de

finanças públicas, saber o número de habitantes e quantos são suscetíveis de pagar impostos.

O cálculo racional, fundado na necessidade da sobrevivência do Estado, a razão de Estado, é o instrumento da soberania que garante a primazia do bem público e da saúde do Estado, acima dos interesses individuais.

A soberania requer uma norma supra-jurídica, que garante ao soberano o poder de agir fora do campo da lei, para a garantia da sobrevivência da República. Esta é a essência da razão de Estado, a ação política calculada, cujo único norteamento é a sobrevivência do Estado. Própria das atividades dos órgãos de governo, a razão de Estado, para atingir o máximo de eficiência requeria, para Bodin, uma subordinação absoluta de todos os corpos sociais ao poder central.

Particularmente, no livro seis de seus *Seis Livros da República*, Bodin se dedica ao estudo do funcionamento real do Estado. Os três primeiros capítulos apresentam um verdadeiro programa de política pública. Trata do recenseamento, das finanças públicas e da moeda.

A concepção do Estado, em termos administrativos, transforma radicalmente as tarefas relativas ao governo. É necessário conhecer o corpo que deve ser administrado. O soberano não pode desconhecer a matéria de que é composto seu Estado. Para administrar, é necessário conhecer as cifras que determinam do que o Estado se compõe.

Bodin expõe a necessidade de recenseamento. As medidas quantitativas servem também para estabelecer a medida do poder do soberano.

Bodin inicia o primeiro capítulo do sexto livro de seus Seis Livros da República pelo estudo do censo:

> *O census significa, a rigor, estimar os bens de cada um. Posto que trataremos das finanças, é necessário falar do censo e mostrar que o censor é magistrado mais importante da República. (S.L.R. VI, I. p. 7)*

A leitura do capítulo permite, todavia, compreender que o projeto de recenseamento se estende para além da simples estimativa dos bens individuais. O censo compreende um vasto empreendimento de contagem e controle que torna o recenseamento uma das operações mais decisivas para a administração da República:

> *Além disso, é muito útil, para conhecer o número e a qualidade das pessoas, seja para estimar e declarar os bens de cada um, seja para regular (reigler) e disciplinar (morigerer) os súditos. (S.L.R. VI, I. p.8)*

Ao tratar da importância do recenseamento para a administração na Roma antiga, Bodin esclarece suas múltiplas finalidades:

> *Ora, as utilidades que o censo supunha para a coisa pública eram infinitas. Em primeiro lugar, em relação às pessoas, se conhecia seu número, idade, condição e de quantas podia dispor para as distintas necessidades: a guerra, os trabalhos domésticos, o estabelecimento de colônias, as obras de reparo e fortificações públicas. Igualmente se sabia a quantidade de provisões e víveres que necessitavam os habitantes de cada cidade, dado extremamente importante em caso de assédio.(...) Pelo simples fato de saber a idade de cada um, se evitam os infinitos pleitos e disputas que dão lugar às restituições e demais ações que se referentes a maiores ou menores de idade (...) Porém o melhor fruto que se colhe do recenseamento e contagem dos súditos é o conhecimento da condição e ofício de cada um e dos meios pelos quais ganha a vida. Deste modo, poderá se expulsar da República os vagabundos, folgados, ladrões, embusteiros e rufiões que, entre pessoas honestas são como lobos entre cordeiros. (S.L.R..VI. I, p.13)*

Assim, Bodin indica cinco funções importantes do recenseamento: conhecer o número de pessoas, a condição social, estimar os bens, fundamentar os impostos e governar os súditos. Bodin estabelece, a partir do recenseamento, um projeto de governo baseado no que poderíamos denominar de estatística social. O procedimento administrativo requer técnicas específicas, dentre as quais a estatística social ocuparia o lugar mais importante. Conhecer os números do reino se torna uma informação fundamental que não se reduz à produção de cifras. O recenseamento permite determinar as potencialidades materiais da República, prever suas necessidades futuras, conhecer as necessidades imediatas, dados fundamentais para a execução de um projeto de administração pública. Além disso, a

avaliação da riqueza de cada um permite o estabelecimento de uma tributação e a distribuição fiscal mais justa.

Como observa Dominique Reyné,[77] com Bodin a técnica estatística transforma radicalmente a forma de governar e a concepção de poder político. Ela fornece ao soberano a possibilidade de conhecer a matéria de que se compõe o Estado e permite fundamentar a aceitação de sua autoridade em um projeto de justiça social.

Bodin reconhece, ainda, no recenseamento a tarefa de regular e disciplinar os súditos. As leis positivas, editos e ordenações estabelecidas pelo soberano adquirem, aqui, visibilidade. A presença de um ordenamento jurídico-legal autoriza a ação dos órgãos administrativos, cuja função seria homogeneizar, através do disciplinamento dos súditos, a diversidade do reino. A noção de súdito implica em uma abstração, deduzida de um processo de homogeneização que decorre da sua submissão às leis.

Dominque Reyné observa que a operação de recenseamento permite ao soberano estender seu olhar por todo reino.[78] Este olhar significaria não apenas conhecer, mas vigiar e punir, operações sem as quais não seria possível o estabelecimento do Estado administrativo moderno.

O recenseamento se torna assim, também, o principal aliado da aplicação da lei. Se a lei preserva o Estado de rupturas, a censura permite conhecer e prever o que escapa à ação da lei. Longe de permanecer imóvel e rígida, a lei adquire com a censura a lei um novo aspecto aberto e evolutivo. A constante avaliação das condições dos súditos e do reino torna-se instrumento fundamental para o soberano realizar a unificação do Estado sob o império da lei.

Bodin defende ainda a publicação do censo. Ao levar a cada súdito o conhecimento dos números do Estado, é naturalizada, nos indivíduos a percepção de pertencimento a uma

---

[77] REYNIÉ, Dominique. "Le regard souverain - statistique sociale et raison d'Etat du XVI au XVIII siècle" in LAZZERI, Christian; REYNIÉ, Dominique. "*La raison d'État: politique et racionalité*". Paris:PUF. 1992, p.65.
[78] REYNÉ, Dominique. Ibidem, p. 66.

unidade. Não se tratam mais de homens dispersos, mas de súditos uniformizados na impessoalidade abstrata dos números. Todos passam a se reconhecer como integrantes de um sistema legal, tornado visível pelos números e nesta condição passam a participar da atividade de controle que permite preservar a ordem política.

É por meio do recenseamento que o soberano dá forma, isto é, conforma os súditos. A abstração do Estado, operada pela estatística, fortalece o sentimento de nacionalismo que leva o indivíduo a se reconhecer e conformar à ordem estatal. Incorporado e naturalizado o sentimento de pertencimento à ordem, isto é, à uma conformação geral, o súdito transfere para a esfera subjetiva a vigilância , que passa a exercer agora sobre si e sobre os demais. A exposição pública dos vícios e virtudes, nas quais cada um pode se reconhecer, leva à avaliação de todos por todos e o exercício permanente de uma tribuna de opinião.[79]

A sobrevivência do Estado passa, desta maneira, a depender da prevenção, avaliação, planejamento e vigilância. Ao possibilitar que o súdito forme seu espírito a partir do espírito do Estado, a estatística coloca a legitimação do poder estatal em um estágio totalmente distinto das formas de Estado anteriores ao Estado moderno. O soberano, fonte do ordenamento, tem no súdito o principal agente da vigilância e na opinião pública seu principal apoio. Está longe de ser o rei justiceiro medieval e a fonte de seu poder não reside mais na força, mas na capacidade de conformar, isto é, produzir o consenso.

[79] REYNÉ, Dominique. Ibidem, p. 70.

6. O Estado não morre jamais: Os dois corpos do reino

Twin-Born with greatness, subject to the breath
Of every fool, whose sense no more can feel
But his own wringing. What infinite heart's ease
Must kings neglect that private men enjoy!...
What kind of god are thou, that suffer's more
Of mortal griefs than do thy worshippers?
(Shakespeare: King Henry V, IV)

A distinção entre Estado e governo, central na obra de Bodin, apresenta um aspecto ambíguo, pouco explorado. Por toda a sua obra perpassa o caráter de dignidade, glória e honra da qual deve ser necessariamente revestida a ação pública. A dignidade, marca por excelência da função pública, parece, todavia, ter na obra de Bodin uma dupla face: uma voltada para a administração das questões materiais; outra voltada para a ordenação harmônica, inspiração divina e fonte do estabelecimento da paz e concórdia no reino.

Na forma sagrada da dignidade pública, a soberania se constitui, para Bodin, como origem e possibilidade da representação do corpo político. Personalidade supra-terrena, universal, imortal, representada por seu caráter público, que reproduz a ordem e a harmonia do cosmo, a soberania é a alma do Estado, o sopro que dá vida ao todo, que transcende à condição de mera soma das partes. Este Estado, contudo, tem um corpo natural, mortal, que comporta toda a diversidade e mudança de que se reveste sua condição de materialidade, e, para que sua alma se manifeste, precisa ser provido de meios de subsistência, isto é, administrado e disciplinado: esta é a função do governo.

Bodin parece trazer, assim, para a órbita do Estado, a noção dos dois corpos do rei: o natural e mortal que é revestido por um outro superior: a dignidade pública do ofício real. Em Bodin a República é apresentada por meio de seus dois corpos: o administrativo, que constitui o governo, e a pessoa soberana que lhe dá dignidade pública: o Estado.

Seria precisamente o aspecto teológico, incorporado à noção de Estado como administração pública, que teria permitido a Bodin estabelecer a distinção entre Estado e governo.

6.1. A abordagem teológico-política do conceito de Estado

No final do século XV, a partir da morte de Charles VI, começou a ser elaborado um complexo e minucioso cerimonial de sepultamento real. Uma das características deste cerimonial era a confecção de uma efígie realista do rei morto, que simulava os seus gestos exatamente como se ainda ele estivesse vivo. Assim, era à efígie que eram servidas as refeições, concedidas homenagens e honras, durante o intervalo que separava a morte do rei de seu enterro em Saint-Denis. Durante este período, que poderia durar muitas semanas, o novo rei, sucessor do rei morto em função das regras de sucessão vinculadas às Leis Fundamentais do Reino, exercia já as funções reais, mas se ocultava no castelo, jamais aparecendo em público, posto que não poderiam existir dois reis.

O rei morto aparecia publicamente como vivo e o rei vivo era ocultado como se não existisse. A efígie segundo Ralph Giesey[1], ilustraria a separação do corpo do rei morto da *dignitas* real, que sobreviveria à morte da pessoa física. Enterrado o corpo do rei, as insígnias do poder, símbolos da dignidade pública, eram transferidas ao novo rei, cuja face podia, enfim, sair ao sol. Os emblemas da soberania, dos quais a efígie era depositária, permaneceriam e por trás da máscara mortuária surgia o novo rei, simbolicamente o mesmo, porque a soberania permanecia intacta: "*o rei não morre jamais*". Concebida como função pública, a dignidade soberana permanecia, posto que a função era transferida sem interrupção.

Jean Bodin é o primeiro autor francês em cujo texto podemos encontrar a máxima segundo a qual o rei não morre jamais. Vincula a concepção da dignidade pública às características da sucessão dinástica firmemente estabelecidas pelas leis estatutárias do reino:

> *É certo que o rei não morre jamais, como se diz, uma vez que no momento em que um rei morre, o varão mais próximo da dinastia toma posse do reino antes mesmo de ser coroado. Isto não é uma conseqüência da sucessão paterna, mas ocorre em virtude da lei do reino (S.L.R. I. VIII, p. 227)*

[1] GIESEL, Ralph E. "*Le Roi ne meurt jamais*". Paris: Fammarion, 1987.pp.267-268

A evolução da simbologia real encontrava-se profundamente ligada ao pensamento político e jurídico que fundamentava a monarquia francesa. As máximas populares no século XVI, "*Le roi ne meurt jamais*" e "*Le roi est mort ! Vive le roi!*" , bem como os cerimoniais de sagração e sepultamento, concorriam para a fixação, na tradição, do significado estatutário segundo o qual a realeza francesa, como instituição pública, era eterna. Como observa Giesel, "*a astúcia das duas máximas estava justamente em desafiar a razão*"[2] e a metamorfose física das pessoas do rei forçaria os espíritos a se fixarem sobre uma verdade metafísica: sempre existiria um rei em França, porque a realeza é perpétua.

A máscara sagrada sugere uma presença divina e toma sua forma do corpo natural. Todavia, não é naturalizada, visto que seu significado remete para o campo cósmico e intemporal. Transportando a política para a esfera do teatro, a máscara se apresenta como o suporte de relações sutis e significados simbólicos que se comunicam entre todos, povo, reis, nobres, que participam do drama.

Decorrente de uma simbologia fixada gradualmente durante a consolidação dinástica dos reis Capetos e juridicamente estabelecida pelas Leis Fundamentais do Reino, a perpetuidade da realeza torna-se parte da própria concepção do corpo político. Os dramas públicos do sepultamento e coroação e a concepção dos dois corpos do rei, representada pela máscara, denunciam o elemento teológico, heterogêneo à concepção puramente laicizada e jurídica.

A abordagem teológico-política coloca a questão da formação do Estado moderno em termos de compreender em que medida o elemento, aparentemente heterogêneo, que podemos denominar de sagrado, religioso, eclesiológico ou teológico, e que se encontra constantemente misturado à elaboração dos conceitos fundamentais do poder e de seus princípios, teria sido um dos traços que permitiram a concepção de soberania moderna.

O processo de sacralização da função real e a criação de uma mística em torno dos símbolos monárquicos constituíram uma eficiente estratégia para afirmar a jurisdição do

[2] Ibidem, p. 267.

rei frente ao papa e demais autoridades temporais. Inúmeros estudos, realizados na área da teologia-política, como os de Kantorowicz,[3] e as abordagens históricas como as apresentadas por Marc Bloch[4], vêm revelando inúmeros aspectos do fenômeno de sacralização da realeza que caracterizou o final da Idade Média e o Início da Idade Moderna. [5] Como resultado do conflito com a Igreja, o rei teria procurado transferir para o campo do Estado e reivindicar, para a sua própria esfera, os traços fundamentais da soberania pontifícia romana, cujos atributos espirituais e jurídicos garantiam a sua primazia sobre a cristandade.

6.2. A Soberania e o nascimento do Estado como Poder Público

O termo soberania era comum ao ideário político do século XVI. Vinha sendo largamente disseminado havia alguns séculos e sua história pode ser rastreada até meados da Idade Média, quando possuía todavia significado distinto do utilizado por Bodin. A importância de Jean Bodin, para o estabelecimento do conceito de soberania, não está , portanto, no uso do termo, mas no que inova e acrescenta à definição medieval de soberania. Há, em Bodin, algo de especificamente moderno no tratamento que dá à idéia de soberania, algo que diz respeito a um novo tipo de estrutura e concepção política, que faz desta uma categoria cujo significado foge totalmente à sua concepção estritamente medieval.

De fato, com Bodin, o conceito de soberania assume um caráter tal, que permite à política articular a dimensão pública, em termos de Estado. A partir do conceito de soberania cinzelado por Bodin, a esfera pública passa a ser concebida como campo a ser ordenado pelo direito, longe da qual não pode mais existir a ação política.

O antigo vocábulo medieval, soberania, transfigura-se, na obra de Bodin, em categoria fundamental, pedra angular de uma formidável construção dotada de uma potência política tal, que mais tarde inspirará em Hobbes a terrífica imagem do Leviatã

---

[3] KANTOROWICZ, Ernest H. *"The King's Two Bodies*". A Study in Medieval Political Theology. Edição espanhola - *Los Dos Cuerpos del Rey*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.
[4] BLOCH, Marc . "*Les Rois Thaumaturges"*. Paris: Ed. Gallimard, 1983.

[5] COURTINE. op.cit. p. 97.

bíblico. Estratégia tipicamente moderna, a identificação do Estado com o poder público seria um passo impossível, sem a mediação do conceito de soberania. Como bem observou Passerin d'Entrèves:

> *Le problème de la date de naissance de l'Etat moderne, n' est autre que le problème de la formation et l'acception finale du concept de souveraineté.*[6]

Com o desenvolvimento do método comparativo, que utiliza a busca das bases de um direito universal, Jean Bodin encontra o caminho que permite a vinculação do conceito de Estado ao conceito de direito público, a partir do estabelecimento da categoria de soberania.

Aliando o rigor dedutivo jurídico ao método comparativo, Bodin estudou a natureza de cada regime político, através de uma completa classificação das estruturas e relações políticas que lhes eram próprias. Poderia ser distinguido, então, por meio do conhecimento do funcionamento e articulação das diversas instituições de poder, o mecanismo interno das diferentes organizações estatais.

Colocado pela primeira vez, lado a lado, todo o direito conhecido, passado ou moderno, tornou-se possível a determinação das especificidades das diferentes organizações do poder, antigas, medievais e modernas, permitindo diferenciar os aspectos da nova forma de organização política, o Estado Moderno.

A imponência e a majestade da nova forma de organização política emerge com a elaboração do conceito de soberania, responsável pela elevação do rei da condição de chefe patrimonialista à estatura de verdadeira autoridade política. O soberano deixava de ser apenas um príncipe, para se tornar o dirigente do Estado e, acima de tudo, administrador público.

Toda a fundação e a ordenação do Estado são pensadas, por Bodin, no campo do direito público. Fora do direito público, não há realmente uma Política digna deste nome e o homem não conhecerá felicidade ou sabedoria, uma vez que lhe falta uma categoria de conhecimento que só pode ser proporcionada por aquela que é a *princesa das ciências,* a

[6] D'ENTRÈVES, Passerin. citado por COUTINE. op. cit. p.100.

Política . Fora do campo do direito público não há um Estado que possa ser considerado soberano e um rei sem soberania não é qualitativamente distinto de um chefe tribal ou de um líder de um bando de ladrões ou piratas.

De fato, a forma como a soberania é concebida por Bodin e o seu papel na constituição do Estado representarão a verdadeira expressão inaugural daquela que será chamada *Ciência Política*. Com Bodin, pela primeira vez, a política assume, em sua totalidade, a dimensão pública. O direito público, concebido como corpo doutrinário, tornou-se, com Bodin, a matéria que garantiu a forma e a consistência de toda a ciência política moderna.

O sucesso conquistado por seus *Seis Livros da República*, imediatamente após a sua publicação, não apenas na França mas na Europa inteira, parece demonstrar não apenas a oportunidade de suas afirmações como também denota o nascimento de um novo espírito[7] no que se refere ao tratamento das questões de caráter político, agora públicas.

Artefato jurídico, o Estado soberano de Bodin é o resultado de um engenhoso e meticuloso empreendimento no campo do direito público. Acima de tudo, Bodin é um *legiste* e sua principal ambição é colocar o direito público no lugar de primazia que, segundo a sua opinião, deveria ocupar na ciência política. O direito público constituiria, desta forma , a verdadeira especificidade do Estado moderno , distinguindo-se? como a estrutura fundamental em torno da qual floresceria e estabeleceria toda a ciência política[8].

Todavia, a filosofia política de Bodin parece ser dotada de uma desconcertante ambigüidade, típica de um pensador que se encontra no limiar entre os antigos e os modernos. Esta ambigüidade encontra-se presente nas noções mesmas de soberania e Estado que, de um lado, apresentam um caráter eminentemente jurídico e, de outro, ligam-

---

[7] On peut même soutenir, sans exagération aucune, qu'il y a um droit public européen d'avant Bodin et um droit public européen d'après Bodin. Même si son oevre est reçue de manière contradictoire entre ceux qui radicalisent son propos politique (Hobbes) et ceux qui entendent séparer le droit public de la politique (Grotius), elle demeure le point de réference obligé de tous les penseurs de l'État qui lui succèdent." BEAUD, Olivier. <<La Puissance de L'État>>. Paris: PUF, 1994. p.30.

[8] MOREAU-REIBEL, Jean. *"Jean Bodin et Le Droit Publique Comparé dans ser rapports avec la Philosophie de l'histoire"*. Paris: J. Vrin ,1933. p.135.

se a uma percepção cosmológica e mística. A forma como Bodin apresenta seus conceitos se aproxima do modo de expressão que um artista adota na criação de sua obra, organizando os significados em função de um efeito artístico. A maneira como trata os conceitos permite que estes apareçam a cada momento sob um registro distinto revelando um campo conceitual amorfo, simbólico-místico, que permite a passagem do político para o místico ou do simbólico para o político sem que qualquer conflito seja estabelecido. Revela-se, assim, o multifacetado aspecto dos conceitos que presidiram o nascimento da política moderna e da noção de Estado.

A obra de Jean Bodin encontrar-se-ia, assim, na confluência da filosofia política antiga e moderna, do direito medieval e do direito público estatal moderno, devendo ser compreendida como inscrita em um movimento de transformação jurídica das estruturas políticas iniciado no final da Idade Média.

A concepção da soberania, segundo a fórmula *"summa legibusque soluta potestas"* de Bodin, era totalmente estranha ao pensamento medieval. O ordenamento jurídico medieval carecia de conceitos como Estado e soberania como fontes de direito. Coexistia uma infinidade de direitos: canônico, consuetudinários, senhoriais e imperial. Para que fosse possível estabelecer um domínio próprio, a concepção de poder público passou por um processo de sacralização da figura do Estado, como contrapartida ao poder pontifício e imperial. [9]

Uma das teses mais comuns sobre a gênese do Estado moderno atribui sua constituição a um processo de secularização que teria consolidado esta forma específica de organização do poder como contraponto da organização eclesiástica medieval. Ao constituir-se como domínio exclusivamente secular, encontrar-se-ia livre da subordinação aos fins da Cidade de Deus, princípio norteador da condição política medieval.

De um lado, esta tese generaliza a concepção de política medieval, não levando em consideração o espaço de poder multifacetado que se metamorfoseia constantemente durante o longo período de mil anos denominado, genericamente, como Idade Média. De

[9] COURTINE, Jean-François. op.cit. p. 97.

outro, concebe a noção de secularização como uma total ausência de elementos pertencentes à ordem do sagrado. Obras como a *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* de Max Weber permitem compreender que, mesmo a ética capitalista, uma interpretação racionalizada e secularizada da ética cristã, não teria perdido completamente todos elementos sacros. Para além do cálculo racional, do trabalho e da austeridade protestante, pode ser encontrada, ainda, indelével, a marca da predileção divina fundamentada na parábola dos talentos.

A concepção de Estado moderno é associada ao caráter racional e científico das sociedades contemporâneas que teria progredido a partir de um processo de laicização. Nestas sociedades, a política não seria mais suscetível de ser descrita a partir de uma concepção de Deus e do mundo, se constituindo, ao contrário, à distância da religião.

Em meados do século XX, contudo, uma nova concepção da constituição do poder monárquico e da formação do Estados modernos passou a ser cogitada. Na concepção do processo de secularização do poder, teria passado despercebido o fato de que o próprio processo de auto-afirmação do Estado Moderno teria se originado a partir de aspectos transpostos da ordem teológica. O processo de secularização não teria abolido completamente os aspectos místicos que teriam caracterizado as estruturas de poder teológicas e a gênese do Estado moderno teria exigido a mediação de um campo simbólico, repleto de aspectos imponderáveis, incapazes de serem explicitados pelo discurso racional e científico.

A etnografia e a antropologia contemporâneas possibilitaram uma melhor compreensão do papel do sagrado e de seu lugar central nas sociedades, tornando possível uma abordagem da política a partir da interpretação de rituais e mitos que, em última instância, pertenceriam à esfera do sagrado.

O tratamento histórico que temos dado aqui a conceitos como Estado e soberania, faze destas categorias precisas e historicamente determinadas. De uma perspectiva histórica, o Estado seria, como descreve Olivier Beaud, a forma moderna de poder político e a soberania constituiria a *diferença específica* do Estado Moderno. Invenção do ocidente moderno, a soberania seria o resultado da superação das relações de caráter feudal

e a expressão doutrinária de uma organização e estrutura de poder própria das relações deste período .

A própria palavra Estado tem uma origem recente. O vocábulo “"É*tat ”* constitui um neologismo na língua francesa, tendo surgido para designar algo que não existia até recentemente. Embora derive etimologicamente da palavra medieval, de origem latina, *status”*[10] designa uma realidade política totalmente distinta. O conceito medieval de *status* admitia múltiplos sentidos, podendo designar as ordens sociais ou posição política. Tal era o caso do seu uso na expressão É*tats généraux* na qual a palavra Estado servia para designar as conhecidas três ordens da sociedade feudal . Para designar uma comunidade politicamente organizada era utilizado o termo latino *res publica* ou ainda *civitas , regnum* ou *corona.* A letra *E* maiúscula, que acompanha a palavra Estado em É*tat* seria usada, precisamente, para distinguir o É*tat* moderno do *status* medieval.

Como observa Geertz, o principal substantivo do moderno discurso político Estado, (*State, État*), condensaria em sua origem os sentidos de status, no sentido de posto, posição, ou condição; pompa, no sentido de esplendor, aparato, dignidade, presença, estatura (*stateliness*) e ainda o sentido de comando político.[11] Contudo, adverte, no discurso moderno o terceiro destes significados e o último a surgir acabou por ser predominante, a ponto de obscurecer a compreensão da natureza múltipla da alta autoridade. O que é designado pelo vocábulo Estado seria o resultado da combinação dos significados de status, pompa e governo, na qual apenas o último permaneceu visível. Teria sido ocultada a dimensão simbólica do poder estatal que, entretanto, pode ainda ser vislumbrada na

---

[10] O LAROUSSE.<< *Le Dictionnaire du moyen français*>>. 1992, não registra , em língua francesa, o uso da palavra *etat* antes do século XVII. A origem do termo é relativa ao termo latino *status*, condição, que no séc XI é ainda usado com este sentido, para designar as ordens medievais. No século XIII , *statut (statutum*) aparece com o sentido de Lei, Regulamento e Ordenanças . No século XVI o adjetivo *statutaire* é usado com o sentido de “conforme os regulamentos , às leis”. Ver também BEAUD, Oliver. op. cit. p. 37 e segs. Ver ainda <<*Le Dictionnaire étymologique de la langue française*>>, de DOUZAT. Paris: 1938. e <<*Dictionnaire étymologique de la langue française*>>, de VON WARTBURG, Oscar Bloch Walther. Paris: P.U.F, 1932.

[11] O sentido de pompa apresenta-se em frases como: “*In pomp ride forth; for pomp becomes the great/ And Majesty derives a grace from state*”. Em inglês o termo pode também designar, ainda, governo, (*governance*), arte de governar ou ainda *statecraft*, no sentido de regência, regime. Pode, também, como o francês *état,* significar soberania, comando. GEERTZ, Clifford. *Negara – O Estado Teatro no século XIX*. Lisboa: Ed. Difel, 1991. p. 154.

concepção de poder público como representação. Por intermédio do conceito de representação, ressurge o aspecto do governo como arte teatral, remetendo às noções de pompa, esplendor, dignidade e glórias públicas originais. O que escaparia ao conceito de Estado secularizado seria precisamente a dimensão simbólica de sua autoridade, espaço indefinido que deslocaria a sólida construção racional estatal para o território amorfo dos mistérios, rituais, ficções e decorações.[12]

Desde a Idade Média, os cerimoniais, insígnias reais e rituais de poder vinham transformando gradualmente em dignidade pública a pessoa estatal. Contudo, nenhum outro lugar tornou tão evidente o caráter ritual e decorativo da representação política quanto a sociedade de corte francesa. O lugar no qual se podia sentar, em relação à posição do monarca, era o sinal do prestígio que um indivíduo possuía, a medida de sua honra, glória, respeito e poder. O status podia ser definido como a distância variável do rei. A luta pelo lugar a ser ocupado, para colocar-se mais próximo do rei, substitui as lutas entre os pares pelo controle do poder. As compulsões e as emoções que moviam os atos dos homens para a luta passam, na corte, a ser direcionados para este fim, situar-se o mais próximo do rei. A corte transforma-se num cosmos no qual o rei brilha em seu centro. Não se trata de uma mecânica de poder. Para Bodin, tratar-se-ia, antes de uma estética, de uma harmonia tomada por analogia à ordem divina.

O estabelecimento do termo Estado foi lento. Maquiavel teria sido um dos primeiros a utilizá-lo em seu sentido moderno e um dos principais responsáveis por sua difusão. Todavia, mesmo após o espetacular sucesso de suas obras, o termo Estado ainda encontrou resistências para o seu estabelecimento definitivo. Bodin prefere o uso do termo latino *República ,* embora empregue o termo Estado para distinguir a fonte do exercício do poder, o governo. Mesmo Thomas Hobbes, no século seguinte, ainda preferirá o vocábulo inglês *, Commonwealth,* mais próximo da concepção latina original da *Res publica* , ao termo *State,* para designar a comunidade política.

[12] GEERTZ, Clifford. op. cit. p. 154.

6.2.1. A despersonalização do Estado e a sacralização da coisa pública

Partindo do princípio de que admitimos a presença, na concepção da soberania de Jean Bodin, de elementos de natureza eclesiológica, procuraremos compreender o processo que teria permitido a incorporação destes elementos. Pretendemos demonstrar que as duas principais operações conceituais, que caracterizam a obra de Bodin, são, de um lado, a diferenciação da dimensão pública da dimensão privada e de outro, a diferenciação do Estado, como dimensão abstrata, do governo, como administração material, do corpo físico. Encontramos aqui desdobrada a concepção dos dois corpos do rei, ou melhor, os dois corpos do soberano: a forma jurídica, despersonalizada na pessoa pública e eterna do Estado, e seu governo material, correspondente à administração quotidiana.

A concepção do Estado Moderno como forma jurídica exigiu uma despersonalização e despatrimonialização do Estado. Tal processo, entretanto, exigiu uma sacralização da esfera pública. Correspondeu a uma transferência da dignidade pessoal para a dignidade da função pública. O espetáculo da política passou da glorificação individual para a glorificação do Estado.

6. 3. A Esfera Pública e o nascimento do Estado Moderno

Como observa Quentin Skinner, o passo decisivo no processo de formação do Estado Moderno foi dado no momento em que o conceito de governante deixou de ser a base do poder político, passando a ser substituído pela idéia de uma ordem legal e constitucional, o Estado.[13]

Em sua concepção moderna, o Estado é, antes de tudo, a personificação da ordem jurídica nacional e, nesta qualidade, se apresenta como o elemento fundador da política, uma vez que é o sujeito que cria o ordenamento jurídico.

Aquilo a que denominamos Estado é, na verdade, uma corporação, entendida como uma ordem jurídica nacional que regula a vida e a conduta dos homens. Neste

[13] SKINNER, Quentin - "*As Fundações do Pensamento político moderno*". S.P.: Companhia das Letras, 1996. p.10.

sentido o Estado, enquanto ordenador, é a Legislação e, enquanto ordenado e normalizado, é o Direito.

6.3.1. A Distinção Contemporânea entre Direito Público e Privado

De acordo com a abordagem conhecida como positivismo jurídico, a jurisprudência contemporânea sistematiza, em consonância com a tradição, o Direito a partir da distinção entre Direito público e privado. Tradicionalmente, é designado *Direito privado* o conjunto das normas que estipulam deveres e direitos entre pessoas privadas. Em contraposição, o *Direito público* é designado como as normas que estipulam os deveres e direitos entre o Estado, de um lado, e as pessoas privadas de outro. Trata-se de uma definição, portanto, baseada na distinção entre dois tipos de sujeitos titulares de direito, confrontados, reciprocamente, em uma relação jurídica.

O Estado, definido como um sujeito de deveres e direitos, decorre do confronto com os direitos e deveres das pessoas privadas:

> *Se existe uma obrigação cujo cumprimento é imputado ao Estado, então a conduta do indivíduo que constitui o conteúdo do direito correspondente não é imputada ao Estado.*[14]

Desta forma, em uma relação jurídica, se um dos sujeitos for o Estado, o outro não pode sê-lo, e deve ser, por conseguinte, uma pessoa privada. A definição de pessoa privada carregaria uma conotação negativa, porque diz respeito, sempre, a um indivíduo cuja conduta não é imputada ao Estado. Em outras palavras, uma vez que *"... o Direito público é aquele que regulamenta o direito em que uma das pessoas envolvidas é pública , em que o Estado é, direta ou indiretamente, uma das partes..."*[15] : por exclusão, sabemos que uma relação pertence à esfera do Direito privado quando nenhum dos dois sujeitos envolvidos é o Estado . Embora trate-se de uma definição tradicional dentro da Teoria Geral do Estado

[14] KELSEN, Hans . *Teoria Geral do Direito e do Estado.* S.P: Martins Fontes, 1992. p. 201 e segs. Ver também KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito.* S.P.: Martins Fontes, 1992. p. 95. e segs. Ver ainda, DEL VECCHIO, Giorgio. *Lições de Filosofia do Direito*, vol.2 . Coimbra: Arménio Amado Editor, 1948.
[15] KELSEN, Hans. *Teoria Geral do Direito e do Estado.* S.P.: Martins Fontes, 1992. p. 20.

e Direito Moderno, para alguns juristas, como o austríaco Hans Kelsen, representante do positivismo jurídico, esta divisão do Direito em público e privado seria inútil para uma sistematização geral do direito.

Uma explanação crítica de Kelsen sobre a distinção entre o direito público e privado, tal como é feita tradicionalmente, será útil aos nossos propósitos futuros , para esclarecer alguns aspectos particulares da articulação entre o direito público, soberania e Estado. Segundo Kelsen , todo o Direito é, por sua própria natureza, público. Isto decorreria do fato de todo o Direito ter como princípio o Estado.

Seria a eficiência do poder do Estado, representado pela sua capacidade de sanção e a sua legitimação pela sociedade, que asseguraria a validade e a aplicação de todo o Direito. Vista sob este ângulo, toda tentativa de definição de uma divisão do Direito em público e privado chega a resultados ambíguos. Em primeiro lugar, porque o Estado encontra-se sempre presente, na origem e na aplicação do Direito, uma vez que é a fonte de todo o Direito.

Deste modo, no Direito privado, o Estado é o árbitro dos direitos e deveres que existem entre seus sujeitos. No Direito público , como o Estado é uma das partes interessadas, há uma união, na pessoa do Estado, dos atributos de juiz e de parte. Em segundo lugar, a definição clássica que define o Direito público como aquele que salvaguarda os interesses do Estado e o Direito privado, como o Direito que protege os interesses privados, segundo Kelsen, não distinguiria satisfatoriamente o domínio do Direito público do Direito privado, porque o Estado também pode ser uma das partes, em uma relação jurídica, no domínio do Direito privado. Seria o caso, por exemplo, das normas do código civil, que se aplicam igualmente às pessoas privadas e públicas: ao comprar ou alugar uma casa, a relação que o Estado estabelece com o sujeito privado é uma relação de compra e venda, locador e locatário, precisamente a mesma que existiria caso o sujeito fosse privado.

Kelsen observa que , como, juridicamente, uma *pessoa* existe apenas em *seus* deveres e direitos, a personalidade jurídica do Estado não difere em nada da personalidade jurídica do indivíduo privado, na medida em que os deveres e direitos do Estado possuam o mesmo

conteúdo que os deveres e direitos da pessoa privada.[16] O fato do Estado ser além de uma das partes, também o juiz, não ofende o princípio segundo o qual ninguém deve ser juiz em seu próprio caso. Este princípio é garantido porque o órgão que representa o Estado como sujeito de um dever ou direito não é o mesmo órgão que representa o Estado como juiz.

Assim, a personalidade jurídica do Estado seria, portanto, ambígua e relativa. Quando se encontra na condição de credor, proprietário ou devedor, o Estado está na situação de um igual em relação às pessoas privadas. Neste caso ele apareceria , de fato, como um sujeito do Direito privado. Já como tribunal e como autoridade administrativa, o Estado encontra-se na condição de sujeito do Direito público e, neste caso, ele seria superior aos sujeitos com os quais se encontra em relação jurídica.

A distinção, portanto, não seria entre sujeitos de Direito distintos, mas entre fatos que implicam relações distintas. A origem das obrigações, a regulamentação dos contratos civis, as ordens e sanções, são todas ações imputadas ao Estado. São relativas, porém, a fatos de naturezas diversas que, em cada situação, representam uma das formas como o Estado pode se manifestar. A oposição real para Kelsen seria, então, entre Direito e Estado, duas faces, dois aspectos de uma mesma realidade, o sistema normativo.

Poderíamos concluir, portanto, que, na medida em que todo o ordenamento jurídico encontra a sua origem no Estado, todo o sistema normativo pode ser considerado como uma manifestação do Estado, podendo ser concebido, desta forma, como público.

Em termos especificamente modernos, o Estado é a única fonte legítima da lei, dentro de seu território, assim como o único a quem é legitimamente reconhecido o uso da força. Identificado com o poder público, o Estado Moderno passou a representar a totalidade da ordem legal e constitucional.

---

[16] KELSEN,Hans. *Teoria Geral do Direito e do Estado.* S.P.: Martins Fontes, 1992. p. 202. Ver também Hans Kelsen. *Teoria Pura do Direito.* op.cit. p. 95 .

6.3.2. Funções públicas, dignidades privadas : o público e o privado na antiga Roma.

Embora, tradicionalmente, a origem da divisão do direito em duas esferas, uma pública e outra privada, seja atribuída ao direito romano, a concepção da dimensão pública como uma esfera autônoma dentro do campo do direito era ainda precária, tanto no direito romano republicano, como no imperial. Como observa Barret-Kriegel:

> (…) *o caráter tardio da distinção entre direito público e privado e a débil autonomia do direito público, levou muitos juristas a considerarem o direito romano como um direito essencialmente privado.*[17]

A distinção entre direito público e privado aparece escrita, pela primeira vez, com Ulpiano, no século III de nossa era, portanto, em um período já avançado da história jurídica romana. Além de tardia, constitui uma distinção ainda tênue, uma vez que reconhece ao direito público uma área de atuação que não excede à administração dos cultos, magistraturas e sacerdócios, cumprindo ao direito privado tratar não somente do direito dos indivíduos e do patrimônio, mas também de todo o campo que no direito atual é abrangido pela justiça civil e penal.

Francesco Calasso,[18] em seu importante estudo sobre os ordenamentos jurídicos medievais, observa que a repartição romana do direito entre público e privado seria, na verdade , a expressão de uma tradição de raiz muito antiga, na qual o direito das gentes (*gentios*) refletiria um primitivo direito tribal , de caráter familiar , vinculado às antigas questões de sangue, totalmente distinto das atividades que caracterizarão a cidade. A *civitas* teria sido progressivamente moldada a partir da esfera jurídica da família, e uma interpenetração de seus espaços e funções teria tornado cada vez mais difícil a separação das funções de caráter público das funções de caráter privado.[19]

---

[17] BARRET-KRIEGEL,Blandine. <<L'esprit du droit romain et l'État moderne>>, in, *Les Chemins de L'État.* Paris: Ed. Calmann-Lévy, 1986. p.19.
[18] CALASSO, Francesco .<<*Gli Ordenamenti Giuriditi del Rinascimento Medievale*>>. Milano: Dott. A. Giuffrè- Editore, 1949. Seconda Edizione.
[19] CALASSO, Francesco. op. cit. p. 279 e sgs.

Também Fustel de Coulanges, em seu conhecido livro, *La Cité Antique*, discorre longamente sobre a difícil emancipação do direito a partir da religião familiar romana. A evolução do direito seria uma decorrência de uma extensão, para o terreno da *civitas*, dos princípios da autoridade familiar, sobre o qual foi fundado , primitivamente , o direito romano, com características totalmente privadas.[20]

A tardia distinção do direito romano entre público e privado parece remeter à própria evolução da esfera pública dentro da sociedade romana. Paul Veyne observa que a definição das esferas pública e privada é própria de cada sociedade, dado que, na verdade, representa um produto das relações sociais específicas que constituem uma formação social determinada . Compreender a natureza das esferas públicas e privadas, em uma determinada estrutura social , requer, fundamentalmente, reconhecer de que maneira estas duas esferas se articulam e como se definem mutuamente.[21]

Em Roma, direito, família e religião confundiam-se e interpenetravam-se. A religião primitiva, baseada no culto aos antepassados, determinaria o papel constitutivo da família no direito romano.[22]

---

[20]COULANGES, Fustel de. <<*A Cidade Antiga*>>. S.P.: Livraria Martins Fontes Editora,1995 - 3ª ed.

[21] Segundo Paul Veyne, a ausência de uma percepção mais acurada das especificidades que determinam a diferença entre o espaço público e privado, para uma sociedade em particular, tem levado muitos historiadores a analisar os antigos princípios romanos, à luz de princípios característicos do Estado moderno. Acabam, assim, por analisar as relações entre as esferas pública e privada romanas a partir de uma consideração pré-concebida de que atividades caras às relações políticas romanas, tais como : a corrupção , propina e clientelismo, constituiriam uma perversão e não uma característica própria da concepção política romana . Com a visão voltada para a concepção de administração e direito públicos modernos, tornam-se cegos diante de uma sociedade distinta e não são capazes de compreender a verdadeira natureza das relações políticas desta sociedade . Tal falta de compreensão, lamenta Paul Veyne, teria origem no fato de se supor, falsamente, que o Estado moderno é a única forma de organização política possível , esquecendo-se de observar que este Estado não constitui a única forma eficaz de dominação.VEYNE, Paul. << Onde a Vida Pública era Privada>>., in ARIÈS, Philippe e DUBY, George Duby *,dir. " História da Vida Privada*, vol I , *Do Império Romano ao Ano Mil*". S.P.: Companhia das Letras, 1989.

[22] A religião antiga estabelecia uma nítida ligação entre o culto dos mortos e o lar. O Deus Lar, representado pela chama doméstica, teria sido originalmente a expressão do culto dos antepassados que repousavam sobre a pedra do lar. A religião dos tempos primitivos era totalmente doméstica e privada. Cada família cultuava os seus antepassados, porque os mortos eram tidos como deuses que viviam uma segunda vida sob a terra. Alimentos e sacrifícios deviam ser levados ao túmulo para garantir a proteção do antepassado. No túmulo de cada família todos os seus mortos deviam ser enterrados juntos, próximos à casa e muitas vezes em seu próprio interior . Uma das regras do culto aos mortos consistia na exclusividade de apenas poder prestar-se homenagens aos mortos de cada família que pelo sangue lhes pertencia. Era totalmente vedada a presença de

A política romana era concebida a partir do caráter sagrado da fundação da cidade. Como observa Hanna Arendt, religião e atividade política possuíam a mesma natureza, "*porque participar da política significava preservar a fundação da cidade de Roma, e ser religioso significava religar-se ao passado".*[23] Os antepassados ocupavam um lugar central na sociedade romana e a autoridade dos vivos era sempre derivada dos fundadores.

O caráter sagrado da fundação garante à família uma função primordial na constituição da *civitas*. Em seu sentido mais amplo, a palavra família designaria todos aqueles cuja origem poderia ser traçada a partir de um antepassado comum e que estariam sob o seu pátrio poder, caso ele ainda estivesse vivo. Neste caso, a família confunde-se com a figura da *gens* , cuja potência política, em toda a história romana, demonstra a presença de uma força primitiva do direito, ligado ao sangue , à ancestralidade e ao parentesco. No direito romano, a palavra família podia ser aplicada , em um sentido mais restrito, às coisas e pessoas, e significava o conjunto do patrimônio , incluídos aí os escravos e pessoas que estão submetidos à *potestas* do *paterfamilia.*

A atividade política romana, como já foi observado, encontra sua raiz na primitiva religião doméstica . Os deuses estavam na origem do poder público e no prestígio de cada família . Oferecer sacrifícios à divindade que estava na origem da *gens* constituía uma tarefa de caráter político-religioso familiar, mas também pública, porque, ao reverenciar-se a divindade da família, era também reverenciada a divindade que estava na origem das cidades e do povo. A *Pátria* nada mais é do que a terra dos pais, a *terra pátria,* e constitui o solo santificado pela origem do deus fundador do *domus* ou da nação , onde estão depositados os restos mortais dos seus ancestrais. A identidade entre política e religião e o papel representado pela autoridade dos ancestrais fundadores expõem a flagrante origem religiosa do direito antigo e ao mesmo tempo, esclarecem a característica concepção privatizante do direito romano : a religião era puramente civil, própria de cada

---

pessoas sem ligação de parentesco. Cada família cultuava, assim, seus antepassados , identificados como os deuses fundadores da família. Os ritos, cantos e palavras próprias à oração eram patrimônio sagrado de cada família, jamais partilhado com ninguém. Cada família tinha seus próprios deuses e estes jamais se repetiam em outras famílias. Esta religião, portanto , não se manifestava nos templos, estando limitada ao interior da casa, não constituindo, de forma alguma um evento público. COULANGES, Fustel. op. cit. p. 22 e sgs

cidade e de cada família, e como as dignidades jurídicas evoluem das dignidades religiosas, nenhum direito poderia ser pensado senão do ponto de vista privado.[24]

Para que pudesse ocorrer uma separação do direito em público e privado parecia ser necessário ocorrer, anteriormente, uma diferenciação entre família e religião. Com a supremacia assegurada pelo primordial elo de sangue, o *paterfamilias* era a única figura juridicamente reconhecida e sob seu domínio, encontravam-se os atos religiosos, familiares e patrióticos. Mesmo o supremo comando militar, a submissão à *gladii potestas* do *imperador*, era, na verdade , um prolongamento da tirania familiar da gens:

> *Embora pertencendo ao direito privado, a patria potestas, é concebida dentro do campo político.* (...) *A lei procura assegurar a conservação das idéias religiosas através da unidade do culto privado, a conservação das fortunas pela unidade do patrimônio e, enfim, a conservação dos costumes e tradições nacionais pela soberania de uma só vontade. Eis o motivo porque cada família constituía uma pequena cidade onde reina o pai.* [25]

Na antiga Roma, as funções públicas não possuíam atributos claramente estabelecidos, que permitissem distingui-las, completamente, das dignidades privadas. A mesma indistinção entre público e privado acompanhava as questões referentes ao patrimônio, uma vez que inexistiam critérios que possibilitassem uma separação das finanças públicas dos bens pessoais.

---

[23] ARENDT, Hannah. <<*Entre o Passado e o Futuro*>>. S.P.: Ed. Perspectiva, 1972. 2ª ed, p. 163 e sgs.
[24] COULANGES, Fustel. << *A Cidade Antiga*>>. op. cit. p. 196 e sgs. A pátria de cada homem era a parte do solo que a religião doméstica, ou nacional, santificara, a terra onde estavam depositadas as ossadas de seus avós e ocupada por suas almas. A pequena pátria era o campo fechado da família,com o seu túmulo e o seu lar. A pátria era o chão sagrado pela habitação das almas de seus deuses-ancestrais. Das normas sobre direitos de sucessão, sobre regras relativas aos sacrifícios e à sepultura e honra dos antepassados teria surgido o direito civil. A lei surgiria como parte da religião. O primitivo código das cidades teria se constituído a partir dos ritos, prescrições litúrgicas e orações que abririam espaço gradualmente para disposições legislativas e normas dispersas. Mesmo o código das Doze Tábuas, ainda continha minuciosas prescrições sobre ritos religiosos de sepultura.
[25] ACCARIAS. << *Traité de droit romain* >>. citado por BARRET-KRIEGEL, Blandine. << *Le Chemins de L'État*>>. op. cit. p. 24.

Como observa Paul Veyne, [26] as funções públicas eram tratadas como dignidades privadas e o acesso a tais dignidades passava por um elo de fidelidade pessoal, o *clientelismo*. Conceitos como integridade, que hoje poderíamos definir como a ausência de uso particular do patrimônio público, eram desconhecidos da antigüidade romana e constituirão uma singularidade do Estado Moderno. As funções públicas, mesmo as mais modestas, eram vendidas pelos antigos titulares aos candidatos à sucessão, pois tratava-se de uma espécie de renda, que comportava vantagens para seu possuidor.[27]

Propinas e outros tipos de pagamentos não apenas constituíam um grande negócio para os governantes das províncias como também garantiam o funcionamento dos serviços públicos. Como cada um recebia a sua parte, inspetores, chefes locais e poder central, ninguém tinha nada a reclamar. Todos os administradores se serviam do serviço do Estado, e por isso, o acesso a este privilégio deveria ser bem recompensado.

A hierarquia social romana era firmemente estabelecida através dos cargos públicos ocupados pelos indivíduos. A atribuição de um posto ou cargo revestia o indivíduo que o ocupava de uma *"dignidade"* que, de acordo com o caso , permitia equiparar, ou até mesmo ultrapassar a *dignidade* de seus ancestrais.

---

[26] VEYNE, Paul in <<História da Vida Privada>>, vol I - Do Império Romano ao ano mil. op. cit. p. 103 e segs.

[27] Um recém-indicado a qualquer função deveria dar ao seu novo chefe uma gorjeta substancial. No Baixo Império os mais altos dignitários, designados pelo imperador, tinham, obrigatoriamente, de contribuir com gorjetas ao tesouro Nacional. Desde os primórdios do Império, a nomeação para qualquer cargo, quer fosse um alto consulado, quer fosse o mais simples capitão, acarretava para o eleito o dever moral de deixar um legado ao benfeitor , sob pena de ver o seu testamento anulado por ingratidão e sua sucessão confiscada em proveito do Tesouro imperial. Toda nomeação era feita por recomendação de patronos. Eram sempre pagas e, se o patrono não mantinha a palavra, a vítima tinha o direito de apresentar queixa aos tribunais. Mesmo práticas como suborno ou propina eram não apenas normais como constituíam uma prática legal . A menor tarefa só era executada pelos funcionários após um pequeno pagamento. Paul Veyne nos dá um exemplo de uma típica prática do exército romano para aumentar as suas gratificações: *"Depois da conquista da Grã-Bretanha, a administração militar romana obrigava as tribos submetidas a levarem suas quotas de pagamento de trigo a celeiros muito distantes, para depois poder cobrar pela permissão de entregá-lo a celeiros mais próximos."* VEYNE, Paul. << *História da vida Privada*>>. op. cit. p. 105.

A "*dignidade"* constituía um ideal aristocrático de glória pública.[28] Em Roma, a concepção de público era uma função do visível, do que afeta e impressiona os olhos. Pertencente ao campo da imagem, a dignidade pública constituía, na verdade, uma propriedade privada, que podia ser acrescida ou perdida. A riqueza conquistada em um cargo era fundamental para a garantia de acesso a um posto mais elevado, capaz de acrescentar ainda mais dignidade a um portador de um cargo público.

A classe governante romana não procurava recrutar administradores públicos capazes, mas sim indivíduos que pudessem fazer transparecer um efeito de acréscimo à sua própria dignidade. Por este motivo, o princípio que dominava o ingresso e a promoção, nas funções públicas , era a *cooptação* . Cada personagem importante tinha uma espécie de família de protegidos , os quais ele recomendava para os cargos públicos , mediante uma troca do mesmo procedimento com outros protetores. Era comum a incorporação à família de um protegido através da adoção. O próprio imperador escolhia os nomes para os altos cargos de acordo com o mesmo critério . Tal era o sistema de *clientela*[29], que assegurava a cada membro da classe governante o controle dos postulantes.

É a imagem pública, o prestígio , a capacidade de encher os olhos do povo com uma grande quantidade de protegidos, que revela a dignidade: todos aqueles que possuíam muitos protegidos e postos públicos para serem distribuídos recebiam, todas as manhãs, em sua própria casa , a visita de uma pequena multidão. [30] Por outro lado, a dignidade, como função do prestígio visível, também obriga seu possuidor a dispor de seus bens privados para fins públicos: o *"evergetismo"*que constituía a instituição que levava aquele

---

[28] Paul Veyne apresenta o caso de Cícero: Quando exilado, Cícero desespera-se por sua dignidade perdida. Longe das funções públicas de Roma, ele, Cícero não é ninguém ou nada. Chamado de volta a Roma , recebe sua dignidade de volta e sua glória é restaurada. VEYNE, Paul. << História da Vida Privada>>. op.cit. p. 109.

[29] Segundo Paul Veyne*:" As relações coletivas eram transformadas em relações individuais ritualizadas: A geração ascendente dividia-se em mil clientelas e todas as manhãs ia saudar os patronos (...) A circulação das elites políticas se processava através de canais de conhecimento pessoal que criavam deveres de homenagens verbais e pecados de ingratidão ".* VEYNE *,* Paul. *<<História da Vida Privada>>. op. cit. p. 112.*

[30] Em Roma, a política era espetáculo público e o prestígio de um senador ou governante é medido pela quantidade de postulantes que fazem romaria à sua porta de manhã. Este é o papel público por excelência e quem renuncia a qualquer papel público é abandonado por todos, sem prestígio ou dignidade. Ver VEYNE*,* Paul. *<<História da Vida Privada>>*. op. cit. p. 113.

que recebesse uma nomeação a desembolsar algum patrimônio pessoal para dar ao povo um justo espetáculo público comemorativo de sua posse. [31]

Todas as dignidades recebidas acarretavam deveres privados para com a cidade. Relações de clientelismo, gastos pessoais com atividades públicas, toda vida romana se caracterizava por julgamentos que obedeciam a classificações exteriores. Pouco importava o que se fizesse, a dignidade percebida pelos olhos é o que importava. Parecer é ser e a coisa notável é sem dúvida aquela que nossos olhos notam, que se distingue do vulgo e se destaca na uniformidade.

A política romana, uma vez que é exercida no campo das ações privadas , " *se faz então tanto e mais na casa de César ou de Pompeu como no Senado*".[32] A *domus* [33]é um dos principais espaços reservados à política em Roma. As atividades que caracterizam a *domus* manifestam um tipo de articulação entre o público e o privado onde o espaço doméstico abarca uma parte do domínio público e a própria atividade política é concebida como uma atividade familiar.

A privatização das atividades políticas na *domus* não eliminava a característica do *pater familia* como administrador da economia da casa. Neste espaço as duas atividades se confundiam. A dignidade pública possibilitava a acumulação de bens privado e uma rica e bela casa era sinal de proveitosas relações políticas.

---

[31] O evergetismo era o financiamento de bens públicos, espetáculos religiosos, construções de obras e monumentos diretamente ou através de doações ao tesouro da cidade por seus dignitários. Eram deveres que os habitantes das cidades cobravam de seus dignitários. Tais deveres constituíam, por exemplo , garantir a água quente dos banhos públicos. Um pretor ou cônsul deveria desembolsar alguns milhões em espetáculos de representações teatrais, corridas de carros no Circo e combates de gladiadores. Esta era uma honra e só cabia a altos dignitários. Como compensação, receberiam aplauso do povo, títulos honoríficos e distinções de honra concedidas pelo Conselho da Cidade para a vida toda, o direito de construir um monumento para si. Este era o sentido da figuração pública romana , a perpetuação de seu nome como dignidade e benfeitor magnânimo. VEYNE, Paul. << *História da Vida Privada* >>. op. cit. p. 114.

[32] THÉBER Ivon. << *Vida Privada e Arquitetura Doméstica na África Romana*.>> in *História da.Vida Privada* -vol. I. op. cit. p. 308.

[33] *A domus,* a casa romana, abriga lugares de recolhimento individual e lugares reservados à família, que, no sentido estrito, compreende o dono da casa, esposa e filhos. De maneira mais ampla, o termo família se aplicava a este núcleo básico , acrescentado, porém, de outros membros ligados por laços de parentesco a este núcleo que incluía, ainda, todo conjunto dos domésticos e escravos. A própria palavra *família* referia-se , propriamente, ao conjunto das gentes da casa, e a palavra *famulus* era usada para designar os servos e criados.

A *domus* romana, tal como a *oikía* grega, era constituída, também, de um espaço reservado às atividades materiais de subsistência e sua administração representava uma parte da vida que devia ser afastada do olhar público. Trata-se, como observa Hanna Arendt, de uma esfera separada da vida pública porque está vinculada à necessidade, e a necessidade, como ofende à dignidade do olhar, não é honrosa. O homem digno é aquele que pode dispor de seu tempo, sem que tenha de se preocupar com questões relativas à sobrevivência. O trabalho era concebido como o oposto da liberdade , porque constituía uma atividade sórdida, em troca de um salário para garantir a manutenção do próprio corpo. O homem torna-se escravo de seu corpo e de sua necessidade e, mesmo que receba um salário, não é livre.

A ociosidade era a principal característica da classe senatorial e a peça principal tanto de sua vida pública como privada. Esta, porém, não era uma peculiaridade da aristocracia romana. Também os gregos construíram sua luminosa vida pública sobre uma ociosidade garantida pela escravidão na escuridão privada do *oikos* .[34]

Um homem de vida virtuosa devia ser ocioso. Aristóteles não apenas confirma tal concepção, mas ainda acrescenta que, afinal, escravos, camponeses e negociantes não podem ambicionar a virtude, e a perfeição pressuposta pela cidadania não se encontra presente em todos os homens livres , mas só naqueles que estão isentos das tarefas ligadas à sobrevivência material, das quais se incumbem seus escravos, servos e artesãos. A arte, portanto, é restrita àqueles que têm os meios de organizar e garantir a própria existência, e até mesmo a *crematística* era uma profissão considerada indigna.[35]

---

[34] Segundo Hannah Arendt, a esfera política grega, a *pólis* , constituía um espaço de relações entre homens iguais e livres. Era distinto, assim, da casa privada, a *oikía,* onde prevalecia o governo de um só, o déspota, assemelhando-se à monarquia e tirania. O ideal da *polis*, portanto, se opunha à tirania pois não era propriedade particular de um homem, como era a sua casa, constituindo antes o espaço da liberdade, que não conheceria a violência e as limitações impostas pelas necessidades materiais. Na casa, prevaleceria o princípio da tirania , da desigualdade imposta pela natureza: "*o domínio sobre a necessidade tem como alvo controlar as necessidades da vida, que coagem os homens e os mantêm sob seu poder. Mas tal domínio só pode ser alcançado controlando a outros e exercendo violência sobre eles, que como escravos aliviam o homem livre de ser ele próprio coagido pela necessidade*" (...) " A liberdade no âmbito da política começa tão logo todas as necessidades elementares da vida tenham sido sujeitas ao governo e ser governado, são pré-condições para o estabelecimento da esfera política precisamente por não fazerem parte de seu conteúdo." ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro.* S.P.: Ed. Perspectiva, 1979. 2ª edição. p. 158 e sgs

[35] Aristóteles distingue a crematística da administração doméstica. A arte, compreendida no sentido de *techne,* denominada crematística, era entendida como a atividade de produzir, adquirir e conservar riquezas, a

Apenas estes homens podem ser cidadãos por inteiro, pois só a eles é permitido fixar um ideal moralmente desvinculado das necessidades materiais . Não se pode conceder cargos públicos, senão àqueles que tenham demonstrado publicamente virtude e mérito, e não se pode praticar a virtude levando uma vida de operário ou de trabalhador braçal.[36]

Na classe nobiliária, dona de seu tempo, todas as relações eram estabelecidas a partir da relação de amizade ou comando. As funções públicas e altos cargos não eram considerados trabalho, mas uma dignidade pessoal.

Um nobre não é definido pelo que faz. Já um pobre é o que sua profissão indica: artesão, sapateiro, camponês. Por isto um nobre deve possuir um patrimônio e, conquanto o trabalho fosse desonroso, a administração do patrimônio familiar e sua ampliação eram fundamentais.

A economia pertencia ao espaço privado e o *paterfamilia* era a expressão da administração da casa e do patrimônio. Ocupar-se de seu próprio patrimônio era a atividade do nobre e não significava romper com o ócio. A administração e supervisão de atividades econômicas, que compreendiam o comércio, o cultivo das terras, o trabalho dos escravos, a organização da produção, constituíam capacidades superiores e dignas de um homem livre.

Esta economia, de caráter patrimonial, não é simplesmente patriarcal, mas representa uma forma de relação social onde a família é uma empresa , possuidora de terras, investimentos lucrativos em diversas regiões, atividades comerciais de importação e

---

técnica de comércio e negócios, e a acumulação e enriquecimento para além das necessidades da família. Era considerada uma forma artificial e ilegítima .Já a arte da administração doméstica era dedicada à manutenção da família, da preservação e acréscimo de seus bens, de forma a garantir sua subsistência material , permitindo ao cidadão uma vida livre e autônoma. ARISTÓTELES.<< *Política*>>. livro I , cap.8 1256a. *Greats Books of the Western World,* vol. 8. Chicago: The University of Chicago, Encyclopaedia Britannica, 1952.

[36] Assim como os gregos, os romanos acreditavam que aqueles que necessitavam dedicar-se ao trabalho para garantir a sobrevivência eram inferiores. Por este motivo, os pensadores antigos, gregos ou romanos, não acreditavam na capacidade do público governar a cidade. Não podiam e não deviam porque suas atividades eram desprezíveis, e seu tempo e suas vidas eram totalmente tomados pelo trabalho e destinados a produzir os objetos necessários à vida dos homens virtuosos.O trabalhador doméstico, o escravo, é aquele cujo tempo não lhe pertence, "*obedecem ao toque do sino que indica o começo e o fim dos trabalhos em todas as casas ricas*". VEYNE, Paul. << *História de Vida Privada*>>. op. cit. p. 131.

exportação, e seu sucesso dependia tanto da capacidade administrativa do *pater familia* , bem como das honras, dignidades, cargos e clientes que era capaz de acumular.[37]

O poder público constituía, em Roma, um jogo dos patrimônios pessoais e empreendimentos privados. As relações públicas, que ligavam patronos e clientes, tinham sido rigorosamente calcadas nas relações que uniam o pai aos filhos. Assim nada mais comum que a classe nobiliária concebesse a coisa pública como reflexo da sua concepção de patrimônio. A precariedade da distinção entre a esfera pública e a esfera privada refletia-se diretamente no campo do direito.

O poder público não tinha a capacidade de impor sanções para os delitos privados. Sua função era a de organizar a *vendetta* privada sem submetê-la a leis gerais e públicas. A justiça também obedecia ao princípio do clientelismo, e aquele que possuísse os mais importantes padrinhos teria maior chance de garantir uma sentença favorável. Assim,

> *(...) se uma poderosa família apoderou-se das terras e casa de um vizinho mais fraco, cometeu uma agressão que era considerada um delito puramente civil, não implicando, portanto , coerção penal. O agredido deveria, se pudesse, capturar o agressor com seus próprios meios, trancá-lo em sua prisão privada e levá-lo para responder diante da justiça. Se não conseguisse levá-lo diante do juiz , nada poderia ser feito . O agredido sempre poderia contar com a intervenção de um outro homem poderoso que o aceitaria como cliente e ao final , com a sua influência alcançar uma sentença favorável do juiz. De posse da sentença favorável o agredido , se tiver os meios, deverá pessoalmente executar a sentença.*[38]

---

[37] Yvon Thébert observa que podemos acompanhar as diferenças e relações entre o espaço público e o privado através da evolução da arquitetura das casas e das cidades . Na cidade grega clássica, a arquitetura e a decoração das residências privadas confinam-se estreitamente em limites modestos: o majestoso e o luxuoso só convêm ao setor público, à cidade que repousa na fusão do indivíduo com a comunidade, na adequação do privado e do público. Nesse quadro, o indivíduo deve tudo, inclusive sua condição de súdito dotado de uma vida privada, ao fato de pertencer à comunidade política. Na época helenística , a crise da cidade clássica sublinha uma mudança onde é fácil ler uma evolução que se pode resumir numa extensão notável da esfera privada às custas do público. Trata-se de um momento-chave da longa história, na qual a constituição progressiva da esfera privada em face da pública e vice-versa, segue, com avanços e recuos através dos séculos . A casa romana é a sede de atividades aparentemente muito heterogêneas, algumas das quais hoje dependeriam da vida pública, como por exemplo a cerimônia quotidiana , em que o dono da casa recebe a visita do vasto círculo de seus clientes e protegidos. A casa será dividida em lugares públicos e privados, porque como a política é objeto da ação privada, será uma das mais importantes atividades que caracterizam a casa. THÉBERT, Yvon. "Vida Privada e Arquitetura Doméstica na África Romana", in <<*História da Vida Privada*>>. op.cit. p. 305 e sgs.

[38] VEYNE, Paul. op. cit. p. 166.

Como podemos observar, a justiça pública apenas administrava os conflitos privados deixando aos particulares toda ação e execução. Segundo Chevrier, poderíamos encontrar, já em Cícero, uma elaboração ainda embrionária da divisão do *jus,* o direito, em *publicum* , o campo do direito que " *coloca em vigor a vontade do Estado* , e *privatum*, aquele que "d*ecorre das vontades dos particulares* ".[39]

Entretanto, a concepção de Cícero não implicava, ainda, em uma verdadeira divisão do direito , nem a partir de seu objeto, nem a partir de sua finalidade, referindo-se a eventos e causas de caráter imediato.

Durante todo o período republicano e na maior parte do período imperial, grande parte da justiça relativa a sanções, punições e penas encontra-se ausente do campo do direito público. Mesmo no momento em que Ulpiano escreve sua famosa definição da divisão do direito em público e privado, o direito privado continua a englobar não somente o direito das pessoas e o direito do patrimônio, mas também a justiça civil e a sanção aos delitos privados.

O campo do direito ao qual era aplicado a denominação de Direito Público era constituído de um amálgama difuso de interesses políticos e religiosos, incluindo-se entre suas atribuições os cultos e as atividades sacerdotais, não possuindo uma

[39] CHEVRIER, G. << Remarques sur l'introduction et les vicissitudes de la distinction du "jus privatum" et du "jus publicum" dans les oeuvres des anciens juristes français.>> in *La distinction do droit public et l'entreprise publique* . Paris: Librairie de Recueil Sirey, 1952. p. 13.

organização judiciária[40] específica ou magistrados dotados de capacidade de sanção criminal e penal, nem uma polícia com a finalidade de fazer cumprir a lei.[41]

Apenas no Baixo Império, o direito público e o privado conheceriam uma tênue diferenciação. Atos considerados delitos privados passaram a ser submetidos à esfera pública e a criação de cargos com a designação de funcionários encarregados de sua aplicação favoreceram a sua expansão e propagação pelo Império.

Ironicamente, é no declínio do Império, por volta do século III, que no direito romano encontramos o início de uma elaboração, ainda que rudimentar, de uma terminologia relativa ao direito público. Seriam necessários séculos para que uma concepção pública do direito florescesse, inaugurando uma nova esfera no pensamento jurídico.

A concepção de organização política romana, representada pela expressão *res publica,* não constituía uma demonstração da existência de um direito público diferenciado. Uma vez que o conceito de soberania como poder público não estava presente no direito

---

[40] Mesmo após o triunfo do cristianismo e desaparecimento dos cultos pagãos, o direito público permanece ligado à esfera religiosa. Dentre as atribuições do *jus sacrum* encontram-se a orientação dos rituais de consagração política e sacerdotal , restando ao *jus publicum* a proteção da religião e a regulamentação exterior dos cultos. A força da definição do *jus publicum* era retirada do indissolúvel trinômio : *sacra, sacerdotes, magistradus* onde cada elemento concorria à estabilidade da *Res Romana.* CHEVRIER. G. op. cit. p. 15 .Também COULANGES chama a atenção para a identidade entre autoridade política e autoridade sacerdotal. Mesmo no regime republicano não era feita a separação entre estas funções , cuja reunião parecia natural. Durante muito tempo os pontífices constituíram os únicos jurisconsultos, uma vez que praticamente todos atos da vida humana podiam ser ligados à religião, e os atos ligados à religião deviam ser submetidos às decisões dos sacerdotes. Estes eram , portanto, os únicos juizes considerados competentes para quase todos os processos e mesmo as questões relativas à propriedade , como estava ligada à família e às propriedades dos ancestrais , revestiam-se de características religiosas. COULANGES, Foustel de. <<*A Cidade Antiga*>>. op. cit. p. 189 e sgs.

[41] Roma não dispunha de uma força policial organizada a serviço do Estado e com a função específica de fazer cumprir as deliberações da justiça ou garantir o cumprimento privado da lei. A polícia, tal como nós conhecemos hoje em dia é uma criação recente, e sua estruturação, de forma especializada, não antecede o século XIX. A guarda pretoriana, poderia ser considerada uma espécie de força policial, encontrando-se, porém, exclusivamente a serviço do imperador. Para o serviço público, apenas um número relativamente pequeno de escravos de propriedade pública ou cidadãos da classe inferior estavam à disposição dos diferentes magistrados, para intervir em ocasiões especiais. Os militares romanos, por sua vez, não tinham funções policiais e só intervinham em casos de rebeliões que colocassem em risco a estabilidade social . Sobre este tema ver .FINLEY, Moses I. - <<*A política no Mundo Antigo*>>. R.J.: Zahar Editores, 1983. p. 30.

romano, a expressão *res publica* representava simplesmente o conjunto dos interesses dos cidadãos.

Embora tenha inaugurado a distinção entre direito público e privado, Roma não chegou a legar à posteridade nada parecido com o poder público, a soberania, tal como se apresenta no Estado soberano Moderno. Nada em Roma se lhe assemelhava, nem o *gladii potestas* do imperador, nem o direito de submeter as pessoas e coisas ao seu poder , a *manus* ou sequer a *patria potestas*.

O conhecimento, extremamente exíguo, que possuímos da distinção elaborada pelos romanos, do direito em público e privado, é baseado em uma definição de Ulpiano, retirada do *Digesto.*[42] Segundo esta definição:

> (...) *O direito público é aquele que tem por fim a organização da República (status rei publicae).O direito privado é aquele que tem por fim a utilidade (utilitas) dos particulares* "[43]

---

[42] *Domitius ULPIANUS* foi um dos mais importantes jurisconsultos romanos . Viveu no século III a.D. Foi assessor de Papiniano, considerado o mais importante dos jurisconsultos romanos e *Praefectus Praetorio* na época de Septímio Severo, função depois também exercida por Ulpiano. De suas obras,<< *Ad edictium libri LXXX*>>, <<*Ad Sabinum libri LI*>> ,<< *Ad Legem Iuliam et Papiam libri XX*>>, as mais significativas, não restam senão fragmentos, em sua maior parte conhecidos através das citações do <<*Corpus Iuris Civilis*>>.Quase três séculos após Ulpiano , o imperador bizantino, Theodósio, realizou um trabalho de compilação das instituições romanas, o <<*Codex Theodosianus*>>. Depois de Theodósio, quando o Império romano do Ocidente se encontrava retalhado, o imperador Justiniano concebeu um gigantesco projeto de compilação das constituições e obras doutrinárias do período clássico. A primeira destas obras é o <<*Digesto*>> *(ou Pandectas, em grego)* , uma síntese e compilação das obras dos jurisconsultos romanos clássicos . Só as obras de Ulpiano teriam concorrido com cerca de um terço do material do *Digesto*. O resultado é uma monumental revisão do direito clássico romano dividido em cinqüenta livros, distribuídos em sete partes. A segunda obra de compilação são as <<*Institutas*>>, concebido originalmente como um manual das doutrinas dos jurisconsultos clássicos para o estudo do Direito na escola de Constantinopla. Justiniano deu-lhe a força de lei, entrando em vigor na mesma data do *Digesto*, em 30 de dezembro de 533. Após a compilação do *Digesto* e das *Institutas*, Justiniano organizou um novo código, atualizado e acrescentando as novas constituições , desde Adriano, até Justino e Justiniano. Foi chamado <<*Codex Justinianus repetitae praelectionis*>> e entrou em vigor em 29 de dezembro de 534 . Ao longo do tempo, à medida que Justiniano sentia a necessidade, expedia novas constituições . No final de sua vida tinham atingido um total de 177 , e foram chamadas <<*Novelas*>>. A reunião das obras de compilação de Justiniano em um único volume foi realizada no século XVI, pelo jurisconsulto francês Denis Godefroy, em 1583 , que lhe atribuiu o nome de <<*Corpus Iuris Civilis*>>. Esta denominação já fora utilizada pelos glosadores medievais , para distinguir o direito civil do direito canônico <<*Corpus Iuris Canonici*>>. Sobre o tema ver as seguintes obras : MEIRA, Sílvio A. B.<< *História e Fontes do Direito Romano*>>.S.P.: Edusp/Saraiva, 1966; CHENON, Émile. <<*Histoire Générale du Droit Français, Publique et Privé*>>. T.I .Paris: Recue Sirey, 1926.

A definição apresenta uma contraposição clara entre de um lado, o *status*, a condição jurídica, essência e atividade da República Romana e, de outro, a *utilitas*, os interesses privados dos particulares.[44]

6.3.3. A Distinção entre as esferas pública e privada entre os francos

Com a desarticulação da *Res Romana* nos pequenos e numerosos domínios nos quais se partilha o ocidente, após a queda do Império Romano ocidental, a noção de *res publica* passa a ser identificada diretamente com os interesses particulares do chefe, cujo poder é de origem militar. O prestígio, a riqueza e a satisfação pessoal do rei são as primeiras finalidades dos governos. Nenhuma regra de caráter público, mesmo as ligadas à preservação da unidade dos domínios e à transmissão de poder, consegue se impor. O direito particular do rei é o direito do reino.

Os diversos povos, principalmente os germânicos[45] , que deram origem aos reinos denominados como bárbaros, possuíam uma estrutura política pouco desenvolvida, se

---

[43] A passagem do Digesto é a seguinte: [" huius studii sunt positionis , publicum et privatum. publicum ius est quod ad statum rei Romanae spectat, privatum quod ad singulum utilitatem: sunt enim quaedam publice utilia , quaedam privatim ."] in *"Corps Iuris Civilis" , -Digesto*. 1, 1, 1 parágrafo 2. Berlim: Edição de Momsen Krueger, 1954, apud WEIDMANNOS." E Nas Institutas : "*Iuris praecepta sunt haec: honeste vivere, alterum non laodere, suum cusque tribuere. [Huius studii duae positiones , publicum et privatum. publicum ius est quod ed statum rei Romanae spectat privatum, quod ad singulorum utilitatem net] dicentum est igitur de iure privato, quod est tripertum : collectum est enim ex naturalibus praeceptis aut gentium aut civilibus*." - "*Corpus Iuris Civilis* "- Instittiones- Liv I. 1 - parágrafo 4. Berlim: Edição de Momsen Krueger, apud WEIDMANNOS.

[44] Segundo Francesco Calasso, o texto apresentado no Digesto não exprimiria genuinamente o pensamento de Ulpiano, mas teria sido alterado pelos compiladores de Justiniano. Seria de autoria de Ulpiano o período com início em *" publicum ius est..."* até *" ... ad singolum utilitatem"*. Tanto a frase introdutória, *" huius studii duae sunt positiones..."*como a frase final *"sunt enim quaedam publice utilia, quaedam privatim"* , seriam interpolações e , principalmente no caso desta última, destoariam do corpo do texto. Nela é acentuado o critério de utilitas, num desvio fragrante à idéia anteriormente enunciada de *ius publicum* como relativo ao "*status rei publicae*". CALASSO, Francesco. <<*Gli Ordenamenti Giuridici del Rinascimento Medievale*>>. Milano: Dott. A. Giuffre Editore, 1949. segunda edição.

[45] Estes povos que imigram, invadem e permanecem nos territórios do antigo império romano , agora totalmente desarticulado, recebem genericamente a definição de bárbaros. Durante muito tempo os bárbaros viviam nas vizinhanças do império e muitos deles passaram a viver no interior das fronteiras romanas e a fornecer mão-de-obra tanto para trabalhos agrícolas, como para as fileiras militares. O vocábulo "*bárbaro*" designaria aqueles que viveriam para além das fronteiras do império e que não participariam nem da cultura grega ou latina, constituiriam , portanto, tudo o que seria uma negação da *civitas*. Trata-se, portanto, de uma

comparada à romana . A tribo e a organização familiar eram as unidades fundamentais da vida política e social e a posse da maior parte das terras pertencia à aristocracia guerreira . O chefe era eleito em uma assembléia de aristocratas, reunidos ao ar livre, e tinha como principais funções comandar a guerra e julgar contendas entre famílias e tribos. Em tempos de guerra, os chefes detinham um poder quase absoluto e ilimitado.

Observe-se, contudo, que a desintegração da plurissecular unidade política, lingüística e cultural do império romano ocidental não destruiu totalmente a noção de império que, embora destituída de possibilidade de realização material, permanecia ainda no imaginário coletivo. Inúmeras das antigas estruturas administrativas do império sobreviveriam, com algumas modificações, tais como taxas, impostos, tribunais e o latim que acabou por ser adotado como língua oficial da administração. As antigas províncias romanas subsistem, embora sob comando dos chefes germânicos.

No campo do direito, as concepções romanas exerceram grande influência sobre a legislação bárbara aplicada aos súditos de origem romana. O mais conhecido e influente código dos reinos bárbaros, verdadeira fonte do direito até a época de Carlos Magno, a Lei Romana dos Visigodos, (*Lex Romana Visigothorum*) era destinado aos súditos romanos e constituía, na verdade , uma adaptação dos princípios remanescentes do *Código Teodosiano*.[46]

---

designação carregada pelo olhar romano, totalmente genérica, que não reflete nem a extrema diversidade , as especificidades políticas e a fragmentação que caracterizariam estes povos. Ver : HAROUEL, Jean-Louis; BARBEY, Jean; BOURNAZEL, Eric e THIBAUT-PAYEN, Jacqueline. << *Histoire des institutions de l'époque ranque à la Révolution*>>. Paris: P.U.F, 1987. Ver também : CALASSO, Francesco. << *Gli Ordenamenti Giuridici del Rinascimnento Medievale*>>. Milano: Dott. A. Giuffrè - Editore, 1949, 2a edizione.

[46] Dentre os principais códigos , redigidos durante os reinos germânicos, deve ser feita a distinção entre as compilações das leis romanas, destinadas à população romana submetidas aos governantes germânicos, e as compilações das leis germânicas propriamente ditas, cuja bases foram as leis não escritas, as normas de conduta que o costume secular transformara em obrigações. Dentre as compilações das leis romanas encontramos a *Lex Romana Visigothorum* uma abreviação do Código Teodosiano (daí a ser denominada também de "*Breviário de Alarico*", o rei que ordenou sua compilação), a *Lex Romana Burgundionum* (Papianus), o *Edictum Theoderici* e a *Lex Romana Curiensium* (século VII). A *Lex Salica* (507), a base sobre as quais se erigiram as Leis Fundamentais do futuro reino francês e o *Edito de Rotario* (643) constituíram compilações das leis arcaicas germânicas em latim . Os anglo-saxões não promoveram compilações de seus códigos para o latim, permanecendo seu uso na língua original. Ver CALASSO,

Uma das principais características do direito primitivo franco era seu caráter privatizante. O rei era o chefe militar de um povo que na verdade constituía seu exército pessoal. A vingança privada era uma das formas mais importantes de justiça e, muitas vezes, justifica a morte do agressor. O poder do pai é tão ou mais forte do que fora primitivamente o do *pater familias* romano e, na maioria dos povos germânicos, não era reconhecido o direito de sucessão à mulher, cabendo a transmissão da herança sempre à via masculina. Em muitos casos é admitido que o marido vingue o adultério, com a morte de sua esposa e de seu cúmplice.

A noção de bens de natureza pública, ou do governante como poder político coletivo, encontrava-se totalmente ausente. Uma vez que o rei era o senhor de um espaço territorial determinado, correspondente aos domínios que conseguira manter sob o controle de seu exército, a noção de reino era equivalente aos domínios pessoais do rei, constituindo, portanto seu patrimônio pessoal . Podia dispor dele como bem entendesse e, após a sua morte, o reino era dividido entre seus herdeiros, tal qual qualquer propriedade privada. Esta indistinção entre o bem público e o patrimônio real permaneceria até o período renascentista e sua separação garantirá a originalidade do Estado Moderno.

Sob os merovíngios, o termo *publicus* é usado como sinônimo de real, pertencente ao rei : *" la puissance du prince , qualifié de dominus et de senior est plus proche d'une puissance domestique que d'une souveraineté étatique."*[47]

A qualificação do poder do rei como *dominus* e *senior* , tomada emprestada do direito privado e aplicada ao direito público, revela uma concepção de poder de caráter doméstico e patrimonialista. Em sua história dos francos, Gregório de Tours, ao descrever

---

Francesco. op. cit. p. 60. Ver também: HALPHEN, Louis.<< *Les Barbares*>>. Paris: P.U.F., 1948. 5ª ed. Ver ainda, GIORDANI, Mário Curtis. <<*História dos Reinos Bárbaros*>>. vol II. R.J.: ED. Vozes, 1970. 2ª ed.

[47] Ver COULANGE, Fustel de. <<*Histoire des institutions politiques de l'ancienne France - La Monarchie Franque*>> . Segundo o autor a ausência de distinção entre o tesouro do reino e os bens pessoais do rei não ocorre com os visigodos do século VII, na mesma proporção em que ocorre no reino franco, possivelmente em consequência da influência eclesiástica, guardiã da tradição romana.

a trajetória dos reis francos, permite que acompanhemos o processo pelo qual o *fiscus* confunde-se com o tesouro pessoal do monarca .

Nas "*Capitulárias* "[48] pode ser observado como na sociedade franca do período carolíngio as expressões *jus publicum , jus regium* e *jura regis* designavam indistintamente tanto o fisco, o patrimônio público, quanto os bens do rei. Respectivamente esta confusão entre o direito público e o privado leva Chevrier[49] a definir o direito público carolíngio como um pseudo-direito público, porque não seria nada mais do que o direito da pessoa real , de seus agentes e de todos vinculados à administração do reino, o chamado *ordo regni* ou *administratio regni.* O *ordo regni* era distinto do campo privado ou doméstico apenas através da divisão formal que separava a administração dos negócios relativos à pessoa do rei, dos assuntos privados dos demais indivíduos do reino.

Os negócios do reino, o *ordo regni,* compreendiam duas partes: de *ordine palatii*, formado pelos servidores reais e demais agentes diretamente vinculados ao rei e o *status regni* formado pelos membros das assembléias e conselhos. Responsável pela administração direta do reino, o *ordo palatii* é comparável ao *ordo ecclesiasticus* e permite identificar a divisão tradicional das questões do reino em *negotia ecclesiastica* e *negotia palatina*. A distinção entre *ordo regni* e *ordo palatii* parece testemunhar, segundo Chevrier, a existência, ainda que mínima , de um tipo de direito público, embora sufocado pela pessoa do rei.

---

[48] As *Capitularias* ou Capitulares, eram os registros dos atos administrativos e legislativos, fruto das decisões dos reis bárbaros, e que tinham a força de lei. Podiam tratar de temas seculares ou eclesiásticos e tratavam de todos os tipos de temas, podendo fazer referências à organização interna do reino, ao direito privado e penal, a ordens administrativas regionais, instruções de comportamento pessoal dos súditos e regras de moral . As *Capitula Regun Francorum* correspodem às capitulares do reino dos francos e dos povos a eles submetidos e dizem respeito, principalmente, aos atos de Carlos Magno. Ver CHENON, Émile. <<*Histoire Génerale du Droit Français Públique et Privé*>>. T.I. Paris: Recuei Sirey, 1926.

[49] CHEVRIER, G.<<*Remarques sur l'introdction et le vicissitudes de la distinction do* ***" jus privatum"*** *et du* ***"jus publicum"*** *dans les oevres des anciens juristes français*.>>, in << *La distinction do droit public et l'entreprise publique*>> , Archives de philosophie du droit. Paris: Librairie de Recueil Sirey , 1951. p. 21.

No reino franco, *publicus* significava, então, coisa do rei e não mais coisa do povo, como na Roma Antiga. O poder de *regalia* era transmitido pelo sangue e dividido a cada sucessão entre os descendentes.[50]

A ausência da idéia de Estado ou de uma organização , aos moldes da organização romana ou da *polis* grega , dificultava o reconhecimento de instâncias distintivas entre direito público e privado. Para que o Estado se tornasse o sujeito do direito público, foi necessário, no futuro, dotá-lo de uma personalidade fictícia, para que suas ações pudessem vir a ser justificadas por empréstimo e similaridade ao direito privado. Este processo, que dotou de personalidade jurídica o Estado, teria retirado seus principais subsídios das interpretações do direito romano, levadas a cabo por glosadores como Irnérius, no final do período feudal.[51]

Até sua forma final, entretanto, teve que percorrer lenta e gradualmente um caminho repleto de percalços e dificuldades. Irnérius e os demais glosadores medievais, foram os responsáveis pela recuperação da noção de *jus publicum* A opinião comum confundia o

---

[50] CHEVRIER, G. op. cit. p. 26.

[51] No início do século XII, um manuscrito do "*Digesto*" de Justiniano é redescoberto. Segundo um poema de 1320, quando Pisa encontrava-se em guerra com os Amalfi, a cidade teria sido pilhada e incendiada.Porém, em meio à catástrofe, um manuscrito do *Digesto*, conhecido como "*Littera Pisana"* teria sido salvo. Posteriormente, quando Pisa foi conquistada pelos florentinos, o manuscrito foi levado a Florença e serviu de base à edição do *Digesto de Mommsen*. Hoje, o manuscrito encontra-se na *Biblioteca Laurenciana* ,em Florença . Irnérius, ou Irineu, foi professor em Bolonha por volta de 1125. Tendo tido acesso aos manuscritos do *Digesto*, toma-os como base de seu ensino. Sua exposição do direito antigo, o torna conhecido de seus contemporâneos que o chamam de *"lucerna juris*", luz do direito. Numerosos discípulos reúnem-se a ele e formarão a nova escola dos *glosadore*. O termo "*glosado*" era proveniente do método que aplicavam ao estudo do direito romano. Segundo o exemplo dado pelo próprio Irnérius, do qual conhecemos hoje as *Glosas* e uma *Summa Codicis*, um glosador contenta-se em fazer breves comentários explicativos , chamados *glosas*, ou procurar estabelecer aproximações , chamadas *apparatus*, ou , ainda resumos, chamados *summa.* Tratava-se de um método puramente exegético, e por isto insuficiente. Como os glosadores só estudavam os textos jurídicos romanos, desconhecendo a história romana e a literatura latina, freqüentemente não compreendiam o sentido ou eram capazes de alcançar o significado do que interpretavam. Entretanto, o estudo do direito da época de Justiniano, (que passa a ser tomado como representativo de todo o direito romano!) leva a escola de Bolonha a tornar-se o maior centro de estudo do direito e passa a fornecer professores de direito romano não apenas à toda Itália, como também à Alemanha, França e Inglaterra. Alguns glosadores tornam-se célebres, como os sucessores imediatos de Irnérius: Bulgarus, Martin Gosia, Jacobus e Hugo de Ravena . Outros glosadores deram continuidade ao trabalho iniciado por Irnérius, como: Placentin, Azon, que compôs uma *Summa Codicis*, e,sobretudo, Accursio, que teve a idéia de reunir todas as glosas de seus predecessores em uma vasta compilação , chamada Grande Glosa . A escola dos glosadores italianos manteve o seu prestígio até a época de Bartolo de Sassoferrato, que é visto como o fundador de uma nova escola de

direito público com o simples exercício de poder e servia como legitimação a atos de força por parte dos dirigentes políticos. Uma das principais contribuições de Irnérius foi, precisamente, a separação da idéia de *jus publicum* da noção de autoridade senhorial, restituindo ao conceito seu valor original, perdido na estrutura senhorial medieval.

Irnérius concebe o *jus publicum* como um conjunto de prerrogativas exercidas por uma *universitas*, isto, é uma comunidade, compreendida como um corpo que age em função da utilidade comum. O *jus comune* , por sua vez , designa a regra segundo a qual é permitido ao conjunto dos particulares agir em proveito de todos, sem distinções ou privilégios. Assimilado ao conceito de *jus comune ,* o *jus publicum* passa a ser aceito como seu equivalente.[52]

Entre o campo do *utilitas publica* e o *utilitas privata* estendeu-se, por obra dos glosadores, um vasto campo intermediário , o *jus commune* , que permitiu, com o tempo, a passagem de um a outro. Todavia, uma sistematização e uma separação objetiva não ocorreria até os primeiros ensaios dos juristas franceses do século XVI.

No final da Idade Média, teve início uma elaboração do direito monárquico, como uma superposição ao direito senhorial e independente do direito canônico. Na verdade tratou-se de uma anexação dos diversos direitos senhoriais, baseado nos costumes, não constituindo inicialmente um verdadeiro corpo.[53]

O direito do rei foi, originalmente, tomado por assimilação , ao direito dos senhores, cujo fundo era de natureza privada. O conflito entre os privilégios senhoriais e a crescente organização do poder real em direção à soberania era representado pela, cada vez

---

fundo escolástico. CHENON, Émile. *Histoire Générale du droite français public e privé.* T.I. Paris: Recueiu Sirey, 1926. p. 490

[52] Este é, segundo Chevrier, principalmente o caso de Bulgarus. Ver CHEVRIER. G. op. cit. p. 27.

[53] "*Ne faut trouver estrange, si en France, les seigneurs exercent plusieurs droits qui , de soy , sont royaux, car ils ont le droit de les prende utilement". << Commentaire sur les coutume en Nivernais>>*. Des Justices - Introdution - citado por CHEVRIER, G. op. cit. p. 43.

mais clara, dissociação gradualmente efetuada entre o direito senhorial e o direito real. Entretanto, entre o direito real e o direito senhorial continuava existindo uma zona intermediária caracterizada pelo direito comum, das gentes, cuja identidade com os costumes impedia a sua assimilação ao direito real, ainda ligado a concepção privatizante senhorial.

Uma das estratégias que permitiu aos reis Capetos a legitimação pública de seu poder como rei, foi a absorção dos costumes ao direito real. O direito consuetudinário foi gradualmente identificado com as Leis Sálicas, remontando ao passado franco do reino. Foi aberta a via para a identificação da dinastia real com os costumes praticados desde tempos imemoriais e o direito real pode ser dotado de uma sólida e eficiente fundamentação que o ligava à tradição nacional, possibilitando a elaboração de um conceito de direito público.

Entretanto, acima de tudo, foi a Igreja Católica a instituição que desempenhou o papel decisivo no campo do direito medieval. Profundamente envolvida nos aspectos mundanos do poder, a Igreja fez do direito canônico a principal fonte do ordenamento medieval. Os papas pretendiam exercer o poder aos moldes dos antigos imperadores romanos e o direito canônico foi um dos principais instrumentos de afirmação de seu status , subordinando a esfera da justiça ao poder pontifício.

Junto a cada senhor era possível sempre encontrar um membro do clero, pronto para torná-lo ciente de suas obrigações junto a Deus. Armados com a espada do direito canônico, podiam justificar privilégios senhoriais ou condenar e aplicar punições.

Como observaremos mais adiante, as deliberações jurídicas dos papas, por meio de Decretais e Bulas, não apenas determinaram diretamente a ação imediata dos chefes políticos seculares, como também moldaram uma forma específica de compreensão política, baseada na suprema autoridade divina. [54]

[54] Desde os primeiros tempos de sua história, a Igreja Católica possuía normas jurídicas inspiradas principalmente nas Sagradas Escrituras. Entretanto , tais regras tinham, apenas, caráter teológico e moral. Ao longo do tempo, o crescente desenvolvimento da organização obrigou a adoção de resoluções mais específicas e muitas vezes acompanhadas de sanções. Já no século IV encontramos uma hierarquia decisória estabelecida e baseada nas antigas estruturas jurídicas romanas. Convém salientar que muitas das normas jurídicas adotadas pela Igreja, tais como as aplicadas aos bens e às pessoas eclesiásticas, como a terminologia técnica foram elaboradas a partir de empréstimos feitos ao Direito Romano, de acordo com o Direito Eclesiástico, ou Canônico. O vocábulo *cânon* designava uma regra geral, sancionada por um concílio, ou mesmo estabelecida

6.3.4. O Direito Público e o Nascimento do Estado Jurídico Moderno

Apenas no século XVI, novos estudos sobre o direito romano e o direito consuetudinário e a procura de um sistema de direito universal tornaram possível a elaboração de um sistema de direito do Estado, identificado com a totalidade do poder público. Este processo marcou o nascimento jurídico do Estado Moderno.

O século XVI dá à luz uma série de escolas e correntes jurídicas que pretendem recuperar ou sistematizar o direito. No campo das práticas quotidianas, o mundo jurídico renascentista era ainda povoado de inúmeros corpos intermediários, que se interpunham entre os súditos e a autoridade soberana. A concepção de direito era ainda fragmentada e parecia ser constituída por normas ou regras que emanavam de autoridades legislativas dispersas ou que retiravam sua força do costume, e, neste caso, sua origem era creditada a uma espontaneidade fixada em um tempo remoto.

Durante longo tempo, no período medieval, o rei fora desprovido do poder de emitir ordens de caráter geral, uma vez que a fragmentação do poder esfacelara também o direito. Sociedade de caráter contratual, na qual os contratos não tinham como base a autonomia

---

a partir das Sagradas Escrituras), cabia às assembléias conciliares e ao Papa as decisões de caráter normativo eclesiástico . Segundo Émile Jombart , eram detentores do poder legislativo eclesiástico : o Sumo Pontífice e as assembléia conciliares. As assembléias conciliares, que podem ser regionais , caso reúnam os membros do clero de uma determinada região ou ecumênicas, reúnem os mais elevados representantes de toda a Igreja, são responsáveis pela publicação dos concílios, ou decisões de caráter dogmático, doutrinário e disciplinar.As constituições apostólicas são as leis que emanam diretamente do Papa. Podem se encíclicas, cartas circulares destinadas aos membros da Igreja, Bulas, cartas solenes de caráter específico, que podem tratar de excomunhão, concessão de indulgência, contribuição financeira ou benefício econômico em relação a uma pessoa em particular, ou decretais, cartas que contêm deliberações de caráter constitucional. A Decretal é a mais elevada expressão jurídica da Igreja e pode ser definida como*:* uma carta pontifícia respondendo a questões propostas pela hierarquia eclesiástica em matéria disciplinar. O rigor técnico , a forma e o vocabulário utilizado nas decretais, demonstram que pretendiam ter um caráter de lei e criar jurisprudência. Ao que tudo indica, os papas fizeram uso das decretais para afirmar a sua própria *auctoritas* e supremacia em relação aos poderes seculares. Vários papas, dentre eles, Gregório VII, Inocêncio III e Gregório IX, distinguiram-se por sua habilidade jurídica , a qual possibilitou que a autoridade eclesiástica constituísse a base da concepção de política medieval. Inúmeras compilações das decretais, foram realizadas ao longo dos séculos. A principal é conhecida como o Corpus Juris Canonici, da metade do século XII. Ver JOMBART, Émile. "*Memento de Droit Canon, a l'usage des clercs religieux, religieuses et laics"*. Paris: Ed Beauchesne et ses fils, 1958. p. 11. Ver também, BRUNDAGE, James A . " *Medieval Canon Law*". Harlow: Longman, 1995.

da vontade dos contratantes , mas a hierarquia e a interdependência dos diversos corpos sociais, na sociedade medieval uma pessoa não era dotada de direitos individuais , no sentido que nós modernamente atribuímos a estas palavras. As relações jurídicas eram relações baseadas na hierarquia e na dependência entre os diversos corpos institucionais do ordenamento e o homem, vassalo, rei ou , um senhor feudal qualquer, encontrava-se submetido a uma intrincada rede de obrigações e deveres que disciplinavam e indicavam a sua posição relativa na hierarquia do poder. Uma vez que as relações de poder medieval eram de base patrimonialista e o caráter da administração do patrimônio dos reinos obedecia a critérios ainda herdados das práticas do patriciado romano, a concepção de direito público, mesmo após a redescoberta das compilações do Código de Justiniano, ainda tiveram que esperar muito tempo para se incorporarem às práticas quotidianas. Durante muito tempo o direito positivo permaneceu impermeável às discussões teóricas sobre a divisão do direito em público e privado levadas a cabo pelos estudiosos.[55]

À medida que o monarca concentra poderes em suas mãos, surgem as condições que permitem a emergência da esfera pública e os juristas encontrarão um novo quadro onde poderá ser espelhada e reelaborada a antiga distinção do direito romano em *jus publicum* e *jus privatum* .

Ao final da Idade Média, as próprias necessidades dos reinos nascentes, tais como a organização das instituições responsáveis pela administração do reino, a estruturação do fisco, a formação de exércitos profissionais, trazem uma nova base de organização do poder real. Durante muito tempo ainda , entretanto, entre o direito do rei o "*droit royauté,*" e o direito privado, o "*droit des particuliers*", se intercalará uma zona mista, intrincada e fragmentária, constituída por uma rede de direitos individuais de caráter feudal, os "*droits de segneurie*" .

[55] CHEVRIER, G. << *Remarques sur l'introduction et les vicissitudes de la distinction di "jus privatum" et du "jus publicum" dans les oevres des anciens juristes français*>> - in <<*La distinction du droit public et l'entreprise publique*>> Archives de Philosophie du droit. Paris: Librairie de Recueil Sirey, 1952. p. 8.

6.4. A gênese do conceito de soberania

O termo soberania era utilizado, na Idade Média, distintamente da forma utilizada no século XVI. Em seu sentido moderno, a soberania expressa o poder público, secular e identificado ao Estado, o qual constitui o agente político único , eficaz e exclusivamente competente em um espaço delimitado. O sistema feudal, por seu lado, caracterizou-se pela pluralidade de centros decisórios e pela fragmentação das autoridades seculares. Sem um centro de poder centralizador e unificador, o sentido moderno que é, após Bodin, atribuído ao conceito de soberania, não podia encontrar qualquer condição de existência. Será precisamente a ruptura com a ordem feudal, através do processo de centralização do poder , que permitirá a reelaboração moderna do conceito de soberania.

Na Idade Média a forma substantiva da palavra soberania era desconhecida, sendo apenas utilizado o adjetivo soberano "*soverain",* o qual constituía, simplesmente, um comparativo que denotava um certo grau de poder.

Em seu sentido medieval , o adjetivo soberano[56] era utilizado para qualificar o detentor da mais alta posição, dentro de uma escala de poderes relativos. Não possuía a conotação de poder supremo, absoluto que lhe será atribuída, mais tarde, por Jean Bodin. Seu sentido era acima de tudo comparativo e exprimia uma situação de ascendência hierárquica dentro de uma escala de poderes concebidos como relativos uns aos outros.

Em documentos dos séculos XII , podemos encontrar o adjetivo soberano , *soverain,* usado primeiramente em relação a Deus, *" le soverain pére",* ou ao Rei, mas também a barões , para destacar a sua condição de senhores feudais. Um dos mais célebres testemunhos é encontrado no famoso livro de Beaumanoir [57], *Coutumes de Beauvaisis.* Sua

[56] A soberania é apresentada como um *"comparatif marquant un certain degré de puissance"* por Carré de Malberg .Citado por BEAUD, Oliver. op. cit. p. 40. O termo soberania teria se transformado em um superlativo durante o século XVI.

[57] BEAUMANOIR, Philippe Remi de, nasce em proximadamente 1250 e morreu em 1296. Foi um importante jurista em seu tempo, prestou inúmeros serviços ao rei, tendo sido nomeado, primeiramente *sénéchal de Poitou* e posteriormente *bailli de Vermandois* . Foi autor de inúmeros poemas, como *"Roman*

famosa frase *"Chascuns barons est souverains en sa baronie..."* é freqüentemente citada como exemplo da existência de uma concepção medieval de soberania. Entretanto, a leitura cuidadosa de todo o período esclarece que se trata, na verdade, de uma expressão de caráter comparativo que marca a atribuição de um determinado grau de poder dentro da hierarquia medieval, não constituindo, portanto, uma atribuição de poder absoluto e perpétuo , como requereria o conceito formulado por Bodin.

Assim, mesmo quando encontramos nos textos medievais a aplicação do adjetivo *soverain* à figura do rei , nenhuma das marcas da soberania moderna podem ser identificadas. Como adjetivo, o termo soberano era usado para qualificar uma autoridade que dispõe de um determinado poder.

Como podemos observar neste trecho dos *Coutumes de Beauveaisis* ,[58] o conceito de soberania poderia ser aplicado não apenas ao rei, mas também a um senhor feudal. Não possuía, portanto, qualquer conotação de poder público ou referente ao poder do Estado. Constituía, antes de tudo, uma expressão da fragmentação do poder medieval. A inexistência de um Estado, ao menos na forma como concebemos o Estado Moderno, era fruto da ausência de um poder público possuidor do monopólio da dominação sobre um determinado território e da sujeição de todos os indivíduos dentro destes domínios . O Estado Moderno será forjado, exatamente no campo aberto de luta e substituição da ordem feudal, caracterizada por uma dispersão e sobreposição de esferas distintas de poder.

---

de la Manekine", até hoje importantes para a história dos costumes. É de sua autoria uma das obras mais notáveis e originais de toda a Idade Média, o *"Coutumes de Beauvaisis"*. Nela expõe os princípios fundamentais do direito privado de seu tempo.

[58] [1043]- *"Pour ce que nous parlons en cest livre en plusieurs lieus du souverain et de ce qu'il puet et doit fere, li aucun pourroient entendre pour ce que nous ne nommons conte ne duc, que ce fust du roi ; mes entous les lieus la ou li rois n'est pas nommés, nous entendons de ceus qui tienent en baronie, car chascunc barons est souverains en sa baronie. Voir est que li rois est souverains par dessus tous et a de son droit la general garde de tout son roiaume, par quoi il puet fere teus estabelissemens comme il li plest pour le commun pourfit, et ce qu'il estalist doit estre tenu. Et si n'i a nul si grant dessous li qui ne puist estre tres en sa court pour defaute de droit ou pour tous le cas qui touchent le roi . Et pour ce qu'il est souverains par desquer tous , nous le nommons quant nous parlons d'aucune souverainité qui a li aparteni*". BEAUMANOIR, Philppe. "*Coutumes de Beauvaisis*". Tomo II,- Paris: Éditions A. et J. Picard, 1970/74 Edição estabelecida por Am. Salomon - ed, 1899- dos manuscritos de ~ 1283 . p.p. 23 e 24.

O sentido medieval do conceito de soberania, portanto, não pretendia exprimir a idéia de força, poder ou potência, tal como encontramos no conceito moderno. Apenas por volta do século XIII, o conceito medieval de soberania começou a adquirir um sentido mais especificamente técnico-jurídico, passando a expressar não apenas uma relação de poder, mas indicando, especificamente, a atribuição de uma *competência.* Em caso de disputas internas, definia a quem caberia, em última instância, dentro de um determinado espaço, a autoridade de decidir um conflito . Tal expressão abre espaço para a definição jurídica moderna de soberania, uma vez que, dentro das distribuições de atribuições decisórias , será ao rei e à justiça real, a quem caberá o julgamento em última instância. Como esclarece Beaud, "*assim entendida, a palavra soberania designa a faculdade de resolver um conflito judiciário por uma decisão que não é suscetível de apelo."* [59] Este poder pode pertencer tanto ao Rei como aos seus funcionários (*officiers)* ou ainda ao Parlamento que, a partir do século XIII, reivindicará o título de "*Cours souveraines"* .

A concepção da soberania, como o poder da última palavra, permitiu a transferência da esfera judiciária para a esfera pública da designação de um poder em última instância , ou "*o exercício de uma jurisdição no escalão mais elevado*" . Neste sentido abriu espaço para a elaboração da concepção jurídica moderna de soberania. Observemos que continuou existindo uma pluralidade de jurisdições, uma vez que os diversos centros de poder continuavam plenamente estabelecidos. O que observamos agora é não apenas uma repartição, mas uma atribuição de competência que permitiu à corte do rei tornar-se corte soberana .

Sem dúvida alguma o acesso às versões completas dos Códigos de Justiniano possibilitou aos estudiosos do direito dos séculos XI ao XV condições para uma análise mais apurada das estruturas políticas que estavam em desenvolvimento. Com a instrumentalização teórica recebida dos romanos, os analistas medievais puderam não apenas analisar, mas também reformular e inaugurar concepções políticas , segundo suas próprias contingências.

[59] BEAUD, Oliver. op. cit. p. 39.

Durante um longo período, os juristas medievais tiveram de se debruçar sobre a questão da jurisdição do poder do Papa e dos reis. Este, sem dúvida, foi o solo fértil que alimentou a reformulação do conceito de soberania. Segundo Calasso, o problema histórico e teórico da soberania teria se concentrado, precisamente, em torno de uma fórmula potifícia que versava sobre o reconhecimento da autoridade dos reis: " *Rex superiorem non recognoscens in regno suo est imperator*".

Estudos realizados até o momento parecem demonstrar que esta fórmula tem sua origem numa interpretação da declaração utilizada pelo Papa Inocêncio III na decretal *Per venerabilem [1202]* :

> *Posto que o rei não reconhece nenhum superior temporal - ' cum rex ipse superiorem in temporalibus minime recognoscat'.* [60]

Dentre os elementos dogmáticos da fórmula podem ser distinguidos dois aspectos: primeiro, o não reconhecimento de um superior por parte do rei e segundo, a atribuição a cada reino de uma "*plenitudo potestatis*", característica que era específica do exercício de poder do imperador. Daí a possibilidade da afirmação de que o rei é imperador em seu reino, pois, dentro dos limites deste reino, não é reconhecido qualquer superior . De acordo com esta interpretação, a fórmula já apresenta dois elementos básicos do futuro princípio de soberania: a exclusão de qualquer outro poder, interno ou externo, e a plenitude de poder.

Segundo Calasso, a fórmula utilizada pelo Papa Inocêncio III na decretal *Per venerabilem* é, na verdade, uma declaração política e não um princípio teórico e deve ser, portanto, interpretada enquanto tal. O sentido original da declaração só pode ser

---

[60] CALASSO, Francesco. << *I Glossatori e la Teoria della Sovranitá - Studio di Diritto Comune Publico*>>. Firenze : Felice Le Monnior, 1945 . Calasso trata da polemica que envolve os trabalhos de gênese histórica jurídica moderna a respeito do conceito de soberania. Segundo ele , WOOLF em seu livro<< *History of medieval political thought*>>. Cambridge: Cambridge University, 1913 e ERCOLE em <<*L'origine francese di una nova formola bartoliana* >>- in "*Arch. stor. ital*.", 1915. p. 241 procuram demonstrar que o aparecimento da formula "*Rex superiorem non recognoscens...*"ocorre, pela primeira vez na França, nos escritos de BLANOSCO, Giovanni, (1255/56) e DURANTE, Guglielmo, (1276/78). Para Calasso, entretanto, esta fórmula já tinha feito sua primeira aparição na Itália , em um parecer de PONTE, Oldrado da . (+1235).

esclarecido à luz das condições particulares político-jurídicas medievais, relativas à dependência de poder dos reinos singulares em relação ao imperador e às tentativas da Igreja de estender seu poder no campo temporal . A extensão da autoridade da igreja no campo secular exigia, entretanto, a submissão do imperador à autoridade pontifícia. A decretal, portanto, afirmando a não submissão dos reis ao imperador, afirmava a jurisdição plena e superior da Igreja no campo secular.

O exemplo mais célebre desta conflituosa relação entre Império-Igreja-Reis é a *exemptio ab Imperio*, redigida pelo Papa para o rei de França e baseada , textualmente, na decretal "*Per venerabilem*" de Inocêncio III de 1202, na qual se lê a frase : *"... cum ipse superiorem in temporalibus minime recognoscat"*. Mais do que reconhecer qualquer poder ao rei, a decretal constitui , antes de tudo, uma declaração política da autoridade do Papa e da sua superioridade diante do imperador, através de atribuição da "*plenitude potestatis*" , antes exclusiva do imperador, também a um rei em seu reino.

Ao mesmo tempo, a atribuição da "*plenitude potestatis*" fortalece o rei de França no confronto que vinha sendo travado entre a sua autoridade jurídica frente ao senhor feudal. De acordo com a fórmula, o rei de França não teria nenhum outro senhor feudal superior a ele *"nosceris aliis subiacere",* dentro de seu território, não sendo, portanto, juridicamente vinculado a nenhuma sujeição feudal. "*Le roi ne tient de nului fors de Dieu et de lui*" era, segundo Calasso, um mote comum no final do século XII, na França, e que passara a significar que o *Regnum Franciae* não é um *feodum*, mas um *alleux souverain*.

Isto demonstra, por outro lado, que no final do século XII o termo superior já podia ser usado no sentido de independência, de não subordinação a nenhum outro, e não apenas no original sentido de ascendente relativo.

Na opinião de Calasso, para compreendermos a concepção de poder do final da Idade Média, é necessário um exame aprofundado do significado da palavra *superior* no século XII. Não se tratava de uma palavra de uso comum no século precedente : nos "*Libri*

Feodorum " aparecem, às vezes, as palavras *maior* , *inferior* ou *aequalis dominus* e apenas uma vez pode ser encontrado o termo *superior*, usado entretanto no sentido genérico de ascendente em correspondência à posição de um inferior.[61]

O caso é análogo ao do termo *senior* , palavra viva na linguagem da baixa Idade Média, para designar o nobre que detém o domínio fundiário e o poder militar. Tem sua maior fortuna na idade franca, na qual designava aquele que se encontrava em posição eminente diante do *homo vassus*, o qual lhe é relativamente inferior. Segundo Calasso, o originário *senior* terminou por determinar o sentido de superior, com o significado de ascendente, de acordo com a prática feudal que o fixará. Restaria , ainda , explicar como o termo superior foi deslocado, dentro do campo da linguagem feudal, para designar o titular de um comando que não se apóia sobre a vontade do inferior e tampouco dela depende, tornando-se o soberano, *sovrain*.

O termo soberania começa a ser usado e se consolida no século XIII e segundo a opinião de Calasso é , por sua vez, uma nova transmissão do significado de superior, retendo a idéia de ascendente.[62]

O ingresso do adjetivo *soverain*, no mundo jurídico, teria ocorrido com o famoso texto de Beaumanoir, em seu, já citado aqui, *Coutumes de Beauvaisis*, em 1283: *"chascuns baron est souverains en sa baronie...*". Segundo Calasso, aqui, o termo soberano já

---

[61] [II, 50- *de natura successionis feudi: "...Paternum (feudum) autem voco quicumque ex superioribus id acquisivit, etc*" cujo significado é confirmado em uma glosa de Accursio- (*Inst. I. 12 § 6*)] CALASSO. op. cit . p. 27.

[62] Segundo <<*Le Dictionnaire étymologique de la langue française*>>. de Douzat. Paris: 1938, o termo ***sovrain*** pode ser documentado na França já no século XII. Tal opinião é corroborada pelo <<*Dictionnaire étymologique de la langue française*>> de Oscar Bloch Walther Von Wartburg, Paris: P.U.F., 1932. Originalmente um adjetivo***, souvrain*** teria o sentido de mais elevado, superior. Teria derivado do baixo latim, ***superanus*** , proveniente de ***superus***, superior (hierárquico) que por sua vez decorre do latim ***super***, retendo o sentido de sobre, em cima de***. <<****Le Dictionnaire de l'ancienne langue française et de tous ses dialectes du IX au XV*>>*.Genève:* Slaktine, 1982, registra que, ao lado de ***souvrain***, poderia ser encontrado também ***sobrain*** e ***soverant***. Apenas no século XIV começam a ocorrer registros da palavra ***soverain*** , com o sentido de - aquele que dirige. <<*Le Dictionnaire du moyen français*>>. LAROUSSE, 1992, documenta o uso do termo ***soverain*** por FROISSART, Jean, em suas *Croniques,* do fim do século XIV , já com o sentido moderno de - o principal, aquele que domina.

conteria um significado técnico-jurídico, que a autoridade de Beaumanoir contribuirá para fixar, no final do século XIII.[63]

Ao que tudo indica, o verdadeiro laboratório que possibilitou a emergência do conceito de soberania foi a batalha dos canonistas em favor da supremacia temporal do poder potifício . Direito romano de um lado, direito canônico de outro[64], a disputa

---

[63] *"Verso questo conceto, che la nuova realtá storica aveva generato e que aveva a sua volta creato il termine* ***souvrains*** *nella lingua parlata, viene naturalmente attratto il superior della lingua colta, il quale é portato d assumire, in seno medesima, il nuovo valore."*. CALASSO. op. cit. em nota, p. 27 e seguintes.

[64] O que é denominado de direito romano, no século XI, eram as compilações redigidas sob o reino de Justiniano, imperador romano do Oriente no século IV. A Idade Média lhe dá o nome de *Corpus Iuris Civilis*. Eles compreendem: *O Digesto*: Vasta compilação de fragmentos de textos extraídos das obras dos jurisconsultos clássicos. A manipulação dos especialistas , o grande número de comentários pelos redatores do Digesto tiveram como conseqüência uma substancial mudança do conteúdo das regras tais como teriam sido aplicadas no século VI; O *Código* : Esta obra reagrupa unicamente as constituições imperiais; *Os Institutos*: Manual composto para o uso dos estudantes; *Novelles* : Redigido mais tarde, em 556, esta coleção reunia as constituições editadas pelos imperadores após a redação do Código. Na Idade Média, esta subdivisão apresenta algumas mudanças, devido em parte de um lado à redescoberta das compilações e de outra parte às práticas seguidas em seus ensinamentos. Assim, o *Corpus do Direito Civil Romano* foi dividido em cinco volumes: *Digestum Vetus*: do livro I, título I ao livro 24, título 2 do *Digesto* (D.1.1 a D.24.2); *Infortiatum* : do livro 24, título 3 até o livro 38, título 17 (D. 24.3 a 38.17); *Digestum Novum* : do livro 39, título 1 ao livro 50, título 17 (D. 39.1 a 50.17); *Codex* (Livros 1 a 9 do Código); O *Volumen* , que compreende: Os *Tres Libri* – os últimos três livros do código; Os *Institutes;* O *Authenticum,* que reagrupava as *novelles* em nove *collationes*. No início do século XIII, será acrescentada uma décima *collatio* à *Althenticum*, as compilações do direito costumeiro ou consuetudinário feudal , *os Consuetudines feudorum* ou *Libri Feudorum*. O Direito Canônico: O *Corpus Iuris Canonici* , assim denominado a partir do século XV, é composto de cinco partes que cobrem duas séries de textos : O *Decretum Graciani* e as *Decretais*. As *Decretais de Gregório IX* , conhecidas pelos nomes de *Liber extra*, abreviação do título *Decretais extra Decretum Gratiani vagantes;* O *Sexte;* Os *Crementines;* Os *Extravagantes de João XXII* e os *Extravagantes communes. O Decretum* foi redigido, provavelmente entre 1130 e 1140, pelo monge Graciano , que lhe deu o título de *Concordia discordantium canonum* (concordância do cânones discordantes). Esta obra tinha por finalidade estabelecer e harmonizar por matéria , cerca de 3.800 textos retirados em sua maior parte das Bulas pontifícias, das obras dos Pais da Igreja, das Escrituras e das legislações estabelecidas pelos Concílios universais ou particulares . O autor pretendia eliminar as contradições entre estes diversos textos a fim de alcançar um sistema unitário do direito eclesiástico. O Decreto era dividido em três partes: A primeira compreendia 101 distinções concernentes às fontes do direito canônico (dist. 1-21), o estatuto dos clérigos e sua ordenação (dist. 21-59), a eleição, a consagração e o estatuto dos prelados (dist.60-90), os poderes dos legados pontificiais e dos primazes (dist. 91-101). A segunda se subdivide em 36 causas repartidas em questões. A causa 33 , questão 3 forma um tratado denominado Penitencia; A terceira, por vezes citada como causa 37, é dividida em cinco distinções que compõem um tratado litúrgico, *De consecratione*. Esta compilação particular, que não foi promulgada por um Papa, não possuía um caráter oficial. Sua difusão, entretanto foi de tal proporção que acabou por se impor rapidamente entre os canonistas. Os diversos estudos e interpretações fizeram surgir , paralelamente glosas redigidas à margem do texto, aparecendo na forma de *Summae*, as quais as mais conhecidas são a *Summa de Paucapalea*, primeiro discípulo de Graciano, o *Stroma* de Rolandus Bandinelli, a *Summa* de Rufino e as *Summae* de Etienne de Tournai, Johanens Faventinus, Simon de Bisignano, Sicard e Huguvvio, às quais pode-se juntar a *Summa Parisiensis* e a *Summa Coloniensis*. *As Decretais* : - Antes da coleção de Gregório IX, as compilações particulares tinham proliferado. As mais conhecidas são designadas pelo termo *Quinque compilationes antiquae* (*prima, secunda, tertia, quarta e*

possibilitou um refinamento jurídico tanto por parte da Igreja como por parte dos legistas, defensores do ponto de vista do imperador e dos reis. Desta forma, pertenceria à doutrina do direito canônico o mérito de ter aberto o espaço para o florescimento de uma nova corrente de pensamento que se delinearia no campo do direito leigo.

Embora fosse antiga a ambição dos pontífices máximos de exercer o poder máximo temporal,[65] foi Inocêncio III, o papa que melhor expressou a pretensão pontifícia ao império universal. [66]

---

quinta) elaboradas entre 1187 e 1226. Destas cinco compilações, a terceira e a quinta tiveram um caráter oficial, na medida em que foram redigidas por iniciativa dos Papas Inocêncio III a terceira e Honório III a quinta. A primeira compilação oficial foi redigida entre 1230 e 1234 por Simon de Peñafort, por ordem de Gregório IX. Foi promulgada pela Bula *Rex Pacificus* de 5 de setembro de 1234 e enviada às Universidades de Bolonha e de Paris . O critério de divisão de matérias é apresentada conforme os ideais da *imitatio imperii* , sob aquele do Código de Justiniano e segue a divisão em cinco livros, adotada por Bernardo de Pádua na *Compilatio prima*, com títulos, precedidos de uma curta rubrica, capítulos e cânones. Esta coleção foi completada pela seqüência de coletâneas acumuladas por diversos Papas. O Sexte foi promulgado em 1298 por Bonifácio VIII. Ele compreende 108 cânones e decretais referentes ao período que separa Gregório IX de Bonifácio VIII, repartido em cinco livros. Uma outra coletânea, intitulada *Clementinas* foi acrescentada por Cremente V, em 1314 e as Extravagantes foram promulgadas em 1324 por João XXII. Enfim, as Extravagantes *communes* vieram completar o Corpus até o final do século XV. No século XVI, a pedido do Papa, uma comissão de cardeais, os *Correctores romani*, foram constituídos para preparar uma nova versão de todo o *Corpus Juris Canonici*. Durante toda a Idade Média, estes dois tipos de fontes, romana e canônica foram glosadas e comentadas nas universidades. Os canonista denominados *decretistas* abordavam os textos através da técnica da glosa, espécie de comentário diretamente ligado ao texto estudado e dedicado a explicar as dificuldades levantadas tanto no que diz respeito ao vocabulário como nas dificuldades propriamente jurídicas. No século XIII, estas glosas foram reagrupadas com as compilações de Justiniano. Accursio redige um aparato conhecido como *Glossa Ordinaria* ou Grande Glosa que deveria se impor como a obra de referência para as gerações posteriores. João , o Teutônico, um canonista, fez o mesmo com o Decreto de Graciano. Ver KANTOROWICZ, Ernest H. "*Mourir pour la patrie et autres textes*". Apresentação de LEGENDRE, Pierre. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.

[65] Com a eleição de Gregório VII, em 1073, tem início a luta entre o papado e poder imperial. Por meio de uma extensa reformulação, levada a cabo por meio de uma série de decretais, Gregório VII estabelece o princípio do primado romano, isto é, a supremacia temporal do papa sobre reis e imperadores. Segundo esta concepção, o papa detém o poder das duas espadas: a celeste e a temporal, as quais teriam sido entregues a Pedro, por Cristo, de quem os papas seriam os sucessores por direito. Um longo duelo, conhecido como *querela das investiduras*, tem início, contrapondo de um lado canonistas e de outro legistas imperiais apoiados, no direito romano ensinado na Universidade de Bolonha. Inocêncio III, eleito papa em 1198, assume o título de vigário de Cristo, reivindicando *a plenitude potestatis* que teria sido transmitida por Cristo para seus sucessores, os papas. O imperador e reis, autoridades seculares, estariam incluídos no domínio romano, uma vez que era o pontífice que examinava, dava a unção, sagrava e coroava os imperadores, da mesma forma que os bispos ungiam, sagravam e coroavam os reis. O principal opositor à ambição dos pontífices máximos romanos, neste período foi Frederico Barba-Roxa, eleito imperador em 1155. Apoiado nos jurisconsultos bolonheses, invoca o direito romano imperial para declarar-se sucessor de Constantino, Teodósio, Justiniano , Carlos Magno e Otho , fundador do Sacro Império Romano Germânico. Fixa, assim, uma linha sucessória ininterrupta, invocando para si os antigos direitos imperiais romanos de primazia sobre o poder espiritual. Ver CHEVALIER , Jean-Jaques. "*História do pensamento político*", t .I. Cap.III R.J.: Zahar1982; VOHN RANKE, Leopold. "Historia de los Papas". México: Fondo de Cultura Económica. 1988.

Klaus Schatz observa que Inocêncio III seguia os princípios formulados por Bernard de Clairvaux, o grande líder do cristianismo na França do século XII, para quem "*o único vigário de Cristo chamado a presidir não apenas um povo mas a todos seria o Papa".* Inocêncio III proclama que o título *vicarius Christi*, que também era utilizado pelos reis cristãos, deveria ser reservado apenas ao Papa.[67]

Inocêncio III chega ao trono pontifício em um momento em que a conjuntura histórica era favorável ao crescimento da autoridade da Santa Sé[68]. Com a morte, ha apenas três meses, do imperador Henri VI, da família Hohenstaufen,[69] a antiga disputa entre Guelfos e Gibelinos,[70] tinha novamente desagregado a tênue unidade do Sacro Império Romano Germânico.

Com a ausência de um poder que encabeçasse o Império, Inocêncio encontrou as condições para governar como um verdadeiro imperador romano, o *verus imperator,* de acordo com a fórmula romana*, Ego sum Cesar, ego imperator.* Segundo a declaração de um cronista da época, citado por Kantorowicz, *"Em seu tempo a Igreja em plena força e plena*

---

[66] KANTOROWICZ, Ernest H. "*L' Empereur Frédéric II*". Paris: Éditions Gallimard, 1987.
[67] SCHATZ, Klaus. "La primauté du pape". Paris: Éditions du Cerf, 1992. p.143.
[68] Inocêncio III (1162- 1216), da família dos Comti, era um membro erudito do clero, de andar orgulhoso, soberano, e com visão romana, fizera seus estudos de teologia e direito em Paris e Borgonha e dominava perfeitamente as ciências de seu tempo. Chega ao trono pontifício com a idade de trinta e seis anos, em 1198, impregnado da dignidade sacro-santa de seu sacerdócio. " *Logo após sua eleição, e contrariamente ao uso, retarda em muitas semanas sua entronização para fazer coincidir com a festa "do Trono de São Pedro" e lhe dar, assim, igualmente, um caráter mais resplandecente.*" Segundo KANTOROWICZ, representa neste dia o próprio apóstolo Pedro, como mais tarde representará o Salvador. Ele próprio se considerava o imperator da cristandade e, homem de estado de grande envergadura, transformou a Igreja em um verdadeiro Estado. "*Mais do que isto, fez (da Igreja) uma monarquia absoluta onde apenas ele, seu chefe supremo, poderia, qual uma fonte, dispensar poder, direito e graça*." Tornou-se o mais poderoso suserano e fazia prostarem-se diante dele, os reis do Ocidente que iam até ele receber as terras que ele lhes conferia como feudo. Foi Inocêncio quem, em nome da defesa da verdadeira fé, levou contra os Albigenses uma guerra santa semeada de atrocidades." KANTOROWICZ, Ernest. "*L' Impereur Frédéric II*". op. cit. p.p. 28 e 47.
[69] A dinastia Hohenstaufen tinha imposto uma concepção de poder que levara o imperador a ser reconhecido como o suzerano supremo. Os juristas imperiais, desde o período de Barbaroxa, tinham recuperado a noção de *imperium* do direito romano, permitindo estabelecer a concepção de que o universo inteiro deveria ser submetido *de jure* ao *imperator* romano.
[70] A dinastia Hohenstaufen era originária da vila suábia de *Waiblingen*. O nome alemão *Welf* designava a dinastia principesca rival dos Hohenstaufen na Alemanha . No século X, uma guerra opõe os partidários das duas dinastias na Itália. Os partidários dos *Welf* foram chamados de Guelfos, enquanto os partidários dos Hohenstaufens foram denominados *Ghibellini.* KANTOROWICZ, Ernest. "*L' Impereur Frédéric I*I". op. cit. p. 25. Ver nota do tradutor, Albert KHON, à edição francesa.

prosperidade, reinava sobre o Império romano e consequentemente, sobre os reis e príncipes do mundo inteiro". [71]

Inocêncio III iniciou, em seu pontificado, uma batalha titânica pela afirmação universal e sem reserva da supremacia pontifícia, e acabou, assim, por lançar as bases de um movimento de pensamento que assolaria todo o século. Travou uma luta gigantesca, sem considerar obstáculos de região e distância, avançou para todos os lados, do oriente ao ocidente , lutando contra a heresia. Mas, acima de tudo, Inocêncio procurou afirmar a todo o momento a superioridade e primazia pontifícia. Interveio na Itália, França, e na Alemanha, na sucessão imperial. Não mediu esforços para fazer do poder pontifício o mais elevado de todos. Segundo Calasso, tratou-se de uma gigantesca ruptura cuja prodigiosa empreitada teria *"refinado a arma dialética de Inocencio, que harmonicamente conjugava os dotes de jurista sutil e astuto e de político de raça"*. [72]

Inocêncio partia da idéia de que, como sucessor dos apóstolos, era o vigário de Cristo, e, portanto, de Deus. Enquanto tal, teria recebido de Deus a *plenitudo potestatis* e desta plenitude decorreriam seus poderes terrestres: o poder sacerdotal, o poder judiciário e o poder real. Recorre, em particular, a uma interpretação inaudita de sua função pontifícia como mediador. Segundo ele, todo o poder é proveniente de Deus e sua condição seria a de mediador entre Deus e os homens, abaixo de Deus, mas acima dos homens. Em harmonia com esta idéia, para completar o encadeamento de poderes, afirma: "*Em nós, Deus é venerado quando nós o somos e desprezado quando nós o somos*".[73]

A situação de mediador entre Deus e os homens é estreitamente ligada à transformação da Igreja em um Estado sacerdotal. O poder sacerdotal seria derivado de Deus, por intermédio do papa, transmitido ao seu vigário, diretamente e em sua integridade.

De um só golpe Inocêncio III garantiu a sua direta intervenção na eleição de todos representantes do clero e bispos e desmontou a rede de privilégios sobre a qual o imperador e reis fundavam seu poder de intervenção temporal. Neste mesmo golpe, liquidou toda a questão litigiosa das investiduras, colocando os membros do clero de toda a cristandade à

---

[71] KANTOROWICZ, Ernest. "L' Impereur Frédéric II". op. cit. p. 47.
[72] *"Questa rotta gigantesca affinò l'arma dialettica di questo Pontefice, che armonicamente conjugava i dote di jurista finissimo e del político di razza"*.- CALASSO. op. cit. p. 35.
[73] Ibidem, ibidem.

dependência imediata de sua pessoa, invocando a si todo o poder de investir, revogar e remover de acordo com seu bel prazer. Erigiu uma estrutura estatal que exigiu uma extensão do direito canônico, necessidade que satisfez presidindo a elaboração de uma nova coleção de Decretais. Eminente jurista, encontrara a circunstância histórica adequada para utilizar este conhecimento para consolidar sua posição como chefe de Estado.

Como lugar-tenente de Deus, tinha o direito de concluir ou dissolver a união espiritual, tida como indissolúvel, do bispo com a sua diocese. Esta liberdade de investiduras episcopais teria sido, segundo Kantorowicz, determinante para fazer da Igreja um Estado intrinsecamente totalmente independente do poder temporal e que sobrepunha ao mundo profano, um Estado onde os bispos deveriam ser os funcionários dóceis, simples governadores de províncias e lugar-tenentes do imperator pontifício.[74]

Apenas no final de seu pontificado, com a ascensão à coroa imperial de Frederico II[75], Inocêncio III encontrou um rival à sua altura. Em seu confronto com os Papas, Inocêncio III e Gregório IX, apoiado firmemente nas interpretações do direito romano de seus legistas, Frederico III revive a ambição de conquista universal e triunfo do sacro Império Romano Germânico.

Frederico II, segundo Kantorowicz, teria ido além da mera tentativa de restaurar a antiga posição do imperador junto à cristandade. Procurando restaurar a concepção de divinização imperial característica do antigo Império Romano, não pretendia ser a encarnação de Cristo, Deus que se fez carne, mas um imperador que se fazia Deus.

---

[74] ." KANTOROWICZ, Ernest. "*L' Impereur Frédéric II*". op. cit. p. 47.

[75] Frederico II (1194-1250) foi rei da Sicília, Germânia e imperador do sacro Império romano Germânico. Em 1190, com a morte de Frederico Barba Roxa, é eleito imperador Henri VI. Em 1197 Henri VI falece e sua sucessão é tumultuada e seguida de guerras que opõem os Welfs e Hoshenhaufen. Sob a mediação de Inocêncio III, ascende à coroa imperial Oto IV em 1209. Em 1198 Frederico é, aos oito anos, coroado rei da Sicília tendo como regente e tutor Inocêncio III. Em 1211 Frederico é coroado rei da Germânia. Inicia assim seu sonho de unificação dos territórios italianos aos territórios imperiais, contra a vontade dos papas. Em 1216 falece Inocêncio III que é sucedido por Honório III. Em 1220 Frederico II é coroado imperador. Frederico submete a Sicília e estende seus poderes na região através da fundação da Universidade de Nápolis. Com a morte de Honório III ascende ao pontificado Gregório IX que inicia os preparativos para as cruzadas. As ambições de Frederico II levam a sua primeira excomunhão em 1227. Em 1228-1229 Frederico parte para uma cruzada a Jerusalém onde é novamente coroado. Em seu retorno ao continente Frederico leva adiante inúmeras guerras pelo controle e submissão de territórios italianos e germânicos. Em 1239 Frederico II é novamente excomungado e em 1240 marcha sobre Roma. Em 1241 morre Gregório IX.Lutas internas levam à vacância do pontificado romano até 1243, quando é eleito Inocêncio IV que assume em 1244. Em 1245 Frederico II é deposto pelo Concílio de Lyon. KANTOROWICZ,E."*L' Impereur Frédéric II*". op. cit. p. 11.

Os juristas de Frederico alteraram a concepção de justiça, de uma divindade imutável situada fora do mundo, para um motor carregado de vida, preso ao tempo e ligado às mudanças da natureza na qual o imperador seria a encarnação da justiça. Nele se apresentavam unidas as figuras de César e Cristo, pai e filho, o suserano e o senhor da justiça. No aparecimento deste modelo de império, que se beneficia em elevado grau da recepção do direito romano efetuado pelos legistas, o imperador é a uma só vez lei animada e justiça vivente, em virtude da interpretação do Código Justiniano.

É a identificação do imperador com a justiça que sacraliza a pessoa do imperador. E o imperador inclui na sua pessoa o império. É aberta, assim, a via à concepção de um corpo político dotado dos atributos do corpo místico, onde a continuidade dinástica e a imortalidade dos reis seriam resultantes da continuidade imperial e eclesiástica.

Segundo Kantorowicz, a divinização da justiça imperial, levada a cabo pelos legistas de Frederico II, teria sua origem dentro da própria ação do pontificado:

> *É, sobretudo, o papa Inocêncio III que é necessário citar aqui como precursor de Frederico II neste domínio. Este papa foi o primeiro a introduzir nos espíritos que o juiz e o sacerdote são um, que o sacerdócio é real e a realeza é sacerdotal.*[76]

Os canonistas procuraram justificar a autoridade absoluta, espiritual e temporal do Papa, estabelecendo o poder da Igreja como uma emanação mística de seu primeiro vigário, o Cristo. A partir daí, a indivisibilidade, a unicidade e a supremacia de Deus nortearam a elaboração de uma doutrina política baseada em uma concepção de poder único, divino, supremo e indivisível. Esta concepção abriu caminho para a sacralização do poder do imperador.

Todavia, ao atacar a autoridade imperial, Inocêncio III abriu espaço para a afirmação de um campo de poder intermediário representado pelos reis. Para que possa ser compreendida a complexidade das relações que permitiram a emergência jurídica do

[76] ." KANTOROWICZ, Ernest. "*L' Impereur Frédéric II*". op. cit. p. 53.

conceito de soberania, é necessário retornar ao conteúdo original da decretal "*Per Venerabilem*".[77]

Na opinião de Calasso, na famosa decretal, Inocêncio III não tinha como intenção afirmar a soberania, no sentido de poder absoluto, do rei de França, mas afirmar que o rei não era subordinado ao imperador. Constituiria, assim, uma forma de reafirmar seu próprio poder e superioridade. A intenção pontifícia em favor do rei é tomada unicamente a título de graça "*regi gratiam fecimus requisiti"* e define este exercício de "*temporalis iurisdictio*", como puramente incidental , *casualiter exercemus* , sem prejuízo do próprio poder "*alieno iuri praeiudicare, vel potestem nobis indebitam usurpare"*.[78]

Esta, porém, não foi a única ocasião que Inocêncio III afirmou sua jurisdição temporal, através da intervenção em assuntos internos dos reinos e império. Sua intervenção nas questões temporais era uma das principais marcas de sua política.[79]

O grande problema teórico, que Inocêncio se propôs a debater e resolver, com uma lógica arguta, da qual nenhum de seus predecessores do século XII tinha sido capaz , era o problema da supremacia pontifícia *in temporalibus* . Não se tratava apenas de uma genérica afirmação da potência moral do Papa sobre autoridade temporal do imperador, mas uma solene e programática declaração de atribuição, ao Papa, do supremo poder espiritual e terreno, e da submissão ao chefe da Igreja, de todos os chefes do ordenamento temporal. Inocêncio III não tinha dúvida alguma ao afirmar que o Império dependia da Igreja "*principaliter et finaliter*". Por este motivo, todas as suas ações , neste período, devem ser interpretadas de acordo com os objetivos políticos que perseguia, incluída aí a afirmação contida na decretal "*Per Venerabilem*".

---

[77] *Decretal Per Verabilem* - INNOCENTII III P.P. Regestorum LIB.V-Pontificatus Anno V- 1202 - PATROLOGIAE LAT. - Tomus CCXIV - Inocentius III Pontifex Romanus. - Titulo CXXVIII, Sub. Titu. "De legimatione liberorum" col 1132 B: (...)- *In super, cum rex ipse superiorem in temporalibus minime regognoscat, sine juris auterius laesione in e o re jurisdictioni nostrae subjicere potuit et subjecit, in quo forsitam videretur aliquibus quod per se ipsum , non tanquam pater cum filiis, sed tanquam pricipes cum subditis, potuerit dispensare. Tu autem alus nosceres subjacere..*

[78] CALASSO, Francesco. op.cit. p. 33.

[79] Naquele mesmo ano a decretal "*Novit*" foi escrita a propósito de uma controvérsia entre o rei Philippe Augusto, de França e João sem Terra, da Inglaterra. Nela pode ser encontrada uma justificativa do pontífice para sua intervenção . CALASSO. op. cit. p. 33.

Segundo a interpretação apresentada por Calasso, a afirmação contida na decretal "*Per Venerabilem*" visava a uma orientação de equilíbrio entre o poder laico e o eclesiástico. Ao mesmo tempo em que afirmava que o rei de França não era limitado por qualquer ligação superior, pretendia afirmar a sujeição do rei, e do imperador, ao Papa. A decretal, na verdade, versava exclusivamente sobre a legitimação dos filhos do rei de França. Entretanto, como forma de obter a sujeição do rei, o Papa condicionou o ato de legitimação dos seus filhos ao reconhecimento da jurisdição pontifícia e ao respeito de sua esfera de competência jurídica.

A elaboração do conceito de jurisdição como determinação de uma esfera de competência judiciária teria sido,uma criação original da doutrina jurídica medieval e teria aberto caminho para o posterior estabelecimento do conceito de jurisdição pública. A noção de *iurisdictio* aflorou positivamente das necessidades conjunturais históricas, a partir de uma estrutura material constituída de intensos e violentos choques políticos onde eram contrapostas múltiplas esferas de direito: senhores feudais, reis, imperadores e Papa.

A antiga *jurisdictio* romana era concebida, originalmente, como um poder genérico de administração da justiça. A estratégia pontifícia constituiu em atribuir à jurisdição o conteúdo de extensão e competência judiciária administrativa. A seguir, foi atribuída ao Papa a jurisdição universal como correspondente à antiga supremacia de poder romana. O desdobramento da supremacia romana como afirmação de uma jurisdição pontifícia teria sido, assim, o primeiro passo na direção daquele que futuramente seria o conceito de soberania.

A decretal "*Per Venerabilem*" acabou por adquirir uma fundamental importância no futuro, quando passou a ser usada pelos juristas do reino francês, precisamente como afirmação da jurisdição real, isto é, da existência de uma esfera jurídica específica de competência do rei. Diversamente do que era esperado por Inocêncio III , a decretal não foi utilizada para o reconhecimento da jurisdição do poder pontifício, mas para a afirmação da jurisdição de poder do rei.

Isto ocorreu porque, posteriormente, quando na codificação gregoriana, a decretal de Inocêncio acabou por ser deslocada do terreno que a havia gerado, perdendo sua especificidade contingente. Isolada de seu contexto original e distanciada de seu conteúdo

específico, a decretal, que versava sobre a legitimação dos filhos do rei de França, foi interpretada como afirmação da jurisdição do rei pelos juristas que procuravam fundamentar a autonomia real.

A doutrina canônica de Inocêncio tinha como um de seus principais objetivos a limitação do poder do imperador. Em outras decretais posteriores, que tratavam da eleição legítima do imperador ou do direito do pontífice de controlar a capacidade política do imperador eleito, foi reafirmada a subordinação do império ao pontificado romano através da atribuição de sua origem e fim ao poder de Roma. Através da afirmação da existência de uma única Igreja, era deduzida a existência de um único imperador : *a Igreja é única, logo o império deve se único e o seu centro é Roma.* [80]O conceito de imperador era definido como aquele a quem era atribuído o *regnum mundi*, por mandato da Igreja. Negava, assim, que fosse apropriado chamar-se de imperador o chefe político do império bizantino, porque, neste caso , teria existido uma *translatio imperii*, dos gregos (*bizantinos)* para os *theutonicos* (*alemães).*[81] Reinando por mandato da Igreja, o imperador seria sempre um vassalo do Pontífice.

A afirmação, circunstancial, do poder do rei em seu território é encontrada, também, em outra famosa decretal, a "*Super Spécula*", na qual o Papa Honório III declarou a França isenta da observância da lei romana.[82] Esta Decretal, todavia, abriu caminho para o

---

[80] CALASSO. op. cit. p. 37.

[81] Glosa *in Germanos,* C. *venerabilem*, citado por CALASSO. op. cit. p. 38.

[82] Com a expansão das novas idéias veiculadas pelas glosas de Bulgarus, Martin Gisia, Jacobus e Hugo de Ravena, que reinterpretaram iténs da <<*Digesta* e *Institutas* de Justiniano>>, o imperador germânico viu sua pretensão, de ter os reis territoriais como vassalos , reforçada. Tal fato levou inquietude a reis como Philippe Augusto, da França, que não via com bons olhos a abertura de cursos de direito civil romano , que poderiam tornar-se reprodutores das doutrinas que reconheciam o poder imperial. As principais Escolas de Direito como as de Notre Dame, Paris, Saint-Victor e S. Geneviéve, encontravam-se sob a dependência direta da Igreja, o que impedia uma intervenção do rei. Em 1212 , Philippe Augusto endereça ao Papa Honório III uma solicitação, na qual pede a interdição do ensino de direito romano em Paris, que foi atendido pela decretal *Super Specula*, em 1219. A partir daí, foi proibido pelo pontifice o ensino do direito civil romano em Paris e localidades circunvizinhas. Em 1312, o rei Philippe, o Belo, repete o pedido, e o direito civil romano será definitivamente banido das regiões vizinhas à Île de France. O motivo, oficialmente utilizado para a decretal, foi a existência de um direito de caráter consuetudinário nestas regiões, e uma total ausência da prática do direito civil romano. Foi, portanto, uma região declarada "fora" da jurisdição das leis romanas. *Ver* CHENON, Émile.<< *Histoire Générale du Droit François Public et Privé*>>. *T.I. Paris: Recueil Sirey, 1926.* Muitos estudiosos chegaram a afirmar que esta decretal era uma demonstração da existência de uma soberania do rei francês, uma vez que, a seu pedido, o Papa teria isentado os franceses do cumprimento da lei romana. Tal interpretação, porém, carece de sustentação e decorre de uma leitura separada das razões históricas que deram origem a decretal.Tomada isoladamente, como um simples fragmento da compilação

reconhecimento de um direito francês, distinto do direito romano e não submetido ao imperador.

As querelas medievais, que opuseram, nos séculos XII e XIII, a Santa-Sé e o Império, pressupunham indiscutivelmente, sempre um campo comum, a unidade da *societas christiana*, da *universalitas fidelium.*

Este conflito jamais foi concebido como uma oposição entre poderes da mesma categoria ou ordem, e, menos ainda, por uma oposição de Estado a Estado, de *societas perfecta* a *societas perfecta.*[83] Na verdade, o conflito assentava-se em questões relativas a determinações de competências e sobre distinções de domínios. Jamais foi colocada em questão a ordem unitária da *Ecclesia* , da qual o império se reconhecia como parte.

As querelas medievais não tiveram, jamais, a capacidade de fazer surgir , em toda a sua pureza o conceito moderno de Estado, como Estado soberano, uma vez que as disputas permaneciam limitadas às questões de prerrogativas e repartições de funções , no interior de um edifício reconhecido por todos como o único e o mesmo . Embora se tratasse de uma sociedade formada de estruturas diferenciadas e hierarquizadas, fora sempre possível integrar, em uma unidade superior, a cristandade, os elementos distintos em litígio.

O conflito medieval que opunha papas a imperadores residia, com efeito, essencialmente, sobre a articulação da autoridade e do exercício do poder, a *administratio*, sem jamais se transformar decididamente em conflito de princípios. Esta transformação, porém, teve lugar quando a pretensão pontifícia da *plenitudo potestatis* esbarrou na afirmação de poder particular dos reis em seus territórios.

---

gregoriana, a leitura da decretal pode levar a uma conclusão errônea. A "*Super Spécula*" referia-se , apenas, à cidade de Paris e regiões circunvizinhas, áreas onde teoricamente não era utilizado o direito romano, mas o direito consuetudinário. Com efeito, a instalação posterior de cursos de direito romano em Orleans e Toulouse demonstrou a condição de localidade e circunstancialidade da "*Super Spécula*". Além disso, o pedido do rei francês não isentava da obediência do direito de Roma, mas referia-se, principalmente, a um possível uso do antigo código civil romano em favor dos direitos do imperador alemão. Representava, portanto, não o reconhecimento de uma jurisdição de poder real, pelo Papa, mas um acordo entre o rei e o pontífice. Entretanto, a forma fragmentária como vem citada na compilação gregoriana prestou-se a uma generalização não prevista e permitiu o estabelecimento do direito consuetudinário como base do direito monárquico francês, de forma a interpretar-se que *em terra dos francos não se observa o direito romano.* CALASSO, F. op. cit. p. 36.

[83]. COURTINE, Jean-François. "L'Heritage Scolastique dans la Problématique Théologico-Politique de L'Age Classique". in *L'Etat Baroque.* Paris: J. Vrin, 1985. p.p. 95,96.

O império, desde o princípio, constituíra-se a partir da própria unidade cristã. A ausência da unidade cristã significaria a fragmentação e destruição do império. Já os reinos particulares só poderiam constituir-se em Estados territoriais autônomos, no confronto com a jurisdição imperial e pontifícia. Na verdade, a transformação dos reinos medievais em Estados Nacionais nutriu-se dos elementos que foram engendrados pelo conflito que opôs o imperador ao Papa e, graças a ele, conseguiu abrir um espaço próprio , forjando uma nova concepção mística do poder.

A luta aberta da monarquia francesa contra o papado teve início com Philippe Augusto no século XIII e com sua recusa em obedecer à ordem pontifícia de restituir as terras confiscadas de João sem Terra, rei da Inglaterra. Tinha claramente a perspectiva de garantir a jurisdição do rei sobre o território sob seu controle administrativo e afirmar que o rei não era apenas um executor das intenções papais e que, em seu território, o monarca era a fonte do direito.

A réplica de Philippe, o Belo foi baseada na idéia de plenitude de jurisdição garantida pelas leis de fundação do reino francês. Rejeitando a noção de um poder de *imperium*, quer fosse ele exercido pelos pontífices romanos ou imperadores, o rei de França pretendia afirmar sua autonomia diante dos poderes externos. No âmbito interno, a concepção de plenitude de jurisdição em seu território permitiu ao rei transformar a superioridade relativa que possuía diante dos demais senhores feudais, em um poder supremo, do qual todos os outros derivariam.

A doutrina da soberania foi fundada em um campo doutrinário que era nem imperial nem patrimonial. Não se tratava também de um modelo fundado no poder patrimonialista senhorial, mas no administrativo, como pudemos constatar no capítulo anterior. Por outro lado, a supremacia do rei não tomou como base a tradicional concepção imperial romana porque, em lugar do direito de impérium, baseado na concepção romana de conquista, fundou as bases do poder na negociação jurídica.

Bodin apresenta a sua concepção de República no duplo registro político-teológico. O Estado segundo a concepção de Bodin é o resultado de uma síntese jurídica que teria

correspondido, historicamente, às estratégias utilizadas desde os reis Capetos para estabelecerem uma esfera de poder monárquico autônoma no âmbito interno e externo. O processo de possibilitou a emergência do conceito de soberania consistiu em colocar os legistas reais a serviço da centralização adotando em parte a nomenclatura do direito eclesiástico e que, na zona amorfa deflagrada pelo conflito entre Papa e imperador, permitiu estabelecer os princípios de um direito nacional.

Nesta perspectiva, a ficção dos dois corpos já vinha, desde a Idade Média, correspondendo a uma estratégia que permitia a centralização do poder e a aceitação da família dos Capetos como a figura mística e sagrada da realeza francesa.

6.5. O processo de sacralização do Estado

A figura moderna do poder do Estado , como Estado soberano, foi definida em face do poder da Igreja Romana, em um processo de laicização e autonomia do domínio propriamente político em relação aos domínios anteriormente mal diferenciados do eclesiástico ou teológico-político. Para que pudesse ter reconhecida a sua jurisdição, o rei precisou ostentar em seu reino emblemas de poder que garantissem sua autonomia diante do pontífice romano.

O processo de sacralização da função real, a criação de uma mística em torno dos símbolos monárquicos, constituiu uma eficiente estratégia para afirmar a jurisdição do rei frente ao papa e demais autoridades temporais. Como resultado do conflito com a Igreja, o rei teria procurado transferir para o campo do Estado e reivindicar, para a sua própria esfera, alguns dos traços da soberania pontifícia romana, cujos atributos espirituais e jurídicos que garantiam a sua primazia sobre a cristandade permitiriam ao rei justificar sua superioridade no interior do reino.

Esses atributos, que caracterizavam o poder do Soberano Pontífice Maximus, seriam : a *summa potestas*, entendida como *plenitudo potestatis ,* a possibilidade de apelar à *ratio*

status , antes concebida como *ratio ecclesiae,* e a referência à *voluntas principis* como fundamento último do *direito (sit pro ratione voluntas).*[84]

Em seus estudos, Kantorowicz[85] se propõe a interpretar a história política européia e o nascimento do estado moderno. Uma das mais impressionantes e principais características de suas obras é a elegância e a variedade de registros que tocam igualmente à história , à filosofia, ao direito, à antropologia e, principalmente, à teologia. Segundo sua doutrina dos dois corpos, o rei é uma pessoa germinada, que tem dois corpos, um corpo natural como qualquer outro homem , o qual está sujeito às paixões e à morte , e um corpo político, que não morre jamais.

---

[84] Ver os recentes trabalhos de: BAYARD, Jean-Pierre. " *Sacres et Couronnements*". Paris: Ed. Guy Trédaniel, 1984; GIESEY,Ralph E. "*Le Roi ne meurt Jamais*". Paris: Ed. Flammarion, 1987 e KRYNEN, Jacques. *"L'Empire du Roi*". Paris: Ed Gallimard, 1993. Ver também "Le Sacre des Rois" - *Actes du Colloque international d' histoire sur les sacres et couronnements royaux* - Reims, 1975, em particular os trabalhos de MOUSNIER, Rouland, VIGUERIE, Jean, DEVÈSE, Michel, DUPRONT, Alphonse e CRUBELLIER, Maurice. Paris: Belles Lettres, 1985.

[85] Historiador prussiano de origem judaica, nascido em 1895,morreu exilado nos Estados Unidos em 1963. Kantorowicz produziu suas obras em um momento em que os historiadores da *École des Annales* rompiam com a tradição historiografia e penetravam nos campos da antropologia. Combateu como voluntário em Berlim contra os Spartakistas e tinha um cunhado simpatizante dos comunistas. Aos trinta anos Kantorowicz publica *Frederic II*. Este livro foi aclamado na Alemanha do final da década de 20 como o modelo de uma nova história épica e demiúrgica, que anunciaria o super-homem. Segundo as anedotas anotadas por Grünewald, Hitler a teria lido e relido, Himmler o teria feito seu livro de cabeceira, e Goering o teria dado de presente para Mussolini. Entretanto, embora servido aos interesses de divulgação dos ideais pangermânicos, o livro era uma obra que refletia o pensamento comum a neoconservadores e nietzschianos, que não se ligaram aos ideais nazistas. Kantorowicz acaba, como tantos outros intelectuais judeus e alemães, com Hannah Arendt e Herbert Marcuse, no exílio nos Estados Unidos. Torna-se professor em Berkeley. A Universidade de Berkeley no período de 1949-1950, em pleno período do maccarthysmo impôs um juramento de lealdade aos seus professores. Contra este juramento Kantorowicz escreve "*The fundamental Issue*". É censurado e recusa-se a aceitar a censura. Seguido de 21 colegas, o emigrado judeu, exilado da Alemanha pela vaga nazista, entrega sua demissão. Princeton lhe abriria suas portas e lá compõe sua obra máxima: "*Os dois corpos do rei"*. Suas principais obras foram *Frederico II* (1927), *Os Dois Corpos do Rei* (1957) e *Morrer pela pátria (Pro Patria Mori in medieval political thought* – Americam Historical Review, 56 (1951), p. 472-492 . Vários artigos publicados isoladamente reaparecem em uma coletânea denominada *Selected Studies*, (N.Y. 1961) tais como the *Sovereignty of the Artist. Anote on legal Maxims and Renaissance Theories of Arts,* - De Artibus Opuscula XL. Essays in Honor of Erwin Panofsky, New York, Millard Meiss, 1961. p. 267-279 , *Mysteries of State. An Absolutist Concept and its Late Medieval Origins*, in *The Harvard Theological Review,* 48 (1955). p. 65-91 ; *Christus-Fiscus - Synopsis. Festgabe für Alfred Weber,* Heidelberg, Verlag Lambet Schneider, 1948. p. 223-235. Os artigos La soveraineté de l'artiste, Christus-Fiscus, Mystère de l'Etat e Mourir pour la patrie foram também apresentados em uma Coletânea em francês sob o nome *Mourir pour la Patrie* . Paris: P.U.F, 1984. Greckärt GRÜNEWALD, "*Ernest Kantorowicz und Stefen George*", Wiesbaden, Franz Steiner Verlag, 1938 e 1982 ; citado por KRIEGEL, Blandine. "*La politique de la raison*". Paris: Payot, 1994 . p. XIV.

Kantorowicz visa demonstrar que a doutrina dos dois corpos do rei teria surgido no momento da querela das investiduras na teologia política medieval. A doutrina dos dois corpos do rei é, com efeito, do ponto de vista de Kantorowicz, a secularização do modelo teológico e cristológico das duas naturezas, semelhante aos dois corpos de Cristo, dotado de um corpo mortal e humano e de um corpo místico.

Uma evolução aparece nos séculos XII e XIII com a idéia de reino centralizado sobre o direito e a justiça que Kantorowicz descobre nas constituições do imperador Frederico II, o *Liber Augustalis* . Esta via teria sido aberta pelo esforço dos teólogos para definir com Bonifácio VIII a sacralização do *status regni* e do *status regis*. Teria sido esta doutrina do corpo místico da Igreja que teria sido transposta ao corpo político pelos juristas e escritores políticos:

> (...) *a nova áurea começa a circundar o Estado secular e nacional, nascente dirigido por um novo* ***pater patriae*** *quando o Estado reivindica para o seu próprio aparelho administrativo e para a sua própria administração pública uma permanência e perpetuidade que tinha sido atribuída até este momento apenas à Igreja e, pelo direito romano, pelos* ***civilistas****, ao império romano. Imperium semper est ... Na idade da jurisprudência, o Estado soberano triunfa ao sacralizar a sua essência independentemente da Igreja e paralelamente a ela e se apropria da eternidade do império romano enquanto o rei tornar- se- ia imperador em seu reino, mas esta sacralização* ***do status regnis et regni****, das instituições e dos serviços do Estado, das necessidades e perigos públicos ficaria incompleto se este novo Estado não tivesse ele mesmo sido considerado como equivalente à Igreja, igualmente sob os aspectos corporais tanto como* ***corpus mysticum*** [86]

A transposição da doutrina de Bonifácio VIII, segundo a qual o corpo político é um corpo místico, teria sido, segundo Kantorowicz, a fonte do sentimento nacional moderno:

> *É impossível separar fortemente da idéia de realeza fundada sobre a politéia ou aquela do Estado enquanto corpo moral,* ***politicum myticum*** *e uma outra noção* **(...)** *o* ***regnum*** *enquanto pátria* (...) *enquanto objeto de uma ligação política e de um sentimento religioso.* (...) "*O reino enquanto pátria torna-se o objeto de uma ligação (relação) política e religiosa*.[87]

[86] KANTOROWICZ. E.H. *Mourir pour la patrie.* op. cit. p. 172.
[87] Ibidem, ibidem.

Assim, segundo Kantorowicz, uma amorfa língua *mezza theologica* teria dado a oportunidade de estabelecer identificação entre *o corpus reipublicae politicum* dirigido pelo príncipe e o *corpus ecclesiae mysticum* dirigido pelo Cristo. Kantorowicz apresenta a questão da seguinte forma:

> *Se a nação toma o lugar do príncipe, não será antes por que o príncipe, ele mesmo , tenha tomado primeiro o lugar do papa e do vigário ?.* [88]

Como observa Kantorowicz, a descrição do poder do rei a partir de termos sagrados abriu caminho para a adoção de uma concepção teológica do Estado. A passagem da esfera da teologia para a esfera do direito permitiu a elaboração de uma concepção abstrata de Estado, definido como "*corporação unipessoal*".[89]

O processo que possibilitou a formulação do conceito de soberania através da sacralização da figura do Estado, obedeceu a um gradual e engenhoso processo de transfiguração e reconstrução da figura do rei como corporação unipessoal. A definição da pessoa do governante em termos de *persona ficticia*, apesar de repleta de contradições metafísicas, constituiu a principal fundamentação do caráter absoluto, perpétuo, e portanto divino, do poder soberano.[90] A concepção dos dois corpos do rei, discutida por Kantorowicz, revela um momento do pensamento político, onde o exercício do poder é legitimado, não por um Estado abstrato, como ocorre com o pensamento contemporâneo, mas por uma ficção fisiológica abstrata, para utilizar a terminologia adotada por Kantorowicz, através da criação de um conceito de corpo unipessoal, abstrato , representado materialmente pela figura divinizada do Rei.

---

[88] KANTOROWICZ, E.H. op. cit. p. 97.

[89] KANTOROWICZ, Ernest H. <<*"Los Dos Cuerpos del rey" - Un estudio de teología política medieval*>>. Madrid: Ed. Alianza, 1985.

[90] Um ponto deve ser observado a partir do momento em que se estabelece um estudo dos conceitos de Estado a partir da mística política. Como observa Kantorowics, quando é subtraída de seu campo natural, de seu tempo e de seu espaço, a expressão mística do poder está exposta a uma perda de sua capacidade de encantamento e esvazia-se de sentido, dificultando a compreensão por parte de um estudioso moderno. A concepção mística retira seu poder persuasivo de um círculo de luminosidade mágica, repleto de metáforas misteriosas e imagens comovedoras, que, expostas à luz dos fatos e da razão, correm o risco de perder o seu poder de encantamento. KANTOROWICZ.op.cit. p. 15.

Tomado como *persona ficticia*, como corporação unipessoal, o rei é imortal, porque legalmente não pode morrer. Tampouco pode, legalmente, ser menor de idade. Além disso, o rei é incapaz de errar, é sequer incapaz de pensar mal, ou de conceber algo indevido ou, ainda, de enlouquecer ou debilitar-se. Mas, acima de tudo, o rei é invisível, pois, como fonte de toda a justiça, sua Majestade está sempre presente no momento em que é aplicada a sua lei, em seus tribunais, mesmo que lá não se encontre em pessoa.[91] A *persona ficta* do rei é, portanto, o Estado, na sua forma de poder público. Não há como não notar a semelhança entre esta explanação de Kantorowicz e a descrição da soberania de Bodin.[92]

Os dois corpos do Rei formam uma unidade indivisível, contida cada uma na outra, estabelecem, ainda a superioridade do corpo político sobre o corpo natural. Segundo este princípio, os juristas ingleses declaram que, uma vez que é o corpo político que contém o Real Estado e Dignidade, o corpo político contém o corpo natural, uma vez que é mais amplo e extenso, e porque nele residem forças misteriosas que atuam sobre o corpo natural, eliminando todas as imperfeições da frágil natureza humana. Desta forma, o corpo natural do Rei recebe uma espécie de adorno ao ser investido da dignidade política. Assim, o Rei não apresenta um corpo material distinto e separado do ofício soberano, mas um único corpo com capacidades indivisíveis, incorporados na mesma *Persona fictícia.*

---

[91] KANTOROWICZ. op. cit. p. 20.

[92] Kantorowicz, partindo da tradição inglesa dos dois corpos do rei, explora a teoria medieval da realeza, baseada em uma concepção cristocêntrica da monarquia, como vicariato, estabelecido por Deus na terra para o governo temporal das almas. Da mesma forma que Cristo, o rei, sua imagem, possuía dois corpos: um natural, submetido às fraquezas e debilidades humanas, e outro político, invisível, imortal, infalível e destinado à continuidade histórica sem interrupções. Um longo processo de construção teórica de sacralização do poder temporal pode ser percebido ao longo da Idade Média, e na França acima de tudo, onde o fortalecimento da autoridade do monarca só foi possibilitada, como vimos acima, através do enfraquecimento do poder eclesiástico. A descrição do duplo caráter da realeza, natural e político, é sem dúvida fruto de um processo de reelaboração e uso por assemelhamento de conceitos da esfera teológica, transpostos para a esfera política. Podemos constatar, através da narrativa de Kantorowicz, como na Inglaterra do século XVI, as definições da realeza e seus atributos eram elaboradas a partir de uma linguagem mística: *"Segundo a Common Law, nenhum ato que o Rei realize em sua condição de Rei, poderá ser anulado em razão de sua minoridade. Pois o Rei tem em sí dois Corpos, um Corpo natural e um Corpo político. Seu Corpo natural, considerado em sí mesmo, é um Corpo mortal e está sujeito a todas as doenças provenientes da Natureza e da Sorte ; às debilidades próprias da infância ou velhice, e todas aquelas fraquezas a que estão expostos os Corpos naturais dos outros homens. Porém seu corpo político é um Corpo invisível e intangível, formado pela Política e Governo, e constituído para dirigir o Povo e para a administração do Bem Comum, e neste Corpo não cabe infância nem velhice, nem outro defeito ou fraqueza natural a que o Corpo natural está sujeito, e por esta Razão, o que o Rei faz com seu Corpo político, não pode ser invalidado nem frustrado por nenhuma das incapacidades de seu Corpo natural."* KANTOROWICZ. op. cit. p. 20 e sgs.

Trata-se, portanto, de um único corpo que aparece, graças a sua real função de governo e majestade, sob a forma de uma figura que integra em si um sujeito de ação coletivo: o Estado. Todavia, a doutrina dos dois corpos, presente nas concepções dinásticas francesas e inglesas, não teve formulação idêntica em todos os reinos. Seu desenvolvimento, desigual, embora combinado, não determinou uma forma única de concepção estatal dual.[93] Neste sentido, podemos afirmar que existiriam pelo menos três concepções de teologias políticas: a pontifícia, a do império e a do reino. [94]

No caso da França, em particular, não ocorreu, como pensava Kantorowicz, uma transferência do conteúdo do conceito de *imperium* , forjado pelos legistas imperiais em seu confronto com os canonistas, para o conceito de soberania. Tampouco teria ocorrido uma divinização do rei tal qual ocorrera com a figura do imperador. A sacralização do rei e a concepção dos dois corpos do reino não passaram pela mediação do modelo imperial. O que os legistas da monarquia francesa operaram foi uma transposição, para a nascente realeza francesa, da concepção de *summa potestas* reivindicada pelos Papas. Neste sentido, Bodin realizou com perfeição essa tarefa que, a um só tempo, mistificou o Estado e secularizou o poder, através do conceito de soberania.

Os reinos, notadamente o francês, não seguiram o modelo imperial, fruto da redescoberta do *Corpus Juris Civilis* de Justiniano. A monarquia francesa, no campo político, como se pode observar na Decretal "*Super Specula*", relegou em sua essência o

---

[93] Um dos principais argumentos de Kantorowicz reside na idéia de que a unidade do direito político do Estado teria uma origem comum: o direito romano. O direito político pouco teria mudado desde a sua recepção do Código Justiniano até o final da Idade Média. O trabalho dos glosadores e legistas do Sacro Império Romano Germânico teria unificado a noção de direito romano, conduzindo à unidade da concepção de Estado jurídico moderno.

[94] Blandine-Kriegel concebe a tensão entre imperadores e papas como o resultado da luta, sempre recomeçada, pela religião católica do Deus único contra o passado pagão e politeísta romano. É neste sentido que deveria ser interpretado o confronto entre o Papa e Frederico II, cuja teologia reencontrava a concepção pagã de divinização do imperador. Também nos diferentes reinos a Igreja foi obrigada a confrontar sua teologia com o passado pagão bárbaro. Entre as diversas possibilidades que iriam da teologia do César-Cristo à realeza taumatúrgica estatutária , a sociedade medieval teria sido, ao que tudo parece indicar, o teatro do confronto de uma multiplicidade de modelos de sociedades políticas a partir do confronto de uma multiplicidade de teologias. KRIEGEL, Blandine Barret. "*La politique de la rason*". Paris:Payot, 1994. p.64 e sgs.

direito romano, optando pelo direito enraizado nas tradições francas, constantemente moldado pelas experiências e necessidades do reino.[95]

O modelo cristológico teria servido, de acordo com as circunstâncias, a interesses diversos. Os partidários da teologia pontifícia sustentavam que a realeza de Cristo se exercia não somente na condição de ser Cristo o Deus, mas por ser também ele homem. O Papa seria, assim, o sucessor de Cristo, mediador entre Deus e os homens. Os juristas que acompanhavam Frederico II, por seu lado, fizeram dele um César-Cristo, a *lex animata* , o redentor.[96]

Os curialistas aplicavam a cristologia à sociedade para submeter o poder real à Igreja. Ao contrário, os teóricos que apoiavam o esforço pelo fortalecimento da realeza, insistiam na separação do Cristo Deus do Cristo homem e utilizavam a doutrina da realeza mística para restringir e não alargar os poderes da Igreja. Os legistas do rei invocam a realeza sagrada para emancipar-se da tutela do papa. A referência a Cristo é limitativa e passa pela mediação do rei como sacerdote do corpo político, este sim, identificado com o Cristo místico.

A fórmula "*o rei de França é imperador em seu reino*" não significava que ele pretendia, tal como o imperador, substituir o papa, desejando reconstruir sob sua espada um império sob o modelo do império romano e da igreja universal**.** Em nenhum momento os reis franceses aspiraram tornarem-se imperadores. Graças à elaboração de seu próprio direito nacional, pretendiam edificar uma nova doutrina de poder público que não seria redutível à doutrina imperial, e que veio a ser conhecida como soberania.

---

[95] Segundo bem observou Blandine-Kriegel, Kantorowicz teria ignorado as disputas jurídicas que opuseram os legistas dos rei aos legistas do Santo Império. Essas disputas teriam levado a monarquia francesa a conduzir uma política de relegação do direito romano. Na França, tal fato seria claramente estabelecido no momento do humanismo jurídico do *mos gallicus.* KRIEGEL, Blandine Barret. "*La politique de la raison*". Paris:Payot, 1994. p.64 e sgs.

[96] O modelo imperial dos legistas de Frederico II foi inspirado no *Corpus Juris Civilis* de Justiniano que teve como referência as instituições do final do império romano. Foi Constantino, no século IV, quem elevou a religião cristã ao status de religião de Estado e estabeleceu a hierarquia ortodoxa na qual o patriarca era subordinado ao imperador. A autoridade teocrática de Constantino era tal que chegou a ser exaltado, por Eusébio, bispo de Cesaréia, como vigário de Deus, intérprete do Verbo, *lex animata*. Ver CHEVALIER, Jean-Jacques. Op. cit. p.170

6.5.1. Le Roi ne meurt jamais

Sem dúvida o lema *Le Roi ne meurt jamais,* habitual no século XVI e justificado por Bodin em seus Seis Livros da República, reflete a força desta idéia na concepção de monarquia. O princípio "*O Rei não morre jamais"* se converteu em um dogma religioso da nação francesa e, juntamente com as elaborações jurídicas, a figura do Rei soberano é descrita como *"imagem de Deus, visível no Rei, que há de ser por este motivo necessariamente imortal".*[97]

A imortalidade da figura soberana reflete o caráter coletivo do corpo do Estado, representado pela figura do Rei. Esta fórmula permitiu a Bodin distinguir entre o rei como pessoa física e o Rei como *persona pública*, entre o patrimônio particular do rei e patrimônio do Estado. Dentro da unidade do Estado, a comunidade inteira é considerada um só corpo, cuja cabeça é o rei e do qual os demais são membros. A soberania garante esta síntese unitária através da qual o Estado se torna pessoa, a pessoa jurídica por excelência.

O fundamento principal do poder do príncipe é a *dignitas*, a soberania em sua perpetuidade. Mas, a soberania é, depois de Bodin, não apenas perpétua, única e inalienável, mas, ainda, absoluta. Ou o poder é absoluto ou não é soberano. Desde o início e por definição, a soberania é *legibus soluta* .Como ele mesmo expressa:

"*La souveraineté donnée à un prince sous charges et conditions n'est pas à proprement parler souverainté ni puissance publique".(S.L.R.I.II)*

Ora, se a soberania é concebida como essencialmente absoluta, é porque ela é, antes de tudo, o poder de legislar *(potestas condenti leges).*

6.5.2. A noção de dois corpos e o conceito de soberania

O conceito de soberania, progressivamente elaborado a partir da dissolução das instituições feudo-vassálicas , no período moderno passou a constituir a dimensão própria do poder . Na obra de Bodin, Estado e soberania representam os dois aspectos fundadores do poder público.

[97] Ibidem, ibidem.

A primeira das definições que aparece nos "*Seis Livros da República*" de Jean Bodin é a de Estado :

> *République est un droit gouvernement de plusieurs ménages et de ce qui leur est commun avec puissance souveraine (República - L.I cap.I, pg 27)*[98]

A definição de soberania é apresentada mais adiante, após as definições de família *(ménages)* e reto governo *(droit gouvernement)*[53]

> *La souveraineté est la puissance absoluë et perpetuelle d'une Republique, que les Latins appellent majestatem, les Grecs "? ? ? ? ? ?? ? ? ? ?? ?, et ? ? ? ?? ? ?? ? ?, et ? ? ? ?? ? ?? ? ? ??? ? ?", les italiens "segnoria" , duquel mot ils usent aussi envers les particuliers, et envers ceux-là qui manient toutes les affaires d'estat d'une Republique: les Hebrieux l'appellent* **תומר שבט** *, c'est à dire la plus grande puissance de commander. (S. L. R.. I. VIII, pg. 179)* [99]

Bodin sublinha ainda que:

> *(...) il est icy besoin de former la définicion de souveraineté, parce qu'il n'y a ni jurisconsulte, ni philosophe politique qui l'ait définie: jaçoit que c'est le point principal, et plus nécessaire d'estre entendu au traitté de la République.*
> *(S. LR .I. VIII, p.179)*

A forma como os canonistas de Inocêncio III utilizaram a fórmula *"summa potestas"*, bem como as diversas decretais que versavam sobre o poder dos reis e dos Papas não passaram desapercebidas a Jean Bodin. Confirmação deste fato é a tradução latina dos Seis Livros da República. Bodin deveria, como seria esperado, traduzir o conceito de soberania apenas pela forma latina: "*majestas*".[54] Entretanto, prefere explicitá-la segundo os termos da fórmula pontifícia da *"summa potestas"* : *"Majestas est summa in cives ac subditos*

---

[98] Na edição latina: "*Respublica est familiarum rerunque inter ipsas communium summa potestate ac ratione moderata multitudo".*

[99] Na edição latina *:"Majestas est summa in cives ac subditos legibusque soluta potestas."*

legibusque soluta potestas". O uso da fórmula eclesiástica representa a tradução do conceito de soberania a partir de seu antepassado mais próximo: a supremacia pontifícia. Segundo Courtine, é significativa a aplicação imediata de Bodin do tema eclesiológico-político tradicional da corporação : a soberania seria , precisamente, aquilo que faz do corpo político um corpo. É através da soberania que o Estado toma corpo, e se congrega unitariamente em torno de seu chefe:

> *Mais tout ainsi que le navire n'est plus que bois, sans forme de vaisseau, quand la quille qui soutient les côtés, la proue, la poupe et le tillac sont ôtés: aussi la République sans puissance souveraine qui unit tous les membres et parties d'icelle et tous ménages et collèges en un corps, n'est plus une République. (S.L.R. I. VII , p. 1181).*

A soberania é a forma da República , aquilo que a constitui formalmente. É a soberania que caracteriza o poder político como tal. Algum tempo depois de Bodin , Charles Loyseau, em uma célebre definição em *seu Traité des Seigneures* (1608), afirmará, seguindo os passos de Bodin:

> *A soberania é inseparável do Estado, do qual se ela for suprimida, não será mais um Estado ... A soberania é a forma que dá o ser ao Estado (...) Estado e Soberania, tomados in concreto são sinônimos, e o Estado é assim chamado, porque a Soberania é o acúmulo e o período do poder , onde é necessário que o Estado se ordene, determine e estabeleça.*[100]

Observemos os dois traços sublinhados por Bodin, para caracterizar o poder soberano: absoluto e perpétuo. Trata-se, na verdade, de duas determinações comuns, que servem para caracterizar o poder *(potestas)* na Idade Média. O conceito de perpetuidade é estudado por Kantorowicz, que mostra como as formulações daquela que ele chama de *"língua mezzo-teológica*" permitem ardilosamente aproximar termos como o Tesouro *(Fiscus)* e o Cristo em expressões do tipo: *Fiscus numquam moritur - Fiscus est ubique et sic in hoc Deo similis.* O Tesouro, à medida que pertence ao poder público, e era de caráter fundamental para a sobrevivência do reino, constituía, por si mesmo *res quasi sacra* , permitindo que se fale de *fiscus sanctissimus* . Como era o tesouro público que

[100] LOYSEAU, Charles. "*Tracté des Segneuries*" . Microfiche- Bibliothéeque Nationale de Paris - cote: 5897

permitia a integridade, a organicidade e a preservação do Estado, constituía o centro da República enquanto corpo, podendo, neste sentido, ser chamado de eterno e perpétuo. O corpo do rei morre, mas o reino e o tesouro que garante a sua perpetuação permanecem.

Segundo Kantorowicz, os princípios da perpetuidade e permanência tornaram-se a essência do poder público à medida em que este era constituído ao final da Idade Média . Através da identidade com a perpetuidade e a permanência, o poder público se mantém para além de todas as vicissitudes da sucessão pessoal de qualquer dos diferentes monarcas.

Dignitas regia nunquam moritur, ou ainda, *Majestas regia nunquam moritur* , como nota Baldo.[101] Não se trata aqui de um corpo físico imortal, mas da perpetuidade da Dignidade e Majestade, eternas porque revestidas da qualidade de serem públicas. Estas fórmulas pressupõem, portanto, a distinção capital entre a personalidade física, particular de cada soberano, da soberania, como poder público, que ele presentifica, que ele encarna. É uma distinção deste gênero que conduz à oposição entre *persona personalis* e aquilo que se nomeará de *persona idealis*, ou ainda *persona ficta* ou *mystica* , aquela da qual podemos propriamente chamar de *Dignitas (persona idealis quae est dignitas)*.[102]

A partir desta distinção em duas *personnes* do principe, ou ainda, como afirma Kantorowicz, os dois corpos do Rei, fica claro o caminho da fundamentação rigorosamente teológica do conceito moderno de soberania: é o esquema cristológico da distinção que serve de fio condutor.

> "*Da mesma forma que o Cristo, em sua humanidade é instrumentum divinatis, da mesma forma o principe é o seu representante , como pessoa pública (persona ficta, repraesentata, mystica*)".[103]

---

[101] "*Respublica et fiscus sunt quid eternum et perpetuum quantum ad essentiam, licet dispositiones saepe putantur*"- Consilia-III, 217, n.3 , op. cit COURTINE. p. 102.

[102] [Ibi attendimus dignitatem tanquam principalem et personam tanquam instrumentalem. Unde fundamentum actus est ipsa dignitas quae est perpetua... loco duarum personarum rex fungitur... et persona regis est organum et instrumentum illius personae intellectualis et publicae. Et illa persona intelectualis et publica est illa,quae principaliter fundat actus: quia magis attenditur actus, seu virtus principalis, quam virtus organica]. Baldo, Consilia III, 159, n.6. citado por COURTINE, p. 102. e também KANTOROWCS. op. cit.

[103] COURTINE. op. cit. p. 102.

É necessário observar que, embora Jean Bodin fundamente o conceito de soberania a partir de uma nomenclatura de origem teológica medieval, o tratamento jurídico que dá ao tema dá a este conceito um aspecto secularizado. O que ocorre é uma transferência do campo da teologia para o campo do direito da noção de *majestas* como dignidade pública. É pelo intermédio da concepção de *dignitas*,[104] que o corpo físico do soberano assume o caráter público que lhe dá a majestade. Identificado com o Estado, o rei, ou com quem quer que seja o soberano, deixa de ser um igual para assumir o papel de dignidade, *a summa majestas* que é o atributo do legislador supremo.

A dignidade, concebida como pessoa moral, implica na condição publica de sua autoridade. A *majesté royale*, "*regia maiestas non moritur*" é assimilada à noção de *dignitas regia nunquam moritur.*

A distinção é feita entre o corpo natural do rei e sua dignidade pública ressalta o fato de ser o corpo público aquele que é portador da majestade.

O conceito de soberania de Bodin implicaria nesta dupla e ambígua face. Os dois corpos do Estado: de um lado a dignidade pública e de outro a face material do governo.

A teoria dos dois corpos do rei permitiu a fundamentação da distinção entre o privado e o público, essencial para o estabelecimento do conceito de soberania: o corpo físico do príncipe, sujeito à doença, à infância representa o corpo material do reino; o corpo místico, a alma do reino, é representado pela soberania do Estado. O corpo do soberano é público e nada padece: o soberano não morre jamais.

A perfeição do corpo público, modelada no corpo místico da Igreja, como este no de Cristo, contrapõe-se às imperfeições que decorrem da natureza material, destituída de graça

---

[104] As especulações sobre a permanência da dignidade teriam se iniciado com a Decretal "*Quoniam abbas"do Papa Alexandre III, na qual provia um abade, para o exercício de uma função monástica, sem autorização específica para uma pessoa particular, conferindo a investidura como continuidade da investidura atribuída a seu predecessor. O Papa interpreta que o poder havia sido confiado à Abadia e era portanto transmitido automaticamente. Os glosadores interpretaram esta Decretal de acordo com o príncípio: a dignidade não parece jamais (Dignitas nunquam perit). As glosas e coletâneas de Decretais passaram a adotar o princípio segundo o qual "Uma dignidade delegada sem a expressão de um nome particular passa imediatamente ao seu sucessor"*. As glosas acrescentam a seguinte explicação: "o predecessor e sucessor são considerado como uma só pessoa, posto que a dignidade não pode morrer (Dignitas non moritur). Ver GIESEY, Ralph E. "*Le Roi ne meurt jamais*". Op. cit. p. 269.

divina. A morte está inscrita na natureza humana e na materialidade do Estado. Mesmo a reta razão pode levar à ruína, que, entretanto, pode ser retardada, evitando-se as lutas intestinas, aproximando o corpo material do corpo divino.

A concepção de Kantorowicz aponta para o fato de que a realeza, para consolidar-se, precisou projetar-se no tempo, eternizar-se. Foi fundamental neste processo, a fixação na tradição, do ato de sagração como parte da liturgia real.

6.5.3. A teoria *du Sacre*

A vertente da autonomia política e religiosa era latente no imaginário popular franco. Desde a Antigüidade, os reis sempre foram reverenciados pela origem sagrada de seus poderes. Os próprios gauleses e francos, antes da cristianização, possuíam, em suas crenças pagãs, mitos desta natureza.

Por volta de 1300, o debate doutrinário sobre a independência do reino francês começou a avançar na direção da defesa da natureza sacra de sua realeza. Os teóricos da monarquia procuraram relatar e comprovar, através de um esforço monumental, toda uma série de mitos que permitiriam religar a tradição monárquica francesa aos reis da antigüidade, e à tradição bíblica do Antigo Testamento.

O religamento mais importante de todos, o espiritual, era renovado, dinastia após dinastia, através da cerimonia de sagração. Denotava a descendência mística, que unia os reis francos aos reis, por graça divina, do Antigo Testamento.

A realeza dinástica, concebida como representação pública do povo franco, possuía o dom sagrado que designaria a própria natureza especial deste povo que concebia a si mesmo como sucessor do povo de Israel, o eleito de Deus e salvador da cristandade.

Reviver, publicamente, a cada rei, a sagração original do rei da Jerusalém terrestre representa, como observa Bayard[105] , uma elevada sagacidade política. A sagração é o sinal de uma proteção especial e superior, a este reino em particular, o francês, fazendo de seu povo, assim , o povo eleito, tal como fora, na antiguidade o povo de Israel.

[105] BAYARD, Jean-Pierre. *"Sacres et Couronnements Royaux*". Paris: Ed. Guy Trédaniel, 1984. p. 43 e sgs

A primeira cerimonia de sagração relatada é a de Saül, narrada no *Livro dos Reis* . A partir dela se sucederam as sagrações dos reis de Judá e Israel, incluídas as cerimônias de sagração de Davi e Salomão .

A sagração representava a continuidade, rei após rei, do pacto estabelecido entre Deus e seu povo, a Sagrada Aliança, firmada por meio de Moisés, no momento em que este recebeu as Leis. Moisés representaria, desta forma, o mais elevado representante do caráter sagrado da realeza. Para a realização de seus fins divinos, Deus o dotara de dois gládios: o poder de comando secular, que permitiu que guiasse o povo de Israel para fora do Egito, e o poder espiritual, representado não só pela função sacerdotal de guiar seu povo segundo as Leis, mas, ainda, pela mais alta dignidade que um ser humano poderia receber, o contato místico com Deus.

Moisés constituiria a figura perfeita do rei, o vigário humano mediador, pela direta graça divina, de Deus e seu povo, e que permitiria a eterna manutenção da Sagrada Aliança. A eternidade da Aliança deveria ser assegurada pelo ritual imutável da consagração do escolhido de Deus, diante de seu povo e do grande pai . Em hebraico esta cerimônia possuía o nome de "*berith*". [106]

Também na França, a pessoa do rei era sagrada, porque seu corpo era tocado pela graça divina na unção com os *Santos Óleos*, seguindo a tradição descrita na consagração original de Saül *(I Samuel, XXIV).* A partir da unção, o corpo físico do rei tornava-se o representante do povo e sua ligação com Deus.

O batismo de Clóvis, e sua conversão, tal como são narrados por Grégoire de Tours em sua *Histoire des Rois francs*, marcam o momento da religação mística entre a monarquia francesa e a tradição dos antigos. Assim como :

> "*Saül foi o primeiro rei ungido,* ***unctus*** *, por Samuël (...) o Rei de todos os reis, Jesus Cristo,* ***fuit unctus*** *por S. João Batista*" , Clóvis foi *"batizado por Saint Remy, com a unção trazida por um Anjo do céu".*[107]

[106] BAYARD. op. cit. p. 44.
[107] KRYNEN, Jacques. <<*L'empire du roi*>>. Paris: Ed. Gallimard, 1993 . p. 354.

Segundo a história narrada por Grégoire de Tours, durante um combate, quando a vantagem tendia para o lado dos inimigos alamandos e suevos, Clóvis (ou *Chlodewig*), rei dos francos teria implorado, em vão, pela vitória aos seus deuses pagãos. Já à beira do desespero, endereça uma prece ao Deus cristão de sua esposa, Clotilde. Sua sorte teria mudado imediatamente e a vitória sorrido ao exército franco. Este fato teria levado Clóvis à conversão em Reims, em 25 de dezembro de 498. Com ele, mais de três mil de seus guerreiros teriam abraçado a nova religião.[108]

A conversão de Clóvis constituiu um grande avanço para a jovem Igreja Católica romana, cujo poder , neste período , era ainda incipiente e limitado. Sem ter ainda estabelecido plenamente as bases de sua futura estrutura, tinha que enfrentar os avanços de religiões pagãs e do arianismo. Graças à conversão de Clóvis, a França se tornou a *filha primogênita*[109] e suas armas garantiram a vitória do catolicismo romano sobre as demais religiões. Constituiu, por isso, até os períodos das cruzadas, a verdadeira força propulsora da Igreja Cristã. Os reis da França foram, por este motivo, consagrados com o título de *"Les Rois Très Chrétiens*".

É necessário precisar o lugar ocupado pela sagração na doutrina teológico-política da monarquia francesa. Em seu estudo da teoria *du sacre*, Marc Bloch demonstrou que foi desenvolvida uma concepção ministerial da realeza, na qual o ministério era identificado com a função de governo. Seria, portanto, distinta da concepção puramente cristológica-divinizadora, elaborada pelos juristas imperiais, tal como teria pensado Kantorowicz. [110]

Ungido senhor pelos Santos Óleos da Santa Ampola, o rei era sagrado como teriam sido os reis de Israel. Esta unção, que fazia do rei um ministro de Deus, pertencia a uma esfera intermediária entre a teologia e política. Em parte laica, uma vez que constituía uma investidura de poder temporal, a unção era acrescida da simbologia clerical. Todavia, o

---

[108] TOURS, Grégoire de. << *"L'Histoire des rois francs"* >>. Paris: Ed. Gallimard, 1992, cap. I

[109] BAYARD. op. cit. p. 49.

[110] March Bloch acreditava que, na verdade, a unção podia ser um elemento perigoso para a monarquia. Constituía uma faca de dois gumes, pois ao mesmo tempo em que elevava e sacralizava a figura do monarca, também vinculava o governante a uma investidura eclesiástica, uma vez que apenas um membro da Igreja podia ungir e, portanto, investir de poder um rei. Por este motivo, os teóricos da monarquia jamais reconheceram, oficialmente, um valor mais do que cerimonial à unção. BLOCH, Marc. *Les Rois Thaumaturges.* op. cit. p. 217.

registro da cerimônia não era, também, inteiramente o sagrado, pois não conferia ao rei o lugar de redentor, nem de César – Cristo.

A unção, que na Bíblia, segundo Marc Bloch, obedeceria a uma distinção entre o poder dos juízes e o poder dos reis, teria conduzido à separação do poder político do sacerdócio pontifício. O elemento da realeza que se tornou objeto da consagração foi o seu caráter de função pública. A partir da unção, o corpo físico do rei tornava-se corpo público. Realizava-se, assim, a emancipação de um campo que se encontrava até aquele momento indistinto no interior da esfera teológica – o ofício público da realeza, que finalmente encontra condições de objetivação na representação do corpo unipessoal do rei. É nesta perspectiva que o corpo do rei, concebido agora como o corpo do reino, passa a ser concebido como sagrado, eminente e transcendente.[111]

Ao remeter às Escrituras, a teologia do reino, baseada da cerimônia de sagração, tentou garantir uma origem e dignidade independentemente da Igreja, alegando o caráter de ministério ao rei à semelhança do que fora atribuído a Saul.

Diferentemente dos grandes imperadores romanos que se divinizaram ao se apresentarem como o resultado de uma linhagem divina, a realeza francesa se inspirou no exemplo do povo hebreu que separou a divindade do poder humano, se reportando a Deus através de uma aliança. Segundo a tradição, a comunidade hebraica fora desligada da violência pela Santa Aliança com Deus, que garantiu seu papel de único povo escolhido. A unção dos reis era o sinal da renovação da aliança. Este seria o significado intrínseco da Santa Ampola, a marca da aliança que ligava o povo franco a Deus, o mais cristão dos povos cristãos, os campeões de Deus nas cruzadas.

Na concepção de Bodin, Deus, da mesma forma que na tradição hebraica, encontrar-se-ia totalmente separado do homem e não se relacionaria com a humanidade por meio da

[111] O que, afinal, distingue a teologia imperial da teologia real são as diferentes naturezas *du sacre*. No caso do imperador, tende a divinizar a pessoa do imperador, o César-Cristo, redentor, que afirma sua transcendência absoluta, sua imortalidade, sua vontade ilimitada sobre um espaço sem fronteiras, e o eterno retorno de sua conquista universal. Por sua vez, o rei, sagrado, ungido à imagem de Saul, ajoelhado diante de Samuel, aceita a função humana e terrena do vicariato. O caráter sagrado da monarquia é aqui revestido de um atributo novo: o rei deixa de ser um simples leigo para tornar-se ministro da palavra divina. Ministro, função de vigário, significa servidor de Cristo e não senhor-Cristo. O rei aceita a unção como o exercício de uma função acompanhada de sua finitude.

divinização do poder. O poder divino jamais poderia ser reduzido ao humano. Assim, o caráter sagrado do poder real residiria em sua dignidade pública, na realização da missão do povo escolhido de Deus, que encontraria sua ordenação na ação do rei, assimilada ao demiúrgo divino. Moisés seria o exemplo do demiúrgo: sua ação política não seria de caráter divinizado, constituiria, antes, o ordenador, o fundador do Estado por meio da legislação revelada.

Os teóricos da realeza sabiam muito bem o apelo que o cerimonial da unção tinha junto à população. Por isto, reservaram para si a possibilidade de explorar o cerimonial para os fins monárquicos: "*Aprè l'onction, le Roy est tenu en plus grant honneur et reverence de son peuple*". A sagração tornou-se a ocasião de "*grant joe et grans solempnités*" , o meio mais eloqüente de exibir "*la grant magnificence du Roy*". Diante do povo , a realeza é declarada a "*plus auguste, plus inviolable, plus sainte*"[112].

A qualificação de santíssima, *(la plus sainte)* era fundamental para a caracterização da essência da monarquia francesa. O caráter cada vez mais espetacular da cerimônia de sagração garantiu à monarquia francesa e à figura do rei de França um estatuto cada vez mais místico e sagrado e tanto o povo francês , como também dignitários estrangeiros, se deixarão impressionar pela demonstração de magnificência que só poderia significar um sinal da graça divina:

> "*Mez quoy que nous disons dez autres Roys, il samble que nul ne doie doubter que le roy de France ne praingne especial grace du Saint Espirit par saincte unction. (...) il est le plus merveilleusement oynt et plus especialment que nul aultre Roy*".[113]

A utilização da história e simbologia cristã prenunciavam o destino da monarquia que, ao elevar a dignidade do rei, elevava também a dignidade do reino, abrindo espaço para a formação da consciência nacional, o verdadeiro sustentáculo do poder político monárquico moderno. Gradualmente toda a vida na corte tornou-se um ritual litúrgico,

---

[112] KRINEN, Jacques ."*L'empire du Roi" - Idées et croyances politiques en France XIIIe - XVe siècle.* Paris: Ed. Gallimar, 1993.
[113] KRYNEN, Jacques. op. cit. p. 350.

os negócios privados dos senhores feudais tornaram-se assunto de Estado e à volta do rei foram sendo concentrados os antigos poderes feudais dispersos.

O caráter místico de que foram revestidos os símbolos monárquicos e as lendas sobre a origem de seus emblemas envolveram ainda mais, na mentalidade popular , a realeza francesa numa névoa de obscuridade inescrutável. De sinais celestes foram rapidamente transformados em emblemas de poder . A unção com os Santos Óleos da *Saint-Ampoule*,[114] as flores-de-lis[115] e a auriflama, todos objetos sobrenaturais enviados pelos céus, foram os primeiros indícios infalíveis da predileção divina pelo rei francês. Ao longo do tempo foram atribuídos também à pessoa do rei sinais que demonstravam a escolha divina : a marca de nascença e a capacidade de cura, conhecida como o toque das escrófulas *"le toucher des écrouelles"*[116] .

Cada vez mais os reis se aproximavam e adquiriam domínio do campo espiritual reivindicando para si um estatuto sacerdotal. Aos sinais

---

[114] Sobre a origem miraculosa da *Saint-Ampoule* :" (...)Quando o arcebispo de Reims, S. Remi chegou ao batistério para o batismo do rei Clóvis , descobriu que o clérigo responsável pela guarda dos Óleos Santos, necessários para a unção, fora impedido de chegar à pia batismal . O santo homem da Igreja, então, elevou suas mãos e olhos para os céus, pondo-se a rogar através de um rompante de lágrimas. Subitamente, uma pomba, mais branca que a neve, apareceu no céu e trouxe , em seu bico, uma pequena âmbula , cheia de um óleo sagrado, para unção batismal (*La Saint-Chrême*), cujo suave perfume superava àquele do incenso e círios da Igreja. S. Remi pegou a pequena âmbula e a pomba desapareceu."- ver BLOCH, Marc. <<*Les Rois Thaumaturges*>>. op. cit.

[115] Sobre a origem divina da flor de lis: Segundo um poema de Prémontré de Joyenval, ao qual se refere Jean de Golein em seu *Le Traité du Sacre* (1372), certa vez, o Rei Clóvis, ao partir para uma expedição em terras longínquas, tería deixado sua esposa Clotilde, em Poissy, uma cidade de caça dos reis merovíngios. Distante de sua amada e de sua terra, Clóvis enviou um mensageiro à rainha solicitando que esta lhe enviasse um estandarte bordado por suas próprias mãos, para que ele, o rei, pudesse utilizá-lo em suas batalhas. A rainha, sem saber muito bem o que bordar, tomou um rico tecido e dirigiu-se para a floresta, a fim de consultar um santo eremita que lá vivia. Era mês de junho, e o Santo homem teria colhido três flores, as quais lança sobre a fazenda que trazia a rainha e as flores de lis miraculosamente lá se encrustam como se tivessem sido finamente bordadas. Desta forma, as antigas luas crescentes vermelhas , (*les croissants*) os símbolos pagãos originalmente utilizados por Clóvis, antes da conversão foram substituídas pelas flores de lis douradas. A substituição dos crescentes pelas flores de lis teria sido fruto de uma revelação de um anjo ao eremita e representaria a imagem da Santíssima Trindade, o novo estandarte daquele que era o primeiro rei cristão do reino que um dia se tornaria o mais cristão. Segundo os estudiosos de heráldica, representaria uma espécie de cruz estilizada, cujo valor, qualidades simbólicas e aparência, se confundiriam com a antiga flor de lotus. Originalmente , a ortografia utilizada para grafar o nome da flor era "*lys*", para distingui-la da flor comum.Ver BAYARD, Jean-Pierre. op. cit. p. 50.

[116] As *écrouelles*, ou *scrofule,* (termo derivado do latim *scrofula*) segundo Marc Bloch, seriam o que os médicos designam hoje como adenite tuberculosa, isto é, a inflamação dos gânglios linfáticos causada pelos bacilos da tuberculose. Na França medieval esse mal era conhecido como *mal le roi* e os reis, com o simples contato das mãos, realizado segundo os ritos tradicionais, teriam o poder miraculoso de curá-las. BLOCH, Marc. op. cit. p.27 e sgs

místicos iniciais foram acrescentadas as *regalias :* as insígnias régias, a coroa, o anel, o gládio, o cetro dourado e as esporas de ouro e as fórmulas sagradas da coroação, todos emblemas do poder divino do rei.

A fundamentação do direito soberano do príncipe, tal como encontraremos em Bodin, e em outros teóricos do Estado Moderno, seria, na realidade, uma reelaboração dos principais argumentos justificatórios da teocracia pontifícia. A grandeza, o poder e a glória, atribuídos ao Estado pontifício, por graça de Deus, revelaram, rapidamente aos reis territoriais, o efeito público dos cerimoniais sacros. Ao mesmo tempo, o pontificado romano constituía a única instituição medieval, com uma organização de poder centralizado e administração eficiente, capaz de fornecer um modelo para a concepção de administração pública posterior.

A transferência do caráter litúrgico dos cerimoniais pontifícios para o teatro político permite compreender o caráter da apropriação que permitiu ao Estado Moderno se erigir e confrontar o Estado Pontifício Medieval. Como observa Figgis[117], o único Estado que poderíamos encontrar na Idade Média, no sentido moderno do conceito de Estado, por mais paradoxal que possa parecer, era a Igreja Católica Romana. O Papa era o único que possuía as prerrogativas e competências administrativas similares às do governante tal qual o concebemos no Estado moderno. Apenas ele tinha um poder que poderia ser considerado soberano e absoluto. A assimilação da liturgia sacra mediou o processo de transferência das prerrogativas e competências administrativas pontifícias para o campo laico.

A transferência em questão, que teria escapado aos leitores de Bodin, não teria sido simplesmente do poder supremo, no sentido de *summa potestas*, mas do direito administrativo público, que gradualmente passou da jurisdição dos tribunais eclesiásticos para a jurisdição do rei.

---

[117] Segundo Figgis, "*In the middle age the Church was not a State, it was the State; the State or rather the civil authority (for a separate society was not reconised) was merely the police departament of the Church.The latter took over from the Roman Empire its theory of the absolute and universal jurisdiction of the supreme autthority, and developed it into the doctrine of the* ***plenitudo potestatis*** *of the Pope, who was the supreme dispenser of law, the fountain of honour, including regal honour, and the sole legitimate earthly source of power, the legal if not the actual founder of religious orders, university degrees, the supreme "judge and divider"among nations, the guardian of international right, the avenger of Christian blood*." FIGGIS, John Neville. << From Gerson to Grotius - Studies of Political Thought 1414 - 1625>>. Cambridge: Cambridge at the University Press, 1907 p. 04 - Introdução.

Por intermédio de um processo de afirmação da esfera de competência do rei, a sacralização da realeza iniciou seu caminho através de uma trilha já aberta pelas interpretações dos juristas canônicos. Por este motivo suas reivindicações não pareceram tão descabidas, uma vez que o próprio vigário de Cristo, o Papa, já havia utilizado o mesmo filão em favor de sua própria supremacia.

A decretal *Per Venerabilem* , de Inocêncio III, tinha criado a oportunidade para que os juristas dos reis Capetos tirassem partido de uma afirmação que era puramente circunstancial. "*Rex superiorem non recognoscens in regno suo est imperator*" ou, segundo a fórmula francesa, "*le roi de France ne reconnaît point de supérieur au temporel*". Seria, portanto, no próprio direito canônico que o *rex Francae* encontraria o primeiro e melhor argumento jurídico em favor de sua autonomia.

A busca pela autonomia e emancipação da monarquia francesa esbarrava, necessariamente, na obstinação dos pontífices que a partir de Inocêncio III procuravam afirmar, juridicamente, o poder temporal do pontificado romano. Entretanto, isto não impediu os juristas franceses de procurar, no plano doutrinário, uma justificativa incontestável para a independência do monarca francês. Esta justificativa consistiu da atribuição de uma característica sacra, independente do poder pontifício à coroa francesa que, desta forma, não dependeria em nada da Santa-Sé.

7. Considerações finais

"Miro en torno, pero por ninguna parte descubro al Estado. En derredor mío solo veo hombres que me consiguen uno al outro: el gendarme al director de policía,este al ministro del interior, este al jefe de Estado y este últimamente, y ya sin remedio, outra vez ao Estado: pero, quién es o que cosa es el Estado? Dónde está el Estado? Que nos lo enseñen! Qué noslo hagan ver! Vana pretensión la nuestra: el Estado no aparece sin más ni más! Está siempre oculto, no se sabe cómo ni donde, cuando nos parece que vamos a echarle mano, lo que nuestra mano palpa y tropieaza es uno o varios o muchos hombres".[1]

O Estado, em Bodin, é concebido como o corpo político juridicamente organizado. Escapa a esta definição, todavia, o campo repleto de sutilezas e abstrações no qual gestado.

Freqüentemente tomamos o Estado como entidade real, atuante, um corpo fabuloso que opera acima dos indivíduos comuns que o constituem. Ao unificar todas as funções públicas na figura do poder soberano, o Estado constituiu uma ficção, abstração dotada de personalidade jurídica capaz de ordenar, disciplinar e estabelecer o consenso.

Concebido do ponto de vista do ordenamento jurídico interno, o Estado se apresenta publicamente sob a máscara da personificação jurídica da administração pública, encontrando-se aí, ocultado, seu caráter místico e fabuloso.

Sob esta aparência, o Estado media e intervém de tal forma na vida quotidiana do cidadão, que passa a ser concebido como natural, como corpo real e seu caráter simbólico torna-se imperceptível.

A atividade simbólica é uma das características principais da existência humana e todo o desenvolvimento cultural encontra-se baseado nesta capacidade de transformar o simples material sensível em portador de símbolos, que possibilitam a produção de um modelo mental que atribui inteligibilidade, ordenação e racionalização ao mundo. Este processo, carregado não apenas de distinções intelectuais, mas também emocionais, permite

[1] BUSTOS, Iñidos de ; VILLENA, Pardos Manuel de. "*Libres vasalos, súbditos ciudadanos*" Madrid: Bustos/Villena/OFFO S.L., 1999. p.294

ao homem ler e reler o mundo, interpretar e intervir. Neste sentido os sistemas simbólicos impõem interpretações e podem reger os comportamentos individuais e coletivos.

A constituição daquilo que denominamos Estado ocorreu, também, neste campo simbólico. Abstração legal, a força do Estado se apresenta como realidade transformadora nas pessoas públicas, que têm o poder de tomar decisões consideradas técnicas e administrativas que ordenam, disciplinam, punem, distribuem riquezas, omitem informações e distribuem direitos e deveres. Sob a máscara do Estado encontram-se homens, governantes que julgam, impõem impostos e modelam a sobrevivência material, isto é a vida quotidiana.

A obra de Bodin representa um momento crucial no processo de abstração do Estado moderno. A distinção que estabeleceu entre Estado e governo explicitou pela primeira vez os princípios que promoveram a identidade do poder estatal como ordenamento jurídico e a conversão das atividades do governo em administração pública.

Um dos traços distintivos da política moderna seria a centralização da administração pública, realizada pelo poder soberano, através da constituição de uma burocracia do governo. Bodin apresenta em seus *Seis Livros da República* não apenas uma nova concepção do Estado baseada no poder soberano, mas , acima de tudo, explicita como esta soberania pode se realizar por meio de um projeto de administração pública.

A atividade ordenadora material governamental, todavia, apenas pode ser estabelecida mediante um processo de legitimação. Uma das características do Estado Moderno foi seu estabelecimento a partir de um projeto de instauração da paz social que, para se tornar eficaz, deveria se apresentar sob a aparência de consenso. A legitimação excluía a violência explícita como instrumento de pacificação. No poder soberano, todos deveriam se reconhecer como membros de uma coletividade organizada sob uma mesma lei, que abria mão da violência para interagir em direção à paz.

Contudo a paz do Estado, constituída pela ação ordenadora da máscara (*persona*) pública, exigiu a incorporação e naturalização simbólica das normas por parte dos agentes sociais individuais.

O consenso é obra da ação dos agentes governamentais responsáveis pela avaliação, planejamento e vigilância. O soberano, fonte do ordenamento retira sua legitimação da

incorporação das normas por parte dos indivíduos que se tornam, assim, nos principais agentes da vigilância e a opinião pública se converte em seu principal apoio.

Nos *Seis livros da República* Jean Bodin persegue um objeto: como se constitui o sujeito da ação política pública, o Estado, agente coletivo?

O Estado, pessoa jurídica pública se constitui na dimensão da representação. A política se realiza na dimensão da aparência, na qual o soberano se apresenta como glória coletiva e dignidade pública. Deslocamento da política para o parecer, para o campo visual, o Estado é constituição de um universal distinto da concepção de universalidade medieval, fundada na unidade da Igreja. A República de Bodin é a redução da coletividade a uma vontade comum, a vontade do poder soberano, personificada como dignidade pública.

Para Bodin a dignidade pública não pode ser proveniente da reputação ou honra individual. Só há glória na ação pública desinteressada.

Bodin pretende, com o seu conceito de República, instaurar por meio do caráter perpétuo da soberania, uma eternidade artificial. A soberania se apresenta como elemento de um tempo sublime, eterno por sua glória, que se pretende perpétuo e elevado acima de todos.

A noção de glória, dignidade como instauração de um tempo artificial, resultado do espetáculo público do teatro político, é indicada por Bodin no início de sua obra, quando descreve a República como formosa, honrada, virtuosa, cujo esplendor é digno de admiração.

Acima de tudo, entretanto, Bodin retoma a noção platônica da "bela totalidade cósmica " originária, anterior à materialidade dos homens desencantados e sem alma .

Organização vivente, a alma do Estado, a soberania, permite ao homem realizar a plenitude da vida no teatro político, imagem do teatro cósmico. Estado e indivíduo encontram a harmonia, o súdito se conforma à lei e o soberano, demiurgo, orquestra o espetáculo.

Nas obras de Bodin é freqüente a imagem do universo como espetáculo e de Deus como autor, encenador e espectador. O tema do mundo como um teatro, no qual os homens representam papéis até que a morte os expulse de cena, é antigo.

Todo o teatro é jogo de luminosidade e sombras, luz e trevas, mas nem todo o teatro é artifício e trapaça. Bodin reabilita, neste jogo, a aparência. Ao exaltar a grandeza de tudo o que brilha e impressiona aos olhos, Bodin rejeita a noção de que toda a aparência é mera ilusão. É engano acreditar que toda a aparência é falseamento da essência. Embora algumas de fato o sejam, talvez o mais perverso dos ardis seja pintar o bem com as tintas do maligno. Astúcia das astúcias: desmoraliza-se a grandeza descrevendo-a com os atributos da queda.

Bodin é homem do espaço público. É na luz do pleno dia, na luminosidade dos espaços públicos que a natureza se manifesta. Apenas na vida publica o homem se faz homem. Na interioridade a humanidade é potência adormecida, nas trevas da solidão os apetites controlam a alma e prevalece a natureza animal. Na vida pública a humanidade se exterioriza, o homem aprende a dominar as paixões e sua grandeza encontra o espaço necessário para brilhar em toda a sua plenitude.

Apenas aqueles que devem seu poder e cargos públicos à artimanha ou compra de favores podem ser acusados de ostentar uma falsa aparência. Acusar todo o homem público e político de astúcia é negar a própria natureza da política. A astúcia é arte da sobrevivência e também o rei deve ser astuto, sob o risco de, em sua ingenuidade, fazer padecer o Estado nas mãos dos vis e ardilosos.

Bodin lança-se assim contra a dualidade essência e aparência. A máscara não é duplicidade e nada esconde. Ao contrário, revela. A máscara é a síntese e em sua simplicidade esconde a complexidade da multiplicidade. O ator não falseia a realidade porque em seus gestos e frases se encontra representada a rede de relações e multiplicidade de significados que só o símbolo é capaz de transmitir em sua totalidade.

Também o universo é teatro e a harmonia do mundo é a obra do Demiurgo, o divino artesão. Assim também Deus se esconde na máscara divina da natureza.

A harmonia do cosmo se apresenta ao olhar como simplicidade e unidade porque é a síntese perfeita de um tecido complexo de multiplicidades. A aparência do tecido é a homogeneidade e uma análise mais detalhada através da lupa da razão permite compreender a complexidade da trama.

Para Bodin o uno, o simples, antecede a tudo porque é síntese na qual encontram-se as possibilidades dos desdobramentos da diversidade. Bodin caminha de desdobramento em desdobramento do conceito, de hipóstase em hipóstase, do aparentemente simples para o desvelamento da complexidade da síntese. O conhecimento se torna possível no tempo, na história que se desdobra e revela a natureza da trama. O tempo da obra, o tempo de Deus, por sua vez é o uno e simples instante da criação, o *fiat lux*. Este uno se desdobra nos diversos graus de sua diversidade, na hierarquia dos seres e no desenrolar da história.

A história se apresenta, assim, como o desdobrar do uno no tempo e espaço , da diversidade que se encontrava como totalidade no uno inicial. Tempo e espaço são os meios através dos quais as oposições se manifestam e as diferenciações se realizam.

Bodin restaura a dignidade da aparência e traduz a natureza por manifestação, pela exteriorização de um fim já existente como potência no princípio. O universo é todo ele um teatro, basta saber nele ler os símbolos da linguagem divina, como os números que pitagoricamente se desdobram. É necessário interpretar os sinais presentes no mundo para conhecer o caminho do progresso e da história humana.

Desvelar no homem a sua natureza é conhecê-lo por meio de sua história. Por isto o homem deve recorrer à experiência, prender-se ao fenômeno sensível, registrá-lo e mantê-lo o mais perto possível da coisa vivida. A experiência permite ao homem compreender que o mundo é movimento. Neste sentido, Deus é reconhecido em sua obra e a sua máscara é a obra do Demiurgo, a harmonia e a ordem do cosmo.

A ordem e harmonia do mundo se apresentam, assim, como modelo e autoridade. Embora pareça mutável, a natureza, em seu movimento e desdobramentos constitui o único elemento seguro de fundamentação universal para a vida humana. Este é o espelho da soberania: ordem e harmonia, Estado e governo, lei e justiça.

8. - Bibliografia

ALBERGATI , Fabio . **Dei discorsi politici libri cinque, nei quali viene riprobata *la* dottrina política di Giovanni Bodino e difesa quella d' Aristotele**. Roma: L. Zanetti , 1602. (microfiche cote : E838 - Bibl. Nat. Paris).

ALLARD**,** Gérald . Montaigne et La Boétie: Révolution, Réforme et Status Quo - **in Aequitas, Aequalitas , Auctoritas- Raison théorique et légitimation de l'autorité dans le XVIe. siècle européen**. Paris: J. Vrin, 1992.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. Porto: Afrontamento/Porto, 1984 .

ANDUJAR, Eduardo et BAZAN, Carlos. Aequitas , Aequalitas et Auctoritas chez les Maîtres de l'école espagnole du XVIe siécle. **in Aequitas, Aequalitas, Auctoritas**. Paris: J.Vrin , 1992.

ANGLO, Sydney. Aphorismes politiques. Évolution d'une fragmentation systématisée **in "L'Automne de la renaissance, 1580 - 1630".** Paris: J.Vrin, 1981.

ARES, José Manuel de Bernardo. Les corps politiques dans la
" République" de J. Bodin **, in Acts du Colloque Interdisciplinaire d'Angers**
(24-27 Mai 1984). Angers: Presses de L'Universite D'Angers, 1985.

ARIÈS, Philippe ; DUBY, Georges.- (direção da coleção) **História da Vida Privada - vol. I : Do Império Romano ao Ano Mil** : - organização : Paul Veyne ; **vol. II : Da Europa feudal à Renascença** : - organização : George Duby. S.P.: Companhia de Letras, 1993.

ARISTÓTELES : **Ethique a Nicomaque**. Paris: J.Vrin, 1987.

ARISTÓTELES : **The works of Aristotle**. Great Books of the western world, Chicago: Enciclopaedia Britannica, 1952.

BALDWIN, S. Jean Bodin and the League in **Catholic Historical Review** , n. XXIII, 1938.

BARBER, Giles. Haec a Joanne Bodin Lecta. *in* **Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance-** T.XXV- 1963.

BARBOSA HOMEM, P. **Discurso da jurídica y verdadera razón de Estado. Contra Maquiavel y Bodino**. Coimbra: Impressor M. Carvalho, 1629 (microfiche cote: F334 Bibl. Nat. Paris).

BARRET-KRIEGEL, Blandine. Jean Bodin: de l'empire à la souveraineté; de *l'état* de justice à l'état administratif **, in Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l'Universite d'Angers , 1985.

BARRET-KRIEGEL, Blandine**. Le Chemins de L'Etat**. Paris: Ed. Calmann- Lévy, 1986.

BARRET-KRIEGEL, Blandine**. La politique de la raison**. Paris: Éditions Payot & Rivages, 1994.

BARROS, A. R.. **A teoria da soberania de Jean Bodin** - Dissertação de Mestrado -S.P: FFLCH, USP, 1992.

BARROS, A. R.. **A República para Bodin** - in Revista Brasileira de Estudos Políticos n.77, 1993.

BARTHELEMY, E.de**. Etude sur Jean Bodin, sa vie et ses travaux. Annales de la société académique de Saint Quentin**. T.XIII, (Paris: 1876).

BARTLETT, Kenneth R. Italian theory and english pratice in the Tudor State **- in Aequitas, Aequalitas, Auctoritas- Raison théorique et légitimation de l'autorité dans le XVIe. siècle européen**. Paris: J. Vrin -1992.

BARTOLI, Adolfo. **Os precursores do renascimento**. S.P.: Ed. Parma, 1983.

BAUDART, Anne. La démocratie, tyrannie de l'insensé: une lecture de Platon in "Cahiers de philosophie politique et juridique " n. 6 **- Actes du colloque - La Tyrannie** - mai 1984. Caen: Centre de Publications de l'Université de Caen , 1985.

BAUDRILLART, Henri. **J. Bodin et son tableau des théories politiques et des idées économiques au seiziéme siécle**. Paris: Ed. Guillaumin, 1853.

BAXTER, Chistopher R.. Jean Bodin's Daemon and his Conversion to Judaism **- in Verhandlungen der internationalen Bodin Tagung in München**. München: Verlag C. H. Beck, 1973 .

BAYARD, Jean-Pierre. **Sacres et Couronnements Royaux**. Paris: Guy Trédaniel Éditeur-Éditions de la Maisnie, 1984.

BAYLE, Pierre. **Political Writings** . Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

BEAUD, Olivier. **La puissance de l'État**. Paris: P.U.F., 1994.

BEDOS-REZAK, Brigitte. Tolérance et raison d'Etat , in **"L'Etat Barroque**". Paris: J.Vrin, 1985.

BELLUSSI, Gemano. L' Absolutisme politique et la tolérance religieuse dans l'oeuvre de Jean Bodin et Thomas Hobbes**, in "Actes du Colloque Interdisciplinaire de"Angers"** (4-27 Mai 1984) . Angers: Presses de L 'Universite d'Angers, 1985.

BENEYTO, Juan. **La réception de la pensée de Bodin en Espagne. Czasopismo Prawno-Historyczne** - Tom XXIX, Zeszyt 2 - 1977.

BENOIST, Charles. Jean Bodin et Machiavel**- in Quatrième centenaire de Jean Bodin célébré à Angers** (10/11/29). Paris: Institut de France- Académie de sciences morales et politiques. Impr. de Firmin-Didot, 1929.

BENOIST, Charles. **Quatrième centenaire de Jean Bodin célébré à Angers.- Institut de France** - Académie des science morales et politiques. (10/11/29). Paris: Impr. de Firmin-Didot, 1929.

BERLIN, Isalah. **Vico e Herder**. Brasília: U.N.B., 1975.

BERRIOT, François. **Jean Bodin et l'Islam, in Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l'Universite d'Angers, 1985.

BLOCH, Ernst**. La philosophie de la Renaissance**. Paris: Éditions Payot & Rivages, 1994.

BLOCH, Marc**. A sociedade Feudal**. 2. ed. Lisboa: Edições 70 , 1987.

BLOCH, Marc. **Les Rois Thaumaturges**. Paris: Gallimard,1983.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de Governo**. Brasília: U.N.B., 1980.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** 2. ed. Brasília: U.N.B., 1986.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. 10. ed. Brasília: U.N.B., 1997.

BOBBIO, Norberto. **Essais de théorie du droit**. Paris: Éditions Bruylant, 1998.

BOUCHERON, Patrick. Les expressions monumentales du povoir princier à Milan au temps de Francesco Sforza (1450-1460) in "**Les princes et le pouvoir au Moyen Age"** XXIIIe Congrès de la S.H.M.E.S. , Brest, mai 1992. Paris: Publications de la Sorbonne, 1993.

BOURNAZEL, Eric. - Robert, Charles et Denis: " Le roi de Fance est empereus en son royame" in **Droit Savants et Pratiques françaises du pouvoir**. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 1992.

BOYER-XAMBEU**,** Marie-Thérèse; DELEPLACE, Ghislain; GILLARD**,** Lucien. **Monnaie Privée et Pouvoir des Princes**. France: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do Capitalismo**. Lisboa: Teorema, 1985.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II.** Lisboa: Ed. Martins Fontes, 1984.

BRAUDEL, Fernand. **Os homens e a herança no Mediterrâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BRAUDEL, Fernand. **A Identidade da França**. Vols.I, II e III. São Paulo: Editora Globo, 1989.

BRÉHIER, Émile. **História da Filosofia**. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1978.

BRIDGES, John. **A defense of the government established in church of England, an swering also to the arguments of Bodinus**. London: 1587, (microfiche cote: D 1227 Bibl. Nat. Paris).

BRIERLY, James Leslie. La doctrine de la souveraineté dans le droit international moderne**. Rev. Academia das Ciências de Lisboa** - Lisboa: Biblioteca de altos Estudos , 1945.

BROC, Numa. **La géographie de la Renaissance**. Paris: Editions du Comité des Travaux historiques et scientifiques, 1986.

BROWN, John L. Bodin, précurseur de Vico, **in "Actes du Collloque Interdisciplinaires d'Angers"** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l'Universite d'Angers, 1985.

BROWN, Jonh. L. **The Methodus ad facilem historiarum cognitionem of Jean Bodin a critical study, a dissertation for the Degree of Doctor of Philosophy.** Washington: The Catholic University of America Press, s/d.

BRUNDAGE, James A.. **Medieval Canon Law**. New York: Longman Group Limited, 1995.

BRUNO, Giordano. **A Causa, o Princípio e o Uno**. São Paulo: Instituto Italiano de Cultura, - Nova Stela , 1988.

BUDDEBERG, Carlo. Sovranità e diritto delle genti in Jean Bodin **, in , Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto.** Anno XXII - Serie II - 1942- XX. Milano: Fratelli Bocca , Editori Milano, 1942.

BURCKHARDT, Jacob. **La Cultura del Renascimiento en Itália**. Barcelona: Editorial Iberia, 1984. 2 ed.

BURCKHARDT, Titus. **Simbolos**. Madrid: Alianza, 1977.

BURDEAU**,** Georges. **L'État**. Paris: Éditions du Seuil, 1970.

BURKE, Peter. **A fabrigação do rei**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

BURNS, James Henderson. **Histoire de la pensée politique médiévale** - 350/1450. Paris: P.U.F., 1993.

BUSSON, Henry. **Le Rationalisme, dans la littératura française de la renaissance.** Paris: J.Vrin, Paris, 1971.

BUSTOS, Iñigo; VILLENA, Pardo Manuel. **Libres Vasallos, Súbditos Ciudadanos**. Madrid: OFFO S.L, 1999.

CABOURDI, Guy, et VIARD, Georges.: **Lexique Historique de la France d'ancien régime**. 2. ed. Paris: Armmand Colin, 1990.

CALASSO, Francesco. **I Glossatori e la teoria della soveranità. Studio di Diritto Comune Publico**. Milano: Dott. A. Giuffrè, 1957.

CALASSO, Francesco**. Gli ordenamenti giuridice del rinascimento medievale.** 2. ed. Milano: Dott. A. Giuffrè, 1949.

CARDASCIA, Guillame**. Machiavel et Jean Bodin** - Bibl. d'Human. e Renassance T. I X. Paris: Ed. Droz, 1942.

CARLLET, Maurice. (catalogué) , MESNARD, Pierre. **Catalogue - Exposition Bodin, 1961 - Jean Bodin et Toulouse**. Toulouse: Bibliothèque universitaire de Toulouse, octobre ,1960.

CASSIRER, Ernst. **Individu et Cosmos, dans la philosophie de la renaissance**.Paris: Editions de Minuit, 1991.

CAUCHIES, Jean-Marie. Le Prince territorial au bas Moyen Age dans les anciens Pays-Bas. **in "Le Princes et le Pouvoir au Moyen Age**″ - XXIIIe Congrès de la S.H.M.E.S.- Brest, mai,1992. Paris: Publications de la Sorbonne, 1993.

CENTENO, Y.K.: **Literatura e Alquimia** .Lisboa: Ed. Presença , 1987.

CESBRON, Georges. **Dix Siecles de Litterature Angevine.**Angers: Presses de l'Université d'Angers, 1985.

CHABOD, Federico. **Escritos sobre el Renascimiento**. México: Fondo de Cultura Economica,1990.

CHANTEUR, Janine. L' Idée de Loi Naturelle dans la République de Jean Bodin - in **Verhandlungen der internationalen Bodin Tangung in München**. Verlag C.H. München: Beck München, 1973.

CHARLES LOYSEAU**. Tracté des Segneuries**. (microfiche - Bibliothéque Nacionale de Paris - cote: 5897).

CHARLES LOYSEAU **Des offices**. (microfiche - Bibliothèque Nationale de Paris- cote: 5897).

CHARLES-DAUBERT, François. **Le "libertinage érudite" et le problème du conservatisme politique , in "L'Etat Barroque".** Paris: J.Vrin, 1985.

CHAUNU, Pierre. **Expansão Européia do século XIII ao século XV.** São Paulo: Pioneira, 1978.

CHAUNU, Pierre. **La España de Carlos V vol.I.** 2. ed. Barcelona: Ed. Península ,1976.

CHAUVIRÉ, Roger**. La pensée religieuse de Jean Bodin** (D'après des documents noveaux) - **Quatrième centenaire de Jean Bodin célébré à Angers (10/11/29).** Paris: Impr. de Firmin-Didot,1929.

CHAUVIRÉ, Roger. **Jean Bodin, Auteur de la "République".** Genève: Slatkine Reprints. 1969, réimpression de l'édition de Paris, 1914.

CHENON , Émile. **Histoire génerale du Droit Français Publique et Privé, des origines à 1815. T. I e II**. Paris: Sirey, 1929.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. **História do Pensamento Político**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

CHEVALLIER, Pierre**. Henri III**. Paris: Fayard, 1985.

CHEVRIER.G. Les critères de la distinction du droit privè et du droit public dans la pensèe savante médiévale le **in Études d'histire du droit canonique offertes à Gabriel de Bras..** Paris: 1965.

CHTCHAPOV, Jaroslav**. Jean Bodin et la Science Sociale russe. Czasopismo Prawno-Historysne Tom XXIX** - Zeszyt 2 - 1977.

CIPOLLA, Carlo M**. Canhões e Velas na primeira fase da expansão europeia (1400-1700).** Lisboa: Gradiva, 1989.

CLAIR, Pierre. **L 'information au quotidien in , "L'Etat Barroque**". Paris: J. Vrin, 1985.

COLAS, Marion. **Justice et harmonie chez Jean Bodi***n*. Memoire de DEA, Philosophie du droit, Paris II, septembre 1991.

COLLINET, Paul. **Jean bodin et la Saint-Barthélemy**. Paris: L. Larose et L. Tenin - 1909.

COLOMBERO, Carlo. **Uomo e natura nella filosofia del Rinascimento**. 2. ed. Torino: Loescher Editore, 1985.

CORNETTE, Joël. **Le Roi de Guerre: Essai sur la souveraineté dans la France du Grand Siècle**. Paris: Ed. Payot & Rivages, 1993.

CORNETTE, Joël. Fiction et réalité de l'Etat baroque, **in "L'Etat Barroque".** Paris: J.Vrin, 1985.

CORNETTE, Joël. **L'affirmation de l'État absolu** - 1515/1652. Paris: Hachtte Livre, 1993.

CORPACI, Francesco. **Intorno ad una ristampa della "Republic"di Bodin**.. Rev. Int. Filos. Dir. 1967 n.44.

CORTINE, Jean-François. *ém*L'heritage scolastique dans la problatique théologico-politique de l'âge classique*, in* **"L'Etat Barroque**". Paris: J. Vrin, 1985.

COTRONEO**,** Girolamo. **Jean Bodin , Teorico della Storia**. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1966.

COTRONEO, Girolamo. **Le quatrième Chapitre de la 'Methodus" Nouvelles Analyses et Perspectives Historiografiques** - Verhandlungen der internationalen Bodin Tangung in München. München: Verlag C. H. Beck , 1973.

COTTRET, Bernard. **Diplomatie et étique de l'Etat. in l'Etat Barroque".** Paris: J.Vrin, 1985.

COTTRET, Monique. Edmond Riher (1639-1631) - Le politique et le sacré **in "L'Etat Barroque"..** Paris: J. Vrin, 1985.

COULANGES, Fustel de. **A cidade Antiga**. 3. ed. São Paulo: Ed Martins Fontes, 1995.

CRAHAY, Jacques. **D'Erasme a Capanella** -. Editions de l'Université de Bruxeles - 15/1985.

CRAHAY, Roland. Un essai de synthèse, **in Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l'Universite d'Angers, 1985.

D'ANDREA , Antonio. Humanism and Politics in Machiavelli's thought: chapter 8 of "The Prince" - *in* **Aequitas, Aequalitas, Auctoritas- Raison théorique et légitimation de l'autorité dans le XVIe siècle européen**. Paris: J. Vrin, 1929.

D'ORGEVAL, Bernard. De "la République"et de son actualité **in Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers** (24-27 Mai 1984). Angers: Presses d'Universite d'Angers, 1985.

DAVIES, Katharine. "Le Colloquium Heptaplomeres" et "Nathan der Weise": un élément de l'influence de l'umanisme dans la tolérance du siècle des Lumières in , **Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers** *(24-27 mai 1984).* Angers: Presses de l'Universite d'Angers, 1985.

DAVIS, Natalie Zemon. **Sociedad y Cultura en La Francia Moderna**. Barcelona: Ed Crítica, 1983.

DE LA PRADELLE, Paul de Geoffre. République et souveraineté de J.Bodin en péril? in **Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers** (24-27 Mai 1984). Angers: Presses de L'Universite d'Angers, 1985.

DEJAN, Philippe. Jean Bodin et lídée de métode au XVI siècle, **in Actes d*u* Colloque Interdisciplinaire d'Angers**, (24-27 mai 1984). Angers: Preses de l'Université d'Angers, 1985.

DELUMEAU, Jean. **La Civilisation de la Renaissance**. Paris: Arthaud, 1984.

DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: *Pioneira*, 1989.

DENZER, Horst. (coordenador) **Bodin politische Philosophie** (Mesa Redonda) - Verhandlungen der internationalen Bodin Tangung in München. München:Verlag C. H. Beck München, 1973.

DERATHÉ, Robert. Théories de la Souveraineté - La place de Jean Bodin dans l'Histoire des in Verhandlungen der international Bodin Tangung in München. München: Verlag C. H. Beck München, 1973.

DESAN, Philippe. **Nassance de la Méthode - Machiavel, La Ramée, Bodin, Montagne, Descartes**. Paris: Librairie A.G. Nizet., 1987.

DEVÈZE, Michel. La doctrine d'Olivier Martin sur la monarchie française de droit divin**, in, "Le Sacre des Rois" Actes du Colloque international d'histoire sur les sacres et couronnements royaux** - Reims 1975. Paris: Les Belles Lettres, 1985.

DEYON, Pierre. **O Mercantilismo**. 2. ed. Lisboa: Ed.Gradiva , 1989 - 2 ed.

DIAS, J. S. da Silva. **Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI.** Lisboa: Presença, 1982.

DILLENBERGER, Jonh. **Images and Relics**. New York: Oxford University Press, 1999.

DOMINGUES, Contente Francisco.(organizador)**: A abertura do Mundo**. Lisboa: Presença, 1986.

DROZ, E. *Le* **Carme Jean Bodin, hérétique**. Bibliothèque d'humanisme et Renaissance. T. X, 1948.

DUBOIS, Henri. Le pouvoir économique du prince, **in "Les princes et le pouvoir au Moyen Age**" XXIIIe Congrès de la S.H.M.E.S. Brest, mai 1992. Paris: Publications de la Sorbonne, 1993.

DUBY, Georges.(direcion) . **Histoire de la France - dynasties et révolutions, de 1348 à 1852**. 2. ed. Paris: Larrousse, 1988.

DUCCINI, Hélène. Discours et réalité sociale: le révélateur des pamphlets, **in** "L'Etat Barroque". Paris: J. Vrin, 1985.

DUCCINI, Hélène. L 'Etat sur la place publique, **in "L'Etat Barroque"**. Paris: J. VRIN, 1985.

DUCHHARDT, Heinz**. La época del Absolutismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

DUCOS, Michèle. **Le tableau du droit universal de Jean Bodin et la tradition romaine**. Bull. Assoc. G. Bude, 1987, n.1, 49-61.

DUFOUR, G. Allocution du Président de "La Province d'Anjou" **in Quatrième centenaire de Jean Bodin célébré à Angers** (10/11/ 29) Institute de France- Académie des Sciences morales et politiques.. Paris: Impr. de Firmin-Didot, 1929.

DUPRONT, Alphonse. Sacre, autorité, pouvoir. **in "Le Sacre des Rois" - Actes du Colloque international d'histoire sur les sacres et couronnements royaux -** Reims 1975. Paris: Les Belles Lettres, 1985.

DUVERGER, Maurice. **Les constitutions de la France**. Paris: PUF, 1946.

ECO , Umberto. **Arte e Beleza na Estética Medieval**. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1989.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizaddor** vol.I e II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELLIOTT, J.H. **A Europa dividida** - 1559-1598. Lisboa: Ed.Presença, 1985.

ELLUL, Jacques. **Histoire des Institutions** *XVI - XVIII siècle.* 10. ed. Paris: P.U.F, 1989.

ESMEIN, Adhemar**. L'inaliénabilité du domaine de la couronne devant les Etats Géneraux du XVIe siècle**. extraits du Festschriff Gierke, 1911.

FALTENBACHER, Karl Fr. Comparaison entre le "colloquium Heptaplomeres"de J. Bodin et les "Coloquios y Dotrina cristiana"de B. Sahagun**, in "Actes du Colloqiue Interdisciplinaire d'Angers** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l'Unibversite d'Angers, 1985.

FARR CHURCH, W. Constitutional thought **in sixteenth-century France**. Cambridge: Mass Harvard University Press, 1941.

FEBVRE, Lucien**. L'universalisme de Jean Bodin**. Revue de Synthèse, n. 54, 1934.

FEBVRE, Lucien. **Martin Luther**. Paris: P.U.F., 1945.

FEBVRE, Lucien. **Au coeur religieux du XVI siècle**. Le livre de poche, Biblio-essais. 2. ed. Paris: 1983.

FEBVRE, Lucien. **Le probleme de l'incroyance au XVI siec***le*. Albin Michel, Paris: 1988.

FÉJIC, Nenad. Le séjour des seigneurs de la suite de Louis I, duc d'Anjou à Dubrovnik (Raguse) de 1383 à 1385 **in "Les princes et le pouvoir au Moyen Age -** XXIIIe Congrès de la S.H.M.E.S., Brest , mai, 1992. Paris: Publications de la Sorbonne, 1993.

FELL, London A . Bodin's humanistic legal system and rejection of "medieval political theology**". in "Originsof Legislative Sovereignty and the Legislative State" -** vol. III. Oelgeschlager,Gunn & Hain. Boston: Massachusetts, Publishers, Inc., 1987.

FERRIER, Auger. **Advertissements a M. J. Bodin sur le quatrième livre de la republique.** Paris: 1580 (microfilm cote: M 2305 , Bibl. Nat. Paris).

FIGGIS , Jonh Neville**. Studies of political thought from Gerson to Grotius**. Cambridge: Cambridge at the University Press ,1907.

FIGGIS, Jonh Neville. **The Divine Right of Kings**. Cambridge: Cambridge at University Press, 1900.

FITZGERALD, Ross. (ORG.). **Pensadores Políticos Comparados**. Brasília: U.N.B, 1983.

FOGEL, Michèle 1620-1660. Constitution et fonctionnement d 'un discours monarchique sur la guerre: L'information comme céremonie **in "L'Etat Barroque".** Paris: J. VRIN, 1985.

FOLZ, Robert. Le sacre impérial et son évolution , **in "Le Sacre des Rois"** - Actes du Colloque international d'histoire sur les sacres et couronnements royaux- Reims 1975. Paris: Les Belles Lettres, 1985.

FORTESCUE, Sir John. **On the Laws and Governance of England.** Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FOSSIER, Robert. **La infancia de la Europa**. Barcelona: ED.Labor. , 1984.

FOURNOL, Etienne-Maurice. **Bodin, Prédécesseur de Montesquieu - Étude sur quelques théories politiques de la "République" et de. Slatkine Reprints. Geneve, 1970** - Paris: Réimpression de l'édition de Paris , 1896.

FRACHETTE, Christian. Guy de Guines fut-il comte de Forez au XIIe siècle? *in* **"Les Princes ey le povoir au Moyen Age"** - XXIIIe Congrès de la S.H.M.E.S. -Brest, mai 1992. Paris: Publications de la Sorbonne, 1993.

FRANÇOIS, M. Michel. **Le Sacre des Rois** - Actes du Colloque international d'histoire et couronnements royaux (Reims 1975). Paris: Les Belles Lettres , 1985.

FRANKLIN, Julian H. Constitutionalism and Resistance **in the Sixteenth Century**. **Three Treatises by Hotman, Beza and Mornay..** New York: Oegasus, 1969.

FRANKLIN, Julian H. Jean Bodin and the sixteenth-century revolution **in the methodology of law and history**. New York: Columbia university press, London, 1963.

FRANKLIN, Julian H. **Jean Bodin and the End of Medieval Constitutionalism** - Verhandlungen der internationalen Bodin Tagung in München. München: Verlag C. H. Beck , 1973.

FRANKLIN, Julian H. **Jean Bodin et la naissance de la théorie absolutiste**. Paris: P.U.F., 1993.

FREUND, Julien**. Qu' est-ce que la politique?.** Paris: Éditions Sirey, 1965.

FREUND, Julien. **Quelques aperçus sur la conception de l'histoire de Jean Bodin -** Verhandlungen der internationalen Bodin Tangung in München. München: Verlag C. H. Beck, 1973.

FREUND, Julien ; KELLEY, Donald R. (coordenadores). Bodins historisches Denken - (Mesa Redonda) - Verhandlungen der internationalen Bodin Tangung in München. München: Verlag C. H, 1973.

GALA, Pedro Bravo. **Estudio Preliminar a "Los Seis Libros de la República".** 2. ed. Madrid: Editorial Tecnos, 1992.

GARDOT, André. Jean Bodin, sa place parmi les fondateus du droit international, in Recueil des Cours de la Ac. Droit international, tome 50. Libr. du Recuel Sirey, Paris, 1935.

GARDOT, André. Jean Bodin et la vie chère - Réponse aux Paradoxes de M. de **in Quatrième centenaire de Jean Bodin célébré à Angers** (10/11/29) - Paris: Institut de France - Académie de Ciences morales et polit.. Impr. de Firmin-Didot, 1929.

GARIN, Eugénio. **Idade Média e Renascimento**. Lisboa: Ed.Estampa, 1989.

GARIN, Eugénio**. O Zodíaco da Vida**. Lisboa: Ed.Estampa,1988.

GAROSCI, A. **Jean Bodin , política e diritti nel Rinascimento Francese**. Milano: Ed. A. Corticelli, 1934.

GARREAU , Joseph. Religion chez Montaigne et Bodin : convergence et divergence, **in "Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l'Universite d'Angers, 1985.

GARRISSON, Janine. **Royaume, Renaissance et Réforme**. Paris: Éditions du Seui, 1991.

GAZZANIGA, Jean-Louis. Les clercs au service de l'Etat dans la France du XVe siècle. A la lecture de travaux récents**, in "Droits Savants et Pratiques Françaises du pouvoir".** Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 1992.

GENNARO, Antonio de. **Introduzione alla storia del pensiero giuridico**. Torino: G.Giappichelli Editore , 1979.

GERMAIN, R.F. Le tyran dans la tradition hébraique. in **"Cahiers de philosophie politique et juridique" Actes duColloque"** - n . 6 - La Tyrannie - mai 1984. Centre de publications de l ' Université de Caen, 1985.

GERMAIN, RENÉ: Les sires de Boubon et le pouvoir: de la seigneurie à la principauté , **in "Les princes et le pouvoir au moyen Age"** XXIIIe Congrès de la S.H.M.E.S. - Brest, mai 1992. Publications de la Sorbonne , Paris 1993.

GIESEY, RALPH E.: **Le Roi ne meurt jamais- Les obsèques royales dans la France de la Renaissance**. Flammarion, 1987.

GIESEY, RALPH E.: Medieval jurisprudence **in Bodin's concept of sovereignty** - Verhandlungen der internationalen Bodin Tangung in München. München: Verlag C. H. Beck, 1973.

GIESEY, Ralph E. (coordenador). Bodin und die Rehtstradition (Mesa Redonda) **- Verhandlungen der internationalen Bodin Tagung** in München. München: Verlag C. H. Beck, 1973.

GIORDANI, Mário Cutis. **História do Mundo Feudal II/1.** Petrópolis: Vozes, 1982.

GIORDANI, Mário Curtis. **História do Mundo Feudal II/2.** Petrópolis: Vozes, 1983.

GIORDANENGO, Gérard. ". De la Faculté de Décret aux "negotia regis" Une répétion d'Evrard Trémaugon, **in "Droits savants et pratiques françaises du pouvoir".** Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 1992.

GIVRY, Grillot de**. Le musée des sorciers, mages et alchimistes**.. Paris: Librairie de France, 1929.

GLATIGNY, Michel. "Prince "et "Peuple"dans "la République"et dans la "Gaule Française". Etude lexicologique, **in Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l'Universite d'Angers ,1985.

GOFF, Jacques Le. **São Luís**: *Biografia.* R.J./ S.P.: Editora Record,1999.

GLOMSKI**,** Jacqueline. To authority of reason in the sixteenth century: a matter of interpretation **- in Aequitas , Aequalitas, Auctoritas**. Paris: J.Vrin, 1992.

GOLDSCHMIDT, Victor. **Les Dialogues de Platon.** 4. ed. Paris: P.U.F. 1988.

GOLIMAS, Aurel. **Le Bodinisme et la Roumanie**. Czasopismo Prawno-Historyczne- Tom XXIX- zeszyt 2 - 1977.

GORDON, Michael D. **Jean Bodin and the english "ship of state"-. Bibliothèque** d'Humanisme et Renaissance Notes et Documents -T.XXXV, 1973.

GOURON, André. Théorie des présomptions et pouvoir législativf chez les glossateurs**, in "Droit Savants et pratiques françaises du pouvoir".** Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 1992.

GOYARD-FABRE, Simone**. John Locke et la Raison Raisonnable**. Lib.Phil. Paris: J.Vrin, 1986.

GOYARD-FABRE, Simone. Sujet de droit et objet de droit: defense de ***in Cahiers*** **de Philosophie politique et juridique in l'humanisme-** ***n. 22*** - Actes du Colloque de mai1992. Caen: Presses Universitaires de Caen, 1993.

GOYARD-FABRE, Simone. L'imposture du despotisme qu'on dit "éclairé" **in "Cahiers de philosophie politique et juridique"** n.6 - Actes du Colloque - La Tyranne - mai 1984. Caen: Centre de Publications de l'Université de Caen , 1985.

GOYARD-FABRE, Simone. Jean Bodin et les trois justices - ***in Aequitas,*** **Aequalitas, Auctoritas** - Raison théorique et légitimation de l'autorité dans le XVe. siècle européen.. Paris: J. Vrin, 1992.

GOYARD-FABRE, Simone. **Philosophie politique** - XVIe - XX siècle. Paris: P.U.F., 1987.

GOYARD-FABRE, Simone. **Qu'est-ce que la politique ?** Bodin, Rousseau et Aron. Librarie Philosophique. Paris: J.Vrin, 1992 .

GOYARD-FABRE, Simone**. Jean Bodin et le droit de la République**. Paris: P.U.F.,1989.

GREENLEAF, Willian H. Bodin and the Idea of order - **in Verlhandlungen der internationalen Bodin Tangung in München**. München: Verlag C. H. Beck , 1973

GRÉGOIRE DE TOURS : **Histoire des Francs**. Paris: Les Belles Lettres, 1975.

GREIMAS, Algirdas Julien et KEANE, Teresa Mary. **Dictionnaire du Moyen Français - La Renaissance**. Paris: Larousse, 1992.

GROSRICHARD, Alain. *A Estrutura do Harém - Despotismo Asiático no Ocidente Clássico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

GROSSER, Alfred. **L'Explication Politique**. 2. ed. Bruxelles: Editions Complexe. a Bruxelles, 1984.

GUGGENHEIM, Paul. La souveraineté dans l'histoire du droit des gens - Les conceptions des glossateurs et des commentateurs.. **in "Mélanges offerts à Henri Rolin".** Paris: Pédone, 1964.

GUILLES, Henri. La Faculté de Droit de Toulouse au temps de Jean Bodin **in "Acts du Colloque Interdisciplinaire d'Angers** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de L'Universite d' Angers, 1985.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria y Praxis, Estudios de Filosofía social**. Madrid: Editorial Tecnos, 1987.

HALE, J.R. : **A Europa durante o Renascimento , 1480-1520.** Lisboa: Editorial Presença, 1983.

HALL, John. **Os Estados na História**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

HAROUEL, Jean-Louis ; BARBEY, Jean ; BOURNAZEL, Éric ;
THIBAUT-PAYEN, Jacqueline. **Histoire des Institutions - de l'époque franque à la Révoluction.** Paris: P.U.F. , 1987.

HARRISS, G.L. **King Parliament and Public Finance in Medieval England to 1369.** Oxford: Oxford University Press, 1975.

HAUSER, Henri. **La vie chère au XVI siècle. La Reponse à M. de Malestroit**. Paris: 1932.

HAUSER, Henri**. De quelques points de la bibligraphie et de la chronologie de Jean Bodin**. Torino: R. Intituto Superiore di Sciencze economiche e comerciale, 1931.

HEERS, Jacques**. O Ocidente nos séculos XIV e XV**. São Paulo: EDUSP, 1981.

HELLER, Agnes**. O Homem do Renascimento**. Lisboa: Ed. Presença, 1982.

HESPANHA, Antônio Manuel. **Poderes e instituições na Europa do Antigo Regime.** Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian.

HILAIRE, Jean. La procédure civile et l'influence de l'Etat: autour de l'appel in, **"Droits savants et pratiques françaises du pouvoir".** Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 1992.

HINTON, R.W.K. Bodin and the Retreat into Legalism - **in Verhandlungen der internationalen Bodin** in München. München: Verlag C.H. Beck, 1973.

HOROWITZ, Maryanne. La religion de Jean Bodin reconsidérée: Le Marrane comme modèle d la tolerance, **in Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l'Universite d'Angers, 1985.

HOTMAN, François. **La Gaule Françoise**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1991.

HOUDARD**,** Sophie. **Les sciences du diable**. Paris: Les Éditions du CERF, 1992.

HOWARTH, Stephen. **Os cavaleiros Templários**. Lisboa: Ed Livros do Brasil, 1982.

HUIZINGA, Johan. **O Declínio da Idade Média**. São Paulo: Verbo-Edusp., 1978.

HUIZINGA, Johan**. El concepto de la historia.** México: Fundo de Cultura Economica, 1992.

HURTUBISE, Pierre. Idéal Réformiste et Contraintes sociales: le problème des bénéfices ecclésiastiques au XVIe Siècle **- in Aequitas, Aequalitas , Auctoritas**. Paris: J. Vrin, 1929.

INGBER, Lèon. Jean Bodin et le droit naturel, **in Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l'Universite d'Angers, 1985.

ISAAC, Marie-Thérèse. "La démonomanie des sorciers": histoire d'un livre à travers ses éditions **in "Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers**" (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l'Universite d'Angers ,1985.

IZDEBSKI, Zygmunt. **Quelques observations sur les idées politiques de Jean Bodin**. Lódz: Societas Scientiarun Lodziensis no.59, 1965.

JACKSON, Richard A. Les " Ordines" des couronnements royaux au Moyen Age, **in "Le Sacre des Rois" -Actes du Colloque d'histoire ssur les sacre et couronnements royaux - Reims 1975.** Paris: Les Belles Lettres, 1985.

JEHASSE, Jean. Critique et rillerie, **in "L'Automne de la renaissance 1580-1630".** Paris: J.Vrin, 1981.

JOHNSON, Harold J. The case of Sir and Saint Thomas More **- in Aequita**, **Aequalitas, Auctoritas- Raison théorique et létimition de l'autorité dans le XVIe siècle européen**. Paris: J. Vrin, 1992.

JOUANNA**, Arlette. Le devoir de révolte - La noblesse française et la gestation de l'État moderne, 1559-1661.** Paris: Lib. Arthème Fayard, 1989.

JOUVENEL, Bertrand de. **As origens do Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

JOUVENEL, Bertrand de. **Teoria pura da política.** Lisboa: Guimarães & C. Editores, 1975.

KAMEN, Henry. **La Sociedad Europea , (1500 - 1700).** Madrid: Alianza Editorial, 1986.

KANTOROWICZ, Ernst H. **Los dos Cuerpos del Rey -Um estudio de teología política medieval.** Madrid: Alianza Editorial ,1985.

KANTOROWICZ, Ernst H**. Selected Studies**. New York: J.J. Augustin Publisher, 1965.

KANTOROWICZ, Ernst H. **Mourir Pour la Patrie el Autres Textes**. Paris: P.U.F., 1984.

KANTOROWICZ, Ernst H. **L'EmpereurFrédéric II**. Paris: Gallimard, 1987.

KAPPLER, Claude. **Monstros, Demônios e Encantamentos no fim da Idade Média.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

KELLEY, Donald R.: The development and context of Bodin's Method - **Verhandlungen der internationalen Bodin Tangung** in München. München: Verlag C. H. Beck, 1973.

KELSEN**,** Hans. **Teoria pura do Direito**. São Paulo: Saraiva & Ca. Editores, 1939.

KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. São Paulo: Ed.Martins Fontes, 1992.

KING, Preston. **The Ideolgy of order: a comparative analysis of Jean Bodin and Thomas Hobbes**.. London: G. Allen and Unwin , 1974.

KOUSKOFF, Georges. Justice arithmétique , justice géométrique, justice harmonique, **in "Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers** " (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l'Universite d'Angers, 1985.

KRIEGEL, Blandine**. La République incertaine**. Quai Voltaire,2. ed. Paris: Édima, 1992.

KRYNEN, Jacques. Le témoigne de Jean Juvénal des Ursins, docteur **"in utroque". in "Droits Savants et Pratiques Françaises du Pouvoir**". Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 1992.

KRYNEN, Jacques. **L'Empire du Roi - Idées et croyances politiques en France XIIe-XVe Siècle**. Paris: Éditions Gallimard, 1993.

KUHN, Thomas S. **A Revolução Copernicíana**. Lisboa: Edições 70, 1990.

KUNTZ, Marion L. G. Postel, J. Bodin and "The Colloquium Heptaplomeres": another look of influence at the problem **in "Actes du Coloque Interdisciplinaire d'Angers (24-27 mai 1984).** Angers: Presses de l'Universite d'Angers, 1985.

KUSHNER, E.. Le dialogue de 1580 à 1630: articulations et functions, **in "L'Automne de la Renaissance 1580-1630".** Paris: J.Vrin, 1981.

LA SERRE, M. de**. Remonstrance au Roy sur les pernicieux discours contenus au livre de la république de Bodin**. F. Marel. Paris: 1579 (microfilme cote:2305 - E 2059 Bibl. Nat. Paris).

LABOULAYE, Édouard. L'État et ses limites **- in Biblothèque de philosophie politique et juridique** - Textes et Documents. Centre de philosophie politique et juridique - Caen: Presses Universitaires de Caen, 1992.

LAFRANCE, Guy. Machiavel et Raison Politique Moderne- **in Aequitas, Aequalitas, Auctoritas** - Raison théorique et légitimation de l'autorité dans le XVIe. siècle européen.. Paris: J. Vrin, 1992.

LANCELOT, Arnauld E. **Gramática de Port-Royal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LARIVAILLE, Paul. **A Itália no Tempo de Maquiavel**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LATOCHS, Damièle. L'autorité de la Conscience jusqu'au Concile de Trente: Contribution à la Pré-histoire de la Subjectivité - **in Aequitas, Aequalitas, Auctoritas.** Paris: J.Vrin, 1992.

LAZZERI, Christian et REYNIÉ**,** Dominique. **La raison d'état: politique et rationalité.** Paris: P.U.F., 1992.

LAZZERI, Christian et REYNIÉ, Dominique. **Le Pouvoir de la Raison d'état**. Paris: P.U.F., 1992.

LE ROY LADURIE, Emmanuel**. O Estado Monárquico**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. Réflexions sur l'essence et le functionnement de la monarchie classique, **in " L'Etat Barroque**". Paris: J.Vrin, 1985.

LE ROY LADURIE, Emmanuel.(direction). **Les Monarchies**. Paris: P.U.F. (Presses Universitaires de France),1986.

LEBIGRE, Arlette. **La Justice du Roi** - La vie judiciaire dans l'ancienne France. Paris: Albin Michel, 1988.

LEFORT, Claude. **As formas da história**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

LEFRANC , Abel. **La place de Jean Bodin dans la Renaissance et dans la science politique - Quatriéme centenaire de Jean Bodin célébré à Angers** (10/11/29). Paris: impr. de Firmin-Didot,1929.

LEGUAI**,** André. Les ducs de Bourbon (de Louis II au connétable de Bourbon) : leurs pouvoirs et leur pouvoir, **in "Les princes et le pouvoir au Moyen Age"-** XXIIIe Congrès de la S.H.M.E.S., Brest, mai 1992. Paris: Publications de la Sorbonne,1993.

LEMARIGNIER, Jean-François. **La France Médiévale** - Institutions e Société. 10.ed. Paris: Armand Colin, 1970.

LENGER, Marie-Thérese**. Les éditions anciennes da la République de Bodin.** Bruxelles: Emile Van Balbergue,1983.

LEROY, Béatrice. Le prince écrivain politique, l'Infant Don Juan Manuel de Castille , **in XXIIIe Congrès de la S.H.M.E.S. , Brest, mai 1992**. Paris: Publications de la Sorbonne, 1993.

LESTRINGANT, Franck. Jean Bodin cosmographe**, in "Actes du colloque Interdisciplinaire d'Angers**"(24-27 mai 1984). Angers: Presses de l'Universitaire d'Angers, 1985.

LETOCHA, Danièle. **Aequitas, Aequalitas,Auctoritas - Raison théorique et légitimation de l'autorité dans le XVIe. siècle européen**. Paris: J.Vrin, 1992.

LEVRON, Jacques. **Jean Bodin et sa famille** (textes et commentaires). Angers: H.Siraudeau, 1959.

LEWIS, Andrew W. **Royal Succession in Capetian France**. Cambridge: Harvard University Press, 1981.

LIENHARD, Marc. Les Autorités Politiques et les Dissidents d'après Luther- **in Aequitas , Aequalitas, Auctoritas - Raison théorique et légitimation de l'autorité dans le XVIe siècle européen.** Paris: J.Vrin, 1929.

LIVET, Georges. *Les guerres de religion*. 3. ed. Paris: P.U.F., 1970.

LIZERAND, Georges. **Le Dossier de L'Affaire des Templiers**. 3. ed. Paris: Les Belles Lettres, 1989.

LOPEZ, Robert S**. A Revolução comercial da Idade Média**. Lisboa: Ed. Presença, 1986.

LOT, Ferdinand. **Recherches sur les Effectifs des Armées Françaises -des Guerres d'Italie aux Guerres de Religion - 1**. Paris: S.E.V.P.E.N., 1962.

LOYSEAU, Charles. **A Treatise of Orders and Plain Dignities**. Cambridge: Cambridge University Press,1994.

MACHIAVELLI, Niccolo. **Opere Scelte - IL principe / Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio/ Dell'arte della guerra/** Roma: Ist. Editori Riuniti, 1981.

MAGNARD, Pierre. Le Roi et le tyran **in "Cahiers de philosophie polítique et juridique"-n. 6 Actes du Colloque la Tyrannie - mai 1984.** Caen: Centre de publications de l 'Université de Caen, 1985.

MANDROU, Robert. **Introdution à la France moderne - 1500-1640**. Paris: Albin Michel, 1974.

MANDROU, Robert**. Histoire de la pensée européenne - 3 vol. Des humanistes aux hommes de science - XVI et XVII siecles**.Paris: Éditions du Seuil, 1973.

MANDROU, Robert. **Magistrados e Feiticeiros na França do século XVII.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.

MARAVALL, José Antonio. **Antigos y Modernos.** Madrid**:** Alianza, 1986.

MARC ' HADOUR, Germain. Thomas More et son île chez J. Bodin, **in Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers (24-27 mai 1984).** Angers: Presses de l'Univesite d'Angers, 1985.

MARCHAND, Georges. **Bodin et les sorciers- Quatriéme Centenaire de Jean Bodin célébré à Angers** (10/11/29). Paris: Impr. de Firmin-Didot,1929.

MARGOLIN**,** Jean-Claude. **Los Inícios de La Edade Moderna**. Madrid: Ed. AKAL, 1991.

MARGOLIN, Jean-Claude. Aequitas, Aequalitas et Auctoritas dans la Pensée d'Érasme - **in Aequitas , Aequalitas, Auctoritas-Raison Théorique et légitimation de l'autorité dans le XVIe. siècle européen**. Paris: J. Vrin, 1992.

MARONGLU, Antonio. Bodin et le consentement à l'impôt**, in Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers (24-27 mai 1984).** Angers: Presses de lÚniversite d'Angers, 1985.

MARSÍLIO DE PÁDUA : **Defensor Pacis (Le Défenseur de la paix).** Paris: J.VRIN, 1968.

MATÉ, Györgyi. La réception de J. Bodin en Hongrie **in Actes du Colloque Interdisciplinaires d'Angers (24-27 mai 1984).** Angers: Presses de l'Universite d' Angers , 1985.

MAYALI, Laurent. De la "juris auctoritas" à la "legis potestas". Aux origines de l'Etat de droit dans la science juridique médiévale, **in "Droits Savants et Pratiques françaises du Pouvoir".** Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 1992.

McRAE, Kenneth D. Bodin and the developement of empirical political science - **in Verhandlungen der internationalen Bodin Tangung in München**. München: Verlag C. H. Beck, 1973.

McRAE, M.K. Bodin's sense of nationality**, in "Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers"** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de L'Universite d'Angers, 1985.

MÉCHOULAN, Henry. L 'Espagne dans le miroir des textes français**, in "L'Etat Barroque".** Paris: J. Vrin, 1985.

MEIRA**,** Silvio A. B**. História e fontes do direito romano**. São Paulo: Ed. Saraiva, 1966.

MELANÇON, Robert. La fin du pétrarquisme en France**, in "L'Automne de la renaissance- 1580-1630-".** Paris: J. Vrin, 1981.

MÉRINDOL, Christian de. Le prince et son cortège. La théâtralisation des signes du pouvoir à la fin du Moyen Age**, in "Les princes et le povoir au Moyen Age"** - XXIIIe Congrès de la S.H.M.E.S. Brest, mai 1992. Paris: Publications de la Sorbonne, 1993.

MESNARD, Jean. Genèse d'une modernité **, in "l'Automne de la renaissance 1580-1630".** Paris: J.Vrin, 1981.

MESNARD, Pierre. **La Pensé Religieuse de Bodin**. Paris: H. Champion, 1929.

MESNARD, Pierre. **Etat présent des études bodiniennes- "Discorsi e Produsion" n.14**. Conférence donné à Turin, (17, mai, 1960). Torino: Edizini di "Filosofia", s.d.

MESNARD, Pierre. **El desarrollo d la filosofia politica en el siglo XVI**. Puerto Rico: 1956.

MESNARD, Pierre. **Etiene Forcadel, Un rival hereux de Cujas et de J.Bodin**. Communication au Congrès international de l'humanisme. Rome: 1949.

MESNARD**,** Pierre. Le Nationalisme de Jean Bodin. ***in "La Table Ronde"*** marzo, 1960.

MESNARD, Pierre. "Jean Bodin à la Cour" **in Bibl. Hum. et Rennaissance. T. XII.,** 1950.

MESNARD, Pierre. Le platonisme de Jean Bodin **in "Actes du V congrès de l'Association Guillaume Budé**. Paris: 1954.

MESNARD, Pierre. **Jean Bodin a-t-il établi la théorie de la monocratie? dans "La Monocratie"** 2ème partie. Recueil de la société Jean Bodin, 1969.

MESNARD, Pierre. **L'Essor de La Philosophie Politique au XVI siècle.** Librairie Philosophique. 3. ed. Paris: J.Vrin,1977.

MEUTEN, Anton. **Bodins Theorie - La théorie de Bodin sur l'influence de la position géogaphique sur la vie politique des états**. Bonn, 1904.

MINTON , Raymond W.K. Les "Six Livres" vus d' outre-Manche, **in "Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers"** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l'Universite d'Angers, 1985.

MIQUEL, Pierre**. Les Guerres de Religion**. Paris: Fayard, 1980.

MOEGLIN, Jean-Marie. Les dynasties princières allemandes et la nation de *Maison* à la fin du Moyen Age **in "Le princes et le pouvoir au Moyen Age"** XXIIIe Congrès de la S.H.M.E.S. Brest, mai 1992. Paris: Publications de la Sorbonne, 1993.

MOLINIER, V. **Aperçus critiques et historiques sur la vie et les travaux de Jean Bodin, sur sa "Demonomanie des sorciers" et le procès pour sorcellerie au XVII e siècle.** Revue Montpellier: Giudiciare du midi , 1867.

MOLLAT, Michel. **Genese Médiévale de la France Moderne - sec XIV - XV siècle.** Paris: Arthaud,1977.

MONDOLFO, Rodolfo. **Figuras e Idéias da Filosofia da Renascença**. São Paulo: Ed.Mestre Jou, 1969.

MOREAU-REIBEL, Jean. Bodin et la Ligue, d'après de lettres inédites. **in Bibl. Hum. et Renaissance T. II** , 1935.

MOREAU-REIBEL, Jean. **Jean Bodin et le Droit public comparé dans ses rapports avec la philosophie de l'histoire.** Poitiers, Societé française d'impremerie et librairie. Paris: J. Vrin, 1933.

MOUSNIER, Roland. Les conséquences politiques des sacres aux XVIe, XVIIe, et XVIIIe. siècles **, in "Le Sacre des Rois"** - Actes du Colloque international d'histoire sur les sacres et couronnements royaux - Reims 1975.Paris: Les Belles Lettres,1985.

MOUSNIER, Roland. **Les institutions de la Fance sous la monarchie absolue - 1598-17789** - Tome I. Paris: P.U.F., 1990.

MOUSNIER, Roland. **La monarquía absoluta en Europa**. Madrid: Taurus Ediciones, 1986.

NANCEY, Paul. **Jean Bodin Économiste**. Université de Bordeaux- Faculté de droit- Thèse pour le doctorat. 1942.

NDIAYE, Aloyse-Raymond. Personnalisation du pouvoir et tyrannie **in "Cahier de Philosiphie politique et juridique**" n.6 -Actes du Colloque - La Tyrannie -mai 1984. Caen: Centre de Publications de l'Université de Caen , 1984.

NEPOTE, Jacques: Le Traité du sacre **in "Le Sacre des Rois" in Actes du Colloque international d'histoire sur les sacres et couronements royaux,** Reims 1975. Les Paris: Belles Lettres, 1985.

NERY, Alain*:* Jean Bodin et la théorie statutaire de la couronne, ***in Actes du*** **Colloque Interdisciplinaire d'Angers (24-27 mai 1984).** Angers: Presses de l'Universite d'Angers, 1985.

ORGEL, Stephen. **The Illusion of Power**. California: University California Press, Ltd.,1975.

OURLIAC, Paul. Le pouvoir et le droit en Bigorre au XIe. siècle **in "Droits savants et pratiques françaises du povoir".** Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 1992.

PACKULL, Werner.O. Thomas Müntzer an early modern theologian of revolution, with special atention to his concept of order**. in Aequitas, Aequalitas, Auctoritas - Raison théorique et létimation de l'autorité dans le XVIe siècle européen**. Paris: J. Vrin, 1992 .

PAGÉ, Norman. De l'idéal réformiste et des exclusions - **in Aequitas, Aequalitas**, **Actoritas - Raison théorique et légitimation de l'autorité dans le XVIe siècle européen.** Paris: J. Vrin, 1992.

PARAVICINI, Werner. Rois et princes chevaliers **in "Les Prices et pouvoir au Moyen Age"** - XXIIIe. Congrès de la S.H.M.E.S. Brest, mais 1992. Paris: Publications de la Sorbonne, 1993 .

PARENTE, Margherita Isnardi. Les Metébolai Politeion" revisits: Bodin, "La Republique, IV**" in Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers**,
(24-27 Mai 1984). Angers: Presses Universitaires d'Angers, 1984.

PARENTE, Margherita Isnardi. Le volontarisme de Jean Bodin: Maïmonide ou Duns Scot? - **in Verhandlungen der internationalen Bodin Tangung in München**. München: Verlag C. H. Beck München, 1973.

PARISSE, Michel. Exercice et perte du pouvoir d'un prince Henri de Lion **in "Les Princes et le Pouvoir au Moyen Age"-** XXIIIe Congrès de la S.H.M.E.S. , Brest, mai 1992. Paris: Publications de la Sorbonne, 1993.

PASQUIER, Abbé Émile. La famille de Jean Bodin**, in "Revue de l ' Église de France".** Paris: Société d'histoire ecclésiastique de la France, octobre-decembre,1933.

PASSERIN d'Entrèves, Alessandro. **Natural Law:** *an introduction to legal philosophy.* New Brunswick: Transaction Publishers,1994.

PEARL, Jonathan. Le rôle enigmatique de "la Démonomanie" dans chasse aux sorciers, **in 'Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l'Universite d'Angers, 1985.

PERNOUD Régine. **Les Templiers**. 5. ed. Paris: P.U.F., 1992.

PERNOUD, Régine. **As origens da Burguesia**. Lisboa: Publ. Europa - América, 1986.

PETIT-DUTAILLIS, Charles. **La Monarchie féodale en France et Angleterre**. 2. ed. Paris: Albin Michel, 1971.

PETITAT, André. L'écartèlement :Jean Bodin, les sorcieres la rationalisation du surnaturel.**in Revue européenne des sci. Cahiers Vilfredo Pareto.n 93**. Geneve: Librairie Droz, 1992.

PETITAT, André. Jean Bodin et la sorcellerie démoniaque - un systeme de preuve empirico-métaphysique- **in Revue europ. Cahiers Vilfredo Pareto. n 93**. Geneve: Librairie Droz, 1992.

PICARD, Christophe. Le renouveau urbain en occident ibérique aux IXe-Xe siècles, sous l'impulsion de seigneurs muwlladûn **in "Les Princes et le pouvoir au Moyen Age** - XXIIIe congrès de la S.H.M.E.S. , Brest , mai 1992. Paris: Publications de la Sorbonne, 1993.

PINOTEAU, Hervé. Les insignes du pouvoir en France ***in "Le Sacre des Rois"*** Actes du Colloque international d'histoire sur les sacres et couronnements royaux - Reims 1975. Paris: Les Belles Lettres, 1985.

PIWKO, Stanislaw. Remarques sur la singularité de la morale chez Jean Calvin: de l'autorité de la loi divine **- in Aequitas, Aequalita, Auctoritas - Raison théorique et légitimation de l'autorité dans le XVIe. siècle.** Paris: J. Vrin, 1992.

PLATON**. Oeuvres Completes**. Paris: Les Belles Lettres, 1970.

POGGI, Gianfranco. **A evolução do Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981.

POLIN, Raymond. L' idée de République selon Jean Bodin- **in Verhandlungen der internationalen Bodin Tangung in München**. München: Verlag C. H. Beck,1973.

POLY, Jean-Pierre. **Le sac de cuir: La crise de l 'an mil et la première renaissance du droit romain - Droit savants et pratiques françaises du povoir**. Bordeaux: Presses universitaires de Bordeaux, 1992.

PONTHIEUX, A. Quelques documents inédits sur Jean Bodin , **in Revue du XVIe siécle..** T.XV , 1928.

POPKIN, Richard H. **Could Spinoza have known Bodin's**-Colloquium Heptaplomeres?. Philosophia -(Isr), 1986.

POPKIN, Richard H. Reason as the rule of faith **in Castellio, the early socinians and the jews - in Aequitas, Aequalitas, Auctoritas. - Raison théorique et légitimation de l'autorité dans le XVIe**. Paris: J. Vrin, 1992.

PRÉAUD, Maxime. La Démonomanie" , fille de la "République" , **in Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l'Universite d'Angers, 1985.

PRÉVOT, Jacques. La raison contre l'Etat , **in "L'Etat Barroque".** Paris: J.Vrin, 1985.

PROUST - MAIRE DE LA VILLE *D'ANGERS* -**1929 Allocution de M. le Maire de la Ville d' Angers - Quatrième centenaire de Jean Bodin célébré à Angers** (10/11/29). Paris: Impr. de Firmin-Didot, 1929.

QUAGLIONI, Diego. La pensée religieuse de Jean Bodin, **in Actes du Coloque Interdisciplinaire d'Angers** (24-27 mai de 1984). Angers: Presses de l'Universite d'Angers, 1985.

QUILLET, Jeannine. Tyrannie et tyrannicide dans la pensée politique médiévale tardive (XIVe - XVe. siècles) **in "Cahiers de philosophie politique et juridique "n.6** Actes du Colloque - La Tyrannie - mai 1984. Caen: Centre de Publications de l'Université de Caen, 1985.

QUILLET, Jeannine. **La philosophie politique de Marsile de Padoue**. Paris: J.Vrin, 1970.

RANDON, Nicole**. Essai sur l' "Oratio se Instituenda in Republica Juventute ad Senatum Populumque Tolosatem" (1559) de Jean Bodin** - Tese de Doutorado - Universite de Paris - Faculté de Droit et des Sciences Economiques. Université de Paris, 1965.

RECOUVREUR, A**. Le temps de Jean Bodin entrevu du logis Pincé - Quatrième centenaire de Jean Bodin célébré à Angers** (10/11/29). Paris: Impr. de Firmin-Didot, 1929.

REINBOLD, Anne. Peinture et pouvoir au XVIIe. siècle, **in "L' Etat Barroque".** Paris: J. Vrin, 1985.

REINHARD, Marcel. (direction). **Histoire de France**. Paris: Larrousse, 1954.

RENOUX, Annie. Les fondements architeturaux du pouvoir princier en France **in "Les princes et le pouvoir au Moyen Age".** XXIIIe Congrès de la S.H.M.E.S., mai 1992. Paris: Pubnlications de la Sorbonne, 1993.

REULOS, Michel. Le droit canonique dans **"La République" in Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l'Universite d'Angers, 1985.

REULOS, Michel. Les sources juridiques de Bodin: Textes , Auteurs, Pratique - **Verhandlungen der internationalen Bodin Tangung in Müchen. München**: Verlag C. H. Beck München, 1973.

REYNAUD, Christiane. Le prince ou le pouvoir de séduire **in "Les princes et le pouvoir au Moyen Age".** XXIIIe Congrès de la S.H.M.E.S.- Brest, mai 1992. Paris: Publications de la Sorbonne, 1993.

REYNOLDS, Beatrice. Proponents of limited monarchy **in 16th century France*:* Francis Hotman and Jean Bodin**. New York: Columbia University Press, 1931.

RIBEIRO, Renato Janine. **A última razão dos reis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

RICHET, Denis**. La France Moderne: L'Esprit des Institutions**. Paris: Frammarion, 1973.

RIGAUDIERE, A. **Droits Savants et Pratiques Françaises du Pouvoir.** Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 1992.

RIGAUDIERE, Albert. Etat, pouvoir et administration dans la "Pratica aurea libellorum" de Pierre Jacobi. **in "Droits savants et pratiques françaises du pouvoir".** Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 1992.

RODRIGUEZ, Maria Teresa Nava. **La Educación en la Europa Moderna**. Madrid: Ed. Sintesis, 1992.

ROELLENBLECK, Georg. Les poèmes intercalés dans l' Heptaplomeres **in Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l'Universite d'Angers , 1985.

ROELLENBLECK, Georg. (coordenador*).* Philosophie und Religion bei Bodin *in* **(Mesa Redonda) - Verhandlungen der internationalen Bodin Tangung** in München. München: Verlag C. H. Beck München, 1973.

ROSE, Paul Lawrence. Two problems of Bodin's religious biography: **the letter to Jean Bautru des Matras and the Imprisonment of 1569** - in "Bibliotéque d'Humanisme et Renaissance"- T. XXXVIII, 1976.

ROSE, Paul Lawrence. **Bodin and the Great God of Nature**. Geneve: Librairie Droz, 1980.

ROSS, David. **Aristóteles** .Lisboa: Publicações Dom Quixote,1987.

ROUSSINEAU, Gilles. Peur et répression du mal dans **"La Demoinomanie des Sorciers" in Actes du Colloque Inerdisciplinaire d'Angers** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l'Universite d'Angers, 1985.

RUNCIMAN, Steven. **Historia de las Cruzadas**. 3. ed. Madrid: Alianza, 1983.

RUSS, Jacqueline. **Les Théories du pouvoir**.Paris: Librairie Générale Française, 1994.

SABINE, George. **Historia de la teoria política**. Espanha: Fondo de cultura Economica, 1992.

SACRÉ, Marc. **Jean Bodin et Pocquet de Livonnière - Quatrième centenaire de Jean Bodin célébré à Angers** (10/11/29). Paris: Impr. de Firmin-Didot, 1929.

SAILLOT**,** Jacques. Jean Bodin, sa famille e sa origines*,* **in "Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l ' Universite d'Angers .

SAINSAULIEU , Jean. De Jérusalem à Reims. Origines et évolution des sacres chrétiens*,* **in "Le Sacre des Rois"-** Actes du Colloque international d'histoire sur les sacres et couronnements royaux,- Reims, 1975. Paris: Les Belles Lettres, 1985.

SALMON, J.H.M. Bodin and the monarchomachs - **in Verhandlungen der internationalen Bodin Tangung in München**.München: Verlag C. H. Beck München, 1973.

SANTAMARÍA, J.A. Fernández. **El estado, la guerra y la paz**. Madrid: Ediciones Akal, 1988.

SASSIER**,** Yves. L'utilization du concept de " res publica" en France du Nord aux Xe, XIe et XIIe siècles**, in Droit savants et Pratiques françaises du povoir.** Bordeaux: Presses Universitaire de Bordeaux, 1992.

SCHATZ**,** Klaus. **La primauté du Pape**. Paris: Les éditions du Cerf, 1992.

SCHMITT,Carl. **Le categorie del 'politico'**. Bologna: Mulino, 1972.

SCHMITT,Carl. **Scritti su Thomas Hobbes**. Milano: Giuffre Editore, 1986.

SCHOECK, R.J. Bodin's opposition to the mixed State and to Thomas More **- in Verhandlungen der internationalen Bodin Tangung in München. München**: Verlag C. H. Beck München, 1973.

SCHOECK, Richard. Autour de l'intertextualité dans l'oeuvre de Bodin*,* **in Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l'Universite d'Angers, 1985.

SECRET, F. **Littérature et Alchimie**. Bibliothèque d'humanisme et Renaissance - Notes et Documents - T.XL, 1978.

SENELLART, Michel. **Les arts de gouverner** - Du regimen médiéval au concept de gouvernement. Paris: Éditions du Seuil , 1995.

SEVE, René. Le discours juridique dans la premièr moitié du XVIIe siècle **in "L'Etat Barroque**". Paris: J. VRIN, 1985.

SIBERT, Marcel. **Parallelle entre Francisco Suarez et Jean Bodin**. A. Pedone Paris, 1949 - Revue Générale de droit international public n.1 - janvier-mars, 1949.

SIEYES, Emmanuel. **Qu'est-ce que le Tiers Etat?.** 2. ed. Paris: P.U.F., 1989.

SILVA, Victor Deodato da**. Cavalaria & Nobreza no fim da Idade Média.** Belo Horizonte: Edusp Itatiaia, 1990.

SMITH, Peter. **The Metalogicon of Jonh of Salisbury**. California: University of California Press, 1971.

SOLARI, Gioele. **La Formazone storica e Filosofica dello Stato Moderno**. Napoli: Guida Editori, 1974.

SOMMÉ**,** Monique. Les délégations de pouvoir à la duchesse de Bourgogne Isabelle de Portugal au milieu du XVe siècle, **in "Les princes et le pouvoir au Moyen Age"** , XXIIIe Congrès de la S.H.M.E.S.- Brest, mai 1992. Paris: Publications de la Sorbonne, 1993.

STEGMANN**,** André. Bodin et l'histoire contemporaine , **in "Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers"** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l'Universite d'Angers, 1985.

STEWART, Pamela D. Machiavelli, the italians and the question of royal authority France**- in Aequitas, Aequalitas, Auctoritas. - Raison théorique et légitimation de l'autorité dans le XVIe siècle européen .** Paris: J.Vrin, 1992.

STOCKER, Christopher W. The associative impulse **in the Catolique league -in Aequitas Aequalitas, Auctoritas -Raison théorique et légitimation de l'autorité dans le XVIe siècle européen.** Paris: J. Vrin, 1992.

STRAUSS, Leo. **Droit Naturel et Histoire**. Paris: Flammarion, 1986.

STRAYER, Joseph**. As origens medievais do Estado Moderno**. Lisboa: Gradiva, s/data.

TEYSSOT, Josiane. Pouvoir et contre-pouvoir politiques en Auvergne durant l'apanage de Jean de Berry, 1360-1416**, in , "Le princes et le pouvoir au Moyen Age"-** XXIIIe Congrès de la S.H.M.E,S. Brest, mai 1992. Paris: Publications de la Sorbonne, 1993.

THÉRIAULT, J. Yvon. Des Fondements Politiques de la Modernité - **in Aequitas**, **Aeqiualitas, Auctoritas- Raison théorique et légitimation de l'autorité dans le XVIe siécle européen**. Paris: J. Vrin, 1992.

THORAVAL, Jean. **Les Grandes Etapes de la Civilisation Française**. Paris: Bordas, 1976.

TOLLET, Daniel. La Pologne vue par le Français, **in "L'Etat Barroque".** Paris: J. Vrin, 1985.

TOMÁS DE AQUINO *:* **Tratado de la Lei / Tratado de la justicia / Gobierno de los Príncipes.** México: Porrúa, 1990.

TORRES, João Carlos Brum. **Figuras do Estado Moderno**. São paulo: Editora Brasiliense - CNPq ., 1989.

TOUCHARD, Jean. **História das Ideias Políticas**. Lisboa: P. Europa América , 1970.

TOURS, Grégoire. **L'Histoire des rois francs**. Paris: Gallimard, 1968.

TZITZIS, Stanabios. Beauté morale et punition chez Jean Bodin**, in Actes du Colloque Interdisciplinaire D'Angers** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l'Universite d'Angers, 1985.

ULLMANN, Walter. **Principios de gobierno y política en la Edad Media**. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

URUSZCZAK, Waclaw. Le Principe "Lex est Rex"dans la Théorie et dans la pratique en Pologne au XVIe siècle **- in Aectas, Aequalitas, Auctoritas - Raison théorique et légitimation de l'autorité dans le XVIe siècle européen**. Paris: J.Vrin, 1992.

VAILLANCOURT, Pierre-Louis. Bodin et le pouvoir politique de femmes, **in " Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers"** (24-27 Mai 1984). Angers: Presses de L'Universite d'Anders, 1985.

VAILLANCOURT, Pierre-Louis. La notions de "Foi Jurée" dans l'ordre politique - **in Aequitas, Aequalitas, Auctoritas- Raison théorique et légitimation de l'autorité dans le XVIe siècle européen**. Paris: J. Vrin, 1992.

VALCKE, Louis. Trois Humanistes Face a la Cité: Jean Pic de la Mirandole, Thomas More, Érasme de Rotterdam - **in Aequitas, Aequalitas , Auctoritas - Raison théorique et légitimation de l'autorité dans le XVIe siècle européen.** Paris: J.Vrin, 1992.

VALJAVEC, Fritz**. História de la ilustracion en Occidente**. Madrid: Ed.RIALP., 1964.

VAN PETEGHEM, Paul. Jean Bodin et l'autorité légiférante, **in Actes du Colloque Interdisciplnaire d'Angers** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l'Universite d'Angers, 1985.

VANHASSEL,André. La liberté de conscience selon juste lipse et Dirck Coornhert **- in Aequitas, Aequalitas, Auctoritas - Raison théorique et légitimation de l'autorité dans le XVIe siècle européen.** Paris: J. Vrin, 1992.

VASOLI, Cesare. Jean Bodin, il problema cinqucentesco della "Methodus" e la sua applicazione alla conosceza storica. **in Filosoofia, n. II**, 1970.

VASOLI, Cesare. De Nicolas de Lues et Jean Pie de la Mirandole à Jean Bodin : trois colloques **in "Actes du Collloque Interdisciplinaire d'Angers"** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l'Universite d'Angers, 1985.

VASOLI, Cesare. **Jean Bodin, il problema cinquecesco della Methodus, e la sua applicazione alla conoscenza storica**. Filosofia, 1970, n.21 p 137-72.

VASOLI, Cesare. Vers la crise de l'hermétisme - **in "L' Automne de la renaissance, 1580-1630".** Paris: J. Vrin, 1981.

VÉDRINE, Hélene. **As filosofias do Renascimento**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1974.

VICKERS, Brian. **Mentalidades ocultas y científicas en el Renascimento**. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

VIGUERIE, Jean. Les serments du sacre des rois de France et spécialement le "serment du Royaume**" in "Le Sacre des Rois"- Actes du Colloque international d'histoire sur les sacres et couronnements royaux** - Reims 1975. Paris: Les Belles Lettres, 1985.

VILAR, Pierre. **O Ouro e a Moeda na História.** Paris: Forum da História,1974**.**

VILLEY, Michel. La justice Harmonique selon Bodin - **in Verhandlungen der internationalen Bodin Tangung in München.** München: Verlag C. H. Beck, 1973.

VILLEY, Michel. **La justice harmonique selon Bodin**.. Paris: Arch. Philos, 1970 n.15 p 301-15.

VILLEY, Michel. Critique de la Pensée Juridique Moderne. Paris: Dalloz, 1976.

VILLEY, Michel. **Seize Essais de Philosophie du Droit**. Paris: Dalloz, 1969.

VILLEY, Michel. **Questions de Saint Thomas Sur le Droit et la Politique**. Paris: P.U.F.,1987.

VLASTOS,Gregory. **O universo de Platão**. Brasília: Ed.U.N.B, 1987.

VOISE,Valdemar. Sur le critère d'évaluation politique : Le cas Jean Bodin, in **"Actes du Colloquie Interdisciplinaire d 'Angers"**(24-27 Mai 1984). Angers: Presses de L'Universite d'Angers, 1985.

WALKER, D-P. L'exorcisme en France et en Agleterre à la fin du XVIe et début du XVIIe siècle **in "L'Automne de la renaissance 1580-1630".** Paris: J.Vrin, 1981.

WEBER, Henri. Jean Bodin et Machiavel, **in "Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers"** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l'Universite d'Angers, 1985.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. México: Fondo de Cultura Economica , 1992.

WEBER, Max**. A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo**. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1992.

WERNER, Karl. Les sources de la légitimité royale à l'avènement des Capétiens, **in , "Le Sacre des Rois"- Actes du Colloque international d'histoire sur les sacres et couronnements royaux***,* - Reims- 1975. Paris: Le Belles Lettres, 1985.

WIEACKER, Franz. **História do direito privado moderno**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

WOLFF, Philippe. **Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos ?.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

WOLODKIEWICZ, Wittold. Jean Bodin et le droit privé romain, **in "Actes du colloque Interdisciplinaire d'Angers"** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l ' Universite d ' Angers, 1985.

WYRWA, Tadeusz A. La notion de la Loi et de la souveraineté chez Madrzewski et J. Bodin**, in " Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers"** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de L'Universite d'Angers, 1985.

YARDENI**,** Myrian. Barbares et sauvages: l'antropologie de Jean Bodin **in "Actes du Colloque Interdisciplinaire d'Angers"** (24-27 mai 1984). Angers: Presses de l 'Universite d'Angers, 1985.

ZARKA, Yves Charles. **Raison et déraison d'état**. Paris: P.U.F., 1994.